UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

ELIANE SILVA DOS SANTOS

POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSOCIATIVISMO NO ESPAÇO RURAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO NOS MUNICÍPIOS DE RANCHARIA E DRACENA (SP)

Presidente Prudente (SP)

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

ELIANE SILVA DOS SANTOS

POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSOCIATIVISMO NO ESPAÇO RURAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO NOS MUNICÍPIOS DE RANCHARIA E DRACENA (SP)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente – SP para obtenção do título de Doutora em Geografia.
Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico.
Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol

Presidente Prudente (SP)

2020

S237p

Santos, Eliane Silva dos

Políticas públicas e associativismo no espaço rural: : análise comparativa dos resultados do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado nos municípios de Rancharia e Dracena (SP) / Eliane Silva dos Santos. -- Presidente Prudente, 2020

396 p. : il., tabs., fotos, mapas + 1 CD-ROM

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

1. Políticas públicas. 2. Associativismo. 3. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado. 4. EDRs de Dracena e Presidente Prudente. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Políticas Públicas e Associativismo no Espaço Rural: análise comparativa dos resultados do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado nos municípios de Rancharia e Dracena (SP)

AUTORA: ELIANE SILVA DOS SANTOS
ORIENTADORA: ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciencias e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. EDUARDO PAULON GIRARDI
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciencias e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. LUÍS ANTONIO BARONE
Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. CARLOS DE CASTRO NEVES NETO
IFSP / Instituto Federal de São Paulo - Campus de Presidente Epitácio

Profa. Dra. ALBA REGINA AZEVEDO ARANA
Departamento de Geografia e Meio Ambiente / Universidade do Oeste Paulista

Presidente Prudente, 02 de abril de 2020

Aos meus pais, José Ribeiro e Dolores, ao meu esposo Miro e aos meus queridos filhos Thiago e Paula ...

Dedico

AGRADECIMENTOS

Primeiro de tudo gostaria de agradecer a Deus! Que me guiou nos momentos de incertezas, me iluminou diante dos desafios que a vida me apresentou e me deu coragem e tranquilidade para terminar esta tese.

Também agradeço por me presentear com pais tão maravilhosos, José Ribeiro e Dolores, que sempre mostraram o quanto era importante estudar, já que os mesmos não tiveram a mesma oportunidade no passado.

Agradeço ao meu marido Miro e meus filhos Thiago e Paula, que sempre me motivaram, entenderam as minhas ausências em momentos importantes, bem como, meu afastamento e reclusão. Eu espero que possa ser um exemplo de determinação e coragem, pois sonhar com um doutorado é possível, mas precisa de muito estudo, dedicação e comprometimento para a conclusão.

Agradeço muito a professora Drª. Rosangela Aparecida Medeiros Hespanhol minha orientadora, por acreditar neste trabalho ainda quando era apenas um projeto de pesquisa, pessoa importante na condução e realização deste trabalho. Foram momentos de muita paciência e dedicação. Meu muito obrigada!

Agradeço ao professor Antonio Nivaldo Hespanhol, pela oportunidade de me aceitar como aluna especial de mestrado.

À minha amiga Eliane Regina Francisco da Silva, que não mediu esforços para dar todas as dicas, informações e direcionamento para o início e termino do doutorado. Durante o doutorado foram muitos momentos de discussões para a elaboração e apresentação do projeto, desde a escolha da linha de pesquisa, discussões de obras e autores importantes que eram indispensáveis. Não teria como pagá-la. Meu muito obrigada!

Às minhas amigas Larissa Araújo Coutinho de Paula e Ellen Tamires Pedriali Colnago: amigas de viagens, de artigos publicados, de angustias, ansiedades, incertezas e expectativas quanto ao futuro profissional.

Aos colegas do grupo de pesquisa GEDRA, que contribuíram para o enriquecimento de minha formação, pois com acesso a diferentes estudos e pesquisas possibilitou a leitura crítica e analítica da realidade estudada.

Ao Rafael da Silva Nunes, que elaborou todos os mapas que constam nesta tese.

Aos Profs. que participaram da banca de defesa: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol, Carlos de Castro Neves Neto, Luiz Antonio Barone, Alba Regina Azevedo Arana e Eduardo Paulon Girardi.

Aos presidentes das associações/cooperativa que permitiram a realização deste trabalho, disponibilizando, por meio de entrevistas, dados e informações da realidade dos seus empreendimentos.

Aos técnicos dos EDRs de Presidente Prudente e Dracena, aos membros das Secretarias Municipais de Agricultura; técnicos das Casas da Agricultura e membros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural dos municípios de Rancharia e Dracena. Agradeço

também aos agricultores familiares associados/cooperados que foram entrevistados da APRA, APRD e COOPADRA. Meu muito obrigada!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas graças a Deus, não sou o que era antes”.
(Martin Luther King).

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo principal analisar o associativismo e/ou o cooperativismo rural no contexto de uma política pública de âmbito estadual – Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - que pode se constituir como um elemento estratégico para captar o capital social acumulado em um determinado arranjo produtivo, contribuindo para a reprodução social dos agricultores familiares. A tese que defendemos é a de que o associativismo e/ou cooperativismo fortalece(m) o capital social e fomenta(m) a adesão às políticas públicas, a exemplo da pesquisada. A política pública analisada foi institucionalizada pelo governo do Estado de São Paulo, com o objetivo de fomentar a participação dos produtores rurais e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) que estavam inseridas em organizações sociais rurais (associações e/ou cooperativas), aumentando a competitividade (reforçando sua capacidade de negociação coletiva), e proporcionando sua integração às cadeias produtivas de suas regiões. O recorte espacial selecionado para a pesquisa envolveu inicialmente a escala regional dos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) de Presidente Prudente e Dracena e, depois, a municipal, com a seleção de Rancharia e Dracena que tiveram associações e/ou cooperativa com planos de negócios aprovados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, no período compreendido entre os anos de 2011 e 2018. Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foram: revisão bibliográfica; levantamento, seleção e sistematização dos dados de fontes secundárias; realização de pesquisa de campo; e sistematização e análise dos dados (primários e secundários) com base nas leituras efetuadas. Constatamos que, de modo geral, o Microbacias II – Acesso ao Mercado deu ênfase às cadeias produtivas e, considerando o nível estadual, verificamos por meio dos dados de fontes secundárias obtidos, que 19 cadeias produtivas tiveram projetos aprovados, possibilitando a inserção de várias associações e/ ou cooperativas, fortalecendo as cadeias produtivas locais, mas podendo levar à especialização produtiva dos agricultores participantes. As cadeias produtivas que mais se destacaram em número de projetos aprovados por meio das associações/cooperativas no Estado de São Paulo foram: a do leite, a da olericultura e a da fruticultura. As iniciativas de negócio apoiadas pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, na escala dos municípios pesquisados, possibilitou a inserção de parte dos associados/cooperados nas cadeias produtivas locais, além de favorecer a obtenção de recursos individuais e coletivos, fortalecendo as parcerias para o processamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar. Constatamos que, tanto na escala dos EDRs de Presidente Prudente e Dracena, como nos municípios pesquisados, houve uma espacialização desconcentrada dos produtores participantes do Microbacias II, que ultrapassou os limites territoriais das duas localidades, já que, embora as associações/cooperativa sejam sediadas num município, estas organizações contaram com associados/cooperados de municípios do seu entorno. Verificou-se que houve dificuldades para as organizações de produtores rurais implantarem suas propostas, sobretudo em virtude da demora para a obtenção da contrapartida financeira; da complexidade nos processos de aquisições das certidões legais exigidas para o funcionamento da entidade, entre outras. Constatamos, também, o caráter excludente da política pública de grupos sociais menos capitalizados, que não estavam articulados nas cadeias produtivas beneficiadas ou não tinham condições de arcar com a contrapartida exigida pela referida política pública. Dessa forma, verificou-se que, embora as organizações coletivas (associações e cooperativa) pesquisadas tenham fomentado o capital social, a referida política pública não garantiu a participação de todos os associados/cooperados, apenas daqueles mais capitalizados ou que tinham condições de garantir a contrapartida exigida pelo Microbacias II.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Associativismo. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado. EDRs de Dracena e Presidente Prudente.

ABSTRACT

The research had as main objective to analyze the associativism and / or the rural cooperativism in the context of a public policy of state scope - Sustainable Rural Development Project - Microbasins II - that can be constituted as a strategic element to capture the accumulated social capital in a certain productive arrangement, contributing to the social reproduction of family farmers. The thesis we defend is that associativism and / or cooperativism strengthens social capital and promotes adherence to public policies, like the researched one. The public policy analyzed was institutionalized by the government of the State of São Paulo, with the objective of promoting the participation of rural producers and traditional communities (indigenous and quilombolas) who were inserted in rural social organizations (associations and / or cooperatives), increasing competitiveness (strengthening their collective bargaining capacity), and providing their integration with the prod uctive c hains of their regions. The spatial cut selected for the research initially involved the regional scale of the Rural Development Offices (EDRs) of Presidente Prudente and Dracena and, later, the municipal one, with the selection of Rancharia and Dracena that had associations and / or cooperative with business plans approved by Microbacias II - Market Access, in the period between the years 2011 and 2018. Methodological proceduresadopted in this research were: bibliographic review; survey, selection and systematization of data from secondary sources; conducting field research; and systematization and analysis of data (primary and secondary) based on the readings performed. We found that, in general, Microbasins II - Market Access, emphasized the production chains and, considering the state level, we verified through the data from secondary sources obtained, that 19 production chains had approved projects, allowing the insertion of several associations and / or cooperatives, s trengthe ning local production chains, but which may lead to productive specialization of participating farmers. The production chains that stood out the most in the number of projects approved through associations / cooperatives in the State of São Paulo were: milk, olericulture and fruit growing. The business initiatives supported by Microbasins II - Market Access, on the scale of the surveyed municipalities, enabled the insertion of part of the associates / cooperative members in the local production chains, in addition to favoring the obtaining of individual and collective resources, strengthening partnerships for processing and marketing of family farming products. We found that, both on the scale of the EDRs of Presidente Prudente and Dracena, as well as in the surveyed municipalities, there was a devolved spatialization of producers participating in Microbacias II, which exceeded the territorial limits of the two localities, since, although the associations / cooperativ e are ba sed in one municipality, these organizations had members / cooperative members from surrounding municipalities.It was found that there were difficulties for the organizations of rural producers to implement their proposals, mainly due to the delay in obtaining the financial contribution; the complexity in the procurement processes of the legal certificates required for the operation of the entity, among others. We also noticed the exclusionary nature of public policy for less capitalized social groups, which were not articulated in the benefited production chains or were unable to afford the counterpart required by said public policy. Thus, it was found that, although the collective organizations (associations and cooperatives) surveyed have fostered social capital, the aforementioned public policy did not guarantee the participation of all members / cooperatives, only those most capitalized or who were able to guarantee counterpart required by Microbasins II.

Key-words: Public policy. Associativism. Sustainable Rural Development Project - Microbasins II - Market Access. EDRs of Dracena and Presidente Prudente.

RESUMEN

La investigación tuvo como objetivo principal analizar el asociativismo y/o el cooperativismo rural en el contexto de una política pública de alcance estatal - Proyecto de Desarrollo Rural Sostenible - Microcuencas II - que puede constituirse como un elemento estratégico para capturar el capital social acumulado en un cierto arreglo productivo, contribuyendo a la reproducción social de los agricultores familiares. La tesis que defendemos es que el asociativismo y o cooperativismo fortalece(n) el capital social y promueve(n) la adhesión a las políticas públicas, como a la investigada. La política pública analizada fue institucionalizada por el gobierno del Estado de São Paulo, con el objetivo de promover la participación de los productores rurales y las comunidades tradicionales (indígenas y *quilombolas*) que participen en organizaciones sociales rurales (asociaciones y / o cooperativas), aumentando la competencia (fortaleciendo su capacidad de negociación colectiva) y proporcionando su integración con las cadenas productivas de sus regiones. El corte espacial seleccionado para la investigación involucró inicialmente la escala regional de las Oficinas de Desarrollo Rural (*EDR*) de Presidente Prudente y Dracena y, más tarde, la municipal, con la selección de Rancharia y Dracena que tenían asociaciones y/o cooperativas con planes de negocios aprobados por Microcuencas II - Acceso al mercado, en el período comprendido entre los años 2011 y 2018. Los procedimientos metodológicos adoptados en esta investigación fueron: revisión de la literatura; encuesta, selección y sistematización de datos de fuentes secundarias; realización de investigaciones de campo; y sistematización y análisis de datos (primarios y secundarios) basados en las lecturas realizadas. Descubrimos que, en general, "Microcuencas II - Acceso al mercado" enfatizaba las cadenas de producción y, considerando el nivel estatal, verificamos a través de los datos obtenidos de fuentes secundarias, que 19 cadenas de producción habían aprobado proyectos, permitiendo la inserción de varias asociaciones y/o cooperativas, que fortalecen las cadenas de producción locales, pero que pueden conducir a la especialización productiva de los agricultores participantes. Las cadenas de producción que más se destacaron en la cantidad de proyectos aprobados por medio de las asociaciones/cooperativas en el Estado de São Paulo fueron: leche, olericultura y fruticultura. Las iniciativas comerciales apoyadas por Microcuencas II - Acceso al mercado, en la escala de los municipios encuestados, permitieron la inclusión de parte de los asociados/miembros cooperativos en las cadenas de producción locales, además de favorecer la obtención de recursos individuales y colectivos, fortaleciendo las asociaciones para el procesamiento y comercialización de los productos agrícolas familiares. Descubrimos que, tanto en la escala de las *EDR* (Oficinas de Desarrollo Rural) de Presidente Prudente y Dracena, como en los municipios encuestados, había una espacialización descentralizada de los productores que participaban en Microcuencas II, que excedía los límites territoriales de las dos localidades, ya que, aunque las asociaciones/cooperativas se basan en un municipio, estas organizaciones tenían miembros/miembros cooperativos de los municipios vecinos. Se encontró que las organizaciones de productores rurales tenían dificultades para implementar sus propuestas, principalmente debido a la demora en obtener la contribución financiera y la complejidad en los procesos de adquisición de los certificados legales requeridos para el funcionamiento de la entidad, entre otros. También notamos el carácter excluyente de la política pública para los grupos sociales menos capitalizados, que no estaban articulados en las cadenas de producción beneficiadas o no podían pagar la contrapartida requerida por dicha política pública. Por lo tanto, se encontró que, aunque las organizaciones colectivas (asociaciones y cooperativas) encuestadas han fomentado el capital social, la política pública mencionada anteriormente no garantizaba la participación de todos los miembros/cooperativas, solo aquellos más capitalizados o que podían garantizar contraparte requerido por Microcuencas II.

Palabras clave: Políticas públicas. Asociativismo. Proyecto de desarrollo rural sostenible - Microcuencas II - Acceso al mercado. EDR (Oficinas de Desarrollo Rural) de Dracena y Presidente Prudente.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Conceito de território na análise de Abramovay (2000) 47
Figura 2: Capital social: manifestações e resultados 54
Figura 3: Formas de Surgimento da prática do associativismo 60
Figura 4: Órgãos responsáveis pela implantação e execução do Microbacias II – Acesso ao Mercado 95
Figura 5: O Microbacias II - Acesso ao Mercado 101
Figura 6: Estrutura dos componentes e subcomponentes do Microbacias II – Acesso ao Mercado 102
Figura 7: Ciclo de aprovação das propostas de iniciativas de negócios do Microbacias II - Acesso ao Mercado 106
Figura 8: Beneficiários de comunidades tradicionais do Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo 128
Figura 9: Participação dos setores da economia no Valor Total Adicionado* dos dez (10) municípios selecionados e que compõem o EDR de Presidente Prudente que foram contemplados com o Microbacias II – Acesso ao Mercado 143
Figura 10: Participação dos setores da economia no Valor Total Adicionado* dos dez (10) municípios selecionados e que compõem o EDR de Dracena que foram contemplados com o Microbacias II – Acesso ao Mercado 147
Figura 11: Equipamentos (à esquerda subsolador, à direita ensiladeira) adquiridos com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado pela APRA em virtude da desistência das iniciativas individuais (PIPs e PECs) e convertido em aquisição das iniciativas coletivas 167
Figura 12: Equipamento adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado pela APRD em virtude da desistência das iniciativas individuais (PIPs e PECs) e convertido em aquisição das iniciativas coletivas 168
Figura 13: Foto da sede da APRA 185
Figura 14: Barracão da APRA construído com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado 187
Figura 15: Caminhão da APRA adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado 188
Figura 16: Foto da sede da APRD 189
Figura 17: Foto do minilaticínio da APRD 192
Figura 18: Caminhão para a coleta de leite in natura da APRD 193
Figura 19: Caminhão para a entrega de leite pasteurizado da APRD 194
Figura 20: Colaborador da APRD realizando a análise durante a coleta do leite nos tanques comunitários de Dracena (SP) 195
Figura 21: Organograma da APRA 198
Figura 22: Organograma da APRD 199
Figura 23: Foto do viveiro de mudas ornamentais da APRD 200
Figura 24: Casa da Agricultura/CATI de Rancharia sem reforma 202
Figura 25: Casa da Agricultura/CATI de Rancharia após a reforma com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado 203

Figura 26: Casa da Agricultura/CATI de Dracena sem reforma 203
Figura 27: Casa da Agricultura/CATI de Dracena após a reforma com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado 204
Figura 28: Adequações de estradas rurais do município de Rancharia 205
Figura 29: Gado Holandês – animais especializados para a produção de leite (Distrito de Agissê - Rancharia) 217
Figura 30: Bezerros próximos aos cochos comendo ração (Distrito de Agissê - Rancharia) 218
Figura 31: Entrega de leite in natura pelo produtor da APRA 219
Figura 32: Equipamentos do *packing house* da COOPADRA 230
Figura 33: Entrega de olerícolas à COOPADRA para o abastecimento dos mercados institucionais 231
Figura 34: Roçadeiras e caixas d'água adquiridas por produtores associados à APRD com recursos individuais do Microbacias II – Acesso ao Mercado 231
Figura 35: Irrigação por gotejamento no cultivo de acerola 235
Figura 36: Irrigação no plantio de manga tipo coquinho de um membro da COOPADRA (Dracena) 236
Figura 37: Plantação de maracujá (à esquerda) e roçadeira manual (à direita) adquirida com os recursos individuais do Microbacias II – Acesso ao Mercado – produtor participante da COOPADRA (residente em Dracena) 237
Figura 38: Canteiros de alface com a utilização de irrigação – prática utilizada por meio da concessão de recursos individuais do Microbacias II – Acesso ao Mercado – produtor participante da COOPADRA (residente em Dracena) 237
Figura 39: Canteiros de repolho com a utilização de irrigação – prática utilizada por meio da concessão de recursos individuais do Microbacias II – Acesso ao Mercado – produtor participante da COOPADRA (residente de Dracena) 238
Figura 40: Estufa e conjunto de irrigação utilizados no cultivo de pimentão adquiridos com recursos individuais do Microbacias II – Acesso ao Mercado – produtor participante da COOPADRA (residente de Dracena) 239
Figura 41: Caminhão com tanque isotérmico adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado pela - APRA 242
Figura 42: Equipamento de ordenha mecanizada adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado por um associado da APRA 242
Figura 43: Tanque resfriador adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado por um associado da APRA 243
Figura 44: Propriedade com piqueteamento adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado por um associado da APRA 244
Figura 45: Caminhão com tanque isotérmico adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado realizando a coleta do leite em tanque comunitário dos associados da APRD 245
Figura 46: Estrutura do *packing house* adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado dos associados da APRD 246
Figura 47: Propriedade com estufa que foi adquirida com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado dos participantes da COOPADRA 247

Figura 48: Propriedade com equipamentos de irrigação que foram adquiridos com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado dos participantes da COOPADRA..247

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização dos municípios que integram o EDR de Presidente Prudente – Estado de São Paulo 34
Mapa 2: Localização dos municípios que integram o EDR de Dracena – Estado de São Paulo 35
Mapa 3: Localização do município de Rancharia no EDR de Presidente Prudente – Estado de São Paulo 36
Mapa 4: Localização do município de Dracena no EDR de Dracena – Estado de São Paulo 37
Mapa 5: Microbacias II – Acesso ao Mercado: propostas de subprojetos ambientais aprovadas pela SMA por meio da CBRN por município* 113
Mapa 6: Localização dos municípios que tiveram cadeias produtivas contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 131
Mapa 7: Cadeia produtiva do leite: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) que foram contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 134
Mapa 8: Cadeia produtiva da olericultura: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) que foram contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 136
Mapa 9: Localização dos municípios, associações e cooperativas no EDR de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, contemplados com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado 140
Mapa 10: Localização dos dez (10) municípios selecionados no EDR de Dracena, Estado de São Paulo, contemplados com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, com destaque para as associações de produtores convencionais, assentados e cooperativas 144
Mapa 11: Localização dos municípios contemplados com o Microbacias II – Acesso ao Mercado nos EDRs de Presidente Prudente e Dracena 149
Mapa 12: Associação sediada em Rancharia com produtores associados nos municípios de Rancharia, João Ramalho e Paraguaçu Paulista que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 155
Mapa 13: Associação sediada em Dracena com produtores associados nos municípios de Dracena e Junqueirópolis que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado .. 156
Mapa 14: Associação sediada em Dracena com produtores associados nos municípios de Dracena e Junqueirópolis que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado .. 157
Mapa 15: Cooperativa sediada em Dracena com produtores cooperados nos municípios de Dracena, Tupi Paulista e Lucélia que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 158
Mapa 16: Cadeia produtiva do leite: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) que foram contempladas com recursos pelo

Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 339
Mapa 17: Cadeia produtiva da olericultura: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 340
Mapa 18: Cadeias produtivas da olericultura e da fruticultura: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada 341
Mapa 19: Cadeia produtiva de grãos: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 342
Mapa 20: Cadeia produtiva da fruticultura: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 343
Mapa 21: Cadeia produtiva do café: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 344
Mapa 22: Cadeia produtiva da banana: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 345
Mapa 23: Cadeia produtiva da mandioca: localização do município que teve organizações sociais (associação ou cooperativas) contemplada com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 346
Mapa 24: Cadeia produtiva do mel: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 347
Mapa 25: Cadeia produtiva do turismo rural: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 348
Mapa 26: Cadeia produtiva da piscicultura: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 349
Mapa 27: Cadeia produtiva da citricultura: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 350

Mapa 28: Cadeia produtiva do urucum: localização dos municípios que tiveram associações contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 351
Mapa 29: Cadeia produtiva da avicultura de postura: localização do município que teve cooperativa contemplada com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 352
Mapa 30: Cadeia produtiva da pupunha: localização do município que teve cooperativa que foi contemplada pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública..... 353
Mapa 31: Cadeia produtiva da fungicultura: localização do município que teve cooperativa contemplada com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública 354
Mapa 32: Cadeia produtiva da pecuária de corte e leite: localização do município que teve cooperativa que foi contemplada com recurso pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública..... 355
Mapa 33: Cadeia produtiva de ovos, olericultura, fruticultura e pupunha: localização do município que teve associação contemplada com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública..... 356
Mapa 34: Cadeia produtiva da cana-de-açúcar: localização do município que teve uma associação que foi contemplada com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública..... 357
Mapa 35: Associação sediada em João Ramalho com produtores associados nos municípios de João Ramalho, Paraguaçu Paulista, Quatá e Rancharia que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado..... 359
Mapa 36: Associação sediada em Narandiba com produtores associados nos municípios de Narandiba, Rancharia, Alvares Machado, Pirapozinho e Presidente Prudente que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 360
Mapa 37: Cooperativa sediada em Presidente Prudente com cooperados nos municípios de Indiana, Regente Feijó, Anhumas, Martinópolis, Pirapozinho e Presidente Prudente que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado..... 361
Mapa 38: Associação sediada em Regente Feijó com produtores associados nos municípios de Regente Feijó e Anhumas que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado..... 362
Mapa 39: Associação sediada em Santo Expedito com produtores associados nos municípios de Santo Expedito, Emilianópolis e Flora Rica que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado..... 363
Mapa 40: Associação sediada em Tarabai com produtores associados nos municípios de Tarabai, Anhumas e Pirapozinho que fazem parte do Projeto Microbaciais II – Acesso ao Mercado..... 364
Mapa 41: Associação sediada em Presidente Bernardes com associados no município de Presidente Bernardes que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 365
Mapa 42: Associação sediada em Rancharia com produtores associados nos municípios de Rancharia, João Ramalho e Paraguaçu Paulista que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 366

Mapa 43: Associação sediada em Anhumas com associados no município de Anhumas que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 367
Mapa 44: Associação sediada em Estrela do Norte com associados nos municípios de Estrela do Norte e Sandovalina que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 368
Mapa 45: Associação sediada em Adamantina com associados nos municípios de Adamantina, Lucélia e Mariápolis que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 369
Mapa 46: Associação sediada em Dracena com associados nos municípios de Dracena e Junqueirópolis que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado..... 370
Mapa 47: Associação sediada em Junqueirópolis com produtores associados nos municípios de Junqueirópolis, Dracena, Irapuru e Pacaembu que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 371
Mapa 48: Associação sediada em Pacaembu com produtores associados nos municípios de Pacaembu e Irapuru que fazem parte do Microbaciais II - Acesso ao Mercado..... 372
Mapa 49: Associação sediada em Tupi Paulista com produtores associados no município de Tupi Paulista que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 373
Mapa 50: Associação sediada em Adamantina com produtores associados nos municípios de Adamantina, Lucélia e Mariápolis que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 374
Mapa 51: Associação sediada em São João do Pau d'Alho com produtores associados no município de São João do Pau d'Alho que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 375
Mapa 52: Associação sediada em Flora Rica com associados no município de Flora Rica e Pacaembu que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado..... 376
Mapa 53: Associação sediada em Junqueirópolis com produtores associados no município de Junqueirópolis, Pacaembu, Irapuru e Dracena que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 377
Mapa 54: Associação sediada em Junqueirópolis com produtores associados no município de Junqueirópolis, Pacaembu, Irapuru e Dracena que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 378
Mapa 55: Associação sediada em Adamantina com produtores associados no município de Adamantina, Lucélia e Mariápolis que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 379
Mapa 56: Associação sediada em Dracena com produtores associados nos municípios de Dracena e Junqueirópolis que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado .. 380
Mapa 57: Associação sediada em Dracena com produtores associados nos municípios de Dracena, Tupi Paulista e Lucélia que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 381
Mapa 58: Associação sediada em Junqueirópolis com produtores associados nos municípios de Junqueirópolis, Dracena, Irapuru e Pacaembu que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado 382

Mapa 59: Associação sediada em Mariápolis com produtores associados nos municípios de Mariápolis, Adamantina e Flora Rica que fazem parte doMicrobaciais II – Acesso ao Mercado.....383
Mapa 60: Associação sediada em Panorama com associados nos municípios de Panorama, Ouro Verde, Paulicéia e Junqueirópolis que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado.....384
Mapa 61: Associação sediada em Paulicéia com produtores associados no município de Paulicéia que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado.....385
Mapa 62: Associação sediada em São João do Pau d'Alho com produtores associados no município de São João do Pau d'Alho que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado.....386
Mapa 63: Associação sediada em Tupi Paulista com produtores associados no município que fazem parte do Projeto Microbaciais II – Acesso ao Mercado 387

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comparativo entre associação e cooperativa 64
Quadro 2: Tipos de associações e suas características 68
Quadro 3: Cronograma do ciclo de aprovação das propostas de iniciativas de negócio 104
Quadro 4: Amostra de produtores rurais participantes do Microbacias II – Acesso ao Mercado entrevistados na APRA, APRD e COOPADRA 209
Quadro 5: Cadeia produtiva do leite: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas) 306
Quadro 6: Cadeia produtiva de olericultura: lista por municípios e organizações coletivas que foram contempladas pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas) 313
Quadro 7: Cadeia produtiva de olericultura e fruticultura: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas) 320
Quadro 8: Cadeia produtiva de grãos: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas) 323
Quadro 9: Cadeia produtiva de fruticultura: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas) 325
Quadro 10: Cadeia produtiva do café: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas) 329
Quadro 11: Cadeia produtiva da banana: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado nas 1ª a 6ª chamadas .. 330
Quadro 12: Cadeia produtiva da mandioca: município que foi contemplado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas) 331
Quadro 13: Cadeia produtiva do mel: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas) 332
Quadro 14: Cadeia produtiva do turismo rural: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas) 332
Quadro 15: Cadeia produtiva da piscicultura: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas) 333
Quadro 16: Cadeia produtiva da citricultura: lista de municípios e organizações coletivas que foram contempladas pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas) 333
Quadro 17: Cadeia produtiva do urucum: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas) 334
Quadro 18: Cadeia produtiva de avicultura de postura: município e organização coletiva que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas) 334
Quadro 19: Cadeia produtiva da pupunha: município e organização coletiva que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas) 335

Quadro 20: Cadeia produtiva da fungicultura: município e organização coletiva que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas).....335
Quadro 21: Cadeias produtivas da pecuária de corte e leite: município e organização social que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas).....336
Quadro 22: Cadeias produtivas de ovos, olericultura, fruticultura e pupunha: município e organização coletiva que foram contempladas pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas).....336
Quadro 23: Cadeia produtiva da cana-de-açúcar: município e organização coletiva que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas).....337

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de produtores associados e/ou cooperados participantes do Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado (fase final) e amostra de entrevistados.....39
Tabela 2: Tipos de manejos e metas do subcomponente do Microbacias I.....90
Tabela 3: Resultados dos componentes Administração, Monitoramento e Fiscalização.92
Tabela 4: Custos do Microbacias II – Acesso ao Mercado e Origem dos recursos (em US$ 1.000).....103
Tabela 5: Orçamento do Microbacias II – Acesso ao Mercado da unidade executora (em milhões de dólares) 106
Tabela 6: Microbacias II – Acesso ao Mercado: Propostas de subprojetos ambientais aprovadas pela SMA por meio da CBRN (2013-2014).....108
Tabela 7: Estrutura fundiária do Estado de São Paulo (2016/17) 119
Tabela 8: Regionais da CATI (EDRs) com o número total de municípios e sua distribuição em relação ao nível de demanda para o Microbacias II – Acesso ao Mercado 120
Tabela 9: Resultados das propostas aprovadas e em execução, valores e contrapartidas do Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo no período de 2011 a 2016* 124
Tabela 10: Resultados das propostas aprovadas e em execução e valores do Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo no período de 2011 a 2018*.....126
Tabela 11 :Síntese dos resultados das propostas finalizadas do Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo no período de 2011 a 2018.....126
Tabela 12: População total e grau de urbanização de dez (10) municípios que compõem o EDR de Presidente Prudente e que foram contemplados com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado 141
Tabela 13: Evolução populacional (1980-2017) dos dez (10) municípios selecionados no EDR de Presidente Prudente que tiveram recursos aprovados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado 142
Tabela 14: População total e grau de urbanização dos dez (10) municípios selecionados no EDR de Dracena e que foram contemplados com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado.....145
Tabela 15: Evolução populacional dos dez (10) municípios selecionados e que compõem o EDR de Dracena e que foram contemplados com os recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado.....146
Tabela 16: Distribuição dos municípios dos EDRs de Presidente Prudente e Dracena em relação ao nível de demanda para o recebimento de recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado.....148
Tabela 17: Número e classificação dos produtores beneficiados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado nos municípios do EDR de Presidente Prudente (2011-2017) 150
Tabela 18: Número e classificação dos produtores beneficiados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado nos municípios do EDR de Dracena (2011-2017).....150
Tabela 19: Investimentos das Propostas de Negócios apresentadas pela APRA e APRD ao Microbacias II – Acesso ao Mercado 166

Tabela 20: Investimento da Iniciativa da proposta de negócio da APRD – Coletivo.....168
Tabela 21: Investimento coletivo elegível da Proposta de Negócio da APRD.....169
Tabela 22: Número de produtores, área (ha) das propriedades, produtos e cadeias produtivas do Microbacias II – Acesso ao Mercado das associações pesquisadas (fase inicial) 171
Tabela 23: Módulo fiscal dos municípios de Rancharia e Dracena 172
Tabela 24: Número de agricultores familiares integrantes da Proposta de Negócios da APRA com descrição dos investimentos, total de investimentos e as respectivas contrapartidas.....174
Tabela 25: Número dos agricultores familiares integrantes da Proposta de Negócios da APRD com descrição dos investimentos, total de investimentos e as respectivas contrapartidas.....177
Tabela 26: Investimentos da Iniciativa da Proposta de Negócio da APRA - Coletivo...187
Tabela 27: Investimentos da Iniciativa da Proposta de Negócios da APRD – Coletivo.190
Tabela 28: Máquinas e equipamentos agrícolas para uso coletivo 201
Tabela 29: Área total da propriedade (ha) dos produtores pesquisados da APRA e APRD 213
Tabela 30: Município de origem dos entrevistados da APRA e da APRD.....214
Tabela 31: Atividades desempenhadas pelos pais dos entrevistados da APRA e da APRD 215
Tabela 32: Forma de aquisição das propriedades dos entrevistados da APRA e da APRD 216
Tabela 33: Área (ha) das propriedades rurais dos produtores cooperados que estão inseridos no Microbacias II – Acesso ao Mercado da COOPADRA 223
Tabela 34: Relação dos agricultores integrantes da proposta de negócio do Microbacias II – Acesso ao Mercado com as respectivas cadeias produtivas e produtos.....223
Tabela 35: Relação das cadeias produtivas, dos investimentos, dos recursos, dos valores apoiados e das contrapartidas da Iniciativa de Negócios da COOPADRA 226
Tabela 36: Área total da propriedade (ha) dos produtores da COOPADRA pesquisados 233
Tabela 37: Município de origem dos entrevistados da COOPADRA.....233
Tabela 38: Atividades desempenhadas pelos pais dos entrevistados da COOPADRA..234
Tabela 39: Formas de aquisições realizadas pelos produtores entrevistados da COOPADRA 234

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AAAR:	Associação dos Apicultores de Araras e Região
AAFRICA:	Associação Agropecuária de Flora Rica
AAVR:	Associação Agrícola de Valinhos e Região
ABAFA:	Associação Batataense dos Produtores da Agricultura Familiar
ABAM:	Associação dos Bananicultores do Município de Miracatu
ACAPREN:	Associação Comunitária dos Amigos Produtores Rurais de Estrela do Norte
ADRUS:	Associação de Mulheres no Desenvolvimento Sustentável Rural e Urbano do Estado de São Paulo
AGF:	Aquisição do Governo Federal
AGROCAP:	Associação de Agricultores de Caporanga
AGROMONTEIRO:	Associação Agropecuária do Bairro Monteiro Lobato
AGROPET:	Associação do Desenvolvimento Agropecuário de Taquarivaí
AIPRO:	Associação Isabelense de Produtores Rurais
AMA:	Associação das Mulheres Agroecológicas Vergel
AMPRUBREVI:	Associação dos Moradores e Produtores Rurais dos Bairros Brejaúva e Vizinhos
AMPRUSS:	Associação Municipal dos Produtores Rurais de Santa Salete
APAL:	Associação dos Produtores Agrícolas de Limeira
APAP:	Associação de Pesca e Aquicultura Paulicéia
APAR:	Associação dos Produtores Assentados do Assentamento Rodeio
APAER:	Associação Paulista de Extensão Rural
APHI:	Associação dos Produtores de Hortaliças de Itápolis
API:	Associação dos Plasticultores de Itaporanga
APLEFAR:	Associação dos Produtores de Leite de Fartura e Região
APLEMAR:	Associação dos Produtores de Leite do Município de Adamantina e Região
APOL:	Associação dos Produtores e Olericultores de Marechal Rondon de Lins
APPC:	Associação Paulista dos Produtores de Caqui
APPI:	Associação dos Plasticultores de Piraju
APPRAR:	Associação Passiflora de Produtores Rurais de Adamantina e Região
APPRBP:	Associação de Pequenos Produtores Rurais do Bairro Palmitalzinho
APPRI:	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Itajobi
APPRUPI:	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Piedade
APRA:	Associação dos Produtores Rurais de Agissê
APRA:	Associação dos Produtores Rurais de Anhumas
APRD:	Associação dos Produtores Rurais de Dracena
APRIB:	Associação dos Produtores Rurais de Ibitinga
APRIMOR:	Associação dos Produtores Rurais, Industriais e Moradores do Município de São João do Pau d'Alho

APRMJR:	Associação dos Produtores Rurais do Município de João Ramalho
APROBAN:	Associação dos Produtores Rurais da Microbacia do Ribeirão Branco
APROC:	Associação dos Produtores Rurais da Região de Osvaldo Cruz
APROD:	Associação dos Cafeicultores de Montanha de Divinolândia
APRODA:	Associação dos Produtores Rurais do Distrito de Araçaíba
APROLEIB:	Associação dos Produtores de Leite de Barbosa
APROMICOGABAL:	Associação dos Produtores Rurais da Microbacia do Córrego Grande de Balbinos
APRORUPA:	Associação dos Produtores Rurais de Parisi
APROTABA:	Associação de Produtores Rurais de Tabatinga
APRPS:	Associação dos Produtores Rurais do Bairro Pé da Serra
APRRAF:	Associação dos Produtores Rurais do Rio Acima e Faxinal
APRREN:	Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Promissão
APRT:	Associação dos Produtores Rurais de Tarabai
APRUBAM:	Associação dos Produtores Rurais do Bairro Araras de Manduri
APRUMAR:	Associação dos Produtores Rurais do Município de Assis e Região
APRUP:	Associação dos Produtores Rurais de Pacaembu
APRUPAR:	Associação de Produtores Rurais de Pardinho
APRUPO:	Associação de Produtores Rurais de Pontalinda
ASMASSARI:	Associação dos Moradores do Assentamentos Santa Rita I
ASPLAPA:	Associação dos Produtores Rurais de Laranjal Paulista
ASSOHORTE:	Associação dos Agricultores Familiares de Capivari e Região
ASSOMAR:	Associação de Produtores Rurais de Mariápolis
ATE:	Associação Timbó Expeditense
ATER:	Assistência Técnica e Extensão Rural
AUAB:	Associação União dos Assentamentos de Brejo Alegre e Birigui
AVA:	Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho
BANCO MUNDIAL:	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNCC:	Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A.
BNDES:	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BR:	Brasil
CA:	Casa da Agricultura
CACRETUPI:	Cooperativa Agrária e de Cafeicultores da Região de Tupi Paulista
CADIN Estadual:	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo
CAFA:	Cooperativa Agrícola da Fazenda Aliança
CAFENATO:	Associação dos Produtores de Café Natural do Bairro do Paraíso do Alto de Torrinha
CAFS:	Cooperativa dos Agricultores Familiar Solidários

CAISP:	Cooperativa Agrícola de Ibiúna
CATI:	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CBRN:	Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais
CDRS:	Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável
CFP:	Companhia de Financiamento da Produção
CIBRAZEM:	Companhia Brasileira de Armazém
CMDR:	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNA:	Conferência da Agricultura e Pecuária do Brasil
CND INSS:	Certidão Negativa de Débito do Instituto Nacional do Seguro Social
CND Receita Federal:	Certidão Negativa de Débito junto à Receita Federal
CNPJ:	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COAAF:	Cooperativa de Apicultores e Agricultores Familiares de Araras e Região
COACAVO:	Cooperativa do Agronegócio e Armazenagem de Votuporanga
COAF:	Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar
COAF:	Cooperativa da Agricultura Familiar de Presidente Prudente
COAFAI:	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itararé
COAG:	Cooperativa Agrícola de Guatapará
COAGROCAMP:	Cooperativa Agropecuária Familiar de Nova Campina
COAGROSOL:	Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis e Região
COAPAR:	Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentamentos e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo
COAPINSP:	Cooperativa Agropecuária dos Apicultores da Região Noroeste de São Paulo
COAPRI:	Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva
COARPA:	Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Palestina
COBAL:	Companhia Brasileira de Alimentos
COBRAC:	Cooperativa Agropecuária do Brasil Central
COCAPEC:	Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas
CODAFAVO:	Cooperativa da Agricultura Familiar de Votuporanga
CODASP:	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo
CODEAGRO:	Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios
COFEHIDRO:	Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos
COFRUCAR:	Cooperativa dos Fruticultores de Cândido Rodrigues
COLAN:	Cooperativa de Laticínios Angatubense
CONAB:	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA:	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG:	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOMAPRE:	Cooperativa Mista de Agricultores, Apicultores, Pecuaristas e Pescadores de Porto Feliz e Região
COONAI:	Cooperativa Nacional Agroindustrial

COOPABAN:	Cooperativa Palmitalense de Bananicultores
COOPADRA:	Cooperativa de Produtores Agropecuários de Dracena
COOPAFAPS:	Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Pilar do Sul e Região
COOPAFASB:	Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras
COOPAJ:	Cooperativa Agrícola de Junqueirópolis
COOPAM:	Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Motuca e Região
COOPANSP:	Cooperativa dos Produtores Agropecuários e São Pedro
COOPASMA:	Cooperativa Agrícola São Miguel Arcanjo
COOPBAR:	Cooperativa de Produtores Rurais de Barretos e Região
COOPERACRA:	Cooperativa da Agricultura Familiar e Agroecológica
COOPERAGUA:	Cooperativa Agropecuária de Produtos Sustentáveis do Guapuruvu
COOPERIOPRETO:	Cooperativa dos Produtores Rurais de São José do Rio Preto
COOPERMOTA:	Cooperativa dos Cafeicultores da Média Sorocabana
COOPERPRATA:	Cooperativa Prata de Cafés Especiais
COOPIHORT:	Cooperativa Piracicabana de Horticultores
COOPINHAL:	Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Pinhal
COOPJUQUI:	Cooperativa dos Produtores Rurais de Juquitiba e Região
COOPLAP:	Cooperativa dos Produtores de Leite do Alto Paraíba
COOPPAF:	Cooperativa de Pescadores e Produtores da Agricultura Familiar
COOPRAFRAN:	Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Artur Nogueira
COPLAC:	Cooperativa dos Produtos Lacteos- Coplacana
CRCE:	Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades
CRF:	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
DAEE:	Departamento de Águas e Energia Elétrica
DAP:	Declaração de Aptidão PRONAF
DSMM:	Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes
	Associação de Produtores Agroecológicos da Mata Atlântica do Vale do Ribeira
EDR:	Escritório de Desenvolvimento Rural
EGF:	Empréstimos do Governo Federal
EMBRATER:	Empresa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAF MERCOSUL:	Fundo de Agricultura Familiar do Mercado Comum do Sul
FAO:	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAOP:	Fruticultores Associados do Oeste Paulista
FAPIDRA:	Feira Agropecuária e Industrial de Dracena
FAT:	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FATES:	Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social
FEAP:	Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista
FEHIDRO:	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
FGTS:	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FHC:	Fernando Henrique Cardoso
FMI:	Fundo Monetário Internacional
FNDE:	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEDRA:	Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária
GMC:	Grupo Mercado Comum
Ha:	Hectare(s)
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA:	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA:	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITESP:	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LEADER:	Programa Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
LGBT:	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LI:	Licença de Instalação
LO:	Licença de Operação
LP:	Licença Prévia
LUPA:	Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo
M²:	Metro(s) quadrado(s)
MAPA:	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA:	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB:	Movimento Democrático Brasileiro
MDS:	Ministério do Desenvolvimento Social
MERCOSUL:	Mercado Comum do Sul
MIRAD:	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST:	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NUMA:	Núcleo de Meio Ambiente
ONGs:	Organizações Não-Governamentais
OPEP:	Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)
PAA:	Programa de Aquisição de Alimentos
PDRS:	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado
PEC:	Plano de Empreendimento Comunitário
PEMH:	Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas
PFZ:	Programa Fome Zero
PGPM:	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIP:	Plano Individual da Propriedade
PMDRS:	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
PNAE:	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDRS:	Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
PPAIS:	Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social
PRONAF:	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP:	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PT:	Partido dos Trabalhadores

REAF:	Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar
RER:	Revista de Economia e Sociologia Rural
SAA:	Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo
SAF:	Sistema Agroflorestal
SDT:	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAD:	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEADE:	Sistema Estadual de Análise de Dado
SIBRATER:	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SIOP:	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPAF:	Selo de Identificação da Agricultura Familiar
SISAN:	Sistema Nacional de Segurança, Alimentar e Nutricional
SMA:	Secretaria do Meio Ambiente
SNCR:	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUAS:	Sistema Único de Assistência Social
SUS:	Sistema Único de Saúde
U.A(s)	Unidade(s) Animal(is)
UFPA:	Universidade Federal do Pará
UGP:	Unidade de Gerenciamento de Projeto
Un.	Unidade(s)
UNICAMP:	Universidade Estadual de Campinas
UNOESTE:	Universidade do Oeste Paulista
UPAs:	Unidade(s) de Produção Agropecuária
USCS:	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
VPL:	Valor Presente Líquido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 28

2 CAPITAL SOCIAL E ASSOCIATIVISMO RURAL 42

2.1 O avanço da democratização da sociedade brasileira, processo de descentralização político-administrativa e desenvolvimento local (endógeno) 42

2.2 Conceito de capital social 50

2.3 Associativismo rural 59

2.3.1 Associativismo no contexto brasileiro 63

3. A ABORDAGEM TERRITORIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS 71

3.1 O conceito de políticas públicas e o capital social 72

3.2 As políticas públicas nos anos 1990 73

3.3 Desenvolvimento territorial 81

3.4 O Programa LEADER e sua influência no desenvolvimento de políticas públicas territoriais no Brasil 82

3.5 PRONAF e Microbacias 84

3.6 O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II– Acesso ao Mercado 88

3.6.1 Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I) 88

3.6.2 Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo 92

4 O MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO NOS EDRs DE PRESIDENTE PRUDENTE E DRACENA NO ESTADO DE SÃO PAULO 115

4.1 O Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo 116

4.1.1 Iniciativas de negócios aprovadas no âmbito do Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo 129

4.2 O Microbacias II – Acesso ao Mercado nos EDRs de Presidente Prudente e Dracena 137

4.2.1 Processo de formação dos municípios que compõem o EDR de Presidente Prudente e de Dracena 137

4.2.2. Perfil socioeconômico dos municípios que tiveram organizações coletivas com projetos aprovados no EDR de Presidente Prudente 139

4.2.3 Perfil socioeconômico dos municípios que tiveram organizações coletivas com projetos aprovados no EDR de Dracena 143

4.3 Os EDRs de Presidente Prudente e Dracena: dinâmicas de acesso ao Microbacias II – Acesso ao Mercado 147

4.3.1 EDR de Presidente Prudente - Primeira a segunda chamada pública 152

4.3.2 EDR de Dracena 155

5 A IMPLEMENTAÇÃO DO MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO NOS MUNICÍPIOS DE RANCHARIA E DRACENA 161
5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES 180
5.1.1 Patrulha agrícola 200
5.1.2 Reformas das Casas da Agricultura 202
5.1.3 Manutenção das estradas rurais 204
6 PERFIL DOS PRODUTORES RURAIS, ANÁLISE DAS UNIDADES PRODUTIVAS, DA PRODUÇÃO E DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS PELOS ENTREVISTADOS DA APRA, APRD E COOPADRA CONTEMPLADOS PELO MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO 209
6.1 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTORES RURAIS PERTENCENTES À APRA, À APRD E DE SUAS UNIDADES PRODUTIVAS 210
6.2 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTORES RURAIS PERTENCENTES À COOPADRA E DE SUAS UNIDADES PRODUTIVAS 220
6.2 1 Identificação do produtor rural cooperado 232
6. 2.2 Características das unidades produtivas 232
6.2.3 Exploração da Unidade Produtiva – Utilização das terras 235
6.3 COOPERATIVA 239
6.3.1 Avaliação do produtor rural da APRA, APRD e COOPADRA em relação à política pública do Governo Federal PRONAF 240
6.4 AVALIAÇÃO DO PROJETO MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO PELOS PRODUTORES CONTEMPLADOS DA APRA, APRD E COOPADRA 241
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 250
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 256
APÊNDICES 277
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura 277
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista com Representantes da Casa da Agricultura 280
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista com Representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural 283
APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista com Representantes da Associação 284
APÊNDICE E - Roteiro de Entrevista com produtores rurais 287
APÊNDICE F - Roteiro de Entrevista com Representante da CATI 297
APÊNDICE G - Alterações relevantes no manual operacional do Microbacias II – Acesso ao Mercado 300

APÊNDICE H – Detalhes do Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo – 1ª a 6ª chamada 302

APÊNDICE I - Mapas das iniciativas de negócios (por cadeias produtivas) empreendidas pelas associações e/ou cooperativas de agricultores familiares do Estado de São Paulo ... 338

APÊNDICE J - Chamadas públicas nos EDR de Presidente Prudente e de Dracena 358

ANEXO A – Decreto nº 58.211 aprova o projeto de incentivo às iniciativas de negócio das organizações de produtores rurais – Microbacias II. 388

ANEXO B – Decreto nº 64.131, de 11 de março de 2019 390

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho buscou-se compreender a temática do associativismo rural, do capital social e das políticas públicas e como estas vêm sendo empreendidas no Estado de São Paulo, com foco na sua região oeste. O associativismo rural pode proporcionar a formação e o fortalecimento do capital social, por meio da articulação, formal e informal, de um grupo de pessoas que buscam interesses comuns, sejam econômicos, políticos, sociais e culturais. O associativismo rural também pode facilitar a participação em políticas públicas que contemplem a agricultura familiar, levando em conta que determinadas regiões têm diferentes dinâmicas de acesso aos programas e ou/projetos, resultando em disparidades regionais.

Neste sentido, torna-se relevante aprofundar os estudos acerca das formas de associativismo que vêm sendo empreendidas no Estado de São Paulo**,** mais precisamente na sua porção oeste, tendo como recorte espacial os municípios de Rancharia e Dracena que tiveram associações e/ou cooperativa com plano de negócios aprovados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, no período compreendido entre os anos de 2011 e 2018.

O trabalho teve como problemática principal o interesse pelo estudo e a análise das associações formais de produtores rurais apreendidas como estratégia de gestão da agricultura familiar. Essa problemática justifica-se pelo fato de que a modernização da agricultura provocou a intensificação das relações capitalistas no campo e ocasionou profundas mudanças, como a expropriação de inúmeros pequenos produtores rurais. Para aquela parcela que conseguiu, apesar das inúmeras adversidades, se manter produzindo e vivendo no/do campo, além de se inserir no mercado, uma das alternativas encontrada foi o associativismo utilizada como estratégia de sobrevivência e de reprodução social, propiciando também o acesso às políticas públicas, como o Microbacias II.

No Brasil, o processo de modernização da agricultura aconteceu a partir de meados da década de 1960, com um conjunto de transformações implementadas pelo Estado para o setor agropecuário, alterando a sua base técnica em virtude do interesse de segmentos do capital urbano e industrial. Os processos de urbanização e industrialização acarretaram crises de abastecimento, em especial nos grandes centros urbanos do país, exigindo o aprofundamento do processo de tecnificação do campo. Alterando as bases técnicas entra em cena o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) oferecendo recursos a juros subsidiados para aquisição de máquinas e equipamentos modernos, apoiados por grupos de interesse como políticos das

oligarquias rurais, da burguesia industrial nacional[1] e internacional interessados em ampliar o mercado consumidor.

Ao mencionar o caso brasileiro, Hespanhol e Hespanhol (2004) destacam que entre meados dos anos de 1960 e o início dos anos 1980, praticamente toda a política agrícola nacional permaneceu centralizada na esfera federal. O crédito rural subsidiado constituiu-se no principal instrumento de política agrícola e de estímulo ao processo de modernização da agropecuária. Os recursos e, consequentemente, as ações ficaram centralizadas no governo federal, deixando-se, assim, as esferas municipal e estadual à margem dos principais processos.

É importante ressaltar que a ação do Estado, em particular no período pós 1964, privilegiou a grande propriedade rural, geradora de divisas, por meio da exportação de produtos agrícolas. O avanço no consumo de produtos industrializados por parte da agricultura intensificou as relações entre este setor e a indústria, fomentando e consolidando os complexos agroindustriais[2].

Convém deixar claro que o pequeno produtor rural ocupou um lugar à margem dos projetos de modernização do Estado, sendo impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social de produção. Dois fatores foram importantes para a formulação de políticas[3] para esse segmento específico: a) as reivindicações dos trabalhadores rurais, que começam a ter voz ativa já na Constituição de 1988[4]**,** com a inclusão social dos trabalhadores rurais na previdência social, garantindo direitos iguais aos homens e mulheres,

[1]A burguesia industrial defendia que a agricultura era um obstáculo ao pleno desenvolvimento capitalista, já que a mesma era incapaz de absorver novas tecnologias e sua produtividade era baixa (NOMURA, 2001).

[2] "Os Complexos Agroindustriais formaram-se articulações entre a agricultura e a indústria. A agricultura perde sua autonomia de produtora de bens de consumo final, quando passa a depender da indústria à montante (maquinários e insumos provenientes da indústria à montante), e da indústria à jusante (as agroindústrias que passam a processar os bens intermediários provenientes da agricultura, transformando em bens de consumo) " (SANTOS, 2013, p. 36-37). Entenda-se por Complexo Agroindustrial "[...] um conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. O Complexo Agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias" (MÜLLER, 1989b, p. 41).

[3] De acordo com Souza (2005, p. 26) "[...] a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que Governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real". Entretanto, o processo de "[...] formulação de políticas públicas não é tão simples e pacífico como aparenta ser, pois diferentes grupos e atores sociais terão opiniões divergentes sobre essa formulação [...] criando uma arena decisória" (DUARTE, 2017, p. 126).

[4] Vale ressaltar ainda que a Constituição Federal de 1988 se tornou num marco em relação às políticas públicas, destacando-se pela concessão de autonomia político-administrativa aos municípios, estando a descentralização num contexto de redemocratização (APARECIDO; HESPANHOL, 2014). Com a concessão de autonomia político-administrativa aos municípios se atribuiu novas responsabilidades e obrigações para o município. Ainda que transformado em agente executor de políticas públicas com potencial para promover o desenvolvimento local, "[...] o município tem autonomia restrita à execução: a maior parte dos recursos transferidos tem destinação pré-definida pelo governo central" (NAZARETH, 2015, p. 129).

trazendo impactos sociais e econômicos significativos; e b) estudos realizados conjuntamente pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que definiram com maior precisão conceitual a agricultura familiar.

Estudiosos, representantes dos pequenos agricultores e gestores públicos passam a reivindicar o reconhecimento do termo agricultor familiar como categoria social e a necessidade de formular políticas públicas para atender as demandas sociais, econômicas e políticas deste segmento (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

No decorrer da década de 1990, os pequenos agricultores encontravam-se excluídos das políticas públicas[5] e muitos permaneceram no meio rural em situação econômica e social precária. Segundo Guanziroli *et al.* (2001, p. 42) "para eliminar a pobreza no campo e a redução de pressão migratória sobre as cidades, faz-se necessário um projeto de desenvolvimento rural apoiado na produção familiar".

As ações governamentais foram direcionadas ao meio rural voltadas para a agricultura familiar. O termo agricultura familiar é incorporado como expressão institucionalizada pela primeira vez no Brasil por meio de políticas públicas direcionadas ao segmento. Dois eventos de relevância política ocorridos na década de 1990 devem ser considerados como importantes para a disseminação do uso do termo agricultor familiar no Brasil: a assinatura do tratado de Assunção[6], que deu origem ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991, se constituindo numa importante plataforma para disseminação de políticas públicas entre os países membros (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), e o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

> [...] lançado oficialmente pelo governo brasileiro em agosto de 1995, como uma linha especial de crédito de custeio, denominado Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foi institucionalizado e regulamentado como programa governamental [...] em junho de 1996, quando passou a integrar o Orçamento Geral da União, sendo denominado PRONAF

[5] Segundo Oliveira (2010) os pequenos agricultores encontravam-se excluídos do acesso a política pública do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) institucionalizado pela aprovação da Lei n. 4.829, de 5 de novembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n. 58.380, de 10 de maio de 1966, pautado na lógica produtivista do pacote tecnológico introduzido a partir de 1965, tendo como mola propulsora a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que subsidiou a incorporação de insumos modernos proveniente da indústria emergente e, voltados para a produção e exportação de *commodities*.

[6] Por meio da Resolução Nº 11/2004 do Grupo Mercado Comum (GMC) fixou como objetivos da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) estimulando o fortalecimento das políticas públicas para o setor e a promoção e facilitação da comercialização dos produtos originários da agricultura familiar. Através da Decisão CMC N° 45/08, criou-se o Fundo de Agricultura Familiar do MERCOSUL (FAF MERCOSUL) para financiar programas e projetos de estímulo à agricultura familiar e permitir uma ampla participação dos atores sociais nas atividades vinculadas ao tema.

> [...] três princípios básicos: a descentralização, a participação e o estabelecimento de parcerias (HESPANHOL, 2000, p. 97).

A implementação de políticas públicas com perspectivas setoriais, territorial e incentivo à organização coletiva ganham destaque no âmbito do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O PRONAF é considerado a principal política pública do Governo Federal criada nos anos 1990 para apoiar os agricultores familiares. Executado pelo MDA[7] tem como objetivo o fortalecimento das atividades produtivas geradoras de renda nas unidades familiares de produção, com linhas de financiamento rural adequadas à sua realidade. Utilizando de estratégias de (re) produção socioeconômica, os pequenos produtores rurais que, normalmente, apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho econômico, têm na formação de associações um mecanismo que lhes garante melhor atuação para se inserir no mercado e para a formação e o fortalecimento do capital social de uma determinada região. Aguiar e Ferreira Neto (2014) salientam que os economistas do Banco Mundial acreditam que o fortalecimento do capital social é uma alternativa para os excluídos, pois, por meio de uma rede social, eles buscam o bem comum. Por isso, essa organização mundial considera importante a sua existência para que programas de desenvolvimento rural possam inserir os associados em projetos que fomentem os aspectos de cunho econômicos, políticos e sociais.

As associações representam os interesses socioeconômicos dos pequenos produtores rurais, reconhecimento político, que se expressa no poder de pressão e nos resultados das articulações junto ao poder local e aos órgãos oficiais (SANTOS, 2013).

Muitos setores produtivos são capazes de associar suas empresas a fim de defender interesses comuns, mas, no caso do setor agropecuário, a consolidação de grupos formais ou informais que almejam ideias parecidas é uma tarefa difícil de executar. A dificuldade encontrada no setor é o grande número de unidades de produção agropecuária que diverge em termos de tamanho, capital e tecnologia (FARIAS, 2013).

Desta forma, a hipótese norteadora deste trabalho é a de que as associações/cooperativas de produtores rurais foram adquirindo cada vez mais relevância no espaço rural brasileiro após 1990. No caso do Estado de São Paulo, esse fomento à organização coletiva por meio de

[7] Vale a pena ressaltar, segundo Veloso (2017, p. 28, sic) que uma das primeiras medidas do governo de Michel Temer, no mês de maio de 2016, por meio da Medida Provisória 726, foi extinguir o MDA e outros ministérios (Cultura; Mulheres, Igualdade Racial e Direito das Mulheres), entre outros. Num primeiro momento, fundiu o MDA com o MDS, formando o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA. Mas, logo recuou e incorporou o extinto MDA junto à Casa Civil da Presidência da República. No mês de agosto de 2016, foi criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil, que ficou ao encargo das estruturas e atribuições do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário.

associações/cooperativas foi intensificado a partir do estabelecimento de parceria com o Banco Mundial, implementando, a partir de 2000, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II (PDRS). Pretende-se compreender porque, mesmo tendo como base esse projeto, a organização coletiva dos agricultores nos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) de Dracena e Presidente Prudente apresentam diferentes dinâmicas de acesso ao projeto no período compreendido entre 2011 e 2018.

Nesse contexto, emergiu as seguintes questões: Porque os dois EDRs apresentam diferentes resultados obtidos no acesso ao Projeto Microbacias II? Qual é a importância das associações/cooperativa como grupos formais para o fomento ao acesso à política pública do Microbacias II – Acesso ao Mercado?

A pesquisa teve como objetivo principal analisar o associativismo e/ou cooperativismo rural no contexto de uma política pública de âmbito estadual – Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - que pode se constituir como um elemento estratégico para captar o capital social acumulado em um determinado arranjo produtivo, contribuindo para a reprodução social dos agricultores familiares.

Para tanto, considerou-se como recorte espacial da pesquisa, inicialmente a escala regional dos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) de Presidente Prudente e Dracena (Mapas 1 e 2), e depois, a municipal, com a seleção de Rancharia e Dracena, que tiveram associações/cooperativa com planos de negócios aprovados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, no período compreendido entre os anos de 2011 e 2018.

Os objetivos específicos desdobram-se em:

a) Estudar e refletir sobre o associativismo rural e o capital social, identificando e analisando o papel exercido pelas associações na formação e no fortalecimento do capital social dos produtores associados;

b) Compreender, do ponto de vista conceitual, a importância das políticas públicas elaboradas para o meio rural na perspectiva do desenvolvimento.

c) Contextualizar as etapas de implementação do Microbacias II - Acesso ao Mercado II, identificando como os arranjos institucionais e operacionais se articulam para a execução da referida política pública no Estado de São Paulo.

d) Compreender no âmbito do Estado de São Paulo como o Microbacias II - Acesso ao Mercado contemplou, por meio das chamadas públicas, iniciativas de negócios empreendidas pelas associações e ou cooperativas de agricultores familiares convencionais, assentados, comunidades indígenas e quilombolas.

e) Investigar as diferentes dinâmicas regionais dos EDRs de Presidente Prudente e Dracena no acesso ao Microbacias II e a articulação dos diferentes atores sociais envolvidos na implementação da referida política pública nos municípios selecionados.

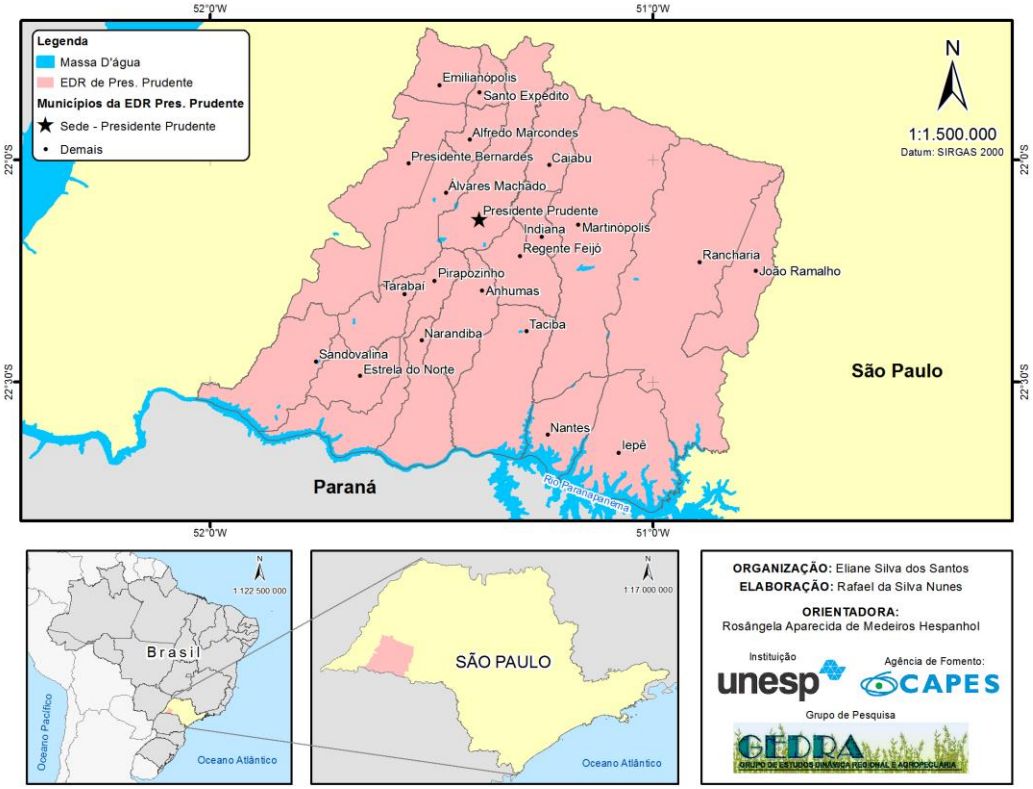
f) Identificar as estratégias de organização coletiva formais e sua importância econômica e social para os produtores contemplados com a referida política pública nos municípios selecionados.

g) Caracterizar o perfil dos produtores associados contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado com o intuito de analisar como estes têm acessado a política pública na forma coletiva e individual, fomentando a cadeia produtiva em que estão inseridos e analisar as unidades produtivas, a produção e as máquinas e equipamentos adquiridos pelos entrevistados da APRA, APRD e COOPADRA.

A tese que defendemos é a de que o associativismo e/ou cooperativismo fortalece(m) o capital social e fomenta(m) a adesão às políticas públicas, a exemplo do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado.

O EDR de Presidente Prudente é composto por 21 municípios, quais sejam: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Emilianópolis, Estrela do Norte, Iepê, Indiana, João Ramalho, Martinópolis, Nantes, Narandiba, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Rancharia, Regente Feijó, Sandovalina, Santo Expedito, Taciba e Tarabai (Mapa 1).

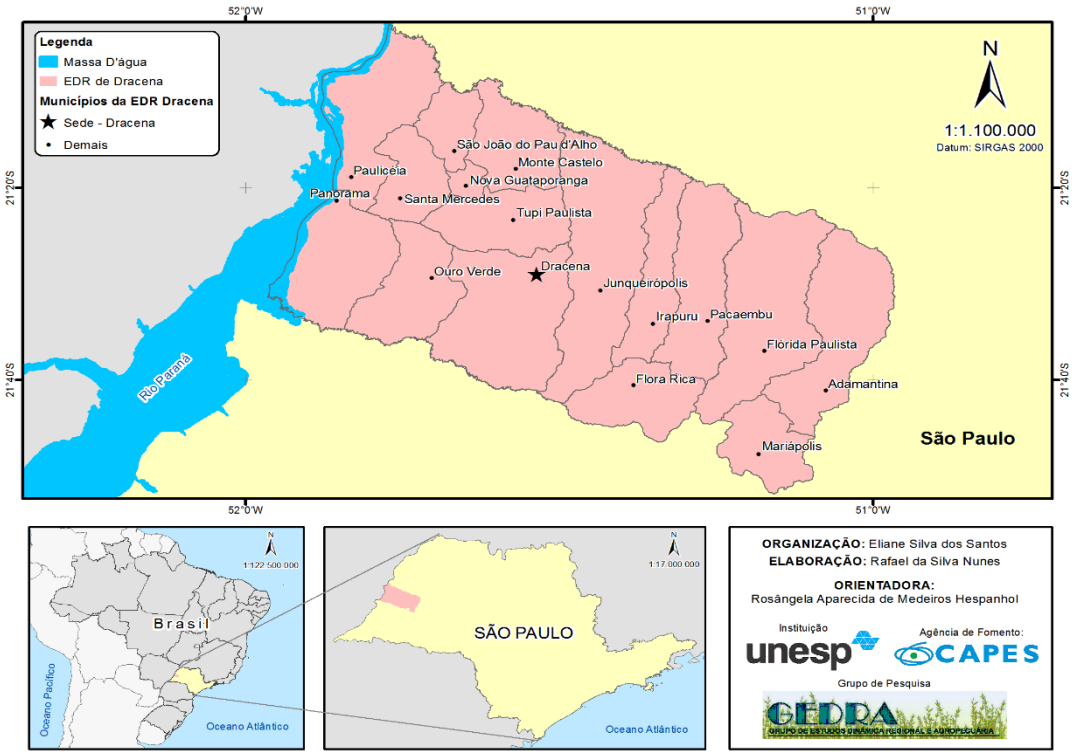
Mapa 1: Localização dos municípios que integram o EDR de Presidente Prudente – Estado de São Paulo



Fonte: IBGE (2010); SEADE (2017) Org. Eliane Silva dos Santos e Elaboração Rafael da Silva Nunes.

O EDR de Dracena é compreendido por 16 municípios, a saber: Adamantina, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho e Tupi Paulista (Mapa 2).

Mapa 2: Localização dos municípios que integram o EDR de Dracena – Estado de São Paulo

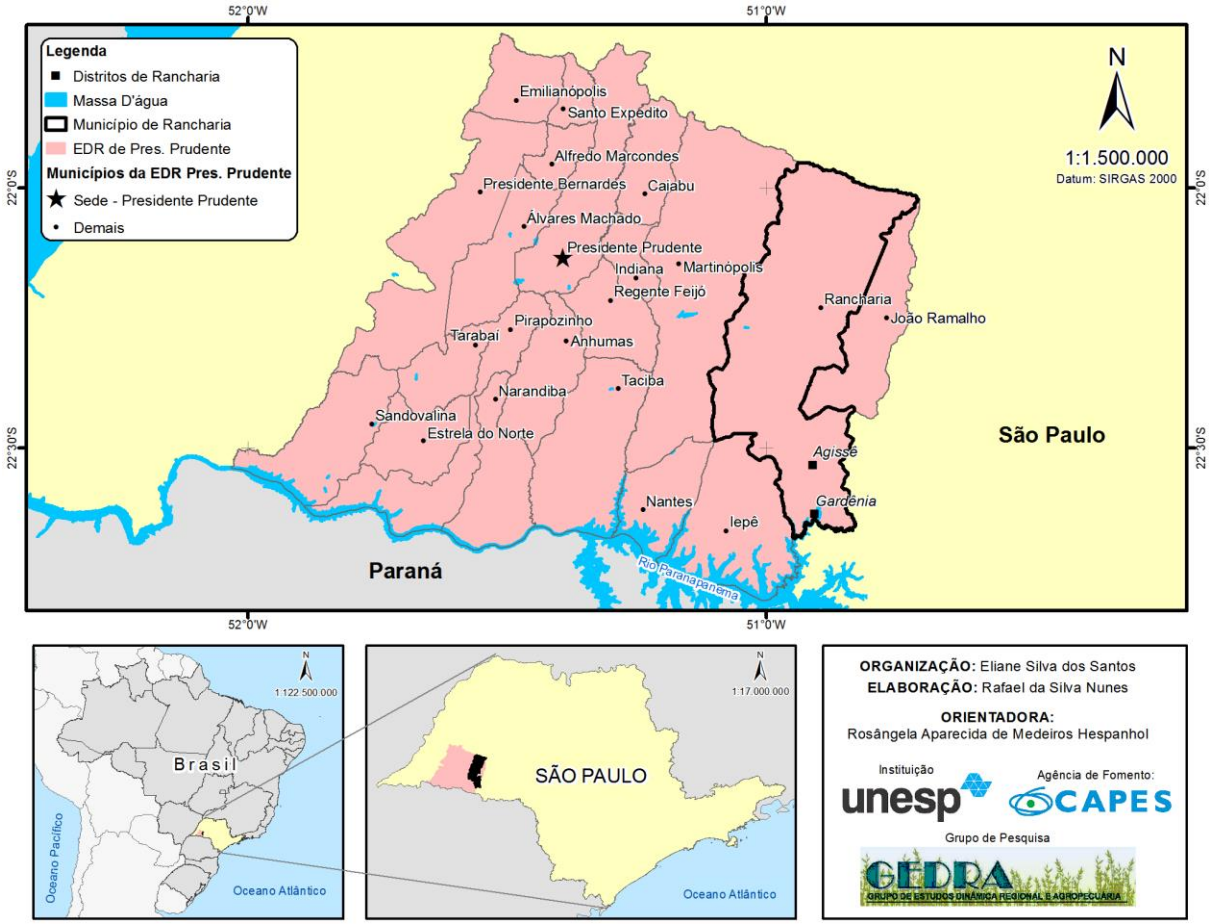


Fonte: IBGE (2010); SEADE (2017) Org. Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes.

O município de Rancharia localiza-se no Estado de São Paulo, na região Sudeste do Brasil, e está localizado no sudoeste do estado de São Paulo, na região conhecida como Pontal do Paranapanema, onde no passado ocorreram conflitos agrários, uma vez que sua trajetória histórica foi marcada por irregularidades que tiveram origem a partir de 1856. Rancharia[8] está a 520 km da capital estadual e 57 Km de Presidente Prudente. Seu território, segundo dados do IBGE (2010), é de 1.587,498 Km² e abriga uma população total de 29.726 habitantes. A sede do município situa-se a 22º 45' 23" de latitude sul e 50º 53' 35" de longitude oeste e possui dois (2) distritos, quais sejam: Agissê e Gardênia. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0,741, enquanto o do Estado de São Paulo é de 0,783 (IBGE 2010) (Mapa 3).

[8]A riqueza econômica do município está baseada na produção agropecuária. Na década de 1950, as principais culturas eram o algodão, que deu o título ao município de "Capital Estadual do Algodão", além do feijão, milho, arroz, café e pecuária. Com o decorrer dos anos, a cultura do algodão foi perdendo espaço e um dos fatores determinantes foi que a maioria dos plantadores de algodão eram arrendatários, e muitos deles nordestinos, e com o término da colheita do algodão, eles viajavam para seus respectivos estados, outros tiveram dificuldades de obtenção de terras para arrendamento, decorrente do uso apenas para a criação de gado de forma extensiva. Nos dias atuais, a bovinocultura de corte tem grande importância econômica para o município, pois seus criadores se dedicam a cria, recria e engorda, com um plantel de 125.168 U.A (Unidade Animal). A área ocupada com pastagem é de 92.714 ha, com culturas temporárias como: cana de açúcar, soja, mandioca, amendoim, milho, melancia, dentre outras, ocupando uma área de 34.781 ha, culturas perenes com 890 ha e reflorestamento 3.451 ha (PMDR-RANCHARIA, 2010).

Mapa 3: Localização do município de Rancharia no EDR de Presidente Prudente – Estado de São Paulo



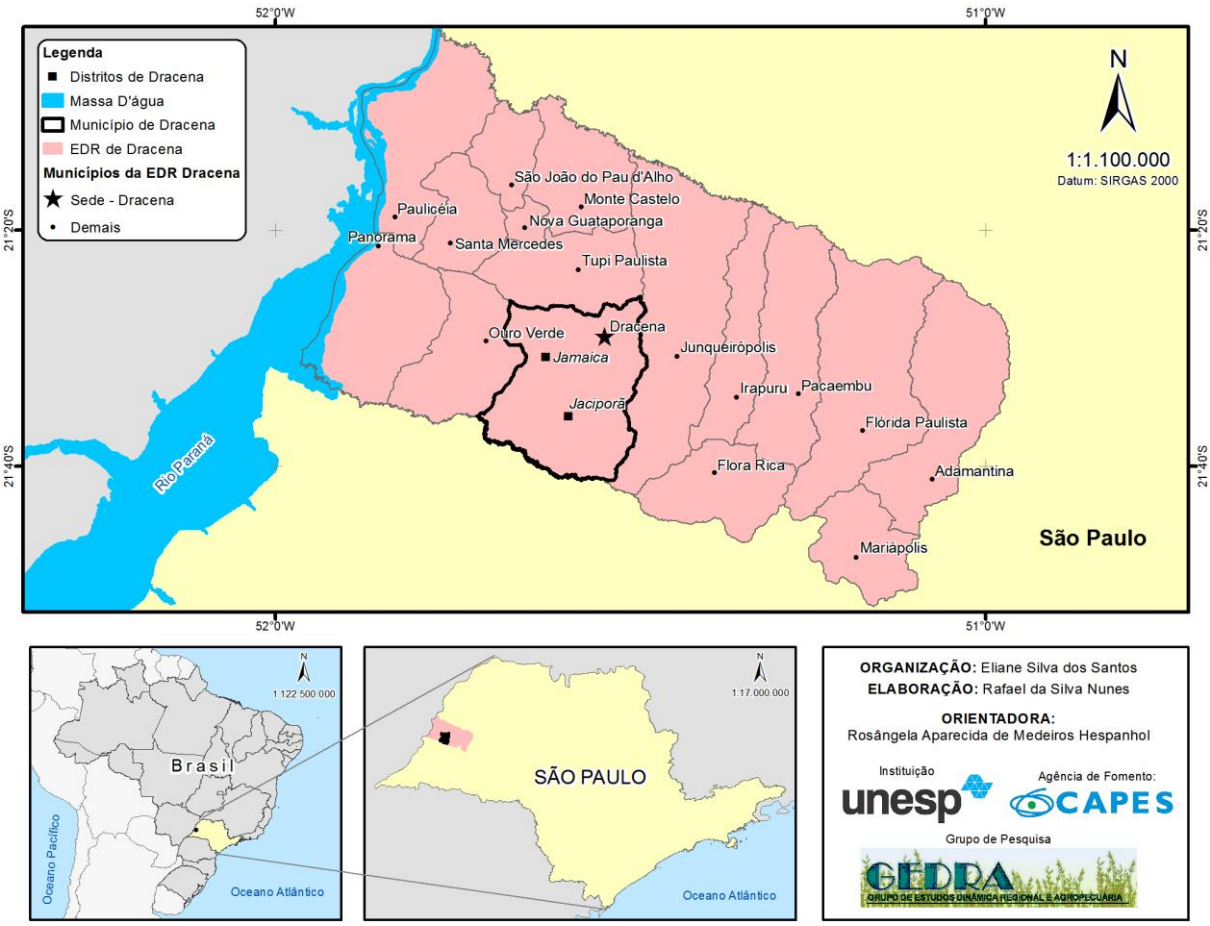
Fonte: IBGE (2010); SEADE (2017) Org. Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes.

O município de Dracena, por sua vez, está localizado na Região Oeste do Estado de São Paulo. Está a 651 Km da Capital Estadual pela SP 294 e a 125 Km de Presidente Prudente pela SP 563 e SP 270. Seu território, segundo dados IBGE (2010), é de 487,688 Km² e abriga uma população total de 43.258 habitantes (IBGE 2010). A sede do município situa-se a Latitude Sul 21º 28’ 57’’ e 51º 31’ 58’’ de longitude W e possui dois (2) distritos, quais sejam: Jamaica e Jaciporã. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0,751, enquanto o do Estado de São Paulo é de 0,783 (IBGE, 2010) (Mapa 4).

A escolha desses dois municípios, ou seja, Rancharia e Dracena, para a realização da pesquisa se deu em virtude de ambos fazerem parte das áreas prioritárias para a aplicação de recursos públicos do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II e também a escolha das organizações coletivas que tiveram seus planos de negócios aprovados, que já estavam consolidadas e estruturadas, além de contarem com líderes atuantes. Outro critério para a seleção foi que esses dois municípios estão localizados em diferentes EDRs, ou seja,

Rancharia está no EDR de Presidente Prudente e Dracena no EDR de Dracena, possibilitando a compreensão das diferenças regionais.

Mapa 4: Localização do município de Dracena no EDR de Dracena – Estado de São Paulo



Fonte: IBGE (2010); SEADE (2017) Org. Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes.

O conjunto de procedimentos metodológicos utilizado para o desenvolvimento da pesquisa está estruturado em parâmetros quantitativos e qualitativos.

Inicialmente, o aprofundamento e o aprimoramento teórico-metodológico desta pesquisa foram baseados na revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos, por meio da utilização de livros, artigos de periódicos e conteúdos disponíveis pela internet e *sites* de teor científico (sobre a agricultura familiar, capital social, associativismo e políticas públicas).

Foram necessárias também a coleta e a análise de fontes documentais e de dados de fontes secundárias que serviram de suporte à investigação da pesquisa. Informações do *site* do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (SAA/CATI), por

meio do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) –2016/2017, levantamento censitário do LUPA disponível.

Foram consultados os *sites:* i) do IBGE, por meio dos Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006, sobre as práticas agrícolas dos agricultores do município; do Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) sobre: população, grau de urbanização e participação dos setores da economia do recorte espacial de estudo entre 2011 e 2017 dos municípios que foram contemplados com o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado em relação aos indicadores socioeconômicos e características gerais da população dos municípios estudados.

Para a coleta de informações de fonte primária foram realizadas entrevistas com base em roteiros pré-elaborados, com agentes institucionais locais, tais como representantes das Secretarias Municipais de Agricultura (Apêndice A); técnicos das Casas da Agricultura (Apêndice B), representantes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) (Apêndice C) e presidentes das associações e cooperativa de produtores rurais para obter dados dos projetos que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado nos municípios de Rancharia e Dracena (SP) (Apêndice D), que tiveram importância fundamental na implementação do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Foram necessários também a elaboração e a aplicação de formulários (Apêndice E) junto aos produtores rurais associados ou cooperados dos municípios de Dracena e Rancharia que eram proprietários de unidades produtivas, que desenvolvessem a agropecuária como principal atividade econômica e que tivessem sido contemplados com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado. A aplicação desse formulário teve como intuito caracterizar o perfil dos produtores rurais associados/cooperados contemplados pela referida política pública e analisar como eles tem acessado, de forma coletiva ou individual, e como esses recursos tem fomentado a cadeia produtiva em que estão inseridos. Para a organização e aplicação do formulário foi considerada uma amostra dos produtores rurais, delimitada com base nos dados coletados sobre o número de associados/cooperados que participavam do Microbacias II – Acesso ao Mercado nos municípios de Rancharia e Dracena (SP).

No município de Rancharia, o foco foi a Associação dos Produtores Rurais de Agissê (APRA), que tem sua sede no distrito de Agissê, conta com um total de 150 associados, sendo que destes, 39 produtores rurais (representando 24% do total) participaram do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado em sua fase inicial. Posteriormente houve a desistência de 18 deles no Plano Individual da Propriedade em

decorrência de idade avançada, falecimento, medo de perder a terra por conta da contrapartida de 30% dos recursos, mudança de município, dentre outros. Vale ressaltar, no entanto, que mesmo desistindo do Plano Individual da Propriedade, 21 associados permaneceram no Projeto de Iniciativa de Negócio. Diante da desistência de alguns produtores rurais, foram entrevistados 14, ou seja, 50% dos 28 participantes da referida política pública em sua fase final.

No município de Dracena, por sua vez, o foco foi a Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD), que também conta com um total de 150 associados, sendo que 28 produtores rurais (representando 18,7% do total) estiveram envolvidos no Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado em sua fase inicial. Entretanto, houve a desistência de dois (2) deles que haviam sido contemplados com os recursos coletivos (PEC) e que ao serem beneficiados não permaneceram no projeto em virtude de terem medo de perder a terra por conta da contrapartida de 30% dos recursos. Sendo assim, foram entrevistados 14 ou 53,85% dos 26 participantes da referida política pública na modalidade coletiva. Desses, cinco (5) não se beneficiaram da iniciativa individual.

Na Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Dracena (COOPADRA), também no município de Dracena, foram 28 cooperados envolvidos no Microbacias II – Acesso ao Mercado, na sua fase inicial. Desse modo, foram entrevistados 50% do total, ou seja, 14 produtores rurais (Tabela 1).

Tabela 1: Número de produtores associados e/ou cooperados participantes do Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado (fase final) e amostra de entrevistados

Organização Coletiva dos produtores rurais	**Produtores participantes do Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado (fase final)**	**Número de entrevistados**	**Porcentagem de Entrevistados**
Associação dos Produtores Rurais de Agissê (APRA)	28	14	50,00
Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD)	26	14	53,85
Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Dracena (COOPADRA)	28	14	50,00
Total	82	42	51,21

Fonte: EDRs Presidente Prudente e Dracena (2018). Org. Eliane Silva dos Santos (2018).

A pesquisa de campo ocorreu nos meses de junho e agosto de 2017 no município de Rancharia e no seu distrito (Agissê), onde se localiza a sede da APRA; e nos meses de junho, agosto e dezembro de 2018 no município de Dracena, onde se localizam as sedes da APRD e da COOPADRA. No mês de janeiro de 2019 realizamos novas visitas a campo para coletarmos mais informações e dados que consideramos necessários.

Chegamos aos produtores rurais que concederam as entrevistas por meio da indicação feita pelos presidentes das associações e/ou cooperativa pesquisados nos municípios de Dracena e Rancharia, respectivamente. As entrevistas com os agricultores foram realizadas nas sedes das associações e também nas propriedades rurais.

Após a coleta e sistematização dos dados de fontes primárias e secundárias, se procedeu à análise com base nas reflexões teóricas realizadas.

O trabalho encontra-se organizado, além desta introdução, em outros cinco (5) capítulos, as conclusões, as referências bibliográficas, os anexos e os apêndices.

No segundo capítulo tem-se a discussão sobre o capital social e a organização coletiva, em termos de formação, fortalecimento e reprodução de capital social dos agricultores familiares, sua relevância na organização coletiva, política e níveis de articulação com agências governamentais, fomentando a implementação de diversos projetos de desenvolvimento rural. As associações/cooperativas proporcionam hábitos de cooperação, solidariedade, espírito público e senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos.

No terceiro capítulo, discorremos sobre as políticas públicas brasileiras voltadas ao campo - inclusive, as de abordagem territorial - em meados da década de 1990 e no início dos anos 2000. Também foi destacado o Programa Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER) implementado nos territórios rurais da União Europeia. Além disso, versamos sobre o PRONAF, política pública de âmbito federal, e o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I) e o Microbacias II – Acesso ao Mercado, institucionalizado pelo Governo do Estado de São Paulo, com financiamento parcial do Banco Mundial. O Microbacias II – Acesso ao Mercado apoiou iniciativas de negócio envolvendo atividades com finalidade econômica e ambientais.

No quarto capítulo, foram avaliadas as ações do Microbacias II – Acesso ao Mercado no período compreendido entre 2011 e 2018. Buscamos mostrar, no âmbito do Estado de São Paulo e nos EDRs de Dracena e Presidente Prudente, as iniciativas de negócios, empreendidas pelas instituições formais (associações e ou cooperativas) de agricultores familiares convencionais, assentados, de comunidades indígenas e comunidades quilombolas, contempladas no decorrer das seis (6) chamadas públicas.

No quinto capítulo, foram analisadas as estratégias de organização coletiva (associações e ou cooperativa) que tiveram planos de negócios aprovados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado nos municípios de Rancharia e Dracena no período empreendido pela política pública. Elencando as formas associativas como elemento estratégico para inserir os agricultores familiares em projetos de desenvolvimento territorial e fomentando as cadeias produtivas em que estes estão inseridos.

No sexto capítulo, pretendeu-se traçar o perfil dos agricultores familiares (idade, nível de escolaridade, formas de aquisição das propriedades rurais, dentre outras variáveis) participantes da APRA, da APRD e da COOPADRA que, por meio da organização coletiva formal, fomentaram projetos individuais e coletivos atendendo as cadeias produtivas locais. Procurou-se verificar sob a perspectiva dos produtores rurais, os benefícios que o projeto tem proporcionado.

2 CAPITAL SOCIAL E ASSOCIATIVISMO RURAL

O presente capítulo tem como objetivo principal apresentar algumas reflexões a partir da produção científica acerca da importância do processo de descentralização político-administrativa e sua ocorrência após a promulgação da Constituição Federal de 1988, além de destacar a perspectiva do desenvolvimento endógeno que ganhou expressividade a partir da década de 1990 fomentado pelo advento do neoliberalismo. Pretende-se, também, realizar uma reflexão sobre o conceito de capital social e o associativismo rural como alternativa para a formação, o fortalecimento e a reprodução social dos agricultores familiares. Além da importância socioeconômica dos agricultores familiares, destaca-se sua capacidade de organização coletiva.

Apresentaremos algumas considerações acerca da organização da sociedade civil por meio do associativismo. Embora o associativismo contemple diversas modalidades de organização como a dos produtores rurais, de moradores de bairros, cooperativismo, organizações não-governamentais e sindicatos, é importante destacar que a ênfase deste trabalho está consubstanciada na modalidade do associativismo de agricultores familiares.

2.1 O avanço da democratização da sociedade brasileira, processo de descentralização político-administrativa e desenvolvimento local (endógeno)

Nos últimos anos, o enfoque dado à descentralização político-administrativa e a participação da sociedade civil por meio de seus representantes na formulação e implementação de políticas públicas territoriais e setoriais, ganham destaque no contexto internacional e nacional[9].

Para compreender esse processo de descentralização e desconcentração do poder político do Estado[10] aos entes federados nas últimas décadas, é necessário contextualizar como

[9] De acordo com Bonnal e Maluf (2011, p. 4), visando analisar de que maneira as ações públicas voltadas para o meio rural vêm se referindo à noção de multifuncionalidade da agricultura e à perspectiva territorial do desenvolvimento, em artigo denominado "Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil", apontam que o contexto de elaboração das políticas públicas territoriais, isto é, a maneira como o território é tomado em conta nas políticas públicas, evoluiu fortemente durante as duas últimas décadas sob o efeito de uma evolução do referencial das políticas públicas, tanto em nível internacional quanto nacional, assim como sob o efeito de mudanças importantes ocorridas no mundo rural no Brasil.

[10] Jellinek (1914, tradução nossa), filósofo do Direito e Juiz alemão, publicou várias obras, dentre as quais "Teoria Geral do Estado", onde trabalha o conceito de Estado como a corporação de um povo, assentada num determinado território e dotada de um poder originário de mando. Maluf (1998), jurista e autor de inúmeros livros, em que destacamos sua obra "Teoria Geral do Estado", apresenta suas contribuições quando trata o Estado como uma organização destinada a manter, pela aplicação do Direito, as condições universais de ordem social.

ocorreu se deu a redemocratização[11] do país e a elaboração de políticas públicas com abordagem territorial como estratégia de ação pública.

Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que se promoveu um processo de descentralização, com o intuito de ampliar a autonomia política e fiscal dos municípios. Em razão do processo de descentralização, Bonnal, Cazella e Delgado (2012, p. 2) apontam que:

> [...] ocorreu a chamada municipalização de diversas políticas públicas que expandiu também a capacidade de intervenção de organizações locais da sociedade civil. Os municípios assumiram funções de planejamento e de gestão de políticas públicas, na maioria das vezes, associadas a programas coordenados por instituições governamentais das esferas federal e estadual.

O processo de descentralização exigiu a articulação do governo Federal, Estados e Municípios e a "[...] maior aproximação entre atores sociais e a gestão de políticas e projetos territoriais" (SILVA, 2013, p. 5).

O avanço da democratização da sociedade brasileira aconteceu depois do período de ditadura militar[12] (1964-1985), porém, o processo de transição rumo à democracia tem como marco político e temporal o período entre o governo de Ernesto Geisel em 1974, até o mandato de José Sarney (1985-1990), com a promulgação do texto constitucional de 1988[13], que consolida a democracia no Brasil, institucionalizando um conjunto de direitos e garantias de liberdade individual e da sociedade civil[14], ficando popularmente conhecida como Constituição

---

[11] Costa (2013, p. 13), ao analisar o federalismo brasileiro na perspectiva do constitucionalismo social-vigente destaca que ao longo do processo de redemocratização, que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, pode-se observar a ocorrência de fatores que contribuíram para o retorno ao federalismo, como as eleições para o Senado em 1974 e para Governadores de Estados em 1982, e, no início dos anos 1980, o aumento da transferência de receitas federais para os estados e municípios, que possibilitou maior autonomia desses entes. Nesse contexto, a Constituição de 1988 consagrou o Federalismo no art. 1º. "A república Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do distrito federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...] inclusive, de modo peculiar, incluindo entre os entes federativos também os municípios" (COSTA, 2013, p. 13).

[12] Fernandes (1994), ao estudar o terceiro setor da América Latina, destaca que no período entre 1964 e 1985, o Brasil foi governado pelos militares, a repressão aos movimentos populares era constante. A história registra dezenas de ações em que as forças policiais combatiam nas ruas as tentativas dos cidadãos em demonstrar sua insatisfação. Para o governo vigente, a expressão movimentos populares ganhou conotação política de esquerda, identificada com subversão da ordem pública. Segundo a professora titular do Departamento de Ciências Política da USP, Arretche (2018), em artigo no Jornal Folha de São Paulo, que destaca os 30 anos da Constituição Federal de 1988, que anterior à Constituição, só tinha direito a aposentadoria e a assistência médica quem tivesse carteira assinada, que era cerca de 40% da força de trabalho no Brasil; o mundo escolar era praticamente inacessível para a maioria da população no final dos anos 1980. Em 1980, 26% da população adulta brasileira era analfabeta, decorrente das políticas sociais do regime militar produziram uma legião de excluídos permanentes. Mais que isso, esta exclusão era cumulativa. Baixa escolaridade, inserção precária no mercado de trabalho, exclusão da assistência médica e do direito à aposentadoria se superpunham sobre os mesmos indivíduos.

[13] "A Constituição entrincheirou direitos, protegeu interesses, distribuiu poderes, realizou promessas, delineou objetivos de mudanças sociais e determinou políticas públicas" (VIEIRA, 2013, p. 18).

[14] Tocante ao termo "[...] a sociedade civil é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através de repressão. Sujeitos desses conflitos e, portanto, da sociedade civil exatamente enquanto contraproposta ao Estado

Cidadã. As principais características do regime democrático são a participação e a contestação pública, que inexistiram durante todo o período em que os militares estiveram no comando do país, pois não se concedia qualquer tipo de possibilidade de voz e participação ao povo (PINHEIRO; FABRIZ, 2017).

Percebe-se que, a partir da década de 1980, alterações decorrentes de ações políticas promovidas pela redemocratização do país, direcionadas ao espaço rural, continuaram obedecendo a sua formação histórica e privilegiando os grandes proprietários rurais, seja através da implementação tecnológica, de linhas de fomento ou ainda através de melhorias na infraestrutura (WHITACKER, 2013). Neste período, o pequeno produtor rural ficou à margem das políticas públicas, "[...] este segmento da sociedade pode expressar abertamente a situação de penúria a qual foi submetida no decorrer da ditadura militar" (OLIVEIRA, 2010, p. 40).

O período que se estende de 1980 até o início de 1990, foi marcado pela instabilidade macroeconômica[15], levando o Estado a priorizar a gestão da crise, deixando para segundo plano a criação de políticas públicas, e também não sendo estabelecidas políticas públicas com horizontes de médio e longo prazo (HESPANHOL, 2008).

No meio rural, Peixoto (2008) salienta que órgãos que auxiliavam no desenvolvimento e trabalho de extensão rural[16] foram extintos pelo Decreto nº 99.226, de 27 de abril de 1990. A extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), juntamente com outros órgãos, como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A. (BNCC),

---

são classes sociais, ou mais amplamente os grupos, os movimentos, as associações, as organizações que representam ou se declaram seus representantes; ao lado das organizações de classe, os grupos de interesse, as associações de vários gêneros com fins sociais, e indiretamente políticos, os movimentos de emancipação de grupos étnicos, de defesa dos direitos civis, de legalização da mulher, os movimentos de jovens, etc." (BOBBIO, 1987, p. 35-36).

[15]Compreende o período de 1980, como se sabe, marca uma fase de instabilidade macroeconômica: Monetária (alta inflação e volatilidade das taxas de câmbio e juros), crise fiscal, ausência (ou mesmo inviabilidade) de políticas de desenvolvimento e estagnação econômica no Brasil, bem como em outros países latino-americanos, sendo, por isto, conhecida como "Década Perdida" (MARANGONI, 2010).

[16] "A extensão rural significaria, num sentido literal, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural. Todavia, como processo, em um sentido amplo e atualmente mais aceito, extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não" o autor continua argumentando que, neste caso, a "extensão rural difere conceitualmente da assistência técnica pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural. E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de ATER (PEIXOTO, 2008, p. 7)". O Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) participou ativamente, nas décadas de 50 a 70, da promoção da transição do País que, de francamente agrário, com a economia baseada na exportação principalmente de café, passou a industrial, com a adoção do modelo de desenvolvimento rural baseado na difusão de pacotes tecnológicos modernizantes. A modernização da agropecuária foi caracterizada pelo consumo de insumos e equipamentos industrializados. A mecanização intensiva liberou mão-de-obra rural para a indústria e construção civil. As políticas de pesquisa agropecuária, crédito rural e ATER foram voltadas para o fortalecimento desse modelo, e as estruturas político-econômicas favoreceram a produção em grande escala de matéria-prima agropecuária, destinada à exportação ou à industrialização (PEIXOTO, 2008).

que havia sido criado em 1951, com objetivo de assegurar assistência e amparo financeiro às cooperativas, mediante a realização de atos e operações peculiares, para que estas financiassem diretamente os seus associados. A Companhia de Financiamento da Produção (CFP) foi criada pelo Governo Federal vinculada ao Ministério da Agricultura, na forma da Lei nº 7.032, de 30 de setembro de 1982 e regida pelo Decreto Lei nº 79 de 19 de dezembro de 1966; a CFP tinha como objetivo adquirir produtos, conceder financiamentos, formar e manter estoques pela política de garantia de preços mínimos; a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), foi criada pelo governo João Goulart em 1962, fazia parte dos programas sociais de abastecimento com comercialização de gêneros alimentícios a preços populares, atendendo principalmente famílias de baixa renda; e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) criada para traçar as diretrizes da política de armazenagem do país, foram fundidas na atual Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) criada e autorizada pela Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A redução do apoio do Governo Federal, deixando a cargo de estados e municípios os serviços de ATER, comprometeu significativamente a oferta dos serviços ao campo, em especial aos agricultores familiares.

A implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, uma política pública específica de apoio à agricultura familiar, e o aumento do número de assentamentos rurais no país contribuíram para a diversificação das necessidades do campo, passando a exigir com mais veemência um serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER[17]) público, gratuito e de qualidade (PEIXOTO, 2008).

No período de redemocratização que o país passou nos anos 1980, em que vários setores da sociedade civil se fortaleceram. Oliveira (2010) destaca que:

> Na medida em que o Estado abdica de sua capacidade de regular e interferir na economia (em setores como a educação, saúde, agricultura) ocorre um processo de valorização da participação da sociedade civil, sobretudo por meio de ONGs e associações constituídas por sujeitos sociais (OLIVEIRA, 2010, p. 83-84).

Fica claro, portanto, a valorização da sociedade civil e instituições na participação das decisões estratégicas governamentais e que tem contribuído no processo de desenvolvimento político nacional.

[17] Houve a retomada dos serviços da ATER, de forma efetiva a partir de 2003, com a aprovação pelo Governo Federal, da Política Nacional de ATER, coordenada pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (PEIXOTO, 2018).

> Não se pode ignorar, portanto, a aspiração da sociedade local em tomar em suas mãos os seus destinos. E, assim, por meio desses novos espaços de governança, amplia-se a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão, com maior inclusão social e política de segmentos sociais anteriormente distantes das esferas de poder (ORTEGA, 2006, p. 5).

O desenvolvimento das sociedades modernas, segundo Foucault (1979), requer constantes modificações na estrutura do Estado, tanto em suas funções operacionais como na sua forma organizativa, representando a sociedade e equilibrando forças sociais em disputa. A escala local faz parte da sociedade moderna e tende a ser cada vez mais valorizada pelas diferentes correntes políticas.

Neste sentido, destacamos o discurso de valorização do desenvolvimento endógeno que teve fortalecimento a partir da década de 1990, com o advento do neoliberalismo[18], considera que o desenvolvimento precisa ter uma base endógena apoiada nos atores e instituições locais (NEVES NETO, 2013). Este modelo se concentrou em tentar entender por que o nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, mesmo havendo semelhanças nas condições estruturais de produção, como capital financeiro, mão de obra ou tecnologia. A solução encontrada para esse impasse foi procurar entre estes fatores aqueles delimitados e definidos dentro da região (AMARAL FILHO, 1996).

Neste caminho, a contribuição da teoria endogenista foi identificar que fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Por conseguinte, logo se concluiu que a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado (SOUZA FILHO, 2001).

---

[18] Para a corrente neoliberal dominante, a prioridade era a estabilização rápida dos preços por meio das seguintes medidas complementares: a) manutenção do câmbio sobrevalorizado frente ao dólar e outras moedas, de forma a estabilizar os preços internos e pressioná-los para baixo pelo estímulo à concorrência derivada do barateamento das importações; b) preservação e, se possível, ampliação, da "abertura comercial" para reforçar o papel do câmbio apreciado na redução dos preços das importações; c) o barateamento das divisas e a abertura comercial permitiriam a renovação rápida do parque industrial instalado e maior competitividade nas exportações; d) política de juros altos, tanto para atrair capital estrangeiro – que mantivesse um bom nível de reservas cambiais e financiasse o déficit nas transações do Brasil com o exterior, como para reduzir o nível de atividade econômica interna – evitando assim que o crescimento das importações provocasse maior desequilíbrio nas contas externas; e) realização de um ajuste fiscal progressivo, de médio prazo, baseado na recuperação da carga tributária, no controle progressivo de gastos públicos e em reformas estruturais (previdência, administrativa e tributária) que equilibrassem "em definitivo" as contas públicas; f) não oferecer estímulos diretos à atividades econômicas específicas, o que significa condenar as políticas industriais setoriais e, quando muito, permitir estímulos horizontais à atividade econômica – exportações, pequenas empresas, etc., devendo o Estado concentrar-se na preservação da concorrência, através da regulação e fiscalização das atividades produtivas, principalmente dos serviços públicos (mas não estatais) (SALLUM JÚNIOR, 2000, p. 33, sic).

Isso mostra o desafio que os atores sociais vão encontrar para liderar e conduzir seu próprio desenvolvimento regional apoiado no potencial endógeno Vázquez Barquero (2002) salienta que o potencial endógeno apoia-se em duas premissas: a primeira econômica, na qual a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da forma mais producente possível, os fatores produtivos da região; e a segunda sociocultural, em que os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região.

A Figura 1 apresenta as contribuições de Abramovay (2000) que apresenta o território apreendido mais do que uma base física para as relações entre indivíduos e empresas, pois possui uma trama social. Os territórios são o resultado de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes de construir historicamente.

Figura 1: Conceito de território na análise de Abramovay (2000)



Fonte: Adaptado de Abramovay (2000). Org. Eliane Silva dos Santos.

De acordo com Fonseca (2018), a utilização do conceito de território e de outros correlacionados, como territorialidades[19] e territorialização[20], nas abordagens geográficas

[19] A territorialidade possui quatro níveis correlacionados, a saber: [...] a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades e, por fim, d) como práticas espaço-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio dos mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo (SAQUET, 2015, p. 107-108, sic).

[20] O conceito de territorialização corresponde "[...] ao controle sobre uma área ou espaço; é uma estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas e está intimamente relacionada ao modo como as pessoas usam a terra, organizam o espaço e dão significados ao lugar" (SAQUET; SPÓSITO, 2008, p. 17).

intensificou-se no Brasil a partir da década de 1990, surgindo novas leituras acerca do território e da importância de aspectos como as relações sociais cotidianas, a multiescalaridade, o poder e as diversas dimensões, a saber: econômica, política, cultural e ambiental.

Esses desafios evidenciam a necessidade de se reconhecer a multiescalaridade e instâncias de poder que estão atuando no território. Faz-se necessário identificar fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e o desenvolvimento, a informação e as instituições, que eram determinados dentro da região e não de forma exógena[21], como até então era entendido. Por conseguinte, concluiu-se que a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado.

Ressalta-se que o desenvolvimento endógeno deve ser implantado por um planejamento estatal para que seja eficiente na resolução dos problemas.

Amaral Filho (1996) salienta a importância da ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais. De acordo com esse autor:

> [...] aspecto novo do processo, que traz à luz um novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno, está no fato de que a definição do referido modelo de desenvolvimento passa a ser estruturada pelos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado; essa estrutura é realizada por meio de um processo definido como organização social regional, e que tem como características marcantes a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais (AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

Neves Neto (2013), por sua vez, aponta que o desenvolvimento endógeno (local) necessita de alterações institucionais e governança[22] das instituições públicas locais.

> [...] o desenvolvimento local é fruto de múltiplas ações convergentes e complementares e exige alterações institucionais que elevem a governabilidade e a governança das instituições públicas locais. O desenvolvimento local sustentável demanda: reestruturação e modernização do setor público no nível local, com gestão eficiente dos recursos públicos: organização da sociedade em conselhos, sindicatos e associações, para aumentar o seu capital social; e eficiência econômica, apoiada na agregação de valor na cadeia produtiva. Tudo isso, porém, só trará resultados concretos, se for associado à distribuição de ativos sociais, principalmente a ampliação do nível de escolaridade e o investimento em inovações (NEVES NETO, 2013, p. 50).

---

[21] Até a década de 1980, o desenvolvimento de uma região era pensado de forma exógena, ou melhor, eram considerados apenas fatores de natureza externa, totalmente fora do controle local (BARRETO; OLIVEIRA; SICSÚ, 2006).

[22] A governança das instituições públicas locais aproxima da defendida pela autora Santos (1997) em que, em vez de ficar restrito a questões específicas associadas aos aspectos gerenciais administrativos do Estado, busca-se compreender o jogo de relações entre os diferentes atores operando num determinado contexto e os arranjos político-institucionais daí derivados.

Segundo Buarque (2008), que estudou a metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável, o processo endógeno de mudança de uma localidade, região ou território, é resultante de ações convergentes e complementares vocacionadas a promover uma mudança social em nível local, por meio de novas estruturas governamentais, deve levar ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos:

> Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade (BUARQUE, 2008, p. 25-26).

A partir dos anos 1990, o Estado brasileiro adotou medidas de ajuste neoliberal, preconizou políticas que contemplam ajustes macroeconômicos, desregulamentação para os fluxos internacionais de capital, ruptura dos monopólios públicos, privatizações, abertura comercial e flexibilização das relações de trabalho. Essa trajetória de ajuste neoliberal foi sendo tentada desde o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), continuou no governo de Itamar Franco (1992-1995) e foi reafirmada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Nesta perspectiva política, não há espaço para equidade social, pois prevalecem os conhecidos programas caritativos (arraigada na cultura política que favorece as ações assistencialistas e clientelistas com diversos programas sociais) do tipo solidariedade, predominando a busca de eficiência, colocando o social para segundo plano (CANO, 1997).

Sendo assim, a adoção das medidas de ajuste neoliberal no contexto brasileiro estimula o crescimento econômico[23] (bastante questionável) e propaga a necessidade de redução do Estado na área social, e, neste sentido, percebe-se o posicionamento em defesa de

[23] De acordo com Souza (2012, p. 20), "os resultados do crescimento econômico não garantiam a melhoria da qualidade de vida num contexto universal". Santana (2012, p. 15) afirma que "o crescimento econômico, na maioria das vezes, vem acompanhado do uso excessivo de recursos naturais e de impactos sociais e ambientais negativos, como a desigualdade na distribuição da renda, a exploração de mão de obra e a emissão de gases tóxicos, por exemplo". A visão econômica tradicional destaca o papel das condições naturais, da capacitação humana, dos investimentos públicos e privados para o processo de crescimento e desenvolvimento econômico, porém recentemente a literatura sobre capital social vem apontando que as variáveis econômicas não são suficientes para explicar o processo, pois a organização social e participação cívica também ocupam um papel importante no processo da construção histórica do desenvolvimento (RODRIGUES *et al*., 2012, p. 232, sic).

interesses do sistema capitalista em detrimento de benefício da classe trabalhadora, que tem cotidianamente seus direitos violados devido à falta de acesso à políticas sociais e direitos sociais (GASPAROTTO; GROSSI; VIEIRA, 2014).

Em suma, o ajuste neoliberal ao priorizar as variáveis econômicas não considera as questões sociais. Dessa forma, as organizações social e cívica ocupam um papel importante na articulação do capital social.

2.2 Conceito de capital social

Um aspecto importante a ser destacado nesse contexto é a inserção do conceito de capital social como estratégia de desenvolvimento social pelos organismos internacionais - como por exemplo, o Banco Mundial e incorporado como requisito para a concessão de empréstimos e consultoria em políticas públicas, oferecendo vantagens aos indivíduos, famílias ou grupos que estão mais organizados politicamente e em termos de articulação com agências governamentais.

Castilhos (2002), que estudou o conceito de Capital Social e políticas públicas, avaliando a capacidade de uma política pública brasileira (Pronaf) de induzir à formação do capital social, destaca que o termo capital social foi inserido recentemente pelas Ciências Sociais na literatura e nas pautas dos governos, das organizações não-governamentais (ONGs) e dos organismos internacionais. Se nos anos 1960 a noção de capital humano foi proposta e se consolidou em diversos campos do conhecimento (culminando inclusive com a criação dos índices referenciais sobre desenvolvimento humano); nos anos 1990, foi mais explicitamente proposto este terceiro tipo de capital social [capital humano].

Para circunscrever essas ocorrências a partir dos anos 1990, o Banco Mundial passou a distinguir, na avaliação de projetos de desenvolvimento, quatro formas de capital, quais sejam:

> [...] **capital natural**, isto, é, os recursos naturais de que é dotado um país; **capital financeiro**, aquele produzido pela sociedade e que se expressa em infraestrutura, bens de capital; **capital humano**, definido pelos graus de saúde, educação e nutrição, de um país; e finalmente o **capital social**, que expressa, basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos. Segundo o banco, capital social refere-se às instituições, relações e normas sociais que dão qualidade às relações interpessoais em uma dada sociedade. A coesão social é vista aqui como fator crítico para a prosperidade econômica e para o desenvolvimento sustentado (ARAÚJO, 2010, p. 9-10, grifo nosso).

Nesse sentido, vale a pena considerar esse novo elemento estratégico, ou seja, o capital social, fomentado pelos organismos internacionais e que proporcionou, segundo Kliksberg (1999), uma onda de investigações nos últimos anos, sendo que estudos indicam que o capital social fortalece o tecido social, proporcionando o desenvolvimento local.

Desta forma, a difusão do termo capital social no meio acadêmico por parte de sociólogos, antropólogos, economistas, cientistas políticos e planejadores ganhou expressividade a partir dos anos 1980 e tem como objetivo identificar as influências deste capital social na execução de políticas e ações voltadas ao desenvolvimento local e regional. Também destacamos a utilização do termo por diferentes autores em algumas pesquisas na Itália e Estados Unidos, como por exemplo.

Destacam-se as contribuições acerca do tema do pensador político, historiador e escritor francês Tocqueville (1987), na publicação de sua obra "A democracia na América" em 1835 e uma segunda versão mais completa em 1840, em que relata a democracia americana *in loco* e considera como um novo modelo de sociedade. O autor apresenta a sociedade civil como uma contrapartida indispensável para uma democracia estável e vigorosa. Um dos principais aspectos que asseguravam o bom funcionamento da democracia dos Estados Unidos da América era o caráter associacionista dos cidadãos americanos, e a ação cívica dos cidadãos e sua participação nos negócios públicos, mas vale lembrar que o capital social pode ter contribuído com o regime de segregação social que perdurou por muito tempo.

Outro autor que tece suas contribuições acerca do capital social foi o supervisor estadual de escolas rurais do estado de West Virginia, nos Estados Unidos, Lyda Judson Hanifan (1916), um dos primeiros a utilizar o termo na literatura acadêmica, quando trata de um centro comunitário rural no Estado da Virgínia Ocidental, onde ele identifica o capital social como algo que pode satisfazer necessidades sociais para a melhoria substancial das condições de vida de toda uma comunidade, sendo direcionado por líderes habilidosos.

O capital social surge em uma comunidade a partir da aproximação dos membros em razão de propósitos comuns a todos, que, ocasionalmente, leva à discussões construtivas sobre os problemas da comunidade e resultam em ações efetivas.

O sociólogo francês Bourdieu ajuda-nos a avançar sobre o conceito de capital social quando apresenta que "[...] depende da extensão da rede de conexões que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído por um daqueles a quem ele estiver conectado" (BOURDIEU, 1980, p. 2, tradução nossa).

O sociólogo americano James Coleman (1988) alerta que o capital social é definido por sua função. Ele não é uma entidade individual, mas uma variedade de diferentes entidades com

dois elementos comuns: todas elas consistem em algum aspecto das estruturas sociais e elas facilitam certas ações dos atores – sejam pessoas ou atores corporativos dentro da estrutura. Para o autor supramencionado, o capital social é um conjunto de elementos em uma estrutura social e não apenas características individuais. Essas estruturas contribuem para o alcance do objetivo comum, sendo a confiança no grupo fundamental.

O cientista político Robert Putnam (2000), em sua obra "Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna" relata que o capital social se refere às relações sociais que estão institucionalizadas na forma de normas ou de redes sociais, a uma dada população e é determinada historicamente pelas práticas culturais e acumuladas por essa mesma população. Esse autor constatou que o capital social é o principal fator que influencia o bom desempenho institucional, que as regiões com maior capital social se desenvolveram economicamente mais depressa, criaram melhores infraestruturas e equipamentos sociais e diminuíram as desigualdades. Nestas zonas, os cidadãos intervinham regularmente, votando, mas também participando em associações cívicas e políticas e apoiando causas genéricas, essas evidenciam de que a qualidade de governança e capital social contribui para o desenvolvimento de algumas regiões.

Putnam (2000) argumenta que os sistemas sociais não se resumem apenas aos elementos culturais, mas também aos sociais. Os agentes sociais podem promover mudanças e alternativas de rotas no processo de desenvolvimento e escolhas que são feitas. Tais modificações podem provocar alterações nas relações sociais, institucionalizando novos códigos culturais e práticas sociais que promovam, portanto, a formação do capital social.

O filósofo e economista político Francis Fukuyama (2000, p. 28) traz avanços conceituais significativos quando destaca o capital social como "[...] um conjunto de valores ou normas informais, comuns aos membros de um grupo, que permitem a cooperação entre eles", destacando o trabalho em conjunto, a existência de valores informais e normas compartilhadas.

Para Moreira *et al.* (2008) quanto mais se utiliza o capital social, mais ele se expande, pois ele é um bem intangível, público e que não se deprecia; ele não é homogêneo e nem estático e se manifesta de diversas maneiras.

O conceito de capital social é incorporado como algo que é construído historicamente, socialmente e politicamente, podendo levar os atores sociais, políticos e econômicos a se articularem e empreenderem em ações coletivas e implementações de projetos de desenvolvimento territorial rural.

Milani (2002) que pesquisou as teorias do capital social e o desenvolvimento local no município de Pintadas (BA) salienta que o desenvolvimento local pode ser entendido como

sendo o conjunto de atividades (culturais, econômicas, políticas e sociais), que participam de um projeto de significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global).

Cabe destacar que Putman (1996) popularizou o termo capital social, mas a partir da construção conceitual de Bourdieu (1985) que a noção de capital social, composto por obrigações sociais, conexões/relações, que em certas condições podem ser conversíveis em capital econômico e institucionalizado em formas de reputação/reconhecimento social.

É importante frisar o entendimento de Bourdieu (1985) acerca do conceito de capital social como sendo o agregado de recursos, disponíveis ou potenciais, que estão ligados à posse de uma rede de relações duráveis, mais ou menos institucionalizadas, de conhecimento e reconhecimento mútuo (ou, em outras palavras, ao pertencimento a grupos); que dota cada um dos membros com o apoio do capital coletivo.

No tocante às análises de Bourdieu (1986), os benefícios que se podem obter quando se pertence a um grupo se baseia na solidariedade que nele se estabelece; sendo que a existência de redes de relações se inicia por parte de um ato institucional, sendo o primeiro deles representado pela relação familiar, mas não se resumindo a ela. Segundo o autor, as redes de relações são produto de investimentos e estratégias conscientes ou inconscientes, sejam individuais ou coletivas, com a finalidade de estabelecer ou reproduzir relações que sejam úteis a curto ou longo prazo, e a sua reprodução exige esforços contínuos de sociabilidade.

Na Figura 2 destacamos algumas contribuições de diversos autores que se debruçaram sobre o conceito de capital social.

Figura 2: Capital social: manifestações e resultados



Fonte: Adaptado de Tocqueville (1987); Coleman (1988); Bourdieu (1985); Putnam (1996); Kliksberg (1999); Fukuyama (2000); Portes (1998); Araujo (2010). Org. Eliane Silva dos Santos (2018).

Diante do exposto, vale ressaltar as contribuições de Aguiar e Ferreira Neto (2014, p. 7) sobre as diferenças existentes entre as sociedades, pois algumas são "[...] privilegiadas onde 'brotam mananciais' de cooperação e de autogestão que permitem atingir, de forma mais rápida e eficiente, os objetivos do desenvolvimento". Aguiar e Ferreira Neto (2014) ainda salientam que em outras sociedades menos desenvolvidas, as fontes da cooperação estariam interrompidas por práticas culturais guiadas pela corrupção e pelo individualismo.

Também merece destaque os possíveis efeitos negativos na produção do capital social que pode resultar em comunidades que se apresentam muito fechadas em si mesmas. Nesse caso há a produção de capital social, mas também há o surgimento de espaços de intolerância e discriminação.

Portes (1998) também tece suas contribuições quando aponta quatro consequências negativas do capital social, tais como: exclusão de pessoas de fora dos grupos, excesso de clamor pelos membros do grupo, restrições sobre liberdades individuais e ambição inferior nivelando as normas do grupo.

Castilhos (2002) destaca a importância do Estado em promover a formação do capital social, assumindo uma postura proativa por meio da implementação de políticas públicas.

> [...] Estado também deve assumir uma postura proativa que contribua efetivamente, com a formação do capital social, além do papel coercitivo e regulador, ou seja, o Estado deve agir de uma forma planejada e intencional, para que induza a formação do capital social, principalmente entre as populações que estão mais marginalizadas sob o ponto de vista social (CASTILHOS, 2002, p. 13).

Durston (1999) afirma que o Estado tem papel preponderante na formação do capital social, por meio da ação de políticas públicas descentralizadas e devidamente formatadas para tal finalidade.

Castilhos (2002) aponta que:

> [...] estas políticas públicas, para conseguirem ter sucesso, reconhecem que o principal obstáculo que enfrentariam, quando descentralizadas, seria a presença no nível local de relações sociais verticalizadas, baseada em atributos culturais como o clientelismo e o autoritarismo. Foram vários os mecanismos operacionais, incorporados nestas políticas, que permitiram a indução para a formação do capital social. Pode-se citar, entre outros, os seguintes mecanismos operacionais: a) a formação e a capacitação profissional do público beneficiário, b) a publicização e a informação sobre os direitos e deveres das populações em relação a esses programas, e c) a proteção dada aos conselhos locais para que não fossem dominados pelos interesses das elites locais (CASTILHOS, 2002, p. 15).

É importante ressaltar que o desenvolvimento local, que surge como um processo de mudança endógeno de uma localidade, região ou território, ganha importância nos aspectos da estrutura social relacionados diretamente à capacidade coletiva de interagir, confiar, cooperar, como as redes de relacionamentos formais e informais que proporcionam a seus membros um capital coletivo – capital social, criado e sustentado por intermédio de trocas compartilhadas pelo conjunto da sociedade (VILARINHO; LOPES; MONTEIRO, 2017).

Souza (2007) tece suas contribuições quando lembra que o território é definido e delimitado por e a partir das relações de poder que interfere sobre o capital social, podendo estimular ou inibir sua formação e atuação. Nessa perspectiva, Hespanhol (2010, p. 124) compreende o território "[...] a partir de relações de poder engendradas por um grupo social num determinado espaço-tempo, sendo os conflitos considerados um componente fundamental de sua constituição e lógica".

Sendo assim, Abramovay (2000) compreende que o território:

> [...] possui um tecido social, uma organização complexa, feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e comunicação. Um território uma trama de vínculos e raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco

> conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2000, p. 47).

O tecido social brasileiro, a partir do processo de redemocratização, ganhou impulso e maior densidade[24], juntamente com este avanço, pois as relações ficaram mais complexas, considerando novas atitudes, comportamentos e valores que possibilitam a sociedade civil atuar com um conjunto de sujeitos sociais autênticos e inovadores de prática social, na atuação dos movimentos sociais com o Estado para exigibilidade de direitos (OLIVEIRA, 2007).

Peres (2000), em seu artigo intitulado o "Capital social: a nova estrela do crescimento econômico" enfatiza a importância do elemento confiança na análise do capital social. Para o autor, o capital social é definido como o tecido social ou a "cola" invisível que mantém a coesão das sociedades, e está baseado na confiança entre as pessoas e na rede de relacionamentos entre elas e os grupos sociais que formam as comunidades. Para este autor, a manifestação de atitudes que remetem à ideia de confiança, cooperação e reciprocidade entre os integrantes de um determinado grupo indicam a existência, ou não, de capital social entre seus membros.

Nesse contexto, Machado e Lacerda (2003) assinalam que são inúmeros os desafios do Estado, pois este se torna arena das lutas entre classes, grupos e movimentos sociais, espaços em que os diferentes interesses e concepções entram em conflitos e disputa: campo onde se desenvolvem formas e mecanismos de atendimento dos interesses, se constituem acordos, compromissos, se estabelecem dominação, hegemonias e transformações sociais. Os autores supracitados esclarecem que o local, pode ser uma reprodução, em tamanho menor, da esfera nacional, porém, apesar de suas especificidades e mesmo potencialidades, muitas vezes o que ocorre é uma certa ilusão de poder conferida aos dominados. Mais do que realmente terem poder, acabam inseridos na reprodução das próprias relações de dominação. Portanto, diante destas questões há um grande desafio para aqueles que desejam ver consolidadas sociedades verdadeiramente mais justas e democráticas.

Em entrevista, Jacome[25] destaca a importância de fazer uma retrospectiva para tentar avaliar a relevância do conceito de capital social no mundo contemporâneo, a partir, basicamente, daquilo que se denomina "crise da democracia representativa".

---

[24] Os efeitos de experiências participativas, no âmbito do poder local, através da introdução da participação nos espaços de discussão e de decisão das políticas públicas, a exemplo das Audiências Públicas, Orçamentos Participativos e Conselhos Gestores (LÜCHMANN, 2007).

[25] Em entrevista ao Jornal da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul em março de 2009, o professor Cesar Marcelo Baquero Jacome, coordenador do núcleo de pesquisas sobre a América Latina, editor executivo da revista Debates e professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com experiência na área de Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, capital social, cultura política, participação política e partidos políticos na América Latina, declara que o capital social no Brasil e no mundo, para ele existe uma crise de confiança generalizada (GOTARDO; FRAGA, 2009).

O entrevistado Jacome continua suas argumentações destacando que:

> Eu diria que infelizmente esse tecido social, ao invés de estar em processo de confecção, pelo contrário, se encontra em estado de fragmentação. Vivemos em uma sociedade que desconfia não só das instituições, mas também é alto o índice de desconfiança entre os indivíduos (GOTARDO; FRAGA, 2009, p. 4).

Jacome chama a atenção, no contexto contemporâneo, a fatos como o processo de *impeachment* no Brasil que levou a uma ruptura dramática na estabilidade institucional. Uma anomia política que se instaurou no cotidiano, levando a uma degradação muito rápida e a uma perda de confiança das bases representativas da sociedade brasileira. Altas taxas de desemprego e aumento da vulnerabilidade e precariedade para amplas camadas populacionais foram fatores que potencializaram o desgaste no tecido social (GOTARDO; FRAGA, 2009).

Assim, inspirado no conceito do capital social, elencamos os elementos básicos como a autoconfiança que gera a confiança social, as normas de reciprocidade (associativismo) e as redes de compromisso cívico (responsabilidade social), construindo uma nova sociabilidade, redefinindo a relação entre o Estado e sociedade civil. Favorecer a maior participação da sociedade civil nas atividades de desenvolvimento, ou seja, proporcionar condições para que ela mobilize seu próprio potencial, seja por meio de atores sociais em vez de sujeitos passivos, que gerencie seus recursos, tome decisões e controle as atividades que afetam suas vidas, a sociedade local tem papel importante no desenvolvimento territorial (TABOSA *et al*., 2004).

Coleman (1988) colabora com a discussão, quando apresenta o capital social como a soma de elementos de ordem coletiva e também com particularidades individuais, oportunizando o alcance do objetivo comum, tornando-se essencial a confiabilidade no grupo. Putnam (1996) complementa as análises destacando que o capital social é o conjunto de redes e de relacionamentos que, ao criarem simultaneamente confiança e reciprocidade, regulam não somente a quantidade, mas, sobretudo, a qualidade das interações sociais.

O capital social é construído em coletividade, pois "[...] as pessoas constantemente formam grupos com objetivo de prover bens coletivos voluntariamente, tal como ocorre em partidos políticos, nas associações filantrópicas, nos sindicatos e em diversas instâncias" (FREIRE, 2014, p. 2).

Bourdieu (1980) considera o capital social como:

> [...] um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à existência de uma rede sustentável de relações mais ou menos institucionalizadas de interreconhecimento; ou, em outras palavras, ao pertencimento a um grupo, como conjunto de agentes que não são somente dotados de propriedades comuns, mas estão unidos por laços permanentes e úteis (BOURDIEU, 1980, p. 2).

Essa motivação entre os atores locais é o que podemos chamar de mobilidade de capital humano, fundamentado evidentemente na cooperação e na capacidade de associação que, focada no conhecimento individual, levada ao coletivo, pode gerar o desenvolvimento local. Knorek (2016) enfatiza que formas e relações não monetárias podem ser fontes determinantes de poder e de influências ao desenvolvimento e, de modo inclusivo, ao crescimento econômico.

Costa *et al*. (2008), por sua, destacam que:

> Os mecanismos voltados para a articulação dos atores sociais envolvidos com o desenvolvimento precisam ser ancorados em práticas participativas, o que desperta a necessidade da criação de mecanismos que possibilitem participação mais direta da comunidade na formulação, no detalhamento e nas formas de encaminhamento das políticas públicas, dentro do princípio de que existe uma relação direta entre o desenvolvimento local e participação da sociedade civil (COSTA *et al.*, 2008, p. 2).

Nesta abordagem, espera-se que o capital social forneça não somente os elementos de ligação que permitem estabelecer elos entre membros de uma comunidade, mas também o mecanismo que o induz para a participação em uma perspectiva democrática (SEMBLANO, 2008).

O capital social deve ser alimentado ou construído através da democratização da sociedade e da construção de redes sociais e alianças, pois promovem a interação entre as pessoas e as instituições. Putnam (1993, p. 180) destaca que: "[...] a confiança é um componente básico do capital social, uma vez que é a base para a formação de redes sociais".

Rennó (2001) também contribui para a discussão, quando aponta que a confiança é um pré-requisito da participação política, do comportamento de obediência às leis, da cooperação horizontal e da tolerância pela diversidade de opiniões. O autor afirma ainda que a "[...] confiança reforça a ação coletiva e a cooperação, porque se baseia em expectativas da continuidade de padrões de comportamento estabelecidos e repetitivos" (RENNÓ, 2001, p. 2).

Dessa forma, o capital social pode ser comparado com a cola ou a argamassa que mantém as instituições em contato, vinculando-as ao cidadão, com o objetivo de produzir o bem comum, além de unir os atores em diversas relações sociais (FURLANETTO, 2008).

Indivíduos e grupos agindo colaborativamente em uma relação de confiança, com o uso de práticas associativas fazem com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas em busca de um bem comum, "[...] desenvolvam o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos" (PUTNAM, 2002, p. 103).

Levando em consideração as contribuições dos diversos autores que se debruçaram sobre o tema do capital social, se demonstra a importância do capital social acumulado em um determinado território, o capital social criado e sustentado por intermédio de trocas

compartilhadas nas formas associativas, possibilita a organização voluntária de pessoas que se fortalecem através de laços de confiança, solidariedade e responsabilidade para atingir um bem comum (coletivo) e se constituem em oportunidades de crescimento e desenvolvimento do indivíduo e de sua comunidade.

2.3 Associativismo rural

Para entendermos melhor o conceito de associativismo, é necessário analisar Putnam (1993), um cientista político norte-americano, professor de Harvard, e que atuou como consultor do Banco Mundial. Ele ficou conhecido por ter realizado diversas pesquisas nos Estados Unidos e na Itália acerca do associativismo como fator de desenvolvimento.

Putnam (1993) acredita que a sociedade dotada de laços de confiança e solidariedade horizontais produz densa rede de instituições sólidas (organizações e associações civis, tais como Organizações Não Governamentais (ONGs), associações profissionais, de classe, religiosas, de bairros, entidades filantrópicas, cooperativas de produção, grupos em geral, etc.), e até conexões informais como as relações de amizade.

A prática do associativismo, conforme se verifica na Figura 3, consiste na organização voluntária de pessoas que se fortalecem por meio de laços de confiança e solidariedade para alcançar objetivos comuns, via cooperação. Vale lembrar que a busca de solução para problemas da comunidade deve ser pautada nos interesses coletivos e essa prática associativa pode ser realizada informalmente ou formalmente. No caso do associativismo formal, este é realizado por meio da constituição de uma Pessoa Jurídica (Associação, cooperativa etc.) devidamente registrada em cartório e com legislação própria. Com a satisfação das necessidades coletivas pode gerar benefícios comuns em termos econômicos, sociais, culturais e políticos.

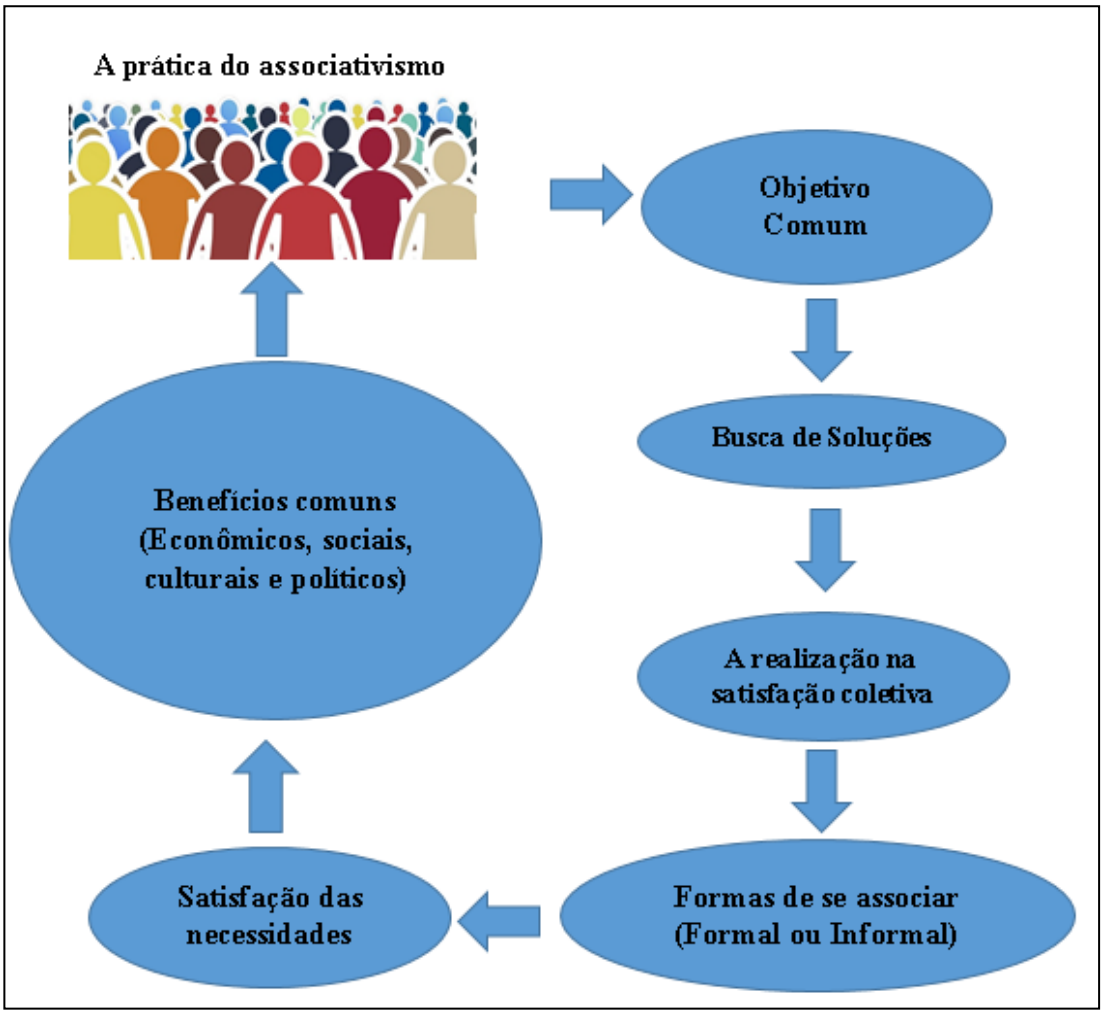
Cumpre ressaltar, segundo Marques (2017), que a organização formal é fundamentada na lógica e na racionalidade, enquanto que a organização informal é pautada pela espontaneidade. A organização informal está correlacionada às questões de ordem social, ideias e costumes que os membros da empresa levam consigo e compartilham no ambiente de trabalho.

A Figura 3 expõe a forma de surgimento da prática do associativismo. Inserimos as contribuições de Putnam (1993), quando o autor procura estabelecer uma correlação direta entre níveis de confiança e configuração associativa (em geral, operacionalizada quantitativamente em termos de número de associações e volume de filiações); ou seja, quanto maior o número

de associações e o volume de filiados a elas, maiores os níveis de confiança (e, assim, de capital social).

É importante destacar que a participação dos associados nas reuniões deve ser avaliada tanto quantitativamente como qualitativamente, ou seja, o número de associados presentes e pela sua contribuição efetiva à tomada de decisões. Outro ponto em destaque é o quanto a associação expressa a representatividade de seus associados no contexto econômico, social e cultural da comunidade local.

Figura 3: Formas de Surgimento da prática do associativismo



Fonte: http://www.ifcursos.com.br/sistema/admin/arquivos/16-24-53-apostilaauladodia13e14.pdf. Org. Eliane Silva dos Santos (2018).

Warren (2001), em sua obra *"Democracy and association"*, aponta a importância da vida associativa para a democracia, pelo fato das associações serem reconhecidas por

favorecerem o desenvolvimento de virtudes cívicas, consideradas cruciais para uma sociedade democrática. Além disso, e entre outras contribuições, as associações permitiriam ampliar os domínios das práticas democráticas para diversas esferas da vida social, constituindo meios alternativos para dar voz aos desfavorecidos em função das condições desiguais de distribuição de dinheiro e poder (WARREN, 2001; FUNG, 2003; COHEN, 1999; AVRITZER, 1997).

Com efeito, as assertivas a respeito da importância democrática das práticas associativas estão ancoradas na compreensão de que, para além do direito individual de associação, o associativismo preencheria de forma substantiva uma boa quantidade de requisitos considerados fundamentais para estabelecer uma sociedade democrática: por sua capacidade de defender as demandas dos grupos mais vulneráveis e excluídos (COHEN, 1999).

No tocante à proposta de Warren (2001) referente ao associativismo, o autor estipula três níveis nos quais esses efeitos se fazem sentir, podendo ser em: **nível individual**, como o aumento das informações, das competências simbólicas, do sentimento de poder participar, do sentido crítico, da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral; **nível da esfera pública**, com representação de interesses de grupos específicos; contribuição para a comunicação pública e a deliberação política; e, por último, os efeitos em **nível institucional**, com a representação de interesses, identidades e orientações normativas, suporte de ações coletivas de protesto e resistência, funções de coordenação e regulação e papel subsidiário na implementação de políticas públicas.

Para Viegas (2004):

> As associações canalizam para a esfera pública informações, reivindicações e orientações normativas e valorativas que permitem enriquecer o processo deliberativo. Os efeitos a nível individual, nomeadamente a transformação da consciência social e política, são também o resultado desta discussão pública (VIEGAS, 2004, p. 37).

Houve um crescimento do associativismo civil no País a partir dos anos 1980, como se explicará mais adiante. Os anos 1990 marcaram um período de busca da institucionalização da democracia na gestão pública, em que o poder público local passa a incorporar mecanismos e canais de participação popular na elaboração e implementação das políticas públicas (BOSCHI, 1987; AVRITZER, 2000).

O reconhecimento de que as associações interagem com os Estados, os mercados e com a sociedade civil reforça a ideia de que o campo associativo é vasto e heterogêneo, envolvendo tanto grupos sociais nas diferentes esferas (social, cultural, econômica e política) quanto diferentes formatos, recursos e finalidades. Os distintos tipos de associações "[...] podem

promover, dependendo de suas características – liberdade de pertencimento, objetivos e recursos –, diferentes efeitos democráticos (ou antidemocráticos)" (WARREN, 2001, p. 54). Algumas podem ser importantes para o exercício da governança, outras, para desenvolver habilidades cívicas e atividades contestadoras e/ou de resistência, promover encontros sociais, dentre outros.

Em relação aos objetivos do associativismo, podemos afirmar, segundo Amaral *et al*. (2017), que são: fortalecer os laços de amizade e solidariedade; reunir esforços para reivindicar melhorias em sua comunidade; defender os interesses dos associados; desenvolver interesses coletivos de trabalho; produzir e comercializar de forma cooperada; melhorar a qualidade de vida; e participar do desenvolvimento da região na qual a associação está inserida.

Para além dos objetivos vislumbrados pelas associações já citados, ressalta-se também, o intuito de obter recursos de políticas públicas, como por exemplo, do Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Vale ressaltar que o Banco Mundial financia o Microbacias II – Acesso ao Mercado para estimular o associativismo entre os agricultores. Entretanto, muitas associações foram criadas apenas com o intuito de captar recursos via políticas públicas.

Em seu texto, "Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna" (1990), Putnam lista várias qualificações para quem participa de associações, como por exemplo, no âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público.

Putnam (1996) salienta ainda que:

> [...] Isso é corroborado por dados extraídos de pesquisas sobre cultura cívica realizadas com cidadãos de cinco países, incluindo a Itália, mostrando que os membros das associações têm mais consciência política, confiança social, participação política e 'competência cívica subjetiva' [...] (PUTNAM, 1996, p. 103-104).

Segundo Putnam (1996), as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa dos seus efeitos internos sobre o indivíduo como também pelos seus efeitos externos sobre a sociedade. No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade, senso de responsabilidade comum para com empreendimentos coletivos, bem como espírito público. No âmbito externo, a articulação e agregação de interesses são intensificadas com uma densa rede de associações secundárias.

Diante disto é que Putnam (1996), ao final de seu trabalho, se questiona quanto a capacidade dos governos de criar capital social. Nas palavras do autor:

> [...] quais circunstâncias e condições as instituições públicas são capazes de estimular civismo através da elaboração e implementação de políticas que visem desenvolvimento econômico e social (PUTNAM, 1996, p. 192-193).

A elaboração de políticas públicas que fomente as formas associativas pode ser um elemento estratégico para captar o capital social. No entanto, as políticas públicas que duram apenas a gestão de um governo, muitas vezes, não são capazes de fomentar o associativismo induzido pelo Estado, pois não se tem continuidade em suas ações, a exemplo do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I).

2.3.1 Associativismo no contexto brasileiro

Com a crise econômica dos anos 1980[26] e 1990, o Brasil enfrentou sérias dificuldades que resultou na crise do Estado brasileiro, em que houve a redução das políticas direcionadas ao setor agropecuário nacional. Com a redução dos empréstimos do Governo Federal e recursos destinados para as políticas públicas voltadas à agropecuária se instaurou uma crise no setor cooperativo agropecuário.

No Brasil, a modalidade de organização associativa de produtores rurais, segundo Oliveira (2010):

> [...] foi intensificada, sobretudo a partir dos anos 1980 em virtude da crise conjuntural e estrutural da economia que acarretou – dentre outros processos – a fragilização do modelo de cooperativismo nos moldes que possibilitava a inserção dos produtores familiares (OLIVEIRA, 2010, p. 32-33).

Cumpre lembrar que a crise fiscal brasileira vivida nos anos de 1980, impactou de forma expressiva o setor agrícola, "[...] principalmente nas cooperativas que funcionavam de maneira mais tradicional, ou seja, na prestação de serviços, muitas delas fecharam as portas ou diminuíram seu espaço de ação" (MARIOTO, 2013, p. 119).

Levando em conta essa afirmação foi possível perceber que começa a emergir, entre o final dos anos de 1980 e começo dos 1990, as associações agrícolas, mas com algumas

[26] O Brasil ao longo da década de 1980, enfrentou sérias dificuldades decorrente da crise econômica iniciada nos anos 1970 como: os efeitos dos choques do petróleo Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decidiram reorganizar o mercado internacional do produto, em 1973 e 1979, promovendo duas elevações nos preços internacionais do produto, bem como regular o escoamento da produção petrolífera por conta de sua natureza renovável; endividamento estatal, diminuição do PIB, e alta dos juros internacionais, entre 1978 e 1982 (IPEA, 2012). Nas décadas de 1960 à 1970 há crescimento e fortalecimento do cooperativismo auxiliado por políticas estatais de modernização da agricultura como a política de crédito subsidiado, em 1980 e 1990 com o período de recessão que se encontrava o país, houve redução do crédito subsidiado e de políticas agropecuárias, ocorrendo em 1990 o aumento do endividamento das cooperativas e muitos agricultores passam a ter pavor de cooperativas (no sistema cooperativismo a responsabilidade é proporcional ao capital subscrito) (MEDEIROS; PADILHA, 2014).

diferenças em relação às cooperativas. No Quadro 1 é apresentada uma comparação entre associação e cooperativa, levando em consideração alguns critérios.

Quadro 1: Comparativo entre associação e cooperativa

Critérios/Organização	Associação	Cooperativa
Definição	Sociedade Civil sem fins lucrativos.	Sociedade Civil sem fins lucrativos com especificidade de atuação na atividade produtiva/comercial.
Finalidade	Representar e defender os interesses dos associados. Estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados. Realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social.	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus associados. Formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade.
Amparo Legal	Constituição Federal (art. 5º, incisos XVII a XXI e art. 174, § 2ª). • Código Civil. Lei nº 10.406/2002 artigo 51 a 63.	Constituição Federal (Artigo 5º) – Código Civil. Lei 5.764/71.
Legalização	Podem ser legalizadas ou não. Se legalizada precisa aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados. Eleição da diretoria e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição no cartório de registro de pessoas jurídicas da comarca. CNPJ na Receita Federal. Registro no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e no Ministério do trabalho.	Legalizada como empreendimento de propriedade comum. Aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados. Eleição do conselho de administração (diretoria) e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição na junta comercial. CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) na Receita Federal. Inscrição Estadual. Registro no INSS e no Ministério do trabalho. Alvará na prefeitura.
Formação de Capital Social	Não há	Cotas-partes
Patrimônio / capital	Seu patrimônio é formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social. A inexistência do mesmo dificulta a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras.	Possui capital social, facilitando, portanto, financiamentos junto às instituições financeiras. O capital social é formado por quotas-partes podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização.
Formas de Gestão	Cada pessoa tem direito a um voto.	Cada pessoa tem direito a um voto
Operações	A associação não tem como finalidade realizar atividades de comércio, podendo realizá-las para a implementação de seus objetivos sociais. Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais.	Realiza plena atividade comercial. Realiza operações financeiras, bancárias e pode candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal. As cooperativas de produtores rurais são beneficiadas do crédito rural de repasse.
Comercialização	Não realiza operações comerciais, mas auxilia no processo.	Realiza plena atividade comercial, buscando eliminar os intermediários.

Área de Ação	Limitada a seus objetivos.	Limitada a seus objetivos e disponibilidade de participação dos sócios.
Distribuição dos resultados financeiros	As possíveis sobras obtidas de operações entre os associados serão aplicadas na própria associação.	Após decisão em assembleia geral, as sobras são divididas de acordo com o volume de negócios de cada associado. Destinam-se 10% para o fundo de reserva e 5% para o FATES (Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social).
Responsabilidade	Da diretoria.	Proporcional ao capital subscrito.
Remuneração dos dirigentes	Os dirigentes não têm remuneração pelo exercício de suas funções; recebem apenas o reembolso das despesas realizadas para o desempenho dos seus cargos.	Os dirigentes podem ser remunerados por retiradas mensais pró-labore, definidas pela assembleia, além do reembolso de suas despesas.
Destino do patrimônio em caso de fim da entidade.	Os bens remanescentes na dissolução ou liquidação deverão ser destinados, por decisão da assembleia para entidades afins.	Os bens remanescentes depois de cobertas as dívidas trabalhistas com o Estado, depois com os fornecedores, deverão ser destinados a entidades afins. Em caso de liquidação, os associados são responsáveis, limitada ou ilimitadamente, pelas dívidas.
Tributação	Deve fazer, anualmente, uma declaração de isenção do Imposto de Renda.	Não paga Imposto de Renda sobre suas operações com seus associados. Deve recolher o Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre operações com terceiros. Paga as taxas e os impostos decorrentes das ações comerciais.

Fonte: Santos (2013, p. 52-54).

Diante da complexidade das formas cooperativas e associativas os próprios grupos definem o modelo de organização coletiva mais indicada para estes (grupos). O modelo de organização coletiva baseado na associação é adequado para levar adiante uma atividade social, que pode ser constituída com um número mínimo de dois (2) associados. O patrimônio decorrente da associação não é de seus associados, mas sim da associação, e caso ocorra alguma irregularidade, a responsabilidade é da diretoria. Vale lembrar que o patrimônio acumulado pela associação, em caso de sua dissolução, deverá ser destinado a outra instituição semelhante, conforme determina a Lei 10.406/2002[27].

Vale ressaltar que no caso da Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD), ela continua existindo, mas também foi criada uma cooperativa.

[27] Lei 10406/2002 do Código Civil no Art. 61 estabelece que dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no parágrafo único do art. 56, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omisso este, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes (BRASIL. 2002).

As receitas eventualmente auferidas pertencem à sociedade e não aos associados que deles não podem dispor, já que os mesmos, também de acordo com a lei, deverão ser direcionados à atividade fim da sociedade (SANTOS, 2013).

A autora explica ainda que:

> O modelo de organização coletiva baseado na cooperativa é mais adequado para desenvolver uma atividade comercial, em média ou grande escala em forma coletiva. Destaca-se que nas cooperativas, os cooperados são os proprietários do patrimônio e os beneficiários dos ganhos e também responsáveis pelas perdas que os processos por eles organizados proporcionarão. As sobras, que por ventura, houverem das relações comerciais estabelecidas pela cooperativa podem, por decisão da assembleia geral, serem distribuídas entre os próprios cooperados, sem contar o repasse dos valores relacionados ao trabalho prestado pelos cooperados ou da venda dos produtos por eles entregues na cooperativa. Todos os cooperados assumem os riscos e os benefícios do negócio (SANTOS, 2013, p. 55).

Oliveira (2010) destaca que, em relação ao espaço rural, são diversas as interpretações acerca dos motivos que levaram ao crescimento da organização dos produtores rurais em associações agrícolas.

Dentre as diversidades de compreensão, Pinheiro (2001) destaca que o crescimento da organização dos produtores rurais em associações foi proporcionado pelo próprio Estado em cooperação com organismos internacionais para que permitissem integrá-los de forma competitiva ao mercado. De acordo com Oliveira (2010, p. 41) "[...] assim, seguindo o postulado do Banco Mundial, principal financiador do Estado brasileiro, as políticas públicas de fomento ao produtor rural passaram a ser vinculada a sua participação em associações".

O associativismo rural ganha importância a partir do final da década de 1980[28] e no decorrer da década de 1990. A difusão do associativismo no Brasil se acentuou no ano de 1980, incentivado pela Constituição Federal Brasileira de 1988 que, em seu artigo 174, § 2, expõe que a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo. Determinou-se no artigo 5°, inciso XVIII, que a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

[28] Ao analisar a evolução do cooperativismo agropecuário no Brasil, podemos identificar um elemento central na dinâmica desse setor, o crédito. Essa dinâmica compreende um desenvolvimento em forma de ciclos, ora com períodos de crescimento, ora de crise. Há o período das décadas de 1960 e 1970, que se caracteriza pelo crescimento, auxiliado por políticas estatais de modernização da agricultura, como a política de crédito subsidiado. Para alguns autores, como Alves (2003), Gonçalves (1994), Gonçalves e Vegro (1994), entre outros, este período representou o auge para as cooperativas. É neste momento que os recursos chegam ao máximo de 140 bilhões de reais em 1979. O acumulado da década é de aproximadamente R$ 875 bilhões (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL, BCB). Políticas foram reduzidas ou extintas, como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), os programas de Aquisição do Governo Federal (AGF) e Empréstimos do Governo Federal (EGF).

A expressão associativismo designa, por um lado, a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro, a apologia ou defesa dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para a obtenção de finalidades comuns (RICCIARDI; LEMOS, 2000).

Pelo caráter pedagógico de promoção das virtudes cívicas, de confiança, cooperação e espírito público, as redes associativas ou de engajamento cívico reduzem os comportamentos oportunistas, desenvolvem um senso de pertencimento coletivo e produzem práticas de colaboração que são sustentáculos da vida democrática (PUTNAM, 1996).

Ocupando uma posição central no conceito de capital social, as associações constituem recurso imprescindível na construção de conexões e relações baseadas em laços de solidariedade, confiança e de reciprocidade, elementos centrais na formação de atitudes e práticas de base cooperativa. Elas estimulam o interesse e a responsabilidade com os assuntos públicos (LÜCHMANN, 2014).

A atuação do Estado pode assegurar um envolvimento maior ou menor perante a sociedade civil. Tocqueville (1987), em sua obra “Democracia na América”, considera que as associações civis são as raízes da democracia, pois é através delas que os cidadãos aprendem a “arte” de se associar, e ainda a buscar os fins de toda a comunidade**.**

O associativismo representa uma alternativa importante de viabilização das atividades econômicas, oferecendo aos trabalhadores e agricultores familiares, uma opção justa e coletiva de participar do mercado com melhores condições de concorrência. Por meio da cooperação formal entre associados afins, a produção e sua comercialização, de bens e serviços, podem ser muito mais rentáveis, tendo-se em vista que o objetivo é alicerçar uma estrutura coletiva na qual todos eles podem ser beneficiados (KNOREK, 2016).

A frequência de participação nas atividades associativas incentiva os membros a adquirir maiores níveis de confiança e tolerância, demonstrando que a experiência em participação social tem efeitos nas atitudes cívicas (KNOREK, 2016).

O associativismo pode ser considerado como uma forma de enfrentamento ou inserção no sistema capitalista, pois essas organizações têm a capacidade de captar e veicular demandas sociais de diferentes segmentos. Trata-se de organizações voluntárias, embora induzidas pelo Estado que, dependendo da perspectiva adotada, também buscam a garantia de direitos coletivos. As organizações coletivas vêm sendo fortalecidas por ações políticas e obtendo o reconhecimento de sua importância nas transformações que estão em curso na atualidade (WHITACKER, 2013).

Lisboa (2001) aponta que o associativismo oportuniza a criação de uma:

> [...] identidade coletiva, [faz] ressurgir os campos de forças, também chamados de campo político ou "espaço público", o que não implica numa homogeneização de valores e perspectivas. Esses espaços de interação possibilitam o debate, a pluralidade de ideias e pessoas e a identidade grupal [...] (LISBOA, 2001, p. 209).

Transformações recentes têm levado à reestruturação nas formas de gestão e participação nas organizações associativas, pois o Estado brasileiro, na tentativa de direcionar os caminhos futuros desta parcela da sociedade civil, cria instrumentos que passam a estimular a formação de associações de produtores rurais com a finalidade de introduzi-los no mercado.

No Quadro 2 tem-se a tipologia das associações e suas características.

Quadro 2: Tipos de associações e suas características

Tipo	**Descrição**
Filantrópicas	Agrupam pessoas que trabalham com atendimento de públicos em vulnerabilidade social, carentes, com necessidades especiais. Ou seja, atendem um determinado público com serviços que esse público não teria condições de pagar.
Comunitárias	Buscam resolver problemas da comunidade, bairro, vila ou rua. Também visam lazer e organização religiosa. É comum nas comunidades rurais a associação estar organizada em torno da igreja, salão comunitário, campo de futebol, dentre outros.
Defesa da vida	Atuam em defesa ou apoio de pessoas, animais e meio ambiente. São exemplos: associações protetoras de animais, do meio ambiente, de prevenção de doenças, grupos de apoio a pessoas viciadas.
Pais e Mestres	Representam a organização da comunidade escolar, com o objetivo de melhorar as condições de ensino-aprendizagem e promover a integração sociocultural.
Culturais, desportivas e sociais	São grupos de pessoas ligadas às atividades literárias, artísticas, desportivas ou grupos com características semelhantes. Realizam atividades de lazer, espaços de discussão e integração, oficinas, dentre outras. São exemplos os grupos de jovens no meio rural, os grupos de dança, grupos de melhor idade, grupos de esportes.
Associação de consumidores	São grupos de consumidores que se organizam para o consumo de produtos dentro dos preceitos da alimentação saudável, com justiça social e ambiental. Os grupos de consumidores normalmente compram de associações de agricultores ecológicos, assentados, que possuem agroindústria de pequeno porte, produzam alimentos com identidade, dentre outros.
Associação de classe	Organizam-se para representam uma determinada classe de trabalhadores. São exemplos os conselhos profissionais, as federações, as conferências, os sindicatos.
Associação de trabalho	São organizações de trabalhadores que visam a realização de atividades produtivas ou o apoio coletivo ao trabalho. As associações de máquinas agrícolas no meio rural, de agroindustrialização coletiva, de produção de insumos, são exemplos.

Fonte: Wickert (2004).

No caso do meio rural, as associações de trabalho serão o foco dessa pesquisa, ainda que reconheçamos a relevância dos demais tipos de associações. Geralmente, os agricultores apresentam as mesmas dificuldades de produção, de acesso ao mercado e assistência técnica. E as associações tendem a auxiliar estes a resolver os entraves que são comuns a todos e, inclusive, a aperfeiçoar o desempenho econômico das propriedades rurais. O associativismo

também é uma das alternativas para as famílias de agricultores se empoderarem e buscarem maior inserção e visibilidade na sociedade (BALEM, 2016).

Com a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), a partir da Constituição Federal de 1988, atribui-se relevância à participação da sociedade junto ao Estado, nas esferas públicas de âmbitos federal e local. Procurou-se, assim, ampliar a representação dos interesses da categoria de pequenos produtores por meio da criação de associações.

Neste debate é apontado por Hespanhol (2006, p. 3) que as associações de produtores rurais surgem em razão da:

> [...] incapacidade de outros canais de representação, como os sindicatos rurais e as cooperativas, de darem respostas satisfatórias e constantes às demandas dos agricultores, constituindo-se num importante meio para a viabilização de pequenos produtores rurais frente aos altos custos de produção, as exigências tecnológicas e as dificuldades de comercialização têm sido constituídas para se atingir objetivos bem definidos, como reduzir a intermediação comercial, efetuar a aquisição conjunta de insumos e propiciar a utilização de máquinas e equipamentos agrícolas (HESPANHOL, 2006, p. 3).

Cabe aqui destacar que as primeiras experiências de organização dos produtores rurais no Estado de São Paulo foram incentivadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio das Casas de Agricultura, na década de 1980. Nessa fase, ficava a cargo do engenheiro agrônomo ou do veterinário responsável pela Casa da Agricultura incentivar e, em alguns casos, até arregimentar produtores visando à criação de associações, como também encaminhar os trâmites legais, além de organizá-las na sua fase inicial (HESPANHOL, 2006).

Em síntese, verificou-se que o capital social deve ser estabelecido por meio da democratização da sociedade e da construção de elos que fomentem a interação das pessoas e das instituições com o intuito de providenciar, voluntariamente, bens coletivos. Além disso, identificou-se neste capítulo que as políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares têm fomentado a criação e o fortalecimento de organizações associativas, com o intuito de favorecer o acesso aos recursos das políticas públicas, possibilitando a inserção dos associados nas cadeias produtivas locais, melhorando as condições de vida no meio rural e, consequentemente, impactando no desenvolvimento local.

Na prática, o desenvolvimento de capital social só é eficiente se houver a presença de uma liderança dinâmica e empreendedora, a exemplo, dos presidentes das associações estudadas na presente pesquisa.

No capítulo seguinte trataremos dos conceitos de políticas públicas, bem como de políticas públicas direcionadas ao campo em meados da década de 1990, tais como o Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II – Acesso ao Mercado.

3. A ABORDAGEM TERRITORIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo foram discutidos, por meio de revisão bibliográfica, os conceitos de políticas públicas, bem como as políticas públicas brasileiras direcionadas ao campo em meados da década de 1990. Serão destacadas também a abordagem territorial[29] das políticas públicas, por meio do Programa LEADER, implementada nos territórios rurais da União Europeia e, no caso brasileiro, o PRONAF, do governo federal, e o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II – Acesso ao Mercado, institucionalizados no âmbito estadual, com recursos oriundos do Estado de São Paulo e financiamento parcial do Banco Mundial.

Ortega e Mendonça (2007, p. 116) afirmam que a abordagem territorial "propicia uma maior articulação dos diferentes níveis de governo e das organizações da sociedade em torno de objetivos pactuados".

Para contextualizar o Microbacias II – Acesso ao Mercado foram utilizadas as publicações oficiais disponíveis nos *sites* dos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR)/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI[30]), os manuais operacionais originais e as propostas de subprojetos ambientais aprovadas pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e pela Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) no período de 2013 a 2014.

[29]Segundo Silva (2008) que estudou as políticas públicas e a agricultura familiar, sobretudo o PRONAF no Médio Jequitinhonha, a abordagem territorial em curso em vários países da União Europeia, considera o território, definido com base em múltiplas dimensões, como o espaço de mediação social e de incidência de políticas públicas, e, portanto, *lócus* privilegiado para o planejamento estatal.

[30] A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), criada por meio do Decreto 48.133 de 20 de junho de 1967, que executa e coordena os serviços de assistência técnica e extensão rural ao pequeno e médio produtor agropecuário paulista, teve sua nomenclatura alterada para Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), por meio do Decreto 64.131 de 11 de março de 2019 (ANEXO B). Mas, considerando a importância da CATI que vem atuando desde 1967, presente em quase todos os municípios paulistas, oferecendo produtos e serviços aos agricultores familiares e pecuaristas nas 594 casas da agricultura, 40 EDRs e 21 núcleos de Produção de Sementes e Mudas, vamos continuar utilizando a nomenclatura CATI nesta tese, pois acreditamos que a CATI teve função estratégica na implementação do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado, bem como, a construção histórica de apoio técnico especializado e de confiança empreendida junto aos produtores valorizando seus conhecimentos e tradições. O Decreto Nº 64.131 de 11 de março de 2019, também dispõe sobre o processo de mudança na estrutura da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento integrando a estrutura básica da Coordenadora de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) anteriormente CATI. O processo de mudança na nomenclatura da CATI e na mudança estrutural da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, caracteriza a descontinuidade com as políticas de gestão de governos anteriores, bem como, o meio ambiente perde seu protagonismo, enfraquecendo as políticas públicas ambientais, devido ao processo de reestruturação.

3.1 O conceito de políticas públicas e o capital social

A partir de meados da década de 1990 e nos anos 2000, o Estado brasileiro[31] elaborou e fortaleceu políticas públicas direcionadas ao campo brasileiro, destacando-se as implementadas sob a coordenação do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (HESPANHOL, 2010).

Hentz, Aristides e Hespanhol (2015, p. 45) salientam em seu artigo intitulado "Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento da Agricultura no Brasil", que as políticas públicas pós-década de 1990, passaram a ser elaboradas valorizando, sobretudo, "[...] a diversidade econômica, social e política existentes em seus territórios locais/regionais, e não somente considerando as atividades setoriais desenvolvidas na agricultura".

Vale ressaltar que, na concepção de Rodrigues (2010), o conceito de políticas públicas não é único, já que varia de acordo com o foco teórico utilizado e o contexto social no qual ele é inserido.

De acordo com Marques (2013), a política pública é um conjunto de medidas implementadas pelo Estado e pelas autoridades governamentais, num sentido amplo.

Segundo Kageyma (1987), no processo de modernização da agricultura as políticas públicas brasileiras possuíam um caráter triplamente seletivo, pois privilegiavam os médios e grandes produtores rurais; produtos direcionados à exportação ou à substituição de importações; e às regiões Sul e Sudeste do país.

Políticas públicas são ações de Governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre "o que fazer" (ações), "aonde chegar" (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e "como fazer" (estratégias de ação) (RODRIGUES, 2010). Em outros termos, as políticas públicas fomentadas pelo Estado têm como objetivo amenizar os conflitos e as desigualdades sociais.

O ato de elaboração das políticas públicas compreende o esquema de organização desta por meio da identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação. As ponderações referentes ao ciclo das políticas possuem grande utilidade prática, pois, são capazes de organizar ideias e apresentar com mais clareza os esboços e intenções políticas aos administradores e outros envolvidos nas ações que compõem o ciclo das políticas (SILVA *et al*., 2017).

[31] Fukuyama (1996, p. 28) afirma que "[...] nos casos em que existe um déficit em capital social, essa carência pode suprida através da intervenção estatal, tal como o Estado pode retificar um déficit em capital humano através de mais escolas e universidades".

É relevante destacar, do ponto de vista conceitual, que uma política pública é elaborada como uma diretriz para enfrentar um problema público, sendo importante ressaltar que tal problema adquire o caráter público somente se for considerado como coletivamente relevante (SECCHI, 2010; AMABILE, 2010).

Em consequência, tais problemas podem ser minimizados como resultado de mudanças na conjuntura política com mecanismos formais que promovam a articulação dos atores sociais[32] e políticos que vivem nesses territórios.

> No decorrer dos anos de 1990 também ocorreram mudanças importantes na maneira de se entender o campo, com a redistribuição dos poderes e atribuições entre os entes federativos, fortalecendo o nível municipal, passaram a ser consideradas pelo menos em tese, as especificidades locais na formulação de políticas públicas. Com isso se procurou favorecer a representação dos atores sociais por meio das suas formas de organização coletivas na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas ao meio rural (HESPANHOL, 2008, p. 83).

O meio acadêmico e o Governo federal passaram a reconhecer que no meio rural não são desenvolvidas apenas atividades agropecuárias, pois é um espaço complexo, que engloba atividades agrícolas e não agrícolas. Hespanhol (2010. p. 211) destaca que as "[...] políticas destinadas a esses espaços deveriam incorporar outros aspectos, como a sustentabilidade ambiental e a pluralidade das famílias rurais". Aponta-se também que nessa perspectiva "[...] adotou-se então a abordagem territorial nas políticas públicas, pois por meio dela é incorporada uma visão integrada dos espaços rurais e urbanos e reconhecido o caráter multifuncional e multidimensional dos espaços rurais" (HESPANHOL, 2010. p. 211).

3.2 As políticas públicas nos anos 1990

Delgado (2012) aponta que três identidades ganham uma considerável importância política ao longo dos anos 1990: os sem-terra[33], os assentados[34] rurais e os agricultores

[32] Sabourin (2002) ao estudar o desenvolvimento rural e a abordagem territorial, conceitua atores sociais, como indivíduos ou organizações que realizam atividades ou mantêm relações sociais em um determinado território.

[33] O fato é que há no Brasil, um sujeito social que participa ativamente da luta de classes, com sua identidade e seu nome próprio: *Sem Terra*. Neste sentido, Sem Terra é mais do que *sem-terra*, exatamente porque é mais do que uma categoria social de trabalhadores que não têm terra; é um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social. Há um processo de construção deste sujeito, que é a história da formação do *sem-terra brasileiro*, em um recorte político e cultural diferenciado, algo que certamente requer estudos mais aprofundados (CALDART, 2001).

[34] A Portaria do MDA nº 080, de 24/4/2002, estabelece denominações e conceitos orientadores dos assentamentos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária, segundo a Portaria nº 080. A definição de assentado é resumida aqui: Assentado - É o candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi selecionado para ingresso no Programa de Reforma Agrária, lhe sendo concedido o direito ao uso de terra identificada, incorporada ou em processo de incorporação ao referido Programa (IPEA, 2002).

familiares[35], em função da intensidade e da abrangência das tensões e das lutas sociais existentes, em decorrência da consciência crescente de que o fortalecimento desses movimentos sociais e o atendimento das demandas de seus representantes exigiam o compartilhamento de recursos públicos administrado pelo Estado por meio de políticas públicas destinadas para essas categorias.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) teve como desafio diminuir a inflação que assolava o país desde os anos de 1970, com a implantação do Plano Real (1994). A necessidade de ampliar a capacidade de governabilidade levou à busca de aumento no volume de recursos financeiros, recorrendo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (MARIOTO, 2013).

> Evidentemente que o empréstimo não viria sem junto uma cartilha de afazeres que o governo brasileiro teria de colocar em prática. Dentre as já mencionadas, como privatizações e terceirizações, havia também orientações para as políticas no campo brasileiro, que a partir de então deveriam deixar o mercado corrigir as distorções construídas pelas políticas anteriores e o conflito de terras, que vinha crescendo no país principalmente com a organização de movimentos sociais como o MST (MARIOTO, 2013, p. 17).

O período foi marcado pelo controle inflacionário por meio de taxas de juros elevadas, *superávit* primário e restrição aos gastos públicos (MENDONÇA; ORTEGA, 2005).

> O governo adota políticas neoliberais[36] com o projeto de reduzir o tamanho do Estado e seu papel na economia, o governo demonstrou a importância da estabilidade da moeda, mas as políticas neoliberais não permitiram o desenvolvimento econômico e trouxeram novos problemas, como o desemprego e a perda de direitos sociais (VAINFAS *et al*, 2010, p. 405-406).

Durante esse governo, no meio rural aconteceu alguns massacres que trazem à tona, a impunidade que marca a violência no campo. Neste contexto impulsionado pelo repúdio nacional e internacional aos massacres de trabalhadores sem-terra em Corumbiara (1995) e Eldorado de Carajás (1996), o governo criou o Ministério Extraordinário de Políticas Fundiárias[37] (DELGADO, 2012).

---

[35] O agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor. A Lei 11.326 de julho de 2006 define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público (BRASIL. MDA, 2018).

[36] O neoliberalismo advoga um conjunto de ideias políticas e econômicas. Tais políticas defendem a liberalização econômica, como as privatizações, austeridade fiscal, desregulamentação, livre comércio e o corte de despesas governamentais a fim de reforçar o papel do setor privado na economia (MORAES, 2013, p. 21). É importante destacar que "[...] os governos neoliberais não reduziram o papel do Estado, conseguiram recompor os gastos públicos e liberalizar a atividade econômica fortemente. Constituíram mais uma recomposição das forças do mercado favoráveis às camadas mais ricas da sociedade do que uma redução dos gastos governamentais (MELLO FILHO, 2010, p. 125)".

[37] Legislação sobre criação e extinção do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário: Decreto nº 91.214, de 30.04.1985 cria o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD). A Lei nº 7.319, de

Marioto (2013) destaca que para os pequenos e médios agricultores que se encontravam na terra, foi criada uma linha de crédito, o PRONAF. Dessa forma, a política rural de FHC tinha como objetivo continuar a fomentar fortemente o chamado agronegócio, ainda por meio de crédito rural, financiar uma política de reforma agrária de mercado e, pela primeira vez, uma linha de crédito para o segmento rural que, durante todo o regime militar, não foi considerado pelo Estado, ou seja, os agricultores familiares.

A partir do governo de FHC, o Estado passou a efetivar políticas para reduzir a miséria, como o Programa Comunidade Solidária. Nesse contexto, foram criados programas de intervenções sociais como: Programa Bolsa Escola, implantado pela Lei nº 10.219 de 11 de abril de 2001, vinculado ao Ministério da Educação; Auxílio-gás, criado por meio do Decreto nº 4.102 de 24 de janeiro de 2002, vinculado ao Ministério de Minas e Energia; Bolsa Alimentação que foi instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1 de 06 de setembro de 2001, ligado ao Ministério da Saúde; com ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional de parte da sociedade. Neste mesmo período, prefeituras municipais experimentavam programas como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação. Esses projetos foram implementados por distintos ministérios e secretarias, não havendo uma ação interministerial coordenada.

No início do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003) foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)[38]. Uma decisão de reorientação estratégica das políticas de desenvolvimento rural que, em linhas gerais, converge no sentido da implementação de ações definidas no 1º Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável (1º PNDRS), idealizado em 2002 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. A abordagem territorial é o eixo central e o foco de atuação da SDT. As concepções estratégicas dos governos FHC e Lula, em linhas gerais, valorizam as diversidades territoriais e a contribuição dos processos endógenos de desenvolvimento territorial (MENDONÇA; ORTEGA, 2005).

Outro fator preponderante para a gestão racional do território é o processo de diversificação e de enriquecimento das atividades econômicas e sociais sobre um local a partir

11.06.1985 cria o cargo de Ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e extingue o cargo de Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários. Decreto nº 95.074, de 21.10.1987 dispõe sobre a Estrutura Básica do MIRAD. Lei nº 7.739, de 16.03.1989 torna extinto o referido Ministério, e transfere os assuntos pertinentes a reforma e desenvolvimento agrário para a competência do Ministério da Agricultura (BRASIL. BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2019).

[38] Como já salientado neste trabalho, em maio de 2016 foi extinto o MDA. Primeiramente, houve a fusão do MDA com o MDS, formando o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e posteriormente, houve o recuo e a incorporação do extinto MDA junto à Casa Civil da Presidência da República. Em agosto de 2016, foi criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

da mobilização e da coordenação dos seus recursos. Na concepção de Henriques (1990), é o produto dos esforços da sua população que resulta na elaboração de um projeto de desenvolvimento integrando os seus componentes econômicos, sociais e culturais. O fortalecimento da participação das pessoas nos debates sobre políticas públicas é destacado por Delgado (2012):

> Fortalecimento a partir da década de 1990, da participação das pessoas nos debates sobre as políticas públicas é fundamental para assegurar direitos à sociedade, foram realizadas a prática das conferências nacionais, estaduais e municipais, e perpassa até chegar a seu auge no Governo Lula, como um instrumento indispensável de aprendizado e de mobilização em torno da construção de agendas de reivindicações da sociedade civil com vistas a influenciar a formulação e a implementação de políticas públicas setoriais[39] (saúde, educação, meio ambiente, cidades, desenvolvimento rural etc.) (DELGADO, 2012, p. 11).

É oportuno sublinhar que consideramos as conferências como um espaço que deve representar a possiblidade de uma democracia participativa e temos que admitir que suas práticas precisam ser pautadas por valores dela derivados. Assim, participação ativa, transparência, diálogo, compartilhamento de poder, responsabilidade coletiva e eficácia nas decisões devem orientar a escolha da metodologia mais adequada para sua efetivação (IPEA, 2015).

Em relação aos dois (2) períodos de gestão do governo Lula (de 2003 a 2006 e de 2007 a 2011) é importante destacar: o financiamento das campanhas eleitorais foi realizado pelos blocos dominantes, a prática de nepotismo por alguns membros do Partido dos Trabalhadores (PT) e a ocupação patrimonialista do Estado. O diferencial foi o uso funcional das políticas assistencialistas (GONÇALVES; FILGUEIRAS, 2007).

No entanto, foi possível perceber que algumas políticas públicas desenvolvidas nos dois períodos do Governo Lula, apresentaram apoios dirigidos diretamente à agricultura familiar, de forma principal, além do reconhecimento de outras populações e povos existentes no meio rural no Brasil (DELGADO, 2012).

---

[39] São exemplos de políticas públicas resultantes desses debates os Estatutos do Idoso, da Juventude, da Igualdade Racial e da Criança e do Adolescente; o Sistema Único de Saúde (SUS); o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); a Lei Maria da Penha e os três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres; a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT; a criação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e as três edições do Programa Nacional dos Direitos Humanos, entre outros. Para dar mais transparência ainda ao processo, foi criado o sítio Mais Brasil para divulgar o PPA e seus resultados, buscando uma linguagem de fácil entendimento (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, 2019). Cruz (2012) afirma que a área de acesso público do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) foi aperfeiçoada com novas possibilidades de pesquisa e relatórios direcionados especificamente por programas de governo. Para explicar a metodologia e as formas de consulta, técnicos do governo promoveram audiências públicas com a sociedade civil.

Delgado (2012) afirma que houve um avanço na institucionalização dos mecanismos de políticas direcionados aos setores tradicionalmente mais marginalizados no meio rural brasileiro e isso refletiu na constituição de marcos legais importantes como, por exemplo, a Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326 de 24 de julho de 2006), a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006); e a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER (Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010), além da promulgação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, pelo Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.

Ainda no Governo Lula, verificou-se um aparato governamental mais consistente e abrangente de apoio à agricultura familiar e a outras populações e povos habitantes do meio rural. Apesar de todas essas ações, as dificuldades e fraquezas ainda persistem, acompanhadas da disparidade de poder em relação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (DELGADO, 2012).

Portanto, as políticas públicas sociais foram consideradas como prioritárias no Governo Lula, visando à redução das desigualdades e da miséria e como instrumento de intervenção para o desenvolvimento econômico e social, ficando evidenciada nas propostas do Programa Fome Zero (PFZ)[40], anunciado como verdadeiro carro chefe das políticas sociais do Governo Lula (DELGADO, 2012).

Foram também criados novos programas destinados à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o seguro da agricultura familiar (SAF) e o Programa Garantia Safra (FAGNANI, 2011).

Em 2004, o Programa Bolsa Família foi consolidado pela unificação de vários programas de transferência de renda criados no governo FHC (Bolsa escola; bolsa alimentação; auxílio gás) e de Lula (cartão alimentação criado no âmbito do Fome Zero) (JACOUD *et al.*, 2009).

A institucionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que desempenhava ações voltadas à segurança alimentar e nutricional, garantiu o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promoveu a inclusão social no campo, fortalecendo a agricultura familiar. O PAA foi instituído por meio do artigo 19 da lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelos Decretos nº 7.775, de 04 de julho de 2012,

[40] Uma das visões estratégicas do Programa Fome Zero foi fortalecer a noção de que a segurança alimentar e nutricional está indissoluvelmente associada ao lugar onde a família vive, a sua proximidade da oferta local e regional de alimentos e a disponibilidade de equipamentos públicos e privados existentes no seu entorno: daí que a segurança alimentar e nutricional tem que ser garantida de forma territorial, valorizando a dinamização da economia local e regional (TAKAGI, 2006, p. 57, sic).

e nº 8.223, de 12 de agosto de 2014, e fazia parte de um conjunto de políticas que estruturavam o Programa Fome Zero.

Entre os anos de 2006 e 2010, o crescimento econômico voltou a ter destaque na agenda do governo Lula. Houve articulação mais positiva entre as políticas econômicas e sociais. A melhoria do mundo do trabalho e das contas públicas abriu espaço para a ampliação do gasto social. A estratégia social do governo Lula, inicialmente ancorada no Programa Fome Zero, logo foi substituído pelo Programa Bolsa família[41], que contribuiu para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Conforme explica Cassin (2016):

> As políticas sociais nesse período foram orientadas para o combate à miséria por meio da seletividade e focalização das ações nos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. Houve uma ampliação significativa dos programas de transferência de renda ao mesmo tempo em que se aprofundava o desmonte das demais políticas do sistema de proteção social, a exemplo da Saúde e da Previdência Social. Aliada a outros fatores como aumento do salário mínimo e expansão do crédito, a ampliação do programa Bolsa família possibilitou uma melhoria nas condições materiais de vida dos indivíduos mais pobres, que passaram a constituir uma nova base eleitoral de apoio para o PT a partir de 2006 (CASSIN, 2016, p. 2).

Singer (2012), em sua obra "Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador", destaca alguns fatores em conjunto que resultaram na diminuição da pobreza, tais como: a articulação de um tripé formado pelo Bolsa Família, aumento real do salário mínimo e expansão do crédito, associada a uma diminuição dos preços da cesta básica.

Esses fatores em conjunto resultaram na diminuição da pobreza a partir de 2004, quando a economia voltou a crescer e o número de empregos a aumentar. A criação do Bolsa Família teve como inspiração o Bolsa Escola, ideia originalmente proposta por Cristovam Buarque em 1986. O Bolsa Escola foi implementado em 2001 pelo governo federal. O Bolsa Família é a mais importante das políticas sociais do governo brasileiro se constitui na atualidade no maior programa de transferência condicionada de renda.

A agenda do governo Lula teve como foco prioritário construir uma política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos. Essa fração de classe não corresponde à classe trabalhadora organizada oriunda dos movimentos de redemocratização, mas consiste no subproletariado, ou seja, os indivíduos que não encontram compradores para sua força de trabalho no mercado, ou não conseguem vendê-la por um preço que assegure sua reprodução social em condições normais (SINGER, 2012).

[41] O Programa Bolsa Família está previsto em Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e é regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

De acordo com Gonçalves (2010), que estudou o desempenho macroeconômico no Governo Lula no período de 2003 a 2010, o capital privado nacional continua indo a reboque do Estado, que é peça fundamental para a legitimação do bloco de poder dominante. Em suma, em uma situação internacional favorável, o governo Lula acomodou interesses potencialmente conflitantes do grande capital, políticas sociais focalizadas e ampliação de crédito para segmentos populacionais de menor renda.

Vale lembrar, portanto, que esses fatores contribuíram para a eleição de Dilma Rousseff em outubro de 2010, demonstrando a vigência do realinhamento eleitoral operado pelo lulismo. De acordo com Singer (2012), que traz contribuições sobre o processo eleitoral do governo Dilma Rousseff, destaca que:

> [...] o que realmente decidiu a eleição foi o fato de Dilma ter tido mais de quarenta pontos percentuais de diferença sobre Serra na região Nordeste: dos 12 milhões de votos que separam Dilma de Serra no segundo turno, 11 milhões vieram do Nordeste, região mais empobrecida e com maior contingente de beneficiários dos programas de transferência de renda (SINGER, 2012, p. 4).

O governo de Dilma Rousseff conseguiu se beneficiar das políticas sociais compensatórias realizadas pelo governo Lula, a base de apoio do Partido dos Trabalhadores (PT), antes ancorada nos sindicatos e movimentos sociais, agora com foco na criação de políticas públicas voltada para as classes menos favorecidas da população, dando origem a um novo populismo (MARQUES; MENDES, 2005).

O programa Bolsa Família se configurou como uma política assistencialista (LONGO, 2014) e de caráter clientelista, oportunizando, portanto, uso político-eleitoral dessa política pública (GONÇALVES; FILGUEIRAS, 2007).

De acordo com Gonçalves e Filgueiras (2007, p. 28):

> A política social do governo Lula, tal como a sua política econômica, é também de natureza liberal, coerente com o modelo econômico vigente. Serve como poderoso instrumento de manipulação política de uma parcela significativa da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que permite um discurso“ politicamente correto”. O principal eixo da atual política social é o Bolsa Família, programa que resulta em uma política assistencialista, com grande potencial clientelista.

Em 2016, o país foi impactado pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e a cassação de seu mandato que resultou num processo polêmico e com sérias divergências de opiniões de juristas, de partidos políticos, da sociedade organizada e sociedade civil. Com o afastamento da Presidente Dilma Rousseff por 180 dias, o vice-presidente Michel Temer, do PMDB, assumiu como presidente interino em 12 de maio de 2016, e depois definitivamente em 31 de agosto do mesmo ano.

O governo do Presidente Michel Temer desde que assumiu definitivamente foi alvo de investigações, como corrupção passiva pela operação anticorrupção Lava Jato[42].

Favareto (2017) afirma que o governo Temer representa o fim de um ciclo de concepção e desenvolvimento da intervenção pública no campo brasileiro. Segundo o autor:

> [...] o último ciclo teve início nos anos 90 quando, numa coalizão que envolveu setores da burocracia governamental, reivindicações dos movimentos sociais rurais e parte da intelectualidade, foram forjadas algumas das principais políticas para a agricultura familiar que perduram até hoje - como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e a extensão de políticas sociais consagradas na Constituição de 1988 aos trabalhadores rurais - caso da política previdenciária (FAVARETO, 2017, p. 8).

Nessa perspectiva, vale ressaltar inclusive as mudanças ocorridas nos ministérios. Em 2000 foi instituído o Ministério do Desenvolvimento Agrário, regulamentado pelo Decreto nº 3.338/2000, depois revogado pelo Decreto nº 4.723/03, que manteve o nome do Ministério e definiu suas competências. Em 2016, a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, alterou e revogou os dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, extinguindo o MDA e transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Posteriormente, com o Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016 houve a transferência das competências do MDA, que estavam com o MDS, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) (BRASIL. SEAD, 2018).

É relevante salientar o papel do MDA que, embora tenha sido extinto como destacamos no parágrafo anterior pelo Governo Temer, adotou uma política de desenvolvimento rural territorial que atendeu a uma demanda de representações de movimentos sociais, de ONGs, de intelectuais e de técnicos governamentais comprometidos com a concepção e formulação de estratégias de desenvolvimento para o meio rural, desde antes do Governo Lula (ROMANO, 2010).

O MDA fez grande diferença porque significou, de alguma forma, o reconhecimento explícito da existência de outro tipo de agricultura no país, além do agronegócio, e que essa agricultura tem abrangência nacional, é bastante diversificada, e deve ser fortalecida, dada a admissão de sua importância para a produção (especialmente para o abastecimento alimentar

[42]A operação Lava Jato é a maior iniciativa de combate a corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil. Iniciada em março de 2014, com a investigação perante a Justiça Federal em Curitiba de quatro organizações criminosas lideradas por doleiros. A Lava Jato já apontou irregularidades na Petrobras, maior estatal do país, bem como em contratos vultosos, como o da construção da usina nuclear Angra 3. Possui desdobramentos no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, além de inquéritos criminais junto ao Supremo Tribunal Federal para apurar fatos atribuídos a pessoas com prerrogativa de função (BRASIL. MPF, 2018).

doméstico), a geração de empregos e a defesa do meio ambiente. Significa também o reconhecimento da enorme diversidade cultural, econômica e social do rural brasileiro que abriga um amplo conjunto de populações e de povos, cuja saída da "invisibilidade", por meio da conquista de direitos sociais universais e de políticas públicas diferenciadas, é uma das atribuições primordiais de um Estado democrático.

3.3 Desenvolvimento territorial

A perspectiva do desenvolvimento territorial apoia-se na formação de uma rede de atores sociais na promoção e implementação de políticas públicas, que enfatiza a importância da participação representativa da sociedade civil e da articulação de atores sociais para as ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento. A gestão social do território requer análise das particularidades, embora a administração pública tente normatizar as etapas e procedimentos, a flexibilização é necessária para adequar os parâmetros aos contextos histórico, social, econômico, político e cultural (ABRAMOVAY, 1998; 2000; SOUZA, 2012).

A introdução do conceito de desenvolvimento territorial pode ser entendida como um processo de mudança estrutural, empreendido por uma sociedade organizada territorialmente e sustentada na potencialização dos recursos e dos ativos existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população. Os resultados serão obtidos mediante a atenção na dimensão político-administrativa da descentralização, compreendida por meio das iniciativas dos Estados federados de descentralizar a gestão pública nas suas áreas de influência (DALLABRIDA, 2014).

A abordagem que trata das articulações locais se desenvolve a partir de experiências bem-sucedidas de programas de desenvolvimento local desenvolvidos de baixo para cima (*bottom up*), com base territorial que tem como objetivo articular o direcionamento de recursos e programas oriundos de diferentes ministérios para os territórios eleitos como prioritários para receberem tais apoios, implementadas em países desenvolvidos (HESPANHOL, 2010).

O Banco Mundial vem fomentando o conceito de capital social como uma fonte de inspiração para a elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento em países subdesenvolvidos. Tendo em vista essas constatações, várias organizações internacionais passaram a recomendar, com ênfase, nos últimos anos, o envolvimento direto dos segmentos interessados da comunidade na formulação e implementação dos programas que recebem seu apoio, e passaram a adotar a abordagem territorial às políticas de desenvolvimento de vários países (BANDEIRA, 1999).

As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local com base no aproveitamento de conhecimentos tradicionais e de atributos locais se tornaram significativas, particularmente na União Europeia, com iniciativas que passaram a promover o desenvolvimento a partir do aproveitamento das potencialidades locais (HESPANHOL, 2010).

O desenvolvimento local, por sua vez, é o resultado da intensificação da participação dos beneficiários, por meio de iniciativas comunitárias, gerando parcerias com o Estado nas esferas municipal, estadual e federal e com empresas privadas. Baseia-se, sobremaneira, nas potencialidades dos recursos humanos, institucionais e naturais que constituem o capital social (GEHLEN, 2004).

De acordo com Santos *et al*. (2012) que estudaram o capital social, as políticas públicas e o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul:

> [...] Quanto maior é o índice de capital social, melhor é a avaliação que essas populações fazem dos serviços públicos nas regiões. Ou seja, segundo a opinião dessas pessoas, melhores são os serviços prestados (SANTOS *et al*., 2012, p. 113).

Corrêa (2009), ao analisar o desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva, descreve que a noção de desenvolvimento rural, com foco no âmbito territorial, foi a estratégia adotada pelo Programa Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia (LEADER).

O Programa LEADER foi desenvolvido na Europa visando, promover a dinamização das zonas deprimidas e excluídas do atual padrão agrícola tecnológico (em Portugal, na Espanha e na Grécia). O que se constatou a partir da implantação desse programa foi que o enfoque no desenvolvimento local fomentou a maior participação da população e de agentes econômicos, já que atuaram não somente na elaboração como também na gestão dos projetos (CORRÊA, 2009).

Levando em consideração esses aspectos, pretendemos compreender melhor essa política pública europeia, ou seja, o Programa LEADER, que buscou fomentar ao desenvolvimento local, com ações envolvendo parcerias com diversos atores sociais e instituições.

3.4 O Programa LEADER e sua influência no desenvolvimento de políticas públicas territoriais no Brasil

O LEADER, implantado na Europa, em 1991, foi estimulado pela União Europeia como estratégia de política pública em oposição ao caráter setorial. Como outros programas, este tem um caráter de desenvolvimento rural, porém, com métodos de operacionalização e objetivos

distintos (HESPANHOL, 2005). Sua marca inovadora foi, em primeiro lugar, seu viés territorial, em oposição ao caráter marcadamente setorial dos investimentos destinados às áreas rurais; em segundo, pelo tipo de estratégia proposta para a promoção do desenvolvimento rural com ações baseadas:

> [...] no princípio da parceria, de caráter multisetorial e integradas. Essa estratégia, baseada no conceito da competitividade territorial, envolve: a estruturação dos recursos do território de forma coerente; o envolvimento de diversos atores e instituições; a integração entre setores empresariais em uma dinâmica de inovações; e a cooperação com outras áreas e políticas nos vários níveis de governo (FAVARETO, 2007, p. 23).

Na primeira fase do programa, entre 1991 e 1994, foram focadas as áreas menos desenvolvidas da Europa, especialmente as áreas rurais mais frágeis (FAVARETO, 2007).

O LEADER "[...] se volta basicamente ao fomento do desenvolvimento local e é implementado em territórios rurais da União Europeia. A sistemática de operacionalização do programa, embora siga princípios gerais, é distinta nos diferentes países" (HESPANHOL, 2005, p. 3).

Neves Neto (2013, p. 66) salienta que o Programa LEADER foi elaborado para fomentar o desenvolvimento sustentável nas zonas rurais que correspondem a quase 90% de todo o território europeu e afirma que: "[...] essa iniciativa comunitária inovou, ao incentivar a exploração de novas fontes de lucros, a formação de grupos de ações locais e o reconhecimento da dimensão ambiental como elemento fundamental no desenvolvimento".

Assim, nas análises de Souza (2012, p. 63), que estudou políticas públicas e desenvolvimento rural na região de Presidente Prudente, o programa LEADER possui "[...] projetos inovadores para melhoria das condições de vida das populações rurais, contemplando os recursos disponíveis nos territórios. Com ele, deu-se prioridade às especificidades regionais, fato que não acorreu no Brasil, até o início do século XXI".

Souza (2012, p. 63) destaca ainda um aspecto relevante do LEADER que é o atendimento das necessidades locais e regionais: "[...] por assim dizer, contempla a participação de vários agentes sociais, como as administrações públicas, os grupos sociais organizados e as empresas locais e regionais ligadas ao meio rural".

O programa prosseguiu em uma segunda edição, denominada LEADER II, desenvolvida no período de 1995 a 1999, com o propósito de atender as áreas rurais mais fragilizadas e de baixa densidade demográfica do continente e, posteriormente o LEADER+ (SOUZA, 2012).

O programa LEADER+ corresponde à última etapa do programa, desenvolvida no período entre 2000 com término no ano de 2006, com novas propostas de funcionamento, como a utilização de novos conhecimentos e tecnologias, melhoria da qualidade de vida em zonas rurais, valorização dos produtos locais e valorização dos recursos naturais e culturais (LOCATEL, 2004).

Saron e Hespanhol (2015), ao estudarem os efeitos dos programas de desenvolvimento rural LEADER e o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)[43] em territórios rurais deprimidos de Portugal, afirmam que, o LEADER+ foi restrito em termos orçamentários e representou limitações para a obtenção de resultados mais relevantes no tocante à promoção do desenvolvimento rural.

Sobre a valorização dos recursos locais e regionais destacados pelo LEADER, Dallabrida (2014) assinala que os elementos fundamentais para o desenvolvimento local devem pautar no conhecimento e na valorização dos recursos locais, na promoção de iniciativas individuais e coletivas, nos investimentos na reanimação das capacidades locais, nas parcerias com agentes do exterior e na promoção e estímulo à cooperação.

Pode-se perceber que vários aspectos do LEADER influenciaram na concepção de políticas públicas no Brasil, como o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I). O PEMH I apresentou forte conotação territorial, manejo dos recursos naturais, instrumentos de planejamento e princípios de sustentabilidade (econômica e social), incorporando-se à dimensão territorial do desenvolvimento (SOUZA, 2012).

3.5 PRONAF e Microbacias

O agricultor familiar é um ator social importante e deve ser considerado no cenário agropecuário brasileiro, que juntamente com os fatores de mobilização social, intensificação da luta pela terra, apoio de instituições internacionais – Banco Mundial – com exigências para diminuição da pobreza no meio rural como forma de obtenção de empréstimos etc, permitiu a criação de políticas públicas que se materializaram primeiramente nas políticas públicas de crédito rural.

De acordo com Conti e Roitman (2011):

> A questão do crédito é delicada no setor agrícola, já que se trata de um setor com risco elevado, sujeito a fenômenos climáticos e a grande oscilação de preços. A dificuldade na obtenção de crédito é agravada para os agricultores familiares: muitos são descapitalizados, não dispõe de garantias adequadas e

[43] O PRODER foi oficialmente criado em Portugal, no ano de 2007, em consonância com as orientações estabelecidas e os recursos concedidos pelo Fundo Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e do país para a criação de programas nacionais de desenvolvimento rural (SARON; HESPANHOL, 2015).

> não têm histórico de crédito. Considerando-se, além disso, os problemas de informação assimétrica, característicos do mercado de crédito [...]. O resultado tende a ser o racionamento de crédito aos agricultores familiares (CONTI; ROITMAN, 2011, p. 134).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) regulamentado pelo Decreto 1.946 de 28 de junho de 1996 destina-se a estimular a geração de renda, por meio de linhas de créditos de custeio e investimento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. São beneficiários do PRONAF os agricultores familiares mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Dentre as modalidades do PRONAF (custeio e investimento) existem linhas de financiamento para agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e grupo V (renda variável) e suas cooperativas, associações e empreendimentos familiares rurais. A linha PRONAF custeio e comercialização de agroindústrias familiares é voltada aos agricultores, cooperativas ou associações para financiar custeio do beneficiamento ou da industrialização. A linha PRONAF agroindústria financia os investimentos voltados à formação de estoques de insumos, matéria-prima, produto final e serviços de apoio à armazenagem, conservação e comercialização da produção para a venda futura. Além disso, também apoia a exploração do turismo rural, por meio do extrativismo, artesanato e produtos florestais. A linha PRONAF cota-parte financia a integralização de cotas-partes de agricultores familiares cooperados, cujo valor possa ser aplicado pela cooperativa em capital de giro ou custeio, por exemplo (BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO, 2019).

De acordo com Guanzirolli (2007), o PRONAF causou um impulso significativo na agricultura brasileira na década de 1990 e entre 2000 e 2005. Considerando sua relevância e seus onerosos dispêndios para a sociedade, esta política pública deve ser permanentemente revista, avaliada e aperfeiçoada de modo a não perder seus atributos de proteção ao segmento da agricultura familiar que tem uma importante participação socioeconômica.

O PRONAF é uma política pública de incentivo aos agricultores familiares instrumentalizada pelos bancos públicos[44].

É importante ressaltar que o PRONAF além de disponibilizar linhas de crédito a produtores individuais, oferece crédito aos agricultores familiares organizados em associações

[44]Os bancos públicos "[...] desempenham papel crucial no desenvolvimento regional, constituindo canais de direcionamento do crédito para fomentar o desenvolvimento econômico das respectivas regiões" (ARAUJO; CINTRA, 2011, p. 8).

e/ou cooperativas e acaba por fomentar a formação do capital social, haja vista que este surge em uma comunidade que, assim como as referidas organizações sociais, busca por meio da aproximação de seus membros, o alcance de objetivos comuns, tendo a confiança, a solidariedade e a comunidade como elementos principais. De acordo com Ferreira e Pessoa (2012, p. 2):

> [...] o capital social promove a cooperação entre atores com objetivos comuns, possibilitando-lhes à obtenção de recursos, que não poderiam alcançar como agentes individuais por meio da troca de informações e de conhecimento, da participação politica e do associativismo.

Segundo Guanzirolli (2007) é importante rever a institucionalidade e a operacionalização do PRONAF com vistas a reforçar a necessidade de adimplência e direcionar os beneficiários a buscarem o máximo de eficiência na utilização dos recursos.

Guanzirolli (2007, p. 324-325) afirma que:

> [...] um dos pontos críticos do programa diz respeito à capacidade de pagamento de crédito por parte dos beneficiários, que não parece ter sido assegurada convenientemente pelas autoridades, já que precisaram conceder contínuas renegociações e resseguros dos empréstimos que ficaram em atraso ou estavam ficando inadimplentes.

É crucial que cada ator social, seja ele, os bancos, a assistência técnica, os agricultores familiares, os conselhos gestores de políticas públicas, sejam responsáveis pelos seus atos para a obtenção de resultados positivos e para a garantia da participação representativa entre Estado e sociedade civil.

É importante salientar que o PRONAF foi estruturado com base na noção de gestão social que, teoricamente, deveria implicar na descentralização administrativa e dos recursos financeiros, na participação e no estabelecimento de parcerias entre os governos federal, municipais e estaduais. Subjacente à adoção da gestão social como base de ação do PRONAF, estava presente a ideia de que, ao municipalizar a atuação do programa, os agricultores familiares e suas organizações, por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), deveriam tornar-se os principais agentes do desenvolvimento local por meio da linha Infraestrutura e Serviços Municipais (HESPANHOL, 2000).

Ressalta-se que o financiamento vinculado ao PRONAF para crédito de custeio e investimento dos agricultores, estaria disponível para aqueles municípios selecionados pelo Conselho Nacional do PRONAF e que tivessem um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS) aprovado pelo CMDR (MENDONÇA; ORTEGA, 2005).

Os diversos conselhos municipais e estaduais, tanto urbanos quanto rurais, além de alguns nacionais, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)[45]surgiram em decorrência da Constituição Federal de 1988 e da criação de políticas públicas, como o PRONAF infraestrutura e Serviços Municipais, para garantir a participação representativa dos vários segmentos sociais.

Também é importante destacar que, além dos conselhos, a concepção de democracia participativa pressupõe a formalização de espaços, que, segundo Lüchmann (2002), permitam a discussão pública aliada ao poder de decisão. A redemocratização institucionalizou, por meio de instrumentos legais, espaços públicos cujas funções incluem diálogo e deliberação. Tais espaços, dos quais as conferências nacionais são um exemplo, espalharam-se e expandiram-se pelos diversos setores de política pública nos últimos anos. Mas, há conselhos que são deliberativos como o da Criança e do Adolescente, enquanto outros que são apenas consultivos, como o CMDR.

Com base nesta nova perspectiva, vale a pena salientar os conselhos gestores de políticas públicas como um importante instrumento mediador na relação Estado e sociedade civil, "característicos desde os anos 1990, trouxeram consigo um processo de inovação à gestão estatal ao reordenar as políticas públicas em um sentido de governança democrática de mais interação entre o governo e a sociedade civil" (DAMIANI; GONZÁLEZ; FERNÁNDEZ-ALBERTOS, 2017, p. 454-455). Para esses autores:

> Os conselhos municipais se consolidaram através da Constituição Federal de 1988, e em muitas leis nacionais, além de configurarem-se como instrumento mediador na relação sociedade-Estado, os conselhos se tornaram importantes ferramentas de expressão, representação e participação popular no Brasil. Além disso, atualmente, os conselhos gestores também se configuraram como requisito básico para a obtenção de importantes repasses de recursos financeiros no nível federal para o estadual e/ou municipal (por exemplo, recursos sociais a partir de 1996) e até mesmo para a obtenção de financiamento por instituições internacionais (como o Banco Mundial) (DAMIANI; GONZÁLEZ; FERNÁNDEZ-ALBERTOS, 2017, p. 455).

Três tipos de conselhos surgiram no Brasil nas últimas décadas, como apontam Damiani; González e Fernández-Albertos (2017):

> [...] primeiramente, aqueles formados pelo Poder executivo para a mediação dos movimentos e organizações da sociedade civil; em segundo lugar, com outra perspectiva, os conselhos populares, constituídos de movimentos de

[45] O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é um órgão de assessoramento imediato da Presidência da República, que integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O CONSEA foi criado em 22 de abril de 1993, pelo Decreto 807/93, é composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais. A presidência é exercida por um(uma) representante da sociedade civil, indicado(a) entre os seus membros e designado(a) pela Presidência da República (BRASIL. CONSEA., 2018).

> setores da sociedade civil ou de suas organizações para a relação com o poder público; e, por último, os conselhos do tipo institucionalizados, originados por leis do Poder Legislativo para dar a possibilidade de participação na gestão dos negócios públicos, como os conselhos gestores de políticas públicas (DAMIANI; GONZÁLEZ; FERNÁNDEZ-ALBERTOS, 2017, p. 454).

Considerando que o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I) teve influência do programa LEADER, com aspectos territoriais no desenvolvimento rural, destacamos a seguir a primeira e a segunda edições da referida política pública que compreendem o PEMH I e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado, que se desenvolveram no período de 2000 a 2008 e de 2011 a 2018, respectivamente.

3.6 O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II– Acesso ao Mercado

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado visam atingir objetivos ambientais, econômicos e sociais. Na perspectiva do capital social: "[...] existe uma complementação entre capital físico – econômico (insumos, infraestrutura e financiamento), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relações de confiança)" (ABU-EL-HAJ, 1999, p. 68).

Diante da implantação do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado surge um momento propício para a análise da mobilização comunitária por meio do estudo do capital social (sujeito de uma estrutura social) e da dimensão territorial do desenvolvimento. Isso porque a metodologia da referida política pública determina que ocorra uma mobilização[46] entre os produtores rurais, extensionistas, representantes institucionais, como por exemplo, da Casa da Agricultura, do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), dentre outros. Em outros termos, Matykevicz e Cunha (2006) afirmam que é necessário que haja uma interação coletiva em torno de ideias comunitárias.

3.6.1 Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I)

No âmbito do governo do Estado de São Paulo, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I), realizado entre 2000 e 2008 focou suas ações nas práticas de conservação, recuperação de matas ciliares e combate à erosão no campo, além de apoio as associações de produtores rurais.

[46] De acordo com Toro e Werneck (1997, p. 7), entende-se que a mobilização "ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, cotidianamente, resultados decididos e desejados por todos".

Abu-el-Haj (1999, p. 68), ao realizar um debate acerca do capital social afirma que "[...] a capacidade de ação é ampliada em situações em que a confiança permeia uma coletividade (ou associação), facilitando a otimização do uso de recursos socioeconômicos e humanos disponíveis".

Navarro (1999), ao estudar o manejo de recursos naturais e o desenvolvimento rural ressalta que os programas de microbacias no país, apresentam características bastante similares às atribuídas as políticas públicas de desenvolvimento territorial, como descentralização das ações, participação por meio de organizações coletivas e dos conselhos municipais nas fases de elaboração, execução e implementação do programa, dimensão ambiental e as microbacias hidrográficas como unidade física de intervenção.

Vale lembrar que a microbacia hidrográfica é uma extensão de terra onde estão localizadas as propriedades rurais, ocupando áreas de baixada, encostas e coxilhas ou morros. O limite entre as microbacias é formado pelos pontos mais altos da paisagem, conhecidos como divisores de água (SOARES FILHO; COMUNELLO; SOARES, 2018).

A primeira edição do programa contou com o envolvimento de parte da comunidade, de produtores organizados em associações e/ou cooperativas que faziam parte da(s) microbacia(s) selecionada(s) para as ações do programa e dos profissionais extensionistas com o objetivo de aprimorar a assistência técnica aos pequenos produtores rurais.

No tocante à ATER, Zambra, Souza e Costa (2018, p. 283), ao analisarem o capital social e suas implicações na política de assistência técnica e extensão rural em Mato Grosso, afirmam que:

> [...] o conceito de capital social deve ser integrado no processo de construção da política ATER em Mato Grosso, podendo influenciar positivamente na concepção e execução de projetos de desenvolvimento rural relacionadas ao combate à pobreza, extensão rural, política de crédito e outras atividades de desenvolvimento nas relações entre atores e instituições locais.

Acreditamos que essas afirmações reforçam o possível efeito positivo do fomento ao capital social em conjunto com a política da ATER não somente no Estado do Mato Grosso, mas nas demais localidades também.

O desenvolvimento da consciência ambiental nas comunidades ocorreu, por meio dos profissionais extensionistas, com a execução das ações do programa, tais como: o cercamento das áreas de preservação permanente; a combinação de práticas de controle de erosão com obras de terraceamento e construção de terraços e curvas de nível, evitando a erosão dos solos e consequentemente, o assoreamento dos cursos d'água possibilitou também a recarga de aquíferos; a aplicação de calcário - essa prática contribui para a correção da acidez do solo,

almejando aumento da fertilidade do solo e maior produtividade agrícola; a construção de poços (Artesiano ou Semi-Artesiano) para o abastecimento de água a grupos de proprietários rurais das microbaciais, melhorando a qualidade de vida dos agricultores familiares e viabilizando economicamente as unidades de produção agropecuária.

Neves Neto e Clemente (2014) salientam que o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I) foi elaborado a partir das preocupações com a degradação ambiental gerada com a aplicação do pacote tecnológico da Revolução Verde, a denominada modernização da agricultura. Ainda argumentam que o referido programa tentou amenizar a degradação ambiental e tinha preocupações com a dimensão social visando ao combate à pobreza rural.

De acordo com Hespanhol (2011), os produtores rurais dos municípios com microbacias selecionadas puderam ser contemplados com recursos do programa para a aquisição de sementes para adubação verde, calcário e materiais para a implantação de cercas nas Áreas de Preservação Permanentes (APPs) e para o isolamento de voçorocas; bem como para o pagamento de serviços de máquinas para controlar erosões e construção de abastecedouros comunitários (poços artesianos e semi-artesianos) e fossas sépticas biodigestoras.

Na Tabela 2 apresentamos os tipos de manejos e metas que foram executados por meio do PEMH I. Destaca-se a aquisição de equipamentos que superou em 508 unidades (23,4%) a meta total estabelecida. Além disso, a construção de abastecedouros contabilizou um total de 1.130 unidades – o que representa 91,1% da meta total. Entretanto, vale a pena ressaltar que os itens adubação verde, cerca de proteção, terraceamento e faixa de retenção ficaram abaixo da meta total estabelecida.

Tabela 2: Tipos de manejos e metas do subcomponente do Microbacias I

Práticas	**Meta total**	**Realizado**	**Meta realizada* (%)**
Adubação verde (ha)	8.820	152,4	0,017
Cerca de proteção (km)	5.200	1.521,2	30,00
Terraceamento (ha)	279.000	69.825,8	25,00
Faixa de retenção (ha)	24.800	16,7	0,06
Construção de abastecedouros (unid.)	1.240	1.130	91,10
Aquisição de equipamentos (unid.)	2.170	2.678	+23,40*

Fonte: Neves Neto e Clemente (2014, p. 153).

* Destaca-se a aquisição de equipamentos que superou em 508 unidades, ou seja, 23,4% da meta total estabelecida.

No Relatório da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (SÃO PAULO, 2000) se informa que, com a implementação do PEMH I, ocorreu o fortalecimento das formas de organização social no meio rural, viabilizou recursos para as unidades de produção agropecuária, inseriu mecanismos de preservação do

meio ambiente, garantiu a segurança alimentar e, consequentemente, melhorou a renda e a qualidade de vida das famílias rurais.

Whitacker (2013, p. 19), ao analisar o desenvolvimento sustentável e o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, mais especificamente na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira no município de Presidente Prudente (SP), infere que:

> Para amenizar os impactos negativos da modernização da agropecuária que gerou um modelo de desenvolvimento desigual, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas ofereceu às associações de produtores rurais, como benefícios coletivos, mudas para o plantio de mata ciliar, cercas para o isolamento das áreas de preservação permanente, maquinário para o plantio direto, contratação de horas-máquina para a implantação de terraceamento e de curvas de nível, além de instrumentos para fortalecer as associações de produtores rurais (computador, impressora, armário, cadeira e mesa). Em relação aos benefícios individuais, foram oferecidos, as associações, equipamentos como roçadeiras e distribuidores de calcário, entre outros.

É importante sublinhar que as ações do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I) possuíam horizontes temporais limitados (2000-2008), com "[...] caráter pontual e restrito, pois envolveu apenas uma pequena parcela dos produtores rurais do Estado de São Paulo" (NEVES NETO, 2013, p. 223).

A Tabela 3 apresenta os resultados das microbacias atendidas e monitoradas, a área trabalhada (ha) e o número de produtores beneficiados. Vale destacar que as metas de todos os indicadores supracitados tiveram que ser revisadas no decorrer da implementação da referida política pública. Identificou-se que as microbacias atendidas superaram em 20 unidades as metas finais revisadas. Quanto à área trabalhada houve aumento de 460.312 ha ou 16,15%, em relação às metas estabelecidas. No tocante aos produtores beneficiários o aumento da meta realizada em relação à revisada foi de 10.249 ou 5,26% deles. Merece destaque o fato de que se contabilizarmos os produtores classificados em médios e grandes, estes totalizam 40.500 ou 45% do total de beneficiários, ainda assim o número de pequenos produtores beneficiados é maior, a saber: 49.500 ou 55% do total. Todas as cinco (5) microbacias monitoradas foram beneficiadas. Na execução do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH I), teve articulação de diversos atores sociais, como agências institucionais como a CATI que foi responsável pela gestão do programa, apoiada pelos técnicos dos EDRs, Casas da Agricultura e membros dos CMDR.

Tabela 3: Resultados dos componentes Administração, Monitoramento e Fiscalização

Indicadores de impacto	**Meta original**	**Meta final revisada**	**Realizado**	**Meta realizada* (%)**
Microbacias atendidas (Nº)	1.500	950	970	102,11
Área trabalhada (ha)	4.500.000	2.850.000	3.310.312	116,15
Produtores beneficiados	90.000	66.500	69.997	105,26
Pequenos	49.500	36.575	46.824	128,02
Médios	27.000	19.950	17.350	86,97
Grandes	13.500	9.975	5.823	58,38
Microbacias monitoradas (Nº)	12	5	5	100,00

Fonte: Adaptado de Neves Neto (2013, p. 122).

O PEMH – I (2000 - 2008) inovou ao estabelecer a microbacia hidrográfica como unidade de análise e ao priorizar a recuperação dos recursos naturais. Entretanto, em sua segunda edição, a política pública mudou significativamente, tanto em relação ao recorte espacial como os objetivos, passando a priorizar os produtores rurais organizados em associações e cooperativas e suas cadeias produtivas. Essa alteração repercutiu na retração do contingente de agricultores familiares beneficiados (NEVES NETO; HESPANHOL, 2014).

Sobre a descontinuidade das políticas públicas brasileiras, Neves Neto e Hespanhol (2015) salientam que:

> [...] é algo muito comum [...]. Isso ocorreu no Programa Microbacias da primeira para a sua edição atual que vem priorizando exclusivamente o econômico ao invés de procurar combinar os aspectos econômicos e ambientais (NEVES NETO; HESPANHOL, 2015, p. 249).

No entanto, o Microbacias II – Acesso ao Mercado não teve a microbacia como unidade de intervenção, mas as cadeias produtivas, já que o foco era o apoio às iniciativas de negócio para o acesso dos agricultores familiares organizados em associações e/ou cooperativas ao mercado.

Diante do exposto, no item subsequente tratamos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo, destacando sua estrutura, gestão do projeto, custos e origem dos recursos empregados na implementação e execução dessa política pública.

3.6.2 Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo

O Microbacias II – Acesso ao Mercado dá "continuidade" ao Projeto Estadual de Microbacias Hidrográficas, mas, nesta segunda edição, o foco é o apoio às iniciativas de negócio para facilitar o acesso do pequeno agricultor organizado coletivamente ao mercado.

No discurso oficial, o Governo do Estado de São Paulo afirma que vem enfrentando dois grandes desafios em relação à agricultura familiar: primeiramente, a baixa competitividade

das unidades de produção da agricultura familiar que se deve à falta de infraestrutura, acesso limitado ao crédito rural, baixo nível de escolaridade dos agricultores, falta de conhecimento sobre a demanda de mercado, envelhecimento da população rural, ausência de mão de obra, entre outros problemas. O segundo desafio está relacionado com o avanço do nível de degradação ambiental das áreas rurais, afetando diretamente os pequenos agricultores familiares (SÃO PAULO, 2011). Diante de tais desafios, o governo do Estado de São Paulo reconhece, ao menos teoricamente, a importância da agricultura familiar, levando em conta alguns aspectos em termos de geração de emprego e receitas fiscais, e está empreendendo esforços por meio de políticas públicas para que as atividades agrícolas sejam potencialmente mais rentáveis e garantam maiores e mais consistentes fluxos de renda para os pequenos produtores rurais (SÃO PAULO, 2010).

Considerando o exposto, acreditamos que o discurso oficial, apesar de citar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares e apontar a criação de algumas políticas públicas, não prioriza mudanças estruturais que englobam desde a capacitação dos recursos humanos por meio de assistência técnica e extensão rural até o acesso às linhas de crédito direcionadas a atender um público que se encontra descapitalizado e que não participa de organizações sociais. Ademais, se fossem criadas condições para a permanência dos jovens no campo, o envelhecimento da população rural não seria um problema tão grave, já que fomentaria a sucessão geracional do trabalho no recorte espacial estudado, por exemplo.

O governo do Estado de São Paulo estabeleceu uma agenda política que visa, no âmbito do discurso oficial, aumentar a competitividade dos agricultores familiares e incluir os grupos tradicionais de indígenas e quilombolas. Assim,

> [...] o governo firmou Acordo de Empréstimo (Acordo de Empréstimo 7908-BR[47]) com o Banco Mundial[48] no valor de US$ 78,0 milhões a ser aplicado na execução do [...] Microbacias II – Acesso ao Mercado, durante 5 anos. O custo total do Projeto é de US$ 130 milhões, incluindo a contrapartida do Tesouro Estadual no valor de US$ 52,0 milhões (SÃO PAULO, 2015, p. 1).

Entretanto, como fator limitante, os agricultores familiares devem estar, obrigatoriamente, engajados em organizações sociais e cadeias produtivas.

---

[47] O Decreto nº 58.211, de 12 de julho de 2012, dispõe sobre a aprovação do Projeto de Incentivo às Iniciativas de Negócio das Organizações de Produtores Rurais - Microbacias II, previsto no Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II, de interesse para a economia estadual e dá providências correlatas (Anexo 1).

[48] Algo muito aclamado durante a década de 1990 por instituições políticas, econômicas, de ensino e de pesquisa foi o capital social. Sua notoriedade esteve relacionada à atenção que o Banco Mundial deu a ele explorando-o 4 como instrumento útil a superação da pobreza e motivando setores menos favorecidos a participarem e beneficiarem-se dos processos de desenvolvimento (COSTA, 2013, p. 4).

Em 2010, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) de São Paulo lançou o primeiro Manual Operacional do Microbacias II – Acesso ao Mercado; em 2012, a SAA lançou o segundo Manual Operacional do projeto; e, em 2013, lançou o terceiro que foi revisado em 2015, os manuais sofreram algumas alterações na versão original[49].

Nesta perspectiva, podemos observar que durante a implementação da política pública Microbacias II – Acesso ao Mercado ocorreram adaptações e flexibilizações em seus manuais operacionais propiciando a reformulação de forma continuada, gerando aprendizagem para os atores envolvidos.

No entendimento de Frey (2000), os processos de aprendizagem política e administrativa encontram-se de fato em todas as fases do ciclo da política, assim, o controle de impacto não tem que ser realizado exclusivamente no final do processo político, mas se faz necessário no acompanhamento das diversas fases deste processo, conduzindo à adaptações e propiciando reformulações na política pública.

O Microbacias II – Acesso ao Mercado conta com a seguinte estrutura, conforme se visualiza na Figura 4: as duas (2) instituições responsáveis, quais sejam: SAA e SMA, com fundamento no artigo 4º do Decreto Estadual Nº 56.449, de 29 de novembro de 2010. A estrutura de implementação e gerenciamento do Projeto foi integrada por servidores da CATI/SAA e da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais CBRN/SMA.

Neste projeto do Governo do Estado de São Paulo[50], assim como ocorreu com o PEMH I, parte do financiamento é por meio do Banco Mundial, a ser executado pela SAA, por intermédio da CATI, e a Secretaria de Meio Ambiente (SMA)[51], por intermédio da CBRN Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (SANTOS, 2013; NEVES NETO, 2013).

---

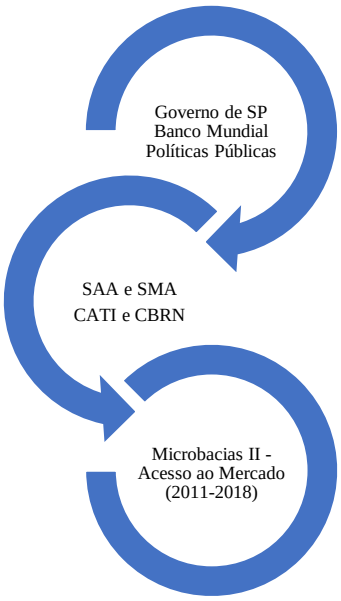
[49] As alterações se encontram disponíveis no Apêndice G.

[50] O Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, sanciona o Decreto Nº 58.211, de 12 de julho de 2012, onde aprova a implantação do Projeto Microbacias II, a ser instituído no território, pela SAA e gerenciado pela CATI (NEVES NETO, 2009; CLEMENTE, 2011).

[51] Pelo Decreto Nº 64.132, de 11 de março de 2019, dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Meio Ambiente, que passa a ser Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, que destaca a fusão de 3 Secretarias de Estado (Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e a Secretaria de Energia e Mineração). Com a fusão das três secretarias, sua estrutura ficou subdivididas em Subsecretaria de Infraestrutura (Coordenadoria de Petróleo gás e mineração; Coordenadoria de Energias elétricas e Renováveis; Coordenadoria de Saneamento; Coordenadoria de Recursos Hídricos) e Subsecretaria do Meio Ambiente (Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade; Coordenadoria de Planejamento Ambiental; Coordenadoria de Educação Ambiental; Coordenadoria de Parques e Parcerias e Instituto de Botânica, Instituto Florestal, Instituto Geológico e Câmara de Compensação Ambiental). A reestruturação da Secretaria de Meio Ambiente ocorreu na forma de "*top down*", ou seja, a reestruturação ocorreu sem a participação das equipes técnicas das secretarias. Com a publicação desse decreto, observa-se a descontinuidade com as políticas de gestão de governos anteriores, bem como, o enfraquecimento das políticas públicas ambientais decorrente do processo de reestruturação, demonstrando que o meio ambiente perde seu protagonismo no atual governo paulista.

Na Figura 4 destacamos o Microbacias II – Acesso ao Mercado – apresentando os órgãos responsáveis pela sua implantação e execução.

Figura 4: Órgãos responsáveis pela implantação e execução do Microbacias II – Acesso ao Mercado



Fonte: Org. Eliane Silva dos Santos (2018).

O Microbacias II – Acesso ao Mercado necessitou de nova prorrogação para atender a totalidade das propostas que estavam em andamento. Constatou-se que as etapas de implantação da política pública exigiram a articulação de várias Secretarias, Técnicos da CATI e do EDR, convênios com prefeituras, instituições organizadas em associações e/ ou cooperativas e sociedade civil.

Estudos empíricos sobre políticas públicas têm demonstrado que formuladores e implementadores de políticas operam em ambientes carregados de incertezas e que estas podem ser encontradas em diferentes situações (SILVA & MELO, 2000). No caso do Microbacias II – Acesso ao Mercado, as prorrogações nos prazos de execução foram cruciais para atenderem as propostas que estavam em andamento. O período de duração do projeto inicialmente acordado era entre 30 de setembro de 2011 e 30 de setembro de 2015. No entanto, no dia 24 de junho de 2015, teve seu prazo de execução prorrogado para 30 de setembro de 2017. Conforme assevera Pedro (2016, p. 111), "[...] o período de execução era inicialmente previsto para cinco anos (2011 a 2015), mas, foi prorrogado por mais dois anos – até setembro de 2017 – para dar continuidade às ações propostas e negociadas com o Banco Mundial".

Contudo, o Microbacias II precisou de nova prorrogação e o Banco Mundial confirmou para 30 de setembro de 2018, para atender a totalidade das propostas que estavam em andamento[52].

Outro aspecto que podemos observar foi a atuação de duas secretarias e suas coordenadorias que assumiram significativa relevância na efetivação do compartilhamento de responsabilidades na implementação do Microbacias II.

É importante salientar a atuação das secretarias, tais como a SAA, responsável pela execução, por meio da CATI, dos projetos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, com 81,2% de recursos para serem aplicados em projetos para ampliar a competitividade da agricultura familiar, organizada em associações e/ou cooperativas, por meio desses financiamentos de iniciativas de negócios que demonstrem a viabilidade de mercado; e a CBRN/SMA, que é responsável por 18,8% dos recursos (NEVES NETO; CLEMENTE, 2014).

Os projetos envolvendo as associações e cooperativas constituídas por pequenos e médios agricultores familiares procuraram fortalecer a posição dos agricultores familiares e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) visando agregar valor as cadeias produtivas. Os projetos da CATI são: implantação de iniciativas de negócio que envolvem as cadeias produtivas; infraestrutura de mini agroindústria que favorece a cadeia produtiva do leite; infraestrutura para armazenamento de grãos; implantação de *packing house*[53] para atender a cadeia produtiva da olericultura e fruticultura; construção de unidades de beneficiamento de café; tanque para piscicultura; entreposto de peixe; logística de transporte, colheita mecanizada e silo armazenador, dentre outros (SÃO PAULO, 2011).

No que concerne aos projetos ambientais implementados pela CBRN, estes apresentaram a implantação e enriquecimento de Sistema Agroflorestal (SAF) em áreas de reserva legal; reforma e implantação de galpão de apoio à comercialização de produtos provenientes do manejo do SAF; melhorias na infraestrutura e na organização do viveiro da comunidade, visando ao aumento da produção e da comercialização de mudas de espécies florestais; implantação de uma unidade de processamento mínimo em propriedade com aproveitamento de resíduos da mesma para compostagem laminar nas propriedades dos beneficiários; agroindustrialização de produtos florestais de famílias agricultoras e quilombolas; diversificação produtiva da agricultura familiar por meio do manejo de espécies

[52] Informação confirmada por meio de entrevista em julho de 2017, com o Eng. Agrônomo P. S. M. do EDR de Dracena.

[53] "É uma mini-indústria de beneficiamento de olerícolas, que possibilita classificar, lavar, picar e embalar os produtos" (VELOSO, 2017, p. 214).

nativas da mata atlântica, com estratégia de geração de renda, conservação e valorização de remanescentes florestais[54].

A SMA, responsável pela execução, por meio da CBRN, na elaboração de projetos no Microbacias II – Acesso ao Mercado, vinculados a SMA, com 18,8% do total de recursos para aplicar em projetos de meio ambiente, teve dificuldades para utilizar esses recursos, pois os proprietários rurais não tinham interesse em aplicar na questão ambiental, pois, esta requeria contrapartida - que tinha o seu valor estabelecido de acordo com a categoria de agricultores familiares (assentados, quilombolas, dentre outros) organizados de maneira coletiva[55].

Verificou-se que a execução do Microbacias II – Acesso ao Mercado, necessitou da articulação de diversos atores sociais, além das agências institucionais, e contou com o apoio e participação do CMDR, com técnicos extensionistas na implementação da política pública e maior integração com os agricultores familiares organizados em associações e/ou cooperativas (SÃO PAULO, 2011).

Neste sentido, ao analisar a implementação da política pública não podemos deixar de considerar os desafios da articulação de um conjunto cada vez mais diversificado de atores, estatais e não estatais, envolvidos num processo de interação, pautados por regras formais e informais.

Outro aspecto importante condiz com a perspectiva de fortalecimento dos atores locais e de decisões tomadas no nível local e regional, que possibilitam uma aproximação entre as demandas da comunidade e o planejamento da política pública.

Também foi possível verificar a importância dos Conselhos Municipais como instâncias colegiadas, possibilitando espaços participativos e na referida política pública que desempenharam papel deliberativo.

O Microbacias II – Acesso ao Mercado procurou estimular e viabilizar a inserção do pequeno produtor integrante de duas formas organizacionais: via associações ou cooperativas ao mercado. Tendo como principal objetivo, a SAA visou:

> [...] promover o desenvolvimento rural sustentável e a competitividade agrícola no Estado, aumentando as oportunidades de emprego e renda para pequenos agricultores familiares e suas famílias, por meio do apoio às iniciativas de negócio voltadas ao mercado, apresentadas pelas organizações de produtores rurais (SANTOS, 2013, p. 53).

[54] Informações obtidas por meio de entrevista junto ao Eng. Agrônomo P. S. M., do EDR de Dracena e do *site* do EDR regional, concedida em julho de 2018.
[55] Informações obtidas por meio de entrevista junto ao Eng. Agrônomo P. S. M., do EDR de Dracena e do *site* do EDR regional concedida em julho de 2018.

Verificou-se, por meio da agenda política do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a presença de múltiplos atores sociais e agências institucionais para subsidiar a elaboração, a implementação e a execução de um projeto de desenvolvimento territorial.

Nessa perspectiva de análise, foi possível perceber a articulação e a aproximação do governo do Estado de São Paulo com diversos segmentos organizados da sociedade civil, e a atuação coordenada de entes federados (governo estadual e municípios) na implementação do Microbacias II – Acesso ao Mercado, corroborando com o fortalecimento institucional e do capital social.

Como reflexo da adoção de políticas descentralizadas[56], percebe-se o empoderamento dos diversos atores sociais e agências institucionais responsáveis pela implantação de políticas públicas. Delgado e Leite (2011) apontam o empoderamento dos diversos atores sociais e agências institucionais presentes nos espaços locais ou regionais, que a partir das ações e interações sociais, econômicas, políticas e institucionais, que possibilitam a articulação de ações políticas, envolvendo instituições e sociedade civil, e seus reflexos, resultam em projetos estratégicos definidos numa escala que ultrapassa a dinâmica exclusivamente local. O empoderamento dos diversos atores sociais e agências institucionais potencializam os recursos naturais, sociais e culturais como mecanismos e estratégias de desenvolvimento, que são delimitados em relações de poder, e como tal, estão sujeitas à disputa, à negociação e à regulação.

Guimarães Neto e Araujo (1998) destacam que os municípios e os demais territórios emergentes na ação política passam a ser concebidos por atores políticos locais, tais como prefeitos, secretários, técnicos extensionistas, presidentes de associações e de cooperativas, dentre outros, ou seja, são pessoas que exercem certa influência e controle sobre as situações no território e no município. Os atores políticos locais são capazes de assumir a centralidade das ações de intervenções nas diferentes esferas da vida social e de atuar como protagonistas do processo de desenvolvimento.

É importante a compreensão do objetivo de desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II – Acesso ao Mercado que busca fomentar, ao menos teoricamente, a competitividade da agricultura familiar no Estado de São Paulo. Acreditamos, no entanto, que a agricultura familiar, mesmo organizada coletivamente, enfrenta

[56] Buarque (1999) afirma que, a partir da Constituição Federal brasileira de 1988, ocorreu a descentralização do poder por meio da descentralização administrativa, transferindo decisões para outras esferas e para a sociedade civil.

obstáculos para competir com grandes cooperativas em decorrência da dificuldade na obtenção de assistência técnica, financiamentos e com relação à escala de produção.

No meio rural, entre as ações que o governo estadual vem realizando, por meio de discurso oficial, para garantir o desenvolvimento sustentável, destaca-se o Microbacias II – Acesso ao Mercado, resultados de convênio entre o governo do Estado e o Banco Mundial. Esse projeto possibilita, de acordo com o *site* do governo do Estado, o investimento de recursos em incentivos para que os agricultores paulistas adotem práticas conservacionistas e tenham produção ecologicamente adequada, bem como favorece, por meio de capacitação, organização rural e difusão de alternativas à geração de renda e emprego no meio rural. No período de 2011 a 2015, o investimento foi de US$ 130 milhões (SÃO PAULO, SEADE, 2012).

> Para que esse objetivo seja atingido o Projeto visa: aumentar a produtividade e melhorar a qualidade dos produtos através de melhores práticas de produção; propiciar uma participação mais ativa da agricultura familiar nas cadeias produtivas, onde podem obter vantagem comparativa, em função do fortalecimento das parcerias no processamento, comercialização e operações de mercado; fortalecer a capacidade organizacional e gerencial das organizações de produtores rurais, bem como promover a formação de novas associações ou cooperativas; e Integrar melhores práticas de manejo do solo e da água com sistemas de produção mais competitivos e sustentáveis. O Projeto buscará que os agricultores familiares adotem melhores práticas de produção, comercialização, gestão e organização. Ao mesmo tempo, proporcionará melhoria na infraestrutura física e fortalecimento das instituições públicas de atendimento aos agricultores familiares com investimentos em assistência técnica e extensão rural, acompanhamento econômico, gestão ambiental e manutenção de estradas rurais (SÃO PAULO, 2015, p. 1-2).

A premissa básica do projeto foi o desenvolvimento rural sustentável, mas em vista dos argumentos apresentados por Neves Neto (2013, p. 156), se verifica que:

> Embora o projeto tenha por objetivo o desenvolvimento rural sustentável, na prática, isso não tem acontecido, pois, assim como na primeira edição do Projeto de Microbacias, ainda predomina a visão setorial de política pública, priorizando o acesso ao mercado. Outra característica é a abrangência das ações, as quais têm sido dirigidas prioritariamente às organizações rurais mais fortalecidas, enquanto o produtor descapitalizado, cuja presença é predominante no Estado, não vem sendo atendido.

O Microbacias II – Acesso ao Mercado tem apresentado caráter excludente e setorial em decorrência do grau de dificuldade para atender a metodologia empregada pelo programa, que segue padrões das instituições internacionais visando à obtenção de vários documentos (coletivos e individuais), a viabilidade técnica, a análise de risco dos projetos, cálculos financeiros e os impactos ambientais decorrente da implantação desses projetos (NEVES NETO, 2013).

É importante perceber que a trajetória de esforços dos atores sociais e instituições públicas para promover a participação dos agricultores familiares organizados em associações/cooperativas no Microbacias II – Acesso ao Mercado esbarra nas dificuldades apresentadas e na adequação da proposta de negócio, que acaba privilegiando os segmentos mais favorecidos e/ou capitalizados, criando-se distorções nos objetivos da política, apresentando caráter excludente de "[...] grupos sociais que não têm força representativa, menos capitalizados e que não atendem a cadeia produtiva ficando a margem do programa" (COUTO; ROCHA, 2006, p. 9) .

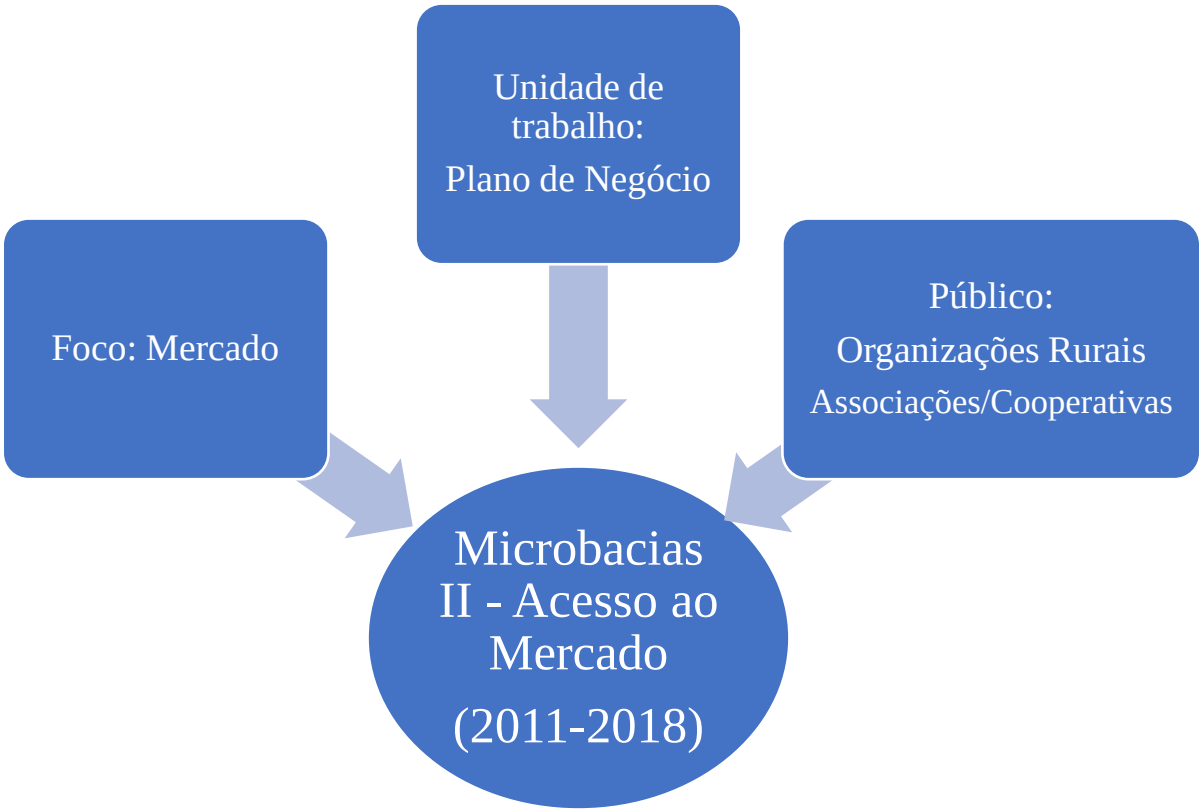
Também contatamos o caráter excludente da política pública de grupos sociais menos capitalizados, que não estavam articulados nas cadeias produtivas beneficiadas. Outra forma de exclusão verificada foi na seleção dos membros associados/cooperado das organizações beneficiárias do projeto, pois os mesmos tinham que arcar com a contrapartida de trinta porcento, então foram selecionados os mais capitalizados.

Delgado e Leite (2011, p. 439), ao estudarem as políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro e o protagonismo dos atores social, enfatizam que:

> [...] problematizar a linearidade do ciclo de gestão social dos territórios na medida em que, em função das suas particularidades, a ordem e a velocidade das etapas podem não obedecer a um mesmo sequenciamento. Isso não invalida a tentativa da administração pública de normatizar a política de intervenção e gestão territorial, homogeneizando procedimentos. No entanto, entre a normatização e a prática é necessário manter certa flexibilidade, adequando tais parâmetros ao contexto histórico, social, econômico, político e cultural no qual se firmam as diferentes experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil.

Considerando, assim o incentivo dado à agricultura familiar, por meio de financiamento de iniciativas de negócios, que fomenta recursos coletivos e individuais, a Figura 5 apresenta o Microbacias II – Acesso ao Mercado, oportunizando investimento na melhoria da infraestrutura e serviços para agregação de valor visando sua inserção no mercado, tendo como público beneficiário as associações e/ou cooperativas que têm encontrado dificuldades ligadas à comercialização dos produtos de seus associados ou cooperados. Cabe às associações e/ ou cooperativas elaborarem um plano de negócios para acessar os recursos disponíveis.

Figura 5: O Microbacias II - Acesso ao Mercado

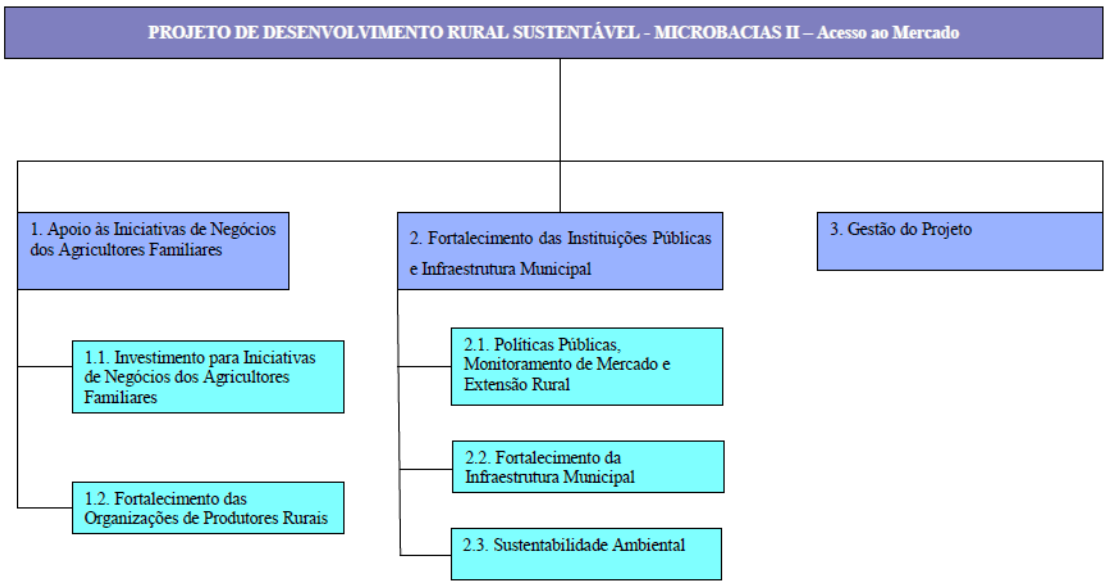


Fonte: Org. Eliane Silva dos Santos (2017).

Segundo Santos (2013), o Microbacias II – Acesso ao Mercado tem como intuito fomentar iniciativas de negócios apresentadas por produtores rurais organizados em associações ou cooperativas, direcionadas à comercialização de seus produtos, para que possam obter, de forma sustentável, um melhor posicionamento junto ao mercado.

Na Figura 6 verifica-se a estrutura dos componentes e subcomponentes da execução do Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Figura 6: Estrutura dos componentes e subcomponentes do Microbacias II – Acesso ao Mercado



Fonte: SÃO PAULO (2015, p. 5).

Na sequência será delineada a porcentagem de apoio ao projeto e a estrutura dos componentes e subcomponentes da execução da política pública. O Microbacias II – Acesso ao Mercado subvenciona até 70% do valor total das propostas de negócios, desde que, os grupos organizados formalmente em associação e/ ou cooperativa, estejam envolvidos no projeto da política pública com a participação de mais de 70% de agricultores familiares. Lembrando que a proposta para ser elegível deve ter, no mínimo, 15 produtores rurais associados ou cooperados envolvidos no projeto e mais de 50% serem classificados como agricultores familiares. Considerando a porcentagem de mais de 50% e até 70% de agricultores familiares, o apoio da política pública chega até 50%. É importante mencionar que o valor máximo apoiado pela proposta de Iniciativa de Negócio é de até R$ 800.000,00 por projeto coletivo e individual. A proposta de iniciativa de negócio apoiada pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, conta com Projetos coletivos – Projeto de Empreendimento Comunitário (PEC) que vai atender a todos os integrantes do grupo beneficiário e projetos individuais – Incentivos individuais apoiados por meio do Plano Individual da Propriedade (PIP).

Os investimentos individuais do Microbacias II – Acesso ao Mercado têm um caráter complementar na Iniciativa de Negócio. Na elaboração da Proposta de Iniciativa de Negócio, o técnico da Casa da Agricultura local faz os Planos Individuais de Propriedade (PIPs) das propriedades dos produtores envolvidos na Proposta de iniciativa de negócio e os Planos de Empreendimento Comunitário (PECs). Nos PIPs são diagnosticadas as necessidades de investimentos (aquisição de bens ou serviços) que viabilizem ou melhorem o processo

produtivo, visando à viabilidade técnica e econômica do investimento coletivo. Os PECs são elaborados para aquisição de bens por um grupo informal de produtores.

Observa-se na Tabela 4, os custos e a origem dos recursos empregados na implementação do Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Tabela 4: Custos do Microbacias II – Acesso ao Mercado e Origem dos recursos (em US$ 1.000)

Componentes e subcomponentes	Banco Mundial		Estado de São Paulo		Total	
	US$ 1.000	%	US$ 1.000	%	US$ 1.000	%
1- Apoio às iniciativas de negócios dos Agricultores Familiares	**37.600 (63,95%)**	**48,20**	**21.200 (36,05%)**	**40,77**	**58.800 (100%)**	**45,23**
1.1- Investimentos nas Iniciativas de Negócios dos Agricultores Familiares	32.000		13.000		45.000	
1.2 - Fortalecimento das Organizações de Produtores Rurais	5.600		8.200		13.800	
2- Fortalecimento das Instituições Públicas e Infraestruturas	**36.500 (59,25%)**	**46,80**	**25.100 (40,75%)**	**48,27**	**61.600 (100%)**	**47,38**
2.1- Políticas Públicas, monitoramento de Mercado e Extensão Rural	9.500		6.400		15.900	
2.2 - Fortalecimento da Infraestrutura Municipal	15.000		6.200		21.200	
2.3 - Sustentabilidade Ambiental	12.000		12.500		24.500	
3 - Gestão do Projeto	**3.900 (40,63%)**	**5,00**	**5.700 (59,37%)**	**10,96**	**9.600 (100%)**	**7,38**
Total	**78.000**	**100**	**52.000**	**100**	**130.000**	**100**

Fonte: São Paulo (2015, p. 3). Org. Eliane Silva dos Santos (2017).

Na Tabela 4 são apresentados os custos oficiais de cada unidade executora do projeto. De acordo com os dados oficiais disponibilizados na tabela, 60% dos valores são financiados pelo empréstimo do Banco Mundial, que corresponde a 78 milhões de dólares e a contrapartida do Estado de São Paulo é de 40%, que corresponde a 52 milhões de dólares, considerando a CATI, subordinada à SAA com orçamento de 81,2%, que corresponde a 105,5 milhões de dólares, e a CBRN, subordinada à SMA com orçamento de 18,8%, que corresponde a 24,5 milhões de dólares.

O Microbacias II implicou na participação coletiva e maior integração dos técnicos e agricultores. Vale a pena destacar o papel do técnico extensionista, que é o profissional responsável em envolver os interessados na implementação da política pública. Outro ponto que deve ser considerado é a atualização dos manuais operacionais favorecendo a adequação da política pública para o atendimento dos beneficiários.

A meta do Microbacias II era beneficiar diretamente 22.000 famílias de agricultores integrantes de 300 organizações de produtores rurais e grupos tradicionais de indígenas e

quilombolas. Assim, segundo os dados oficiais, os beneficiários dessa política pública deveriam ser as associações e cooperativas rurais e comunidades tradicionais e quilombolas envolvidos em atividades tipicamente rurais agrícolas e não agrícolas (SÃO PAULO, 2015).

Observa-se no Quadro 3 o cronograma do ciclo de aprovação das propostas de iniciativas de negócio a serem implementadas no Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Quadro 3: Cronograma do ciclo de aprovação das propostas de iniciativas de negócio

Etapa	Responsabilidade	Duração (dias)
1. Chamada pública para apresentação de Manifestação de interesse para Iniciativas de Negócio	UGP – CATI	20
2. Análise de elegibilidade da Manifestação de Interesse para Iniciativas de Negócio	CA + CMDR (apoio CATI Regional)	10
3. Comunicação da elegibilidade das Manifestações de Interesse para Iniciativas de Negócio elegíveis e Termo de Compromisso da elaboração de Proposta	CATI Regional Organização de produtores	5
4. Elaboração dos PIPs e PECs	Casa da Agricultura	60 Após comunicar elegibilidade das Manifestações de Interesse
5. Elaboração da Proposta de Iniciativa de Negócio	Organização produtores e consultoria externa contratada pela organização (apoio da CATI – CA e Regional)	90 Após comunicar elegibilidade das Manifestações de Interesse
6. Análise de viabilidade técnica, econômica, mercadológica e ambiental	CATI – Regional e UGP	90
7. Habilitação das Propostas de Iniciativa de Negócio aprovadas	CATI – UGP	10
8. Autorização para início da execução do Projeto	CATI Regional	5

Fonte: SÃO PAULO (2015, p. 6).

Compete à Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP)[57], a responsabilidade pela seleção das propostas, utilizando alguns critérios, tais como:

[57] A UGP foi criada pelo Decreto Estadual nº 56.449, de 29 de novembro de 2010, que instituiu o Microbacias II – Acesso ao Mercado. É responsável pela gestão global, planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação

> [...] a viabilidade do empreendimento; o nível de prioridade estabelecido para o município pelo Microbacias II; a importância da proposta para o desenvolvimento da agricultura familiar na região; a relevância da cadeia produtiva para a melhoria da competitividade dos pequenos produtores em âmbito municipal e regional; o número de agricultores familiares beneficiados pela iniciativa de negócio; a escolha de técnicas sustentáveis de manejo de solo e água no sistema produtivo (terraceamento, curvas de nível), para reduzir impactos ambientais; a recuperação das áreas degradadas (erosão e voçorocas, reconstituição de vegetação em áreas de preservação permanente, entre outros itens). Essa priorização dos critérios ambientais, em relação aos sociais e econômicos, segue padrões de exigência das instituições internacionais (NEVES NETO, 2013, p. 163-164).

A CATI, por meio dos EDRs e das Casas da Agricultura, realizou reuniões com os presidentes de associações/cooperativas e prefeitos municipais para sensibilizar e incentivar as organizações de produtores rurais a manifestarem interesse na apresentação das propostas de iniciativa de negócios que promovam o fortalecimento dos agricultores familiares (SÃO PAULO, 2015).

Conforme o esquema apresentado na Figura 7 (página seguinte) verifica-se o ciclo de aprovação das propostas de iniciativas de negócios. A análise de elegibilidade da manifestação de interesse é operacionalizada pelos técnicos da Casa da Agricultura, pelos representantes do CMDR com o apoio do EDR, que irão verificar as iniciativas de negócios, por meio de informações e documentações, permitindo a análise quanto à elegibilidade da proposta e a "[...] viabilidade técnica, os riscos e os cálculos financeiros da proposta, bem como os impactos ambientais envolvidos" (NEVES NETO, 2013, p. 162).

No próximo capítulo analisaremos os desdobramentos do Microbacias II – Acesso ao Mercado (2011-2018), no Estado de São Paulo.

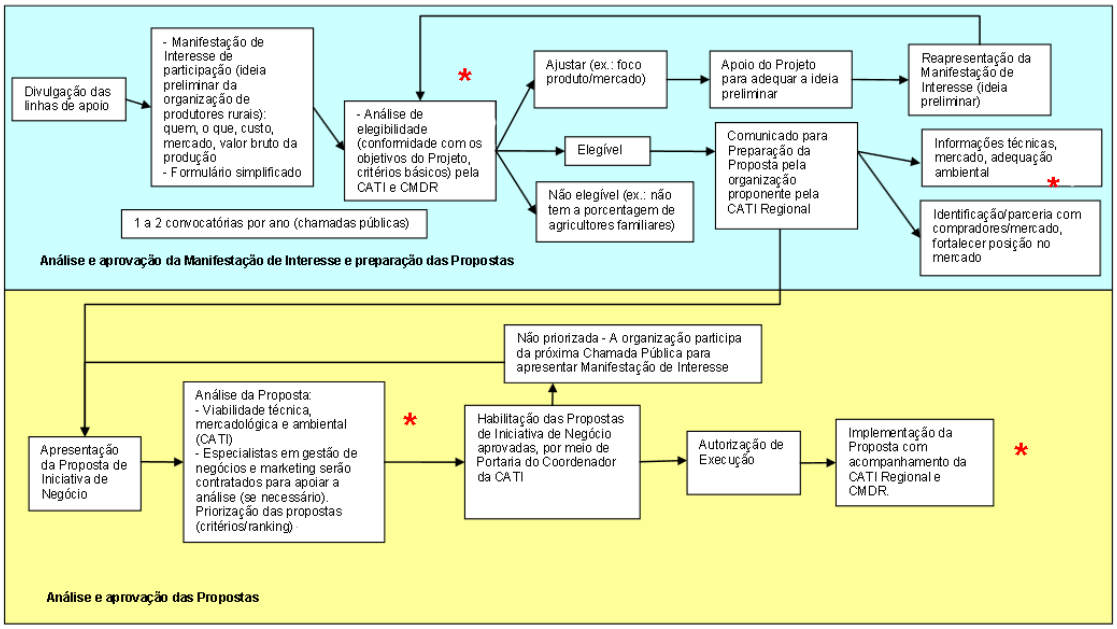
É importante sublinhar que as propostas de subprojetos que foram avaliadas na presente tese compreendem os projetos apoiados pela SAA que é responsável pela execução, por meio da CATI, na elaboração do Microbacias II – Acesso ao Mercado.

As propostas de subprojetos ambientais aprovadas pela SMA, por meio da CBRN, no Estado de São Paulo, no período de 2013 a 2014, contribuiram e ampliaram a compreensão sobre o Microbacias II – Acesso ao Mercado, de forma complementar, pois, a tese aborda os projetos desenvolvidos pela SAA e pela CATI, nos EDRs de Dracena e Presidente Prudente (SP), já que não há projetos aprovados pela Secretaria do Meio Ambiente na referida área de estudo.

---

de todas as atividades do Projeto, bem como a gestão financeira, aquisições, desembolso e prestação de contas (SÃO PAULO, 2015).

Figura 7: Ciclo de aprovação das propostas de iniciativas de negócios do Microbacias II - Acesso ao Mercado



Fonte: SÃO PAULO (2010, p. 3).

A Tabela 5 apresenta o orçamento dos projetos que compreendem as duas (2) Secretarias.

Tabela 5: Orçamento do Microbacias II – Acesso ao Mercado da unidade executora (em milhões de dólares)

Microbacias II – Acesso ao Mercado						
Orçamento do Projeto	BIRD	%	GESP	%	Total	%
CATI – SAA	66	62,6	39,5	37,4	105,5	81,2
CBRN - SMA	12	49,0	12,5	51,0	24,5	18,8
Total Projeto	78	100	52		130	100

Fonte: São Paulo (2015).

Particularmente em relação ao orçamento de cada unidade executora, conforme se verifica na Tabela 5, a SAA e a CATI são responsáveis por 81,2% do orçamento do Microbacias II – Acesso ao Mercado e a CBRN e a SMA são responsáveis por 18,8% do orçamento.

A SMA firmou e adequou projetos ambientais, tais como: implantação e enriquecimento de Sistema Agroflorestal (SAF) em área de reserva legal; reforma e implantação de galpão de apoio à comercialização dos produtos provenientes do manejo do SAF; melhorias na infraestrutura e na organização do viveiro da comunidade, visando ao aumento da produção e

da comercialização de mudas de espécies florestais, dentre outros (Tabela 6), que oportunizaram aos agricultores familiares organizados em associações e/ou cooperativas a prática de conservação e recuperação da biodiversidade.

> [...] subprojetos inovadores, com potencial para diversificação econômica e geração de renda baseada na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais para a produção (solo, água e biodiversidade) e que atenda a demandas específicas de agricultores familiares, além de contribuir para a mitigação e/ou adaptação às mudanças climáticas (SÃO PAULO, 2015, p. 4).

Ressalta-se que as medidas ambientais adotadas pelo Microbacias II- Acesso ao Mercado - com exceção das estradas rurais - só foram propostas para adequar os planos de negócio. Dessa forma, os aspectos ambientais do Microbacias II – Acesso ao Mercado foram secundarizados – isso demonstra uma contradição, pois no PEMH – I houve a adoção de mais medidas ambientais, mesmo sem a participação da SMA.

A Tabela 6 apresenta os subprojetos ambientais aprovados pela SMA por meio da CBRN.

Das 24 propostas aprovadas com o apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, no período compreendido entre 2013 e 2014, 14 ou 58,33% das associações foram beneficiadas. Destas, sete (7) ou 50% são associações de produtores rurais convencionais, três (3) ou 21,43% são de associações de produtores assentados, uma (1) ou 7,14% é associação de produtores orgânicos, uma (1) ou 7,14% é associação de comunidade quilombola, uma (1) ou 7,14% é associação entre amigos e uma (1) ou 7,14% é associação de corredores ecológicos.

Tabela 6: Microbacias II – Acesso ao Mercado: Propostas de subprojetos ambientais aprovadas pela SMA por meio da CBRN (2013-2014)

Conveniado	Município	Descrição	VALOR (R$)			Vigência
			Total	Valor de recurso BIRD	Valor de Contrapartida	
Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara	Ribeirão Preto	Implantação e enriquecimento de sistema agroflorestal - SAF em àreas de reserva legal, reforma e implantação de galpão de apoio à comercialização dos produtos provenientes do manejo do SAF	468.176,60	419.204,60	48.972,00	24 meses
Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Nhunguara	Eldorado e Iporanga	Melhorias na infraestrutura e na organização do viveiro da comunidade, visando o aumento da produção e da comercialização de mudas de espécies florestais	274.387,16	239.438,60	34.948,56	24 meses
Cooperativa Agrapecuária de Ibiúna (CAISP)	Ibiúna	Implantação de unidade de processamento mínimo em propriedade da cooperativa agropecuária de Ibiúna com aproveitamento de resíduos da mesma para compostagem laminar nas propriedades dos beneficiários	867.159,49	397.736,72	469.422,77	24 meses
Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis (CooperaFloresta)	Barra do Turvo e Adrianópolis	Implementação e execução de projetos fruto da mata: Agroindustrialização de produtos florestais de famílias agricultoras e quilombolas do Vale do Ribeira	663.790,00	341.100,00	322.690,00	20 meses
Associação dos Produtores Orgânicos do Alto Tietê (APROATE)	Mogi das cruzes, Biritiba Mirim, Salesópolis e Suzano	Diversificação produtiva na agricultura familiar por meio do manejo de espécies nativas da mata atlântica, com estratégia de geração de renda, conservação e valorização de remanescentes florestais.	465.754,90	419.609,27	46.145,63	20 meses
Cooperativa dos Agricultores Familiares 16 de maio (Coopmaio)	Iperó	Implantação de 19 Hectares de sistema agroflorestais em área de restrição ambiental	550.296,50	494.408,50	55.888,00	13 meses
Cooperativa dos produtores Rurais entre Serras e Àguas	Mogi das cruzes, Biritiba Mirim, Salesópolis e Suzano	Diversificação produtiva na agricultura familiar por meio do manejo de espécies nativas da mata atlântica, com estratégia de geração de renda, conservação e valorização de remanescentes florestais.	835.694,00	600.000,00	235.594,00	13 meses
Cooperativa dos Produtores Rurais de Ipanema e Região (Coprir)	Mogi das cruzes, Biritiba Mirim, Salesópolis e Suzano	Diversificação produtiva na agricultura familiar por meio do manejo de espécies nativas da mata atlântica, com estratégia de geração de renda, conservação e valorização de remanescentes florestais.	622.521,00	563.534,50	58.986,50	13 meses
		SUBTOTAL	**4.747.779,65**	**3.475.032,19**	**1.272.647,46**	

Fonte: Sistema Ambiental Paulista (SIGAM), 2018. Org. Eliane Silva dos Santos.

Tabela 6: Microbacias II – Acesso ao Mercado: Propostas de subprojetos ambientais aprovadas pela SMA por meio da CBRN (2013-2014) (Continuação)

Conveniado	Município	Descrição	VALOR (R$)			
			Total	Valor de recurso BIRD	Valor de Contrapartida	Vigência
Associação de Corredores Ecológicos do Vale do Ribeira (AKARUI)	Mogi das cruzes, Biritiba Mirim, Salesópolis e Suzano	Diversificação produtiva na agricultura familiar por meio do manejo de espécies nativas da mata atlântica, com estratégia de geração de renda, conservação e valorização de remanescentes florestais.	527.837,03	459.727,03	68.110,00	13 meses
Associação Assentados da Estrela Dalva	Mogi das cruzes, Biritiba Mirim, Salesópolis e Suzano	Diversificação produtiva na agricultura familiar por meio do manejo de espécies nativas da mata atlântica, com estratégia de geração de renda, conservação e valorização de remanescentes florestais.	761.278,80	567.282,80	193.996,00	13 meses
Associação Antonio Conselheiro do P. A. Antonio Conselheiro	Guarantã	Implantação de 23 Hectares de SAF "Biodiverso, complexo e Sucessional"	534.781,56	464.321,56	70.460,00	12 meses
Associação Regional de Desenvolvimento Agrario (ARDA)	Iperó e Itapetininga	Implantação de 16 Hectares de Sistema Agroflorestais	660.147,71	599.922,71	60.225,00	12 meses
Cooperativa Agroecológica de manejo e conservação da biodiversidade dos agricultores familiares dos assentamentos Sepé-Tiarajú (COPPERECOS)	Serrana	Implantação de 14,5 Hectares de SAF "Consorciado Simples " e 2 Hectares de "Sistema Silvipastoril" e 9,6 Hectares de "sistema Biodiverso, complexo e Sucessional"	774.617,42	593.417,42	181.200,00	12 meses
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e Euclides da Cunha Paulista	Implantação de 51 Hectares de SAF "Biodiverso, complexo e sucessional"	664.399,20	599.999,20	64.400,00	12 meses
Cooperativa dos Produtores Campesinos (COPROCAM)	Promissão	Implantação de 22 Hectares de SAF "Biodiverso, complexo e sucessional"	539.443,93	463.863,93	75.580,00	12 meses
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Engenho II	Presidente Epitácio	Implantação de subprojeto Ambiental Destinado à implantação de 20 Hectares de SAF "Biodiverso, complexo e sucessional"	541.058,00	479.658,00	61.400,00	12 meses
		SUBTOTAL	**5.003.563,65**	**4.228.192,65**	**775.371,00**	

Fonte: Sistema Ambiental Paulista (SIGAM), 2018. Org. Eliane Silva dos Santos.

Tabela 6: Microbacias II – Acesso ao Mercado: Propostas de subprojetos ambientais aprovadas pela SMA por meio da CBRN (2013-2014) (Continuação)

Conveniado	Município	Descrição	VALOR (R$)			Vigência
			Total	Valor de recurso BIRD	Valor de Contrapartida	
Associação Ouro Verde	Araçatuba	Implantação de 45 Hectares de SAF "Biodiverso, complexo e sucessional"	723.152,53	575.085,53	148.067,00	12 meses
Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras - COPAFASB	Sete Barras	Implantar de 18,1 Hectares e enriquecer 13 Hectares de Sistema Agroflorestais	480.107,34	426.273,79	53.833,55	12 meses
Associação Nova união do Assentamento Simon Bolivar	Getulina	Implantação de 22 Hectares de Sistema Agroflorestais	490.695,23	438.375,23	52.320,00	12 meses
Associação dos Produtores Rurais Renascer (APRREN)	Promissão	Implantação de 23 Hectares de SAF "Biodiverso, complexo e sucessional"	536.892,86	467.032,86	69.860,00	12 meses
Associação dos Empresários Rurais de Pedro de Toledo	Pedro de Toledo	Implantação de 18 Hectares de SAF "Biodiverso, complexo e sucessional"	603.767,79	527.924,23	75.843,16	12 meses
Associação dos Pequenos Produtores Rurais 12 de Outubro	Mogi Mirim	Implantação de 13,84 Hectares de SAF "Biodiverso, complexo e sucessional": Implantar 7,7 Hectares de SAF Simples e Implantar 11 Hectares de Sistema Agrosilvopastoril"	731.304,00	598.809,00	132.495,00	12 meses
Associação dos Pequenos Produtores Rurais Beira Rio -(ASBR)	Araçatuba	Implantação de 29 Hectares de SAF "Biodiverso, complexo e sucessional"	661.181,04	565.522,09	96.658,95	12 meses
Associação entre Amigos (ASSENTRA)	Araçatuba	Implantação de 40 Hectares de SAF "Biodiverso, complexo e sucessional"	750.578,63	588.319,63	162.259,00	12 meses
		Sub Total	4.977.679,42	4.187.342,36	791.336,66	
		Sub Total Planilha Anterior A	4.747.779,65	3.475.032,19	1.272.647,46	
		Sub Total Planilha Anterior B	5.003.563,65	4.228.192,65	775.371,00	
		TOTAL	**14.729.022,72**	**11.890.567,20**	**2.839.355,12**	

Fonte: Sistema Ambiental Paulista (SIGAM), 2018. Org. Eliane Silva dos Santos.

Das 24 propostas aprovadas com o apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, no período compreendido entre 2013 e 2014, oito (8) ou 33,33% são de cooperativas. Dentre estas, seis (6) ou 75% são cooperativas de produtores convencionais, uma (1) ou 12,50% é cooperativa agroecológica de assentados e uma (1) ou 12,50% é cooperativa de produtores campesinos[58]. Considerando as 24 propostas aprovadas, uma (1) ou 4,17% é um centro de formação sócio agrícola e uma (1) ou 4,17% é o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).

Com relação ao montante de R$ 14.729.022,72 referentes aos valores das propostas no período de 2013 a 2014, das 24 propostas aprovadas com o apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, 14 ou 56,08% do total de associações foram contempladas com R$ 8.262.817,24. Dentre estas, sete (7) ou 30,22% são associações de produtores rurais convencionais e foram contempladas com R$ 4.451.227,49, três (3) ou 12,17% são associações de produtores assentados e foram contempladas com R$ 1.793.032,03, uma (1) ou 3,16% é associação de produtores orgânicos e foi contemplada com R$ 465.754,90, uma (1) ou 1,86% é associação de comunidade quilombola e foi contemplada com R$ 274.387,16, uma (1) ou 5,09% é associação entre amigos e foi contemplada com R$ 750.578,63 e uma (1) ou 3,58% é associação de corredores ecológicos e foi contemplada com o valor de R$ 527.837,03.

No tocante ao montante de R$ 14.729.022,72 referentes aos valores das propostas no período de 2013 a 2014, das 24 propostas aprovadas com o apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, oito (8) ou 36,21% do total de cooperativas foram contempladas com R$ 5.333.629,68. Dentre essas, seis (6) ou 27,29% são cooperativas de produtores rurais convencionais e foram contempladas com R$ 4.019.568,33, uma (1) ou 5,26% é cooperativa agroecológica de assentados e foi contemplada com R$ 774.617,42; e uma (1) ou 3,66% é cooperativa de campesinos e foi contemplada com R$ 539.443,93.

Foi contemplado também um (1) Centro de formação, ou seja, 3,18% contemplado com R$ 468.176,60 e um (1), ou seja, 4,51% é o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) contemplado com R$ 664.399,20.

De acordo com a Tabela 6, do total de 24 iniciativas de negócio apoiadas pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, aprovadas pela SMA, destacam-se nove (9) delas que, juntas objetivaram a implantação de 287 hectares de SAF "Biodiverso, complexo e sucessional"[59]. Ressaltam-se também, outros cinco (5) projetos que visavam à diversificação

[58] É uma Cooperativa dos Produtores Campesinos – COPROCAM, que teve implantação de subprojeto ambiental destinado a implantação de 22 hectares de SAF biodiverso, complexo e sucessional.

[59] Esse sistema se baseia na visão de que todas as espécies cumprem uma função nos processos evolutivos dentro de um ecossistema natural. Assim, determinados grupos de espécies criam condições favoráveis para que outros sucessores se beneficiam dos grupos antecessores. O referido sistema prioriza as árvores ou as espécies perenes

produtiva na agricultura familiar por meio do manejo de espécies nativas da mata atlântica, com estratégias de geração de renda, conservação e valorização de remanescentes florestais.

De modo geral, verificou-se que as iniciativas de negócio aprovadas foram diversificadas e apoiaram desde projetos que envolviam a implantação de SAF até projeto que propunha o aproveitamento de resíduos para compostagem laminar[60] (Tabela 6).

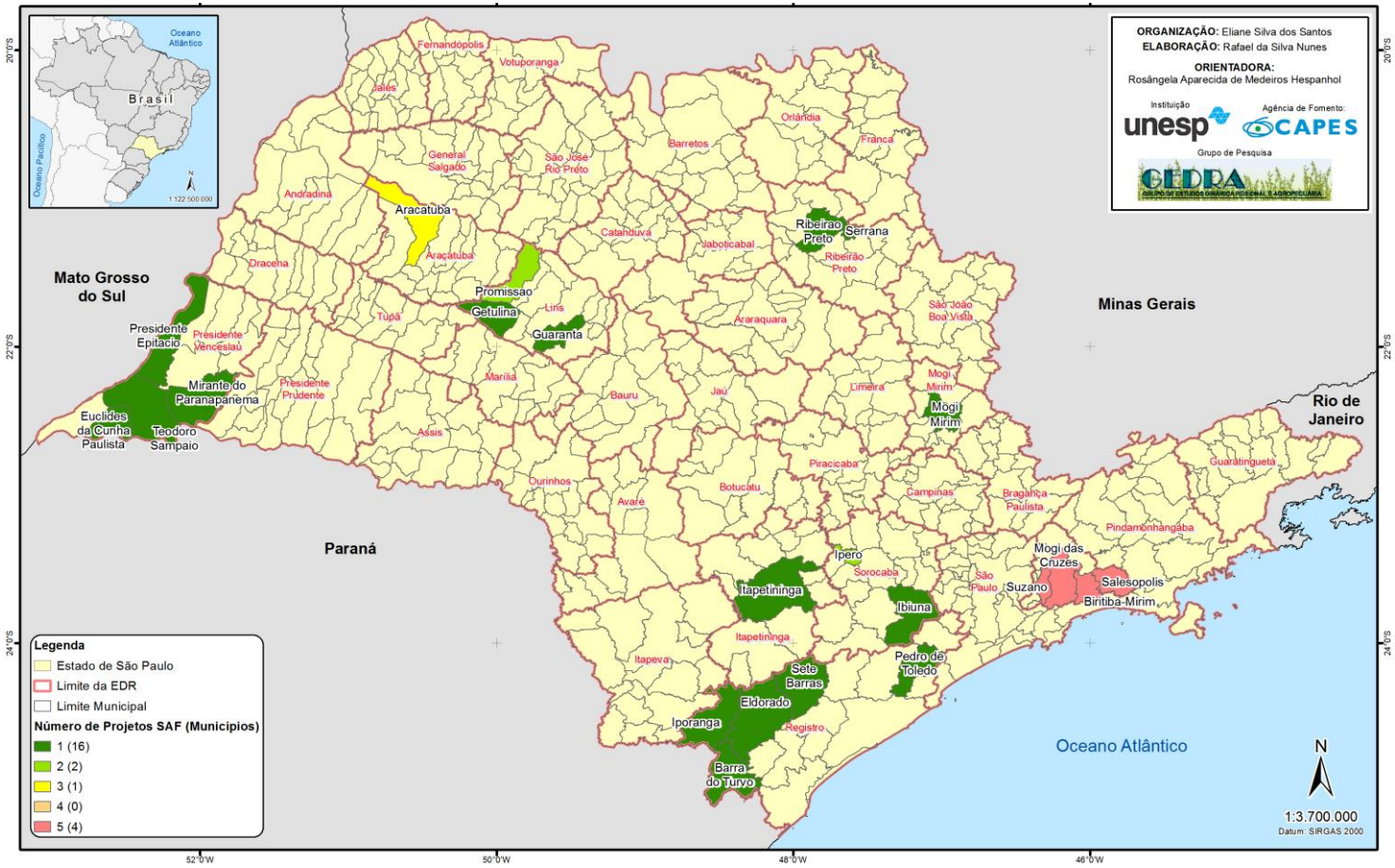
Verificou-se por meio das análises de implantação das iniciativas de negócios ambientais contempladas com recursos provenientes do Microbacias II – Acesso ao Mercado que houve a participação das comunidades quilombolas e de assentados rurais – o que representa uma maior notoriedade para essas categorias de beneficiários. Além disso, identificou-se a mudança de comportamento dos produtores rurais quanto às práticas de utilização do solo, como no caso da implantação do SAF e da valorização de remanescentes florestais.

Como se verifica no (Mapa 5), 16 municípios, a saber: Serrana, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Presidente Epitácio, Sete Barras, Getulina, Pedro de Toledo, Mogi Mirim, Ribeirão Preto, Eldorado, Iporanga, Ibiúna, Barra do Turvo, Itapetininga e Guarantã foram contemplados com um (1) projeto cada; dois (2) municípios (Promissão e Iperó) foram contemplados com dois (2) projetos cada; o município de Araçatuba foi contemplado com três (3) projetos; e outros quatro (4) municípios (Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim, Salesópolis e Suzano) foram contemplados com cinco (5) projetos cada.

(de ciclo de vida longo), já que elas são vistas como capazes de melhorar a ciclagem de nutrientes e a retenção dos nutrientes importantes aos ecossistemas que se encontram em processo de regeneração. Dentre os muitos benefícios, destacam-se: o "bombeamento" de nutrientes do subsolo, por meio das raízes profundas dessas espécies perenes, a manutenção de matéria orgânica no solo, com a queda das folhas e podas constantes e a proteção do solo no tocante aos efeitos erosivos das chuvas volumosas (MARTINS, 2013).

[60]A compostagem laminar foi inspirada nos processos naturais, sobretudo, na degradação da serrapilheira (camada que fica acima do solo e é formada por restos de folhas, galhos, frutos e outras partes vegetais bem como restos de animais) nas matas. Como o material é depositado sobre o solo, todos os processos fermentativos são aeróbicos (com presença de oxigênio), sendo criado um ambiente propício para o desenvolvimento da fauna, como minhocas, ácaros, insetos diversos e principalmente, microvida como fungos, bactérias, dentre outros, que tem a capacidade de degradar a matéria orgânica retirando nitrogênio do ar, o qual ficará disponível para as plantas (SCHWENGBER; SCHIEDECK; GONÇALVES, 2007).

Mapa 5: Microbacias II – Acesso ao Mercado: propostas de subprojetos ambientais aprovadas pela SMA por meio da CBRN por município*



*O município de Adrianópolis não foi localizado no Mapa, apesar de ter sido contemplado com um (1) projeto ao lado do município de Barra do Turvo, pois pertence ao Estado do Paraná.
Fonte: Organizado e elaborado por Eliane Silva dos Santos e Rafael da Silva Nunes.

Em suma, verificou-se, neste capítulo, que levando em conta as especificidades das condições socioeconômicas brasileiras, as políticas públicas direcionadas ao meio rural se fortaleceram a partir da década de 1990 com a abordagem territorial.

Por meio de iniciativas comunitárias, parcerias com o Estado e com empresas privadas (no caso do LEADER) e a participação dos beneficiários promove-se o desenvolvimento local que está pautado no potencial dos recursos humanos e institucionais do capital social.

Em relação ao Microbacias II – Acesso ao Mercado constatou-se que o objetivo da política pública era a inserção do produtor organizado por meio de associações e/ou cooperativas ao mercado. No entanto, assim como no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo (PEMH I), identificou-se a falta de assistência técnica e extensão rural e de crédito rural articulados aos programas, por consequência, a dificuldade de implementar as ações.

Sumariamente, constatou-se que as iniciativas de negócio aprovadas foram diversificadas. Destaca-se ainda que na implementação do Microbacias II – Acesso ao Mercado houve a participação da SMA, contraditoriamente, na implementação do PEMH I houve mais medidas ambientais.

Averiguou-se, ainda, a existência da participação de assentados rurais e povos tradicionais (quilombolas), entretanto de modo inexpressivo. Nos projetos ambientais não houve a participação de comunidades indígenas ainda que estas, ao lado dos povos quilombolas e assentados, tenham sido classificados como prioritários.

Diante do apresentado, no capítulo a seguir trataremos da implementação da política pública Microbacias II - Acesso ao Mercado no período de 2011 a 2018.

4 O MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO NOS EDRs DE PRESIDENTE PRUDENTE E DRACENA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Neste capítulo foi analisada a implementação de uma política pública, que possibilitou a formação ou fortalecimento de capital social, que são compreendidas como as relações de confiança, reciprocidade, valores e normas compartilhadas por seus membros por meio de associações e ou cooperativas. Procuramos evidenciar as ações do Microbacias II – Acesso ao Mercado no período compreendido entre 2011 e 2018, no âmbito do Estado de São Paulo, as iniciativas de negócios empreendidas pelas organizações sociais (associações e ou cooperativas de agricultores familiares convencionais[61], assentados, de comunidades indígenas e quilombolas), contempladas no decorrer das seis (6) chamadas públicas.

Os dados e informações de fonte primária foram obtidos por intermédio de entrevistas realizadas junto aos seguintes atores sociais: técnicos do EDR de Presidente Prudente e Dracena (roteiro de entrevista disponível no Apêndice F) e técnicos da Casa de Agricultura de Dracena e Rancharia (roteiro de entrevista disponível no Apêndice B). Foram utilizados também dados de fonte secundária (IBGE, SEADE, LUPA) que deram suporte ao levantamento de informações da estrutura fundiária do Estado de São Paulo (LUPA 2016/17), traçar o perfil socioeconômico e demográfico dos municípios contemplados com o Microbaciais II – Acesso ao Mercado dos EDRs de Presidente Prudente e Dracena.

Destacamos ainda ao longo do capítulo a importância da CATI na coordenação e execução das ações de implementação do Microbaciais II – Acesso ao Mercado; a estrutura fundiária do Estado de São Paulo (LUPA, 2016/17) e as 40 Regionais da CATI (EDRs) que compreendem o Estado de São Paulo. Além disso, evidenciamos a cadeia produtiva do leite que apresentou concentração dos projetos da política pública em apreço na região do Pontal do Paranapanema; destacamos os municípios que compõem os EDRs de Presidente Prudente e Dracena que foram contemplados com os Projetos do Microbacias II – Acesso ao Mercado; o processo de formação histórica das regiões onde estão localizados os municípios dos EDRs de Presidente Prudente e de Dracena e as análises das seguintes variáveis: UPAs, população, grau de urbanização e participação dos setores da economia nos municípios contemplados com recursos pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado. Por fim, salientamos os municípios de Rancharia (EDR Presidente Prudente) e Dracena (EDR de Dracena) que tiveram associações e/ou cooperativas com projetos aprovados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, nos EDRs de Presidente Prudente e Dracena.

[61] Agricultores que obtiveram o acesso à terra por meio de herança e/ou compra.

4.1 O Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo

A implementação de uma política pública pode, por meio de suas ações levar ao fortalecimento do capital social. Isso é possível, incentivando a formação ou o fortalecimento de associações e ou cooperativas de produtores rurais, que em seu bojo, promovem relações sociais de confiança, estabelecem um conjunto de valores ou normas comuns aos membros e permitem a cooperação entre eles.

Fukuyama (2002, p. 36) considera o capital social como um elemento estratégico, "[...] um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Espera-se que os membros de um grupo tenham um comportamento de confiança um nos outros e agem honestamente".

O autor ainda salienta que "[...] a confiança age como lubrificante levando qualquer grupo ou organização a funcionar com eficiência" (FUKUYAMA, 2002, p. 155).

Segundo Santos *et al*. (2012, p. 105), o capital social pode "[...] aliado às instituições políticas, favorecer o desempenho das estruturas do Estado e, consequentemente, das políticas governamentais [...]". Os autores afirmam ainda que:

> [...] as instituições políticas que encontram uma sociedade organizada, horizontalizando e detentora de capital social (CS), portanto, fértil socialmente (sinergismo entre as duas variáveis), possuem melhores condições de obter êxito em seus propósitos [...] (SANTOS *et al*., 2012, p. 114).

Muitas vezes, ao se implementar uma política pública identifica-se a dificuldade para a descentralização decorrente da não horizontalização das relações sociais e do clientelismo. Nesse aspecto, Boschi (1999) ressalta a importância do capital social ao afirmar que sem a presença deste há uma predisposição à criação de relações clientelistas, desiguais e verticalizadas com o decorrente uso de bens e serviços públicos como permuta para se obter benefícios privados.

O desempenho positivo de um governo democrático para o atendimento das demandas advindas da sociedade depende da organização das estruturas políticas, culturais, sociais, de pesquisa e desenvolvimento local.

É importante salientar a presença de diversos atores sociais para a implementação de uma política pública. Esses atores sociais poderiam dispor do capital social que é a capacidade de mobilização de determinados recursos (relações de confiança, reciprocidade e cooperação) de determinados grupos para a concretização de objetivos comuns e coletivos.

De acordo com Duarte (2017, p. 128):

> [...] os atores sociais exercem um papel importante no que diz respeito à formulação de políticas públicas, pois são eles os principais responsáveis pelas ideias ascenderem à agenda governamental. São eles que dão vida a essas ideias. Os atores sociais são a peça chave da formulação e até mesmo implementação da política. Na terminologia do desenvolvimento local, os atores são os agentes sociais e econômicos, indivíduos e instituições, que realizam ou desempenham atividades, ou, então, mantém relações num determinado território.

O ator social responsável pela coordenação e execução da política pública do Microbacias II – Acesso ao Mercado é a CATI, nas etapas de implementação da referida política exigiram a articulação de várias secretarias, convênios com prefeituras, instituições organizadas em associações e ou cooperativas e sociedade civil. A CATI também é responsável por coordenar e executar os serviços de assistência técnica e extensão rural aos pequenos e médios produtores rurais, atuando em mais de 90% dos municípios do Estado de São Paulo por meio de 40 Escritórios Regionais de Desenvolvimento Rurais (EDRs), que agrupam 594 Casas de Agricultura, além de 20 núcleos de produção de sementes, mudas e matrizes. Na implementação do Microbacias II – Acesso ao Mercado, especificamente, o referido órgão coordena as ações de operacionalização.

Em entrevista realizada[62] com o diretor técnico do EDR de Dracena, no qual o município de Dracena está inserido, este informou que as ações desempenhadas pela CATI/EDRs estão correlacionadas com a realidade de cada região onde atuam, seja na transferência de tecnologia, no planejamento da propriedade rural, na recomposição ambiental (recuperação de áreas degradadas), na adequação da infraestrutura de estradas rurais, na prevenção de sanidade vegetal e animal, nas orientações agronômicas sobre pragas e doenças e no apoio técnico aos agricultores para que possam participar de políticas públicas, ampliando oportunidades de negócio aos agricultores familiares por meio do associativismo/cooperativismo e fomentando as cadeias produtivas locais.

Os programas e políticas públicas que a CATI desenvolve e executa como, por exemplo, o Microbacias II – Acesso ao Mercado, têm como objetivo principal fomentar o setor agrícola por meio das cadeias produtivas em que atuam os agricultores familiares (convencionais e assentados), comunidades indígenas e quilombolas.

[62] Entrevista com Diretor Técnico Eng. Agrônomo P. S. M. (2017).

De acordo com o portal do Governo Estadual, o Microbacias II – Acesso ao Mercado tem apresentado resultados positivos[63] para a agricultura familiar do Estado de São Paulo e é reconhecido por órgãos internacionais. Assim,

> A ação é realizada com recursos do Governo do Estado de São Paulo e por meio do acordo de empréstimo firmado com o Banco Mundial, além da contrapartida de prefeituras e organizações formais de produtores e comunidades tradicionais. Iniciado em 2011, o projeto foi prorrogado até setembro de 2018, após a confirmação da instituição financeira (SÃO PAULO. PORTAL DO GOVERNO, 2018, s/p[64]).

O Projeto, de acordo com o site oficial, apoia as iniciativas de negócios dos agricultores familiares que estão organizados em associações e/ou cooperativas, com o objetivo de se integrarem em cadeias produtivas locais, mediante a adoção de melhores práticas de gestão e produção sustentáveis (econômica, social e ambiental) (SÃO PAULO, 2015).

É importante destacar que para a implementação do Microbacias II – Acesso ao Mercado foi estabelecido, no âmbito do Estado de São Paulo, áreas prioritárias[65], utilizando metodologia com base em informações das condicionantes socioeconômicas e ambientais. Para compor o índice socioeconômico adotaram-se os seguintes indicadores: ocorrência de agricultura familiar nos municípios; participação do município na composição do PIB estadual; geração de emprego e renda; desempenho no PEMH I; e organização rural. Para compor o índice ambiental adotou-se o indicador de degradação erosiva dos solos do Estado de São Paulo, todos os índices foram elaborados pelas secretarias SAA e SMA e gerenciado pela CATI (SÃO PAULO, 2015).

No contexto do manual oficial do Microbacias II – Acesso ao Mercado, se destaca que a agricultura é responsável por mais da metade da atividade econômica do Estado de São Paulo, em 60% dos 645 municípios, sendo significativa em termos da geração de emprego (representando 11% do total estadual) (SÃO PAULO, 2015).

Os dados da Tabela 7 apresentam a estrutura fundiária do Estado de São Paulo (2016/17), a partir do LUPA 2016/17. Identificou-se um total de 339.442 Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs), que ocupam 20.338.140,34 ha. Houve a predominância de UPAs com menos de 100 ha, a saber: 299.892 UPAs ou 88,35% do total que ocupavam 6.613.104,27

---

[63] A opinião dos agricultores familiares sobre o Microbacias II – Acesso ao Mercado está inserida no capítulo 6 desta tese.

[64] A citação não possui paginação, pois se encontra em um artigo digital disponibilizado no *site*: < http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/apoio-aos-agricultores-microbacias-ii-gera-resultados-positivos-em-sp/> Acesso em: 9 dez. 2018.

[65] Conforme tabela das Regionais da CATI (EDRs) com o número total de municípios e sua distribuição em relação ao nível de demanda para o Microbacias II – Acesso ao Mercado.

hectares ou 32,51% de toda a extensão territorial. As UPAs com 100 até menos de 2000 ha correspondem a 38.986 Unidades ou 11,48% do total, ocupando uma área de 11.678.470,85 hectares, representando 57,43% do total. As UPAs que se encontram na categoria de extensão territorial entre 2.000 até acima de 10.000 ha correspondem a 564 UPAs, ou menos de 1% das Unidades, num total de 2.046.565,22 hectares ou 10,06% do total. Em outros termos, constatou-se que, apesar do número expressivo de UPAs com menos de 100 ha, há um pequeno número de UPAs com grandes extensões territoriais, o que demonstra a concentração fundiária, especialmente em algumas áreas do estado de São Paulo.

Tabela 7: Estrutura fundiária do Estado de São Paulo (2016/17)

Estrato de Área (hectares)	UPA'S (un.)	%	Área (ha)	%
Área das UPAs com menos de 10	108.952	32,10	579.730,62	2,85
Área das UPAs com 10 a menos de 50	157.381	46,36	3.661.631,20	18,00
Área das UPAs com 50 a menos de 100	33.559	9,89	2.371.742,45	11,66
Área das UPAs com 100 a menos de 500	33.544	9,88	6.975.177,98	34,30
Área das UPAs com 500 a menos de 1.000	3.989	1,18	2.735.786,12	13,45
Área das UPAs com 1.000 a menos de 2.000	1.453	0,43	1.967.506,75	9,67
Área das UPAs com 2.000 a menos de 5.000	488	0,14	1.399.095,02	6,88
Área das UPAs com 5.000 a menos de 10.000	62	0,02	401.325,50	1,97
Área das UPAs acima de 10.000	14	0,00	246.144,70	1,21
Total	**339.442**	**100,00**	**20.338.140,34**	**100,00**

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, LUPA 2016/17.
Org.: Eliane Silva dos Santos (2020).

Oliveira (2010), ao analisar o associativismo na região do Pontal do Paranapanema (SP) e os limites e possibilidades para o desenvolvimento rural, destaca como vantagens do predomínio em termos do número de pequenas UPAs, a maior geração de empregos no campo e o direcionamento agrícola para a produção de alimentos, sobretudo dos que compõem a dieta da população. Isso se dá pela diversificação produtiva da maioria dessas unidades produtivas em detrimento da monocultura. A ocorrência da agricultura familiar nos municípios, conforme informações do LUPA (2008), possibilitaram a organização da Tabela 8, em que estão classificadas as Regionais da CATI (EDRs), com o número total de municípios e sua distribuição em relação ao nível de demanda para o Microbacias II – Acesso ao Mercado, conforme informações da CATI/SAA- 2008.

É possível identificar por meio dos dados da Tabela 8, que dos 645 municípios do Estado de São Paulo, 351 ou 54,42% apresentaram nível alto de demanda para a referida política pública; 221 ou 34,26% apresentaram nível médio de demanda; e 73 ou 11,31% apresentaram nível baixo de demanda para o Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Tabela 8: Regionais da CATI (EDRs) com o número total de municípios e sua distribuição em relação ao nível de demanda para o Microbacias II – Acesso ao Mercado

EDRs	Total de municípios	Nível de Demanda		
		Alta	Média	Baixa
Andradina	13	10	3	0
Araçatuba	18	17	1	0
Araraquara	16	2	10	4
Assis	16	12	3	1
Avaré	12	10	2	0
Barretos	18	11	6	1
Bauru	15	4	9	2
Botucatu	11	5	6	0
Bragança Paulista	17	10	6	1
Campinas	17	0	12	5
Catanduva	18	11	6	1
Dracena	16	16	0	0
Fernadópolis	12	11	1	0
Franca	13	4	9	0
General Salgado	21	19	2	0
Guaratinguetá	18	5	11	2
Itapetininga	14	11	3	0
Itapeva	15	11	4	0
Jaboticabal	14	8	6	0
Jales	22	22	0	0
Jaú	14	6	8	0
Limeira	14	3	11	0
Lins	13	7	6	0
Marília	13	5	8	0
Mogi das Cruzes	12	2	4	6
Mogi Mirim	11	4	6	1
Orlândia	12	4	7	1
Ourinhos	17	14	3	0
Pindamonhangaba	21	8	6	7
Piracicaba	16	5	9	2
Presidente Prudente	21	19	2	0
Presidente Venceslau	11	10	1	0
Registro	17	6	8	3
Ribeirão Preto	19	7	9	3
São João da Boa Vista	16	7	9	0
São João do Rio Preto	24	18	6	0
São Paulo	34	1	4	29
Sorocaba	19	7	8	4
Tupã	14	12	2	0
Votuporanga	11	7	4	0
Total	**645**	**351**	**221**	**73**
Porcentagem	**100%**	**54,42%**	**34,26%**	**11,31%**

Fonte: São Paulo (2010 b, p. 10, adaptado). Org. Eliane Silva dos Santos.

Considerando a Tabela 8 constatou-se que no EDR de Presidente Prudente dos 21 municípios, 19 ou 90,48% apresentaram nível alto de demanda para o Microbacias II – Acesso ao Mercado e dois (2) ou 9,52% dos municípios apresentaram nível médio de demanda. No EDR de Dracena, os 16 municípios foram classificados com alto nível de demanda para a política pública em análise.

Vale ressaltar que o Microbacias II – Acesso ao Mercado oferece apoio coletivo e individual aos agricultores familiares. No âmbito do apoio individual, os investimentos estão relacionados com a produção de matéria-prima do negócio coletivo apoiado, ou seja, os demais cultivos ou atividades realizadas pelos produtores, que se caracterizam pela diversificação produtiva, não são apoiados por tal política pública, o que pode levá-los à especialização produtiva, já que apenas uma atividade (cultivo ou criação) vinculada à cadeia produtiva é apoiada pela referida política pública.

Diante do exposto, é importante salientar que a participação das organizações coletivas de produtores se dá mediante a abertura de chamadas públicas. No período entre os anos de 2011 e 2018 ocorreram, em média, duas (2) chamadas públicas por ano. Para participarem das chamadas públicas, as organizações coletivas formais precisavam apresentar manifestação de interesse com uma proposta de plano de negócio que, se fosse aprovada, seria apoiada pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Na Tabela 9 constam os projetos aprovados e em execução, formalmente autorizados pela SAA, por intermédio da CATI, decorrentes das seis (6) chamadas públicas que ocorreram no Estado de São Paulo no período compreendido entre 2011-2018. Durante a sua execução ocorreram duas (2) prorrogações de prazo para o término dessa política pública, sendo a primeira para 30 de setembro de 2017, com vistas a dar continuidade às ações junto ao Banco Mundial e a segunda para 30 de setembro de 2018, com o objetivo de atender as propostas (coletivas e individuais) que estavam em andamento, bem como as melhorias (reformas) das Casas da Agricultura/CATI e projetos da infraestrutura local (manutenção de estradas rurais) dos municípios.

Na Tabela 9 verificam-se os resultados das propostas aprovadas e em execução, bem como os valores e contrapartidas do Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo no período de 2011 a 2016. Identificou-se que da 1ª a 6ª chamada houve um aumento de 102 propostas aprovadas, ou seja, 283,33% (de 36 para 362). As propostas executadas ascenderam de 33 para 151, no decorrer da 1ª a 6ª chamada, o que significa um aumento de 85 propostas ou 357,57%, considerando-se a existência de 26 propostas complementares. Os valores das propostas, no decorrer da 1ª a 6ª chamada, aumentaram de R$ 19.705.701,92 para R$ 92.293.270,24 (considerando-se os valores auferidos com os projetos complementares), ou seja, um acréscimo de R$ 72.587.568,32 ou 368,36%.

Os valores apoiados pelo projeto, ao longo da 1ª a 6ª chamada, “saltaram” de R$ 13.455.515,56 para R$ 60.269.992,81 (considerando-se os valores apoiados dos projetos complementares), o que representa um aumento de R$ 46.814.477,25 ou 347,92% (Tabela 9).

Os valores de contrapartida das organizações, ao longo da 1ª a 6ª chamada, aumentaram de R$ 6.250.186,36 para R$ 32.023.277,43 (levando-se em conta os valores das contrapartidas dos projetos complementares), o que significa um aumento de R$ 25.773.091,07 ou 412,36% (Tabela 9).

Os dados sobre as comunidades tradicionais não foram compilados por chamadas públicas em virtude da não disponibilização destes pelos canais oficiais. Ainda assim, verificou-se que as nove (9) aldeias indígenas (organizações) beneficiadas, tiveram dez (10) propostas aprovadas e executadas, enquanto que as 26 associações remanescentes de quilombos regularizadas tiveram 40 propostas aprovadas, pois existia a possibilidade de uma organização coletiva ter mais de uma proposta aprovada e 39 executadas. O montante auferido com as propostas do Microbacias II – Acesso ao Mercado pelas aldeias indígenas (organizações) beneficiadas foi de R$ 1.393.195,59. O valor apoiado pelo projeto foi de R$ 1.379.263,63 e a contrapartida foi de R$ 13.931,66. As associações remanescentes de quilombos regularizadas foram contempladas com R$ 6.208.432,74. O valor apoiado pelo projeto foi de R$ 6.071.226,15 e a contrapartida foi de R$ 137.206,59. Os ínfimos valores da contrapartida identificados se devem ao fato de que os projetos de etnodesenvolvimento propostos pelas comunidades tradicionais de indígenas e quilombolas, tiveram o apoio de 99% do valor elegível do projeto comunitário, chegando a R$ 200.000,00 por projeto e até R$ 800.000,00 para cada grupo organizado, com contrapartida de um (1)% apenas (CASA DA AGRICULTURA, 2018b).

Vale a pena ressaltar que até o ano de 2015, para terem acesso ao Microbacias II – Acesso ao Mercado, os agricultores familiares tinham que dispor de recursos próprios para arcar com a contrapartida, e isso fez com que muitas organizações coletivas não tivessem seus projetos apresentados e aprovados. Diante dessa dificuldade, o Governo disponibilizou financiamentos parciais ou totais da contrapartida por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP). Além disso, em decorrência da demanda dos produtores rurais que não conseguiram financiar a contrapartida pelo FEAP, por falta de aval, a Secretaria de Agricultura atuou junto ao Banco do Brasil, que passou a aceitar o aval dos representantes legais das entidades proponentes (associações ou cooperativas), no lugar do bem a ser financiado, em uma modalidade chamada aval fidejussório[66], haja vista que os bens das propostas de negócios ainda não haviam sido adquiridos e/ou construídos (CASA DA AGRICULTURA, 2018b).

[66] De acordo com Piazza (2016) as garantias fidejussórias, também chamadas de garantias pessoais, consistem em obrigação assumida por terceiro ao oferecer seu patrimônio como garantia de uma dívida de outrem. São prestadas não através de bens, como nas garantias reais, mas através do patrimônio do garantidor. No caso de o devedor original falhar no cumprimento da obrigação, o credor pode reclamar a reparação do terceiro que prestou a garantia. Assim, há para o credor da obrigação dois patrimônios assegurando seu cumprimento.

Outra alteração identificada é a de que, também a partir de 2015, o gerente técnico do projeto passa a ter competência para autorizar a dispensa de determinados documentos, como licença ambiental, comprovação de posse ou propriedade, entre outros, facilitando a liberação de propostas de crédito para a contrapartida (CASA DA AGRICULTURA, 2018b).

Tabela 9: Resultados das propostas aprovadas e em execução, valores e contrapartidas do Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo no período de 2011 a 2016*

Beneficiários por categoria	Chamadas** públicas	Ano**	Propostas aprovadas	Propostas em execução	Valor das propostas (R$)	Valor apoiado pelo projeto (R$)	Contrapartida das organizações (R$)
Agricultores familiares convencionais e assentados rurais	1ª	2011	36	33	19.705.701,92	13.455.515,56	6.250.186,36
	2ª	2012	40	28	17.044.892,56	11.557.981,48	5.486.911,08
	3ª	2013	35	22	12.090.991,68	9.205.050,06	2.885.941,62
	4ª	2013	52	43	27.278.718,59	17.925.105,96	9.353.612,63
	5ª	2014	61	49	25.714.327,93	17.847.610,41	7.866.717,52
	6ª	2015	138	125	86.104.884,70	55.938.122,92	30.166.761,78
	C***	2016	****	26	6.188.385,54	4.331.869,89	1.856.515,65
Sub total			**362**	**300**	**194.127.902,92**	**130.261.256,28**	**63.866.646,64**
Comunidades tradicionais	Indígenas (9)*****		10	10	1.393.195,59	1.379.263,63	13.931,96
	Quilombolas (26)******		40	39	6.208.432,74	6.071.226,15	137.206,59
Sub total			**50**	**49**	**7.601.628,33**	**7.450.489,78**	**151.138,55**
Total geral			**112**	**349**	**201.729.531,25**	**137.711.746,06**	**64.017.785,19**

*As chamadas públicas ocorreram no período de 2011 a 2016, mas foram realizadas duas (2) prorrogações para o término da execução dos projetos. A primeira para 30 de setembro de 2017 com o objetivo de dar continuidade às ações junto ao Banco Mundial e a segunda para 30 de setembro de 2018 com o intuito de atender as propostas coletivas e individuais que estavam em andamento.

**Os dados sobre as chamadas públicas e os anos não foram disponibilizados em relação às comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas).

***Projetos complementares.

**** Por se tratar de projetos complementares, estes não necessitavam de aprovações.

*****Esses números se referem às aldeias indígenas (organizações) beneficiadas.

******Esses números se referem às associações remanescentes de quilombos regularizadas.

Fonte: EDR de Dracena (2017) - Eng. Agrônomo - Paulo Sergio Martin – pesquisa de campo - Org. Eliane Silva dos Santos.

Ainda que os dados sobre o valor apoiado pelo projeto (R$) e a contrapartida das organizações (R$) não tenham sido disponibilizados, acreditamos ser relevante a atualização dos dados sobre as propostas aprovadas, as propostas em execução e o valor das propostas (Tabela 10).

Na Tabela 10 (página seguinte) verifica-se os resultados das propostas aprovadas e em execução e os valores do Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo no período de 2011 a 2018. Constatou-se que da 1ª a 6ª chamada não houve alteração nas propostas aprovadas dos agricultores familiares. As propostas executadas aumentaram de 33 para 115, no decorrer da 1ª a 6ª chamada, o que significa um aumento de 82 propostas ou 248,48%. Os valores das propostas, no decorrer da 1ª a 6ª chamada, subiram de R$ 20.164.701,55 para R$ 86.411.212,64, ou seja, um acréscimo de R$ 66.246.511,09 ou 328,52%. Em relação as nove (9) aldeias indígenas (organizações) beneficiadas observou-se a aprovação e execução de 15 propostas, contabilizando R$ 2.183.210,03. As 26 associações remanescentes de quilombos beneficiadas tiveram 62 propostas aprovadas e executadas com um montante de R$ 10.925.321,78.

Em síntese, analisou-se que das 266 organizações coletivas que tiveram propostas aprovadas e finalizadas no Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo no período de 2011 a 2018, 231 ou 86,84% delas eram compostas por agricultores familiares convencionais e assentados rurais; nove (9) ou 3,38% eram constituídas por aldeias indígenas (organizações); 26 ou 9,77% do total eram formadas por associações remanescentes de quilombos (Tabela 11).

Dos 364 projetos finalizados, 287 ou 78,85% pertenciam aos agricultores familiares convencionais e assentados rurais, 15 ou 4,12% eram de aldeias indígenas (organizações) e 62 ou 17,03% eram de associações remanescentes de quilombos (Tabela 11). Do total de R$ 202.083.842,23 dos recursos destinados aos projetos empreendidos, R$ 188.975.310,42 ou 93,51% foram direcionados às organizações coletivas compostas por agricultores familiares convencionais e assentados rurais, R$ 2.183.210,03 ou 1,08% foram destinados às organizações coletivas compostas por aldeias indígenas e R$ 10.925.321,78 ou 5,41% direcionados às associações remanescentes de quilombos (Tabela 11)

Acreditamos que a significativa discrepância em termos do número de propostas aprovadas e recursos alocados entre os agricultores familiares convencionais e assentados e os povos tradicionais (quilombolas e indígenas) se deve, ao menos em parte, a não formalização das organizações coletivas.

Tabela 10: Resultados das propostas aprovadas e em execução e valores do Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo no período de 2011 a 2018*

Beneficiários por categoria	Chamadas** públicas	Ano**	Propostas aprovadas	Propostas em execução	Valor das propostas (R$)
Agricultores familiares convencionais e assentados rurais	1ª	2011	36	33	20.164.701,55
	2ª	2012	40	30	16.460.009,12
	3ª	2013	35	21	12.759.199,05
	4ª	2013	52	40	27.407.886,88
	5ª	2014	61	48	25.771.387,36
	6ª	2015	138	115	86.411.212,64
Sub total			**362**	**287**	**188.975.310,42**
Comunidades tradicionais	Indígenas (9)*****		15	15	2.183.210,03
	Quilombolas (26)******		62	62	10.925.321,78
Sub total			**77**	**77**	**13.108.531,81**
Total geral			**439**	**364**	**202.083.842,23**

*As chamadas públicas ocorreram no período de 2011 a 2016, mas foram realizadas duas (2) prorrogações para o término da execução dos projetos. A primeira para 30 de setembro de 2017 com o objetivo de dar continuidade às ações junto ao Banco Mundial e a segunda para 30 de setembro de 2018 com o intuito de atender as propostas coletivas e individuais que estavam em andamento.
**Os dados sobre as chamadas públicas e os anos não foram disponibilizados em relação às comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas).
**** Por se tratar de projetos complementares, estes não necessitavam de aprovações.
*****Esses números se referem às aldeias indígenas regularizadas.
******Esses números se referem às associações remanescentes de quilombos regularizadas.
Fonte: CASA DA AGRICULTURA (2018a). Org. Eliane Silva dos Santos.

Tabela 11 :Síntese dos resultados das propostas finalizadas do Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo no período de 2011 a 2018

Beneficiários por categoria	Organizações coletivas beneficiárias	Projetos finalizados	Valores dos projetos (R$)
Agricultores familiares convencionais e assentados rurais	231	287	188.975.310,42
Indígenas	9	15	2.183.210,03
Quilombolas	26	62	10.925.321,78
Total	**266**	**364**	**202.083.842,23**

Fonte: CASA DA AGRICULTURA (2018a). Org. Eliane Silva dos Santos.

Abelardo Gonçalves Pinto[67] afirma que na fase de execução dos projetos, a principal dificuldade estava relacionada às questões burocráticas:

> [...] especialmente a regularização jurídica das associações, que requer bastante habilidade no campo jurídico-contábil-administrativo, envolvendo a elaboração/atualização de estatutos, realização de assembleias de eleição de

[67]Graduado em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp-Jaboticabal), doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), vice-presidente da Associação Paulista de Extensão Rural (APAER), responsável pela coordenação das Salvaguardas Sociais do Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado, de 2008 a 2017, e extensionista aposentado da CATI, onde atuou por 33 anos.

> diretorias e registro de toda a documentação em cartório. Existem também as obrigações junto à Receita Federal, para obtenção e manutenção de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). As associações precisavam ainda obter o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades (CRCE), que somente é emitido após vistoria *in loco* por parte de profissionais do departamento de controle e avaliação da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (CASA DA AGRICULTURA, 2018a, p. 5).

Verificou-se que ainda que as questões burocráticas tenham se configurado como um fator dificultador e impossibilitador para a execução dos projetos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, estas também se constituiram como um "filtro" no processo participativo.

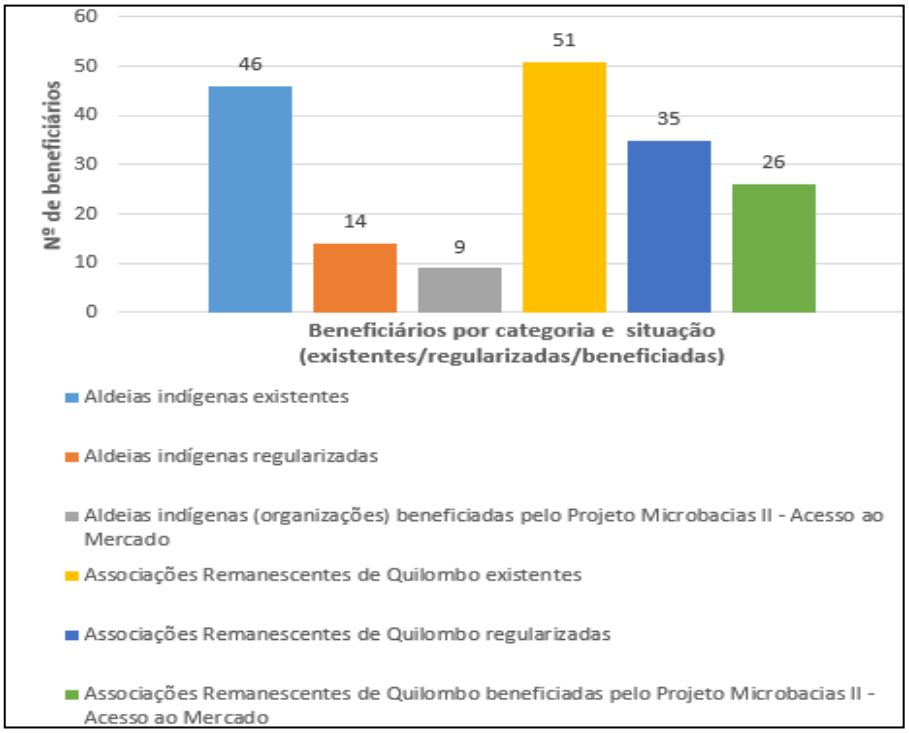
Gehlen (2004, p. 95-96) que estudou as políticas públicas e o desenvolvimento social rural, traz outros elementos para a discussão:

> [...] Não havendo igualdade de chances nas oportunidades que se oferecem, verifica-se que as políticas públicas convencionais (tipo crédito agrícola, por exemplo, ou estímulo à formação de cooperativas) não superam a discriminação e a desigualdade entre uns e outros, como caboclos, indígenas, negros dos quilombos, por exemplo. Estes são portadores de racionalidades centradas em outros valores éticos sobre a reprodução socioeconômica e as relações sociais e com o meio natural. Nos exemplos citados, priorizam-se os valores de convívio e de sustentabilidade em detrimento aos de competitividade.

De acordo com a Figura 8, no Estado de São Paulo, das 46 aldeias indígenas existentes, 14 ou 30,43% encontram-se regularizadas e destas, nove (9) ou 64,28% foram beneficiadas pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado. Das 51 associações remanescentes de Quilombos existentes, 35 ou 68,63% encontram-se regularizadas e 26 ou 74,28% foram beneficiadas pela política pública estudada.

O total de recursos investidos no Microbacias II – Acesso ao Mercado nas comunidades tradicionais, no período de 2011 a 2018, foi de mais de 13 milhões (CASA DA AGRICULTURA, 2018a).

Figura 8: Beneficiários de comunidades tradicionais do Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo



Fonte: Casa da Agricultura (2018a).

As aquisições mais comuns entre as comunidades tradicionais e os focos das ações implementadas puderam ser divididas em três (3) grupos:

> O primeiro voltado à produção agrícola e que englobou a compra de tratores, arados, grades, semeadoras, microtratores, carretas agrícolas, equipamentos de irrigação e roçadeiras entre outros. O segundo voltado para o transporte da produção e para a mobilidade, envolvendo a aquisição de caminhões, veículos utilitários e barcos a motor. Um terceiro grupo referente a construções rurais tais como centros de recepção de visitantes, centros comunitários, barracões para processamento da produção, cozinhas comunitárias e todos os respectivos equipamentos complementares, incluindo móveis, instrumentos musicais, vestimentas etc (CASA DA AGRICULTURA, 2018a, p. 6).

Identificou-se que as aquisições mais comuns entre as comunidades tradicionais visaram atender as atividades agrícolas (compra de tratores, arados, grades, dentre outros), mas também as não-agrícolas, como por exemplo, construções rurais de centros de recepção de visitantes.

O Microbacias II – Acesso ao Mercado possibilitou a reforma de 131 ou 22,05% das 594 Casas da Agricultura do Estado de São Paulo, de nove (9) regionais (EDRs) da CATI e de um (1) núcleo de produção de sementes no período de 2013 a 2018 com a alocação de um montante de R$ 27.170.066,02 (CASA DA AGRICULTURA, 2018b).

O projeto em análise permitiu a entrega de cinco (5) caminhões (totalizando o valor de R$ 445.000,00) para o Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM) que é

responsável por oferecer aos agricultores familiares materiais genéticos de sementes e mudas a baixo custo (CASA DA AGRICULTURA, 2018b).

A referida política pública ainda fomentou a aquisição de 485 veículos para as CATIs (totalizando o valor de R$ 11.574.917,70) e a readequação de estradas rurais em cerca de 130 municípios do Estado de São Paulo (1.157,36 quilômetros) (CASA DA AGRICULTURA, 2018b).

O Microbacias II – Acesso ao Mercado possibilitou a capacitação de 83.567 pessoas, incluindo funcionários de apoio administrativo (CASA DA AGRICULTURA, 2018b).

Apesar da seleção dos beneficiários do Microbacias II limitar a participação das comunidades indígenas e quilombolas, ele já foi alterado para, ao menos teoricamente, melhor contemplar essas categorias de produtores rurais, já que este [o programa] tinha um teto de R$ 100.000,00 por associação comunitária das populações indígenas e quilombolas e, posteriormente, essas organizações passaram a dispor de um teto de R$ 200.000,00 por associação comunitária (BRASIL, 2015). A Figura 8 permite inferir que ainda que se tenha proposto por meio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a participação mais ativa da agricultura familiar nas cadeias produtivas, as comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas) não foram contempladas na mesma proporção - em termos de quantidade de projetos aprovados e obtenção de recursos - que os agricultores familiares convencionais e/ou assentados. Isso mostra que a política pública foi excludente e não conseguiu atingir em sua totalidade seus objetivos.

4.1.1 Iniciativas de negócios aprovadas no âmbito do Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo

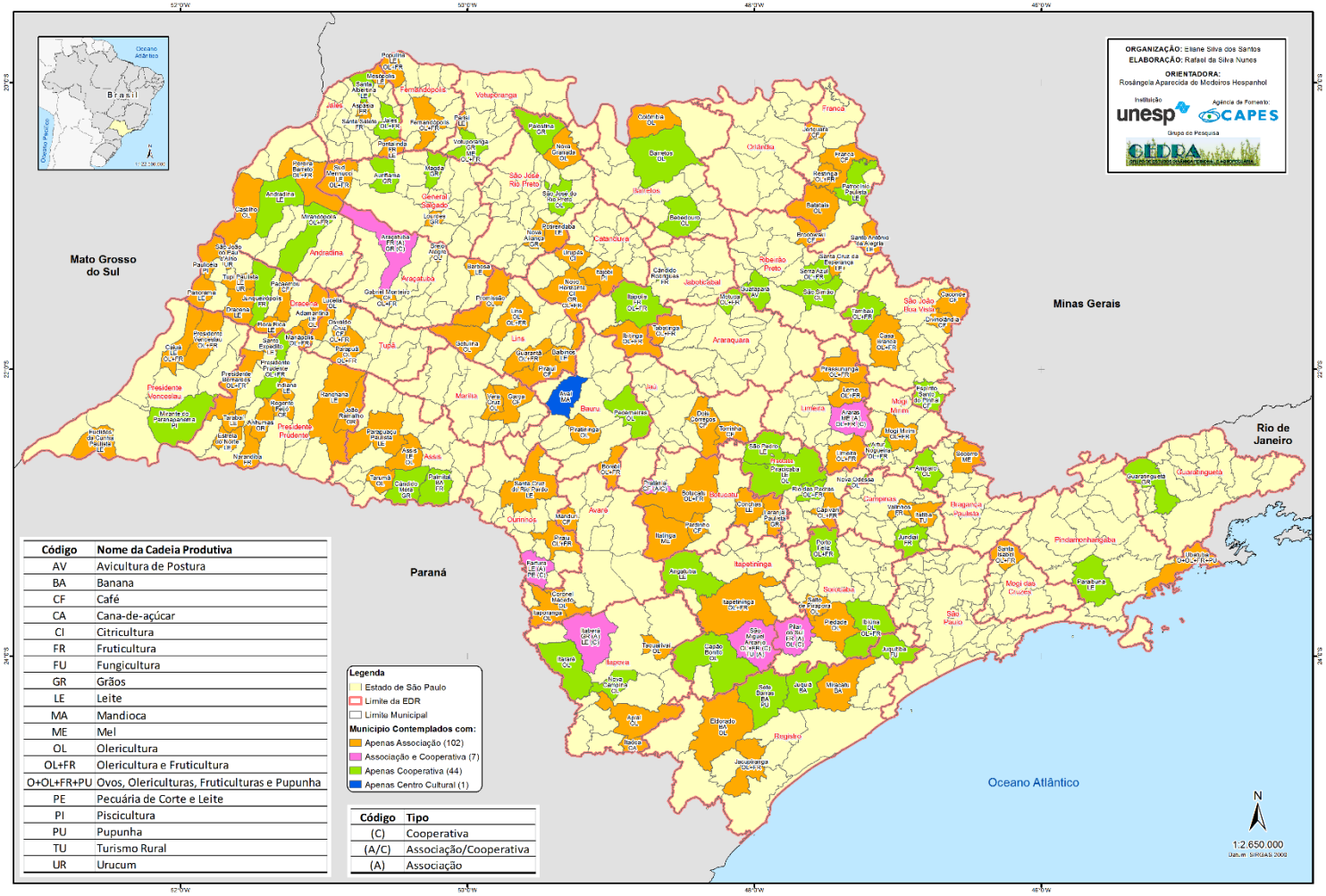
Abordaremos neste item as inciativas de negócios aprovadas no âmbito do Estado de São Paulo, empreendidas pelas associações e/ou cooperativas de agricultores familiares convencionais, assentados, de comunidades indígenas e quilombolas, contempladas no decorrer das seis (6) chamadas públicas.

Ao longo das seis (6) chamadas públicas foram implementadas iniciativas de negócios envolvendo 19 cadeias produtivas, a saber: avicultura de postura; banana; café; cana-de-açúcar; citricultura; fruticultura; fungicultura; grãos; leite; mandioca; mel, olericultura; olericultura e fruticultura; ovos, olericultura, fruticultura e pupunha; pecuárias de corte e de leite; piscicultura; pupunha; turismo rural e urucum contempladas com recursos do Microbacias II – Acesso ao

Mercado. Verifica-se que estão localizadas em 154 municípios, contemplando 102 associações, sete (7) associações/cooperativas, 44 cooperativas e um (1) centro cultural (Mapa 6)[68].

[68]No Apêndice I se apresentam os Mapas com a localização das 19 cadeias produtivas empreendidas pelas associações e/ou cooperativas que foram contempladas com os recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado no âmbito do Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública.

Mapa 6: Localização dos municípios que tiveram cadeias produtivas contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Código	Nome da Cadeia Produtiva
AV	Avicultura de Postura
BA	Banana
CF	Café
CA	Cana-de-açúcar
CI	Citricultura
FR	Fruticultura
FU	Fungicultura
GR	Grãos
LE	Leite
MA	Mandioca
ME	Mel
OL	Olericultura
OL+FR	Olericultura e Fruticultura
O+OL+FR+PU	Ovos, Olericulturas, Fruticulturas e Pupunha
PE	Pecuária de Corte e Leite
PI	Piscicultura
PU	Pupunha
TU	Turismo Rural
UR	Urucum

Código	Tipo
(C)	Cooperativa
(A/C)	Associação/Cooperativa
(A)	Associação

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora.

O governo representa um importante ator no desenvolvimento local e por meio de suas políticas públicas podem fortalecer as organizações sociais formais, sejam elas associações, cooperativas, dentre outras.

Para que o Microbacias II – Acesso ao Mercado alcance os objetivos propostos é necessário que haja uma maior e melhor articulação entre os diferentes atores sociais, quais sejam: agricultores familiares, técnicos dos EDRs, CATIs, Casas da Agriculturas, dentre outros. Entretanto, se identificou dificuldades de ordem burocrática (elaboração de documentos e licenças ambientais, por exemplo), organizacional (formação de associações e/ou cooperativas formais e adequação às cadeias produtivas) e de capitalização dos beneficiários.

Essas dificuldades culminaram na exclusão de agricultores familiares que não eram capitalizados, organizados formalmente e articulados com as cadeias produtivas locais.

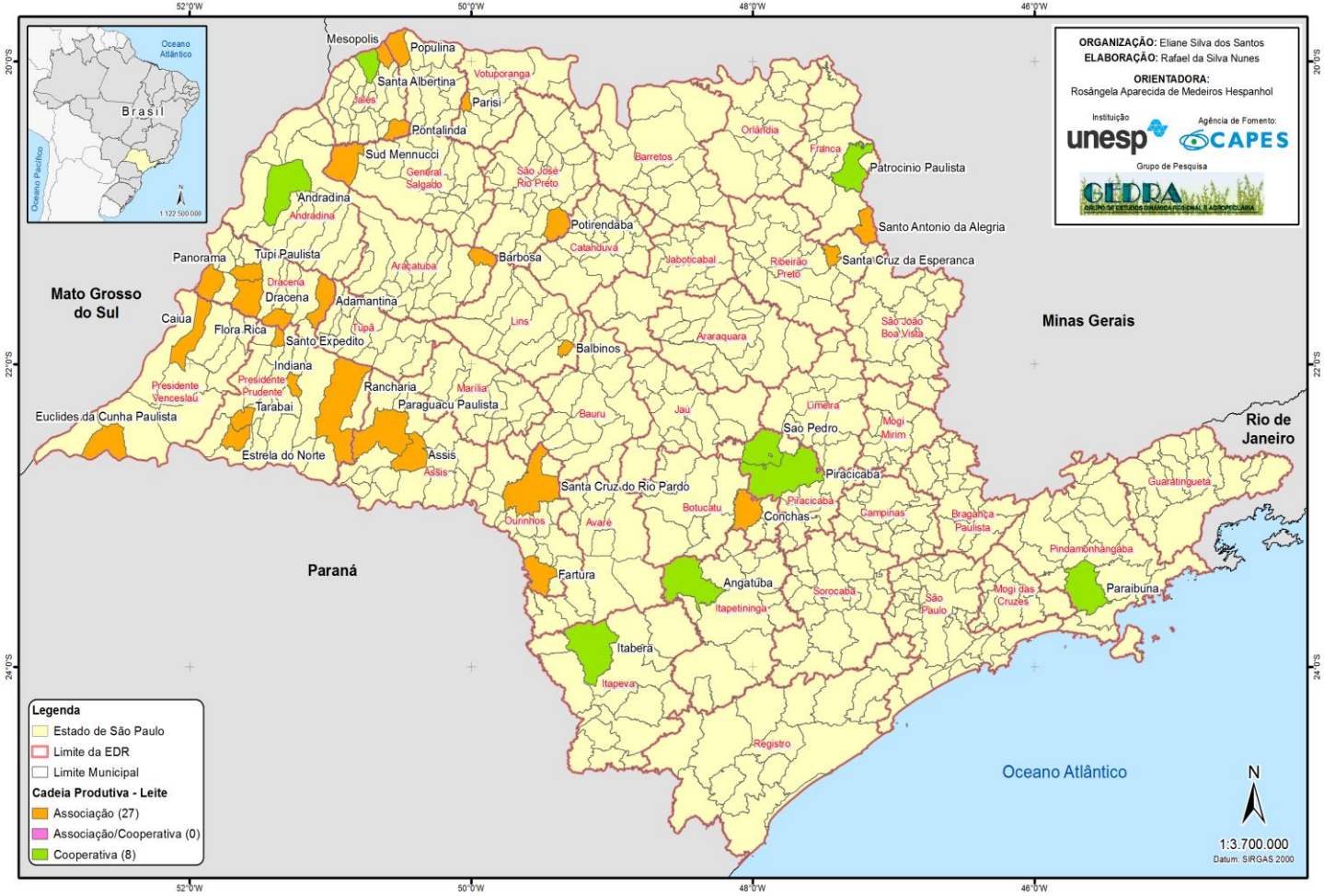
Constatamos por meio do Mapa 7 que a cadeia produtiva do leite no âmbito do Estado de São Paulo, apresenta uma concentração de associações e ou cooperativas na região do Pontal do Paranapanema[69]. Com relação às organizações coletivas percebe-se uma maior concentração de associações de produtores. Das 35 organizações coletivas que foram contempladas com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo, envolvendo a cadeia produtiva do leite, 27 ou 77,14% delas eram de associações e oito (8) ou 22,86% eram de cooperativas. É importante mencionar que dentre as associações, duas (2), representando 7,40%, são de assentados e dentre as cooperativas duas (2), representando 25,00%, são de assentados.

As iniciativas de negócios que foram implantadas no Estado de São Paulo consistiam em: nove (9) construções de agroindústrias, uma (1) logística de transporte e captação de leite *in natura*, quatro (4) projetos visando a melhoria da qualidade (Programa de qualidade, controle de qualidade, armazenamento do leite nas propriedades), uma (1) construção de entreposto para recebimento do leite e de insumos, uma (1) construção de minilaticínio com equipamentos, uma (1) aquisição de equipamentos para melhorar a logística de produção e de entrega do leite, 15 aquisições de caminhões (logística de transporte), duas (2) construções de barracões para usina

[69]Vários pesquisadores estudaram a cadeia produtiva do leite nos municípios que compõem o Pontal do Paranapanema. Exemplo disso são as pesquisas de Silva (2009) na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (composta por 30 municípios, os quais sejam: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, João Ramalho, Indiana, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Narandiba, Pirapozinho, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio); Silva (2015) no município de Presidente Bernardes (SP) e Silva (2019) nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP).

de leite, uma (1) aquisição de tanque resfriador de leite e um (1) projeto fomentando novos canais de comercializações (Mapa 7).

Mapa 7: Cadeia produtiva do leite: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) que foram contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



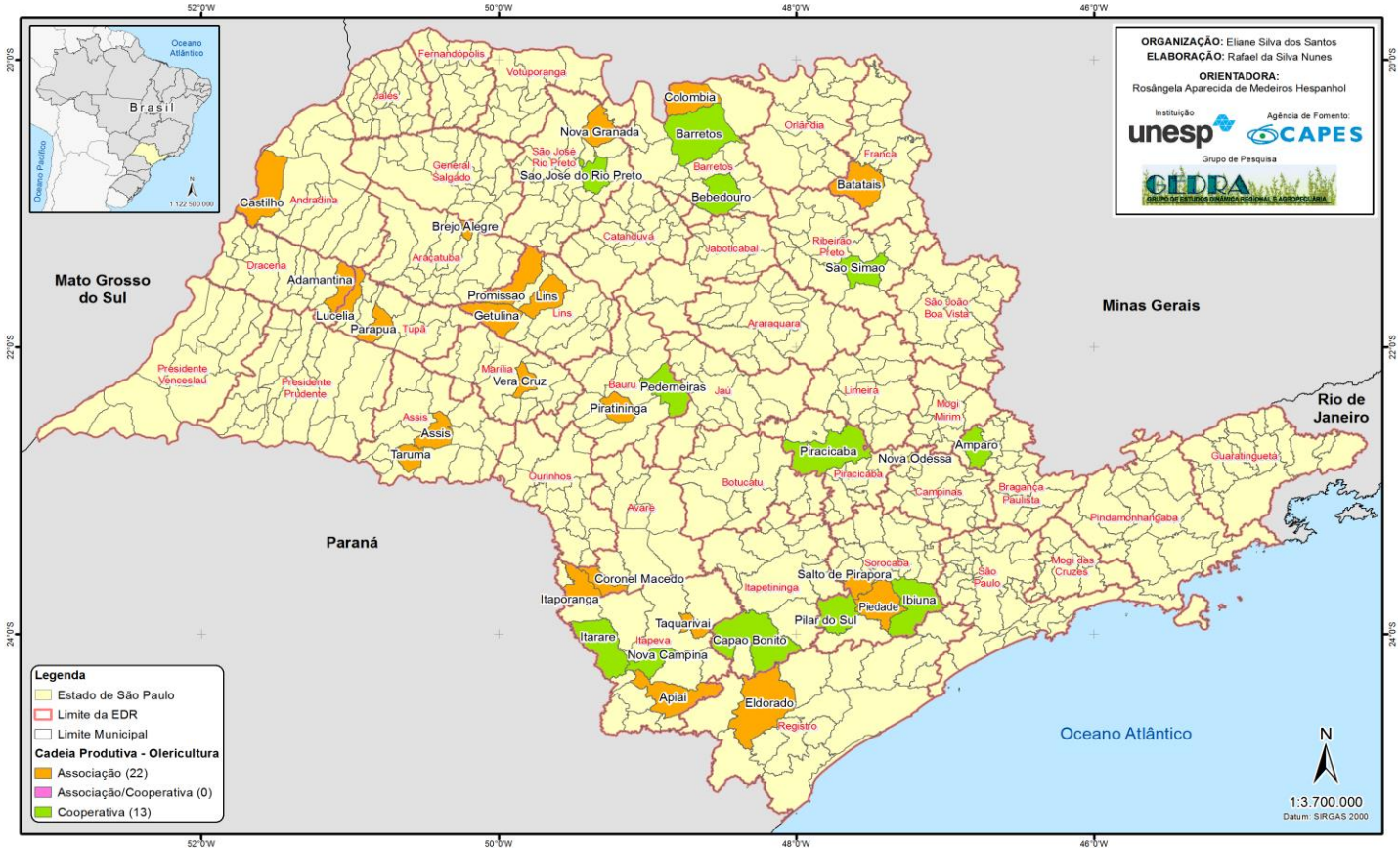
Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

No que se refere à cadeia produtiva da olericultura, verificamos por meio do Mapa 8 as organizações coletivas que tiveram propostas aprovadas no Estado de São Paulo, destacando-se uma maior concentração de associações de produtores. Das 35 organizações coletivas que foram contempladas com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, no âmbito do Estado de São Paulo, envolvendo a cadeia produtiva da olericultura, 22 ou 62,86% delas eram associações e 13 ou 37,14% eram cooperativas. Vale ressaltar que dentre as 22 associações, quatro (4 ou 18,18%) são de assentados e duas (2 ou 15,38%) são de comunidades quilombolas. As iniciativas de negócios implantadas foram: dez (10) de *packings house* e logística de transporte, uma (1) agroindústria de processamento, uma (1) ampliação de *packing house* e estrutura de processamento mínimo, uma (1) logística de transporte e processamento mínimo (agroindústria), 12 de *packings house*, dez (10) logísticas de transporte, uma (1) logística de transporte e acondicionamento, uma (1) logística de transporte e comercialização, uma (1) logística de recebimento e transporte e uma (1) aquisição de equipamentos para produção de hortaliças e construção de barracão multiuso.

Destaque para o fato de quatro (4) ou 18,18% das 22 associações serem compostas por assentados rurais e duas (2) ou 9,09% do total de associações serem formadas por quilombolas (Mapa 8).

A implementação da cadeia produtiva da olericultura possibilitou, dentre outros, a aquisição de equipamentos (coletivos e individuais) por meio do Microbacias II – Acesso ao Mercado que contribuiu para o fortalecimento da referida cadeia produtiva e para a agregação de valor aos produtos através da implantação de *packings house* que fomentou a inserção dos agricultores familiares nos mercados de compras governamentais (PPAIS e PNAE). Vale a pena destacar que no EDR de Presidente Prudente não foi identificada a implementação da cadeia produtiva da olericultura enquanto que no EDR de Dracena teve iniciativas de negócios da cadeia produtiva de olericultura e fruticultura.

Mapa 8: Cadeia produtiva da olericultura: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) que foram contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

4.2 O Microbacias II – Acesso ao Mercado nos EDRs de Presidente Prudente e Dracena

Por meio dos dados do SEADE analisamos os municípios que integram os EDRs de Presidente Prudente e Dracena considerando as seguintes variáveis: população, grau de urbanização e participação dos setores da economia nos municípios contemplados com recursos pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado.

De acordo com o LUPA da SAA (2007/2008), o EDR de Presidente Prudente, compreendido por 21 municípios[70], ocupando área territorial de 895.205 hectares, têm 11.799 UPAs; enquanto que o EDR de Dracena, compreendido por 16 municípios, ocupando área territorial de 477.580 hectares, tem 8.895 UPAs.

4.2.1 Processo de formação dos municípios que compõem o EDR de Presidente Prudente e de Dracena

O EDR de Presidente Prudente está situado no extremo Oeste do Estado de São Paulo e é composto por 21 municípios. Seu território, segundo dados do IBGE (2010), abarca uma área de 895.205 hectares e conta com população total de 418.718 habitantes (SEADE, 2018), que representa 0,95% da população total do estado de São Paulo (43.993.159) (SEADE, 2018).

O EDR de Dracena também está situado no extremo Oeste do Estado de São Paulo e é composto por 16 municípios[71]. Seu território, segundo dados do IBGE (2010), abarca uma área de 4.767 km² e conta com população total de 192.795 habitantes, que representa 0,44% da população total do estado de São Paulo (43.993.159) (SEADE, 2018).

A formação socioeconômica das regiões da Alta Sorocabana de Presidente Prudente e da Nova Alta Paulista, que correspondem, de forma geral, a parte dos municípios que compreendem os EDRs de Presidente Prudente e Dracena, respectivamente, não se apresentam de modo dissociado, mas de forma em que os processos de ocupação e desenvolvimento se repetem, ainda que em recortes temporais diferentes. Vale lembrar, segundo Monbeig (1984), que a ocupação dessas regiões pode ser compreendida a partir dos processos denominados de "frente pioneira" e de "frente de expansão". No caso da "frente pioneira", o processo de ocupação ocorria de modo sistematizado, com a atuação de empresas colonizadoras de terras, pela formação de propriedades privadas ou pela criação de núcleos urbanos, sendo responsáveis também pelo avanço da colonização, povoamento e constituição

[70] São eles: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Emilianópolis, Estrela do Norte, Iepê, Indiana, João Ramalho, Martinópolis, Nantes, Narandiba, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Rancharia, Regente Feijó, Sandovalina, Santo Expedito, Taciba e Tarabai.

[71] São eles: Adamantina, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho e Tupi Paulista.

das atividades econômicas, especialmente agropecuárias que passaram a ser instaladas. No caso da "frente de expansão", o processo de ocupação de terras se dava pelos primeiros desbravadores, sem nenhum tipo de infraestrutura, somente pelo desmatamento das espécies arbóreas que se encontravam.

Segundo Souza (2012), entre as décadas de 1920 e 2000, a região de Presidente Prudente se deparou com três ciclos diferentes que caracterizaram sua formação socioeconômica: a) estruturação do espaço pautada no setor agrícola no período de 1920 a 1960; b) involução e/ou estagnação da produção e redução significativa da população rural no final de 1960 até 1990; e c) retomada do crescimento populacional e desaceleração do êxodo rural, a partir da segunda metade da década de 1990.

De acordo com Souza (2012, p. 1-2):

> O primeiro período datado dos anos de 1920 a 1960 teve início com a implantação da Estrada de Ferro Sorocabana, sendo que o principal fator para a ocupação das terras foi a especulação imobiliária e o plantio de café (LEITE, 1998; MONBEIG, 1975). O segundo período se deu entre os anos de 1960 e meados da década de 1990, quando ocorreu o declínio das lavouras e sua substituição por pastagens, resultando na diminuição dos investimentos e expulsão de parcela expressiva da população rural (D'INCAO, 1975). O terceiro período, datado de 1990 em diante, sinalizou para um aumento das populações locais, a estagnação do êxodo rural e um pequeno crescimento econômico, nos municípios da região.

Colnago (2018), ao estudar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Dracena – SP, lembra que:

> [...] na Alta Sorocabana de Presidente Prudente tivemos primeiramente a frente de expansão para, posteriormente, encontrarmos a frente pioneira, enquanto que na Nova Alta Paulista, o processo de ocupação já partiu da frente pioneira (COLNAGO, 2018, p. 137).

Na Nova Alta Paulista, por sua vez, em meados de 1930 até a década de 1950, a comercialização das terras foi tornando-se lucrativa com a venda de pequenas glebas no sistema de varejo, realizada pelas várias empresas imobiliárias que se instalaram, sobremaneira, nos municípios de Marília, Pompéia e Oriente. As pessoas interessadas eram, em sua maioria, imigrantes italianos oriundos das antigas áreas cafeeiras do centro e do norte do Estado de São Paulo, e de famílias japonesas, sendo muitas imigrantes. "[...] Nas décadas de 1960 e 1970, centenas de milhares de migrantes nordestinos também chegaram à região, indo trabalhar como meeiros, arrendatários, ou mesmo como assalariadas nas atividades rurais" (GIL, 2007, p. 79).

A autora supracitada afirma que o café foi a principal atividade econômica e propulsora do processo de ocupação da Nova Alta Paulista. Entretanto, a partir da década de 1970, sobretudo no ano de 1975, uma severa geada dizimou as lavouras cafeeiras, causando impactos econômicos e sociais. A redução da cultura do café propiciou uma intensa migração populacional entre os anos de 1970 e 1980, para outras regiões que possuíam cidades com um maior dinamismo econômico. Em termos de produção agropecuária, houve a substituição das lavouras de café por pastagens e canaviais. A introdução das pastagens e, sobremaneira, da lavoura da cana-de-açúcar mecanizada, causou significativa valorização das terras, inviabilizando ainda mais a agricultura familiar[72].

Para Silva (2009), a expansão da cana-de-açúcar se deve à receptividade do açúcar e do álcool no mercado externo, o aumento das vendas de veículos *flex*, as frequentes altas nos preços dos barris de petróleo, em decorrência, ao menos em parte do esgotamento dos combustíveis fósseis, e a tendência mundial ao uso de energias renováveis.

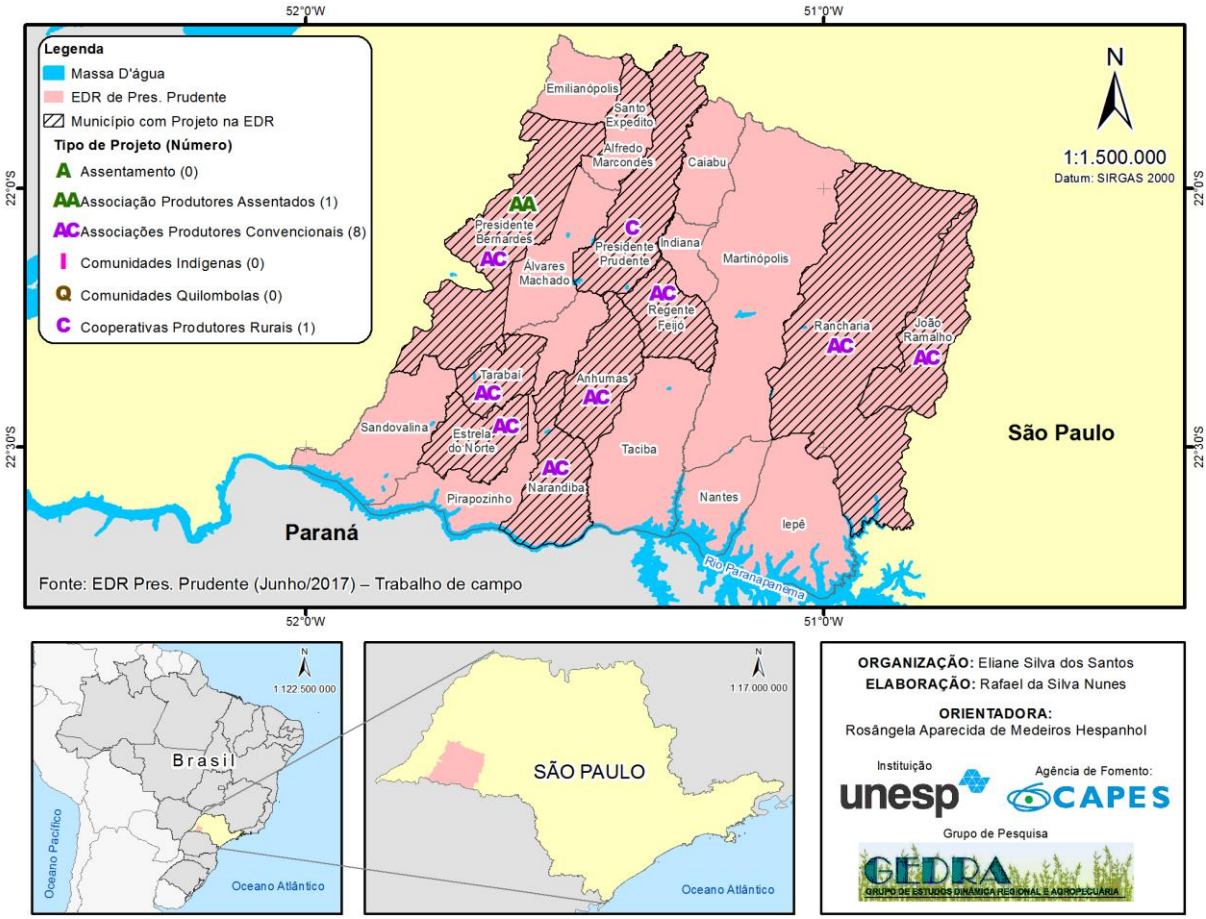
De acordo com Hespanhol (2013), a partir dos anos 2000, grandes grupos nacionais e estrangeiros passaram a instalar novas usinas, tanto no Estado de São Paulo, especialmente na sua porção oeste, quanto em outros estados, sobremaneira em Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais, contando com o apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que disponibilizou linhas de crédito com juros baixos às empresas interessadas em investir no setor sucroenergético.

4.2.2. Perfil socioeconômico dos municípios que tiveram organizações coletivas com projetos aprovados no EDR de Presidente Prudente

Dentre os 21 municípios que compreendem o EDR de Presidente Prudente, localizou-se, no Mapa 9, dez (10) municípios (João Ramalho, Narandiba, Presidente Prudente, Regente Feijó, Santo Expedito, Tarabai, Presidente Bernardes, Rancharia, Anhumas e Estrela do Norte) que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) com projetos aprovados e que foram contemplados com os recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado.

[72] Veloso (2017, p. 164, sic) afirma que: [...] nos estabelecimentos menores que permaneceram na atividade agropecuária, os pequenos produtores rurais passaram a adotar alternativas de produção, no final da década de 1980 e início da década de 1990, como a fruticultura, o urucum, a seringueira para extração de látex e a pecuária mista (HESPANHOL, 2007, 2013).

Mapa 9: Localização dos municípios, associações e cooperativas no EDR de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, contemplados com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado



Fonte: EDR de Presidente Prudente (2017) - Eng. Agrônomo – Marco Aurélio Fernandes – pesquisa de campo - Org. Eliane Silva dos Santos e Elaboração Rafael da Silva Nunes.

Todos os municípios listados possuem associações de produtores convencionais[73], exceto o de Presidente Bernardes[74] que possui uma associação de produtores assentados e o de Presidente Prudente que possui uma cooperativa[75] (Mapa 9).

Dos 10 municípios que tiveram projetos aprovados com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, em cinco (5) deles residem população em torno de 2.600/4.700 habitantes, um (1) município tem população acima de 7.000 habitantes, em dois (2) municípios a população total varia de 13.600 a 19.203, um (1) tem população total de 28.818 e apenas Presidente Prudente tem população total acima de 217.000 habitantes (Tabela 12).

[73] Associação dos Produtores Rurais de Anhumas, Associação Comunitária dos Amigos Produtores Rurais de Estrela do Norte, Associação dos Produtores Rurais do Município de João Ramalho, Fruticultores Associados do Oeste Paulista (FAOP), Associação dos Produtores Rurais de Agisse, Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro Palmitalzinho, Associação Timbó Expeditense, Associação dos Produtores Rurais de Tarabai.
[74] Associação de Produtores Rurais Assentados Rodeio (APAR).
[75] Cooperativa da Agricultura Familiar de Presidente Prudente (COAF).

Tabela 12: População total e grau de urbanização de dez (10) municípios que compõem o EDR de Presidente Prudente e que foram contemplados com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado

Municípios do EDR de Presidente Prudente que tiveram projetos do Microbacias II aprovados	População 2017	Grau de Urbanização (Em %) 2017
João Ramalho	4.313	88,08
Narandiba	4.671	78,91
Presidente Prudente	217.290	97,96
Regente Feijó	19.203	93,44
Santo Expedito	2.923	92,20
Tarabai	7.070	93,61
Presidente Bernardes	13.689	81,97
Rancharia	28.818	91,24
Anhumas	3.898	86,20
Estrela do Norte	2.658	84,61
Total dos 10 municípios	**304.533**	**Média = 88,82**

Fonte: Fundação SEADE (2017). Org. pela autora.

De acordo com os dados da Tabela 12, dos dez (10) municípios que tiveram projetos e recursos aprovados no Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo, um (1) deles apresenta grau de urbanização inferior a 80%: Narandiba (78,91%); dois (2) deles apresentam grau de urbanização inferior a 85%: Presidente Bernardes (81,97%) e Estrela do Norte (84,61%); dois (2) deles apresentam grau de urbanização entre 85 e 90%: João Ramalho (88,08%) e Anhumas (86,20%). Com grau de urbanização entre 90 e 95% estão quatro (4) municípios: Regente Feijó (93,44%), Santo Expedito (92,20%), Tarabai (93,61%) e Rancharia (91,24%) e com grau de urbanização acima de 95% está Presidente Prudente (97,96%).

Com base nos dados da Tabela 13, podemos notar mudanças ocorridas em relação ao perfil da população dos dez municípios selecionados e pertencentes ao EDR de Presidente Prudente. Verificou-se que no período de 1980 a 1990 houve uma retração da população rural no recorte espacial analisado. No período dos anos de 1980 até meados de 1990 ocorreu um declínio das lavouras e sua substituição por pastagens, resultando no êxodo rural. Na zona urbana da maior parte dos municípios da região identificou-se a falta de infraestrutura para a recepção do contingente da população advinda do campo (SOUZA, 2012; D'INCAO, 1975).

A partir de meados da década de 1990, houve uma estagnação do êxodo rural. Isso pode ser explicado, ao menos em parte, em decorrência da intervenção governamental por meio da criação de linhas de financiamento e de programas específicos para a agricultura familiar na zona rural, a exemplo, da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e da implantação de assentamentos rurais, originados a partir das demandas dos movimentos sociais, como o MST, por meio do ITESP/INCRA. Mazzini (2007)

destaca que, no período de 1984 a 2006, na região do Pontal do Paranapanema, foram implantados 103 projetos de assentamentos rurais.

Com base nos dados da Tabela 13 podemos notar mudanças ocorridas nos últimos cinco (5) anos, considerando os dez (10) municípios selecionados, já que é possível verificar um relativo crescimento populacional na maioria dos municípios analisados entre 2013 e 2017, exceto em Estrela do Norte que apresentou uma discreta diminuição no total da sua população.

Cabe mencionar que, levando em consideração apenas as populações rurais dos municípios que obtiveram os recursos provenientes do Microbacias II – Acesso ao Mercado, houve, durante o período de 1980 a 2017, uma expressiva redução da população rural, mas, Presidente Prudente teve redução até 2000 e depois pequeno acréscimo na população rural.

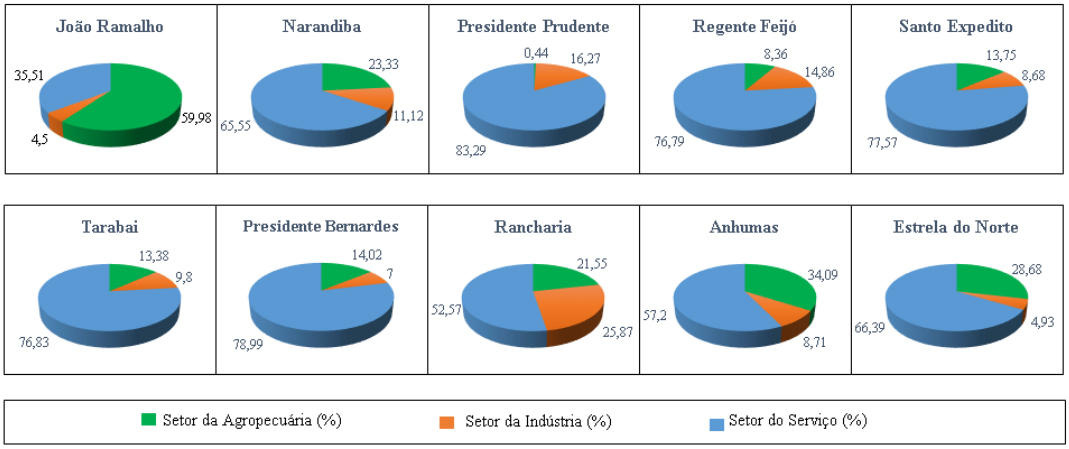
Tabela 13: Evolução populacional (1980-2017) dos dez (10) municípios selecionados no EDR de Presidente Prudente que tiveram recursos aprovados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado

Municípios	Situação	1980	1990	2000	2010	2013	2014	2015	2016	2017
João Ramalho	Total	2.850	3.038	3.834	4.147	4.219	4.243	4.267	4.290	4.313
	Urbana	838	1.879	3.069	3.540	3.655	3.692	3.728	3.764	3.799
	Rural	2.012	1.159	765	607	564	551	539	526	514
Narandiba	Total	3.518	3.180	3.737	4.283	4.447	4.504	4.561	4.616	4.671
	Urbana	1.513	1.898	2.278	3.101	3.351	3.436	3.521	3.603	3.686
	Rural	2.005	1.282	1.459	1.182	1.096	1.068	1.040	1.013	985
Pres. Prudente	Total	136.425	162.343	188.949	207.449	211.832	213.313	214.805	216.044	217.290
	Urbana	129.255	156.896	184.997	203.217	207.511	208.962	210.423	211.637	212.858
	Rural	7.170	5.447	3.952	4.232	4.321	4.351	4.382	4.407	4.432
Regente Feijó	Total	11.037	14.515	16.977	18.481	18.799	18.906	19.014	19.109	19.203
	Urbana	8.004	11.802	15.247	17.037	17.438	17.572	17.705	17.826	17.944
	Rural	3.033	2.713	1.730	1.444	1.361	1.334	1.309	1.283	1.259
Santo Expedito	Total	2.261	2.224	2.523	2.801	2.854	2.873	2.891	2.907	2.923
	Urbana	1.279	1.596	1.999	2.476	2.576	2.608	2.639	2.668	2.695
	Rural	982	628	524	325	278	265	252	239	228
Tarabai	Total	3.558	4.579	5.775	6.600	6.802	6.870	6.940	7.004	7.070
	Urbana	2.155	3.723	5.217	6.103	6.325	6.399	6.475	6.546	6.618
	Rural	1.403	856	558	497	477	471	465	458	452
Pres. Bernardes	Total	15.767	16.228	14.650	13.579	13.633	13.650	13.667	13.679	13.689
	Urbana	8.401	10.614	10.146	10.507	10.832	10.935	11.036	11.131	11.221
	Rural	7.366	5.614	4.504	3.072	2.801	2.715	2.631	2.548	2.468
Rancharia	Total	23.284	26.552	28.754	28.804	28.801	28.800	28.799	28.809	28.818
	Urbana	17.902	22.556	24.973	25.828	26.030	26.093	26.155	26.225	26.293
	Rural	5.382	3.996	3.781	2.976	2.771	2.707	2.644	2.584	2.525
Anhumas	Total	3.415	3.266	3.409	3.735	3.808	3.831	3.856	3.877	3.898
	Urbana	1.438	1.845	2.506	3.057	3.193	3.236	3.280	3.320	3.360
	Rural	1.977	1.421	903	678	615	595	576	557	538
Estrela do Norte	Total	3.297	2.831	2.626	2.658	2.656	2.655	2.654	2.656	2.658
	Urbana	1.032	1.613	1.787	2.099	2.167	2.188	2.207	2.229	2.249
	Rural	2.265	1.218	839	559	489	467	447	427	409

Fonte: IBGE; Fundação SEADE. Org. Eliane Silva dos Santos (2018).

Na Figura 9 se destacam os dez (10) municípios que têm iniciativas com o apoio de recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado no que se refere à participação dos setores da economia no Valor Total Adicionado. Verifica-se que João Ramalho (SP) se destaca quando apresenta o setor agropecuário com maior participação (59,98%) na economia do município, seguido pelo setor de serviços (35,51%) e, posteriormente, o setor industrial, com apenas 4,5%.

Figura 9: Participação dos setores da economia no Valor Total Adicionado* dos dez (10) municípios selecionados e que compõem o EDR de Presidente Prudente que foram contemplados com o Microbacias II – Acesso ao Mercado



*É uma noção que permite medir o valor criado por um agente econômico. É o valor adicional que adquirem os bens e serviços ao serem transformados durante o processo produtivo (SEADE, 2015).
Fonte: IBGE; SEADE (2015). Org. Eliane Silva dos Santos (2017).

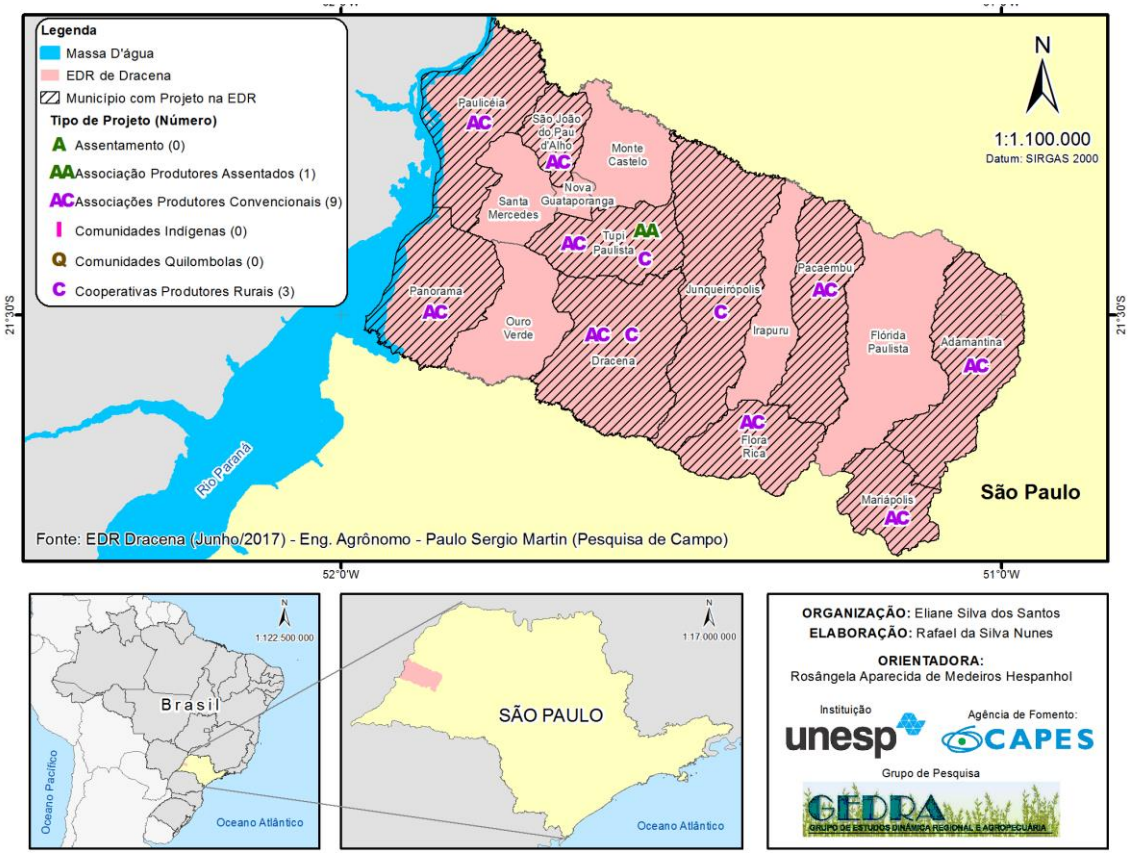
Outro município que merece ênfase é Rancharia, que comparado aos demais, tem destaque no setor da indústria, que alcança 25,87% em decorrência da presença em seu território de dois (2) frigoríficos, um (1) laticínio, enquanto o setor de serviços representa 52,57%. Com exceção de João Ramalho, os demais têm o setor de serviços com maior participação na economia dos municípios (Figura 10).

4.2.3 Perfil socioeconômico dos municípios que tiveram organizações coletivas com projetos aprovados no EDR de Dracena

Dentre os 16 municípios que compreendem o EDR de Dracena, localizou-se no Mapa 10, dez (10) municípios (Adamantina, Dracena, Flora Rica, Junqueirópolis, Mariápolis, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, São João do Pau d'Alho e Tupi Paulista.) que tiveram projetos aprovados e foram contemplados com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Todos os municípios listados possuem associações de produtores convencionais[76], exceto o de Tupi Paulista[77] que possui associações de produtores assentados e uma cooperativa de produtores convencionais; o de Dracena[78] e o de Junqueirópolis possuem cooperativas[79] que foram contemplados com recursos do projeto (Mapa 10).

Mapa 10: Localização dos dez (10) municípios selecionados no EDR de Dracena, Estado de São Paulo, contemplados com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, com destaque para as associações de produtores convencionais, assentados e cooperativas



Fonte: EDR de Dracena (2017) - Eng. Agrônomo – Paulo Sergio Martin – pesquisa de campo - Org. Eliane Silva dos Santos e Elaboração: Rafael da Silva Nunes.

Dos dez (10) municípios que tiveram projetos aprovados com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, em três (3) deles residem população total em torno de até 5.000

[76] Associação de Produtores de Leite do Município de Adamantina e Região (APLEMAR), Associação de Produtores Rurais de Dracena (APRD), Associação dos Produtores Rurais de Pacaembu (APRUP), Associação Passiflora de Produtores Rurais de Adamantina e Região (APPRAR), Associação dos Produtores Rurais, Industriais e Moradores do Município de São João do Pau d'Alho (APRIMOR), Associação Agropecuária de Flora Rica (AAFRICA), Associação dos Produtores Rurais de Mariápolis (ASSOMAR), Associação Agropecuária do Bairro Monteiro Lobato (AGROMONTEIRO) e Associação de Pesca e Aquicultura Paulicéia (APAP).

[77] Os produtores assentados constituíram a Associação dos Moradores do Assentamento Santa Rita I (ASMASSARI) e os produtores convencionais constituíram a Cooperativa Agrária e de Cafeicultores da Região de Tupi Paulista (CACRETUPI).

[78] Cooperativa de Produtores Agropecuários de Dracena (COOPADRA).

[79] Cooperativa Agrícola de Junqueirópolis (COOPAJ).

habitantes, um (1) município tem população acima de 6.000 habitantes, dois (2) municípios tem população acima de 13.000, dois (2) municípios têm população acima de 15.000, um (1) município tem população acima de 30.000 e um tem população acima de 44.000 habitantes (Tabela 14).

Tabela 14: População total e grau de urbanização dos dez (10) municípios selecionados no EDR de Dracena e que foram contemplados com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado

Municípios do EDR de Dracena que tiveram projetos do Microbacias II aprovados	População 2017	Grau de Urbanização (Em %) 2017
Adamantina	33.885	95,97
Dracena	44.545	92,74
Junqueirópolis	19.666	84,26
Pacaembu	13.105	73,68
Tupi Paulista	14.805	78,53
São João do Pau d' Alho	2.016	85,02
Flora Rica	1.628	85,63
Mariápolis	3.959	84,19
Panorama	15.017	97,74
Paulicéia	6.910	87,60
Total dos 10 municípios	**155.536**	**Média: 86,54**

Fonte: Fundação SEADE (2017) Org. pela autora.

De acordo com os dados da Tabela 14, dos dez (10) municípios que tiveram projetos aprovados no Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo, um (1) deles apresenta grau de urbanização inferior a 75%: Pacaembu (73,68%); um (1) deles apresenta grau de urbanização inferior a 80%: Tupi Paulista (78,53%); dois (2) deles apresentam grau de urbanização inferior a 85%: Junqueirópolis (84,26%) e Mariápolis (84,19%); três (3) deles apresentam grau de urbanização entre 85 e 90%: São João do Pau d' Alho (85,02%), Flora Rica (85,63%) e Paulicéia (87,60%). Com grau de urbanização entre 90 e 95% encontra-se um (1) município: Dracena (92,74%) e com grau de urbanização acima de 95% estão dois (2) municípios: Adamantina (95,97%) e Panorama (97,74%).

Analisamos a população rural por meio do Censo Demográfico entre os anos de 1980 e 2010 e de dados disponíveis no *site* do SEADE 2013 a 2017 dos 10 municípios que obtiveram seus projetos aprovados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado dos EDRs de Dracena e Presidente Prudente.

De acordo com os dados coletados e sistematizados, podemos analisar a evolução populacional dos municípios selecionados no período de 1980 a 2017, e traçar algumas características da população desses municípios, que se alteraram ao longo do tempo (Tabela 15).

Com base nos dados da Tabela 15, podemos notar mudanças ocorridas em relação à população dos municípios pertencentes ao EDR de Dracena que tiveram recursos provenientes do Microbacias II – Acesso ao Mercado aprovados. Verificou-se que em decorrência da geada que dizimou as lavouras de café em 1975, houve a substituição por pastagens e canaviais, ocorrendo a migração populacional para outras regiões com dinâmicas econômicas mais atrativas (1970/1980) contribuindo com o esvaziamento da população rural dos municípios.

De modo geral, houve uma redução da população rural no período de 1980 a 2017, nos municípios apresentados na Tabela 15, no entanto, a partir de 1990 o êxodo rural foi menos acentuado em virtude das políticas públicas direcionadas ao campo.

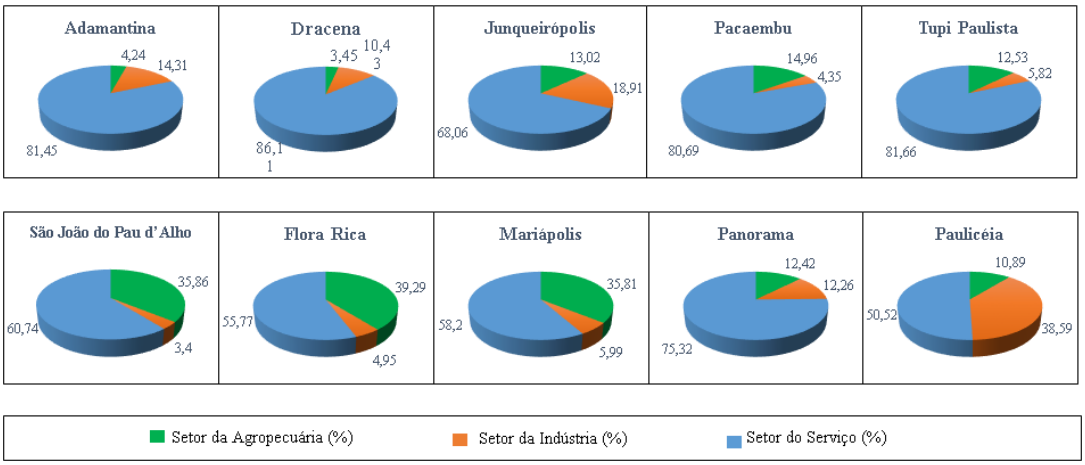
Tabela 15: Evolução populacional dos dez (10) municípios selecionados e que compõem o EDR de Dracena e que foram contemplados com os recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado

Municípios	Situação	1980	1990	2000	2010	2013	2014	2015	2016	2017
Adamantina	Total	32.036	32.116	33.484	33.794	33.845	33.862	33.879	33.882	33.885
	Urbana	24.250	27.379	30.356	31.945	32.233	32.318	32.398	32.460	32.518
	Rural	7.786	4.737	3.128	1.849	1.612	1.544	1.481	1.422	1.367
Dracena	Total	35.912	39.229	40.491	43.234	43.839	44.043	44.247	44.396	44.545
	Urbana	28.740	34.162	37.145	39.924	40.558	40.771	40.984	41.147	41.309
	Rural	7.172	5.067	3.346	3.310	3.281	3.272	3.263	3.249	3.236
Junqueirópolis	Total	21.425	18.082	17.012	18.711	19.124	19.262	19.402	19.534	19.666
	Urbana	11.007	12.701	13.426	15.387	15.898	16.069	16.241	16.406	16.571
	Rural	10.418	5.381	3.586	3.324	3.226	3.193	3.161	3.128	3.095
Pacaembu	Total	15.775	12.703	12.517	13.220	13.171	13.156	13.139	13.122	13.105
	Urbana	6.941	8.272	9.496	9.741	9.704	9.693	9.681	9.668	9.656
	Rural	8.834	4.431	3.021	3.479	3.467	3.463	3.458	3.454	3.449
Tupi Paulista	Total	16.386	14.285	13.293	14.261	14.557	14.657	14.762	14.783	14.805
	Urbana	9.628	10.582	10.883	11.200	11.432	11.511	11.594	11.610	11.627
	Rural	6.758	3.703	2.410	3.061	3.125	3.146	3.168	3.173	3.178
São João do Pau d'Alho	Total	3.604	2.891	2.185	2.104	2.064	2.050	2.037	2.027	2.016
	Urbana	1.163	1.648	1.615	1.706	1.710	1.710	1.711	1.713	1.714
	Rural	2.441	1.243	570	398	354	340	326	314	302
Flora Rica	Total	2.742	2.419	2.179	1.755	1.693	1.674	1.654	1.641	1.628
	Urbana	1.095	1.452	1.569	1.420	1.407	1.402	1.396	1.395	1.394
	Rural	1.647	967	610	335	286	272	258	246	234
Mariápolis	Total	5.343	4.452	3.858	3.915	3.935	3.942	3.948	3.954	3.959
	Urbana	2.068	2.480	2.806	3.136	3.225	3.254	3.281	3.308	3.333
	Rural	3.275	1.972	1.052	779	710	688	667	646	626
Panorama	Total	8.019	11.809	13.636	14.575	14.767	14.832	14.897	14.957	15.017
	Urbana	5.708	10.072	12.653	14.157	14.396	14.471	14.545	14.612	14.677
	Rural	2.311	1.737	983	418	371	361	352	345	340
Paulicéia	Total	2.353	3.923	5.290	6.330	6.583	6.669	6.757	6.833	6.910
	Urbana	894	2.773	3.925	5.263	5.610	5.725	5.842	5.947	6.053
	Rural	1.459	1.150	1.365	1.067	973	944	915	886	857

Fonte: IBGE; Fundação SEADE. Org. Eliane Silva dos Santos.

Na Figura 10 se destacam os dez (10) municípios que têm iniciativas com o apoio em termos de recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado e a participação dos setores econômicos no Valor Total Adicionado (VTA). Os municípios de São João do Pau d'Alho, Flora Rica e Mariápolis se destacam quando apresentam o setor agropecuário com maior participação no VTA, sendo em torno de 35% a 39% na sua economia, em relação aos demais municípios; seguido pelo setor de serviços; e, posteriormente, o setor industrial.

Figura 10: Participação dos setores da economia no Valor Total Adicionado* dos dez (10) municípios selecionados e que compõem o EDR de Dracena que foram contemplados com o Microbacias II – Acesso ao Mercado



*É uma noção que permite medir o valor criado por um agente econômico. É o valor adicional que adquirem os bens e serviços ao serem transformados durante o processo produtivo (SEADE, 2015).
Fonte: IBGE; SEADE (2015). Org. Eliane Silva dos Santos (2017).

De acordo com a Figura 10, todos os municípios têm o setor de serviços com maior participação na economia dos municípios. O município de Paulicéia (SP), por sua vez, se destaca quando apresenta o setor da indústria, que alcança 38,59% em decorrência da presença em seu território da produção de cerâmicas, tijolos e blocos, produzidos a partir da argila das jazidas existentes no município e região, e que são utilizados nas construções imobiliárias (PMDRS, 2012).

4.3 Os EDRs de Presidente Prudente e Dracena: dinâmicas de acesso ao Microbacias II – Acesso ao Mercado

Pretende-se compreender como os EDRs de Presidente Prudente e Dracena apresentam diferentes dinâmicas de acesso ao Microbacias II – Acesso ao Mercado no período de implementação dessa política pública (2011 a 2018).

Na Tabela 16 apresenta-se a distribuição dos municípios dos EDRs de Presidente Prudente e Dracena em relação ao nível de demanda para o recebimento de recursos do

Microbacias II – Acesso ao Mercado e verifica-se que os 21 municípios[80] pertencentes ao EDR de Presidente Prudente estão classificados com alto e médio níveis[81]. Do total de 21 municípios, dez (10) foram contemplados com recursos da política pública em análise, a saber: João Ramalho, Narandiba, Presidente Prudente, Regente Feijó, Santo Expedito, Tarabai, Presidente Bernardes, Rancharia, Anhumas e Estrela do Norte.

Em relação ao EDR de Dracena, todos os 16 municípios[82] foram classificados com alto nível de demanda para a obtenção de recursos do Microbacias II. Do total de 16 municípios, dez (10) foram contemplados com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, quais sejam: Adamantina, Dracena, Junqueirópolis, Pacaembu, Tupi Paulista, São João do Pau d'Alho, Flora Rica, Mariápolis, Panorama e Paulicéia.

Tabela 16: Distribuição dos municípios dos EDRs de Presidente Prudente e Dracena em relação ao nível de demanda para o recebimento de recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado

EDRs	**Total de municípios**	**Nível de demanda**		
		Alta	**Média**	**Baixa**
Presidente Prudente	21	19	2	0
Dracena	16	16	0	0
Total (Nº)	**37**	**35**	**2**	**0**
Total (%)	**100%**	**94,59**	**5,41**	**0**

Fonte: São Paulo (2010 b, p. 10, adaptado). Org. Eliane Silva dos Santos.

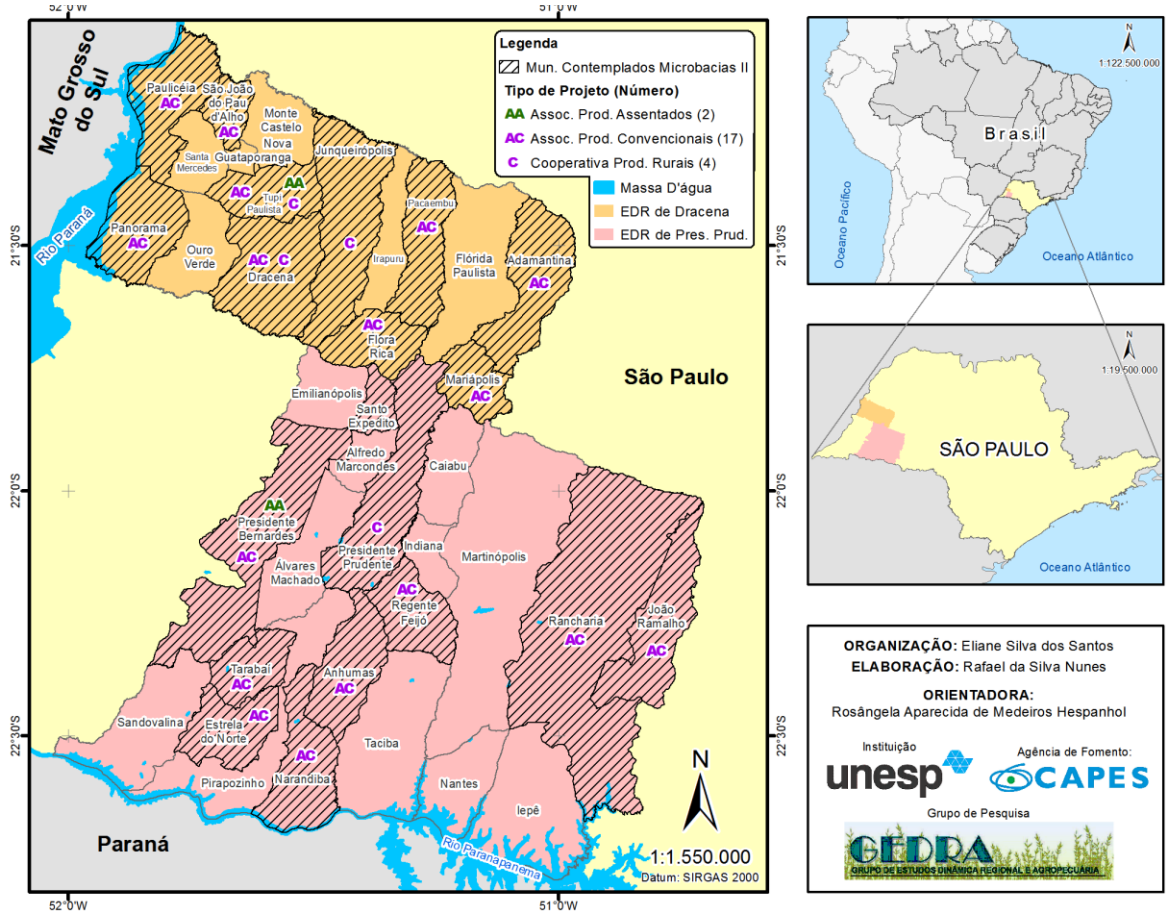
O Mapa 11 apresenta os EDRs de Presidente Prudente e de Dracena com seus respectivos municípios por meio das associações/cooperativas que tiveram projetos apoiados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado.

[80] São eles: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Emilianópolis, Estrela do Norte, Iepê, Indiana, João Ramalho, Martinópolis, Nantes, Narandiba, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Rancharia, Regente Feijó, Sandovalina, Santo Expedito, Taciba e Tarabai.

[81] Para se chegar na classificação de alto, médio e baixo níveis de demanda foram considerados os índices socioeconômicos (presença de agricultura familiar, participação do município na totalidade do Produto Interno Bruto estadual, criação de emprego e composição da renda e número de associações e/ou cooperativas existentes no município) e ambientais (índice de degradação erosiva dos solos por municípios elaborado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT).

[82] São eles: Adamantina, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho e Tupi Paulista.

Mapa 11: Localização dos municípios contemplados com o Microbacias II – Acesso ao Mercado nos EDRs de Presidente Prudente e Dracena



Fonte: Pesquisa de campo. Org. Eliane Silva dos Santos e elaborado Rafael da Silva Nunes.

De acordo com a Tabela 17, se verifica que 206 ou 89,18% dos 231 produtores atendidos pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado do EDR de Presidente Prudente são agricultores familiares organizados em associações ou cooperativas. Em relação aos grandes e médios produtores rurais, constatou-se que estes contabilizavam 25 ou 10,82% do total [231].

No tocante ao EDR de Dracena, identificou-se que 518 ou 92,83% dos 558 são agricultores familiares agrupados em organizações sociais, 40 ou 7,17% são médios ou grandes produtores rurais[83]. Vale ressaltar que os municípios de Adamantina, Dracena, Junqueirópolis, Tupi Paulista e São João do Pau d'Alho tiveram mais de um (1) projeto aprovado (Tabela 18).

[83] **Médios produtores:** definidos como aqueles: (i) possuem e/exploram área de quatro (4) até 15 módulos fiscais do município e (ii) obtêm renda familiar proveniente predominantemente da exploração agropecuária e não agropecuária da área explorada; ou que (iii) possuem e/ou explorem área total até quatro (4) módulos fiscais e que não atendam os demais requisitos para enquadramento como pequeno agricultor familiar. Não serão beneficiários dos incentivos individuais do projeto, mas poderão participar dos empreendimentos coletivos. **Grandes produtores:** que não se enquadram nos critérios citados anteriormente. Não serão beneficiários dos incentivos individuais do projeto, mas poderão participar dos empreendimentos coletivos (BRASIL, 2015).

Tabela 17: Número e classificação dos produtores beneficiados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado nos municípios do EDR de Presidente Prudente (2011-2017)

*Assentamentos.
**9 assentados.

Municípios	Nome da organização coletiva	Agricultura familiar	Grande ou Médios produtores	Total
Anhumas	Associação dos Produtores Rurais de Anhumas (APRA)	13	7	20
Estrela do Norte	Associação Comunitária dos Amigos Produtores Rurais de Estrela do Norte (ACAPREN)	20	0	20
João Ramalho	Associação dos Produtores Rurais do Município de João Ramalho (APRMJR)	18	2	20
Narandiba	Fruticultores Associados do Oeste Paulista (FAOP)	18	0	18
Presidente Bernardes	Associação dos Produtores Assentados da Rodeio (APAR)*	33	0	33
Presidente Prudente	Cooperativa da Agricultura Familiar de Presidente Prudente (COAF)	17	0	17
Rancharia	Associação dos Produtores Rurais de Agissê (APRA)**	31	8	39
Regente Feijó	Associação de Pequenos Produtores Rurais do Bairro Palmitalzinho (APPRBP)	18	1	19
Santo Expedito	Associação Timbó Expeditense (ATE)	24	4	28
Tarabai	Associação dos Produtores Rurais de Tarabai (APRT)	14	2	17
Total		**206**	**25**	**231**

Fonte: EDR de Presidente Prudente (junho/2017) – Trabalho de campo. Org. Eliane Silva dos Santos.

Tabela 18: Número e classificação dos produtores beneficiados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado nos municípios do EDR de Dracena (2011-2017)

Municípios	Nome da organização coletiva	Agricultura familiar	Grande ou Médios produtores	Total
Adamantina	Associação dos Produtores de Leite do Município de Adamantina e Região (APLEMAR)	27	1	28
Adamantina	Associação Passiflora de Produtores Rurais de Adamantina e Região (APPRAR)	23	0	23
Adamantina	Associação dos Produtores de Leite do Município de Adamantina e Região (APLEMAR)	23	0	23
Dracena	Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD)	20	7	27

Dracena	Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD)	15	4	19
Dracena	Cooperativa de Produtores Agropecuários de Dracena (COOPADRA)	28	0	28
Flora Rica	Associação Agropecuária de Flora Rica (AAFRICA)	39	0	39
Junqueirópolis	Cooperativa Agrícola de Junqueirópolis (COOPAJ)	62	8	70
Junqueirópolis	Cooperativa Agrícola de Junqueirópolis (COOPAJ)	52	4	56
Junqueirópolis	Cooperativa Agrícola de Junqueirópolis (COOPAJ)	52	1	53
Mariápolis	Associação de Produtores Rurais de Mariápolis (ASSOMAR)	25	0	25
Pacaembu	Associação dos Produtores Rurais de Pacaembu (APRUP)	13	4	17
Panorama	Associação Agropecuária do Bairro Monteiro Lobato (AGROMONTEIRO)	21	0	21
Paulicéia	Associação de Pesca e Aquicultura Paulicéia (APAP)	14	5	19
São João do Pau d'Alho	Associação dos Produtores Rurais, Industriais e Moradores do Município de São João do Pau d'Alho (APRIMOR)	27	0	27
São João do Pau d'Alho	Associação dos Produtores Rurais, Industriais e Moradores do Município de São João do Pau d'Alho (APRIMOR)	35	0	35
Tupi Paulista	Cooperativa Agrária e de Cafeicultores da Região de Tupi Paulista (CACRETUPI)	24	6	30
Tupi Paulista	Associação dos Moradores do Assentamentos Santa Rita I (ASMASSARI)*	18	0	18
Total		**518**	**40**	**558**

*ASMASSARI: Assentamento.
Fonte: EDR de Presidente Dracena (junho/2017) – Trabalho de campo. Org. Eliane Silva dos Santos.

Pretendemos, a partir deste momento, mostrar como se deu a adesão dos produtores à política pública analisada nos EDRs de Presidente Prudente e Dracena e apontar como ocorreu a abertura das chamadas públicas.

Em entrevista feita com o técnico do EDR/CATI de Dracena, este pontuou que nos municípios pertencentes à Regional de Dracena foram realizadas reuniões de divulgação sobre o Microbacias II – Acesso ao Mercado, mas não houve, inicialmente, interesse por parte da maioria das associações/cooperativas. Os motivos dessa baixa adesão ao programa, segundo o técnico do EDR/CATI:

> [...] se resumem na falta de liderança, recursos financeiros para contrapartida, promessa de apoio da Prefeitura Municipal que acabou não acontecendo, não tinham a posse do terreno e, não havia um objetivo comum que norteava a organização. No caso do objetivo comum seria uma cultura (olericultura, acerola, urucum) ou atividade especifica (pecuária leiteira, piscicultura) que a maioria explorava (Técnico do EDR/CATI de Dracena, pesquisa de campo, julho/2017).

Assim como o técnico do EDR/CATI de Dracena, o do EDR/CATI de Presidente Prudente entrevistado também salientou que nos municípios pertencentes à Regional de Presidente Prudente foram realizadas reuniões de divulgação sobre o Microbacias II – Acesso ao Mercado, mas não houve também inicialmente interesse na maioria delas. Por sua vez, o entrevistado informou que:

> [...] os motivos principais da baixa adesão ao projeto foram: falta de apoio das Prefeituras Municipais em decorrência do Microbacias I, falta de liderança, escassez de recursos financeiros para a contrapartida, as associações não tinham a posse do terreno eram cedidos pela prefeitura e as cadeias produtivas não estavam organizadas para atender o PAA e PNAE na maioria dos municípios (Técnico do EDR/CATI de Presidente Prudente, pesquisa de campo, julho/2017).

4.3.1 EDR de Presidente Prudente - Primeira a segunda chamada pública

No EDR de Presidente Prudente ocorreram manifestações de interesse por parte de associações/cooperativas, mas estas não foram efetivadas (desde a 1ª até a 2ª chamada pública) em virtude da falta de interesse por parte de alguns prefeitos em decorrência dos gastos com o Microbacias I e da descapitalização de algumas associações e produtores rurais.

Os técnicos dos EDRs de Presidente Prudente e Dracena entrevistados ressaltaram que, nas primeiras chamadas, eles estabeleceram em suas análises dos projetos, critérios rigorosos[84] e realizaram vários questionamentos[85] com o intuito de demonstrar a seriedade dos projetos, mas que levavam muitas associações a desistirem das propostas de iniciativas de negócios.

Os técnicos dos EDRs, presidentes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) e de presidentes das associações e cooperativa de produtores rurais de Rancharia e Dracena relataram que a documentação exigida (Certidão Negativa de Débito do Instituto Nacional do Seguro Social (CND INSS) que serve para comprovar que o empregado e o empregador estão em situação regular junto à previdência social; a Certidão Negativa de Débito junto à Receita Federal (CND Receita Federal); o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e a cópia do Estatuto registrado em cartório) para participar da iniciativa de negócio foi um fator que também contribuiu para a baixa adesão à política pública. Por parte das associações/cooperativas, um dos documentos que colaborou para a exclusão de muitas foi a cópia da ata da última eleição e posse do atual presidente que deveria ser registrada em cartório e devidamente autenticada ou legitimada por servidor da CATI (mediante apresentação do documento original). Considerando as referidas exigências legais, identificou-se que algumas

[84] Com relação às documentações.
[85] Com relação ao plano de negócio.

associações se encontravam formalizadas, mas irregulares nas documentações requeridas e outras eram informais.

Diante do exposto, é importante salientar que os agricultores podem se organizar por meio de associações, cooperativas, sindicatos ou em grupos informais. A escolha da forma organizativa vai depender dos objetivos do grupo, da maturidade da ação coletiva e do modo como tratam os problemas. Muitas vezes, os grupos começam as atividades informalmente e no decorrer do processo montam uma organização formal e bem estruturada (BALEM, 2016). Vale ressaltar, no entanto, que há a possibilidade das organizações sociais mesmo sendo formalizadas ficarem inoperantes.

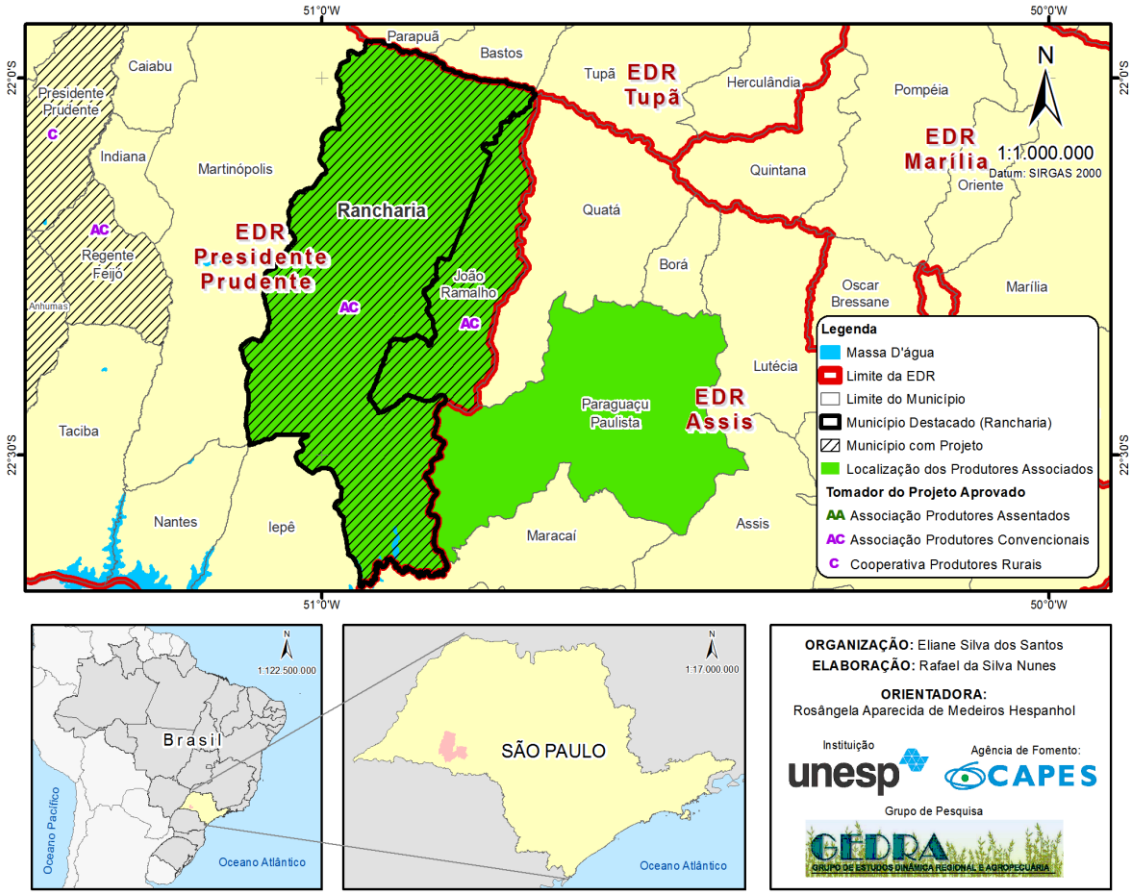
Neves Neto (2013) salienta que o Microbacias II – Acesso ao Mercado é uma política pública muito bem elaborada no papel (manual operacional), com o foco na geração de renda e por meio das organizações rurais formais; "[...] porém, na prática, será muito difícil implementá-la, já que muitas associações de produtores rurais foram criadas apenas para ter acesso aos recursos do Programa de Microbacias (2000-2008) e, atualmente, estão inoperantes" (NEVES NETO, 2013, p. 196).

Um fator limitante apontado pelo técnico do EDR de Dracena é a prova de inexistência de registros no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo (CADIN ESTADUAL). Além disso, outro entrave ocorreu no início da implementação da política pública que foi a exigência da elaboração de um plano de negócio, com o objetivo de planejar detalhadamente a iniciativa de negócio, envolvendo consultoria externa.

Os técnicos dos EDRs, presidentes dos CMDRs e presidentes das associações e cooperativa de produtores rurais de Rancharia e Dracena apontam que muitas associações e cooperativas não tinham sede própria e utilizavam prédios cedidos pela prefeitura municipal. Para atender as exigências do Microbacias II – Acesso ao Mercado, os prefeitos dos municípios tiveram que conceder o uso de terreno público para as associações e cooperativas, demandando um processo muito burocrático e demorado que, muitas vezes, não era aprovado pela Câmara Municipal, desestimulando muitas associações e cooperativas. Conforme exposto nos Mapas 12, 13, 14 e 15, o Microbacias II – Acesso ao Mercado ainda que esteja, em tese, localizado nos municípios de Rancharia e Dracena e ligado às associações e/ou cooperativas que tem sede nestas localidades, ultrapassam os limites territoriais, já que podem contemplar beneficiários (associados e/ou cooperados) de outros municípios. Desse modo, a pesquisa permitiu identificar a espacialização desconcentrada da política pública nos municípios supracitados (Rancharia e Dracena).

O município de Rancharia, por meio da Associação dos Produtores Rurais de Agissê (APRA), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi 39 e destes, 31 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de leite e a iniciativa de negócio foi a aquisição de caminhão com tanque de leite isotérmico de 10.000 litros. Embora a associação seja sediada no município de Rancharia, a associação conta com a participação de produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Rancharia (34), Paraguaçu Paulista (4) e João Ramalho (1) como se verifica no Mapa 12. O valor total do projeto foi de R$ 553.783,50, o valor apoiado foi de R$ 376.631,00 (68%) e a contrapartida foi de R$ 177.152,50 (32%).

Mapa 12: Associação sediada em Rancharia com produtores associados nos municípios de Rancharia, João Ramalho e Paraguaçu Paulista que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado

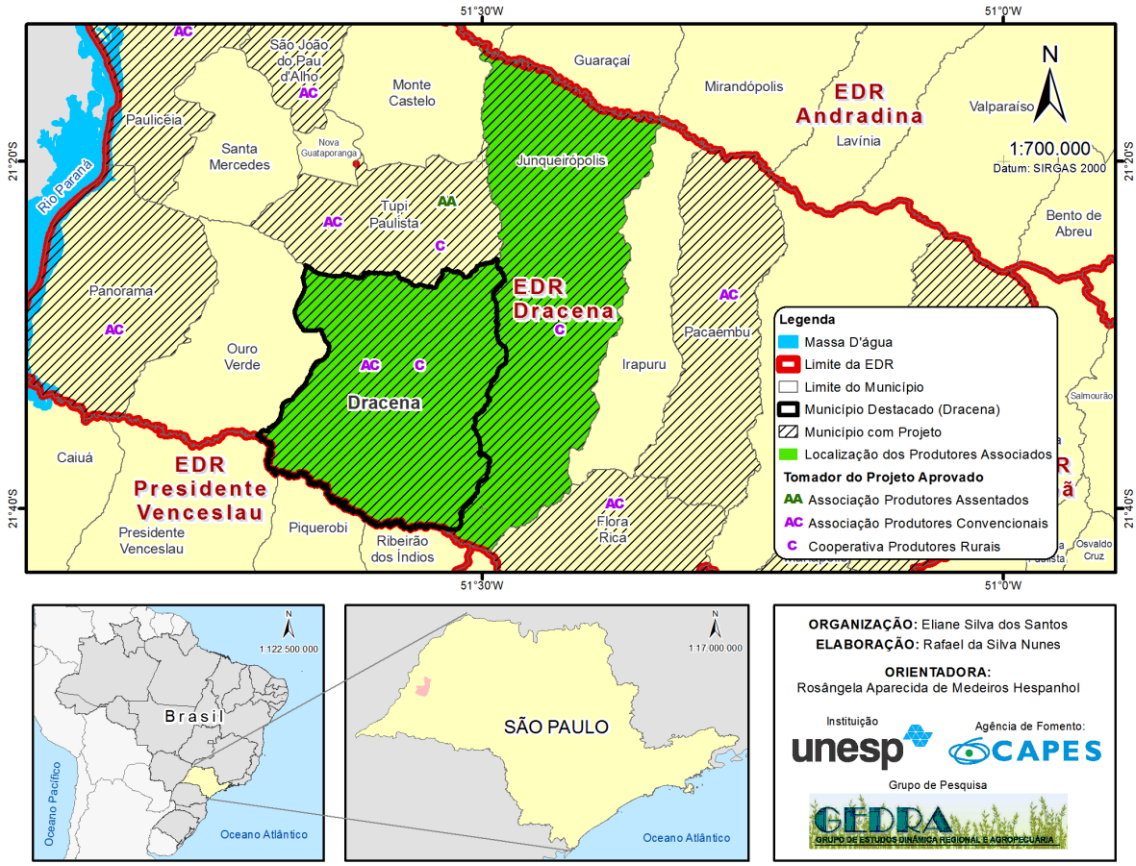


Fonte: EDR de Presidente Prudente (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

4.3.2 EDR de Dracena

O município de Dracena por meio da Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD) conseguiu a aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 27 e destes, 20 são agricultores familiares envolvidos no projeto A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de leite e a iniciativa de negócio foi a implantação de uma agroindústria. Embora a associação seja sediada no município de Dracena, a associação conta com a participação de produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Dracena (26) e Junqueirópolis (1) como se verifica no Mapa 13. O valor do projeto foi de R$ 958.172,67, o valor apoiado foi de R$ 654.490, 87 (68,30%) e a contrapartida foi de R$ 303.681,80 (31,70%).

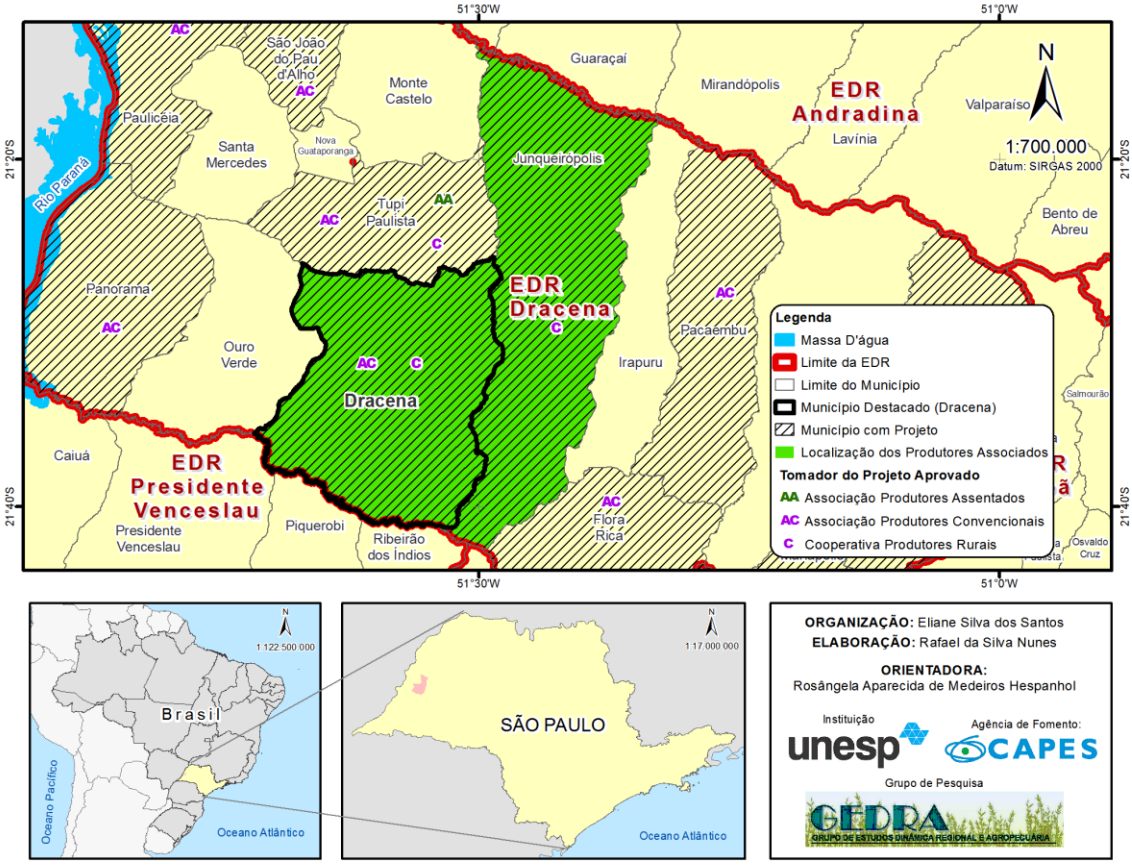
Mapa 13: Associação sediada em Dracena com produtores associados nos municípios de Dracena e Junqueirópolis que fazem parte do MicrobaciaisII – Acesso ao Mercado



Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

O município de Dracena por meio da Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD) conseguiu a aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 19 e destes, 15 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de leite e a iniciativa de negócio foi para a aquisição e instalação de uma câmara frigorífica. Embora a associação seja sediada no município de Dracena, conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Dracena (18) e Junqueirópolis (1) como se verifica no Mapa 14. O valor total do projeto foi de R$ 200.700,00, o valor apoiado foi de R$ 140.490,00 (70%) e a contrapartida foi de R$ 60.210,00 (30%).

Mapa 14: Associação sediada em Dracena com produtores associados nos municípios de Dracena e Junqueirópolis que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado

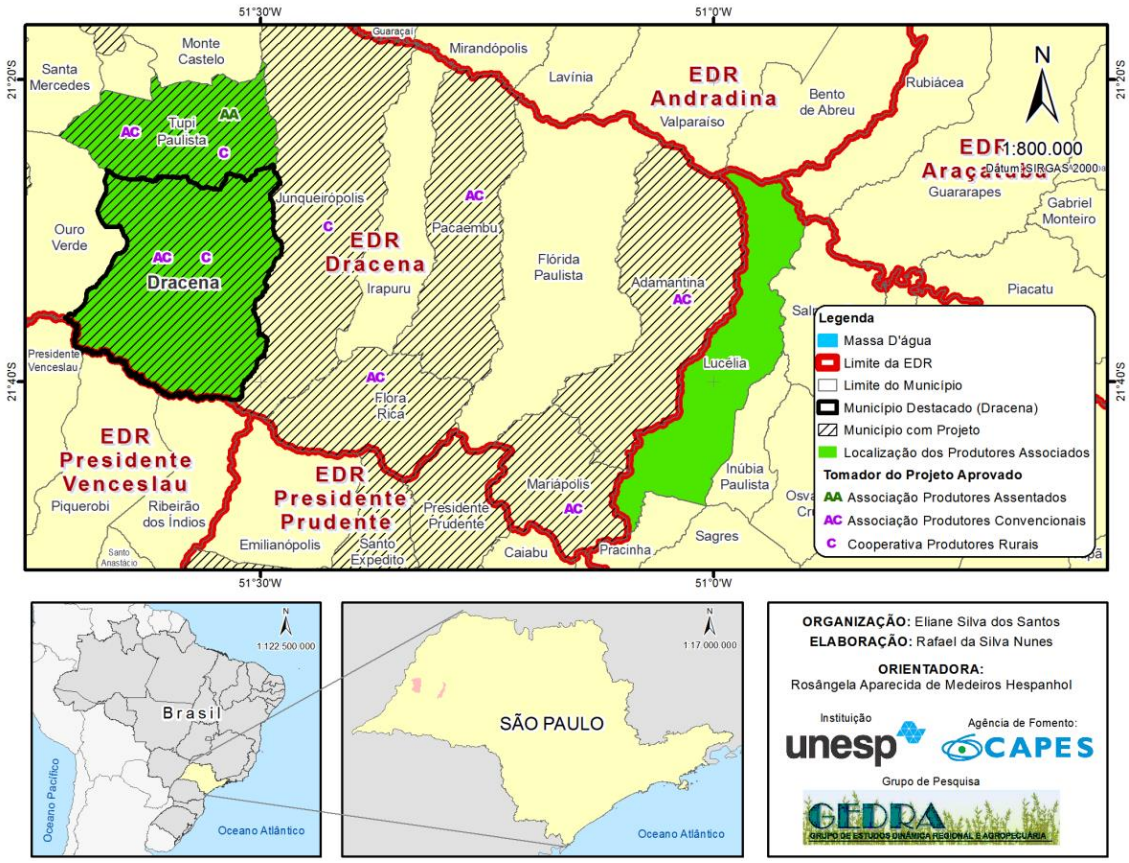


Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

O município de Dracena por meio da Cooperativa de Produtores Agropecuários de Dracena (COOPADRA), conseguiu a aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, sendo que o número de produtores atendidos foi de 28 e todos são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de olericultura e fruticultura e a iniciativa de negócio foi a instalação de *packing house*. Embora a cooperativa seja sediada no município de Dracena, a cooperativa conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Dracena (26), Tupi Paulista (1) e Lucélia (1) como se verifica no Mapa 15. O valor total do

projeto foi de R$ 1.143.097,07, o valor apoiado, por sua vez, foi de R$ 792.869,55 (69,36%) e a contrapartida foi de R$ 350.227,52 (30,64%).

Mapa 15: Cooperativa sediada em Dracena com produtores cooperados nos municípios de Dracena, Tupi Paulista e Lucélia que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado



Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Identificou-se que dos dez (10) municípios contemplados com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, pertencentes ao EDR de Presidente Prudente, oito (8) ou 80% do total, quais sejam: João Ramalho, Narandiba, Presidente Prudente, Regente Feijó, Santo Expedito, Tarabai, Rancharia e Estrela do Norte apresentaram a espacialização desconcentrada da política pública. Apenas os municípios de Presidente Bernardes e Anhumas não apresentaram a referida espacialização. Em relação ao EDR de Dracena, dos dez (10) municípios contemplados com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, sete (7) ou 70% deles, a saber: Adamantina, Dracena, Junqueirópolis, Pacaembu, Flora Rica, Mariápolis e Panorama apresentaram a espacialização desconcentrada da política pública. Somente os municípios de Tupi Paulista, São João do Pau d'Alho e Paulicéia não apresentaram a referida espacialização (Apêndice J).

Verificou-se, no decorrer do capítulo, que as ações e as intervenções do Microbacias II – Acesso ao Mercado fomentam a articulação e o fortalecimento de parcerias entre agentes

públicos, privados (no caso de administradores que elaboram os planos de negócio, por exemplo) e os agricultores familiares, assentados e povos tradicionais (quilombolas e indígenas) organizados em associações e/ou cooperativas; e a obtenção de incentivos individuais (que serão apresentados no capítulo 5, quando vamos analisar as associações dos municípios de Rancharia e Dracena).

De modo geral, o Microbacias II – Acesso ao Mercado deu ênfase às cadeias produtivas. Em nível estadual (Estado de São Paulo), as cadeias produtivas de maior destaque foram: a do leite, a da olericultura e a da fruticultura. No âmbito do EDR de Presidente Prudente, a cadeia produtiva de maior relevância em termos do recebimento de recursos foi a do leite, enquanto que no EDR de Dracena, as cadeias produtivas mais ressaltadas foram a do leite e a da fruticultura.

A justificativa para o destaque da cadeia produtiva do leite no EDR de Presidente Prudente se deve, ao menos em parte, ao fato de que como já abordado nesta pesquisa, esta região possui um perfil voltado para a referida atividade, pois com a diminuição da relevância das culturas do algodão e do amendoim, houve a gradativa substituição de tais lavouras por pastagens – o que culminou no desenvolvimento da atividade de pecuária mista (de corte e de leite) e não especializada.

A explicação para a expressividade das cadeias produtivas do leite e da fruticultura no EDR de Dracena se deve, ao menos parcialmente, ao acentuado processo de alteração produtiva que ocorreu a partir da década de 1980 com a crise do café e, posterior aumento das áreas de pastagens, sobretudo com pecuária mista (no decorrer dos anos de 1980 e 1990). Além disso, nas propriedades com pequenas áreas de extensão foram implantadas, a partir da década de 1980, as atividades de fruticultura, além dos cultivos do urucum e seringueira para a extração de látex, como também já abordado nesta tese.

Em relação ao EDR de Presidente Prudente constatou-se que houve uma maior distribuição dos projetos por município, ou seja, cada município (dos dez (10) que receberam recursos), conseguiram apenas a aprovação de um (1) projeto por município, enquanto que no EDR de Dracena identificou-se que os municípios de Adamantina, Dracena, Junqueirópolis, São João do Pau d'Alho e Tupi Paulista tiveram mais de um (1) projeto aprovado (Apêndice J).

Identificou-se também a sobreposição de cadeias produtivas no EDR de Dracena nos municípios de Tupi Paulista (cadeia produtiva do leite e do urucum), Adamantina (cadeia produtiva do leite e olericultura) e em Dracena (do leite, olericultura e fruticultura) em projetos distintos (Apêndice J).

A política pública pesquisada embora contemple, teoricamente, apenas os produtores organizados coletivamente no município em que se localiza a sede da associação ou cooperativa, ela extrapola os limites territoriais, pois pode abranger beneficiários (associados e/ou cooperados) de outros municípios, ou seja, o estudo permitiu identificar a espacialização desconcentrada do Microbacias II analisado.

As organizações de produtores rurais enfrentaram grandes dificuldades para implantar as propostas de iniciativa de negócios aprovadas e habilitadas, sobretudo em virtude do tempo necessário (levavam até 14 meses) para a obtenção da contrapartida financeira; da complexidade nos processos de obtenção das certidões legais exigidas para o funcionamento da entidade; do tempo despendido para providenciar toda a documentação necessária na emissão de licenças ambientais; das exigências nos procedimentos para aquisições de bens e serviços; e da indisponibilidade de local físico para implantação dos empreendimentos coletivos, dependendo, de cessão de uso por parte do poder público municipal. Desse modo, grande parcela das organizações beneficiárias não consegue implantar os empreendimentos autorizados dentro dos prazos definidos nos cronogramas planejados, sendo necessário estender os prazos para que haja a execução dos projetos aprovados.

Outro ponto que o técnico do EDR de Dracena salientou com grande preocupação foi com relação à falta de recursos para capital de giro, que não foi contemplado na referida política pública.

O capital de giro é extremamente importante para financiar as necessidades operacionais de uma empresa. Segundo Braga (1995, p. 81), “a administração do capital de giro envolve um processo contínuo de tomada de decisões voltadas principalmente para a preservação da liquidez da empresa, mas que também afeta sua rentabilidade”.

Complementa Assaf Neto (2010), uma administração inadequada do capital de giro resulta normalmente em sérios problemas financeiros, contribuindo efetivamente para a formação de uma situação de insolvência.

É importante destacar a preocupação do técnico que a falta de capital de giro pode levar os projetos empreendidos pela política pública a insolvência.

No capítulo seguinte analisaremos as associações e cooperativa rurais que empreenderam iniciativas de negócio com o intuito de ampliar a capacidade produtiva e comercial por meio da política pública Microbacias II - Acesso ao Mercado nos municípios de Rancharia e Dracena.

5 A IMPLEMENTAÇÃO DO MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO NOS MUNICÍPIOS DE RANCHARIA E DRACENA

Neste capítulo analisamos as associações e cooperativa rurais que foram constituídas por meio da união de pequenos e médios agricultores[86] que, conjugando o ideal comum, sentiram a necessidade de se organizarem com o objetivo de promover a participação coletiva dos agricultores familiares, com o intuito de ampliar a capacidade produtiva e comercial por meio das políticas públicas, como o Microbacias II – Acesso ao Mercado.

As associações e cooperativa que analisamos no trabalho estão localizadas geograficamente nos municípios de Rancharia (no Distrito de Agissê) e Dracena, no estado de São Paulo, sendo pertencentes aos EDRs de Presidente Prudente e Dracena, respectivamente.

O interesse para estudar a Associação dos Produtores Rurais de Agissê (APRA), a Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD) e a Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Dracena (COOPADRA) leva em conta o acesso à política pública, como o Microbacias II – Acesso ao Mercado. Para compreender a dinâmica da política pública é importante identificar os atores sociais.

No município de Rancharia (SP), os atores sociais que participaram diretamente da implementação do Microbacias II – Acesso ao Mercado, foram: os agrônomos do EDR de Presidente Prudente e da Casa da Agricultura/CATI de Rancharia; um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), o presidente da associação de produtores (Associação dos Produtores Rurais de Agissê - APRA); e o secretário do Departamento de Agricultura da Prefeitura Municipal.

No município de Dracena (SP); os atores sociais que participaram diretamente da implementação do Microbacias II – Acesso ao Mercado, foram: os agrônomos do EDR de Dracena e da Casa da Agricultura/CATI; um representante do CMDR, os presidentes da Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD) e da Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Dracena (COOPADRA) e um representante da Prefeitura Municipal de Dracena.

[86] Segundo Peixoto (2011) conforme o art. 4° da lei n° 4.504 de 30 de novembro de 1964 (Lei do Estatuto da Terra), propriedade familiar é ‘ o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhe absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhando com a ajuda de terceiros’. Na definição da área máxima, a Lei n° 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei Agrária), que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, estabelece como pequena propriedade os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles de área superior a 4 até 15 módulos fiscais (art. 4°, incisos II e III).

Os atores sociais dos municípios de Rancharia e Dracena encontram-se em distintas instituições e/ou segmentos sociais e estão aptos ao diálogo e ao estabelecimento de condições para o funcionamento de uma política pública. A articulação destes atores sociais permite o rompimento de uma gestão direta ou centralizada[87]. Os atores sociais são responsáveis pela articulação com vários técnicos, secretarias, estabelecem parcerias, interiorizam normas, sensibilizam os associados/cooperados.

De acordo com Wautier (2001, p. 38):

> O ator é social na medida em que interioriza as normas da sociedade. [...] O ator aparece como um agente que faz as escolhas mais racionais possíveis e cuja ação (que é uma conduta de cunho subjetivo) pode ser qualificada de social quando tem sentido e refere-se à conduta dos outros, até no conflito.

Cumpre lembrar que os agrônomos dos EDRs de Presidente Prudente e Dracena são atores sociais que operam local e regionalmente e, por isso, são capazes de terem uma visão sistêmica acerca da execução do Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Acreditamos que a atuação dos agrônomos dos EDRs de Presidente Prudente e Dracena são cruciais, pois esses atores sociais foram responsáveis pelas articulações com várias secretarias, técnicos, convênios com prefeituras, sensibilização dos associados e cooperados por meio de reuniões para que os mesmos apresentassem iniciativas de negócio, que estivesse dentro dos padrões exigidos para a implementação da política pública que pesquisamos. Entretanto, com relação à localização geográfica, o agrônomo do EDR de Presidente Prudente está mais distante de Rancharia (60 Kms) se comparado com o do EDR de Dracena em relação a esta cidade. Isso mostra que, o agrônomo de Dracena tem maior proximidade física com os demais atores sociais que operacionalizam o Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Para além da atuação dos agrônomos dos EDRs, é importante ressaltar a ação da sociedade civil organizada. De acordo com Bandeira (1999), o contato entre a sociedade civil organizada e a administração pública, por meio da participação da comunidade nas diferentes fases de implantação das ações governamentais (formulação, implementação e avaliação), deve ser visto como uma ferramenta relevante para a concretização de relações de confiança entre os vários atores sociais, colaborando, portanto, para a acumulação de capital social.

Campos e Sapelli (2007) afirmam que o capital social é fundamentado nas relações entre os atores sociais que:

---

[87]A gestão direta ou centralizada "[...] é aquela que encontra integrada e ligada, na estrutura organizacional, diretamente ao chefe do poder executivo" (KOHAMA, 2013, p. 14). A gestão indireta ou descentralizada "[...] é aquela atividade administrativa, caracterizada como serviço público ou de interesse público, transferida ou deslocada do Estado, para outra entidade por ele criada ou cuja criação é por ele autorizada" (KOHAMA, 2013, p. 15).

> [...] estabelecem entre si expectativas e obrigações mútuas, para, desta maneira, estimular a confiabilidade nas relações sociais e agilizar o fluxo de informações, tanto internas quanto externas (CAMPOS; SAPELLI, 2007, p. 2).

Destacamos a importância dos atores sociais responsáveis pela implementação e materialização dos resultados do programa, os beneficiários (associações/cooperativa e os agricultores participantes), os técnicos executores da CATI, Casa da Agricultura, CMDR e técnicos responsáveis pela elaboração dos planos de negócios.

Podemos constatar por meio da pesquisa de campo desenvolvida mediante entrevistas com os presidentes das Associações de Produtores Rurais dos municípios de Rancharia (SP) e Dracena (SP), as práticas associativas e o acesso ao Microbacias II – Acesso ao Mercado, de dois (2) grupos sociais: o primeiro, constituído pelos produtores rurais participantes da APRA e APRD; e o segundo pelos cooperados da COOPADRA. Os resultados das entrevistas e informações coletadas junto aos EDRs foram apresentados e organizados em tabelas, quadros e gráficos, buscando sempre que possível, estabelecer comparações entre os dois (2) municípios por meio de suas associações/cooperativa estudadas.

Para a implementação do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a fase inicial se constituiu das chamadas públicas, em que os atores sociais desempenhavam funções específicas (agrônomos dos EDRs, técnicos das Casas da Agricultura e representante do CMDR). Os agrônomos dos EDRs tinham a função de divulgar o Microbacias e as informações sobre os procedimentos de seleção e os critérios de elegibilidade junto ao público de interesse (representantes de associações/cooperativas, associados, cooperados, prefeitos e membros CMDRs). Os técnicos da Casa da Agricultura e os representantes do CMDR eram responsáveis pela análise de elegibilidade da manifestação de interesse para as iniciativas de negócios com o apoio dos EDRs e também os técnicos da Casa da Agricultura ficaram resposáveis em elaborar junto aos produtores rurais o PIP e apoio nos PECs.

Os agrônomos dos EDRs foram responsáveis por divulgar e promover as reuniões com informações sobre a referida política pública junto aos presidentes das associações e/ou cooperativas, prefeitos municipais e representantes dos CMDRs, bem como os técnicos das Casas da Agricultura com o apoio dos EDRs; organizar o público beneficiário (os agricultores associados e/ou cooperados) com o intuito de fomentar as iniciativas de negócio envolvendo as cadeias produtivas e prestar assessoria desde a fase inicial (chamadas públicas) até a implementação da proposta de negócio.

O técnico do EDR/CATI de Dracena entrevistado citou também que algumas associações optaram em elaborar seu próprio plano de negócio que, muitas vezes, era cópia de planos disponíveis na internet, não apresentando dados reais na iniciativa de negócio, requerendo ajustes, acertos e ocasionando atrasos na autorização das manifestações de interesse.

Neves Neto (2013, p. 198) aponta que:

> [...] outro problema verificado na operacionalização do Microbacias II foi ter o foco dirigido a cadeias produtivas, o que pode levar o produtor rural a se especializar em um único produto, correndo o risco de ficar muito sujeito às oscilações do mercado. Os agricultores familiares bem-sucedidos normalmente diversificam a sua produção, com plantio de milho, feijão e arroz, produzem leite, criam porcos, galinhas e bovinos, preparam mudas de espécies nativas e exóticas. A diversificação propicia a ampliação da renda familiar e permite que os agricultores enfrentem melhor as vicissitudes do mercado.

No processo de implantação dos projetos, outro entrave burocrático apontado pelos presidentes das associações e técnicos do EDR/CATI foi o licenciamento ambiental das atividades realizado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), que atrasou o desenvolvimento da implantação das iniciativas de negócios. Sem esta licença oficial, a iniciativa de negócio trabalha em situação irregular, causando prejuízos em toda a cadeia produtiva do setor.

O técnico do EDR/CATI de Presidente Prudente, o presidente do CMDR e o presidente da associação dos produtores rurais de Rancharia relataram que a APRA participou de todas as chamadas públicas, mas somente na 6ª chamada que efetivou a proposta de negócio. Até a 3ª chamada, a APRA pretendia efetivar a proposta de negócio de um minilaticínio, mas quando elaboraram o plano de negócio concluíram que não era viável financeiramente e não dispunham de demanda de matéria-prima suficiente para atender o empreendimento, passando assim a pleitearem um novo projeto que foi a logística de transporte (caminhão) e inseriram o investimento individual (PIPs). Os recursos excedentes da compra do caminhão foram utilizados para a construção de um barracão para o armazenamento da patrulha agrícola e do caminhão.

Durante a entrevista com o presidente da APRA, o mesmo relatou que “[...] após a efetivação da proposta de negócio, apresentaram-se inúmeros desafios, como por exemplo, a demora para a liberação dos recursos” (Presidente da APRA, entrevista realizada em julho de 2018).

De acordo com o entrevistado, o que o deixou preocupado foi o número de desistência dos projetos individuais das propriedades, pois foram 18 desistentes de um total de 39. Esse grande número de desistência ocorreu em virtude de problemas de saúde, idade avançada e por medo de assumir a contrapartida de 30% do valor total do projeto e perder a terra (totalizando 5 agricultores), falecimento (2), trabalho na usina (1), tinha firma aberta (2), era grande produtor e não se enquadrava no projeto individual (4), trocou a cadeia produtiva do leite pela lavoura (2), mudança de cidade (1) e não tinha a posse da terra como garantia do financiamento (1).

Segundo o entrevistado, decorrente destas desistências, a sobra dos recursos das inciativas individuais foi pleiteada pela associação e deu origem à aquisição de equipamentos complementares de uso coletivo, tais como: um (1) distribuidor de calcário e composto orgânico, duas (2) adubadoras, uma (1) lavadora, uma (1) roçadeira hidráulica, uma (1) roçadeira lateral e um (1) subsolador de cinco (5) hastes que totalizaram um montante de R$ 48.903,00.

Por meio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, as duas (2) associações foram beneficiadas. A APRA foi contemplada com o projeto de um caminhão para transporte de leite com tanque isotérmico com capacidade de 10.000 litros e a construção de um (1) barracão e projetos individuais na proposta, enquanto que a APRD foi contemplada com uma (1) agroindústria minilaticínio, um (1) caminhão com tanque isotérmico com capacidade de 10.000 litros e projetos individuais na proposta (Tabela 19).

Além dessas concessões houve também uma proposta complementar (que não estava prevista no plano de negócio inicial) de uma (1) câmara frigorífica para um (1) minilaticínio. No entanto, esse último projeto não envolveu projetos individuais, somente coletivos (Tabela 19).

Tabela 19: Investimentos das Propostas de Negócios apresentadas pela APRA e APRD ao Microbacias II – Acesso ao Mercado

EDR	Município	Organização Rural	Microbacias II – Acesso ao Mercado	Valor Proposta (R$)	Valor apoiado pelo projeto (R$)	Valor Contrapartida (R$)	Produtores beneficiados (Nº)
Presidente Prudente	Rancharia	APRA	Caminhão com tanque Isotérmico 10.000 litros, um Barracão e projetos individuais incluídos na proposta.	553.783,50	376.631,00	177.152,50	39*
Dracena	Dracena	APRD	Agroindústria minilaticínio, Caminhão com tanque Isotérmico 10.000 litros e projetos individuais incluídos na proposta.	1.165.610,70	800.000,00	365.610,70	28*
			Câmara frigorífica Quantidade: 01 - Dimensões externas: 3,00 x 4,00 x 3,00m - Produto à armazenar: Leite - Carga p/dia: 1.000 Kg/dia - Temperatura de operação: 0ºC Temp. entrada do produto: 28ºC Tempo funcionam/dia : 22 h - Carga Térmica: 2.550Kcal/h - Isolamento: painéis de 100 mm (isopor) Porta: 1,00 m x 2,00 m x 0,10 m. *Esse projeto não envolveu projeto individual somente coletivo.	200.700,00	140.490,00	60.210,00	
			Total	1.920.094,20	1.317.121,00	602.973,20	67

Fonte: Pesquisa de campo (julho/2017).

Dos 39 produtores associados à APRA que participaram da Iniciativa de Negócio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, 21 (53,8%) permaneceram até sua fase final, ou seja, apenas na fase inicial é que houve a desistência de 18 (46,2%) produtores, como informado anteriormente.

Em relação à APRD também houve desistências. De início, contabilizavam-se 28 produtores interessados e na fase final restaram 21 (75,0%) deles. Ou seja, houve desistência de 25% dos produtores rurais na fase inicial de elaboração do Plano de negócios.

Vale lembrar que mesmo com a ocorrência das desistências, os valores auferidos pelas associações não foram alterados. Desse modo, os valores das iniciativas individuais dos produtores desistentes foram absorvidos pela associação (APRD) por meio das iniciativas de negócios coletivas. Com o redirecionamento dos recursos (dos PIPs e PECs), a associação teve que arcar com a contrapartida desse novo montante de valores que foi utilizado para a aquisição de equipamentos complementares.

No caso da APRA, os equipamentos adquiridos serviram para complementar a patrulha agrícola (Figura 11). Na APRD, por sua vez, o equipamento obtido foi uma máquina para pesagem, corte e empacotamento de diversos tipos de queijos (tipo nozinho, muçarela, dentre outros) – o que possibilita a agregação de valor ao produto (Figura 12).

Figura 11: Equipamentos (à esquerda subsolador, à direita ensiladeira) adquiridos com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado pela APRA em virtude da desistência das iniciativas individuais (PIPs e PECs) e convertido em aquisição das iniciativas coletivas



Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

Figura 12: Equipamento adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado pela APRD em virtude da desistência das iniciativas individuais (PIPs e PECs) e convertido em aquisição das iniciativas coletivas



Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

Na Tabela 20 sistematizamos o investimento da Iniciativa da Proposta de Negócio da APRD – Coletivo. Identificou-se a aquisição de uma (1) câmara frigorífica para estocagem e armazenamento de mercadorias produzidas no laticínio da APRD para o melhor controle de estoque do laticínio.

Tabela 20: Investimento da Iniciativa da proposta de negócio da APRD – Coletivo

Investimento da Iniciativa da Proposta - descrição	Qtd.	Unitário (R$)	Total (R$)	Valor Apoiado (R$)
Câmara frigorífica Quantidade: 01 - Dimensões externas: 3,00 x 4,00 x 3,00m - Produto a armazenar: Leite - Carga p/dia: 1.000 Kg/dia - Temperatura de operação: 0ºC Temp. entrada do produto: 28ºC Tempo funcionam/dia: 22 h - Carga Térmica: 2.550Kcal/h - Isolamento: painéis de 100 mm (isopor) Porta : 1,00 m x 2,00 m x 0,10 m	1	200.700,00	200.700,00	140.490,00
TOTAL			**200.700,00**	**140.490,00**

Fonte: EDR, Dracena (2017) - Pesquisa de Campo – Org. Eliane Silva dos Santos.

Os dados disponibilizados na Tabela 21 demonstram que 70% dos valores do investimento coletivo elegível da Proposta de Negócio da APRD são apoiados com recursos do

Banco Mundial e do Governo do Estado de São Paulo e correspondem especificamente a R$ 140.490,00, sendo a contrapartida da associação um montante de R$ 60.210,00 (30%).

A contrapartida do investimento coletivo e as despesas de funcionamento do minilaticínio foram pagas com receitas provenientes das vendas do leite processado para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), das mudas nativas e ornamentais e financiamento do valor residual (Presidente da APRD, entrevista realizada em julho de 2018).

A entrevista revelou a importância da renda proveniente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo utilizada pelos agricultores familiares para pagamento da contrapartida das iniciativas de negócios.

Tabela 21: Investimento coletivo elegível da Proposta de Negócio da APRD

Total (R$)	**% apoio**	**Valor apoiado (R$)**	**Contrapartida (R$)**
200.700,00	70	140.490,00	60.210,00

Fonte: EDR, Dracena (2017) - Pesquisa de Campo –Org. Eliane Silva dos Santos.

Os associados também puderam se beneficiar de forma individual. Os projetos individuais estão inseridos na mesma proposta coletiva.

Os associados puderam empreender ações coordenadas, por meio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, para atingir objetivos coletivos (PECs) e também de interesse individual (PIPs). O capital social expande a capacidade dos indivíduos para atingir objetivos coletivos que também contribuem para o interesse individual.

Conforme se observa na Tabela 22, a distribuição dos produtores participantes da APRA por estrato de área mostrou que a maioria deles, ou seja, 31 ou 79,49% dos 39 produtores, são de agricultores familiares que possuem áreas com até quatro (4) módulos fiscais, ou seja, 96 ha.

Na Tabela 22, em relação à cadeia produtiva, todos os produtores rurais contemplados com a referida política pública da APRA e APRD produzem leite.

Dos 28 produtores rurais associados à APRD, que estão inseridos no Microbacias II – Acesso ao Mercado, 27 ou 96,43% possuem áreas com até 80 ha, ou seja, quatro (4) módulos fiscais. Conforme se observa na Tabela 22, todos os produtores produzem leite.

De acordo com Silva (2015) e Silva (2019), na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente[88], sobretudo nos municípios de Presidente Bernardes e Mirante do Paranapanema, a

[88] A Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comporta 30 municípios, quais sejam: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente

produção de leite é relevante, pois é uma estratégia de reprodução social, já que permite a geração de renda mensal e a possibilidade de venda dos animais de descarte. Entretanto, na maioria das vezes, a atividade desenvolvida é de baixa produtividade, conta com animais mistos (com aptidão tanto para carne quanto para o leite) e o sistema produtivo é extensivo, ou seja, com utilização de técnicas tradicionais e baixa taxa de desfrute.

Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai, Teodoro Sampaio (SILVA, 2015, p. 94).

Tabela 22: Número de produtores, área (ha) das propriedades, produtos e cadeias produtivas do Microbacias II – Acesso ao Mercado das associações pesquisadas (fase inicial)

APRA				**APRD**			
Nº Produtores	Área Total (ha)	Produtos	Cadeia Produtiva	Nº Produtores	Área Total (ha)	Produtos	Cadeia Produtiva
11	1 a 10	Leite	Leite	9	1 a 10	Leite	Leite
4	11 a 20	Leite	Leite	8	11 a 20	Leite	Leite
3	21 a 30	Leite	Leite	2	21 a 30	Leite	Leite
1	31 a 40	Leite	Leite	3	31 a 40	Leite	Leite
6	41 a 50	Leite	Leite	1	41 a 50	Leite	Leite
2	51 a 60	Leite	Leite	2	51 a 60	Leite	Leite
2	61 a 70	Leite	Leite	2	61 a 70	Leite	Leite
1	71 a 80	Leite	Leite	-	71 a 80	Leite	Leite
1	81 a 90	Leite	Leite	-	81 a 90	Leite	Leite
3	91 a 100	Leite	Leite	-	91 a 100	Leite	Leite
1	101 a 110	Leite	Leite	-	101 a 110	Leite	Leite
-	111 a 120	Leite	Leite	-	111 a 120	Leite	Leite
-	121 a 130	Leite	Leite	-	121 a 130	Leite	Leite
4	Acima de 131	Leite	Leite	1	Acima de 131	Leite	Leite
39				**28**			

Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

Conforme a Lei nº 11.326/2006, que normatiza a agricultura familiar[89], destacamos o Art. 3º que estabelece vários requisitos para enquadrar o agricultor familiar e empreendedor familiar rural como aquele que pratica atividades no meio rural, considerando o inciso I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro (4) módulos fiscais, para efeito desse requisito, é possível perceber diante dos dados da Tabela 23 que os produtores rurais que integram o Microbacias II – Acesso ao Mercado, nas duas (2) associações compõe, em sua maioria, a categoria de agricultor familiar, conforme módulos fiscais dos municípios estudados.

Tabela 23: Módulo fiscal dos municípios de Rancharia e Dracena

Município	Módulo Fiscal – (ha)	Quatro (4) Módulos Fiscais (ha)
Rancharia	24	96
Dracena	20	80

Fonte: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/sicar/2014/05/Modulos-Fiscais-por-Municipio.pdf

Destaca-se que 15 ou 38,46% dos 39 produtores associados à APRA possuem propriedades com área inferior a um (1) módulo fiscal (24 ha), enquanto que 17 ou 60,71% dos produtores associados à APRD possuem propriedades com área inferior a um (1) módulo fiscal (20 ha). As propriedades rurais com pequenas extensões territoriais podem representar limitações produtivas para os produtores rurais e, por consequência, para a reprodução social destes. É importante ressaltar, no entanto, que com uma produção intensiva e preferencialmente, com o emprego de tecnologia (quando possível), as propriedades podem ter sua produção maximizada e seus lucros aumentados.

Verificou-se que 15 produtores da APRA e 17 da APRD, possuem minifúndios, pois, conforme o Estatuto da Terra, em seu artigo 4º, IV o minifúndio é um imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar, ou seja, ‘uma propriedade fundiária de dimensão mínima, em função de vários fatores: a situação regional, a destinação econômica e a produtividade. No caso de Rancharia (SP) o módulo fiscal é de 24 ha e Dracena (SP) o módulo fiscal é de 20 ha.

[89] Lei 11.326/2006, no art. 3º para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título área maior do que quatro (4) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

De acordo com as Tabelas 24 e 25, percebeu-se que os investimentos individuais tanto da APRA quanto da APRD, estavam intimamente correlacionados às atividades que os agricultores familiares já desempenhavam, no caso, a atividade leiteira.

Vale ressaltar, no entanto, que os dados apresentados nas Tabelas 24 e 25 se referem apenas aos produtores rurais que permaneceram no Microbacias II até a fase final e tiveram as propostas individuais (PIPs) aprovadas.

Tabela 24: Número de agricultores familiares integrantes da Proposta de Negócios da APRA com descrição dos investimentos, total de investimentos e as respectivas contrapartidas.

APRA							
Nº Produtores	Descrição dos Investimentos	Unidade	Qtde.	Valor Unitário (R$)	Total recursos (R$)	Valor apoiado (R$)	Contrapartida (R$)
1	Calcário Agrícola dolomítico.	Ton.	28,6	150,00	4.290,00		
	Sub-total				**4.290,00**	**3.003,00**	**1.287,00**
1	Picador, desintegrador com motor.	Unid.	1	4.000,00	4.000,00		
	Sub-total				**4.000,00**	**2.800,00**	**1.200,00**
1	Calcário Agrícola dolomítico.	Ton.	36	150,00	5.400,00		
	Sub-total				**5.400,00**	**3.780,00**	**1.620,00**
1	Ordenha mecânica com 2 (dois) conjuntos.	Unid.	1	6.000,00	6.000,00	4.200,00	1.800,00
	Roçadeira lateral a gasolina.	Unid.	1	2.000,00	2.000,00	1.400,00	600,00
	Bomba para transferência de leite.	Unid.	1	1.300,00	1.300,00	910,00	390,00
	Sub-total				**9.300,00**	**6.510,00**	**2.790,00**
1	Misturador de ração de 500 kg de polietileno, sem motor.	Unid.	1	2.380,00	2.380,00	1.666,00	714,00
	Triturador de grãos com ciclone, sem motor.	Unid.	1	3.140,00	3.140,00	2.198,00	942,00
	Calha de acoplamento do misturador.	Unid.	1	360,00	360,00	252,00	108,00
	Sub-total				**5.880,00**	**4.116,00**	**1.764,00**
1	Divisão de 3 (três) ha de pastagem com 26 piquetes com cerca elétrica, sendo: eletricicador de 120 Km, para raio, hastes de aterramento, porteira de mola, isolador castanha, tubo isofence, cabo subterrâneo, arame liso, catraca elétrica e lascas de eucalipto tratado 8/11 e 6/8.	ha	3	2.433,33	7.300,00		
	Sub-total				**7.300,00**	**5.110,00**	**2.190,00**
1	Reforma de um barracão 4x7 metros com 2 metros de altura, com substituição de 7 palanques de 3,20 metros de comprimento, substituição de 24 réguas de madeira de 15 centímetros x 0,025 centímetros x 4 metros, troca de todo o madeiramento do telhado sendo 35 metros quadrados (m²) de cobertura e concretagem de 28 metros quadrados (m²) com 5 centímetros de espessura.	Unid.	1	7.207,50	7.207,50		
	Divisão de 1 (um) ha de pastagem com 28 piquetes com cerca elétrica, sendo: eletricicador de 80 km, para raio, hastes de aterramento, porteira de mola, isolador castanha, tubo isofence, cabo subterrâneo, arame liso, catraca elétrica e lascas de eucalipto tratado 8/11 e 6/8.	Unid.	1	5.200,00	5.200,00		

	Bebedouro de metal para animais com capacidade de 1,5 m³.	Unid.	1	1.500,00	1.500,00		
	Lavadora de alta pressão.	Unid.	1	400,00	400,00		
	Sub-total				**14.307,50**	**10.000,00**	**4.307,50**
1	Calcário Agrícola dolomítico.	Ton.	19	150,00	2.850,00		
	Sub-total				**2.850,00**	**1995,00**	**855,00**
1	Tanque resfriador capacidade de 500 litros.	Unid.	1	9.100,00	9.100,00		
	Sub-total				**9.100,00**	**6.370,00**	**2.730,00**
1	Ordenha mecânica com 2 (dois) conjuntos.	Unid.	1	6.000,00	6.000,00		
	Roçadeira Lateral a gasolina.	Unid.	1	2.000,00	2.000,00		
	Sub-total				**8.000,00**	**5.600,00**	**2.400,00**
1	Tanque resfriador capacidade de 500 litros.	Unid.	1	9.100,00	9.100,00		
	Roçadeira Lateral a gasolina.	Unid.	1	2.000,00	2.000,00		
	Sub-total				**11.100,00**	**7.770,00**	**3.330,00**
1	Construção de um barracão com 6 metros de largura x 10 metros de comprimento e 3 metros de altura, sendo: estrutura metálica e coberto com telha de metal, o fechamento das laterais com parede de blocos rebocadas na parte interna e chapiscada na parte externa, com 1,5 metros de altura e mais 3 metros, 1 portão de 2 metros e 1 portão de 1,5 metros, todo o barracão será concretado com espessura de 5 centímetros, totalizando uma área de 60 metros quadrados (m²).	Unid.	1	17.150,50	17.150,50		
	Sub-total				**17.150,50**	**10.000,00**	**7.150,50**
1	Reforma e ampliação do silo (aumento da frente do silo em 3,5 metros no comprimento; construção de uma cinta de concreto na parte superior do silo sendo uma viga de 20x25 cm de concreto, que passará a ter 2 metros de altura e as paredes internas receberão um reboque de 2,5 centímetros em uma área de 52 metros quadrados (m²) e piso receberá concreto de 8 centímetros em uma área de 58 metros quadrados (m²). Concretagem de uma área de 18,56 metros quadrados (m²) com 10 centímetros de espessura. Concretagem de uma área de 8,64 metros quadrados (m²) com espessura de 10 centímetros.	Unid.	1	10.685,00	10.685,00		
	Sub-total				**10.685,00**	**7.479,50**	**3.205,50**
1	Construção de um barracão de estrutura metálica para armazenamento de ração de 8 metros de largura x 10 metros de comprimento x 3,5 metros de altura, cobertura com telha de metal, fechamento das laterais de alvenaria com 1,5 l metros de altura, rebocado na parte interna e chapiscado na parte externa, e o restante do fechamento com telhas de metal, e concretagem do piso com 5 centímetros de espessura com total de 80 metros quadrados (m²).	Unid.	1	12.015,50	12.015,50		
	Ordenha mecânica com 2 (dois) conjuntos.	Unid.	1	6.000,00	6.000,00		
	Sub-total				**18.015,50**	**12.610,85**	**5.404,65**

1	Ordenha mecânica com 2 (dois) conjuntos.	Unid.	1	6.000,00	6.000,00		
					6.000,00	**4.200,00**	**1.800,00**
	Tanque resfriador capacidade de 500 litros.	Unid.	1	9.100,00	9.100,00		
	Sub-total				**9.100,00**	**6.370,00**	**2.730,00**
1	Calcário Agrícola dolomítico.	Ton.	36	150,00	5.400,00		
	Sub-total				**5.400,00**	**3.780,00**	**1.620,00**
1	Carreta 04 rodas para transportar silagem.	Unid.	1	8.000,00	8.000,00		
	Uma esparramadeira de adubo.	Unid.	1	3.800,00	3.800,00		
	Concha traseira para manusear a silagem.	Unid.	1	1.800,00	1.800,00		
	Sub-total				**13.600,00**	**9.520,00**	**4.080,00**
1	Ordenha mecânica com 2 (dois) conjuntos.	Unid.	1	6.000,00	6.000,00		
	Sub-total				**6.000,00**	**4.200,00**	**1.800,00**
1	Construção de um barracão de estrutura metálica para armazenamento de ração de 8 metros de largura x 10 metros de comprimento x 3,5 metros de altura, cobertura com telha de metal, fechamento das laterais de alvenaria com 1,5 metros de altura, rebocado na parte interna e chapiscado na parte externa, e o restante do fechamento com telhas de metal, e concretagem do piso com 5 centímetros de espessura com total de 80 metros quadrados (m²).	Unid.	1	22.030,00	22.030,00		
	Sub-total				**22.030,00**	**10.000,00**	**12.030,00**
1	Carreta agrícola basculante de 4 tonelada de capacidade com ensiladeira acoplada, acionada pela tomada de força por cardan.	Unid.	1	14.850,00	14.850,00		
	Sub-total				**14.850,00**	**10.000,00**	**4.850,00**
1	Divisão de 1 (um) ha de pastagem com 28 piquetes com cerca elétrica, sendo: eletricicador de 80 Km, para raio, hastes de aterramento, porteira de mola, isolador castanha, tubo isofence, cabo subterrâneo, arame liso, catraca elétrica e lascas de eucalipto tratado 8/11 e 6/8.	Unid.	1	5.200,00	5.200,00		
	Ordenha mecânica com 2 (dois) conjuntos.	Unid.	1	6.000,00	6.000,00		
	Sub-total				**11.200,00**	**7.840,00**	**3.360,00**
21					215.558,50	143.069,60	72.488,90

Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018) – Plano de Empreendimento Comunitario(PEC) [90].

[90] Apoio máximo por beneficiário individual: 70% de apoio e limitado a R$ 10.000,00, somente para agricultores familiares (aqueles que: possuem e/ou exploram área agrícola que somam até 4 módulos fiscais do município; obtêm renda familiar proveniente da exploração agropecuária e não agropecuária da área explorada; utilizam predominantemente trabalho de suas próprias famílias para a sua produção agrícola e transformação e dirigem seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2015).

Na Tabela 25 verifica-se o número dos agricultores familiares integrantes da Proposta de Negócios da APRD, a descrição dos investimentos e do total de investimentos e as respectivas contrapartidas. Cumpre lembrar que a APRD teve na fase final 26 produtores associados participantes do Microbacias II – Acesso ao Mercado, mas, na iniciativa individual e coletivas, somente 21 foram beneficiados.

Tabela 25: Número dos agricultores familiares integrantes da Proposta de Negócios da APRD com descrição dos investimentos, total de investimentos e as respectivas contrapartidas

APRD					
Nº Produtores	Cadeia Produtiva	Descrição dos Investimentos	Total recursos em reais (R$)	Valor apoiado (R$)	Contrapartida (R$)
1		Ordenha mecânica com 2 (dois) conjuntos.	6.500,00		
		Ensiladeira.	5.500,00		
		Sub-total	**12.000,00**	**8.400,00**	**3.600,00**
1		Conj. de irrigação para 1,0 ha de pastagem.	2.500,00		
		Curral de espera.	7.000,00		
		Conj. de cerca elétrica.	4.500,00		
		Sub-total	**14.000,00**	**9.800,00**	**4.200,00**
1		Ensiladeira.	5.500,00		
		Sub-total	**5.500,00**	**3.850,00**	**1.650,00**
1		Triturador.	3.200,00		
		Ordenha mecânica com 2 (dois) conjuntos.	6.500,00		
		Sub-total	**9.700,00**	**6.790,00**	**2.910,00**
1		Reforma Barracão e sala de ordenha.	12.500,00		
		Ensiladeira.	5.500,00		
		Sub-total	**18.000,00**	**10.000,00**	**8.000,00**
1		Triturador.	2.800,00		
		Ordenha mecânica com 2 (dois) conjuntos.	6.500,00		
		Sub-total	**9.300,00**	**6.510,00**	**2.790,00**
1		Reforma da sala de ordenha.	15.000,00		
		Sub-total	**15.000,00**	**10.000,00**	**5.000,00**
1		Conj. de irrigação para 1,0 ha de pastagem.	2.500,00		
		Conj. de cerca elétrica.	4.000,00		
		Sub-total	**6.500,00**	**4.550,00**	**1.950,00**

1		Triturador.	3.200,00		
		Ordenha mecânica com 2 (dois) conjuntos.	6.500,00		
		Conj. de irrigação para 1,0 ha de pastagem.	2.000,00		
		Conj. de cerca elétrica para pastagem.	3.200,00		
		Sub-total	**14.900,00**	**10.000,00**	**4.900,00**
1		Piqueteamento de 1,0 ha.	4.000,00		
		Conj. de irrigação para 1,0 ha de pastagem.	6.000,00		
		Sub-total	**10.000,00**	**7.000,00**	**3.000,00**
1		Conj. de irrigação para 1,0 ha de pastagem.	2.500,00		
		Conj. de cerca elétrica.	4.000,00		
		Ordenha mecânica com 2 (dois) conjuntos.	6.500,00		
		Sub-total	**13.000,00**	**9.100,00**	**3.900,00**
1		Ordenha mecânica com 2 (dois) conjuntos.	6.500,00		
		Ensiladeira.	5.500,00		
		Sub-total	**12.000,00**	**8.400,00**	**3.600,00**
1		Conj. de irrigação para 1,0 ha de pastagem.	2.500,00		
		Conj. de cerca elétrica para 1,0 ha de pastagem.	4.000,00		
		Roçadeira Costal.	2.200,00		
		Sub-total	**8.700,00**	**6.090,00**	**2.610,00**
1		Ordenha mecânica com 2 (dois) conjuntos.	6.500,00		
		Sub-total	**6.500,00**	**4.550,00**	**1.950,00**
1		Curral de espera e sala de ordenha.	15.000,00		
		Ordenha mecânica com 2 (dois) conjuntos.	6.500,00		
		Sub-total	**21.500,00**	**10.000,00**	**11.500,00**
1		Ensiladeira.	5.500,00		
		Conj. de cerca elétrica para 1,0 ha de pastagem.	4.000,00		
		Sub-total	**9.500,00**	**6.650,00**	**2.850,00**
1		Roçadeira.	4.500,00		
		Ensiladeira.	11.500,00		
		Sub-total	**16.000,00**	**10.000,00**	**6.000,00**
1		Picador.	3.000,00		
		Cocho.	7.000,00		
		Sub-total	**10.000,00**	**7.000,00**	**3.000,00**
1		Picador.	3.000,00		
		Conj. de irrigação para 1,0 ha de pastagem.	2.500,00		
		Sub-total	**5.500,00**	**3.850,00**	**1.650,00**
1		Ordenha mecânica com 2 (dois) conjuntos.	6.500,00		
		Triturador.	3.200,00		
		Sala de ordenha.	8.500,00		

		Sub-total	**18.200,00**	**10.000,00**	**8.200,00**
1		Ensiladeira.	5.500,00		
		Ordenha mecânica com 2 (dois) conjuntos.	6.500,00		
		Sub-total	**12.000,00**	**8.400,00**	**3.600,00**
21			247.800,00	160.940,00	86.860,00

Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018) – Plano Empreendimento Comunitário (PEC).

O técnico do EDR/CATI de Dracena apontou que houve dificuldade na elaboração dos PIPs, ou seja, os planos individuais da propriedade tinham que estar relacionados à atividade coletiva, como por exemplo, não podia ocorrer a solicitação de um tanque resfriador de leite, sendo que o projeto coletivo era para atender a cadeia produtiva do urucum. Tinha que ser adquirido algum equipamento ou máquina pelo produtor rural que atendesse ou estivesse vinculado ao produto da cadeia produtiva relacionada ao projeto coletivo.

É importante destacar que as informações e análises sobre a participação da COOPADRA no Microbacias II – Acesso ao Mercado será discutida no capítulo 6, pois procuramos comparar, a princípio, as duas associações e, posteriormente, elencar os dados da cooperativa para uma melhor compreensão da participação das referidas organizações coletivas.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES

De acordo com os presidentes das associações de produtores rurais dos municípios de Rancharia e Dracena (APRA e APRD), estas foram fundadas nos anos de 1990 e 1991, respectivamente.

O principal fator responsável pela criação das associações foi a necessidade de organização dos agricultores familiares para a superação das dificuldades mais comuns, tais como o acesso as políticas públicas, com a orientação de órgãos e/ou instituições, quais sejam: CATI, Casa da Agricultura e apoio da Prefeitura Municipal.

Cabe salientar que o capital social pode ser um elemento estratégico a ser considerado pelos gestores públicos para avaliar a viabilidade de implementação de projetos e políticas públicas. O capital social surge a partir da aproximação dos membros de uma comunidade em razão de propósitos comuns, tais como a participação em uma política pública. Para Milani (2003), a associação como forma de organização social está relacionada ao capital social, pois este conceito pressupõe recursos que são compartilhados no nível de um grupo e sociedade, além dos níveis do indivíduo e da família. Em outros termos, o capital social existe e cresce a partir de relações de confiança e cooperação e não de relações fundamentadas no antagonismo.

Na atual gestão, o presidente da APRA é o Sr. Leonildo Moreira[91], que é agricultor rural. A associação foi criada em 17 de junho de 1990 e está localizada no município de Rancharia

[91] O presidente da APRA já foi também presidente de uma Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias do Estado de São Paulo – FAMHESP, que foi constituída em 2005, por influência da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo que, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, buscou dinamizar o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas com a participação dos produtores rurais em associações criadas ou incentivadas nas microbacias hidrográficas dos municípios selecionados pelo programa (OLIVEIRA, 2010).

(SP), no distrito de Agissê, contando atualmente (2018) com 150 associados que, em sua maioria, são produtores de leite e produzem em média 30.000 litros por mês.

Na APRA, a contribuição econômica (subsídio) por parte da prefeitura municipal é de R$ 25.000,00 por ano para a compra de óleo diesel como combustível para os produtores fazerem a manutenção da patrulha agrícola. Enquanto que na APRD, o montante repassado pela prefeitura é de R$ 210.000,00 por ano para a manutenção geral da associação.

A contrapartida da APRA é a disponibilidade da patrulha agrícola para o uso dos agricultores familiares associados, enquanto que a contrapartida da APRD é a disponibilização de mudas destinadas à arborização urbana e rural, sendo que cada munícipe tem direito a duas mudas.

Na APRA, a mensalidade é de R$10,00 por associado, enquanto que na APRD, o valor cobrado de cada membro/mês é de R$15,00.

A presidenta da APRD na atual gestão é a Srª. Gislaine Oliveira dos Santos Gomes, que é agricultora. A associação foi criada em 22 de maio de 1991 e está localizada no município de Dracena (SP).

Os associados da APRD em conjunto com seus representantes viram a necessidade de criação da Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Dracena – COOPADRA, que é uma organização criada em 2009, que tem por objetivo a defesa dos interesses sociais e econômicos dos seus cooperados. Diante disso, e devido a grande movimentação financeira decorrente dos mercados institucionais (PAA, PNAE e PPAIS) a cooperativa pode oficialmente estabelecer relações comerciais.

O Microbacias II – Acesso ao Mercado contribuiu para o fortalecimento da cadeia produtiva de olericultura e fruticultura dos cooperados da COOPADRA.

No decorrer da pesquisa de campo identificou-se a diversidade na produção dos gêneros alimentícios, a criação de um canal de comercialização da produção dos agricultores familiares por meio dos mercados institucionais de compras governamentais e o aumento da renda das famílias participantes da referida política pública, dentre outras mudanças.

Do total de produtores de leite associados à APRD (90), 47 (52,22%) estão localizados nos municípios de Dracena, Tupi Paulista, Ouro Verde, Junqueirópolis e Mirandópolis e estão envolvidos no processo de pasteurização (por meio do minilaticínio adquirido pela implantação do Microbacias II para atender os mercados institucionais formados pelo Programa Paulista da

Agricultura de Interesse Social (PPAIS)[92] e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)[93], e os demais produtores (43 ou 47,78%) enviam os produtos *in natura* para o Laticínio Líder via associação.

Os 120 produtores de leite associados da APRA residem nos municípios de Rancharia (Distritos de Agissê e Gardênia), Paraguaçu Paulista e João Ramalho e enviam os produtos *in natura* para o Laticínio Ipanema via associação. Em outros termos, a associação possui uma integração com uma agroindústria.

A presidenta da APRD e da COOPADRA tem um amplo conhecimento sobre o associativismo e utiliza sua representatividade entre os produtores rurais para estabelecer canais de comunicação e negociação com o poder político local e/ou estadual, tais como a Casa da Agricultura, INCRA (Federal), a CATI, mercados consumidores e institucionais (PNAE e PPAIS[94]), mediando interesses coletivos, por meio da participação como membro de conselhos, a saber: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

A presidenta da APRD e da COOPADRA se inseriu no Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e se tornou presidenta do referido órgão por meio de votação, já que a cooperativa/associação fornece gêneros alimentícios produzidos pelos agricultores familiares às escolas por meio do PNAE.

Identificou-se a característica de liderança na atuação da referida presidenta. Nessa perspectiva, Colnago (2018) infere que:

> [...] a presença de uma liderança forte entre os produtores rurais traz um olhar de outros setores do município para os produtores, e os fazem enxergar como sujeitos importantes no cenário das políticas públicas [...] (COLNAGO, 2018, p. 179).

De acordo com Burns (1978), na perspectiva de uma liderança calcada em metas e objetivos comuns é possível destacar um modelo de liderança transformacional, ou seja, que representa uma relação fundamentada na confiança.

A confiança, segundo Schwinn e Cardoso (2018, p. 4), é parte do capital social, na promoção da cooperação, já que:

---

[92] A Lei nº 14.591/2011 determina a criação do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), voltado aos agricultores familiares, assim considerados os que atendem aos requisitos da Lei federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, bem como às respectivas associações e cooperativas.

[93] A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para a alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2009). Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3341>. Acesso em: 12 dez. 2018.

[94] A presidenta da APRD salienta que, ainda participa do PPAIS, mas o valor dos produtos está abaixo do mercado, desestimulando a participação nas Chamadas Públicas para aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar.

> [...] quanto maior for o vínculo de confiança dentro de uma comunidade, maior será a cooperação entre seus membros e esse comportamento acaba gerando ainda mais confiança. E o fortalecimento da cooperação dentro de uma comunidade é fundamental para o atendimento dos interesses coletivos e o maior comprometimento com a busca do bem comum.

A ausência de confiança em uma associação acaba enfraquecendo os elos relacionais e como reflexo há um enfraquecimento da própria organização coletiva.

Para além da questão de confiança, a parceria é um elemento relevante em relação aos líderes de associações. Assis *et al*. (2015) afirmam que estes gestores (líderes) são responsáveis por fazer contatos com os demais membros da associação, mas também com gestores de outras organizações, parceiros de negócios, fornecedores, dentre outros.

A associação (APRD) elevou o município de Dracena (SP) a ser referência na região em termos de organização social e acesso às políticas públicas. A organização dos produtores rurais fomentou a criação da APRD que se tornou foco de análise de pesquisas acadêmicas[95].

A APRD consegue inserir os produtores associados ao PNAE, PPAIS e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)[96]. Os associados utilizam das políticas públicas federais de crédito de investimento, como por exemplo, o PRONAF, para inserir infraestrutura nos estabelecimentos produtivos, de acordo com as informações concedidas pela presidenta da associação em entrevista.

De acordo com a entrevistada, as prefeituras municipais dos municípios pesquisados apoiam as Associações por meio da concessão de terrenos para a implantação das sedes das associações e dos subsídios (contribuições econômicas para a manutenção das associações). O SEBRAE realiza a capacitação do produtor rural; enquanto que o Sindicato Rural assessora os produtores rurais na elaboração de documentos (contratos de arrendamentos, cálculo de imposto de renda rural, dentre outros). A CATI promove a assistência e a capacitação técnica aos produtores rurais. A Casa da Agricultura presta serviços de assistência técnica e extensão rural e o INCRA fica responsável pela normatização dos imóveis rurais. A Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Dracena, disponibiliza alunos do Curso de Zootecnia por meio de estágio para atuar no laboratório do minilaticínio. Essa parceria, ao mesmo tempo

[95] Colnago (2015), por exemplo.

[96] Até o mandato do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, na gestão (2003/2010) e de sua sucessora, Dilma Rousseff (gestão 2011- 2016), havia no campo das políticas públicas, sobretudo do MDA, a preocupação em abordar o desenvolvimento territorial. Com a extinção deste ministério (MDA) em 2016, quando o então vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência da república com o *impeachment*, de Dilma Rousseff, houve a criação da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e essa perspectiva do desenvolvimento territorial desapareceu não apenas do discurso oficial, como também das ações dessa nova secretaria, enquanto muitas políticas públicas tiveram seus recursos efetivamente reduzidos, como foi o caso do PAA (COLNAGO, 2018, p. 79).

em que possibilita capacitação dos graduandos para o mercado de trabalho permite a disseminação de informações na associação em estudo.

De acordo com Costa (2011), a criação de parcerias entre as associações e instituições, como por exemplo, o SEBRAE, a CATI e o INCRA, dentre outros, é de extrema importância.

Por meio da associação, os 39 produtores pleitearam recursos financeiros via Microbacias II - Acesso ao Mercado, no projeto inicial para a construção de um barracão e a aquisição de equipamentos para a industrialização do leite por meio de um minilaticínio. Com este projeto aprovado, a associação atende aos mercados institucionais de compras governamentais de unidades prisionais[97] dos municípios de Dracena, Junqueirópolis, Tupi Paulista e Irapuru por meio do PPAIS da região de Dracena; chamadas públicas da alimentação escolar dos municípios de Dracena, Junqueirópolis, Monte Castelo, Paulicéia, dentre outros, via PNAE, com a produção de leite tipo C pasteurizado.

Um segundo projeto aprovado resultou na construção de um *packing house* com infraestrutura para classificação, embalagem e armazenamento dos produtos, dotado de uma câmara de refrigeração para garantir a qualidade e a durabilidade das frutas e hortaliças produzidas pelos associados.

A presidenta da associação destaca a importância dos editais abertos pelas prefeituras municipais, tanto pelo PNAE e PAA, e aqueles abertos pelos órgãos públicos estaduais, por meio do PPAIS. Essas políticas públicas foram temas de várias pesquisas acadêmicas[98].

A Associação entrega leite pasteurizado para as penitenciárias por meio do PPAIS que foi criado por meio da implantação da Lei nº 14.591/2011 e tem como objetivo fomentar a organização e a modernização da produção, melhorar o escoamento dos produtos da agricultura familiar e favorecer a aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar nas compras realizadas pelos órgãos públicos estaduais.

É importante salientar que a Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (CODEAGRO) dispõe em seu *site* de informações de como preparar editais das chamadas

[97] No EDR de Dracena estão localizados: uma (1) penitenciária no município de Dracena; uma (1) penitenciária no município de Flórida Paulista; uma (1) penitenciária no município de Irapuru; uma (1) penitenciária no município de Junqueirópolis; um (1) Centro de Progressão Penitenciária (CPP), um (1) Centro de Detenção Provisória (CDP) I e II e uma (1) penitenciária no município de Pacaembu. No EDR de Presidente Prudente estão localizados: uma (1) penitenciária no município de Martinópolis; um Centro de Readaptação Penitenciária - CPP (masculino e feminino) e uma (1) penitenciária + Ala de Progressão Penitenciária (APP) no município de Presidente Bernardes; um (1) Centro de Ressocialização + Anexo de Regime Semiaberto e uma (1) Penitenciária + Anexo de Regime Semiaberto (ARSA) no município de Presidente Prudente (SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SAP, 2019).

[98] Hespanhol (2008), Marioto (2013), Colnago (2015), Veloso (2017), Silva, (2019), dentre outros.

públicas das prefeituras municipais para compra dos produtos via agricultura familiar, segundo a entrevistada.

A implantação do *packing house* permitiu que os produtores pudessem armazenar, classificar, processar e embalar frutas e legumes. Na fase inicial, o projeto beneficiou 28 famílias de agricultores familiares participantes do Microbacias II - Acesso ao Mercado.

Além da construção do barracão, o projeto proporcionou aos produtores a aquisição de equipamentos para agregar valor à produção e gerar renda.

A APRA dispõe de sede própria com infraestrutura (sede, barracões para o armazenamento do tanque resfriador coletivo e dos insumos agrícolas e patrulha agrícola) para atender aos associados e está localizada na Avenida Floresta, distrito de Agissê - município de Rancharia (SP) (Figura 13). Com a implantação do Microbacias II - Acesso ao Mercado, a associação ampliou a sua infraestrutura física por meio da construção de um barracão utilizado para alojar os implementos da patrulha agrícola e guardar o caminhão com tanque de resfriamento, com capacidade de armazenamento de 10.000 litros de leite.

Com relação ao Microbacias II - Acesso ao Mercado, o presidente da APRA salientou que o plano de negócio contribuiu para organizar, no primeiro momento, a iniciativa de negócio de um minilaticínio. O plano de negócio elencou o planejamento detalhado da estrutura necessária para a implantação do minilaticínio, bem como realizou o levantamento de custos de implantação e de processamento.

Figura 13: Foto da sede da APRA



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

O presidente mencionou a dificuldade para a elaboração do plano de negócio, pois era necessária a contratação de um profissional especializado em gestão de negócios e marketing, que atendesse às exigências da CATI. Foi necessário pormenorizar os dados econômico-financeiros no plano de negócio, além dos investimentos e custos operacionais (custos fixos[99] e variáveis[100]). Também foi preciso estimar a produção de leite/mensal, elaborar estimativas de receitas e de custos, determinar preço e margem de lucro e realizar a análise de Swot[101] para levantamento das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do negócio. Com esse documento em mãos, eles verificaram que o projeto seria inviável porque não havia matéria-prima suficiente ofertada pelos produtores rurais para atender a demanda e também porque os mesmos não atendiam aos mercados institucionais de compras governamentais.

Para realizar o escoamento da produção de leite[102], a APRA elaborou a segunda Proposta de Negócios na modalidade coletiva e foi contemplada com um caminhão com tanque de refrigeração para transporte e acondicionamento de leite produzido nas propriedades mais distantes ao laticínio, com capacidade de 10.000 litros. Sendo assim, foi necessária a construção de um barracão para a alocação do referido caminhão e a patrulha agrícola que se encontrava sem um local adequado para o armazenamento – o que foi possível também por meio do Microbacias II – Acesso ao Mercado (Tabela 26).

[99] Custos fixos "[...] não se alteram com qualquer que seja o volume de produção. Entretanto, os custos fixos unitários se alteram em relação ao volume produzido (ex.: seguros, material expediente, telefone etc.)" (FERREIRA, 2007, p. 23).

[100] Custos variáveis "[...] se alteram com o volume de produção (os custos variáveis unitários são constantes, por exemplo, a matéria-prima utilizada na fabricação de um produto, quanto mais se produz mais matéria-prima se consome, porém cada produto em individual consumirá sempre a mesma quantidade de matéria-prima)" (FERREIRA, 2007, p. 24-25sic).

[101] É uma ferramenta de planejamento estratégico que visa diagnosticar as forças e fraquezas internas, bem como as oportunidades e ameaças externas das organizações. A análise deve ser realizada pelo administrador para a identificação das forças e fragilidades, bem como as oportunidades e ameaças do ambiente externo para a elaboração de estratégias com vistas a assegurar o sucesso organizacional (CHIAVENATO, 2004).

[102] A coleta do leite é realizada tanto na sede da APRA, que dispõe de um tanque de resfriamento de leite coletivo, quanto nas propriedades rurais mais distantes da sede que também possuem tanques de resfriamento de leite coletivo e individual para entregar ao laticínio Ipanema, na cidade de Rancharia (SP).

Tabela 26: Investimentos da Iniciativa da Proposta de Negócio da APRA - Coletivo

Investimentos da proposta - descrição	Qtd.	R$/Unitário	Total - R$	Valor Apoiado – R$
- Construção de um galpão. - Caminhão com tanque de refrigeração para transporte e acondicionamento de leite produzido nas propriedades mais distantes ao laticínio com capacidade de 10.000 litros.	1	553.783,50	376.631,00	177.152,50
TOTAL		**553.783,50**	**376.631,00**	**177.152,50**

Fonte: EDR, Presidente Prudente (2017) - Pesquisa de Campo – Org. Eliane Silva dos Santos.

A construção do barracão (Figura 14) e o caminhão (Figura 15) foram obtidos via o Microbacias II - Acesso ao Mercado.

Figura 14: Barracão da APRA construído com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado



Fonte: Pesquisa de Campo (julho/2018).

Figura 15: Caminhão da APRA adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

A APRA realiza a compra conjunta de insumos (ração mineral, ração para alimentação de suínos e bovinos, dentre outros) com preços mais vantajosos e dispõe de máquinas e equipamentos para uso coletivo mediante uma taxa de utilização[103].

Percebe-se no processo de implementação do Projeto que este exigiu, por meio das etapas, um planejamento com o objetivo de desempenhar um diagnóstico racional e com um bom nível de segurança, elencando aspectos econômico-financeiros das associações e dos projetos implementados por elas.

A APRD, por sua vez, era sediada no Recinto de Exposições da Feira Agropecuária e Industrial de Dracena (FAPIDRA), local cedido pela prefeitura municipal. Por meio da implantação do Microbacias II – Acesso ao Mercado, passou a localizar-se na Avenida Alcides Chacon Couto, s/nº via concessão[104] da área por parte da prefeitura municipal para atender um dos requisitos da referida política pública (Figura 16).

[103] Também conhecida como taxa de serviço, tem como pressuposto, seja no serviço efetivo (exige a materialização do agir estatal – emissão de documento público) ou potencial (o serviço é disponível para o contribuinte de modo obrigatório), um benefício ao contribuinte do tributo (MURTA; PORTO, 2019).

[104] Concessão de uso pode ser definida como uma modalidade de contrato administrativo, submetido ao regime jurídico de direito público, firmado por órgão ou entidade da Administração Pública, cujo objetivo é o uso privado de bem público (LUFT, 2017).

Figura 16: Foto da sede da APRD



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

Por meio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a associação (APRD) de produtores elaborou um plano de negócios que possibilitou traçar um retrato sobre o ramo de atividade, produtos, serviços e equipamentos necessários, bem como elaboração de pesquisas de mercado, com o objetivo de conhecer os clientes, concorrentes e os pontos fracos e fortes do negócio (Análise Swot).

A presidenta da associação salientou que o plano de negócios contribuiu para organizar a estrutura de implantação de um minilaticínio e de um *packing house*[105], por meio de um levantamento de custos de implantação e processamento, bem como de investimento fixo, discriminação dos custos operacionais (custos fixos e variáveis, da mão-de-obra especificamente, dos custos de produção); a produção estimada de leite/mensal (para o minilaticínio) e de hortifrutis/mensal (para o *packing house)*; as estimativas de receita e de custo; a avaliação econômico-financeira dos investimentos; e a análise de sensibilidade. Também foram analisadas a composição das receitas, a capacidade de produção utilizada e a taxa de desconto usada no cálculo do Valor Presente Líquido (VPL)[106].

[105] O minilaticínio foi implantado com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado via associação (APRD), enquanto que o *packing house* recebeu recursos por meio da COOPADRA.

[106] O VPL é uma ferramenta que tem como objetivo calcular o valor presente de uma sucessão de pagamentos futuros, deduzindo uma taxa de custo de capital. Esse cálculo é importante pelo fato de que o dinheiro que será recebido não terá o mesmo valor que o dinheiro possui no tempo presente (BONA, 2019).

O processo de elaboração do plano de negócio possibilitou a análise da concentração da produção de leite e de hortifrutis na região de Dracena e verificou-se que esta região apresentava viabilidade para a instalação de um minilaticínio e de um *packing house*.

A infraestrutura física da associação e da cooperativa está articulada para atender os produtores de leite e os de hortifrútis que fazem parte dessas organizações coletivas.

O prédio do minilaticínio está equipado para a pasteurização do leite. A estrutura do minilaticínio apresenta amplas e ventiladas salas, com portas e janelas teladas para evitar moscas, roedores, pássaros, dentre outros. Além disso, o piso é resistente e impermeável e apresenta caimento para drenagem em canaletas e a presença de ralos sifonados. As paredes do minilaticínio são revestidas com materiais não absorventes e laváveis, possibilitando a higienização e esterilização. O minilaticínio dispõe de iluminações natural e artificial e instalações elétricas embutidas. Além disso, dispõe de um conjunto de equipamentos adquiridos com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, na modalidade de Projetos Coletivos (PECs), que se encontram descritos na Tabela 27. Nessa Tabela ainda se verifica o valor apoiado (R$).

Tabela 27: Investimentos da Iniciativa da Proposta de Negócios da APRD – Coletivo

Investimentos da proposta - descrição	Qtd.	R$/Unitário	Total - R$	Valor Apoiado – R$
Tanque Externo	1	2.525,00	2.525,00	1.767,50
Bomba sanitária	2	1.752,00	3.504,00	2.452,80
Tanque de equilíbrio	1	1.924,00	1.924,00	1.346,80
Pasteurizador	1	22.315,00	22.315,00	15.620,50
Tanque pulmão	1	1.924,00	1.924,00	1.346,80
Conjunto de frio	1	17.710,00	17.710,00	12.397,00
Embaladeira	2	19.800,00	39.600,00	27.720,00
Compressor de ar	2	3.100,00	6.200,00	4.340,00
Tanque de queijo	1	5.889,00	5.889,00	4.122,30
Conjunto de Liras	1	283,00	283,00	198,10
Garfo	1	196,00	196,00	137,20
Prensa Mecânica:	1	472,50	472,50	330,75
Pá agitadora: tipo Macalé ou Raspa;	1	197,00	197,00	137,90
Conjunto de Placas de pré – prensagem	1	650,00	650,00	455,00
Tanque de salga	1	1.978,50	1.978,50	1.384,95
Mesa de Dessora	1	2.191,00	2.191,00	1.533,70
Tanque de processamento (Iogurteira)	1	9.384,00	9.384,00	6.568,80

Bomba positiva helicoidal	1	4.110,00	4.110,00	2.877,00
Laboratório para analises de controle de qualidade pela legislação vem vigor	1	24.760,00	24.760,00	17.332,00
Construção de um Galpão para instalação do minilaticínio	1	180.760,17	180.760,17	126.532,12
Caldeira	1	5.000,00	5.000,00	3.500,00
Caminhão com tanque de refrigeração para transporte e acondicionamento de leite produzido nas propriedades mais distantes ao laticínio com capacidade de 5.000 litros.	1	173.000,00	173.000,00	121.100,00
Caminhão frigorífico para o transporte do leite e seus derivados até os locais de distribuição com capacidade de 5 Toneladas.	1	173.000,00	173.000,00	121.100,00
Balança rodoviária com capacidade de 40 toneladas. Para conferir cargas de ração e insumos adquiridos para os produtores.	1	23.700,00	23.700,00	16.590,00
Poço semi-artesiano com profundidade de 120 metros com vazão de 12.000 litros/hora.	1	20.000,00	20.000,00	14.000,00
Assessoria para instalação e funcionamento do laticínio	1	15.000,00	15.000,00	10.500,00
TOTAL			**736.273,17**	**515.391,21**

Fonte: EDR, Dracena (2017) - Pesquisa de Campo - Org. Eliane Silva dos Santos.

O leite *in natura* entregue pelos agricultores familiares associados à APRA é vendido para a agroindústria Ipanema, localizada no município de Rancharia (SP). Enquanto que a produção de leite processado e pasteurizado no minilaticínio da APRD atende à demanda dos mercados institucionais, ou seja, PNAE e PPAIS, o excedente *in natura* é entregue para o Laticínio Líder, localizado no município de Presidente Prudente (SP). A presidenta da

associação salientou que os mercados institucionais como o PNAE e o PPAIS, têm maior exigência em termos de qualidade e regularidade pré-estabelecidas nas entregas, dificultando a participação de agricultores familiares em decorrência da sazonalidade da produção. A responsabilidade da entrega pré-estabelecida é da associação.

Para o processamento e pasteurização do leite, a APRD tem um minilaticínio em funcionamento (Figura 17) que exigiu uma série de adequações na estrutura física do prédio e trâmites de documentação e de boas práticas sanitárias.

A Figura 18 mostra o caminhão adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado pela APRD, utilizado para a coleta de leite *in natura* dos tanques coletivos localizados nos municípios de Tupi Paulista, Junqueirópolis, Mirassol e nos distritos de Dracena (Jamaica e Jaciporã), dentre outros.

Figura 17: Foto do minilaticínio da APRD



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

Figura 18: Caminhão para a coleta de leite in natura da APRD



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

A Figura 19 demonstra o caminhão adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado pela APRD para o transporte do leite pasteurizado [107]para a entrega aos mercados institucionais, quais sejam: PPAIS e PNAE.

De acordo com Maciel (2008), que estudou os mercados institucionais de alimentos e suas potencialidades e limites para a agricultura familiar, uma alternativa de inclusão mercantil da agricultura familiar é a compra de produtos alimentícios por parte do Estado nas diferentes escalas, sejam elas: federal, estadual e municipal. O autor salienta que:

> [...] Inserido na governança do poder público, o Mercado Institucional de Alimentos pode se configurar como objeto de políticas públicas e estimulam a comercialização e geração de renda pelos agricultores familiares mais pobres. A possibilidade do Mercado Institucional se caracterizar como uma estratégia de promoção da agricultura familiar dependerá tanto do montante de recursos alocados pelo Governo na compra de alimentos quanto do tamanho da produção da Agricultura Familiar que não é utilizada para o auto-consumo das famílias (MACIEL, 2008, p. 5).

[107] O caminhão que aparece na figura 19 embora tenha o layout APRD é utilizado e equipado na entrega do leite pasteurizado para os mercados institucionais.

Figura 19: Caminhão para a entrega de leite pasteurizado da APRD



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

Também observamos o cuidado com os equipamentos e utensílios utilizados no processo de pasteurização, além da preocupação com a qualidade das matérias-primas. Com relação aos tanques comunitários, observou-se que durante a coleta é realizada a análise por meio de teste utilizando o produto químico alizarol[108], pois esse processo permite de forma rápida avaliar a acidez do leite, fornecendo assim a segurança de que a matéria-prima (leite) poderá ser pasteurizada (aquecida), já que o leite com acidez acima dos padrões de qualidade, quando aquecido, tende a talhar (Figura 20).

[108] A solução de alizarol é a mistura de álcool e alizarina onde se verifica se há a estabilidade térmica do leite e possíveis alterações (CASTANHEIRA, 2010).

Figura 20: Colaborador da APRD realizando a análise durante a coleta do leite nos tanques comunitários de Dracena (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

Na sala de recepção da matéria-prima são realizadas análises rápidas sobre os valores higiênicos e comercial do material recebido, com a utilização de aparelhos para a verificação da acidez, densidade e sujidade. A sala de recepção dispõe de medidores, balanças e filtros para leite.

A presidenta da Associação de Dracena relata em sua entrevista que:

> [...] para adequar as plantas agroindustriais aprovadas pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado eram necessárias várias licenças prévias, licença de instalação e licença de operação e a presença de lagoa de tratamento de efluentes gerados durante o processo, dificultando a operacionalização e adequação das agroindústrias (G. O. S. G., entrevista realizada em julho de 2017).

Para adequar a fabricação de queijos e bebidas lácteas, o minilaticínio terá que implantar um processo de tratamento de efluentes, passando a descartar e tratar de forma correta os resíduos desse processo.

Há ainda um poço semi-artesiano com disponibilidade de água para o manejo das instalações. A construção do edifício é em alvenaria e não apresenta em seu entorno fontes de contaminação, como brejos, currais, dentre outros.

Na APRA, são 39 associados no projeto original do Microbacias II – Acesso ao Mercado, enquanto que na APRD, são 28 associados.

A APRA tem associados dos municípios de Rancharia, Paraguaçu Paulista e João Ramalho, enquanto que a APRD tem associados dos municípios de Dracena, Tupi Paulista, Ouro Verde, Junqueirópolis e Mirandópolis.

A APRA não faz exigências para o produtor ser associado, já a APRD tem a exigência do produtor ter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)[109].

Tanto a APRA, como a APRD possuem regulamento e regimento para o funcionamento das referidas organizações coletivas, contribuindo para o atendimento dos requisitos para o acesso ao Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Na Figura 21 verifica-se a estrutura organizacional da APRA. Dentre os aspectos que observamos no trabalho de campo sobre a organização coletiva, a APRA conta com uma estrutura organizacional composta por uma Assembleia Geral, que é o órgão máximo de deliberação e decisão, com caráter permanente, que reúne todos os associados. A Assembleia Geral pode destituir os administradores e alterar o estatuto da associação, assim, sua presença é obrigatória em toda e qualquer associação sem fins lucrativos.

O Conselho Fiscal, por sua vez, é um órgão que tem como função fiscalizar os atos administrativos e verificar o cumprimento dos deveres legais e estatutários, trazendo mais transparência às atividades e movimentações financeiras da associação.

A Diretoria executiva é o órgão responsável pela gestão da associação e execução das decisões dos órgãos deliberativos. É um órgão composto por presidente, vice presidente, secretário, tesoureiro e gerente. O Presidente e o secretário são responsáveis pela organização dos serviços prestados pela associação.

Os serviços prestados são as compras coletivas de insumos (calcário, sal mineral, ração para suplementação de bovinos e suínos, dentre outros), a coleta e transporte de leite dos associados e o aluguel da patrulha agrícola (tratores e implementos). O óleo diesel utilizado nos tratores é armazenado num tanque da associação e é disponibilizado pela prefeitura municipal por meio de subsídio.

A associação também utiliza uma assessoria que presta serviços de consultoria contábil, fiscal e de recursos humanos, atuando nas áreas trabalhista e societária. Percebe-se,

[109] A Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) é a comprovação de enquadramento do agricultor como pequeno produtor. É indispensável para acesso a políticas públicas como o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos, Merenda Escolar e Habitação Rural (FETAESP, 2015).

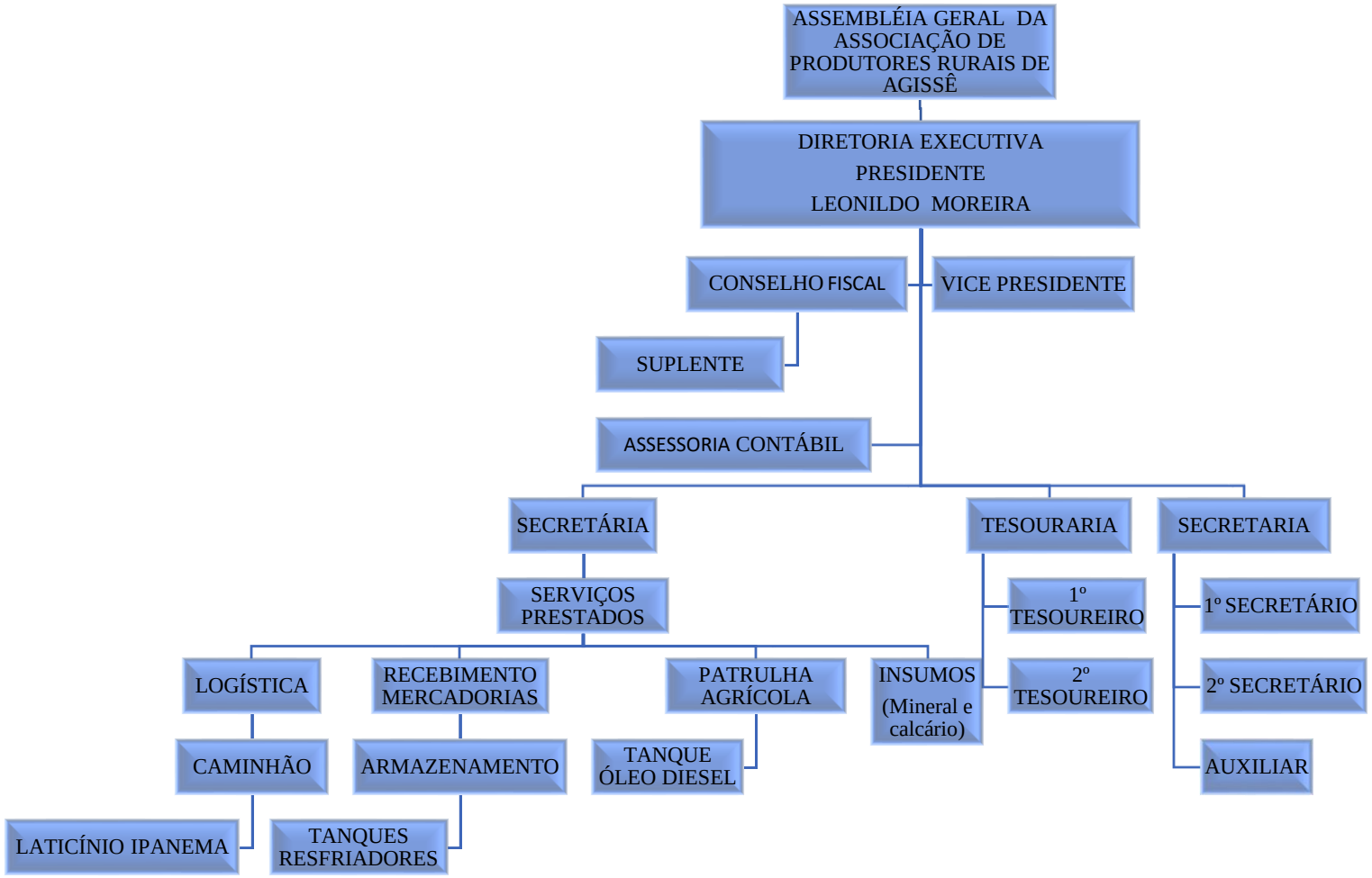
por meio do organograma (Figura 21), que as ações desempenhadas pela associação são bem organizadas e articuladas para atender aos interesses e as necessidades dos associados.

Enquanto que na Figura 22 verifica-se a estrutura organizacional da APRD.

Os aspectos da estrutura organizacional da APRD são semelhantes aos da APRA com relação a sua constituição (Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva).

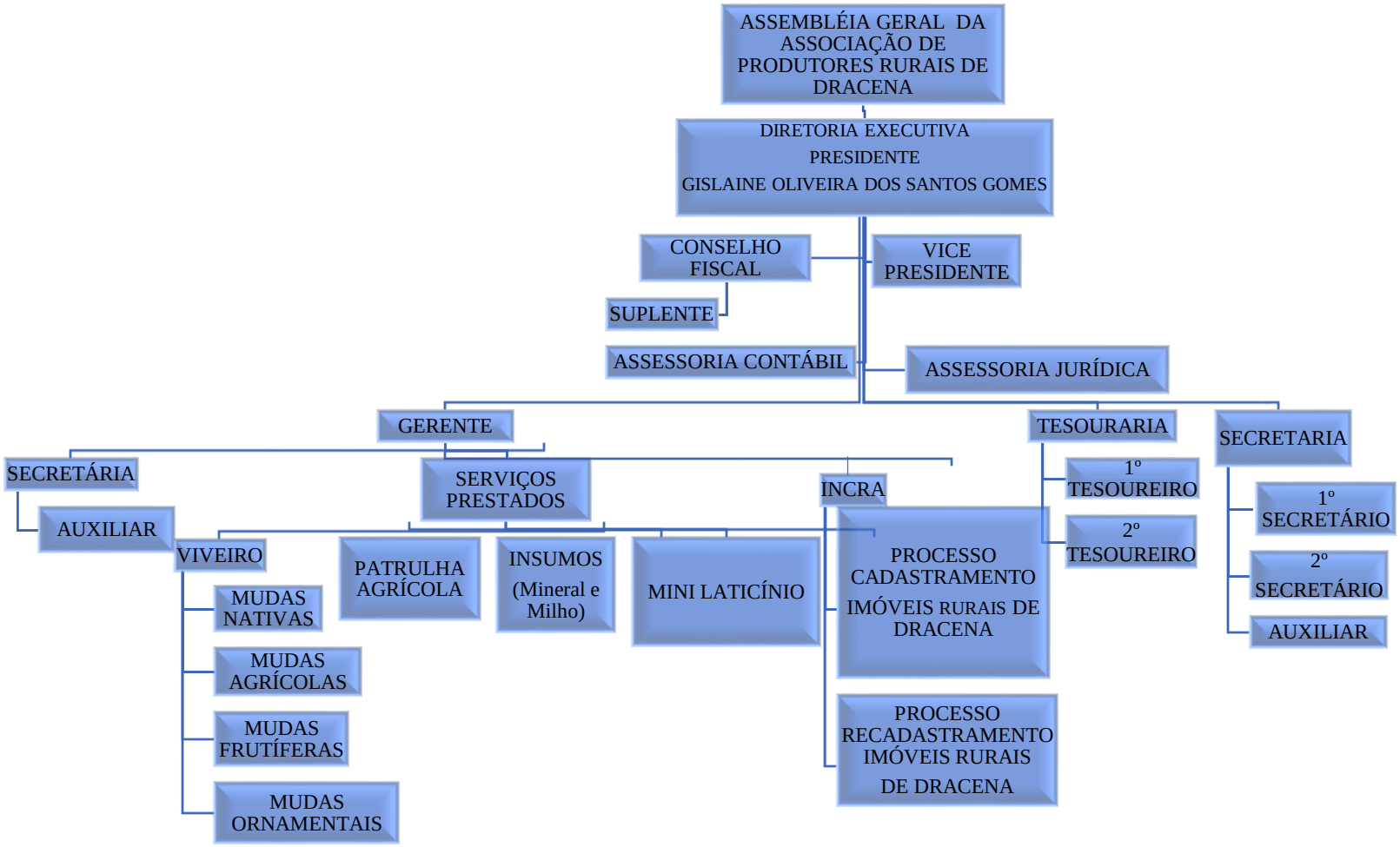
A presidenta da APRD/COOPADRA menciona que os serviços prestados aos associados, vinculados às atividades do INCRA, garantem aos produtores da região o cadastro/recadastro e a certificação dos imóveis rurais do território nacional por meio de uma plataforma eletrônica.

Figura 21: Organograma da APRA



Fonte: Organograma elaborado pela autora Eliane Silva dos Santos, por meio de entrevista junto ao Presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Agissê – Trabalho de campo (julho/2018).

Figura 22: Organograma da APRD



Fonte: Organograma elaborado pela autora Eliane Silva dos Santos, por meio de entrevista junto à Presidenta da Associação dos Trabalhadores Rurais de Dracena – Trabalho de campo (julho/2018).

Os serviços prestados pela APRD são a compra coletiva de insumos (ração e sal mineral e milho, dentre outros), a patrulha agrícola e o viveiro que dispõe de mudas nativas, agrícolas, frutíferas e ornamentais (Figura 23) e que conta com equipamentos de irrigação, com a utilização de aspersores e sombrite.

Figura 23: Foto do viveiro de mudas ornamentais da APRD



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

5.1.1 Patrulha agrícola

Destacamos na Tabela 28, os equipamentos e máquinas agrícolas de uso coletivo pertencentes à APRA e à APRD que são disponibilizados aos associados para uso mediante agendamento e locação.

Apesar da APRA dispor de dois (2) tratores, um (1) deles encontrava-se quebrado no momento de realização da pesquisa de campo (07/2018), enquanto que a APRD possuia três (3) tratores em uso.

Tabela 28: Máquinas e equipamentos agrícolas para uso coletivo

APRA		APRD	
Nº de Implementos	Implementos	Nº de Implementos	Implementos
2*	Tratores	3	Tratores
2	Plantadeiras - 3 linhas/7 linhas	1	Plantadeira (milho e soja)
1	Ensiladeira	1	Ensiladeira
1	Pulverizador	1	Pulverizador
1	Calcareadeira	1	Calcareadeira
1	Grade Niveladora	1	Grade Niveladora
2	Carreta	1	Vagão
1	Limpador de Fossa	1	Roçadeira
1	Terraciador	1	Grade
2	Arado de tração mecânica	1	Tombador
1	Guincho	1	Pazinha (pá agrícola traseira)
1	Plaina	1	Lâmina traseira
1	Forrageira	1	Batedeira de Urucum
1	Furador	1	Calcareadeira de cocho
1	Concha	-	-
1	Colchim Calcário	-	-

Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018)
* Um dos tratores se encontra quebrado.

Sobre o uso do trator, o presidente da APRA salienta:

> [...] que o trator de uso coletivo foi uma conquista muito importante para os associados, pois possui um custo muito alto para ser almejado individualmente por um agricultor familiar. O trator é um dos implementos que mais causa conflitos dentro do grupo de associados. A maior dificuldade é conseguir um trator para arar as terras para o plantio (Presidente da APRA., entrevista realizada em julho de 2018).

Vale lembrar que, durante a pesquisa de campo verificou-se que a maioria dos equipamentos que compõe a patrulha agrícola da APRA encontrava-se sucateada e sem um local adequado para armazenamento, diferente da realidade observada quanto à APRD que dispõe de equipamentos em boas condições de uso e alocação.

No próximo item abordaremos outros investimentos que foram oriundos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, mas que envolveu aspectos como melhoria na infraestrutura das Casas da Agricultura e manutenção de estradas rurais dos municípios que tiveram associações e/ou cooperativas contempladas com a referida política pública. Essas ações também beneficiaram, direta ou indiretamente, os agricultores dos municípios.

5.1.2 Reformas das Casas da Agricultura

O Microbacias II – Acesso ao Mercado também propiciou melhoria na infraestrutura física das instituições públicas de atendimento aos agricultores familiares por meio da reforma das Casas da Agricultura (Figuras 24, 25, 26 e 27). No caso da Casa da Agricultura/CATI de Rancharia, o valor do investimento foi de R$ 173.587,33 e no caso da Casa da Agricultura/CATI de Dracena, o montante investido foi de R$ 112.627,88.

Um fato importante verificado durante a pesquisa de campo é o de que ainda que o Microbacias II – Acesso ao Mercado tenha possibilitado a reforma das Casas da Agricultura, estas instituições apresentam defasagem no que se refere à contratação de funcionários em decorrência da não realização de concursos públicos.

Figura 24: Casa da Agricultura/CATI de Rancharia sem reforma



Fonte: Pesquisa de campo (agosto/2018).

Figura 25: Casa da Agricultura/CATI de Rancharia após a reforma com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado



Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

Figura 26: Casa da Agricultura/CATI de Dracena sem reforma



Fonte: Pesquisa de campo (agosto/2018).

Figura 27: Casa da Agricultura/CATI de Dracena após a reforma com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado



Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

Vale ressaltar que, as melhorias nas Casas da Agricultura/CATI de Rancharia e Dracena, incluíram manutenções hidráulicas e elétricas, pinturas internas e externas, além de obras de acessibilidade e adequação de sanitários. Essas reformas melhoraram os espaços de trabalho dos colaboradores, com relação a segurança, mais conforto, melhor equipado, com boa iluminação e ventilação, proporcionando qualidade de vida no trabalho e para os agricultores melhores serviços prestados.

5.1.3 Manutenção das estradas rurais

O Microbacias II – Acesso também desempenha ações em prol do fortalecimento da infraestrutura municipal, que visa atender municípios com obras de reabilitação de trechos críticos e serviços de manutenção das estradas rurais. Na Figura 28 verificam-se adequações de estradas rurais do município de Rancharia.

Vale a pena destacar que, as adequações de estradas rurais do município de Dracena não foram possíveis, decorrente da não elaboração do projeto por parte da prefeitura municipal para o recebimento dos recursos.

Figura 28: Adequações de estradas rurais do município de Rancharia



Fonte: Link município disponível em: http://www.rancharia.sp.gov.br/noticias/programa-de-microbacias-avan%C3%A7-no-munic%C3%ADpio Acesso em: 20 dez. 2018.

As condições das estradas rurais paulistas se agravaram, especialmente do ponto de vista ambiental, a partir da década de 1960, quando houve um expressivo investimento por parte das prefeituras municipais na aquisição de máquinas, sobretudo, as motoniveladoras, direcionadas à manutenção da malha viária municipal. A utilização desses equipamentos de modo indiscriminado e a pouca experiência dos operadores, precipitou significativamente o processo de degradação dos recursos naturais, causando o assoreamento dos mananciais. A partir de 1990, entretanto, o Governo do Estado de São Paulo começou a destinar recursos financeiros para a recuperação de estradas rurais. Foram criados quatro (4) programas importantes voltados à adequação de pontos críticos, quais sejam: Programa Estadual de Microbacias, Programa Melhor Caminho[110], Fundo Estadual dos Recursos Hídricos (FEHIDRO)[111] e Consórcios Intermunicipais de Motomecanização (SÃO PAULO, 2008).

[110] O Programa Melhor Caminho foi instituído pelo Decreto nº 41.721, de 17 de abril de 1997 para a elaboração de convênios entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e as prefeituras municipais (CODASP, 2019).

[111] O FEHIDRO tem por objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos, de modo a promover a melhoria e a proteção dos corpos d'água e de suas bacias hidrográficas. Esses programas e ações devem vincular-se diretamente às metas estabelecidas pelo Plano de Bacia Hidrográfica e estar em consonância com o Plano Estadual de Recursos Hídricos (SÃO PAULO, 2015).

O técnico do EDR/CATI de Dracena comentou em sua entrevista que alguma coisa ainda poderá mudar devido às organizações coletivas terem algumas sobras de recursos obtidas na aquisição dos bens com valores inferiores ao programado. Estas sobras podem ser utilizadas elaborando um Projeto Complementar, que não precisa passar por análise geral, apenas com uma análise do EDR de Dracena e a aprovação da Gerência Geral do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Quando perguntado aos técnicos dos EDRs/CATIs de Dracena e Presidente Prudente quais os obstáculos que impediram a participação das associações e ou cooperativas no Microbacias II – Acesso ao Mercado (se foi descapitalização dos associados, burocracia das etapas do projeto, questão ambiental, associações ou cooperativas inoperantes), o técnico do EDR/CATI de Dracena relatou que esses fatores e outros já relatados anteriormente contribuíram para a baixa adesão ao Projeto, e ele aponta que duas (2) organizações desistiram depois dos Planos de Negócio aprovados:

> A organização de Pacaembu, Associação dos Produtores Rurais e Agropecuaristas de Pacaembu (APRAP), desistiu da execução, pois não conseguiu legalizar a posse do terreno onde seria construído e instalado os equipamentos.
>
> A organização de Dracena, Associação J. Marques dos Trabalhadores de Jaciporã, é uma organização associativa criada em 2003, constituída de trabalhadores de Jaciporã, inicialmente arrendatários de uma área pertencente à Fazenda Turmalina, e trabalham em regime de parceria, todos os associados se quotizam e dividem as tarefas, em modelo econômico inovador e que já obteve reconhecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Prêmio em 2012). Ainda não são assentados. Estão cadastrados no INCRA, esperando serem assentados. A associação não conseguiu a posse do terreno. A prefeitura tentou desapropriar o terreno e fazer a doação para a organização, mas não conseguiu e, também com a paralização do PAA, que era sua principal fonte de renda, resolveram desistir da execução.

Em suma, verificou-se que as associações e cooperativa foram criadas a partir da necessidade de organização dos produtores rurais para o acesso às políticas públicas e estas (as organizações sociais) são constituídas sob a perspectiva do capital social, pois implica em recursos que são partilhados a partir das relações de confiança e cooperação.

Identificou-se a relevância da articulação entre os atores sociais (associações e/ou cooperativa, Casas da Agricultura/CATI, EDRs dentre outros) para a implementação do Microbacias II – Acesso ao Mercado.

As dificuldades gerais de implementação do Microbacias II – Acesso ao Mercado citadas pelos técnicos dos EDRs/CATIs foram: a falta de apoio das prefeituras municipais e da

organização das cadeias produtivas, a escassez de recursos para a contrapartida, que exigia o programa, as dificuldades burocráticas, dentre outras. Além disso, considerando-se que o Microbacias II em análise tinha como foco as cadeias produtivas, este predispunha os produtores rurais à especialização produtiva.

Durante a pesquisa de campo identificou-se que a substituição do poder executivo municipal, mais precisamente, do secretário da agricultura do município de Rancharia culminou na descontinuidade das ações que vinham sendo realizadas no referido município no decorrer dos meses iniciais de trabalho em virtude da necessidade de adaptação na função.

A mudança de governo pode contribuir para a descontinuidade das políticas públicas, acarretando a descontinuidade administrativa. Alguns estudos feitos por Kfouri (1992) apontam que mesmo havendo trocas constantes de cargos de confiança, isso não significa que haja sempre renovação ou mudança, já que muitas vezes existe um rodízio em que pessoas ou grupos se alternam.

Constatou-se que um fator de desestímulo aos produtores rurais era decorrente da demora na efetivação de cada chamada pública (em média de 14 meses).

A ocorrência de desistências entre os produtores associados levou a associação a redirecionar as sobras dos recursos individuais para a aquisição de equipamentos complementares de uso coletivo, tais como: distribuidor de calcário e composto orgânico, roçadeiras, dentre outras.

A flexibilidade da política pública foi identificada ao se permitir a destinação de recursos individuais (PIPs) para a aquisição de bens de uso coletivo (PECs) – o que possibilitou a aquisição de equipamentos que compõem a patrulha agrícola.

Averiguou-se que as propostas individuais estavam correlacionadas às propostas coletivas atendendo às cadeias produtivas do leite (no caso da APRA e da APRD) e da olericultura e fruticultura (no caso da COOPADRA).

Observou-se que as associações foram criadas nos anos 1990 e seus presidentes eram lideranças bem articuladas e fomentavam parcerias entre as organizações sociais e as prefeituras municipais, a CATI, as Casas da Agricultura, dentre outras.

Notou-se a relevância dos mercados institucionais de compras governamentais (PAA, PNAE e PPAIS) para a coesão social entre os agricultores associados e para a experiência em participação em outras políticas públicas, seja em termos federal ou estadual.

Os projetos coletivos (PECs) necessitaram de uma análise de mercado para verificar a viabilidade do negócio, considerando-se aspectos financeiros e econômicos. Esta análise mostrou que havia a possibilidade de se implementar as iniciativas de negócio do minilaticínio,

no caso da APRD, e do *packing house*, no caso da COOPADRA. A APRA foi contemplada por meio dos recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado com um caminhão de coleta de leite *in natura.*

Identificou-se que as estruturas organizacionais da APRA e da APRD eram semelhantes e estavam organizadas para o atendimento dos interesses e das necessidades dos seus associados.

Por fim, identificou-se que o Microbacias II – Acesso ao Mercado também propiciou melhoria na infraestrutura física das instituições públicas de atendimento aos agricultores familiares por meio da reforma das Casas da Agricultura, bem como prestou serviços de manutenção das estradas rurais no município de Rancharia, entretanto, a prefeitura municipal de Dracena não elaborou em tempo hábil o projeto para o recebimento destes recursos.

No próximo capítulo se buscou traçar o perfil dos produtores rurais associados da APRA, APRD e COOPADRA, de acordo com algumas variáveis, tais como: idade, nível de escolaridade, formas de aquisição das propriedades, bem como, verificação das unidades produtivas, a produção, maquinários e também a avaliação dos produtores entrevistados acerca da política pública pesquisada.

6 PERFIL DOS PRODUTORES RURAIS, ANÁLISE DAS UNIDADES PRODUTIVAS, DA PRODUÇÃO E DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS PELOS ENTREVISTADOS DA APRA, APRD E COOPADRA CONTEMPLADOS PELO MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO

No presente capítulo traçamos o perfil dos produtores rurais associados à APRA, à APRD e da COOPADRA contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, intentando verificar, sob a perspectiva dos pesquisados, os benefícios que tem proporcionado. Foram analisadas as seguintes variáveis: idade, nível de escolaridade, formas de aquisição e extensão das propriedades rurais, dentre outras. Analisamos ainda, as unidades produtivas, a produção e as máquinas e equipamentos adquiridos pelos entrevistados da APRA, APRD e COOPADRA, bem como averiguamos a avaliação dos produtores rurais entrevistados acerca das políticas públicas do Governo Federal e especificamente, o Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Na APRA estão associados 28 produtores rurais que estão envolvidos no Microbacias II – Acesso ao Mercado (fase final). Na APRD, os associados participantes da referida política pública totalizam 26 produtores rurais, enquanto que na COOPADRA estão organizados 28 produtores rurais. Do total de associados, foram entrevistados 14 ou 50,00% dos 28 membros da APRA, 14 ou 53,85% dos 26 associados à APRD e 14 ou 50,00% dos 28 cooperados da COOPADRA (Quadro 4).

Quadro 4: Amostra de produtores rurais participantes do Microbacias II – Acesso ao Mercado entrevistados na APRA, APRD e COOPADRA

Associação dos Produtores Rurais	**Produtores participantes do Microbacias II – Acesso ao Mercado (fase final)**	**Número de Entrevistados**	**Amostra do número de produtores participantes do Microbacias II – Acesso ao Mercado (fase final) (%)**
APRA	28	14	50,00
APRD	26	14	53,85
COOPADRA	28	14	50,00

Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

A escolha dos entrevistados ocorreu por indicação dos representantes administrativos das associações/cooperativa. Dentre os entrevistados, podemos destacar que 90% eram

responsáveis pela propriedade. As esposas não responderam, mas as esposas de dois (2) produtores nos acompanharam durante a aplicação dos questionários. A aplicação dos roteiros de entrevista ocorreu de duas (2) formas: a) nas associações/cooperativa, no período matinal, durante os meses de julho e agosto de 2018 junto aos presidentes das organizações sociais e, b) as entrevistas foram realizadas na sede das associações e também nas propriedades rurais junto aos agricultores familiares contemplados com os recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado no mês de janeiro de 2019.

6.1 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTORES RURAIS PERTENCENTES À APRA, À APRD E DE SUAS UNIDADES PRODUTIVAS

Procuramos traçar o perfil dos produtores rurais associados à APRA, à APRD e à COOPADRA contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, com o objetivo de verificar os benefícios que tem proporcionado aos agricultores participantes.

Articulamos as análises das entrevistas da seguinte forma: comparamos as respostas dos associados da APRA e da APRD com o objetivo de sistematizar o perfil dos produtores associados da mesma cadeia produtiva (leite), e sistematizamos o perfil dos produtores rurais cooperados da COOPADRA, que teve a cadeia produtiva de olericultura e fruticultura contemplada com recursos do programa.

É importante destacar que um governo mais democrático visa a inclusão de grupos tradicionalmente excluídos na formulação e implementação de políticas públicas. O Microbaciais II – Acesso ao Mercado, em sua elaboração, procurou inserir os agricultores familiares (convencionais, assentados, de comunidade quilombolas e indígenas) em iniciativas de negócios.

Cabe aqui destacar que a participação da sociedade organizada e dos atores sociais nas diferentes fases de implantação de uma política pública (formulação, implementação e avaliação) pode contribuir para a concretização de relações de confiança entre vários atores sociais, fomentando a acumulação de capital social.

Os 14 entrevistados da APRA são do sexo masculino. Desse total, 11 ou 78,58% se declararam casados e os outros três ou 21,42% são solteiros. Dos 14 entrevistados da APRD, 13 ou 92,86% são do sexo masculino. Do total de entrevistados (14) nesta associação, dez (10) ou 71,43% são casados e quatro ou 28,57% são solteiros.

Quanto à faixa etária dos produtores da APRA, verificou-se que nove (9) ou 64,29% deles possuem mais de 35 anos ou mais, sendo que o mais novo tem 25 anos e o mais idoso tem 70 anos. Constatou-se durante as entrevistas que os filhos jovens dos produtores ao serem

questionados não demonstraram interesse pelas atividades agropecuárias. Dois (2) ou 14,29% dos entrevistados relataram que os filhos não darão continuidade nas atividades agropecuárias, pois estes já desenvolviam atividades na área urbana (um como zootecnista e outro como funcionário numa empresa particular).

No tocante à idade dos produtores da APRD, identificou-se que os 14 produtores possuem 35 anos ou mais, sendo que o entrevistado mais jovem tem 35 anos e o mais idoso tem 56 anos. Averiguou-se também que os filhos jovens ainda demonstraram interesse pelas atividades agropecuárias, pois estes, em sua maioria, realizava a entrega da produção para os mercados institucionais e se sentiam estimulados com a renda monetária obtida, mas dois (2) ou 14,29% desempenhavam atividades na área urbana (em uma oficina mecânica e outro em uma usina sucroalcooleira) – as quais complementam a renda familiar.

Colnago (2018) ao analisar o desenvolvimento rural nos municípios de Dracena e Regente Feijó verificou que a atuação dos jovens na operacionalização das políticas públicas, como por exemplo, o PNAE é limitada – o que demonstra o pouco interesse destes em continuar produzindo no campo e vivendo das atividades agropecuárias.

A falta de perspectiva dos jovens no campo – ainda que participando de algumas políticas públicas – está correlacionada à irregularidade dos ganhos auferidos com a agropecuária, ao trabalho árduo, à falta de lazer, dentre outros fatores (COLNAGO, 2018).

Dos 14 entrevistados da APRA, 13 ou 92,86% afirmaram ter filhos. No caso da APRD, dos 14 produtores analisados, dez (10) ou 71,43% declararam ter filhos.

No tocante à sucessão familiar na agricultura, Queiroz (2012), que estudou as perspectivas da atividade agrícola na Região do Cinturão Verde do Alto Tietê, localizado na Região Metropolitana de São Paulo, afirma que:

> A atividade [agrícola] não pode ser mais vista como um negócio que passa de pai para filho, sendo que o filho aceita a atividade agrícola porque ele não sabe fazer outra coisa. [...] a realidade mudou, este filho do agricultor foi para escola, fez faculdade e busca se inserir na sociedade de maneira diferente, sendo que a atividade agrícola não é mais a única opção [..] (QUEIROZ, 2012, p. 103).

No que se refere à escolaridade dos entrevistados da APRA, sete (7) ou 50% dos 14 produtores afirmaram ter cursado o 1º grau incompleto, três ou 21,43% deles declararam ter cursado o 1º grau completo, um (1) ou 7,14% disse que cursou o 2º grau incompleto, um (1) ou 7,14% informou que cursou o ensino superior incompleto (Agronomia) e dois (2) ou 14,28% relataram que cursaram o ensino superior completo (Zootecnia e Administração).

Quanto à escolaridade dos entrevistados da APRD, três (3) ou 21,43% responderam ter cursado o 1º grau incompleto, quatro (4) ou 28,57% asseguraram ter cursado o 1º grau completo, dois (2) ou 14,28% relataram ter cursado o 2º grau incompleto, dois (2) ou 14,28% declararam que cursaram o 2º grau completo, um (1) ou 7,15% informou que cursou o ensino superior incompleto (Agronomia) e dois (2) ou 14,28% disseram que cursaram o ensino superior completo (Medicina Veterinária e Agronomia).

Dos 14 produtores entrevistados da APRA, 11 ou 78,57% residem no município de Rancharia, mais especificamente, no distrito de Agissê. Desses 11 produtores, sete (7) ou 63,64% moram no meio rural, três (3) ou 27,27% moram na cidade de Paraguaçu Paulista e um (1) ou 9,09% mora na cidade de João Ramalho.

Sete (7) ou 50% dos 14 entrevistados da APRD residem no município de Dracena e todos eles no meio rural. Os demais (sete) moram na área urbana e acreditam que a cidade dispõe de melhores condições de infraestrutura.

É importante salientar que apesar das dificuldades como, por exemplo, a falta de assistência técnica e os baixos valores pagos pelos laticínos referente ao litro de leite *in natura,* os produtores entrevistados da APRA continuam a obter renda com as atividades agropecuárias e ainda permanecem no campo. Os produtores entrevistados da APRD também apresentaram a mesma dificuldade de falta de assistência técnica, mas com relação ao valor pago do litro *in natura*, estes, por meio do associativismo, tem negociado com maior poder de barganha, contribuindo para a permanência do produtor no campo e obtenção de melhor renda monetária, pois estes têm infraestrutura do minilaticínio e estão inseridos nos mercados institucionais (PNAE e PPAIS).

Tanto os entrevistados da APRA quanto os da APRD informaram que a forma de exploração da propriedade rural é a de base familiar realizada por apenas um núcleo familiar e não fazem uso de mão-de-obra de empregados temporários e nem permanentes. Destacamos que, com base nas informações elencadas, os produtores entrevistados são agricultores familiares, considerados pela Lei nº 11.326[112] de 24 de julho de 2006 (com relação às diretrizes de exploração com base familiar e uso de empregados temporários).

A sede da APRA dista, em média, de três (3) a dez (10) quilômetros das propriedades dos produtores entrevistados. Enquanto que a sede da APRD localiza-se, em média, de dois (2) a oito (8) quilômetros em relação às propriedades dos produtores rurais pesquisados.

[112] Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

A extensão territorial das propriedades rurais pesquisadas de oito (8) ou 57,14% dos 14 entrevistados da APRA varia de um (1) a dez (10) ha; quatro (4) ou 28,57% dos produtores possuem áreas de 11 a 20 ha e outros dois (2) ou 14,29% possuem propriedades de 21 a 30 ha (Tabela 29).

O tamanho das propriedades de seis (6) ou 42,86% dos entrevistados da APRD varia de um (1) a dez (10) hectares; cinco (5) ou 35,71% dos entrevistados são proprietários de áreas com extensão de 11 a 20 ha e três (3) ou 21,43% possuem propriedades de 21 a 30 ha (Tabela 29). Observa-se que os produtores que têm acessado a referida política pública na forma coletiva e individual se enquadram na categoria de agricultores familiares, pois dentre outros requisitos, possuem áreas com até quatro (4) módulos fiscais que, no caso de Rancharia, correspondem a 96 ha, e no de Dracena, a 80 ha.

É importante elencar que os estabelecimentos agropecuários dos agricultores familiares representam 77%, ou seja, 3.897.408 do total dos estabelecimentos agropecuários do país, conforme apontam os dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE. Cabe salientar que os estabelecimentos agropecuários no país totalizam 5.073.324, ou seja, 5 milhões. Os agricultores familiares associados da APRA e APRD podem se beneficiar das políticas públicas como o Microbacias II - Acesso ao Mercado por meio de seus recursos, bem como podem ter acesso a outras políticas públicas como PRONAF, PNAE e PPAIS.

Tabela 29: Área total da propriedade (ha) dos produtores pesquisados da APRA e APRD

APRA	**Área total (ha)**	**Nº produtores**	**%**
Área total da propriedade (ha)	**1 a 10**	8	57,14
	11 a 20	4	28,57
	21 a 30	2	14,29
	31 a 40	-	-
	41 a 50	-	-
	51 a 60	-	-
		14	**100**
APRD	**Área total (ha)**	**Nº produtores**	**%**
Área total da propriedade (ha)	**1 a 10**	6	42,86
	11 a 20	5	35,71
	21 a 30	3	21,43
	31 a 40	-	-
	41 a 50	-	-
	51 a 60	-	-
		14	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

Nove (9) ou 64,29% dos 14 entrevistados da APRA são oriundos do município de Rancharia, dois (2) ou 14,29% do município de Paraguaçu Paulista, um (1) ou 7,14% do município de Iepê, um (1) ou 7,14% do município de Martinópolis e um (1) ou 7,14% do município de São Paulo (Tabela 30).

Oito (8) ou 57,14% dos 14 entrevistados da APRD são advindos do município de Dracena, dois (2) ou 14,29% do município de Junqueirópolis, um (1) ou 7,14% do município de Flora Rica, um (1) ou 7,14% do município de Osvaldo Cruz, um (1) ou 7,14% do município de Lucélia e um (1) ou 7,14% do município de São Paulo (Tabela 30).

Tabela 30: Município de origem dos entrevistados da APRA e da APRD

APRA	**Nº produtores**	**Municípios**	**%**
Município de Origem	9	Rancharia (Agissê)	64,29
	2	Paraguaçu Paulista	14,29
	1	Iepê	7,14
	1	Martinópolis	7,14
	1	São Paulo	7,14
	14		**100**
APRD	**Nº produtores**	**Municípios**	**%**
Município de Origem	8	Dracena	57,14
	2	Junqueirópolis	14,29
	1	Flora Rica	7,14
	1	Osvaldo Cruz	7,14
	1	Lucélia	7,14
	1	Panorama	7,14
	14		**100**

Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

Com relação às atividades dos pais dos produtores entrevistados da APRA verificou-se que três (3) ou 21,42% eram arrendatários, sete (7) ou 50% eram trabalhadores na zona rural, três (3) ou 21,42% eram funcionários urbanos e um (1) ou (7,14%) era proprietário de áreas rurais (Tabela 31).

Quanto aos pais dos produtores entrevistados da APRD, dois (2) ou 14,29% eram arrendatários, oito (8) ou 57,14% eram empregados rurais, um (1) ou 7,14% exercia atividade urbana e três (3) ou 21,42% eram proprietários de áreas rurais (Tabela 31). Diante do exposto, percebe-se que 50% ou mais dos entrevistados declararam que as atividades desempenhadas pelos pais eram de empregados rurais. Isso demonstra a dependência dos pais com as

propriedades rurais, no que tange à moradia e ao plantio de subsistência. Em termos gerais, também pudemos observar que em sua maioria os pais dos entrevistados das duas associações estiveram ligados a atividade agropecuária.

Tabela 31: Atividades desempenhadas pelos pais dos entrevistados da APRA e da APRD

APRA	**Nº produtores**	**Situação anterior**	**%**
	3	Arrendatário/parceiro	21,42
	7	Empregado Rural	50
	3	Exerciam atividade urbana	21,42
	1	Proprietário de terra	7,14
	14		**100**
APRD	**Nº produtores**	**Situação anterior**	**%**
	2	Arrendatário/parceiro	14,29
	8	Empregado Rural	57,14
	1	Exerciam atividade urbana	7,14
	3	Proprietário de terra	21,42
	14		**100**

Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

Dos 14 entrevistados da APRA, nove (9) ou 64,43% tiveram acesso às suas propriedades rurais por meio de herança e os outros cinco (5) ou 35,17% adquiriram por meio de compra (Tabela 32).

Seis (6) ou 42,86% dos 14 entrevistados da APRD obtiveram suas propriedades rurais por meio de herança e oito (8) ou 57,14% por meio de compra (Tabela 32). Destaca-se que com relação a forma de aquisição da propriedade por herança, no meio rural, ocorre por meio da sucessão[113] legítima, uma vez que, apesar da modernidade "[...] os seus gestores, na maioria das vezes, ainda não estão abertos a mudanças, fazendo assim com que a sucessão ocorra de forma natural" (ROCHA, 2017, p. 27). Durante as entrevistas com os associados, (4) quatro produtores rurais disseram que para ficar com a propriedade, os hedeiros tem que ter uma certa vocação, pois os herdeiros que não tem vocação acabam vendendo sua parte da propriedade.

[113] Destaque para Oliveira (2004, p. 58) "A sucessão causa mortis consiste na transmissão dos bens da pessoa falecida aos seus herdeiros, que podem ter essa qualificação em virtude da lei ou por força de testamento". O autor elucida que no processo sucessório há de se observar a forma com que este será realizado, ou seja, se será através da sucessão legítima ou testamentária.

Tabela 32: Forma de aquisição das propriedades dos entrevistados da APRA e da APRD

APRA	Como adquiriu sua propriedade	Nº produtores	%
Como adquiriu sua propriedade	**Compra**	9	64,29
	Herança	5	35,71
	Compra e herança	-	-
	Reforma agrária	-	-
	Outros	-	-
		14	**100%**
APRD	**Como adquiriu sua propriedade**	**Nº produtores**	**%**
Como adquiriu sua propriedade	**Compra**	6	42,86
	Herança	8	57,14
	Compra e herança	-	-
	Reforma agrária	-	-
	Outros	-	-
		14	**100%**

Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

Com relação à exploração das unidades produtivas dos produtores entrevistados da APRA, verificamos a existência do cultivo de milho, sorgo, mandioca e cana-de- açúcar (para utilizar na alimentação do gado).

Quanto à exploração da unidade produtiva dos produtores entrevistados da APRD, constatamos a presença do cultivo de cana-de-açúcar para a alimentação do gado, pastagem (Brachiaria e Paraguaia), milho, mandioca; e algumas propriedades em numero de 5 (cinco) com a presença de hortaliças e frutas (acerola e maracujá) com a utilização de irrigação.

Quanto às atividades criatórias dos agricultores familiares associados à APRA, observou-se que 11 ou 78,57% dos 14 entrevistados exercem a pecuária de leite, enquanto que três (3) ou 21,43% dos entrevistados exercem as atividades de pecuária mista, ou seja, de leite e de corte. Verificamos que existem outros tipos de atividades criatórias nas propriedades, como de suínos e aves para comercialização e consumo próprio. E em uma (1) propriedade havia a criação de caprinos para a comercialização e o consumo próprio.

No que se refere às atividades criatórias dos agricultores familiares da APRD, identificou-se que dez (10) ou 71,43% dos entrevistados exercem a pecuária de leite, enquanto que quatro (4) ou 28,57% exercem as atividades de leite e de corte. Identificamos que existem outros tipos de atividades criatórias nas propriedades, tais como suínos e aves para a comercialização e o consumo próprio.

Os produtores entrevistados que pertencem a APRA e a APRD, fazem uso de alimentação para o gado composta de pastagens (braquiária), silagem e sais minerais, dentre outros.

Na propriedade da Figura 29, o produtor associado à APRA residente no distrito de Agissê - município de Rancharia, utiliza gado Holandês - animais especializados para a produção de leite, mas não possui ordenhadeira mecânica. A produção média no período de safra é de 20 litros/vaca/dia. Esse produtor participava do Microbacias II – Acesso ao Mercado e estava pleiteando uma (1) ordenhadeira mecânica e um (1) tanque resfriador.

Dos 14 produtores envolvidos no projeto, 13 ou 92,86% deles não possuíam gado especializado, ou seja, animais de raças leiteiras e fazem uso de ordenha manual. Silva (2015) também verificou a não especialização da atividade leiteira no município de Presidente Bernardes (SP) ao identificar a produção de leite com a utilização de animais mistos (com aptidão tanto para leite quanto para carne), sem o emprego de tecnologia, como por exemplo, o uso de ordenha mecânica e sem o fornecimento de suplementação alimentar aos animais.

Figura 29: Gado Holandês – animais especializados para a produção de leite (Distrito de Agissê - Rancharia)



Fonte: Pesquisa de campo (Distrito de Agissê - Rancharia - janeiro/2019).

A Figura 30 mostra os bezerros próximos aos cochos de ração na propriedade de um dos entrevistados da APRA residente no Distrito de Agissê – Rancharia. O entrevistado em questão foi contemplado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado com um (1) misturador de ração de polietileno (500 kg) sem motor, um (1) triturador de grãos sem motor e uma (1) calha de

acoplamento do misturador. O entrevistado montou uma mini fábrica de ração com a aquisição dos equipamentos por meio do Microbacias II – Acesso ao Mercado. É importante destacar que o manejo nutricional adequado contribui para um bom desempenho produtivo de animais de corte e de leite.

Figura 30: Bezerros próximos aos cochos comendo ração (Distrito de Agissê - Rancharia)



Fonte: Pesquisa de campo (Distrito de Agissê - Rancharia - janeiro/2019).

A renda monetária obtida pelos produtores entrevistados da APRA é composta pela aposentadoria em relação a cinco (5) ou 35,71% dos produtores e somente pela atividade de pecuária de leite no tocante a nove (9) ou 64,29% do total de entrevistados (14).

A renda monetária adquirida pelos produtores entrevistados da APRD é formada pela aposentadoria, no caso de dois (2) ou 14,29% dos entrevistados, e pela atividade de pecuária de leite no que se refere a 12 ou 85,71% do total de entrevistados (14).

O transporte da produção de leite das propriedades dos entrevistados até a APRA - que dispõe de um tanque de resfriamento de leite coletivo - ocorre por meio do caminhão da referida associação, mas também, em alguns casos, por meio de trator, carroça (Figura 31), e outros (motocicleta, carro e carriola). Vale lembrar que em pontos estratégicos - considerando-se a distância das propriedades rurais até a sede da APRA que é, em média, de três (3) quilômetros.

Figura 31: Entrega de leite in natura pelo produtor da APRA



Fonte: Pesquisa de campo (Distrito de Agissê - Rancharia - janeiro/2019).

Quanto à comercialização do leite, os produtores entrevistados utilizam o caminhão da APRA para escoarem sua produção. Essa produção é entregue no Laticínio Ipanema, localizado no município de Rancharia (SP) que fica a 41,6 km da sede da APRA.

A distância das propriedades rurais até a sede da APRD é, em média, de quatro (4) quilômetros.

A captação do leite da maioria dos entrevistados da APRD ocorre por meio de caminhão, em 11 tanques de resfriamento de leite coletivos localizados nos bairros: Portal dos Girassóis, Palmeiras, Palmeirinha e Mirassol, nos distritos de Jamaica e Jaciporã, todos no município de Dracena e nos municípios de Ouro Verde, Tupi Paulista e Junqueirópolis. Posteriormente, o leite é direcionado à APRD para a pasteurização e o excedente *in natura* é direcionado ao laticínio Líder localizado no município de Presidente Prudente que fica aproximadamente a 103 km de distância da sede da APRD.

No que se refere à comercialização do leite da APRD, a produção é entregue para os mercados institucionais (PPAIS E PNAE).

Os entrevistados da APRA e da APRD informaram, durante a pesquisa de campo, que a assistência técnica prestada por órgãos públicos, como a Casa da Agricultura, não é eficiente em decorrência do escasso número de extensionistas – o que os fazem alguns recorrerem à assistência técnica privada.

6.2 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTORES RURAIS PERTENCENTES À COOPADRA E DE SUAS UNIDADES PRODUTIVAS

De acordo com Serra (2013) que estudou a participação do Estado na criação e no desenvolvimento das cooperativas agrícolas brasileiras, o cooperativismo surgiu no contexto da consolidação do capitalismo e das consequências sociais e econômicas geradas pela Revolução Industrial na Europa, a partir da segunda metade do século XVIII.

Christoffoli (2000) ao analisar o desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo, seus limites e suas potencialidades, salienta que, o cooperativismo foi criado como forma de resistência da classe operária inglesa.

Embora ocorressem muitas discussões em torno das iniciativas cooperativistas, somente a partir de 1844, uma cooperativa conseguiu estabelecer as diretrizes que norteiam o sistema cooperativista, como explica Serra (2013):

> Embora diversas tentativas tivessem ocorrido antes, mas sem os resultados esperados, foi em 1844 que, pela primeira vez, uma cooperativa conseguiu colocar em prática todo um conjunto de teorias, com relativo sucesso. No dia 24 de outubro de 1844, um grupo de tecelões da localidade de Rochdale, Inglaterra, fundou a primeira cooperativa, dando a ela o nome de "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale" (SERRA, 2013, p. 10).

Todavia, o que se notou foi que o modo de cooperação desenvolvido pelos operários em 1844 foi embasado em princípios que, apesar de sofrerem alterações ao longo dos anos, ainda permanecem como a base de sustentação do cooperativismo mundial (MAZZUCHETTI; STOFELL; TARIFA, 2017).

Serra (2013, p. 10) aponta os fundamentos básicos da sociedade que passaram a nortear os princípios do sistema cooperativista como um todo, sendo eles: liberdade de associação para aqueles que estejam dispostos a operar de boa fé; distinção de raça, cor ou credo; direito a um voto assegurado a cada associado; possibilidade de representação; neutralidade política e religiosa; distribuição de sobras líquidas aos associados, segundo a proporção do uso dos bens e serviços da sociedade; operações a dinheiro e por preços justos; atribuições de juros de capital limitados e reuniões frequentes dos associados para estudar a marcha da sociedade e seu desenvolvimento.

A doutrina cooperativista vem sendo objeto de estudos e atraindo a atenção de vários autores numa perspectiva internacional, como explica Irion (1997, p. 47):

> O cooperativismo é a doutrina que embasa teoricamente a cooperação do ponto de vista econômico, isto é, a união de esforços por meio de associações de fim predominantemente econômico, as cooperativas. A Aliança Cooperativa Internacional, em Congresso realizado em Manchester em 1995, define cooperativa como uma associação autônoma de pessoas que se uniram

> voluntariamente para fazer frente ás necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada.

Para compreender a sociedade cooperativa, Arana (2006) explica que é uma entidade jurídica de direito privado e que essa sociedade se desenvolveu obedecendo alguns princípios:

> A sociedade cooperativa é uma entidade jurídica de direito privado e regida por lei específica – o estatuto social. Como empresa, a cooperativa opera no mercado de acordo com as características de suas atividades. As cooperativas começaram a conquistar seu espaço e a se desenvolverem no século XIX. Estavam destinadas a substituir as empresas comerciais capitalistas, uma ideia ousada. O cooperativismo hoje deve ser considerado um sistema que funciona em co-existência com o setor privado, enquanto empresa privada tem como o primado o lucro (ARANA, 2006, p. 14).

No Brasil, registros históricos indicam que o cooperativismo teve origem com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889. Essa foi a primeira iniciativa de trabalhadores para criar uma espécie de banco sob o modo de sociedade anônima para a construção de casas para alugar ou vender aos sócios (PINHO, 2004).

Com a criação da Lei 5.764 em 16 de dezembro de 1971, o Governo brasileiro define a política nacional cooperativista. O regime jurídico das sociedades cooperativas contribui para formalizar e direcionar seus associados, articulando alternativas econômicas de sujeitos coletivos que se organizam para promover melhores condições de vida e inclusão dos setores marginalizados na produção e na distribuição dos resultados (SERRA, 2013).

Costa (2011), ao analisar o associativismo, o capital social e o desenvolvimento local afirma que, a colaboração e ou cooperação está correlacionada ao capital social, portanto, refere-se à capacidade do ser humano de viver em grupo.

A Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Dracena (COOPADRA) foi criada em virtude da grande movimentação de recursos financeiros oriundos do volume de comercialização dos gêneros alimentícios produzidos pelos agricultores associados da APRD entregues ao PNAE e PPAIS e da necessidade de adequação legal devido ao fato das associações de produtores não poderem ter fins lucrativos. Outro fator que impulsionou a criação da COOPADRA, no ano de 2015, foi o acesso às políticas públicas como o Microbacias II - Acesso ao Mercado.

Vale lembrar que existem diferenças importantes entre as associações e as cooperativas.

> [...] Enquanto as associações são organizações que tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópicas; as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica. As cooperativas têm um objetivo essencialmente

> econômico, e seu principal foco é viabilizar o negócio produtivo dos associados no mercado, além de ser o meio mais adequado para desenvolver uma atividade comercial em média ou grande escala e de forma coletiva (SEBRAE NACIONAL, 2019, s/p[114]).

A associação necessita da cooperativa para a realização da atividade comercial, sendo assim, foi necessário o estabelecimento de um contrato de comodato[115] para o empréstimo (da associação para a cooperativa) de imóveis e equipamentos.

A participação da COOPADRA no Microbacias II – Acesso ao Mercado possibilitou a concessão de R$ 1.143.297,07, com a contrapartida por parte do governo estadual de R$ 793.009,55 e o repasse de R$ 350.287,52 pelos 28 produtores cooperados, sendo que a contribuição na divisão da contrapartida estava relacionada com a aquisição individual de cada produtor, sendo financiados em sete (7) anos pelo Banco do Brasil. O empréstimo foi realizado via associação/cooperativa.

A COOPADRA têm cooperados em alguns municípios, como Dracena, Tupi Paulista e Lucélia. Esses cooperados realizam o pagamento de uma quota no valor de R$ 400,00 para serem filiados, sendo que este montante pode ser parcelado em até dez (10) vezes.

Com o acesso ao Microbacias II – Acesso ao Mercado foi possível a implantação de um *packing house* que se encontrava parcialmente operante, já que a cooperativa realizava a recepção, a classificação e a separação dos gêneros alimentícios (verduras e legumes) entregues pelos diversos produtores cooperados para atender os mercados institucionais de compra governamental (PNAE e o PPAIS). No entanto, a cooperativa ainda não realiza o beneficiamento, a lavagem e a embalagem (com inserção do logotipo da COOPADRA[116]) em virtude da falta de demanda dos produtos processados e da inadequação sanitária, já que a cada processo pelo qual passam os alimentos *in natura* para posterior processamento, são necessários cumprimentos específicos de normas de higiene que exigem investimentos financeiros e os cooperados não dispunham de recursos no momento da pesquisa.

Dos 28 produtores da COOPADRA, que estão inseridos no Microbacias II – Acesso ao Mercado, 15 ou 53,57% possuem área de até dez (10) ha; 12 ou 42,86% possuem área de até

---

[114] A citação não possui paginação, pois está disponível no *site:* < http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-associacao-e-cooperativa,5973438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>.

[115] O comodato está previsto no Código Civil Brasileiro e segue os ditames da Lei 10.406/2002, nos artigos 579 a 585. Por comodato, entende-se um tipo de empréstimo gratuito de coisas que não podem ser substituídas por outras iguais. Por exemplo, quando você cede um imóvel para alguém utilizar e não cobra nada por isso, você está cedendo-o em comodato. Para que o contrato celebrado entre as partes seja válido, é preciso que seja indicada uma data de devolução do bem – ainda que ela seja por tempo indeterminado (SAGE BRASIL, 2017).

[116] Com exceção da embalagem e processamento das polpas (maracujá, acerola e abacaxi) e do leite.

20 ha; e um (1) ou 3,57% possui a área de até 30 ha. Não foram identificados produtores que possuíam propriedades com área maiores de 31 ha (Tabela 33).

Verificou-se que 27 produtores da COOPADRA possuem minifúndios, pois, conforme o Estatuto da Terra, em seu artigo 4º, IV o minifúndio é um imóvel rural de àrea e possibilidade inferiores às da propriedade familiar, ou seja, 1 uma propriedade fundiária de dimensão mínima, em função de vários fatores: a situação regional, a destinação econômica e a produtividade. No caso de Dracena (SP) o módulo fiscal é de 20 ha.

Como verificado em relação à APRA e à APRD, os produtores entrevistados da COOPADRA que participam do Microbacias II – Acesso ao Mercado, compõem a categoria de agricultores familiares, conforme módulos fiscais dos municípios estudados.

Tabela 33: Área (ha) das propriedades rurais dos produtores cooperados que estão inseridos no Microbacias II – Acesso ao Mercado da COOPADRA

(COOPADRA)	
Nº produtores	**Área total (ha)**
15	1 a 10
12	11 a 20
1	21 a 30
28	

Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

Podemos observar na Tabela 34, que os produtores participantes da COOPADRA do município de Dracena (SP) se destacam pela produção de frutas, legumes, verduras, dentre outras.

Nota-se a elevada diversificação produtiva dos produtores participantes da COOPADRA do município de Dracena (SP), que atendem os mercados institucionais. Vale a pena destacar que os mercados institucionais como o PPAIS e o PNAE contribuem para a comercialização da produção local.

Tabela 34: Relação dos agricultores integrantes da proposta de negócio do Microbacias II – Acesso ao Mercado com as respectivas cadeias produtivas e produtos

Nº Produtores	Cadeia Produtiva	Produtos
1	Olericultura	Abobrinha e acerola
	Fruticultura	Manga
1	Olericultura	Brócolis, repolho e abobrinha.
	Fruticultura	Tomate
1	Olericultura	Alface, almeirão, rúcula, cheiro verde e couve flor.

1	Fruticultura	Uva
1	Olericultura	Alface, almeirão, rúcula, brócolis e cebolinha.
1	Olericultura	Mandioca, feijão de corda, abobrinha, maxixe e milho verde.
	Fruticultura	Manga
1	Fruticultura	Banana maça, tangerina e coco verde.
1	Olericultura	Alface, almeirão, rúcula, cheiro verde e couve flor.
	Fruticultura	Manga
1	Olericultura	Alface
1	Fruticultura	Limão
1	Olericultura	Alface
1	Olericultura	Repolho, couve folha, couve flor e brócolis.
1	Olericultura	Repolho, couve folha, couve flor, couve brócolis.
	Fruticultura	Manga e coco verde
1	Olericultura	Alface, berinjela, repolho, almeirão, couve, quiabo, vagem, pepino, milho verde e abobrinha.
1	Fruticultura	Acerola, Maracujá e Manga.
1	Olericultura	Repolho, couve folha, couve flor e couve brócolis.
1	Olericultura	Alface, abobrinha, rúcula, coentro, salsinha, couve flor e repolho.
	Fruticultura	Acerola
1	Olericultura	Pepino e mandioca.
1	Fruticultura	Abacate
1	Olericultura	Pimentão, batata doce e mandioca.
	Fruticultura	Goiaba e tomate.
1	Fruticultura	Limão.
1	Olericultura	Alface e berinjela.
1	Olericultura	Alface, berinjela e repolho.
1	Olericultura	Alface, couve-flor e vagem.
	Fruticultura	Acerola
1	Olericultura	Berinjela, mandioca, batata doce e abobrinha.
	Fruticultura	Abacate e manga.
1	Olericultura	Alface, rúcula e abobrinha.
1	Fruticultura	Maracujá.
1	Olericultura	Jiló, batata doce e mandioca.
	Fruticultura	Acerola.
28		

Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

A Tabela 35 mostra que os 28 produtores da COOPADRA desenvolviam as atividades de olericultura e fruticultura e foram beneficiados com o Microbacias II – Acesso ao Mercado por meio do Plano Individual da Propriedade (PIP) com diferentes equipamentos. Ressalta-se a quantidade de investimentos em equipamentos de irrigação e estufa e o total de recursos concedidos pelo Microbacias II (70%) e a contrapartida para os agricultores familiares da COOPADRA (30%). Os PIPs visam estruturar as unidades produtivas dos agricultores familiares com o intuito de ampliar a produção e atender a demanda de gêneros alimentícios do *packing house*.

Com condições adequadas de cultivo por meio do uso de estufa e da irrigação e com a experiência na olericultura e fruticultura espera-se o aumento da produção. Vale lembrar que Neves Neto (2013) afirma que um dos problemas identificados na operacionalização do Microbacias II – Acesso ao Mercado foi ter o foco voltado apenas às cadeias produtivas, o que pode levar o produtor a se especializar em um único produto, sujeitando assim, às oscilações do mercado.

Tabela 35: Relação das cadeias produtivas, dos investimentos, dos recursos, dos valores apoiados e das contrapartidas da Iniciativa de Negócios da COOPADRA

COOPADRA					
Nº Produtores	Cadeia Produtiva	Descrição dos Investimentos	Total recursos em reais (R$)	Valor apoiado (R$)	Contrapartida (R$)
1	Olericultura Fruticultura	Estufa: 8 metros de largura por 32 metros de comprimento: total de 256 metros quadrados (m²).	15.000,00	10.000,00	5.000,00
1	Olericultura Fruticultura	Estufa: 8 metros de largura por 25 metros de compri mento: total de 200 metros quadrados (m²).	11.085,00	7.759,50	3.325,50
1	Olericultura	Estufa: 8 metros de largura por 32 metros de comprimento: total de 256 metros quadrados (m²).	15.000,00	10.000,00	5.000,00
1	Fruticultura	Perfurador Solo com brocas de 9", 12" e 18" e roçadeira tratorizada, 1,5 metros e com cardam.	12.400,00	8.680,00	3.720,00
1	Olericultura	Estufa: 8 metros de largura por 30 metros de comprimento: total de 240 metros quadrados (m²).	13.440,00	9.408,00	4.032,00
1	Olericultura Fruticultura	Conjunto para Irrigação com 40 aspersores e conexões, caixa 5000 litros e Roçadeira Costal 2,0 HP.	14.712,00	10.000,00	4.712,00
1	Fruticultura	Conjunto para Irrigação com 18 tubos PN 60 D50mm, 1200 metros tubo gotejador, caixa d'água 2500 litros e conexões	2.056,57	1.439,59	616,98
1	Olericultura Fruticultura	Carreta agrícola 1,35 metros x 2,0 metros, capacidade 1 tonelada, rodado simples, para cultivador motorizado, kit encanteirador para	12.900,00	9.030,00	3.870,00

		cultivador motorizado e roçadeira traseira para cultivador motorizado.			
1	Olericultura	Estufa: 8 metros de largura por 32 metros de comprimento: total de 256 metros quadrados (m²).	15.000,00	10.000,00	5.000,00
1	Fruticultura	Carreta agrícola para motocultivador, capacidade de 300 kg, motocultivador tratorito, 5 HP com enxada rotativa, roçadeira 2 tempos, 1,3 HP, acessórios e roçadeira para motocultivador.	8.857,00	6.199,90	2.657,10
1	Olericultura	Estufa: 8 metros de largura por 32 metros de comprimento: total de 256 metros quadrados (m²).	15.000,00	10.000,00	5.000,00
1	Olericultura	Câmara fria para resfriamento com Comprimento 2,5 metros, por 2,3 metros de largura e 2,5 metros de altura.	20.000,00	10.000,00	10.000,00
1	Olericultura Fruticultura	Conjunto para Irrigação com 30 aspersores, conexões e caixa 15000 litros.	9.246,00	6.472,20	2.773,80
1	Olericultura	Estufa: 8 metros de largura por 32 metros de comprimento: total de 256 metros quadrados (m²).	15.000,00	10.000,00	5.000,00
1	Fruticultura	Conjunto para Irrigação com 50 tubo PN 60 D50mm, 2000 metros tubo gotejador, conexões, kit Guincho Carregador, Sulcador e Pá Cavalo 80 centímetros para trator e Pulverizador Costal, 13 l, 2 tempos.	9.461,70	6.623,19	2.838,51
1	Olericultura	Conjunto para Irrigação com 200 tubo PN 80 D50mm, 2800 metros tubo gotejador, caixa d'água 1000 litros e conexões.	6.624,00	4.636,80	1.987,20
1	Olericultura Fruticultura	Conjunto para Irrigação com 80 aspersores e conexões, caixa 500 litros, motoesmeril 1/2 HP e Pulverizador Costal, 13 l, 2 tempos.	7.460,00	5.222,00	2.238,00

1	Olericultura	Caixa d'agua fibra, 20000 litros, Conjunto para Irrigação com 77 tubo PN 60 D50mm, conexões e Motor trifásico, 3,0 CV.	10.444,16	7.310,91	3.133,25
1	Fruticultura	Motocultivador 10 HP e roçadeira Costal 2,8 HP.	10.039,00	7.027,30	3.011,70
1	Olericultura Fruticultura	Estufa: 8 metros de largura por 20 metros de comprimento: total de 160 metros quadrados (m²).	10.200,00	7.140,00	3.060,00
1	Fruticultura	Conjunto para irrigação com 1500 metros de mangueira 16 milímetros, 2000 metros tubo gotejador e acessórios e Pulverizador Costal, 13 l, 2 tempos.	9.800,00	6.860,00	2.940,00
1	Olericultura	Estufa: 8 metros de largura por 32 metros de comprimento: total de 256 metros quadrados (m²).	15.000,00	10.000,00	5.000,00
1	Olericultura	Carreta agrícola para motocultivador, capacidade 300 kg, Conjunto de Irrigação com 30 aspersores, conexões, roçadeira 2 tempos, 1,3 HP e acessórios e motocultivador tratorito, 5 HP com enxada rotativa.	9.507,00	6.654,90	2.852,10
1	Olericultura Fruticultura	Perfurador solo, roçadeira costal e caixa d'agua.	11.600,00	8.120,00	3.480,00
1	Olericultura Fruticultura	Roçadeira costal, 1,3 CV e roçadeira tratorizada hidráulica central e lateral, 1,5 metros com transmissão direta.	7.300,00	5.110,00	2.190,00
1	Olericultura	Conjunto para Irrigação com 15 aspersores, conexões, pulverizador costal manual, roçadeira 2 tempos, 1,9 HP e roçadeira tratorizada hidráulica central e lateral, 1,5 metros com transmissão direta.	9.864,55	6.905,18	2.959,36

1	Fruticultura	Caixa d´agua fibra de 5.000 litros e conexões.	3.450,00	2.415,00	1.035,00
1	Olericultura Fruticultura	Roçadeira tratorizada 1,3 metros e com cardam.	4.700,00	3.290,00	1.410,00
28			305.146,98	206.304,47	98.842,50

Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

A contrapartida efetuada pelos produtores é diferenciada em decorrência do tipo de investimento e da capacidade de endividamento de cada produtor.

A comercialização dos produtos hortifrutícolas por meio da COOPADRA se dá para atender aos mercados institucionais do PNAE e PPAIS. Escolas, creches e penitenciárias da região têm colaborado no incremento da renda de muitos agricultores cooperados. A presidenta destaca que, para adequar a produção aos mercados institucionais como o PNAE e PPAIS, muitos produtores não conseguem atender as exigências como qualidade, bem como a regularidade pré-estabelecidas nas entregas, pois muitos produtos têm como características a sazonalidade da produção. O Microbacias II disponibiliza para os produtores rurais melhores práticas de manejo do solo com a inserção de irrigação por gotejamento, estufas criando um ambiente protegido e controlado e equipamentos que compõe a patrulha agrícola.

A Figura 32 mostra os equipamentos do *packing house* da COOPADRA adquiridos com os recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Figura 32: Equipamentos do *packing house* da COOPADRA



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

Na Figura 33 verifica-se a entrega de olerícolas à COOPADRA por parte de um (1) produtor rural residente no município de Dracena para a utilização no *packing house* e posterior abastecimento dos mercados institucionais (PNAE e PPAIS).

Figura 33: Entrega de olerícolas à COOPADRA para o abastecimento dos mercados institucionais



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

Na Figura 34 verificam-se duas (2) roçadeiras tratorizadas hidráulicas e duas (2) caixas d'água adquiridas por produtores associados à APRD com recursos individuais do Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Figura 34: Roçadeiras e caixas d'água adquiridas por produtores associados à APRD com recursos individuais do Microbacias II – Acesso ao Mercado



Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

6.2 1 Identificação do produtor rural cooperado

Os cooperados da Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Dracena (COOPADRA), envolvidos no Microbacias II – Acesso ao Mercado, se constituem em 28 desde o projeto inicial do programa.

Sobre as condições sociais dos agricultores familiares entrevistados da COOPADRA, 14 ou 100% deles são do sexo masculino. Quanto à situação civil dos produtores, dez (10) ou 71,43% disseram que são casados, enquanto que quatro (4) ou 28,57% disseram não serem casados.

Referente à idade dos produtores da COOPADRA, verificou-se que dez (10) ou 71,43% dos produtores possuem mais de 42 anos e quatro (4) ou 28,57% dos produtores têm menos de 42 anos.

Dos 14 entrevistados, 11 ou 78,57% afirmaram ter filhos e apenas três (3) ou 21,43% disseram que não tinham filhos.

Quanto à escolaridade dos entrevistados da COOPADRA, cinco (5) produtores ou 35,71% do total afirmaram ter cursado o 1º grau incompleto, quatro (4) ou 28,57% afirmaram ter cursado o 1º grau completo, dois (2) ou 14,28% afirmaram que cursaram o 2º grau incompleto, dois (2) ou 14,28% afirmaram que cursaram o ensino superior incompleto (Economia e Agronomia) e um (1) ou 7,14% afirmou que cursou o ensino superior completo (Agronomia).

Sobre o local de residência dos produtores entrevistados da COOPADRA, observamos que 13 ou 92,86% do total (14) residiam no município de Dracena e seus distritos, destes apenas um (1) ou 7,14% não mora no meio rural.

Assim como os entrevistados da APRA e da APRD, os 14 (100%) produtores entrevistados da COOPADRA informaram que a forma de exploração da propriedade rural é a de base familiar realizada por apenas um núcleo familiar, além de não fazerem uso da mão-de-obra de empregados temporários e nem permanentes.

6. 2.2 Características das unidades produtivas

A distância da sede do município em relação às propriedades dos produtores entrevistados da COOPADRA é de três (3) a oito (8) quilômetros de distância.

Com relação à área total das propriedades dos entrevistados da COOPADRA, cinco (5) ou 35,71% afirmaram possuir uma propriedade com extensão territorial de um (1) a dez (10) ha, oito (8) ou 57,14% informaram que era de 11 a 20 ha e um (1) ou 7,14% disseram que era de 21 a 30 ha (Tabela 36).

Observa-se também que os produtores cooperados da COOPADRA, bem como já apontado das APRA e APRD que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, que têm acessado a referida política pública na forma coletiva e individual são de agricultores familiares, estes se enquadram no tamanho de área exigida com base na Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. É importante destacar que os agricultores familiares associados da APRA, APRD e a COOPADRA podem se beneficiar das políticas públicas como o Microbacias II - Acesso ao Mercado por meio de seus recursos, bem como podem ter acesso a outras políticas públicas como PRONAF, PNAE e PPAIS.

Tabela 36: Área total da propriedade (ha) dos produtores da COOPADRA pesquisados

COOPADRA	Área total (ha)	Nº Produtores	%
Área total da propriedade (ha)	**1 a 10**	5	35,71
	11 a 20	8	57,14
	21 a 30	1	7,14
	31 a 40	-	-
	41 a 50	-	-
	51 a 60	-	-
		14	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

Dos 14 produtores entrevistados da COOPADRA, nove (9) ou 64,29% deles eram oriundos do município de Dracena; um (1) ou 7,14% era do município de Junqueirópolis; um (1) ou 7,14% era do município de Flora Rica; um (1) ou 7,14% era do município de Osvaldo Cruz; um (1) ou 7,14% era do município de Panorama; e um (1) ou 7,14% era advindo do município de São Paulo (Tabela 37).

Tabela 37: Município de origem dos entrevistados da COOPADRA

COOPADRA	Nº produtores	Municípios	%
Município de origem	9	Dracena	64,29
	1	Junqueirópolis	7,14
	1	Flora Rica	7,14
	1	Osvaldo Cruz	7,14
	1	Panorama	7,14
	1	São Paulo	7,14
	14		**100**

Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

Com relação às atividades desenvolvidas pelos pais dos produtores entrevistados da COOPADRA verificou-se que quatro (4) ou 28,57% eram arrendatários, quatro (4) ou 28,57%

eram empregados rurais, um (1) ou 7,14% exercia atividade urbana e cinco (5) ou 35,71% eram proprietários de terra (Tabela 38). Diante do exposto, percebe-se que, em sua maioria, os entrevistados declararam que as atividades desempenhadas pelos pais no início eram de arrendatários e proprietários de terras. Em termos gerais também pudemos observar que, em sua maioria, os pais dos entrevistados da cooperativa estão ligados a atividade agropecuária.

Tabela 38: Atividades desempenhadas pelos pais dos entrevistados da COOPADRA

COOPADRA	**Nº produtores**	**Condições anteriores**	**%**
	4	Arrendatário/parceiro	28,57
	4	Empregado Rural	28,57
	1	Exerciam atividade urbana	7,14
	5	Proprietário de terra	35,71
	14		**100**

Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

No tocante às formas de aquisições das propriedades, identificou-se que três (3) ou 21,43% do total de 14 produtores entrevistados da COOPADRA adquiriram suas propriedades por meio de herança e 11 ou 78,57% adquiriram através de compra (Tabela 39).

Tabela 39: Formas de aquisições realizadas pelos produtores entrevistados da COOPADRA

COOPADRA	**Nº produtores**	**Como adquiriu sua propriedade**	**%**
Como adquiriu sua propriedade	11	**Compra**	78,57
	3	**Herança**	21,43
	-	**Compra e herança**	-
	-	**Reforma agrária**	-
	-	**Outros**	-
	14		**100%**

Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

Diante do exposto procuramos traçar um perfil dos produtores cooperados com o intuito de analisar nos próximos subitens como estes tem explorado a unidade produtiva e acessado as políticas públicas nas formas coletivas e individuais.

6.2.3 Exploração da Unidade Produtiva – Utilização das terras

Com relação à exploração da unidade produtiva dos produtores entrevistados da COOPADRA, verificamos a existência do cultivo de alface, almeirão, rúcula, cheiro verde, couve flor, brócolis, repolho, batata doce, mandioca, berinjela, pimentão e frutas (maracujá, manga e acerola) com a utilização de irrigação.

A renda monetária obtida pelos produtores entrevistados da COOPADRA é composta pela aposentadoria em relação a três (3) ou 21,43% dos produtores e pelas atividades de olericultura e fruticultura comercializadas nos mercados institucionais e feiras (ainda mantem sua importância como um canal de produtos hortifrutigranjeiros) da região no tocante a 11 ou 78,57% do total de entrevistados (14).

Na Figura 35 verifica-se a prática de irrigação utilizada pelos entrevistados para a produção de frutas.

Figura 35: Irrigação por gotejamento no cultivo de acerola



Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

O produtor rural faz uso de irrigação por gotejamento para a produção de acerola. Esse mesmo produtor também tem em sua propriedade o plantio de maracujá e manga. No caso da figura específica, o produtor foi contemplado com o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado, com um conjunto para irrigação com 1.500 metros de mangueira 16 milímetros, 2.000 metros de tubo gotejador, sendo que observou-se no local visitado que a mangueira de gotejamento ainda se encontrava desativada na lavoura.

Na Figura 36 verifica-se a irrigação no plantio de manga tipo coquinho na propriedade rural de um produtor participante da COOPADRA que foi contemplado com os recursos financeiros individuais do Microbacias II - Acesso ao Mercado no município de Dracena.

Figura 36: Irrigação no plantio de manga tipo coquinho de um membro da COOPADRA (Dracena)



Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

Na Figura 37 identifica-se à esquerda uma plantação de maracujá e à direita uma roçadeira manual que foi adquirida com os recursos financeiros individuais do Microbacias II – Acesso ao Mercado por um produtor participante da COOPADRA residente no município de Dracena.

Figura 37: Plantação de maracujá (à esquerda) e roçadeira manual (à direita) adquirida com os recursos individuais do Microbacias II – Acesso ao Mercado – produtor participante da COOPADRA (residente em Dracena)



Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

Na Figura 38 verificam-se canteiros de alface com a utilização de irrigação e uso de sombrite numa propriedade rural de um produtor participante da COOPADRA que foi contemplado com os recursos financeiros individuais do Microbacias II - Acesso ao Mercado no município de Dracena.

Figura 38: Canteiros de alface com a utilização de irrigação – prática utilizada por meio da concessão de recursos individuais do Microbacias II – Acesso ao Mercado – produtor participante da COOPADRA (residente em Dracena)

.



Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

A Figura 39 mostra um conjunto para irrigação com 1.500 metros de mangueira de 16 milímetros e 2.000 metros de tubo gotejador num canteiro de repolho de uma propriedade rural. O produtor participa da COOPADRA e foi contemplado com os recursos financeiros individuais do Microbacias II - Acesso ao Mercado no município de Dracena.

Figura 39: Canteiros de repolho com a utilização de irrigação – prática utilizada por meio da concessão de recursos individuais do Microbacias II – Acesso ao Mercado – produtor participante da COOPADRA (residente de Dracena)



Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

Na Figura 40 verifica-se uma estufa de oito (8) metros de largura por 30 metros de comprimento equipada com um conjunto de irrigação com 1.200 metros de tubo gotejador para o cultivo de pimentão adquiridos por meio da iniciativa individual (PIP) do Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Figura 40: Estufa e conjunto de irrigação utilizados no cultivo de pimentão adquiridos com recursos individuais do Microbacias II – Acesso ao Mercado – produtor participante da COOPADRA (residente de Dracena)



Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2019).

O manejo correto de irrigação contribui para suprir as demandas hídricas das plantas e com a utilização de ambientes protegidos por estufas, são práticas de proteção contra doenças, o frio, o vento e a chuva. Com o uso correto destas práticas pode-se ganhar produtividade e qualidade dos frutos.

6.3 COOPERATIVA

O setor de recebimento de mercadorias dos produtores da COOPADRA é responsável em selecionar os produtos para o empacotamento e/ou processamento. Para o processamento de polpa são direcionadas frutas, tais como: acerola, maracujá, goiaba e abacaxi, que serão posteriomente encaminhadas à alimentação escolar por meio do PNAE.

O empacotamento dos legumes e verduras são para atender o PNAE e o PPAIS.

O setor de insumos da COOPADRA adquire de forma coletiva ração mineral, ração para alimentação de suínos e bovinos, dentre outros, além de milho para atender seus associados. O setor de patrulha agrícola disponibiliza aos cooperados serviços de tratores e implementos; enquanto que o setor de financiamento elabora projetos de financiamento para irrigação e adubação. O INCRA realiza o processo de cadastramento e recadastramento dos imóveis rurais de Dracena. A cooperativa também utiliza uma assessoria contábil que presta serviços de assessoria e consultoria contábil, fiscal e pessoal, atuando nas áreas fiscal, trabalhista e societária. Percebe-se por meio do organograma que as ações desempenhadas pela cooperativa são bem organizadas e articuladas para atender aos interesses e necessidades dos cooperados.

Com a criação da COOPADRA, percebeu-se a necessidade de atender as condições técnicas e legais próprias de uma cooperativa que se diferenciam dos requisitos para o funcionamento de uma associação. Os projetos de minilaticínio e *packing house* também requeriam atender atributos ambientais, técnicos e legais específicos para o atendimento dos mercados institucionais de compra governamental (PNAE e PPAIS).

6.3.1 Avaliação do produtor rural da APRA, APRD e COOPADRA em relação à política pública do Governo Federal PRONAF

A avaliação de dez (10) ou 71,42% dos 14 entrevistados associados à APRA em relação à política agrícola do Governo Federal PRONAF é de aprovação. Os quatro (4) ou 28,57% produtores que reprovaram justificaram suas respostas com a falta de assistência técnica e de incentivo ao produtor (subsídio), bem como o baixo preço pago aos produtores e o alto preço dos insumos.

Na APRD, a avaliação positiva no tocante à política agrícola do Governo Federal PRONAF é maior que a verificada na APRA, pois 12 ou 85,71% dos 14 entrevistados aprovam e apenas dois (2) ou 14,29% deles reprovam por motivos já citados pelos entrevistados da APRA (falta assistência técnica e de incentivo ao produtor).

Dos entrevistados da COOPADRA, 13 ou 92,86% aprovaram a política agrícola do Governo Federal PRONAF e apenas um (1) ou 7,14% reprovou em virtude da necessidade de financiamentos com juros mais baixos e prazos maiores.

Assim, como os associados da APRA e da APRD, os produtores entrevistados participantes da COOPADRA afirmaram que a assistência técnica prestada por órgãos públicos

é regular por atingir um número reduzido de produtores. A assistência técnica privada, por sua vez, apresenta-se mais eficiente que a pública.

6.4 AVALIAÇÃO DO PROJETO MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO PELOS PRODUTORES CONTEMPLADOS DA APRA, APRD E COOPADRA

Neste subitem apresentamos as avaliações dos produtores rurais da APRA, APRD e COOPADRA que foram contemplados com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, que é uma política pública implementada pelo Governo do Estado de São Paulo, com financiamento parcial do Banco Mundial e contrapartida dos produtores rurais.

Dos 14 produtores associados à APRA entrevistados no município de Rancharia ao serem questionados sobre a avaliação do Microbacias II – Acesso ao Mercado, traduzindo em uma nota que deveria receber, oito (8) ou 57,14% deles informaram que era dez (10), cinco (5) ou 35,71% disseram que era oito (8) e um (1) ou 7,14% não quis avaliar o programa. De modo geral, os produtores acreditam que o referido Microbacias II é importante, pois eles se beneficiaram de forma coletiva e individual, ou seja, puderam adquirir equipamentos de uso coletivo (logística de transporte, barracão e implementos para a patrulha agrícola) e na forma individual os produtores também tiveram investimentos em suas propriedades correlacionados as atividades do projeto coletivo.

Sobre a relevância da aquisição do caminhão com tanque isotérmico (Figura 41), um entrevistado da APRA infere que: “[...] o transporte do leite no caminhão conserva a qualidade até a chegada no laticínio” (L. M., entrevista realizada julho de 2018).

Os agricultores familiares contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, por meio das associações e/cooperativa apresentam potencialidades de se engajarem nos mercados consumidores e institucionais, decorrente das iniciativas de negócios (coletivas) direcionadas as cadeias produtivas e a incorporação de tecnologias por meio dos equipamentos contemplados pelo referido projeto de forma individual.

Um (1) entrevistado associado à APRA relatou que com a implantação da ordenha mecanizada, que foi adquirida por meio do Microbacias II - Acesso ao Mercado, foi possível maior rapidez na retirada do leite e menos utilização de mão de obra (Figura 42).

Figura 41: Caminhão com tanque isotérmico adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado pela - APRA



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

Figura 42: Equipamento de ordenha mecanizada adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado por um associado da APRA



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

Em relação à implantação do tanque resfriador adquirido pela política pública estudada, um (1) agricultor familiar entrevistado associado à APRA afirmou que este equipamento possibilitou o resfriamento do leite influenciando positivamente na qualidade desse produto do ponto de vista sanitário, possibilitando o controle dos microrganismos (Figura 43).

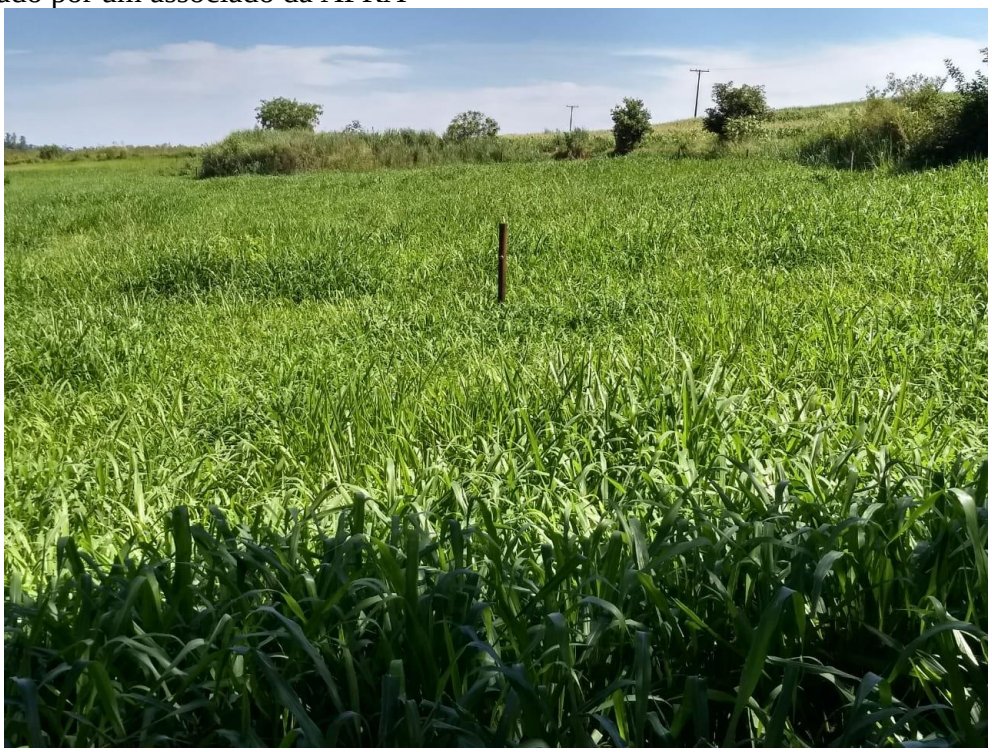
Figura 43: Tanque resfriador adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado por um associado da APRA



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

Sobre o piqueteamento, um (1) agricultor familiar entrevistado associado à APRA relatou que com a implantação do piqueteamento, que foi adquirido por meio do Microbacias II - Acesso ao Mercado, foi possível fazer a divisão das áreas de pastagem do gado, com palanques e cerca elétrica, que contribui para o manejo do pasto. Vale lembrar que o piqueteamento possibilita o rodízio com os animais, evitando que o pasto seja pisoteado; a redução de perdas de pastagem decorrente do pisoteio excessivo dos animais (compactação do solo); a recuperação da planta forrageira; e a redução dos custos se comparado com a cerca convencional, bem como a facilidade de instalação (Figura 44).

Figura 44: Propriedade com piqueteamento adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado por um associado da APRA



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

Numa avaliação sobre o Microbacias II – Acesso ao Mercado, com escala de zero (0) a dez (10), dez (10) ou 71,43% dos 14 produtores entrevistados do município de Dracena associados à APRD atribuíram nota dez (10), dois (2) ou 14,29% informaram nota oito (8), um (1) ou 7,14% informaram nota seis (6) e um (1) ou 7,14% não quis avaliar o programa. Os entrevistados, de modo geral, relataram que o Microbacias II contribuiu para ampliar a participação coletiva entre os associados.

É importante destacar que os produtores associados e entrevistados da APRD participaram do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a associação foi contemplada com a construção de um minilaticínio, por meio do Plano de Empreendimento Coletivo (PEC) e investimentos individuais para os associados, com os Planos Individuais das Propriedades (PIPs) também para atender as demandas da cadeia produtiva do leite.

No tocante à implantação do minilaticínio, vale lembrar que este contribuiu para a agregação de valor à matéria-prima (leite) e que o seu processamento *in natura* por meio da pasteurização deixa o produto pronto para a comercialização. O leite pasteurizado é comercializado nos mercados institucionais (PPAIS e PNAE) contribuindo assim, para o aumento da renda monetária familiar.

Um (1) agricultor familiar da APRD relatou que a aquisição do caminhão com tanque isotérmico (Figura 45), possibilitou o transporte a granel do leite *in natura* e a coleta da matéria-

prima em propriedades situadas em localidades mais distantes. Tem-se adotado os tanques comunitários visando a redução de custos, o aumento de escala, ampliação do poder de negociação, os tanques comunitários estão localizados nos municípios de Tupi Paulista, Junqueirópolis, Mirassol e nos distritos de Dracena (Jamaica e Jaciporã), dentre outros.

Marangon (2003) relata que a participação dos produtores nas decisões da associação, tal como onde comercializar o produto e a confiança mútua necessária para reunir o leite de vários produtores rurais em um único tanque, praticamente, define o sucesso ou o insucesso deste tipo de organização.

Figura 45: Caminhão com tanque isotérmico adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado realizando a coleta do leite em tanque comunitário dos associados da APRD



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

Um (1) agricultor familiar da APRD entrevistado relatou que com a implantação da ordenha mecanizada, sua esposa também passou a realizar esta atividade, que até então era realizada somente por ele.

Em relação à avaliação do Microbacias II – Acesso ao Mercado, considerando-se uma escala de zero (0) a dez (10), 12 ou 85,71% dos 14 produtores entrevistados do município de Dracena participantes da COOPADRA atribuíram nota dez (10) e dois (2) ou 14,29% informaram nota oito (8). Os entrevistados, de modo geral, fizeram uma ótima avaliação do programa, tendo como justificativas: o fomento da cadeia produtiva de olericultura com a implantação de um *packing house* (Figura: 46) com infraestrutura para classificação,

embalagem, armazenamento dos produtos na câmara de resfriamento para garantir qualidade e durabilidade das frutas e hortaliças.

Figura 46: Estrutura do *packing house* adquirido com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado dos associados da APRD



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

A implantação das estufas (Figura: 47) permitiu o aumento de produtividade, pois num ambiente protegido e controlado, é possível melhorar o aproveitamento dos recursos como o uso de adubos em conjunto com as regas moderadas. Outra vantagem é o controle das condições ambientais (temperatura, radiação luminosa, solo, umidade do ar, dentre outros) potencializando o desempenho das plantas, bem como colabora para o controle de pragas e doenças.

Figura 47: Propriedade com estufa que foi adquirida com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado dos participantes da COOPADRA



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

A irrigação, por sua vez, contribui para o ganho de produtividade quando aliado as técnicas de cultivo (Figura 48).

Figura 48: Propriedade com equipamentos de irrigação que foram adquiridos com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado dos participantes da COOPADRA



Fonte: Pesquisa de campo (julho/2018).

Em suma, as associações contempladas com os recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado já estavam consolidadas e estruturadas, além de contarem com líderes atuantes. No entanto, a complexidade dos processos para implementação do programa, tais como: a cessão de uso de área por parte do poder público municipal, a elaboração de documentos e certidões e licenças ambientais, dentre outros – exigiram o apoio e a articulação dos diferentes atores sociais (associados, presidentes das associações, representantes das Casas da Agricultura/CATI e EDRs, dentre outros).

Por meio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, os produtores participantes da APRA, da APRD e da COOPADRA tiveram seus projetos aprovados e habilitados, tanto individualmente (PIPs) quanto coletivamente (PECs) e foram contemplados com infraestruturas e equipamentos para o atendimento das necessidades das cadeias produtivas implementadas.

Observou-se também que a APRD estava articulada com os mercados institucionais de compras governamentais (PNAE e PPAIS), enquanto que o mesmo não foi verificado em relação à APRA. Vale lembrar que a COOPADRA foi empreendida em decorrência do volume de recursos financeiros auferidos com os supracitados mercados institucionais pela APRD e em virtude do interesse pelos recursos provenientes do Microbacias II – Acesso ao Mercado.

A APRD e a COOPADRA consolidaram dois (2) projetos, quais sejam: um (1) minilaticínio para atender a cadeia produtiva do leite e um *packing house* para fomentar as cadeias produtivas de olericultura e fruticultura, já a APRA foi contemplada com um caminhão para a coleta e o transporte do leite *in natura* até o laticínio localizado no município de Rancharia (cadeia produtiva do leite).

Por meio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, os produtores associados à APRA foram contemplados com um caminhão para o transporte da produção e a construção de um barracão de armazenamento para atender a cadeia produtiva do leite. Segundo os entrevistados, estes tiveram que se adequar à questão sanitária para atender ao padrão de qualidade da matéria-prima comercializada para o laticínio.

Os entrevistados da COOPADRA informaram participar do PNAE por meio da comercialização da produção de olerícolas.

De um modo geral, as sugestões para a melhoria das condições de vida e de reprodução socioeconômica dos produtores rurais participantes da APRA, da APRD e da COOPADRA, segundo os entrevistados, são o acesso à assistência técnica e a obtenção de preço diferenciado na comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Identificou-se que 90% dos entrevistados (participantes da APRA, da APRD e da COOPADRA) - que juntos contabilizavam 42 produtores rurais - não participaram da primeira

edição do Microbacias por não estarem inseridos nas microbacias hidrográficas contempladas e selecionadas em cada município. Os 10% dos entrevistados que participaram foram contemplados com recursos para o cercamento das Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Quanto ao Microbacias II – Acesso ao Mercado, os aspectos positivos mais relevantes apontados pelos entrevistados da APRA, APRD e COOPADRA foram: a aquisição de máquinas e implementos e o aumento da produção, enquanto que o aspecto negativo indicado foi a necessidade da aquisição de máquinas e equipamentos que estivessem estritamente relacionados à cadeia produtiva contemplada, não possibilitando a compra de outros produtos que eram considerados prioritários para a propriedade rural.

As questões ambientais na implementação do Microbacias II – Acesso ao Mercado não eram de conhecimento dos participantes entrevistados da APRA, da APRD e da COOPADRA.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, observamos que as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar são de suma importância para o espaço rural brasileiro, podendo contribuir para a permanência do agricultor familiar no campo e a melhoria das suas condições de vida. Notamos, no decorrer da pesquisa, por meio de reflexões teóricas, que as políticas públicas a partir da década de 1990 e, com maior ênfase, nos anos 2000, começaram a ter novas perspectivas como a territorial, concomitante com a setorial.

Neste sentido, a valorização do desenvolvimento local e regional deve ser pautado no potencial dos recursos humanos e institucionais do capital social. O capital social é um instrumento teórico para análise de processos de desenvolvimento local e regional, sendo incorporado como um elemento estratégico que surge em uma comunidade a partir de aproximações dos membros em razão de propósitos comuns, que ocasionalmente levam a uma discussão construtiva sobre os problemas da comunidade e resultam em ações efetivas.

A indução de capital social por meio de políticas públicas é uma estratégia intencional, que pode levar os atores sociais, políticos e econômicos a se articularem e empreenderem ações coletivas e implementarem projetos de desenvolvimento territorial rural. A elaboração de políticas públicas que fomente as formas associativas pode ser outro elemento estratégico para captar o capital social acumulado em um determinado arranjo produtivo.

Diante disso, o presente estudo procurou evidenciar o modelo de organização coletiva formal, baseado no associativismo rural/cooperativismo como alternativas para a formação, o fortalecimento e a reprodução de Capital social dos agricultores familiares dos municípios de Rancharia e Dracena (SP), contribuindo para sua reprodução social e participação em políticas públicas, a exemplo do Microbacias II - Acesso ao Mercado.

Ao refletir sobre o associativismo rural e o capital social, identificando e analisando o papel exercido pelas associações na formação e no fortalecimento do capital social dos produtores associados, como pretendíamos no primeiro objetivo específico do trabalho, verificamos que o capital social é um relevante fator a ser considerado nas estratégias de desenvolvimento rural e deve ser estabelecido por meio da democratização da sociedade e da indução por meio de políticas públicas que fomente à formação do capital social. É necessário distinguir os efeitos benéficos das relações sociais baseadas em reciprocidade e ações associativas que formam o capital social.

Identificamos por meio da pesquisa que as políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares têm estimulado a criação e o fortalecimento de associações,

oportunizando o acesso aos recursos das políticas públicas para parte dos agricultores familiares, ou seja, o Microbacias II – Acesso ao Mercado beneficiou os agricultores familiares que estavam mais capitalizados e organizados formalmente em organizações coletivas.

Ao estudar do ponto de vista conceitual, a importância das políticas públicas elaboradas para o meio rural na perspectiva do desenvolvimento territorial, como pretendíamos no segundo objetivo específico do trabalho, é importante destacar que o Microbacias II – Acesso ao Mercado pode ser considerado como uma política pública que fomenta o desenvolvimento territorial, pois promove a participação das organizações associativas formais e envolve os agentes institucionais na implementação de iniciativas de negócio com finalidades econômicas.

Percebeu-se, com o desenvolvimento da pesquisa, que houve uma descontinuidade entre as duas (2) fases do Microbacias. Enquanto que o PEMH – I teve como prioridade o fortalecimento das organizações sociais e a questão ambiental; o Microbacias II – Acesso ao Mercado focou nas cadeias produtivas e, por consequência, no aspecto econômico. Outro destaque foi que a primeira fase (2000-2008) do programa teve como unidade de intervenção as microbacias, o que não ocorreu na implementação da segunda fase (2011-2018), que teve como unidade de intervenção as cadeias produtivas.

O termo "microbacias" foi utilizado para simular uma continuidade, entretanto, houve uma desconstrução da política pública Microbacias II – Acesso ao Mercado, em que a questão ambiental envolvendo o manejo adequado do solo e das águas foi substituído pela questão mercadológica, que atingiu um número seleto de produtores no Estado de São Paulo.

Desta forma, a hipótese norteadora deste trabalho foi confirmada ao se evidenciar que as associações de produtores rurais foram adquirindo cada vez mais relevância no espaço rural brasileiro após 1990 e, no Estado de São Paulo, esse fomento à organização coletiva por meio de associações e cooperativas foi intensificada a partir do estabelecimento de parceria com o Banco Mundial, implementando, a partir de 2000, com o Microbacias I e II.

Em relação às etapas de implementação do Microbacias II – Acesso ao Mercado, podemos entender e compreender como os arranjos institucionais e operacionais se articulam para a execução da referida política pública no Estado de São Paulo, como pretendíamos no terceiro objetivo específico do trabalho. Constatou-se que o foco da política pública era a inserção do produtor no mercado por meio das associações e cooperativas, no entanto, percebe-se que ocorreu o privilegiamento de parte dos associados, sobretudo daqueles com maior poder econômico, não indo ao encontro dos interesses dos agricultores familiares menos favorecidos. Outro elemento verificado foi que a falta de assistência técnica e extensão rural que dificultou a implementação das ações do referido Microbacias II.

Observamos, por meio da pesquisa, a participação minoritária de associações de assentados rurais (e dos quilombolas e indígenas). Percebeu-se que nos assentamentos existem alguns fatores limitantes das formas associativas, como o individualismo, a dependência do Estado e, ao menos em parte, a não formalização das organizações coletivas.

Também se procurou evidenciar no âmbito do Estado de São Paulo como a referida política pública contemplou, por meio das chamadas públicas, iniciativas de negócios empreendidas pelas associações e/ ou cooperativas de agricultores familiares, como pretendido no quarto objetivo específico. De modo geral, o Microbacias II – Acesso ao Mercado II deu ênfase às cadeias produtivas, e considerando o nível estadual, verificamos por meio dos dados de fontes secundárias obtidos, que 19 cadeias produtivas tiveram projetos aprovados, possibilitando a inserção de várias associações e/ ou cooperativas, fortalecendo as cadeias produtivas locais, mas podendo levar à especialização produtiva dos agricultores participantes. As cadeias produtivas que mais se destacaram em número de projetos aprovados por meio das associações/cooperativas no Estado de São Paulo foram: a do leite, a da olericultura e a da fruticultura.

Com base no quinto objetivo específico do trabalho, procurou-se investigar as diferentes dinâmicas regionais, com base no Microbacias II – Acesso ao Mercado. Verificou-se que as organizações coletivas dos agricultores nos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) de Presidente Prudente e de Dracena apresentaram diferentes dinâmicas de acesso no período compreendido entre 2011 e 2018.

Averigou-se que, em relação ao EDR de Presidente Prudente, ocorreu uma maior distribuição dos planos de negócios por município contemplado com a referida política pública, ou seja, dos 21 municípios que compreende o EDR, 10 (dez) conseguiram aprovação de um (1) projeto e também constatamos que a cadeia produtiva de maior relevância em termos de recebimento de recursos do Microbacias II foi a do leite. No que concerne ao EDR de Dracena, notamos que os municípios de Adamantina, Dracena, Junqueirópolis, São João do Pau d'Alho e Tupi Paulista tiveram mais de um (1) projeto aprovado e as cadeias produtivas que mais receberam recursos foram a do leite, da fruticultura e olericultura.

Outro ponto que merece destaque, após as análises dos dados de fonte secundárias coletados, foi a sobreposição de cadeias produtivas no EDR de Dracena nos municípios de Tupi Paulista (cadeia produtiva do leite e do urucum), Adamantina (cadeia produtiva do leite e olericultura) e em Dracena (do leite, olericultura e fruticultura) em projetos distintos.

Constatamos que, tanto na escala dos EDRs de Presidente Prudente e Dracena, como nos municípios pesquisados, houve uma espacialização desconcentrada dos produtores

participantes do Microbacias II, que ultrapassou os limites territoriais das duas localidades, já que, embora as associações/cooperativa sejam sediadas num município, estas organizações contaram com associados/cooperados de municípios do seu entorno.

No que se refere à implantação das propostas de iniciativas de negócios, as organizações de produtores rurais enfrentaram grandes dificuldades para implantar as propostas, sobretudo em virtude da demora para a obtenção da contrapartida financeira; da complexidade nos processos de aquisições das certidões legais exigidas para o funcionamento da entidade, entre outras.

Verificou-se, no decorrer do trabalho, que o Microbacias II – Acesso ao Mercado II, fomentou ações e intervenções que necessitou de articulação e o fortalecimento de parcerias entre agentes públicos, privados e agricultores.

Nesta perspectiva, podemos observar que durante a implementação do Microbacias II – Acesso ao Mercado, ocorreram adaptações e flexibilizações em seus manuais operacionais, propiciando a reformulação de forma continuada, gerando aprendizagem para os atores envolvidos.

Outro aspecto que podemos observar foi a atuação de duas secretarias estaduais e suas coordenadorias que assumiram significativa relevância na efetivação do compartilhamento de responsabilidades na implementação do Microbacias II.

Neste sentido, ao analisar a implementação da política pública não podemos deixar de considerar os desafios da articulação de um conjunto cada vez mais diversificado de atores, estatais e não estatais, envolvido num processo de interação, pautados por regras formais e informais.

Outro aspecto importante condiz com a perspectiva de fortalecimento dos atores locais e de decisões tomadas no nível local e regional, que possibilitam uma aproximação entre as demandas da comunidade e o planejamento da política pública.

Com o Decreto 64.131 de 11 de março de 2019, além de alterar a nomenclatura da CATI para Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), ocorreram mudanças estruturais na Secretaria de Meio Ambiente, alguns departamentos como o Departamento de Biodiversidade e o Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável, entre outros. No Decreto 64.132 de 11 de março de 2019, dispõe sobre a organização da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, que destaca a fusão de 3 Secretarias de Estado (Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e a Secretaria de Energia e Mineração).

Com a publicação desses decretos, observa-se a descontinuidade com as políticas de gestão de governos anteriores, bem como, o enfraquecimento das políticas públicas ambientais decorrente do processo de reestruturação, demonstrando que o meio ambiente perde seu protagonismo no atual governo paulista. Vale ressaltar ainda, que a reestruturação da Secretaria de Meio Ambiente se deu na forma de "*top down*", ou seja, a reestruturação ocorreu sem a participação das equipes técnicas das secretarias.

Também foi possível verificar a importância dos Conselhos Municipais como instâncias colegiadas, possibilitando espaços participativos e em relação ao Microbacias II desempenhou papel relevante.

Constatamos, também, que a política pública do Microbacias II não contemplou recursos para ser utilizado como capital de giro, o que é extremamente importante para financiar as necessidades operacionais de uma empresa.

Por meio do sexto objetivo específico procuramos identificar as estratégias de organização coletiva formais e sua importância econômica e social para os produtores contemplados com a referida política pública nos municípios de Rancharia e Dracena.

Constatamos o caráter excludente da política pública de grupos sociais menos capitalizados, que não estavam articulados nas cadeias produtivas beneficiadas ou não tinham condições de arcar com a contrapartida exigida pela referida política pública.

Nas duas localidades, os beneficiários estavam organizados em associações e cooperativa que já experimentavam forte inserção no mercado.

Durante a implementação do Microbacias II nos municípios de Rancharia e Dracena houve a desistência de produtores rurais no Plano Individual da Propriedade (PIP) e do Plano de Empreendimento Comunitário (PEC). Nas duas localidades, a justificativa para a desistência de produtores foi por medo de perder a terra em virtude da contrapartida de 30% dos recursos, já em Rancharia observamos que houve outros fatores, tais como: idade avançada, falecimento, mudança de município etc.

No sétimo objetivo específico procurou-se caracterizar o perfil dos produtores associados/cooperados nos dois municípios pesquisados e contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado com o intuito de analisar como eles têm acessado a política pública na forma coletiva e individual, fomentando a cadeia produtiva em que estão inseridos.

Com os recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado as associações/cooperativa e os agricultores familiares associados/cooperados tiveram seus projetos aprovados e habilitados, tanto individualmente quanto coletivamente. A APRA foi contemplada com um caminhão para

a coleta e transporte do leite *in natura* até o laticínio localizado no município de Rancharia (cadeia produtiva do leite), os recursos excedentes da compra do caminhão foram utilizados para a construção de um barracão para o armazenamento da patrulha agrícola e do caminhão. Em Dracena, a APRD teve apoio na infraestrutura de um minilaticínio e com logística de transporte para agregar valor à matéria-prima (leite). O minilaticínio possibilitou o processamento *in natura* do leite por meio da pasteurização, deixando o produto pronto para ser comercializado nos mercados consumidores e institucionais do PNAE e PPAIS. A COOPADRA teve apoio para a implantação de um *packing house* com infraestrutura para classificação, embalagem, armazenamento dos produtos em câmara de resfriamento para garantir qualidade e durabilidade das frutas e hortaliças, fomentando as cadeias produtivas de olericultura e fruticultura.

O associativismo e/ou cooperativismo representam uma alternativa importante de viabilização das atividades econômicas, oferecendo aos agricultores familiares uma opção de participar do mercado com melhores condições de comercialização dos bens e serviços, bem como, a compra de insumos (ração mineral, ração para alimentação de suínos e bovinos, dentre outros) e uso compartilhado da patrulha agrícola.

A formação de associações de produtores rurais tem sido crucial para a reprodução socioeconômica destes, diante da concorrência que é estabelecida pelas grandes propriedades rurais sobre as pequenas unidades produtivas, bem como, alternativa para a formação, o fortalecimento e a reprodução de capital social dos agricultores familiares e acesso a políticas públicas. Nos municípios de Rancharia e Dracena (SP), as organizações coletivas (associações e cooperativa) pesquisadas embora tenham fomentado o capital social, a implementação do Microbacias II não garantiu a participação de todos os associados/cooperados, apenas daqueles mais capitalizados ou que tinham condições de garantir a contrapartida exigida pelo projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. A formação do capital social para o desenvolvimento sustentável. In: **II Fórum Contag de Cooperação Técnica.** São Luiz, 1998
.
ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **Economia Aplicada.** São Paulo, v. nº 2, abr./jun., 2000.

ABU-EL-HAJ, J. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. In: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB,** Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-79, 1999. Disponível em: <https://www.anpocs.com/...o-debate-em-torno-do-capital-social-uma-revisao-critia/fil...>. Acesso em: 2 mar. 2019.

AGUIAR, C. C.; FERREIRA NETO, J. A. Análise da articulação entre capital social e associativismo: uma abordagem coletivista. Oikos. In: **Revista Brasileira de Economia Doméstica,** v. 25, n.1, p. 159-185, 2014.

ALVES, A. G. M. P. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE:** Histórico, Situação Atual e Perspectivas. Diretoria de Planejamento, BRDE, nov., 2003.

AMABILE, A. E. N. Políticas públicas. In: CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. (Org.). **Dicionário de políticas públicas.** Barbacena: EdUEMG, 2010.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 1, p. 35-74,nov. 1996.

AMARAL, I. G.; FELIX, K. K. F.; MOREIRA, L. F.; SILVA, R. A.; SILVA, W. S. **Associativismo e Cooperativismo.** Disponível em: < http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Cartilha%20de%20Associativismo%20e%20Cooperativismo.PET-PROEX.pdf> . Acesso em: 13 set. 2017.

ANDRADE, E. O.; CÂNDIDO, G. A. Capital social no contexto de arranjos produtivos locais e sua contribuição para o desenvolvimento local: um estudo de caso no setor Coureiro-Calçadista de Campina Grande – PB. In: **Qualit@s Revista Eletrônica,** v. 14, n. 2, 2013. Disponível em: < http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/download/1972/991 >. Acesso em: 22 jun. 2019.

APARECIDO, R. C.; HESPANHOL, A. N. Descentralização de Políticas Públicas e Atuação dos Municípios na Promoção do Desenvolvimento Rural. In: **Anais...** VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória/ES, 2014.

ARANA, A. R. A. **Cooperativismo:** uma alternativa de gestão. Presidente Prudente: Macromídia, 2006.

ARAÚJO, T.B. Pensando o futuro das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. In: MIRANDA, C.; TIBÚRCIO, B. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil:** avanços e desafios. Brasília: NEAD, 2010.

ARRETCHE, M. Redistribuição e polarização política. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 set., 2018. Ilustrada, p. 7.

ASSIS, D. G. C.; SILVA, F. M. V.; SIQUEIRA, E. S. S.; BINOTTO, E. O papel da liderança em associações: os desafios na construção de processos coletivos em gestão. In: **Gestão & Planejamento,** Salvador, v. 16, n. 1, p. 4-28, jan./abr., 2015. Disponível em: <revistas.unifacs.br/index.php/rgd/article/viewFile/3193/2576>. Acesso em: 1 out. 2019.

AVRITZER, L. **Teoria democrática e deliberação pública.** In: Lua Nova, nº 50, 2000, p. 25-46.

AVRITZER, L. **Um desenho institucional para o novo associativismo.** Lua Nova, nº 39, 1997, p. 149-174.

BALEM, T. A. **Associativismo e cooperativismo,** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **PRONAF.** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>. Acesso em: 18 out. 2018.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional.** Texto para discussão n. 630. Brasília, IPEA, fevereiro de 1999.

BARRETO, R. R.; OLIVEIRA, E. S.; SICSÚ, A. B. Arranjo produtivo local e desenvolvimento endógeno: uma apresentação do APL de turismo no litoral Norte do Estado de Alagoas, 2006. **Anais...**XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção "A energia que move a produção: um diálogo sobre integração, projeto e sustentabilidade", Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 9-11 out. 2007. Disponível em: < http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007_TR630473_9602.pdf >. Acesso em: 3 mar. 2018.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade:** por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BONA, A. **Descubra o que é VPL e qual sua importância nos investimentos,** 2019. Disponível em: < https://andrebona.com.br/descubra-o-que-e-vpl-e-qual-sua-importancia-nos-investimentos/ >. Acesso em: 5 jul. 2019.

BONNAL, F.; MALUF, R. S. **Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil.** Disponível em: <http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Bonnal_e_Maluf_Pol%C3%ADticas_de_desenvolvimento_territorial_e_a_multifuncionalidade.1.pdf>. Acesso em: 09 out. de 2018.

BONNAL, P.; CAZELLA, A. A. DELGADO, N. G. Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro. In: **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales,** Universidad de Barcelona, Espanha, v. 17, n. 1002, 30 nov. 2012. Serie documental de Geografia Crítica. Cuadernos Críticos de Geografia Humana. Disponível em: < http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1002.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

BOSCHI, R. R. **A arte da associação.** São Paulo, Vértice/Iuperj, 1987.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. In: **Actes de la Recherche in Sciences Sociales**, v. 31, jan. 1980, p. 2-3.

BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In : RICHARDSON, J. (ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Nova York : Greenwood Press, 1986.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: **Handbook f Theory and Research for the Sociology of Education,** Ed. J. Richardson. N. Y.Greenwood, 1985.

BRASIL, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER). **Nova portaria do selo de identificação da participação da agricultura familiar é publicada,** 2018. Disponível em: <http://www.agraer.ms.gov.br/nova-portaria-do-selo-de-identificacao-da-participacao-da-agricultura-familiar-sipaf-e-publicada/>. Acesso em: 6 out. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acesso em 19 out. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil.** Indicadores de Monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, nov., 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **Informações Institucionais**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/o-que-e-o-consea> Acesso em: 05 de set. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 58.211, DE 12 de julho de 2012**. Aprova o Projeto de Incentivo às Iniciativas de Negócio das Organizações de Produtores Rurais - Microbacias II, previsto no Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II, de interesse para a economia estadual e dá providências correlatas.

BRASIL. **Decreto nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre a destinação de recursos à alimentação escolar, Brasília, jun. 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3341>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, Brasília, jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 26 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Como criar e administrar associações de produtores rurais:** manual de orientação / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – 6. ed. – Brasília: MAPA/ACS, 2009. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/arquivos-publicacoes-cooperativismo/como-criar-e-administrar-associacoes-de-produtores-rurais.pdf>. Acesso em: 5 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento. **O que é agricultura familiar?** Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar >. Acesso em: 9 de fev. 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal (MPF). **Para o cidadão**, 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato>. Acesso em: 22 dez. 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). **Histórico,** 2018. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico>. Acesso em: 9 dez. 2018.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável:** Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável***:* projeto de cooperação técnica INCRA/IICA. Brasília, 1999. 105 p.

BURNS, J. M. **Leadership.** Newyork: Harper and Row, 1978.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. In: **Estudos avançados,** v. 15, nº 43, São Paulo, set./dez., 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>. Acesso em: 3 ago. 2018.

CAMPOS, L. M. S.; SAPELLI, D. M. Indicadores de capital social numa organização de terceiro setor: uma visão comparativa entre a percepção do público interno e externo. In: **XXXI Encontro da ANPAD,** Rio de Janeiro, set., 2007. Disponível em: < http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-A688.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2019.

CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. **Economia e sociedade**, Campinas, 8: 101-41. Jun.1997. Disponível em: < https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643294>. Acesso: 10 fev. 2019.

CASA DA AGRICULTURA. **Comunidades tradicionais:** indígenas, quilombolas e pescadores artesanais. ISSN 0100-6541, ano 21, n. 2, mai./jun./jul./ago., 2018a. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/revistacasadaagricultura/32/RevistaCasadaAgricultura-mai_jun_jul_ago2018.pdf>. Acesso em: 5 out. 2019.

CASA DA AGRICULTURA. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável:** Microbacias II – Acesso ao Mercado. ISSN 0100-6541, ano 21, n. 3, set./out./nov./dez., 2018b. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/revistacasadaagricultura/33/RevistaCasadaAgricultura_Janeiro_2019.pdf>. Acesso em: 6 out. 2019.

CASSIN, M. P. S. As políticas sociais nos governos do PT e a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil. In: **Anais...** 4º Simpósio mineiro de assistentes sociais. Disponível em: < http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/51/514a6740-1dd0-41f4-816c-dab246355b89.pdf >. Acesso em: 3 jul. 2018.

CASTANHEIRA, A. C. G. In: **Manual básico:** controle de qualidade de leite e derivados. São Paulo: Cap-Lab, 2010.

CASTILHOS, D. S. B. **Capital social e políticas públicas:** um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar. 167 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos,** 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CLEMENTE, E. **O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Contexto do desenvolvimento rural da região de Jales – SP**. 339 f, Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

COHEN, J. Deliberation and democratic legitimacy. In: BOHMAN, J.; REGH, W.(Org.). **Deliberative democracy:** essays on reason and politics, Cambridge, MA, MIT Press, 1999.

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, nº 94. Suplement, 1988, p. 95-120.

COLNAGO, E. T. P. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Dracena – SP.** 276 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

COLNAGO, E. T. P. **Desenvolvimento territorial e alimentação escolar:** estudo comparativo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Dracena e Regente Feijó**.** 376 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO (CODASP). Melhor caminho: estradas vicinais de terra. **Manual técnico para conservação e recuperação.** Disponível em: <www.codasp.sp.gov./Artigos/melhor-caminho/>. Acesso em: 5 jul. 2019.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). **Programa Estadual de Microbaciais Hidrografias. Manual do Programa – Seção Operativa**. CATI: São Paulo, 2001.

CORRÊA, V. P. **Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva**, 2009. Disponível em: < http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/091220_boletimregional3_cap3.pdf >. Acesso em: 7 jun. 2018.

COSTA, I.; VASCONCELOS, A. C. F.; ANDRADE, E. O.; CÂNDIDO, G. A.; ROSAS, I. A. G. Capital Social como instrumento para viabilização do desenvolvimento regional: estudo de caso no Cariri Paraibano. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional,** v. 4, n. 2, p. 58-80, mai/ago. 2008, Taubaté, SP. Disponível em: < http://www.rbgdr.net/022008/artigo4.pdf >. Acesso em: 25 de dez. 2018.

COSTA, F. J. C. **Associativismo, capital social e desenvolvimento local:** estudo de caso na comunidade de Monte Grave. 278 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2011.

COSTA, L. A. Da autonomia a participação: breves reflexões sobre o Federalismo brasileiro na perspectiva do constitucionalismo social-dirigente. In: **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v. 16, n. 31, jan. 2013.

COUTO, V.; ROCHA, A. S. Reveres à questão territorial na região de Irecê, Bahia. XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. **Anais**... Fortaleza, 23 a 27 de julho de 2006.

CHRISTOFFOLI, P. I. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo:** limites e possibilidades. 324 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

CRUZ, A. **Conferências nacionais,** 2012. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/democracia-e-dialogo/conferencias-nacionais>. Acesso em: 6 dez. 2018.

D'INCAU, M. C. **O Boia-Fria:** acumulação e miséria. São Paulo: Editora Vozes Ltda, 1975.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento territorial:** políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a indicação geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2014.

DAMIANI, G.; GONZÁLEZ, F.; FERNANDEZ-ALBERTOS, J. **Governança e Democracia Representativa,** 1º ed., Edusp. 2017.

DATALUTA: Banco de dados da luta pela terra. **Relatório Pontal do Paranapanema 2013,** 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal_2013.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2015.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século: (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **Dados**. Vol. 54, nº 2. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000200007> Acesso em 14 de julho de 2018.

DRACENA (MUNICÍPIO). **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Dracena**. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/portal/projetos-e-programas/conselho-municipal-de-desenvolvimento-rural?cod=160>. Acesso em 14 de fevereiro de 2016.

DURSTON, J. Construyendo capital social comunitário. CEPAL: Santiago de Chile. In: **Revista de la CEPAL,** nº 69, p. 104-118, 1999.

FAGNANI, E. Como conquistar o desenvolvimento social. In: **Le Monde Diplomatique Brasil,** nº 43, fev. 2011. Disponível em: <www.dilomatic.org.br>. Acesso em: 5 dez. 2018.

FARIAS, M. R. de. **Caracterização socioeconômica dos produtores orgânicos e convencionais vinculados ao projeto PAIS em Campo Grande, MS**. Dissertação (Mestrado

profissional em produção e gestão agroindustrial) Universidade Anhanguera – Uniderp. Campo Grande, MS. 2013.

FAVARETO, A. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o Governo de Temer e além. In: **Revista Raízes,** v. 37, nº 2, jul.-dez., 2017. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/volumes.php?Rg=51>. Acesso em: 6 jul. 2019.

FAVARETO, A. Três Instantâneos sobre a Gestão Social do Desenvolvimento Territorial nos Anos 2000: Notas para um Balanço. **Trabalho apresentado no III Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial. IICA/Fórum** DRS/MDA, Fortaleza, 5-7 de novembro, 2008.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (FETAESP). **DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF,** 2015. Disponível em: <http://www.fetaesp.org.br/novo/dap-declaracao-de-aptidao-ao-pronaf/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de janeiro: Relume-Dumará, 1994. 156 p.

FERREIRA, J. Â. **Custos industriais:** uma ênfase gerencial. São Paulo: STS, 2007.

FONSECA, R. O. **A atuação do Grupo Odebrecht Agroindustrial (ATVOS) no setor sucroenergético:** o caso dos municípios de Nova Alvorada do Sul – MS e Mirante do Paranapanema – SP. 216 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

FOUCAULT, M. **A Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal: 1979.

FREIRE, A. Engajamento cívico e capital social: um modelo interativo para o efeito da confiança interpessoal. **Opinião Pública**. V. 20, nº 2, ago. 2014, 273-290. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/op/v20n2/0104-6276-op-20-02-00273.pdf > Acesso em: 10 jun. 2018.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, nº 21, p. 211-259, junho 2000.

FUKUYAMA, F. **A grande ruptura:** a natureza humana e a reconstituição da ordem social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FUKUYAMA, F. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FUNG, A. Associations and democracy: between theories, hopes, and realities. **Annual Review of Sociology,** v. 29: p. 515-539, 2003.

FURLANETTO, E. L. Instituições e Desenvolvimento Econômico: A Importância do Capital Social. In: **Revista de Sociologia Política.** v.16, Complementar, p. 55-56, ago., 2008.

GASPAROTTO, G. P.; GROSSI, P. K.; VIEIRA, M. S. O ideário neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. **Anais...** XI Seminário Internacional de demandas

sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea, VII mostra de trabalhos jurídicos científicos, 2014. Disponível em: < http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8153/2/evento_006%20-%20Patr%C3%ADcia%20Krieger%20Grossi.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2018.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. In: **São Paulo em perspectiva,** v. 18, nº 2, p. 5-103.

GIL, I. C. **Nova Alta Paulista, 1930-2006:** entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2007.

GOMIDE, A. **O ambiente político-institucional brasileiro e a abordagem dos arranjos institucionais,** 2014. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/Aula%202%20-%20Governança%20e%20Arranjos%20Institucionais%20-%20Alexandre%20Gomide.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

GONÇALVES, J. S.; VEGRO, C. L. R. **Crise econômica e cooperativismo agrícola:** Uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). Agricultura em São Paulo, SP, 41(2): 57-87, 1994.

GONÇALVES, R. Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: Governo Lula (2003-10). In: MAGALHÃES, J. P. A. *et al*. **Os Anos Lula:** contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010. Rio de Janeiro, 2010, p. 161-180.

GONÇALVES, R.; FILGUEIRAS, L. **O conteúdo da política social do Governo Lula é o mesmo do governo FHC.:** Entrevista especial com Reinaldo Gonçalves, 2007. Disponível em: < http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/8650-%60o-conteudo-da-politica-social-do-governo-lula-e-o-mesmo-do-governo-fhc%60-entrevista-especial-com-reinaldo-goncalves >. Acesso em: 2 set. 2018.

GOTARDO, G.; FRAGA, C. O tecido social brasileiro está fragmentado. **Jornal da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Mar., 2009. nº 329. Faça parte desse time!.p. 4. Disponível em: < http://apcefrs.org.br/upload/paper/032009.pdf> Acesso em: 01 de set. 2018.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. Piracicaba-SP, vol. 52, Supl. 1, p. s125-s146, 2014.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN A. M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUIMARÃES NETO, L; ARAUJO, T. B. de**. Poder Local, governos municipais e políticas de indução do desenvolvimento econômico do Brasil**. In: SOARES, J. A.; CACCIA-BAVA, S. (Org.). Os desafios da gestão municipal democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

HENRIQUES, J. M. **Municípios e desenvolvimento:** caminhos possíveis. Lisboa: Escher Publicações, 1990.

HENTZ, C.; ARISTIDES, M. J. S.; HESPANHOL, R. A. M. Estado, políticas públicas e desenvolvimento da agricultura no Brasil. In: **Sociedade e Território,** Natal, v. 27. Edição Especial I, XXII ENGA, p. 38-60, set. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/download/7436/5760/>. Acesso em: 4 dez. 2018.

HESPANHOL, A. N. A incorporação da perspectiva do desenvolvimento territorial nas políticas públicas brasileiras: avanços e limites. In: CUNHA, L; PASSOS, M. M.; JACINTO, R. (Org.). **As novas geografias dos países de língua portuguesa:** Paisagens, Territórios, Políticas no Brasil e em Portugal.1ª ed. Guarda: Centro de Estudo Ibéricos (CEI), v. 16, 2010.

HESPANHOL, A. N. Expansão da cana-de-açúcar e redução do cultivo das demais lavouras e pastagens no Oeste do Estado de São Paulo. In: VII JORNADAS INTERDISCIPLINARIAS 208 DE ESTUDIOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES. **Anais...** Buenos Aires-Argentina: UBA, 2013.

HESPANHOL, A. N. O Programa de Microbacias Hidrográficas e a questão do desenvolvimento de territórios rurais no estado de São Paulo. In: **Anais das 4º Jornadas internacionais de estudos Agrários y Agraindustrialies. Buenos Aires:** 1 Universidade de Buenos Aires – UBA, 2005, p. 1-20.

HESPANHOL, A. N. O programa de microbacias hidrográficas no Pontal do Paranapanema – SP. **Revista Geográfica de América Central**. n. especial EGAL, p. 1-14, Costa Rica, 2011. Disponível em: < file:///C:/Users/Eliane/Downloads/2367-Texto%20del%20art%C3%ADculo-5448-1-10-20111210.pdf> Acesso em: 2 dez. 2018.

HESPANHOL, A. N.; HESPANHOL, R. A. de M. **Desenvolvimento rural e poder local**: a situação dos CMDRs na Região de Presidente Prudente – SP. I Seminário Internacional Desenvolvimento Local na integração: Estratégias, instituições e Políticas. IGCE – UNESP, Rio Claro, 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nivaldo/Publica%E7%F5es-nivaldo/Anteriores/DESENVOLVIMENTO%20RURAL%20E%20PODER%20LOCAL.pdf> Acesso em: 20 mar. 2016.

HESPANHOL, R. A. M. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. In: **Campo - Território:** revista de geografia agrária, v. 5, n. 10, p. 123-147, ago. 2010. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11964/8247 Acesso em 24/04/2018.

HESPANHOL, R. A. M. Mudança na concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: **Scripta Nova** (Barcelona), v. 12, p. 01-08, 2008. http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-79.htm. (ISSN 1138-9788).

HESPANHOL, R. A. M. **Produção Familiar**: Perspectivas de análise e inserção da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

HESPANHOL, R. A. M. PRONAF infraestrutura e serviços municipais e associações de produtores em municípios selecionados da Região de Presidente Prudente, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, SP, V. 36, n. 5, mai. 2006. Disponível em: < file:///C:/Users/Eliane/Downloads/tec2-0506.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário**, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_sao_paulo.pdf>. Acesso em: 20/03/2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Definição de Microrregião, Mesorregião e Macrorregião.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto interno bruto dos municípios**: ano de referência 2010. Coordenadoria de Contas Nacionais. 3º ed. Rio de Janeiro, 2016. p. 58.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Revista de Informação e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Ano 9, edição 72, 2012. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 21 jul. 2019.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Organização de Conferências Nacionais**: desafios e novas possibilidades de diálogo. Brasília, maio de 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5740/1/NT_n14_Organizacao-conferencias-nacionais_Diest_2015-maio.pdf> Acesso em: 04 set. 2018.

IRION, J. E. **Cooperativismo e economia social.** São Paulo: STS, 1997.

JACCOUD, L.; HADJAB, P. D. E.; CHAIBUD, J. R. **Assistência Social segurança alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas, e recentes desafios (1988-2008).** Políticas sociais – Acompanhamento e análise, Brasília, IPEA, 17, v. 1, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/bps_completo_1.pdf>. Acesso em: 28 de dez. 2018.

JELLINEK, G. **Allgemeine Staatslehre.** Berlin: [S.E.], 1914. Disponível em: <https://archive.org/details/allgemeinestaats00jelliala/page/n31> Acesso em: 10 jan. 2018.

KAGEYAMA, A. A. (Coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro:** do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas, 1987.

KFOURI, Berenice Maria Barcellos. **Carreiras Gerenciais no Serviço Público**: Caminhos num Espaço sem Caminho. 1992. 161 f. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1992.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura. Claves esenciales del desarrollo. **Revista de la Cepal**, n.69, 1999.

KNOREK, R. Agricultura familiar, juventude e cooperativismo: capital social imprescindível ao desenvolvimento territorial rural. In: BADALOTTI, R. M.; COMERLATTO, D. (Org.). **Território, territorialidades e estratégias de desenvolvimento regional.** Passo Fundo: IMED, 2016, P. 142-159.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública:** teoria e prática. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LISBOA, J. B. Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política (um estudo da Coopertreze e das Associações Comunitárias em Lagarto e Salgado). In: MENEZES, A.V.C.; PINTO, J. E. S. S. **Linhas Geográficas**. Aracaju: Programa Editorial: NGPEO/UFS, 2001.

LOCATEL, C. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade**: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis – SP. 423f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologias/UNESP/Campus de Presidente Prudente, 2004.

LONGO, M. Políticas públicas: Programa Bolsa Família. In: **Jusbrasil,** 2014. Disponível em: <mlongo.jusbrasil.com.br/artigos/144000445/politicas-publicas-programa-bolsa-familia>. Acesso em: 2 ago. 2019.

LÜCHMANN, L. H. H. **A representação no interior das experiências de participação**. Lua Nova: São Paulo, 2007.

LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v. 29, nº 85, São Paulo, jun./2014. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092014000200011>. Acesso em: 11 nov. 2018.

LÜCHMANN, L. H. H. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa**: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre. 216 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2002.

LUFT, R. Concessão de uso. In: **Enciclopédia jurídica da PUCSP,** 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/115/edicao-1/concessao-de-uso>. Acesso em: 5 jul. 2019.

LUPA – **Dados 2006,** disponível em: <http://201.55.38.3:7000/sistema/LupaMBH/pdf/rel_upa_municipio.pdf>.

LUPA – **Dados 2016/17,** disponível em: <http://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/dadosestado1617.php>.

MACHADO, E. G.; LACERDA, L. L. **Poder local, democracia e participação.** 2003. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/efpd/article/download/14995/3617>. Acesso em: 01 de set. 2018.

MACIEL, L. R. **Mercado institucional de alimentos:** potencialidades e limites para a agricultura familiar. 115 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MALUF, S. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MARANGONI, G. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, ano 9, ed. 72, junh. (IPEA), 2012. Disponível em:<http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 01 de jan. 2019.

MARIOTO, A. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o desenvolvimento territorial:** um estudo comparativo entre os municípios de Euclides de Cunha Paulista - SP e Paranavaí - PR. 183 f. Dissertação (Mestrado de Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

MARQUES, E. As políticas públicas na ciência política. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Ed. UNESP, 2013. p. 23-46.

MARQUES, J. R. Entenda o conceito de organização formal e informal. In: **Portal IBC,** 2017. Disponível em: < https://www.ibccoaching.com.br/portal/entenda-o-conceito-de-organizacao-formal-e-informal/>. Acesso em: 1 mar. 2019.

MARQUES, R. M.; MENDES, Á. Desvendando o Social no Governo Lula: a construção de uma nova base de apoio. In: PAULA, J. A. (Org.). **Adeus ao Desenvolvimento**: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MARTINS, R.S. **Sistemas Agroflorestais Sucessionais:** Uma Alternativa para Reabilitação de Áreas Degradadas. 53f. Monografia (Licenciatura em Geografia), Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia, Brasília, 2013.

MATYKEVICZ, R.; CUNHA, L. A. G. **O capital social na mobilização/participação das comunidades do município de Três Barras/SC no Projeto Microbacias II.** Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2006/textos2/01.pdf>. Acesso m: 2 mar. 2019.

MAZZINI, E. J. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP**: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? 324 f. (Dissertação em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

MAZZUCHETTI, R. N.; STOFELL, J.; TARIFA, M. R. Capital social e desenvolvimento rural: estudo empírico em cooperativas de agricultura familiar no Estado do Paraná. In: **Revista de gestão e organizações cooperativas,** v. 4, n. 8, 2017. Disponível em: < https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/26012>. Acesso em: 22 jun. 2019.

MEDEIROS, M. C.; PADILHA, W. Os ciclos de desenvolvimento do cooperativismo e o crédito rural no sudoeste do Paraná. **Geosul**, v. 29, n. 58, p. 185-204, Florianópolis, jul/dez. 2014. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/37524/28822> Acesso em: 21 de jul. 2019.

MELLO FILHO, M. S. B. de. **A economia política do governo Reagan: Estado neoliberal, tributação e gasto público federal nos Estados Unidos da América entre 1981 e 1988**. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

MENDONÇA, N. C.; ORTEGA, A. C. Estratégias de desenvolvimento territorial rural: Governo FHC X governo Lula. In: **XVIII Congresso de Economia e Sociologia Rural,** Sober, Ribeirão Preto, SP, 2005.

MILANI, C. Teorias do capital e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: Conferência Regional ISTR-LAC, 4., 2002, San José. **Anais eletrônicos...**San José, Costa Rica: [s.n.], 2003. Disponível em: < https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12637>. Acesso em: 5 set. 2019.

MONASTERIO, L. Capital social e Economia: antecedentes e perspectivas. In: **V Encontro de Economia Política,** Fortaleza, jun. 2000.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.

MORAES, R. C. **O legado de Margareth Thacher.** Conjuntura Internacional, Belo Horizonte. V. 10, n. 2, p. 19-29, 2º sem. 2013.

MOREIRA, J. C. P.; MERA, R. D. M.; KHAN, A. S.; MAYORGA, M. I.; MENEZES, A. S. B. Capital Social como fator de sustentabilidade das cooperativas agroindustriais, estudo de caso. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco. **Anais eletrônicos...** Rio Branco, 2008. Disponível em: < http://www.sober.org.br/palestra/9/905.pdf>. Acesso em 20 fev. 2018.

MÜLLER, G. As relações micro-macro e indústria agroalimentar: o poder econômico e a pesquisa em ciências sociais. **Rascunho**. Araraquara, n. 1, p. 1-53, jun. 1989a.

MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989b.

MURTA, A. C. D.; PORTO, F. B. V. **A dinâmica de apuração da base de cálculo das taxas soba a perspectiva da razoabilidade e praticidade,** 2019. Disponível em: <www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=02f063c236c7eef6>. Acesso em: 5 jul. 2019.

NAVARRO, Z. Manejo de recursos naturais e desenvolvimento rural: um estudo comparativo em quatro estados brasileiros (lições e desafios). In: **Relatório do Banco Mundial**, Porto Alegre, 1999.

NAZARETH, P. A. C. de P. Descentralização Fiscal e Autonomia Municipal: elementos para o debate. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.36, n. 128, p.117-132, jan/jun. 2015.

NEVES NETO, C. C. **O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo:** o caso do município de Assis/SP. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente. 196 f. 2009.

NEVES NETO, C. C. **Políticas públicas & desenvolvimento rural:** o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo. 312 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

NEVES NETO, C. C.; CLEMENTE, E. C. Análise da situação do programa de microbaciais em São Paulo em suas duas fases (I e II). In: **Revista do Departamento de Geografia – USP**, v. 27, p. 147-169, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/download/85437/88256/>. Acesso em: 5 jul. 2019.

NEVES NETO, C. C.; HESPANHOL, A. N. O Desenvolvimento Rural no Brasil e em Portugal: os casos do Programa de Microbacias em São Paulo e da Iniciativa Leader em Portugal. In: **Revista Ateliê geográfico,** v. 8, nº 1, p. 74-102, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/download/29112/16529>. Acesso em: 6 jul. 2019.

NEVES NETO, C. C.; HESPANHOL, A. N. Os efeitos da descontinuidade no Programa de Microbacias em São Paulo. In: **Revista Formação,** v. 2, nº 22, p. 234-251, 2015. Disponível em: < http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/3591/3089 >. Acesso em: 6 jul. 2019.

NOMURA, M. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Local:** O assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho no município de Campo Florido (MG). Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP**: Limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2010.

OLIVEIRA, E. Sucessão legítima à luz do novo código civil. **Revista CEJ - Centro de Estudos Judiciários,** Brasília, n. 27, p. 57-63, out./dez., 2004. Disponível em:<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/634/814>. Acesso em: 09 fev. 2020.

OLIVEIRA, F. **Cultura Política e Construção de Identidades Coletivas de Sujeitos Sociais**. 2007. Disponível em:< http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=470&Itemid=171>. Acesso em: 10 jul. 2018.

OLIVEIRA, R. C. **Caminhos da identidade:** ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

ORTEGA, A. C. Atores sociais rurais, governança local e desenvolvimento rural na América Latina. In: **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER) "Questões Agrárias, educação no campo e desenvolvimento.** Fortaleza. 2006.

PAULICÉIA (MUNICÍPIO). **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Paulicéia**. Disponível em: <http://www.cati.agricultura.sp.gov.br/portal/projetos-e-programas/conselho-municipal-de-desenvolvimento-rural?cod=405&sort=-titulo>. Acesso em 12 mar. 2016.

PEDRO, V. C. S. O projeto de Microbacias II e a inserção dos pequenos cafeicultores de Pardinho e Pratânia na cadeia produtiva do café. **Revista GeoUECE** (Online), v. 5, n. 8, p. 110-136, jan./jun. 2016. ISSN 2317-028X.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil:** uma abordagem histórica da legislação. Textos para discussão nº 48, Brasília, out./2008. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>. Acesso em: 23 set. 2018.

PERES, F. C. **Capital social:** a nova estrela do crescimento econômico. Preços agrícolas, p.6-9, maio/2000.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD Contínua). IBGE, 2018. **Como evoluiu o número de produtores rurais no Brasil?** Disponível em: <https://datasebrae.com.br/perfil-do-produtor-rural/#qual>. Acesso em: 10 set. 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD Contínua). IBGE, 2018. **Em que faixa de idade se encontram os produtores rurais?** Disponível em: <https://datasebrae.com.br/perfil-do-produtor-rural/#qual>. Acesso em: 10 set. 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD Contínua). IBGE, 2018. **Qual é o nível de escolaridade dos produtores rurais?** Disponível em: <https://datasebrae.com.br/perfil-do-produtor-rural/#qual>. Acesso em: 10 set. 2019.

PINHEIRO, D. Agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

PINHEIRO, P. T.; FABRIZ, D. C. Movimentos sociais no contexto operário e o impacto na redemocratização. **Revista Direitos Humanos e Democracia**. Ano 5, nº 10- jul/dez. 2017 – p. 306-331. Disponível em: < file:///C:/Users/Eliane/Downloads/6675-Texto%20do%20artigo-32929-1-10-20171030.pdf >. Acesso em: 10 dez. 2018.

PINHO, D. B. O **Cooperativismo no Brasil:** da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PORTES, A. Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. **Annual Review of Sociology,** v. 24, p. 1-24, 1998.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002

PUTNAM, R. D. The prosperous community: Social Capital and public life. **Americam Prospect**, 1990, p. 35-42.

PUTNAM, R. D. The prosperous Community. Social capital and public life. **Amerian Prospect**, v. 4, n. 13, mar. 1993.

RANCHARIA (MUNICÍPIO). **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Rancharia**. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/portal/projetos-e-programas/conselho-municipal-de-desenvolvimento-rural?cod=160>. Acesso em: 14 fev. 2016.

RENNÓ, L. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. In: **Revista Opinião Pública.** Campinas, vol. VII, n. 1, p. 33-59, 2001.

RICCIARDI, L; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI:** Como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

ROCHA, A. P. S. **Secessão familiar no meio rural: uma abordagem teórica.** 31 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade de Rio Verde – UniRV – Faculdade de Ciências Contábeis, 2017.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

RODRIGUES, W.; TEIXEIRA, M. C.; SILVA, M. R.; DINIZ, B. C. Capital social e desenvolvimento regional: o caso do Sudeste do Tocantins. In: **REDES,** Santa Cruz do Sul, v. 17, nº 1, p. 232-248, jan./abr., 2012. Disponível em: < http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/2460/1880 >. Acesso em: 5 nov. 2018.

ROMANO, J. O. Crise Financeira e estratégias de desenvolvimento nacional. In: MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. L. (Org.). **Dimensões rurais de políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2010, p. 55-69.

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio A. (Org.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurai**s. Brasília: Embrapa, 2002.

SAGE BRASIL. **O que é comodato e para que serve?** Disponível em: <https://sage.com.br/o-que-e-para-que-serve-comodato/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SALLUM JÚNIOR., B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 23-47, out. 1999 (editado em fev. 2000).

SANTANA, N. B. **Crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e inovação tecnológica**: uma análise de eficiência por envoltória de dados para os países do BRICS. 214 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, E. S. **O associativismo como estratégia de gestão da agricultura familiar:** as associações dos proprietários rurais do município de Rancharia – SP. 159 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento regional) - Universidade do Oeste Paulista, 2013.

SANTOS, M. H. C. Governabilidade, governança e democracia: criação da capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil pós-Constituinte. In: **Dados,** v. 40, n. 3, 1997.

SÃO PAULO (ESTADO). Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO). **Manual de procedimentos operacionais para investimento,** São Paulo, 2015. Disponível em: <fehidro.sigrh.sp.gov.br/fehidro/gerais/sigrh/ManualDeProcedimentosOperacionaisParaInvestimento2017-11.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei nº 14.591, de 14 de outubro de 2011.** Cria o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS, São Paulo, out. 2011. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei-14591-14.10.2011.html>. Acesso em: 6 jul. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. Microbacias II - Acesso ao Mercado**. Manual Operacional, São Paulo, 2010.

SÂO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). **Programa Estadual de Bacias Hidrográfica**s. Manual do Programa, São Paulo, 2001.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e abastecimento e Secretaria do Meio ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado**. ACORDO DE EMPRÉSTIMO 7908 – BR. Manual Operacional, São Paulo, 2010.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e abastecimento e Secretaria do Meio ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado**. ACORDO DE EMPRÉSTIMO 7908 – BR. Manual Operacional, São Paulo, 2012.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e abastecimento e Secretaria do Meio ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado**. ACORDO DE EMPRÉSTIMO 7908 – BR. Manual Operacional, São Paulo, 2013 (revisado 2015). Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/upload/documentos-tecnicos/ManualOp-PDRS-Microbacias2-set2015.pdf>. Acesso em 13 jan. 2018.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e abastecimento e Secretaria do Meio ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado**. ACORDO DE EMPRÉSTIMO 7908 – BR. Manual Operacional, Anexos: São Paulo, 2013 (revisado 2015). Disponível em:

<http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/upload/documentos-tecnicos/ManualOp-PDRS-Microbacias2-set2015.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2018.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e abastecimento e Secretaria do Meio ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado**. Subcomponente 2.3 – Sustentabilidade Ambiental – Atividade: Subprojetos Ambientais. Abr. 2012. Disponível em: < http://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/476/Documentos/Edital1_Subprojetos.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2018.

SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). **Objetivos de desenvolvimento do milênio: Relatório estadual de acompanhamento.** São Paulo, 2012. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/odm/pdf/Metas_Milenio_2012.pdf.>. Acesso em: 07 jan. 2019.

SÃO PAULO. PORTAL DO GOVERNO. **Apoio aos agricultores:** Microbacias II gera resultados positivos em SP, 2018. Disponível em< <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/apoio-aos-agricultores-microbacias-ii-gera-resultados-positivos-em-sp/>. Acesso em: 9 dez. 2018.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SARON, F. A.; HESPANHOL, A. N. Os efeitos dos programas de desenvolvimento rural LEADER e PRODER em territórios rurais deprimidos de Portugal: o caso das Terras de Sicó. In: **Ateliê Geográfico,** Goiânia, v. 9, n. 3, p. 63-87, dez. 2015. Disponível em: < https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/32840>. Acesso em: 2 mar. 2019.

SCHWENGBER, J. E.; SCHIEDECH, G.; GONÇALVES, M. M. Compostagem laminar – uma alternativa para o manejo de resíduos orgânicos. In: **Comunicado técnico, 169,** Pelotas, dez. 2007. Disponível em: < https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/31321/1/comunicado-169.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2019.

SCHWINN, S. A.; CARDOSO, S. S. **Elementos para pensar as políticas públicas de gênero: a importância do capital social,** 2018. Disponível em: <periódicos.unesc.net>AnaisDirH>article>download>. Acesso em: 3 out. 2019.

SEADE. **Perfil dos Municípios Paulistas**. 2017. Disponível em: < http://www.perfil.seade.gov.br/>. Acesso: 23 jan. 2017.

SEBRAE NACIONAL. **As principais diferenças entre associação e cooperativa,** 2019. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-

entre-associacao-e-cooperativa,5973438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengange Learning, 2010.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SAP). **Unidades prisionais,** 2019. Disponível em: < http://www.sap.sp.gov.br/>. Acesso em: 4 out. 2019.

SEMBLANO, J. S. C. Escolarização, capital social e participação sócio-política em uma comunidade amazônica: Retiro Grande/Marajó. In: **Anais...** Seminário Nacional de Ciência Política: Democracia em debate. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 3-5 set. 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sncp/edicoes-anteriores/2008/arquivos/Josiane%20Semblano.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SERRA, E. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil – Minas Gerais. In: **Revista Campo-Território:** Revista de geografia agrária, Minas Gerais, vol.8, n. 16, p. 6-37, ago., 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23796/13070>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SILVA, E. R. F. **Agentes territoriais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP).** 484 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

SILVA, E. R. F. **Modernização da agricultura e reestruturação produtiva da atividade leiteira.** 284 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

SILVA, E. R. F. **O perfil do produtor na cadeia produtiva do leite na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.** 112 f. Monografia (Tecnologia em Agronegócio) – Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2009.

SILVA, A. G. F.; MOTA, L. A.; DORNELAS, C. S. M. LACERDA, A. V. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates** (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 25-42, jan.abr.2017. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/72132/41081>. Acesso em: 30 jan. 2018.

SILVA, J. H. Um perfil da expansão canavieira na Alta Paulista. In: **Revista Pegada,** v. 10, nº 1, jun./2009. Disponível em: <www.revistapegada.com.br>. Acesso em: 6 mar. 2019.

SILVA, S. P. Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil. In: **Texto para discussão**: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2912/1/TD_1898.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

SILVA, S. P. **Políticas Públicas e a agricultura familiar:** uma abordagem territorial do PRONAF no médio Jequitinhonha. 169 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento econômico e políticas públicas). Viçosa: UFV, 2008.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES FILHO, A.; COMUNELLO, E.; SOARES, J. S. **Caracterização espaço-temporal do uso do solo na microbacia hidrográfica do Córrego Laranja Doce, Sul de Mato Grosso do Sul,** 2018. Disponível em: <www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalho/trabalhos_completos/eixo3/001.pdf >. Acesso em: 3 set. 2019.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, E.; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. **Geografia, conceitos e temas**, 10ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007, p. 71-116.

SOUZA, P. C. **Políticas públicas e desenvolvimento rural na região de Presidente Prudente/SP:** PRONAF e PEMH. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

TABOSA, F. J. S.; TEIXEIRA, K. H.; SILVA, MADALOZZO, C. L.; MAYORGA, M. I. O. **Desenvolvimento local e capital social:** uma leitura sobre os núcleos e arranjos produtivos do Estado do Ceará, 2004. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/05P308.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

TAKAGI, M. **A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil**: seus limites e desafios. 208 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada), Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, 2006.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

TORO, J. B.; WERNEK, N. **Mobilização social:** um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: ABEAS – UNICEF, 1997.

VAINFAS, R.; FARIA, S. de C.; FERREIRA, J.; SANTOS, G. dos. **História**: o mundo por um fio: do século XX ao XXI. São Paulo. Saraiva, 2010.

VÁSQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

VELOSO, F. **Redes locais e mercados institucionais de compra da agricultura familiar nos municípios de Adamantina, Paulicéia e Tupi Paulista (SP).** 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

VIEGAS, J. M. L. Implicações democráticas das associações voluntárias: O caso português numa perspectiva comparativa europeia. In: **Sociologia, Problemas e Práticas.** nº 46. p. 33-50, 2004.

VIEIRA, O. V. Do compromisso maximizador ao constitucionalismo resiliente. In: DRIMOULIS, D.; RAMOS, L. de O.; VIEIRA, O. Vilhena; NASSAR, P. A.; GLEZER, R. E.; LUNARDI, S. **Resiliência Constitucional: Compromisso maximizador consensualismo político e desenvolvimento gradual**. 1º ed. São Paulo: GV, 2013. p. 18-24.

VILARINHO, L. S.; LOPES, W. G. R.; MONTEIRO, M. S. Agentes sociais mobilizadores de capital social no agronegócio do cerrado do Piauí, Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, nº 19, 2017.

WARREN, M. **Democracy and association.** Princeton, NJ, Princeton University Press, 2001.

WAUTIER, A. M. Do ator ao sujeito: ainda existe um lugar para uma ação coletiva pelo trabalho? In: **Revista Contexto e Educação**, ano 16, nº 63, p. 35-56, 2001.

WHITACKER, G. M. **Desenvolvimento sustentável e políticas públicas**: espaços de reprodução do modo capitalista de produção. O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas na microbacia hidrográfica do Córrego do Pereira. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

ZAMBRA, E. M.; SOUZA, P. A. R.; COSTA, S. R. O capital social e suas implicações na política de assistência técnica e extensão rural em Mato Grosso. In: **Holos¸** v. 1, ano 34, 2018. Disponível em: < http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/5130/pdf>. Acesso em: 3 mar. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura

ROTEIRO DE ENTREVISTA

AOS REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Município _____

DATA DA APLICAÇÃO NOME DO ENTREVISTADO NOME ENTREVISTADOR

INFORMAÇÕES REFERENTE AO PAPEL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

1- Quando tempo trabalha na Secretaria Municipal de Agricultura?
.....

2- Qual sua formação? Cargo que ocupa na Secretaria Municipal de Agricultura?
.....

3- Quais os serviços que são prestados aos agricultores familiares do município pela Secretaria Municipal de Agricultura? Como a assistência técnica é realizada? Quantos profissionais atuam?
.....

4- Os agricultores familiares procuram a Secretaria Municipal de Agricultura? Com qual frequência?
.....

5- Quais os serviços mais procurados pelos agricultores familiares?
.....

6- A Secretaria Municipal de Agricultura através de seus agentes e instituições públicas locais compreende a importância do seu papel na promoção do desenvolvimento rural dos municípios e nas estratégias de reprodução social dos agricultores familiares, possibilitando a permanência no meio rural?

.....

Estratégias de reprodução social:
( ) produção diversificada de animais e alimentos (assistência técnica);
( ) atividades extra propriedade;
( ) participação em feiras;
( ) Participação das Políticas Públicas (PAA, PNAE e Microbacias II – Acesso ao Mercado) e Bolsa Família;
( ) comercialização de excedentes entre vizinhos;
( ) aposentadoria rural;

( ) adotam atividades como pecuária leiteira;
( ) Associativismo;
( ) Turismo;

INFORMAÇÕES REFERENTE AO ASSOCIATIVISMO

7- Existe uma mobilização por parte dos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura para estimular a criação ou fortalecimento das associações de produtores rurais?
.....

8- As associações permitem a participação dos agricultores familiares no mercado por meio das políticas públicas?
.....

9- Microbacias II - Acesso ao Mercado?
.....
Programa de aquisição de alimentos (PAA)?
.....
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?
.....

10- Quais as principais dificuldades que as associações enfrentam para ter acesso aos Programas elencados acima?
.....

INFORMAÇÕES REFERENTE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

11- O município tem participado de programas do Governo Federal e Estadual? Quais?
.....

12- Quais os projetos elaborados pela Secretaria que fomentam a agricultura familiar?
.....

13- Quais as principais atividades econômicas que se destacam do ponto de vista da produção agropecuária no município?
.....

INFORMAÇÕES REFERENTE AO MICROBACIAS II - ACESSO AO MERCADO

14- Existiu uma mobilização por parte dos técnicos da Casa da Agricultura para estimular a implantação do Microbacias II - Acesso ao Mercado? Quais as ações realizadas pela Casa da Agricultura?
.....

15- O Microbacias II – Acesso ao Mercado ampliou a competitividade e proporcionou acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas em suas regiões?
.....

16- O Microbacias II – Acesso ao Mercado contribuiu para o fortalecimento da capacidade de organização e gerenciamento dos sistemas de produção?

.....

17- Promoveu a autonomia e participação mais ativa dos agricultores familiares em suas associações e/ou cooperativas. Contribuiu para a valorização da cultura e identidade dos agricultores familiares?

.....

18- Proporcionou a integração entre os agricultores familiares e as instituições ligadas a extensão rural (a CATI, o ITESP e a Casa da Agricultura)?

.....

19- O Projeto possibilitou a melhora de infraestrutura (reformas) das casas da agricultura?

.....

20- O Projeto apoio a infraestrutura local com melhoras na manutenção de estradas rurais?

.....

21- Quais as principais dificuldades que os agricultores familiares enfrentaram para ter acesso ao Microbacias II – Acesso ao Mercado?

.....

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista com Representantes da Casa da Agricultura

ROTEIRO DE ENTREVISTA

AOS REPRESENTANTES DA CASA DA AGRICULTURA

Município _____

INFORMAÇÕES REFERENTE AO PAPEL DA CASA DA AGRICULTURA

1- Quando tempo trabalha na Casa da Agricultura?
.....

2- Qual sua formação? Cargo que ocupa na Casa da Agricultura?
.....

3- Quais os serviços que são prestados aos agricultores familiares do município pela Casa da Agricultura? Como a assistência técnica é realizada? Quantos profissionais atuam?
.....

4- Os agricultores familiares procuram a Casa da Agricultura? Com qual frequência?
.....

5- Quais os serviços mais procurados pelos agricultores familiares?
.....

6- A Casa da Agricultura através de seus agentes e instituições públicas locais compreende a importância do seu papel na promoção do desenvolvimento rural dos municípios e nas estratégias de reprodução social dos agricultores familiares, possibilitando a permanência no meio rural?

.....

Estratégias de reprodução social:
( ) produção diversificada de animais e alimentos (assistência técnica);
( ) atividades extra propriedade;
( ) participação em feiras;
( ) Participação das Políticas Públicas (PAA, PNAE e Microbacias II – Acesso ao Mercado) e Bolsa Família;
( ) comercialização de excedentes entre vizinhos;
( ) aposentadoria rural;
( ) adotam atividades como pecuária leiteira;
( ) Associativismo;
( ) Turismo;

INFORMAÇÕES REFERENTE AO ASSOCIATIVISMO

7- Existe uma mobilização por parte dos técnicos da Casa da Agricultura para estimular a criação ou fortalecimento das associações de produtores rurais?
.....

8- As associações permitem a participação dos agricultores familiares no mercado por meio das políticas públicas?

.....

9- Microbacias II - Acesso ao Mercado?

.....

Programa de aquisição de alimentos (PAA)?

.....

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?

.....

10- Quais as principais dificuldades que as associações enfrentam para ter acesso aos Programas elencados acima?

.....

INFORMAÇÕES REFERENTE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

11- O município tem participado de programas do Governo Federal e Estadual? Quais?

.....

.....

12- Quais os projetos elaborados pela Casa da Agricultura que fomenta a agricultura familiar?

.....

Quais as principais atividades econômicas que se destacam do ponto de vista da produção agropecuária no município?

.....

INFORMAÇÕES REFERENTE AO MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO

13- Existiu uma mobilização por parte dos técnicos da Casa da Agricultura para estimular a implantação do Microbacias II - Acesso ao Mercado? Quais as ações realizadas pela Casa da Agricultura?

.....

14- a competitividade e proporcionou acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas em suas regiões?

.....

O Microbacias II – Acesso ao Mercado contribuiu para o fortalecimento da capacidade de organização e gerenciamento dos sistemas de produção?

.....

15- Promoveu a autonomia e participação mais ativa dos agricultores familiares em suas associações e/ou cooperativas. Contribuiu para a valorização da cultura e identidade dos agricultores familiares?

.....

16- Proporcionou a integração entre os agricultores familiares e as instituições ligadas a extensão rural (a CATI, o ITES e a Casa da Agricultura)?

.....

17- O Projeto possibilitou a melhora de infraestrutura (reformas) das casas da agricultura?

.....

18- O Projeto apoio a infraestrutura local com melhoras na manutenção de estradas rurais?

.....

19- Quais as principais dificuldades que os agricultores familiares enfrentaram para ter acesso ao Microbacias II – Acesso ao Mercado?

.....
.....

20- Qual a participação da Casa da Agricultura na elaboração de projetos do Microbacias II – Acesso ao Mercado?

.....

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista com Representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

ROTEIRO DE ENTREVISTA

AOS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Município _____

DATA DA APLICAÇÃO NOME DO ENTREVISTADO NOME ENTREVISTADOR

INFORMAÇÕES REFERENTE AO PAPEL DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

1- Quando tempo está atuando no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural?
.....

2- Qual sua formação? Cargo que ocupa no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural?
.....

3- Qual o papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural?
.....

4- Qual o papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural na implementação do Microbacias II – Acesso ao Mercado no município?
.....

INFORMAÇÕES REFERENTE AO ASSOCIATIVISMO

5- Existe uma mobilização por parte dos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura para estimular a criação ou fortalecimento das associações de produtores rurais?
.....

6- As associações permitem a participação dos agricultores familiares no mercado por meio das políticas públicas?
.....

7- Microbacias II - Acesso ao Mercado?
.....

8- Programa de aquisição de alimentos (PAA)?
.....
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?
.....

9- Quais as principais dificuldades que as associações enfrentam para ter acesso aos Programas elencados acima?

APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista com Representantes da Associação

ROTEIRO DE ENTREVISTA

APLICADO JUNTO AOS REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES

DO MUNICÍPIO _____

DATA DA APLICAÇÃO NOME DO ENTREVISTADO NOME ENTREVISTADOR

DADOS DA ASSOCIAÇÃO

1- Nome da Associação:

.....

2- Ano de fundação: Quantos associados?

.....

3- Endereço:

.....

4- Quais os objetivos da Associação?

.....

5- Quais os fatores responsáveis pela criação da Associação?

( ) Acesso as políticas públicas? ( ) Identidade coletiva e ou formação de capital social?

6- Algum órgão ou instituto colaborou na organização desta associação? De que forma?

( ) Sim Qual? ( ) Não

7- Área de abrangência (atuação) da associação: bairro ( ) Município ( ) Outros ( ) Qual?

8- Quais as exigências da associação para os produtores se associarem?

.....

A associação tem sede própria?.....

( ) Sim ( ) Não

9- Há um estatuto, regulamentado ou regimento disciplinando as atividades da associação?

( ) Sim Qual? ( ) Não

10- Quem compõe a associação? Existe uma diretoria na associação?

Existem estrutura organizacional? Cargos e funções?

.....

12- Há alguma contribuição econômica por parte dos produtores à associação? Qual o valor? Com qual periodicidade é realizado o pagamento da contribuição?

( ) Sim Qual valor? Periodicidade? ( ) Não

13- Quais os serviços e benefícios que são oferecidos para os associados?

( ) insumos

( ) comercialização

( ) assistência Técnica

( ) financiamentos

( ) patrulha agrícola
( ) Outros

14- Quais as relações existentes entre a associação e outras instituições públicas e privadas (CATI, ITESP, INCRA e Casa da Agricultura)?

( ) Sim Qual? ( ) Não

15- A associação tem local específico para a realização de reuniões?

( ) Sim Qual? Quantos participam? ( ) Não

PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS

16- A associação participa de alguns desses Programas? Como tem acesso?

( ) PAA ( ) PNAE ( ) Microbacias II – Acesso ao Mercado
( ) outros

.....

A – Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Qual o Projeto contemplado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado?

.....

Qual o número de associados que fazem parte do Projeto?

.....

.

Quais os benefícios para os associados? Qual o valor do Projeto?

.....

Quais órgãos ou instituição que colaborou e ou elaborou o projeto para ter acesso ao Microbacias II – Acesso ao Mercado?

.....

O Projeto já se encontra em que fase de implantação?

.....

D -Teve acesso ao PRONAF?

( ) sim ( ) Não

Se sim, em que ano, qual finalidade e qual modalidade?

.....

E - O Programa Microbacias I - estimulou a formação das associações?

( ) sim ( ) Não

Se sim quais os incentivos?

.....

Perspectiva dos associados?

.....

Qual a avaliação que você faz sobre o Programa Microbacias I?

.....

Quais as mudanças que você pode verificar durante a transição do Microbacias I para o Microbacias II – Acesso ao Mercado?

.....

Quanto ao Microbacias II – Acesso ao Mercado, quais são os aspectos positivos? E os negativos?

.....

Quais questões ambientais devem ser consideradas na implementação do Microbacias II – Acesso ao Mercado? Houve barreiras para a implementação do Projeto Microbacias II? Se sim, quais? (Quanto as associações e as cooperativas)?

.....

PARTICIPAÇÃO DO MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO

17- Qual a participação da Casa da Agricultura na elaboração de projetos do Microbacias II – Acesso ao Mercado? CATI?

18- Qual o projeto?

.....

APÊNDICE E - Roteiro de Entrevista com produtores rurais

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR

1.1 Nome:.....
Idade:.....

1.2. Situação Civil
( ) Solteiro
( ) Casado
( ) Viúvo
( ) desquitado
( ) divorciado
( ) amasiado
( ) Outros .....

1.3 Grau de escolaridade:

( ) Não alfabetizado

( ) 1º Grau incompleto

( ) 1º Grau completo

( ) 2º Grau incompleto

( ) 2º Grau completo

( ) Superior Incompleto

( ) Superior completo

1.4 Condição atual do Produtor:

( ) proprietário ( ) assentado da reforma agrária ( ) arrendatário ( ) parceiro ( ) outros .....

1.5 Local de residência do produtor e de sua família:

( ) no próprio estabelecimento rural ( ) na cidade

2. IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE

2.1 Nome da propriedade: .....

2.2 Localização da propriedade: Bairro rural de .....município.....

2.3 Distância da sede do município .....(em KM).

2.4 Condição da terra onde são realizados os cultivos:

Área total da propriedade .....em hectares[117] ou .....alqueires[118].

Área própria.....em hectares ou .....alqueires.

Área tomada em arrendamento/parceria.....em hectares ou .....alqueires.

Área concedida em arrendamento.....em hectares ou .....alqueires.

3. PERFIL DO PRODUTOR

3.1 Município de origem: ..... Estado.....
3.2 Seus pais eram ou são agricultores ( ) sim ( ) não
3.3 Antes de residir neste município, já morou em outro local?
( ) Sim ( ) Não se sim Qual Município?.....Estado .....
3.3.1 Residia na:( ) área urbana ( ) área rural
3.3.2 Quanto tempo residiu nesse local?.....
3.3.3 Condição anterior:
( ) proprietário de terras ( ) Arrendatário/parceiro ( ) posseiro ( ) Empregado rural ( ) exercia atividade na área urbana. Qual ?.....
3.3.4 Porque se mudou para este local?.....

3.4 Como adquiriu esta propriedade ( ) compra ( ) Herança ( ) compra e herança ( ) reforma agrária ( ) outros Qual?

3.5 Além desta possui outra propriedade rural?( ) sim ( ) não se sim Quantas?.....Localizadas em quais municípios?.....

3.5.1 Área total das propriedades rurais que possui?.....Hectares ou ..... Alqueires.

3.6 Há quantos anos trabalha na agricultura e/ou pecuária (de corte e/ou de Leite)?

3.7 Quais eram os produtos cultivados na época?

EXPLORAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA FAMILIAR – UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

4.1 Lavouras Permanentes	Área Cultivada (hectares)	Produção (Ton.)
Fruticultura ( )		
Café ( )		
Urucum ( )		
Eucalipto/seringueira ( )		

[117] Hectares 10.000 metros quadrados (ha)- exemplo de conversão hectares em alqueires: 640 hectares 640/2,42 = 264,46 alqueires
[118] Alqueires 2,42 hectares ou 24.200 metros quadrados. (Alq.) 24.200/2,42 = 10.000 hectares.

4.2 Lavouras Temporárias		
Milho ( )		
Mandioca ( )		
Cana ( )		
Hortaliças ( )		
Outros		
4.3 Pastagens		Qual tipo de gramínea?
		Brachiaria ( )
4.4 Não Utiliza (construções, matas, etc)		Paraguaia ( )
Rio corta Propriedade	Nome:	APP ( )

4.5 Possui área irrigada:

( ) sim ( ) Não Se sim .....área em hectares.....ou alqueires .....

a) Procedência da água utilizada para irrigação.....
b) Tipo de irrigação: ( ) Aspersão ( ) Gotejamento ( ) Pivô Central ( ) outro tipo Qual?.....
c) Cultivos que são irrigados:
.....

4.6 Utiliza a plasticultura? ( ) sim ( ) não Se sim área protegida .....M².

a) Produtos cultivados com plasticultura: .....

4.7 Quanto a atividade criatória:

Tipo	Número de cabeças	
Bovino de corte		
Bovino Leiteiro		Litros dia = Associação= Destino
Suíno		
Caprino (cabritos)		
Aves (galinha)		

Equinos (Cavalos)		
Outros		

5. RENDIMENTO ANUAL

5.1 Quanto em termos percentuais, cada uma dessas atividades representou sobre a renda total obtida em que ano? _____

Atividades	% sobre a renda total obtida
Lavouras	
Pecuária de corte:	
Pecuária de Leite:	
Hortaliças:	
Granjas:	
Aposentadoria:	
PAA	
PNAE	
Outros:	

5.2 Como gostaria de utilizar eventuais economias:

.....
.....

COMERCIALIZAÇÃO: DESTINO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (EM TONELADA/SACAS/ARROBAS) ESPECIFICAR A UNIDADE DE MEDIDA UTILIZADA.

Especificar em qual município se localiza a cooperativa, agroindústria, cerealista, supermercado, outros.

Cultura (especificar a unidade de medida)	Utiliza na propriedade	Venda para cooperativas	Venda para agroindústria (laticínios ou frigorífico)	Venda para Cerealista	Venda para supermercado	Outros mercados institucionais

6.1Qual (is) o (s) principal (is) problema (s) enfrentado por você para comercializar sua produção?.....
.....

6.1.1 A associação contribui para comercializar a produção?
.....
.....

6.2 Forma predominante de transporte da produção

( ) Através de caminhão próprio

( ) Através de caminhão fretado

( ) Através de caminhão de cooperativa ou associação

( ) Através de caminhão de cerealistas

( ) Através de trator próprio

( ) Através de carroça

( ) Outro (s) Qual (is)

7. IMPORTANCIA DO ESTABELECIMENTO COMO LOCAL DE TRABALHO DA FAMÍLIA:

7.1 Tem filhos ?( ) Sim ( ) Não Se sim Quantos?.....

7.2 Idade dos Filhos:
.....

7.3 Grau de escolarização dos filhos:

( ) Não alfabetizado ( ) 1º Grau incompleto ( ) 1º Grau completo ( ) 2º Grau incompleto
( ) 2º Grau completo ( ) Superior Incompleto ( ) Superior completo

7.4 Situação civil dos filhos: ( ) solteiro Quantos ?.....
Local de residência.....

( ) Casado Quantos ?.....
Local de residência.....
7.5 Exerce (m) Qual(is) atividade (s)?.....
7.6 Os filhos auxiliam nas atividades agrícolas e/ou pecuária (de corte e/ou de leite) ( ) sim ( ) não Se sim, em que fase.....

7.7 Gostaria que algum de seus filhos se tornasse agricultor?

( ) Sim.
Porque?.....
.....

( ) Não. Porque?

.....
.....

7.8 Há algum filho que reside na propriedade e trabalha em outras atividades na cidade?

( ) Sim. Onde?

( ) Não.

7.9.1 A renda obtida nesse trabalho externo é aplicada na propriedade?

( ) sim ( ) parcialmente ( ) integralmente ( ) não

7.10 A sua esposa auxilia nas atividades agrícolas da propriedade?

( ) sim. Em que fase.....

( ) Não

7.11 E outros parentes?

( ) sim. Em que fase.....

( ) Não

7.12 Emprega trabalhadores assalariados?

( ) Temporários. Em que fase.....Quantos?.....

( ) Permanentes. Em que fase.....Quantos?.....

7.13 Na composição do custo da principal atividade econômica quanto representa os gastos (em reais ou em termos percentuais) com:

a) mão de obra contratada:.....

b) Insumos/defensivos agrícolas e produtos veterinários.....

c) Máquinas e equipamentos: aquisição .....ou manutenção.....

d) Assistência Técnica:
.....

e) aquisição de sementes, mudas ou matrizes animais: .....

f) despesas bancárias: .....

g) Energia elétrica e/ou combustível.....

h) Outras despesas: .....

8. MEIOS DE PRODUÇÃO

	Número	Potência
Tratores:		
Aparelho de irrigação:		
Arados de tração mecânica		
Arados de tração animal		
Picador/triturador		
Tanque resfriador		
Outros. Qual?		

9. UTILIZAÇÃO DE INSUMOS

9.1 Quanto à utilização de insumos:

	Sim	Não
Fertilizantes		
Calcário		
Ração		
Defensivos vegetais (fungicidas, herbicidas, etc)		
Medicamentos		
Outros. Quais?		

9.2 Onde adquire estes produtos?

.....

9.3 Quanto gasta por safra com estes produtos?

.....

9.4 Quais produtos costuma utilizar no combate às pragas?

.....

9.5 Acha possível cultivar os produtos sem a utilização de defensivos agrícolas?

( ) Sim ( ) Não

Por que?

.....

9.6 Conhece alguém que cultive as lavouras sem a utilização de agrotóxicos em geral?

( ) Sim. Quem?.....

( ) Não

9.7 Recebe assistência técnica de alguma empresa ou instituição?

( ) Sim. De quem?.....

( ) Não

10. FINANCIAMENTO

10.1 Costuma solicitar financiamento bancário para realizar suas atividades agrícolas e/ou pecuária (de corte e/ou de leite)?

( ) Não. Por que?.....

( ) Sim. Qual tipo? ( ) investimento ( ) custeio ( ) comercialização ( ) PRONAF[119]

( ) Pronafinho.

Quem faz o projeto para conseguir financiamento?.....

10.1.1 Em qual instituição bancária?.....

Por que escolheu esse banco?.....

10.1.2 E para a atividade criatória?

( ) Sim. Qual Tipo?.....

( ) Não. Por que?.....

[119]O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

11. ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

11.1 É associado a cooperativa[120]?( ) Sim ( ) Não. Se sim, Qual (is)?

Desde quando?.....

Porque se filiou? Quais as vantagens?.....

.....

11.2 É membro de alguma associação[121] de agricultores?( ) Sim ( ) Não Se sim Qual (is)?

.....

Desde quando?.....

Por que se filiou? Quais as vantagens?.....

.....

11.3 É filiado a algum sindicato rural?

( ) Sim ( ) Não

Se sim Qual (is)?.....

Desde
quando?.....

Porque se filiou ?Quais as vantagens .....

12. AVALIAÇÃO DO PRODUTOR

12.1 O que o Sr. acha da política agrícola do Governo Federal?

.....
.....

12.2 A associação permite a participação dos agricultores familiares no mercado por meio das políticas públicas? Como por exemplo acesso ao Microbacias II – Acesso ao Mercado[122] ? Não utiliza por que?

.....
.....

12.3 A associação permite a participação dos agricultores familiares no mercado por meio das políticas públicas? Como por exemplo acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)[123] ? Não utiliza por que?

.....
.....

[120] Cooperativa- mais de 20 associados =lucro e prejuízo produtores associados arcam.
[121] Associação – mais de 2 associados = lucro e prejuízo diretoria arca.
[122] Programa
[123]Programa de aquisição de alimentos (PAA) - Uma das ações do programa Fome zero, do governo federal, o PAA garante o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promove a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar.

12.4 A associação permite a participação dos agricultores familiares no mercado por meio das políticas públicas? Como por exemplo acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)[124] ? Não utiliza por que?

.....
.....

12.5 O que o Sr. acha que o governo poderia fazer para melhorar as condições dos produtores rurais familiares?

.....
.....

12.6 Qual a avaliação que você faz sobre o Microbacias II – Acesso ao Mercado?

.....
.....

12.7 Quais as mudanças que você pode verificar durante a transição do Projetos Microbacias I para o Microbacias II – Acesso ao Mercado?

.....
.....

12.8 Quanto ao Microbacias II – Acesso ao Mercado I, quais os aspectos positivos e negativos?

.....
.....

12.9Quais questões ambientais devem ser consideradas na implementação do Microbacias II? Houve barreiras para implementação do Microbacias II – Acesso ao Mercado? Se sim, quais? (Quanto às associações e ás cooperativas)?

.....
.....

12.10 O que o Plano Individual da Propriedade – PIPs – propiciou para infraestrutura da propriedade e o desenvolvimento da atividade.

[124]Programa nacional de alimentação escolar (PNAE) instituído pela lei nº. 11.947/2009, o PNAE prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino.

APÊNDICE F - Roteiro de Entrevista com Representante da CATI

ROTEIRO DE ENTREVISTA

APLICADO JUNTO AOS REPRESENTANTES DA CATI

MUNICÍPIO _____

DATA DA APLICAÇÃO | NOME DO ENTREVISTADO | NOME ENTREVISTADOR

INFORMAÇÕES REFERENTE AO PAPEL DA CATI

1- Quando tempo trabalha na CATI?
.....

2- Qual sua especialização? Cargo que ocupa na CATI?
.....

3- Quais os serviços que são prestados aos agricultores familiares do município pela CATI? Como a assistência técnica é realizada? Quantos profissionais atuam?
.....

4- Os agricultores familiares procuram a CATI? Com qual frequência?
.....

5- Quais os serviços mais procurados pelos agricultores familiares?
.....

6- A CATI por meio de seus agentes e instituições públicas locais compreende a importância do seu papel na promoção do desenvolvimento rural dos municípios e nas estratégias de reprodução social dos agricultores familiares, possibilitando a permanência no meio rural?

.....

Estratégias de reprodução social:
( ) produção diversificada de animais e alimentos (assistência técnica);
( ) atividades extra propriedade;
( ) participação em feiras;
( ) Participação das Políticas Públicas (PAA, PNAE e Microbacias II – Acesso ao Mercado) e Bolsa Família;
( ) comercialização de excedentes entre vizinhos;
( ) aposentadoria rural;
( ) adotam atividades como pecuária leiteira;
( ) Associativismo;
( ) Turismo;

7- A cooperação entre as instituições, os sujeitos rurais e os agentes de extensão rural são de fundamental importância para que as atividades se consolidem como alternativas viáveis para a agricultura familiar?

INFORMAÇÕES REFERENTE AO ASSOCIATIVISMO

8- Existe uma mobilização por parte dos técnicos da CATI para estimular a criação ou fortalecimento das associações de produtores rurais?

.....

9- As associações empreendidas no município constituem como alternativa de organização da produção econômica e se inserem no conjunto de estratégias de reprodução social empreendidas pelos agricultores familiares?

.....

10- As associações permitem a participação dos agricultores familiares no mercado por meio das políticas públicas?

Microbacias II – Acesso ao Mercado?

.....

Programa de aquisição de alimentos (PAA)?

.....

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?

.....

11- Quais as principais dificuldades que as associações enfrentam para ter acesso aos Programas elencados acima?

.....

INFORMAÇÕES REFERENTE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

12- O município tem participado de programas do Governo Federal e Estadual? Quais?

.....

13- Quais os projetos elaborados pela CATI que fomenta a agricultura familiar?

.....

14- Quais as principais atividades econômicas que se destacam do ponto de vista da produção agropecuária no município?

.....

INFORMAÇÕES REFERENTE AO MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO

15- Existiu uma mobilização por parte dos técnicos da Cati para estimular a implantação do Microbacias II – Acesso ao Mercado? Quais as ações realizadas pela Cati?

.....

16- O Microbacias II – Acesso ao Mercado ampliou a competitividade e proporcionou acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas em suas regiões?

.....

17- O Microbacias II – Acesso ao Mercado contribuiu para o fortalecimento da capacidade de organização e gerenciamento dos sistemas de produção?

.....

18- Promoveu a autonomia e participação mais ativa dos agricultores familiares em suas associações e/ou cooperativas. Contribuiu para o aumento do capital social? Contribuiu para a valorização da cultura e identidade dos agricultores familiares?

.....

19- Proporcionou a integração entre os agricultores familiares e as instituições ligadas a extensão rural (a CATI, o ITESP e a Casa da Agricultura)?

.....

20- O Projeto possibilitou a melhora de infraestrutura (reformas) das casas da agricultura?

.....

21- O Projeto apoio a infraestrutura local com melhoras na manutenção de estradas rurais?

.....

22- Quais as principais dificuldades que os agricultores familiares enfrentaram para ter acesso ao Microbacias II – Acesso ao Mercado?

.....

23- Qual a participação da CATI na elaboração de projetos do Microbacias II – Acesso ao Mercado?

.....

APÊNDICE G - Alterações relevantes no manual operacional do Microbacias II – Acesso ao Mercado

Alterações relevantes no Manual Operacional de 2013 e revisado em 2015 (BRASIL, 2015) foram: No manual operacional de 2012, o Subcomponente 1.1 Apoio às iniciativas de negócios dos agricultores familiares tinha teto de R$ 100.000,00 por associação comunitária das comunidades indígenas e quilombolas, ficando o texto: um teto de **R$ 200.000,00** por associação comunitária das comunidades indígenas e quilombolas". Outra alteração foi na inserção de um quadro que detalha o custo do projeto e origens dos recursos por categoria e subcategoria de despesas (em US$1.000). No item 1.3 que trata de bens e serviços elegíveis foram inseridos algumas alterações: primeira alteração foi no subitem (ii) Construção, **ampliação ou reforma** de barracões ou de base para instalação de máquinas e equipamentos e serviços de infraestrutura (abastecimento, energia elétrica, comunicação) necessários para a implantação do negócio proposto; os itens: (iv) Certificação de propriedades ou sistemas de produção; (v) Investimentos em logística de comercialização e transporte; (vi) Consultorias especializadas para dar suporte à implantação do empreendimento, nas áreas de tecnologia de processamento ou estratégias de mercado.

Outra alteração "O Microbacias II – Acesso ao Mercado, na forma de incentivos individuais, não apoia a aquisição de insumos ou de animais, bem como a aquisição de terrenos, **veículos**, imóveis e bens usados. Esse texto foi inserido "Os investimentos individuais deverão, obrigatoriamente, estar relacionados com a melhoria da produção da matéria-prima a ser fornecida ao empreendimento coletivo".

No cronograma do ciclo de aprovação das propostas para iniciativas de negócio sofreu alteração no item: Análise de viabilidade técnica, econômica, mercadológica e ambiental passando de 30 dias para **90 dias**, ficando a cargo da Cati/Regional UGP.

Também foi inserido no texto **"**Serão utilizados os meios adequados para cada tipo de informação e de público, incluindo internet, meios de comunicação locais, folders, cartazes, **reuniões** e oficinas de trabalho".

Também foi inserido no texto: "Nesta etapa o objetivo é dar ampla divulgação das diretrizes e normas do Projeto ao público operacional (funcionários da CATI), estratégico (CMDR, Prefeito Municipal, Vereadores, Universidades, entidades não governamentais e entidades da iniciativa privada) e beneficiário (**organizações de produtores rurais**, agricultores e suas famílias)".

No item sobre a análise de manifestação de interesse para iniciativas de negócio alterou o item que dispunha sobre os conselhos: “Caso não haja CMDR constituído e/ou Plano Municipal de Desenvolvimento Rural do município, a CATI Regional deverá proceder à avaliação de elegibilidade das Manifestações de Interesse, com base em informações constantes da base de dados do LUPA e outras porventura existentes”.

Acrescentou em todos os Termos de compromisso o seguinte texto: “Este documento será assinado pela organização de produtores rurais após a avaliação da Proposta pela UGP e antes de ser habilitada para receber apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, caso seja priorizada”.

Realizaram alteração no texto referente ao Plano Individual da Propriedade (PIP) detalhando conforme cadeia produtiva os equipamentos individuais e questões relativas ao manejo de pragas na propriedade, e especialmente nas atividades objeto da Proposta, visam elaborar o diagnóstico do manejo de pragas na propriedade, em especial nas culturas beneficiadas, além de servir de base para as capacitações dos produtores integrantes do grupo da Proposta no tema, além de fornecer informações para a elaboração do Plano Individual de Manejo de Pragas.

No item Execução das propostas foi inserida “De acordo como Manual a organização de produtores com proposta apoiada deverá designar uma comissão de compras, constituída por no mínimo 03 membros associados/cooperados. Esta comissão de compras será capacitada pela UGP para realizar todas as aquisições elegíveis previstas na Proposta de Negócios”.

Fiscalização dos recursos - Além do acompanhamento realizado pela CATI Regional e **Casa da Agricultura** do Município envolvido, a CATI estabelecerá um mecanismo de controle interno (Componente 3 – Gestão do Projeto) que fiscalizará, **por amostragem, ao menos 10% das Propostas de Iniciativa de Negócio apoiadas com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado**, verificando se os procedimentos operacionais foram cumpridos, bem como a qualidade e a efetividade dos investimentos e o cumprimento dos compromissos assumidos pelos beneficiários.

APÊNDICE H – Detalhes do Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo – 1ª a 6ª chamada

Este material contempla as iniciativas de negócio que tiveram apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo – 1ª a 6ª chamada. Está organizado por meio de cadeias produtivas, por municípios e tipos de instituições associativas. Serão destacadas as 19 cadeias produtivas (leite; olericultura; olericultura e fruticultura; grãos; fruticultura; café; banana; mandioca; mel; turismo rural; piscicultura; citricultura; urucum; avicultura de postura; pupunha; fungicultura; pecuária de corte e leite; ovos, olericultura, fruticultura e pupunha e cana-de-açúcar), estão distribuídas nos quadros 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23.

O município de **Adamantina** pertencente ao EDR de **Dracena** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores de Leite do Município de Adamantina e Região (APLEMAR),** conseguiu aprovação de dois (2) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **1º Agroindústria e 2º Agroindústria (minilaticínio).**

O município de **Andradina** pertencente ao EDR de **Andradina** foi contemplado por meio da **Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentamentos e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte e captação de leite *in-natura*.**

O município de **Angatuba** pertencente ao EDR de **Itapetininga** foi contemplado por meio da **Cooperativa de Laticínios Angatubense (COLAN),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Programa de qualidade.**

O município de **Assis** pertencente ao EDR de **Assis** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais do Município de Assis e Região (APRUMAR),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Agroindústria.**

O município de **Balbinos** pertencente ao EDR de **Lins** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais da Microbacia do Córrego Grande de Balbinos (APROMICOGABAL),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Agroindústria.**

O município de **Barbosa** pertencente ao EDR de **Araçatuba** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores de Leite de Barbosa (APROLEIB),** conseguiu aprovação de dois (2) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **1º Armazenamento do leite nas propriedades e 2º Construção de entreposto para recebimento do leite e de insumos.**

O município de **Caiuá** pertencente ao EDR de **Presidente Venceslau** foi contemplado por meio da **Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento da Fazenda Santa Rita III,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Construção de minilaticínio com equipamentos e caminhão para transporte.**

O município de **Conchas** pertencente ao EDR de **Botucatu** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Conchas,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Equipamentos para melhorar a logística da produção e da entrega de leite.**

O município de **Dracena** pertencente ao EDR de **Dracena** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Agroindústria.**

O município de **Estrela do Norte** pertencente ao EDR de **Presidente Prudente** foi contemplado por meio da **Associação Comunitária dos Amigos Produtores Rurais de estrela do Norte,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Fábrica de ração.**

O município de **Euclides da Cunha** pertencente ao EDR de **Presidente Venceslau** foi contemplado por meio da **Associação Vitória Viva Assentamento Rancho Grande e Santa Rosa,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de agroindústria.**

O município de **Fartura** pertencente ao EDR de **Ourinhos** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores de Leite de Fartura e Região (APLEFAR),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de comercialização - Aquisição de caminhões com tanque isotérmico.**

O município de **Flora Rica** pertencente ao EDR de **Dracena** foi contemplado por meio da **Associação Agropecuária de Flora Rica (AAFRICA),** conseguiu aprovação de um (1)

projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Infraestrutura para melhoria da qualidade.**

O município de **Itaberá** pertencente ao EDR de **Itapeva** foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva (COAPRI),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Diversificação de produtos na agroindústria.**

O município de **Mesópolis** pertencente ao EDR de **Jales** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Mesópolis,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Paraguaçu Paulista** pertencente ao EDR de **Assis** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores de Leite da Estância Turística de Paraguaçu Paulista,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Construção de barracão para usina de leite.**

O município de **Paraibuna** pertencente ao EDR de **Pindamonhangaba** foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Produtores de Leite do Alto Paraíba (COOPLAP),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Melhoria de qualidade e novos canais de comercialização.**

O município de **Parisi** pertencente ao EDR de **Votuporanga** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Parisi (APRORUPA),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de agroindústria.**

O município de **Patrocínio Paulista** pertencente ao EDR de **Franca** foi contemplado por meio de dois (2) projetos: **Cooperativa Nacional Agroindustrial (COONAI,)** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Industrialização do leite em garrafas Pet;** a **Associação Rural dos Pequenos Produtores de Patrocínio Paulista** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte**.

O município de **Piracicaba** pertencente ao EDR de **Piracicaba** foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Produtos Lacteos - Coplacana (COPLAC),** conseguiu aprovação

de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Agroindústria.**

O município de **Pontalinda** pertencente ao EDR de **Jales** foi contemplado por meio da **Associação de Produtores Rurais de Pontalinda (APRUPO),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Resfriamento e transporte de leite.**

O município de **Potirendaba** pertencente ao EDR de **São José do Rio Preto** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Potirendaba,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Rancharia** pertencente ao EDR de **Presidente Prudente** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Agissê,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Aquisição de um Caminhão com tanque isotérmico de 10.000 litros e um barracão.**

O município de **Santa Albertina** pertencente ao EDR de **Jales** foi contemplado por meio da **Cooperativa Agropecuária de Santa Albertina,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Controle de qualidade, resfriamento e transporte.**

O município de **Santa Cruz da Esperança** pertencente ao EDR de **Ribeirão Preto** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Santa Cruz da Esperança,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Santa Cruz do Rio Pardo** pertencente ao EDR de **Ourinhos** foi contemplado por meio da **Associação de Agricultores de Caporanga (AGROCAP),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Santo Antonio da Alegria** pertencente ao EDR de **Franca** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais do Bairro da Antinha,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Santo Expedito** pertencente ao EDR de **Presidente Prudente** foi contemplado por meio da **Associação da Microbacia Timbó Expeditense,** conseguiu

aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de agroindústria.**

O município de **Panorama** pertencente ao EDR de **Dracena** foi contemplado por meio da **Associação Agropecuária do Bairro Monteiro Lobato (AGROMONTEIRO),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de Transporte.**

O município de **São Pedro** pertencente ao EDR de **Piracicaba** foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro (COOPANSP),** conseguiu aprovação de três (3) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: 1º **Agroindústria de processamento e logística de transporte, 2º Modernização da indústria de processamento de leite e 3º Estrutura para comercialização.**

O município de **Sub Mennucci** pertencente ao EDR de **General Salgado** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais do município de Sud Mennucci,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Aquisição de tanque refrigerador de leite.**

O município de **Tarabai** pertencente ao EDR de **Presidente Prudente** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Tarabai,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Aquisição de um Caminhão com tanque resfriador.**

O município de **Tupi Paulista** pertencente ao EDR de **Dracena** foi contemplado por meio da **Cooperativa Agrária e de Cafeicultores da Região de Tupi Paulista (CACRETUPI),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Leite** e a iniciativa de negócio foi: **Agroindústria.**

No Quadro 5 destacamos os municípios e o tipo de organizações coletivas (associações/cooperativas) que trabalham com a cadeia produtiva de leite e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 5: Cadeia produtiva do leite: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Leite	Adamantina	Associação
Leite	Andradina	Cooperativa

Leite	Angatuba	Cooperativa
Leite	Assis	Associação
Leite	Balbinos	Associação
Leite	Barbosa	Associação
Leite	Caiuá	Associação
Leite	Conchas	Associação
Leite	Dracena	Associação
Leite	Estrela do Norte	Associação
Leite	Euclides da Cunha	Associação
Leite	Fartura	Associação
Leite	Flora Rica	Associação
Leite	Indiana	Associação
Leite	Itaberá	Cooperativa
Leite	Mesópolis	Associação
Leite	Paraguaçu Paulista	Associação
Leite	Paraibuna	Cooperativa
Leite	Parisi	Associação
Leite	Patrocínio Paulista	Cooperativa
Leite	Piracicaba	Cooperativa
Leite	Pontalinda	Associação
Leite	Populina	Associação
Leite	Potirendaba	Associação
Leite	Rancharia	Associação
Leite	Santa Albertina	Cooperativa
Leite	Santa Cruz da Esperança	Associação
Leite	Santa Cruz Rio Pardo	Associação
Leite	Santo Antonio da Alegria	Associação
Leite	Santo Expedito	Associação
Leite	Panorama	Associação
Leite	São Pedro	Cooperativa
Leite	Sub Mennucci	Associação
Leite	Tarabai	Associação
Leite	Tupi Paulista	Associação

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: < http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de **Adamantina** pertencente ao EDR de **Dracena** foi contemplado por meio da **Associação Passiflora de Produtores Rurais de Adamantina e Região (APPRAR),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de packing house e logística de transporte.**

O município de **Amparo** pertencente ao EDR de **Bragança Paulista** foi contemplado por meio da **Cooperativa de Produtores do Circuito das Águas,** conseguiu aprovação de dois (2) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **1º Agroindústria de processamento e 2º Ampliação do packing house e estrutura de processamento mínimo.**

O município de **Apiaí** pertencente ao EDR de **Itapeva** foi contemplado por meio de duas (2) associações: **Associação de Produtores Agroecológicos da Mata Atlântica do Vale do Ribeira (ECOOVALLE),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte e processamento mínimo (agroindústria) e Associação dos Produtores Rurais do Distrito de Araçaíba (APRODA),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de recebimento (*packing house*) e transporte.**

O município de **Assis** pertencente ao EDR de Assis foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais do Município de Assis e Região (APRUMAR),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Construção de packing house.**

O município de **Barretos** pertencente ao EDR de **Barretos** foi contemplado por meio da **Cooperativa de Produtores Rurais de Barretos e Região (COOPBAR),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Batatais** pertencente ao EDR de **Franca** foi contemplado por meio da **Associação Batataense dos Produtores da Agricultura Familiar (ABAFA),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house*.**

O município de **Bebedouro** pertencente ao EDR de **Barretos** foi contemplado por meio da **Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (COAF),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house* e logística de transporte.**

O município de **Brejo Alegre** pertencente ao EDR de **Araçatuba** foi contemplado por meio de duas instituições; **Associação União dos Assentamentos de Brejo Alegre e Birigui**

(AUAB), conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte e Associação dos Produtores Agrícolas do Assentamento São José e outros,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Capão Bonito** pertencente ao EDR de **Itapetininga** foi contemplado por meio da **Cooperativa Mista Agropecuária de Capão Bonito,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house* e logística de transporte.**

O município de **Castilho** pertencente ao EDR de **Andradina** foi contemplado por meio da **Associação Nova Ypê,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte e acondicionamento.**

O município de **Colômbia** pertencente ao EDR de **Barretos** foi contemplado por meio da **Associação Agropecuária Formiga,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Coronel Macedo** pertencente ao EDR de Avaré foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais da Microbacia do Ribeirão Branco (APROBAN),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house* e logística de transporte.**

O município de **Eldorado** pertencente ao EDR de **Registro** foi contemplado por meio da **Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro São Pedro,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte, produção e comercialização. Quilombo.**

O município de **Getulina** pertencente ao EDR de **Lins** foi contemplado por meio da **Associação Nova União do Assentamento Simon Bolivar,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte. Assentamento.**

O município de **Ibiúna** pertencente ao EDR de Sorocaba foi contemplado por meio da **Cooperativa Agrícola de Ibiúna (CAISP),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio

do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house* e logística de transporte.**

O município de **Itaporanga** pertencente ao EDR de **Avaré** foi contemplado por meio da **Associação dos Plasticultores de Itaporanga (API),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house*.**

O município de **Itararé** pertencente ao EDR de Itapeva foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itararé (COAFAI),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house* para processamento mínimo.**

O município de **Lins** pertencente ao EDR de **Lins** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores e Olericultores da Marechal Rondon de Lins (APOL),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Lucélia** pertencente ao EDR de Tupã foi contemplado por meio da **Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais de Lucélia,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house*.**

O município de **Nova Campina** pertencente ao EDR de **Itapeva** foi contemplado por meio da **Cooperativa Agropecuária Familiar de Nova Campina (COAGROCAMP),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de recebimento (*packing house*) e transporte.**

O município de **Nova Granada** pertencente ao EDR de São José do Rio Preto foi contemplado por meio da **Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Terra Nossa,** conseguiu aprovação de dois (2) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **1º *packing house* e 2º Logística de transporte.**

O município de **Nova Odessa** pertencente ao EDR de **Piracicaba** foi contemplado por meio da **Cooperativa da Agricultura Familiar e Agroecológica (COOPERACRA),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house*.**

O município de **Parapuã** pertencente ao EDR de **Tupã** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Parapuã,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: Logística de transporte**.**

O município de **Pederneiras** pertencente ao EDR de Bauru foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Agricultores Familiar Solidários (CAFS),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Construção de *packing house* para processamento de olerícolas.**

O município de **Piedade** pertencente ao EDR de **Piracicaba** foi contemplado por meio da **Associação de Pequenos Produtores Rurais de Piedade (APPRUPI),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Pilar do Sul** pertencente ao EDR de **Sorocaba** foi contemplado por meio da **Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Pilar do Sul e Região (COOPAFAPS),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Piracicaba** pertencente e ao EDR de Piracicaba foi contemplado por meio da **Cooperativa Piracicabana de Horticultores (COOPIHORT),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house* e logística de transporte.**

O município de **Piratininga** pertencente ao EDR de **Bauru** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais Assentados - Laudenor de Souza,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Construção de *packing house* para processamento de olerícolas.**

O município de **Promissão** pertencente ao EDR de **Lins** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Promissão (APRREN),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Construção de *packing house* para processamento mínimo.**

O município de **Salto de Pirapora** pertencente ao EDR de **Sorocaba** foi contemplado por meio da **Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó,** conseguiu aprovação de dois (2) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: 1º **Equipamentos para produção de hortaliças e 2º Construção de um barracão multiuso.**

O município de **São José do Rio Preto** pertencente ao EDR de **Sorocaba** foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Produtores Rurais de São José do Rio Preto (COOPERIOPRETO),** conseguiu aprovação de dois (2) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: 1º **Implantação de *packing house* e logística de transporte e 2º Logística de transporte.**

O município de **São Simão** pertencente ao EDR de **Ribeirão Preto** foi contemplado por meio da **Cooperativa de Agricultura Familiar de São Simão e Região,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house* e logística de transporte.**

O município de **Taquarivaí** pertencente ao EDR de **Itapeva** foi contemplado por meio da **Associação do Desenvolvimento Agropecuário de Taquarivaí (AGROPET),** conseguiu aprovação de dois (2) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **1º Estruturação de *packing house* e logística de transporte e 2º Estruturação de *packing house* e logística de transporte.**

O município de **Tarumã** pertencente ao EDR de **Assis** foi contemplado por meio da **Associação de Produtores Rurais de Tarumã,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house*.**

O município de **Vera Cruz** pertencente ao EDR de Marília foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais, Artesãos e Produtos Alimentícios Caseiros de Vera Cruz,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house*.**

No Quadro 6 destacamos os municípios e o tipo de organizações coletivas (associações/cooperativas) que trabalham com a cadeia produtiva de olericultura e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 6: Cadeia produtiva de olericultura: lista por municípios e organizações coletivas que foram contempladas pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Olericultura	Adamantina	Associação
Olericultura	Amparo	Cooperativa
Olericultura	Apiaí	Associação
Olericultura	Assis	Associação
Olericultura	Barretos	Cooperativa
Olericultura	Batatais	Associação
Olericultura	Bebedouro	Cooperativa
Olericultura	Brejo Alegre	Associação
Olericultura	Capão Bonito	Cooperativa
Olericultura	Castilho	Associação
Olericultura	Colômbia	Associação
Olericultura	Coronel Macedo	Associação
Olericultura	Eldorado	Associação
Olericultura	Getulina	Associação
Olericultura	Ibiúna	Cooperativa
Olericultura	Itaporanga	Associação
Olericultura	Itararé	Cooperativa
Olericultura	Lins	Associação
Olericultura	Lucélia	Associação
Olericultura	Nova Campina	Cooperativa
Olericultura	Nova Granada	Associação
Olericultura	Nova Odessa	Cooperativa
Olericultura	Parapuã	Associação
Olericultura	Pederneiras	Cooperativa
Olericultura	Piedade	Associação
Olericultura	Pilar do Sul	Cooperativa
Olericultura	Piracicaba	Cooperativa
Olericultura	Piratininga	Associação
Olericultura	Promissão	Associação
Olericultura	Salto de Pirapora	Associação
Olericultura	São José do Rio Preto	Cooperativa
Olericultura	São Simão	Cooperativa
Olericultura	Taquarivaí	Associação
Olericultura	Tarumã	Associação
Olericultura	Vera Cruz	Associação

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de **Araras** pertencente ao EDR de **Limeira** foi contemplado por meio da **Cooperativa de Apicultores e Agricultores Familiares de Araras e Região (COAAF),** conseguiu aprovação de dois (2) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **1º Adequação e instalação de um *packing house* e logística de distribuição e 2º Aquisição de caminhão com baú refrigerado e adequação de instalações.**

O município de **Artur Nogueira** pertencente ao EDR de Mogi Mirim foi contemplado por meio da **Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Artur Nogueira (COOPRAFRAN),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house*.**

O município de **Borebi** pertencente ao EDR de **Presidente Prudente** foi contemplado por meio da **Associação dos Assentados Loiva Lurdes e Pequenos Produtores Rurais de Borebi e Região Noiva da Colina,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house*.**

O município de **Botucatu** pertencente ao EDR de **Botucatu** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Orgânicos da Região de Botucatu,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de comercialização.**

O município de **Caiuá** pertencente ao EDR de **Presidente Prudente** foi contemplado por meio da **Associação União Agropecuária do Assentamento Luis Morais Neto,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house*.**

O município de **Capivari** pertencente ao EDR de **Piracicaba** foi contemplado por meio da **Associação dos Agricultores Familiares de Capivari e Região (ASSOHORTE),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Casa Branca** pertencente ao EDR de **São João da Boa Vista** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais do Sitio Lambari,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia

produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house*.**

O município de **Fernandópolis** pertencente ao EDR de **Fernandópolis** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Fernandópolis,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house*.**

O município de **Gabriel Monteiro** pertencente ao EDR de **Araçatuba** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Gabriel Monteiro,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Guarantã** pertencente ao EDR de **Lins** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Pasto do Planalto,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II - Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura, Fruticultura e leite** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de Transporte.**

O município de **Ibitinga** pertencente ao EDR de **Jaboticabal** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Ibitinga (APRIB),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house*.**

O município de **Ibiúna** pertencente ao EDR de **Sorocaba** foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Agricultores Familiares de Ibiúna,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house* e Logística de Distribuição.**

O município de **Itapetininga** pertencente ao EDR de **Presidente Prudente** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais do Rio Acima e Faxinal (APRRAF),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de Transporte - Aquisição de caminhão.**

O município de **Itápolis** pertencente ao EDR de **Jaboticabal** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores de Hortaliças de Itápolis (APHI),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house* e Logística de Distribuição.**

O município de **Jacupiranga** pertencente ao EDR de **Registro** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais do Bairro Pé da Serra (APRPS),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte e processamento.**

O município de **Jales** pertencente ao EDR de **Jales** foi contemplado por meio da **Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de cozinha industrial e logística de transporte.**

O município de **Leme** pertencente ao EDR de **Limeira** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais do Vale do Mogi,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de agroindústria de vegetais minimamente processados.**

O município de **Limeira** pertencente ao EDR de **Limeira** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Agrícolas de Limeira (APAL),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Adequação do barracão para o processamento mínimo de hortaliças e mandioca.**

O município de **Lins** pertencente ao EDR de **Lins** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores e Olericultores da Marechal Rondon de Lins (APOL),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **logística de transporte.**

O município de **Mirandópolis** pertencente ao EDR de **Andradina** foi contemplado por meio da **Cooperativa Agrícola da Fazenda Aliança (CAFA),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de unidade de processamento - classificação e embalagem.**

O município de **Mogi Mirim** pertencente ao EDR de **Presidente Prudente** foi contemplado por meio da **Associação das Mulheres Agroecológicas Vergel (AMA),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a

cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Infraestrutura para produção de mandioca e banana chips.**

O município de **Motuca** pertencente ao EDR de **Araraquara** foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Motuca e Região (COOPAM),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Novo Horizonte** pertencente ao EDR de **Catanduva** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Novo Horizonte,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação *packing house*, logística e marketing.**

O município de **Osvaldo Cruz** pertencente ao EDR de **Tupã** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais da Região de Osvaldo Cruz (APROC),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house* e Logística de Distribuição.**

O município de **Parapuã** pertencente ao EDR de **Jales** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Tanquinho,** conseguiu aprovação de dois (2) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **1º Adequação e instalação de um *packing house* e logística de distribuição e 2º Acondicionamento e transporte da produção.**

O município de **Pereira Barreto** pertencente ao EDR de **Andradina** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Olga Benário,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Pirajú** pertencente ao EDR de **Ourinhos** foi contemplado por meio da **Associação dos Plasticultores de Piraju (APPI),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Pirassununga** pertencente ao EDR de **Limeira** foi contemplado por meio da **Associação do Centro Comunitário Taquari Córrego,** conseguiu aprovação de dois (2) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de

Olericultura e Fruticultura e a iniciativa de negócio foi: 1º **Implantação de *packing house* para processamento mínimo e 2º Acondicionamento e transporte da produção.**

O município de **Populina** pertencente ao EDR de **Fernandópolis** foi contemplado por meio da **Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentados Santa Rita,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Porto Feliz** pertencente ao EDR de **Presidente Prudente** foi contemplado por meio de duas (2) cooperativas: **Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços dos Assentados e Pequenos Agricultores de Porto Feliz e Região,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte** e a **Cooperativa Mista de Agricultores, Apicultores, Pecuaristas e Pescadores de Porto Feliz e Região (COOMAPRE),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house* e logística de transporte.**

O município de **Presidente Prudente** pertencente ao EDR de **Presidente Prudente** foi contemplado por meio da **Cooperativa da Agricultura Familiar de Presidente Prudente (COAF),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house*.**

O município de **Restinga** pertencente ao EDR de **Franca** foi contemplado por meio da **Associação de Mulheres no Desenvolvimento Sustentável Rural e Urbano do Estado de São Paulo (ADRUS),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house* e logística de transporte.**

O município de **Rio das Pedras** pertencente ao EDR de **Piracicaba** foi contemplado por meio da **Cooperativa da Agricultura Familiar e Agroecológica (COOPERACRA),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Equipamentos para processamento do milho verde.**

O município de **São Migual Arcanjo** pertencente ao EDR de **Itapetininga** foi contemplado por meio duas (2) instituições uma **Associação dos Moradores e Produtores Rurais dos Bairros Brejaúva e Vizinhos (AMPRUBREVI),** conseguiu aprovação de um (1)

projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house* e logística de transporte** e a **Cooperativa Agrícola São Miguel Arcanjo (COOPASMA),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Agroindústria vegetais minimamente processados.**

O município de **Serra Azul** pertencente ao EDR de **Ribeirão Preto** foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Frutos da Terra,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Sub Mennucci** pertencente ao EDR de **General Salgado** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais do município de Sud Mennucci,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house*.**

O município de **Tabatinga** pertencente ao EDR de **Araraquara** foi contemplado por meio da **Associação de Produtores Rurais de Tabatinga (APROTABA),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte e armazenamento.**

O município de **Votuporanga** pertencente ao EDR de **Votuporanga** foi contemplado por meio da **Cooperativa da Agricultura Familiar de Votuporanga (CODAFAVO),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house* e logística de transporte.**

O município de **Limeira** pertencente ao EDR de **Limeira** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais da Anhumas,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de entreposto de comercialização.**

O município de **Guarantã** pertencente ao EDR de **Lins** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Pasto do Planalto,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia

produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Santa Izabel** pertencente ao EDR de **Mogi das Cruzes** foi contemplado por meio da **Associação Isabelense de Produtores Rurais (AIPRO),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Olericultura e Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

No Quadro 7 destacamos os municípios e o tipo de organizações coletivas (associações/cooperativas) que trabalham com a cadeia produtiva de olericultura e fruticultura e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 7: Cadeia produtiva de olericultura e fruticultura: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Olericultura e Fruticultura	Araras	Cooperativa
Olericultura e Fruticultura	Artur Nogueira	Cooperativa
Olericultura e Fruticultura	Borebi	Associação
Olericultura e Fruticultura	Botucatu	Associação
Olericultura e Fruticultura	Caiuá	Associação
Olericultura e Fruticultura	Capivari	Associação
Olericultura e Fruticultura	Casa Branca	Associação
Olericultura e Fruticultura	Fernadópolis	Associação
Olericultura e Fruticultura	Gabriel Monteiro	Associação
Olericultura e Fruticultura	Guarantã	Associação
Olericultura e Fruticultura	Ibitinga	Associação
Olericultura e Fruticultura	Ibiúna	Cooperativa
Olericultura e Fruticultura	Itapetininga	Associação
Olericultura e Fruticultura	Itápolis	Cooperativa
Olericultura e Fruticultura	Jacupiranga	Associação
Olericultura e Fruticultura	Jales	Cooperativa
Olericultura e Fruticultura	Leme	Associação
Olericultura e Fruticultura	Limeira	Associação
Olericultura e Fruticultura	Lins	Associação
Olericultura e Fruticultura	Mirandópolis	Cooperativa
Olericultura e Fruticultura	Mogi mirim	Associação
Olericultura e Fruticultura	Motuca	Cooperativa
Olericultura e Fruticultura	Novo Horizonte	Associação
Olericultura e Fruticultura	Osvaldo Cruz	Associação
Olericultura e Fruticultura	Parapuã	Associação
Olericultura e Fruticultura	Pereira Barreto	Associação
Olericultura e Fruticultura	Piraju	Associação

Olericultura e Fruticultura	Pirassununga	Associação
Olericultura e Fruticultura	Populina	Associação
Olericultura e Fruticultura	Porto Feliz	Cooperativa
Olericultura e Fruticultura	Presidente Bernardes	Associação
Olericultura e Fruticultura	Presidente Prudente	Cooperativa
Olericultura e Fruticultura	Presidente Venceslau	Associação
Olericultura e Fruticultura	Restinga	Associação
Olericultura e Fruticultura	Rio das Pedras	Cooperativa
Olericultura e Fruticultura	Santa Isabel	Associação
Olericultura e Fruticultura	São Miguel Arcanjo	Cooperativa
Olericultura e Fruticultura	Serra Azul	Cooperativa
Olericultura e Fruticultura	Mariápolis	Associação
Olericultura e Fruticultura	Sub mennucci	Associação
Olericultura e Fruticultura	Tabatinga	Associação
Olericultura e Fruticultura	Tambaú	Cooperativa
Olericultura e Fruticultura	Votuporanga	Cooperativa

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de **Anhumas** pertencente ao EDR de **Presidente Prudente** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais da Anhumas,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Grãos** e a iniciativa de negócio foi: **Fábrica de ração com silo armazenador e secador de grãos.**

O município de **Araçatuba** pertencente ao EDR de **Araçatuba** foi contemplado por meio da **Cooperativa Agropecuária do Brasil Central (COBRAC),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Grãos** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de agroindústria.**

O município de **Auriflama** pertencente ao EDR de **General Salgado** foi contemplado por meio da **Cooperativa de Consumo Agropecuária de Auriflama,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Grãos** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de fábrica de ração.**

O município de **Candido Mota** pertencente ao EDR de **Assis** foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Cafeicultores da Média Sorocabana (COOPERMOTA),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Grãos** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de agroindústria.**

O município de **Guaratinguetá** pertencente ao EDR de **Guaratinguetá** foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Produtores de Arroz do Vale do Paraíba,**

conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Grãos** e a iniciativa de negócio foi: **Aquisição de Laboratório Móvel de Análise Comercial e de Qualidade.**

O município de **Itaberá** pertencente ao EDR de **Itapeva** foi contemplado por meio da **Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida Ltda,.** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Grãos** e a iniciativa de negócio foi: **Beneficiamento e empacotamento.**

O município de **Itaberá** pertencente ao EDR de **Itapeva** foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva (COAPRI),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Grãos** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de agroindústria de beneficiamento e armazenagem.**

O município de **João Ramalho** pertencente ao EDR de **Presidente Prudente** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais do Município de João Ramalho,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Grãos** e a iniciativa de negócio foi: **Instalação de silo metálico para armazenamento de grãos.**

O município de **Laranjal Paulista** pertencente ao EDR de **Botucatu** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Laranjal Paulista (ASPLAPA),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Grãos** e a iniciativa de negócio foi: **Armazenamento, beneficiamento, fábrica de ração.**

O município de **Lourdes** pertencente ao EDR de **General Salgado** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Lourdes,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Grãos** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de agroindústria.**

O município de **Magda** pertencente ao EDR de **General Salgado** foi contemplado por meio da **Cooperativa Agropecuária do Brasil Central (COBRAC),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Grãos** e a iniciativa de negócio foi: **Secador e silo de armazenamento.**

O município de **Nova Aliança** pertencente ao EDR de **São José do Rio Preto** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Nova Aliança,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Grãos** e a iniciativa de negócio foi: **Máquinas para fábrica de ração.**

O município de **Novo Horizonte** pertencente ao EDR de **Catanduva** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais da Microbacia do Córrego da Aparecida,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Grãos** e a iniciativa de negócio foi: **Estrutura de armazenamento, secagem, logística de transporte e *marketing*.**

O município de **Palestina** pertencente ao EDR de **São José do Rio Preto** foi contemplado por meio da **Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Palestina (COARPA),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Grãos** e a iniciativa de negócio foi: **Infraestrutura de armazenamento e processamento.**

O município de **Votuporanga** pertencente ao EDR de **Votuporanga** foi contemplado por meio da **Cooperativa do Agronegócio e Armazenagem de Votuporanga (COACAVO),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Grãos** e a iniciativa de negócio foi: **Infraestrutura de armazenamento e processamento.**

No Quadro 8 destacamos os municípios e o tipo de organizações coletivas (associações/cooperativas) que trabalham com a cadeia produtiva de grãos e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 8: Cadeia produtiva de grãos: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	**Município**	**Associação/Cooperativa**
Grãos	Anhumas	Associação
Grãos	Araçatuba	Cooperativa
Grãos	Auriflama	Cooperativa
Grãos	Candido Mota	Cooperativa
Grãos	Guaratinguetá	Cooperativa
Grãos	Itaberá	Associação
Grãos	João Ramalho	Associação
Grãos	Laranjal Paulista	Associação
Grãos	Lourdes	Associação
Grãos	Magda	Cooperativa
Grãos	Nova Aliança	Associação
Grãos	Novo Horizonte	Associação
Grãos	Palestina	Cooperativa
Grãos	Votuporanga	Cooperativa

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de **Araçatuba** pertencente ao EDR de **Ribeirão Preto** foi contemplado por meio da **Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Córrego da Água Limpa,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Fruticultura e mandioca e a iniciativa de negócio foi: **Ampliação da Unidade de Beneficiamento.**

O município de **Aspásia** pertencente ao EDR de **Jales** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Aspásia,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Fruticultura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house*.**

O município de **Candido Rodrigues** pertencente ao EDR de **Jaboticabal** foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Fruticultores de Cândido Rodrigues (COFRUCAR),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Fruticultura e a iniciativa de negócio foi: ***packing house*.**

O município de Itápolis pertencente ao EDR de **Jaboticabal** foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis e Região (COAGROSOL),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Fruticultura e a iniciativa de negócio foi: **Agroindústria de transformação.**

O município de Jundiaí pertencente ao EDR de **Campinas** foi contemplado por meio da **Cooperativa Agrícola Nossa Senhora das Vitórias,** conseguiu aprovação de dois (2) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Fruticultura e a iniciativa de negócio foi: **1º Beneficiamento e embalagem e o 2º Compra de equipamentos para classificação de frutas.**

O município de Jundiaí pertencente ao EDR de **Campinas** foi contemplado por meio da **Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho (AVA),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Fruticultura e a iniciativa de negócio foi: **Equipamentos para envase da produção de vinhos.**

O município de **Junqueirópolis** pertencente ao EDR de **Dracena** foi contemplado por meio da **Cooperativa Agrícola de Junqueirópolis (COOPAJ),** conseguiu aprovação de dois (2) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Fruticultura e a iniciativa de negócio foi: **1º Logística de processamento** e **2º logística de transporte e armazenamento (Acerola).**

O município de **Narandiba** pertencente ao EDR de Presidente Prudente foi contemplado por meio da **Fruticultores Associados do Oeste Paulista (FAOP),** conseguiu

aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Fruticultura e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house*.**

O município de **Palmital** pertencente ao EDR de **Assis** foi contemplado por meio da **Cooperativa Palmitalense de Bananicultores (COOPABAN),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Fruticultura e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house*.**

O município de **Pilar do Sul** pertencente ao EDR de **Sorocaba** foi contemplado por meio da **Associação Paulista dos Produtores de Caqui (APPC),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Fruticultura e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house* e logística de transporte.**

O município de Pontalinda pertencente ao EDR de **Jales** foi contemplado por meio da **Associação de Produtores Rurais de Pontalinda (APRUPO),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Fruticultura e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house* e logística de transporte.**

O município de **Santa Salete** pertencente ao EDR de **Jales** foi contemplado por meio da **Associação Municipal dos Produtores Rurais de Santa Salete (AMPRUSS),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Fruticultura e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house*.**

O município de Valinhos pertencente ao EDR de **Campinas** foi contemplado por meio da **Associação Agrícola de Valinhos e Região (AAVR),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Fruticultura e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house*, criação marca e transporte.**

No Quadro 9 destacamos os municípios e o tipo de organizações coletivas (associações/cooperativas) que trabalham com a cadeia produtiva de fruticultura e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 9: Cadeia produtiva de fruticultura: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Fruticultura e mandioca	Araçatuba	Associação
Fruticultura	Aspásia	Associação
Fruticultura	Candido Rodrigues	Cooperativa

Fruticultura	Itápolis	Cooperativa
Fruticultura	Jundiaí	Cooperativa
Fruticultura	Junqueirópolis	Cooperativa
Fruticultura	Narandiba	Associação
Fruticultura	Palmital	Cooperativa
Fruticultura	Pilar do Sul	Associação
Fruticultura	Pontalina	Associação
Fruticultura	Santa Salete	Associação
Fruticultura	Valinhos	Associação

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de Brodowski pertencente ao EDR de **Ribeirão Preto** foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais da Microbacia do Córrego do Matadouro - Bairro Contendas,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **Infraestrutura para melhoria da qualidade.**

O município de Caconde pertencente ao EDR de **São João da Boa Vista** foi contemplado por meio de duas (2) associações **Associação Agropecuária Barra Grande e Caconde,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **Estruturação de *packing house*** e a **Associação do Desenvolvimento Comunitário do Vale do Jaboticabal,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **Infraestrutura para melhoria da qualidade.**

O município de Divinolândia pertencente ao EDR de **São João da Boa Vista** foi contemplado por meio da **Associação dos Cafeicultores de Montanha de Divinolândia (APROD),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **Beneficiamento e Certificação.**

O município de Dois Córregos pertencente ao EDR de Jaú foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Dois Córregos,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **Sistema de Beneficiamento, classificação e qualificação.**

O município de Espírito Santo do Pinhal pertencente ao EDR de São João da Boa Vista foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Pinhal (COOPINHAL),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II –

Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de agroindústria.**

O município de Franca pertencente ao EDR de Franca foi contemplado por meio da **Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas (COCAPEC),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **Torrefação de café e estratégia de *marketing*.**

O município de Gabriel Monteiro pertencente ao EDR de Araçatuba foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Gabriel Monteiro,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **Mecanização da colheita para redução de custo.**

O município de **Garça** pertencente ao EDR de Marília foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Região de Garça - Garça *Speciality Coffee Association*,** conseguiu aprovação de dois (2) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **1º Beneficiamento e Logística de transporte e 2º Infraestrutura para melhoria da qualidade.**

O município de Jeriquara pertencente ao EDR de Franca foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais do Município de Jeriquara,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **Mecanização da colheita visando à redução de custo.**

O município de Manduri pertencente ao EDR de Avaré foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais do Bairro Araras de Manduri (APRUBAM),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **Logística de comercialização.**

O município de Osvaldo Cruz pertencente ao EDR de Tupã foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais da Região de Osvaldo Cruz (APROC),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **Redução do custo por meio da colheita mecanizada.**

O município de Pacaembu pertencente ao EDR de Dracena foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais de Pacaembu (APRUP),** conseguiu aprovação de dois (2) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **1º Processamento e criação de marca e 2º Construção de uma unidade de Rebenefício de Café e Sala de Provas.**

O município de Pardinho pertencente ao EDR de Botucatu foi contemplado por meio da **Associação de Produtores Rurais de Pardinho (APRUPAR),** conseguiu aprovação de três (3) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **1º Beneficiamento, 2º Mecanização da colheita visando à redução de custo e 3º Aquisição de equipamentos para a mecanização da colheita de café.**

O município de **Pirajuí** pertencente ao EDR de Lins foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Rio Dourado-Nascente,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **Beneficiamento e colheita.**

O município de Pratânia pertencente ao EDR de **Botucatu** foi contemplado por meio de duas (2) instituições uma associações e uma cooperativa; **Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Rio Claro,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **Colheita e beneficiamento e a Cooperativa Prata de Cafés Especiais (COOPERPRATA),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de agroindústria.**

O município de **Regente Feijó** pertencente ao EDR de Presidente Prudente foi contemplado por meio da **Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro Palmitalzinho,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **Infraestrutura para melhoria da qualidade.**

O município de **Torrinha** pertencente ao EDR de Jaú foi contemplado por meio da **Associação dos Produtores de Café Natural do Bairro do Paraíso do Alto de Torrinha (CAFENATO),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Café e a iniciativa de negócio foi: **Unidade de rebenefício de café.**

No Quadro 10 destacamos os municípios e o tipo de organizações coletivas (associações/cooperativas) que trabalham com a cadeia produtiva do café e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 10: Cadeia produtiva do café: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Café	Brodowski	Associação
Café	Caconde	Associação
Café	Divinolândia	Associação
Café	Dois Córregos	Associação
Café	Espírito Santo do Pinhal	Cooperativa
Café	Franca	Associação
Café	Gabriel Monteiro	Associação
Café	Garça	Associação
Café	Jeriquara	Associação
Café	Manduri	Associação
Café	Osvaldo Cruz	Associação
Café	Pacaembu	Associação
Café	Pardinho	Associação
Café	Pirajuí	Associação
Café	Pratânia	Associação/Cooperativa
Café	Regente Feijó	Associação
Café	Torrinha	Associação

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de **Eldorado** pertencente ao EDR de **Registro** foi contemplado por meio de duas (2) associações de agricultores familiares de comunidades quilombolas: **Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Poça e Associação Quilombo de Ivaporunduva**, conseguiram aprovação de um (1) projeto cada uma das associações com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **banana** e as iniciativas de negócio de ambas foram: **Logística de transporte, produção e comercialização**.

O município de **Juquiá** pertencente ao EDR de **Registro** foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Produtores Rurais e da Agricultura Familiar do Município de Juquiá,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **banana** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de agroindústria e logística de transporte.**

O município de **Miracatu** pertencente ao EDR de **Registro** foi contemplado por meio da **Associação dos Bananicultores do Município de Miracatu (ABAM),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **banana** e a iniciativa de negócio foi: **Logística de transporte.**

O município de **Palmital** pertencente ao EDR de **Assis** foi contemplado por meio da **Cooperativa Palmitalense de Bananicultores (COOPABAN),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **banana** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house* e logística de transporte.**

O município de **Sete Barras** pertencente ao EDR de **Registro** foi contemplado por meio da **Cooperativa Agropecuária de Produtos Sustentáveis do Guapuruvu (COOPERAGUA),** conseguiu aprovação de dois (2) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **banana** e as iniciativas de negócio foi: 1º **logística de transporte e** 2º **Implantação de uma agroindústria.**

No Quadro 11 destacamos os municípios e o tipo de organizações coletivas (associações/cooperativas) que trabalham com a cadeia produtiva da banana e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 11: Cadeia produtiva da banana: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado nas 1ª a 6ª chamadas

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Banana	Eldorado	Associação
Banana	Juquiá	Cooperativa
Banana	Miracatu	Associação
Banana	Palmital	Cooperativa
Banana	Sete Barras	Cooperativa

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de Avaí pertencente ao EDR de Bauru foi contemplado por meio da **Centro de Cultura Terêna Kipae,** conseguiu aprovação de dois (2) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Mandioca** e as iniciativas de negócio foram: 1º **Implantação de unidade de processamento de mandioca e 2º Aquisição de equipamentos para processamento da mandioca. Destaque para a comunidade indígena Têrena, aldeia indígena Ekerua localizada na reserva indígena de Araribá no centro Oeste Paulista.**

No Quadro 12 destacamos o município e o tipo de organização coletiva (associação) que trabalham com a cadeia produtiva da mandioca e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 12: Cadeia produtiva da mandioca: município que foi contemplado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Mandioca	Avaí	Centro cultural Terêna Kipae*

*Organização Associativa ligada a cultura e a arte (comunidade indígena).
Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de Araras pertencente ao EDR de Limeira foi contemplado por meio da **Associação dos Apicultores de Araras e Região (AAAR),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Mel** e a iniciativa de negócio foi: **Beneficiamento e embalagem.**

O município de Itatinga pertencente ao EDR de Botucatu foi contemplado por meio da **Associação de Apicultores do Pólo Cuesta (AAPC),** conseguiu aprovação de três (3) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Mel** e as iniciativas de negócio foram: **1º Beneficiamento e embalagem, 2º Reforma da casa do mel e 3º Aquisição de equipamentos para produção de mel orgânico.**

O município de **Socorro** pertencente ao EDR de **Bragança Paulista** foi contemplado por meio da **Associação Rural da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão dos Cubas,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Mel** e a iniciativa de negócio foi: **1º Beneficiamento e embalagem e 2º Reforma da casa do mel.**

O município de **Votuporanga** pertencente ao EDR de **Votuporanga** foi contemplado por meio da **Cooperativa Agropecuária dos Apicultores da Região Noroeste de São Paulo (COAPINSP),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Mel** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de Casa do Mel.**

No Quadro 13 destacamos os municípios e o tipo de organizações coletivas (associações/cooperativas) que trabalham com a cadeia produtiva do mel e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 13: Cadeia produtiva do mel: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Mel	Araras	Associação
Mel	Itatinga	Associação
Mel	Socorro	Associação
Mel	Votuporanga	Cooperativa

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: < http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de **Itatiba** pertencente ao EDR de Campinas foi contemplado por meio da **Associação Cultural Quilombo Brotas,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Turismo rural e a iniciativa de negócio foi: **Construção de cozinha e sanitários.**

O município de São Miguel Arcanjo pertencente ao EDR de Itapetininga foi contemplado por meio da **Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal,** uma comunidade nipônica (cultura japonesa), conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi Turismo rural e a iniciativa de negócio foi: **Adequação de infraestrutura para turismo rural receptivo.**

No Quadro 14 destacamos os municípios e o tipo de organização coletiva (associações) que trabalham com a cadeia produtiva do turismo rural e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 14: Cadeia produtiva do turismo rural: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Turismo Rural	Itatiba	Associação
Turismo Rural	São Miguel Arcanjo	Associação

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de **Itajobi** pertencente ao EDR de Catanduva foi contemplado por meio da **Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Itajobi (APPRI),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **piscicultura** e a iniciativa de negócio foi: **Construção de entreposto de peixe.**

O município de Mirante do Paranapanema pertencente ao EDR de **Presidente Venceslau** foi contemplado por meio da **Cooperativa de Pescadores e Produtores da Agricultura Familiar (COOPPAF),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do

Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de piscicultura e a iniciativa de negócio foi: **Construção de um abatedouro de peixes e infraestrutura de transporte.**

O município de Paulicéia pertencente ao EDR de Dracena foi contemplado por meio da **Associação de Pesca e Aquicultura Paulicéia (APAP),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de piscicultura e a iniciativa de negócio foi: **Tanque rede e implantação de frigorífico.**

No Quadro 15 destacamos os municípios e o tipo de organizações coletivas (associações/cooperativas) que trabalham com a cadeia produtiva da piscicultura e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 15: Cadeia produtiva da piscicultura: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Piscicultura	Itajobi	Associação
Piscicultura	Mirante do Paranapanema	Cooperativa
Piscicultura	Paulicéia	Associação

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de Novo Horizonte pertencente ao EDR de Catanduva foi contemplado por meio da **Associação do Banco da Terra II de Novo Horizonte,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Citricultura e a iniciativa de negócio foi: **Sistema comunitário de irrigação.**

O município de Urupês pertencente ao EDR de Dracena foi contemplado por meio da **Associação de Produtores Rurais de Urupês,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Urucum e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de *packing house*.**

No Quadro 16 destacamos os municípios e o tipo de organização coletiva (associações) que trabalham com a cadeia produtiva da citricultura e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 16: Cadeia produtiva da citricultura: lista de municípios e organizações coletivas que foram contempladas pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Citricultura	Novo horizonte	Associação
Citricultura	Urupês	Associação

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de São João do Pau d'Alho pertencente ao EDR de Dracena foi contemplada por meio da **Associação dos Produtores Rurais, Industriais e Moradores do Município de São João do Pau d'Alho (APRIMOR),** conseguiu aprovação de dois (2) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Urucum** e as iniciativas de negócio foi: **1º redução de custos de colheita e melhoria da qualidade e o 2º colheita mecanizada.**

O município de Tupi Paulista pertencente ao EDR de Dracena foi contemplado por meio da **Associação dos Moradores do Assentamentos Santa Rita I (ASMASSARI),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Urucum e a iniciativa de negócio foi: **colheita mecanizada.**

No Quadro 17 destacamos os municípios e o tipo de organização coletiva (associação) que trabalham com a cadeia produtiva do urucum e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 17: Cadeia produtiva do urucum: lista de municípios e organizações coletivas que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Urucum	São João do Pau d'Alho	Associação
Urucum	Tupi Paulista	Associação

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de Guatapará pertencente ao EDR de Ribeirão Preto foi contemplado por meio da **Cooperativa Agrícola de Guatapará (COAG),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Avicultura de Postura** e a iniciativa de negócio foi: **Implantação de unidade de produção de ovo líquido pasteurizado.**

No Quadro 18 destacamos o município e o tipo de organização coletiva (cooperativa) que trabalham com a cadeia produtiva de avicultura de postura e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 18: Cadeia produtiva de avicultura de postura: município e organização coletiva que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Avicultura de Postura	Guatapará	Cooperativa

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: < http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio> acessado: 12/12/2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de **Sete Barras** pertencente ao EDR de **Registro** foi contemplada por meio da **Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras (COOPAFASB),** conseguiu aprovação de dois (2) projetos com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Pupunha** e as iniciativas de negócio foi: **1º Logística de transporte e processamento e o 2º Implantação de uma agroindústria.**

No Quadro 19 destacamos o município e o tipo de organização coletiva (cooperativa) que trabalham com a cadeia produtiva da pupunha e que foram contemplados pelo do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 19: Cadeia produtiva da pupunha: município e organização coletiva que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Pupunha	Sete Barras	Cooperativa

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de Juquitiba pertencente ao EDR de Registro foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Produtores Rurais de Juquitiba e Região (COOPJUQUI),** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de Fungicultura **e** a iniciativa de negócio foi: **Instalação de equipamentos para produção de blocos.**

No Quadro 20, destacamos o município e o tipo de organizações coletivas (cooperativa) que trabalham com a cadeia produtiva da fungicultura e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 20: Cadeia produtiva da fungicultura: município e organização coletiva que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Fungicultura	Juquitiba	Cooperativa

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de Fartura pertencente ao EDR de Ourinhos foi contemplado por meio da **Cooperativa dos Criadores de Suínos da Caieiras de Fartura ltda.,** conseguiu aprovação de um (1) projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Pecuária de corte e Leite e** a iniciativa de negócio foi: **Armazenamento de matéria-prima e implantação de fábrica ração.**

No Quadro 21 destacamos os municípios e o tipo de organização coletiva (cooperativa) que trabalham com as cadeias produtiva da pecuária de corte e leite e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 21: Cadeias produtivas da pecuária de corte e leite: município e organização social que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Pecuária de corte e leite	Fartura	Cooperativa

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de Ubatuba pertencente ao EDR de **Pindamonhangaba** foi contemplado por meio da **Associação Tembiguai,** conseguiu aprovação de um projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **Ovos, olericultura, frutas e pupunha e** a iniciativa de negócio foi: **Diversificação de produção voltadas para segurança alimentar e melhoria da renda.**

No Quadro 22 destacamos o município e o tipo de organização coletiva (associação) que trabalham com as cadeias produtivas de ovos, olericultura, fruticulturas e pupunha e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 22: Cadeias produtivas de ovos, olericultura, fruticultura e pupunha: município e organização coletiva que foram contempladas pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	Município	Associação/Cooperativa
Ovos, olerícolas, fruticulturas e pupunha	Ubatuba	Associação

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: < http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

O município de Itaoca pertencente ao EDR de Itapeva foi contemplado por meio da **Associação Rural Caraças e Capoava,** conseguiu aprovação de um projeto com apoio do Microbacias II – Acesso ao Mercado, a cadeia produtiva foi de **cana-de-açúcar** e a iniciativa de negócio foi: **logística de transporte.**

No Quadro 23 destacamos o município e o tipo de organização coletiva (associação) que trabalham com a cadeia produtiva da cana-de-açúcar e que foram contemplados pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo.

Quadro 23: Cadeia produtiva da cana-de-açúcar: município e organização coletiva que foram contemplados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado (1ª a 6ª chamadas)

Cadeia produtiva	**Município**	**Associação/Cooperativa**
Cana-de-açúcar	Itaoca	Associação

Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: < http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

É importante salientar que as cadeias produtivas contam com projetos coletivos e individuais. O Microbacias II – Acesso ao Mercado fomentou a articulação de agentes públicos e possibilitou a espacialização desconcentrada do programa.

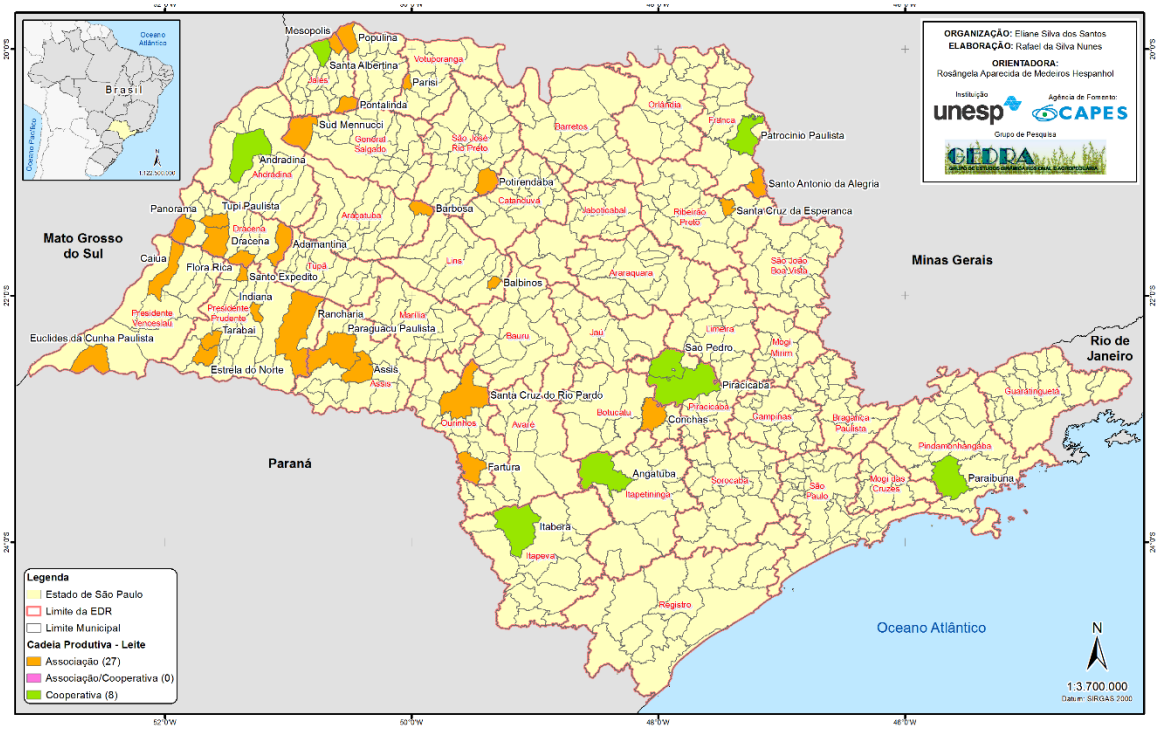
APÊNDICE I - Mapas das iniciativas de negócios (por cadeias produtivas) empreendidas pelas associações e/ou cooperativas de agricultores familiares do Estado de São Paulo

Buscando compreender a dinâmica do Microbacias II – Acesso ao Mercado, sistematizamos por meio de mapas as iniciativas de negócios empreendidas pelas associações e/ou cooperativas de agricultores familiares convencionais, assentados, comunidades indígenas e quilombolas, contempladas no decorrer das seis (6) chamadas públicas[125]. Organizamos as análises por cadeia produtiva em virtude de que o Projeto estudado visa fortalece-las e, ao mesmo tempo, fomentar as formas de organização coletiva.

Das 35 organizações coletivas que foram contempladas com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo a cadeia produtiva do leite, 27 ou 77,14% delas eram de associações e oito (8) ou 22,86% eram de cooperativas. É importante mencionar que dentre as associações, duas (2), representando 7,40%, são de assentados e dentre as cooperativas duas (2), representando 25,00%, são de assentados. As iniciativas de negócios que foram implantadas consistiam em: nove (9) construções de agroindústrias, uma (1) logística de transporte e captação de leite *in natura*, quatro (4) projetos visando a melhoria da qualidade (Programa de qualidade, controle de qualidade, armazenamento do leite nas propriedades), uma (1) construção de entreposto para recebimento do leite e de insumos, uma (1) construção de minilaticínio com equipamentos, uma (1) aquisição de equipamentos para melhorar a logística de produção e de entrega do leite, 15 aquisições de caminhões (logística de transporte), duas (2) construções de barracões para usina de leite, uma (1) aquisição de tanque resfriador de leite e um (1) projeto fomentando novos canais de comercializações (Mapa 16).

[125] Informações detalhadas sobre os municípios, os EDRs, as associações, as cooperativas, o número de projetos apoiados, as cadeias produtivas e as iniciativas de negócio contempladas pelo Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado do Estado de São Paulo encontram-se disponíveis no Apêndice H.

Mapa 16: Cadeia produtiva do leite: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) que foram contempladas com recursos pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública

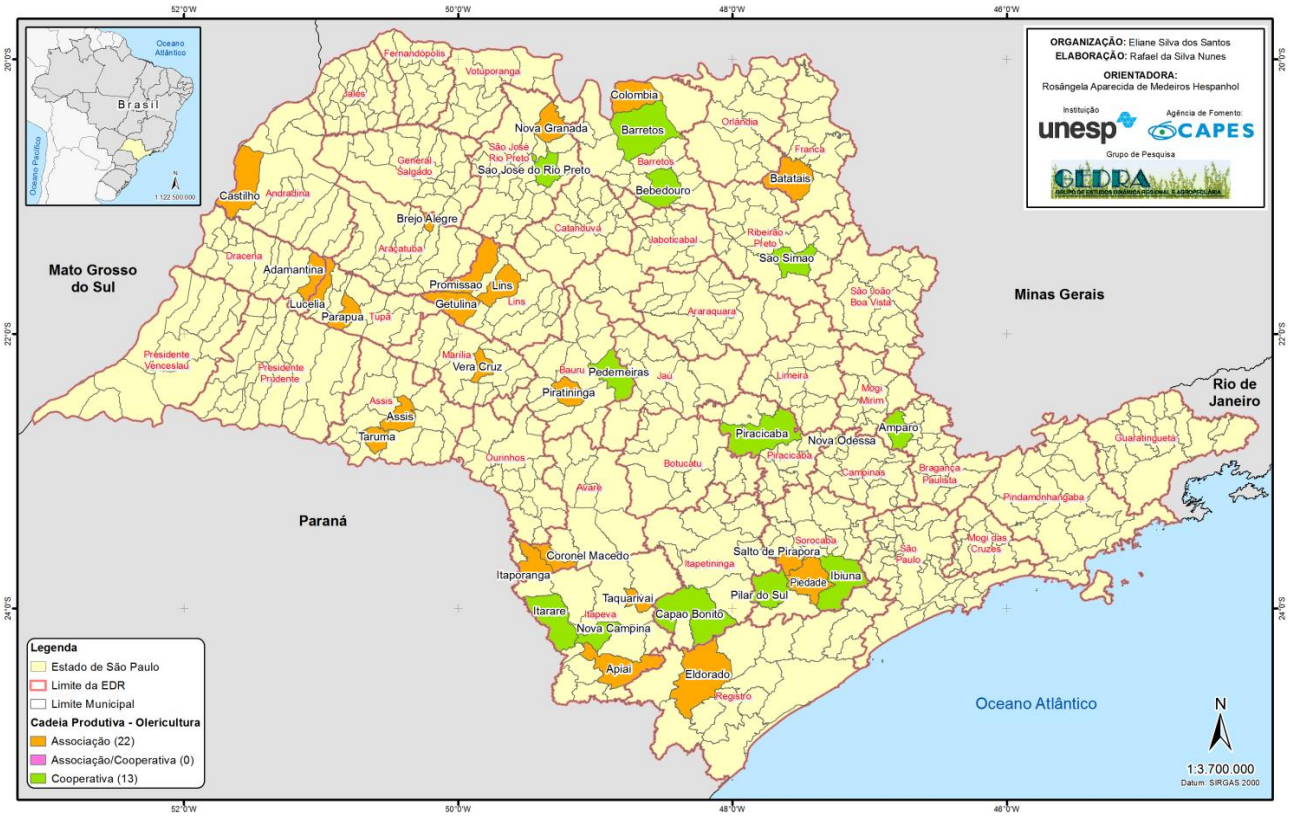


Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

Das 35 organizações coletivas que foram contempladas com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo a cadeia produtiva da olericultura, 22 ou 62,86% delas eram associações e 13 ou 37,14% eram cooperativas. Vale ressaltar que dentre as 22 associações, quatro (4 ou 18,18%) são de assentados e duas (2 ou 15,38%) são de comunidades quilombolas. As iniciativas de negócios implantadas foram: dez (10) e *packings house* e logística de transporte, uma (1) agroindústria de processamento, uma (1) ampliação de *packing house* e estrutura de processamento mínimo, uma (1) logística de transporte e processamento mínimo (agroindústria), 12 de *packings house*, dez (10) logísticas de transporte, uma (1) logística de transporte e acondicionamento, uma (1) logística de transporte e comercialização, uma (1) logística de recebimento e transporte e uma (1) aquisição de equipamentos para produção de hortaliças e construção de barracão multiuso.

Destaque para o fato de quatro (4) ou 18,18% das 22 associações são compostas por assentados rurais e duas (2) ou 9,09% do total de associações são formadas por quilombolas (Mapa 17).

Mapa 17: Cadeia produtiva da olericultura: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública

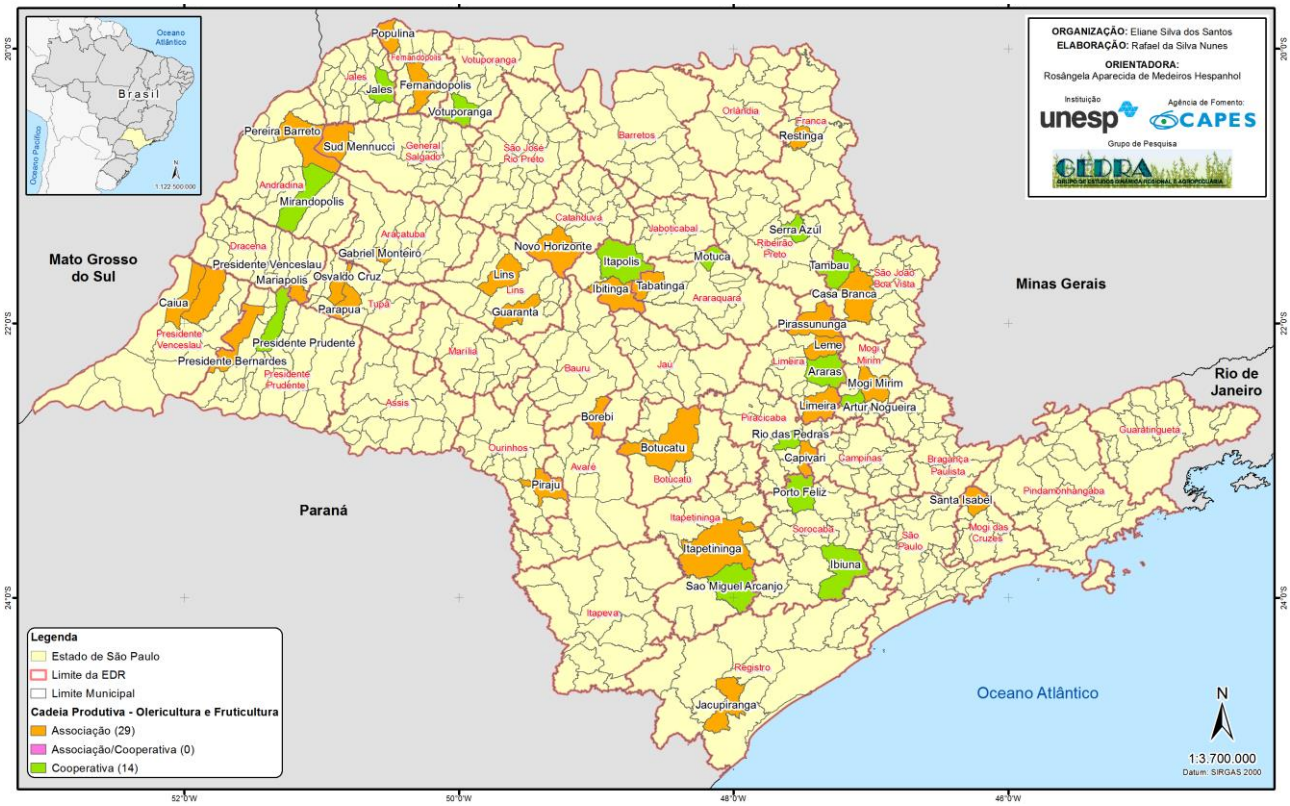


Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

Das 43 organizações coletivas que foram contempladas com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo as cadeias produtivas da olericultura e da fruticultura, 29 ou 67,44% delas eram associações e 14 ou 32,56% eram cooperativas e as iniciativas de negócio foram: uma (1) implantação de entreposto de comercialização, uma (1) adequação e instalação de um packing house e logística de distribuição, uma (1) aquisição de caminhão com baú refrigerado e adequação de instalações, oito (8) implantações de packing house, uma (1) logística de comercialização, 13 implantações de logística de transporte, oito (8) implantações de packing house e logística de distribuição, uma (1) logística de transporte - Aquisição de caminhão, uma (1) logística de transporte e processamento, uma (1) implantação de cozinha industrial e logística de transporte, três (3) implantações de agroindústrias de vegetais minimamente processados, uma (1) adequação do barracão para o processamento mínimo de hortaliças e mandioca, uma implantação de unidade de processamento - classificação e embalagem, uma (1) infraestrutura para produção de mandioca e banana chips, uma (1)

estruturação de packing house, logística e marketing e uma (1) aquisição de equipamentos para processamento do milho verde. Destaque para o fato de que seis (6) ou 20,69% das 29 associações são compostas por assentados rurais e uma (1) ou 3,45% das associações é formada por mulheres que trabalham com o sistema agroecológico (Mapa 18).

Mapa 18: Cadeias produtivas da olericultura e da fruticultura: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada

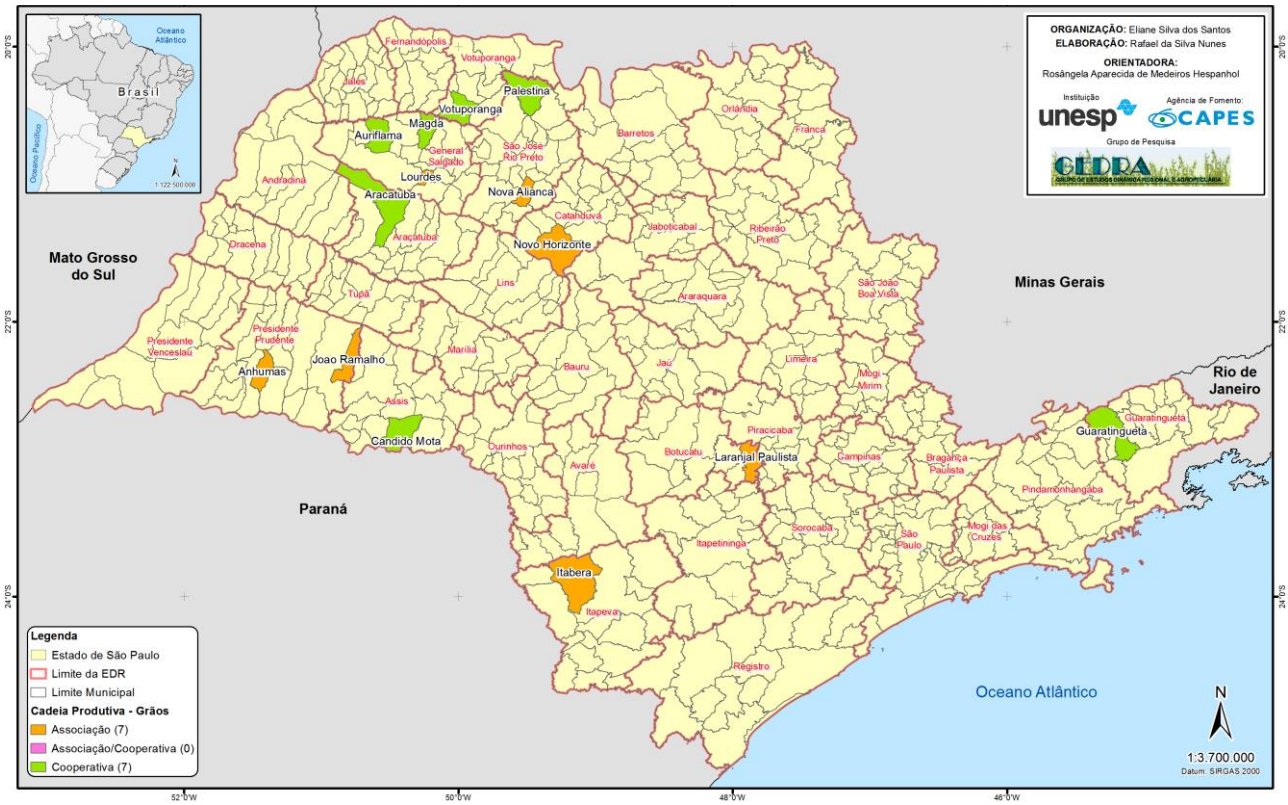


Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

Das 14 organizações coletivas que foram contempladas com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo a cadeia produtiva de grãos, sete (7) ou 50% delas eram associações e sete (7) ou 50% eram cooperativas e as iniciativas de negócio foram: uma (1) fábrica de ração com silo armazenador e secador de grãos, quatro (4) implantações de agroindústrias, uma (1) implantação de fábrica de ração, uma (1) aquisição de laboratório móvel de análise comercial e de qualidade, uma (1) beneficiamento e empacotamento, uma (1) implantação de agroindústria de beneficiamento e armazenagem, uma (1) instalação de silo metálico para armazenameno de grãos, uma (1) armazenamento, beneficiamento e fábrica de ração, uma (1) aquisição de secador e silo de armazenamento, uma (1) aquisição de máquinas para fábrica de ração, uma (1) construção de estrutura de armazenamento, secagem, logística

de transporte e *marketing* e duas (2) infraestruturas de armazenamento e processamento (Mapa 19).

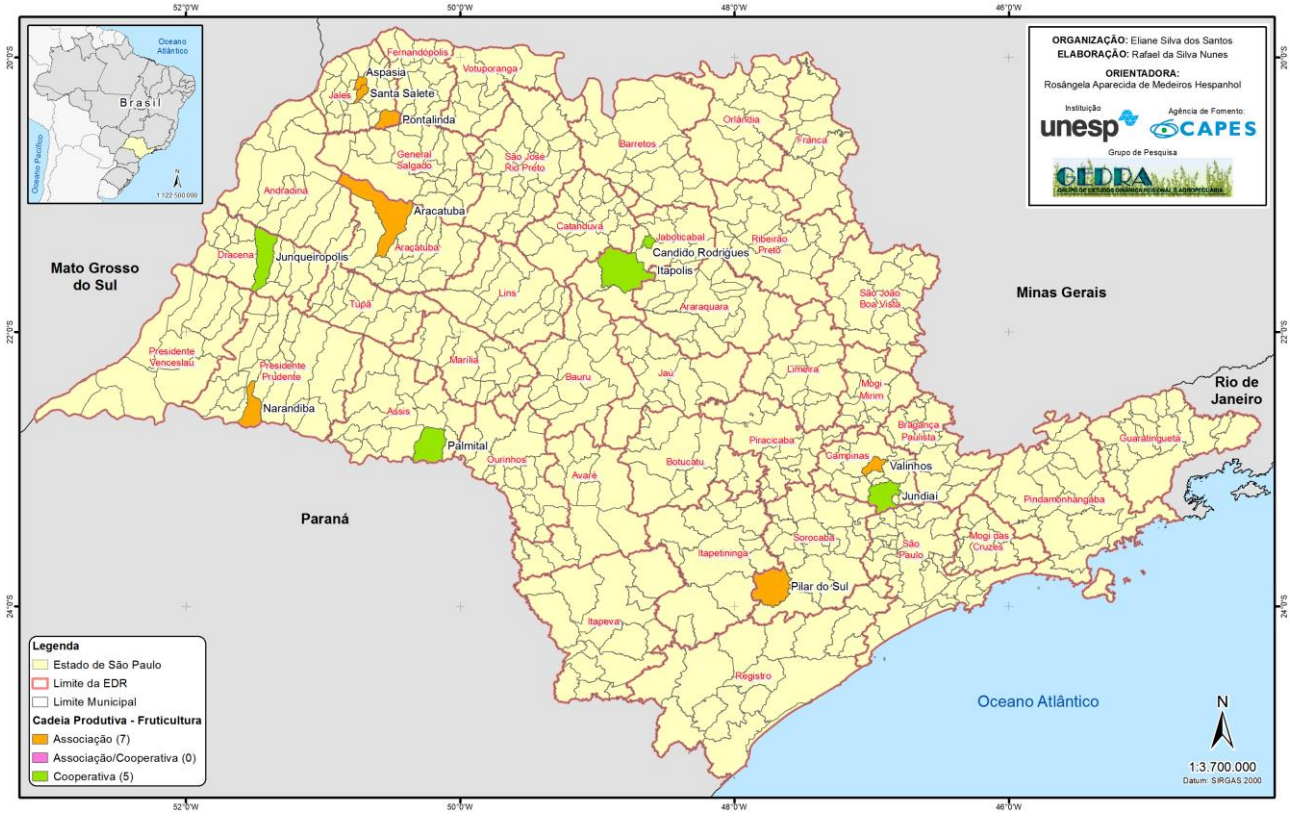
Mapa 19: Cadeia produtiva de grãos: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

Das 12 organizações coletivas que foram contempladas com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo a cadeia produtiva de fruticultura, sete (7) ou 58,33% delas eram associações e cinco (5) ou 41,67% eram cooperativas e as iniciativas de projeto foram: uma (1) ampliação de unidade de beneficiamento, cinco (5) implantação de *packing house*, uma (1) implantação de agroindústria de transformação, uma (1) beneficiamento e embalagem, uma (1) compra de equipamentos para a classificação de frutas, uma (1) equipamentos para envase da produção de vinhos, uma (1) logística de transporte e armazenamento de acerola, três (3) estruturações de *packing house*, duas (2) estruturações de *packing house* e logística de transporte, uma (1) implantação de *packing house*, criação de marca e transporte (Mapa 20).

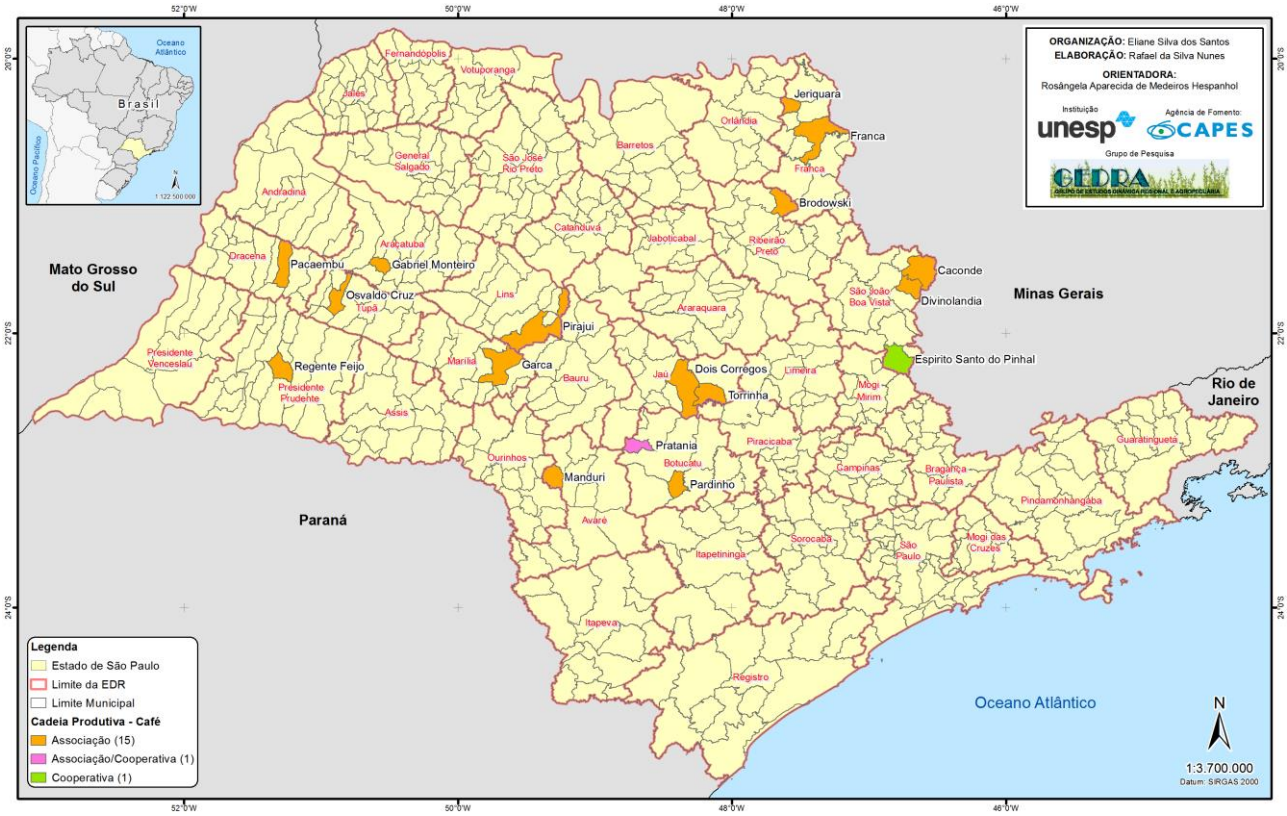
Mapa 20: Cadeia produtiva da fruticultura: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

Das 17 organizações coletivas que foram contempladas com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo a cadeia produtiva do café, 15 ou 88,24% delas eram associações, uma (1) ou 5,88% era associação e uma (1) ou 5,88% era cooperativa e as iniciativas de projeto foram: quatro (4) infraestruturas para a melhoria da qualidade, uma (1) estruturação de *packing house*, uma (1) beneficiamento e certificação, uma (1) sistema de beneficiamento, classificação e qualificação, duas (2) implantações de agroindústrias, uma (1) torrefação de café e estratégia de marketing, quatro (4) mecanizações da colheita, uma (1) beneficiamento e logística de transporte, uma (1) logística de comercialização, uma (1) construção de unidade rebenefício de café e sala de provas, uma (1) processamento e criação de marcas, uma (1) aquisição de equipamentos para a mecanização da colheita de café, duas (2) beneficiamento e colheita e uma (1) unidade de rebenefício de café (Mapa 21).

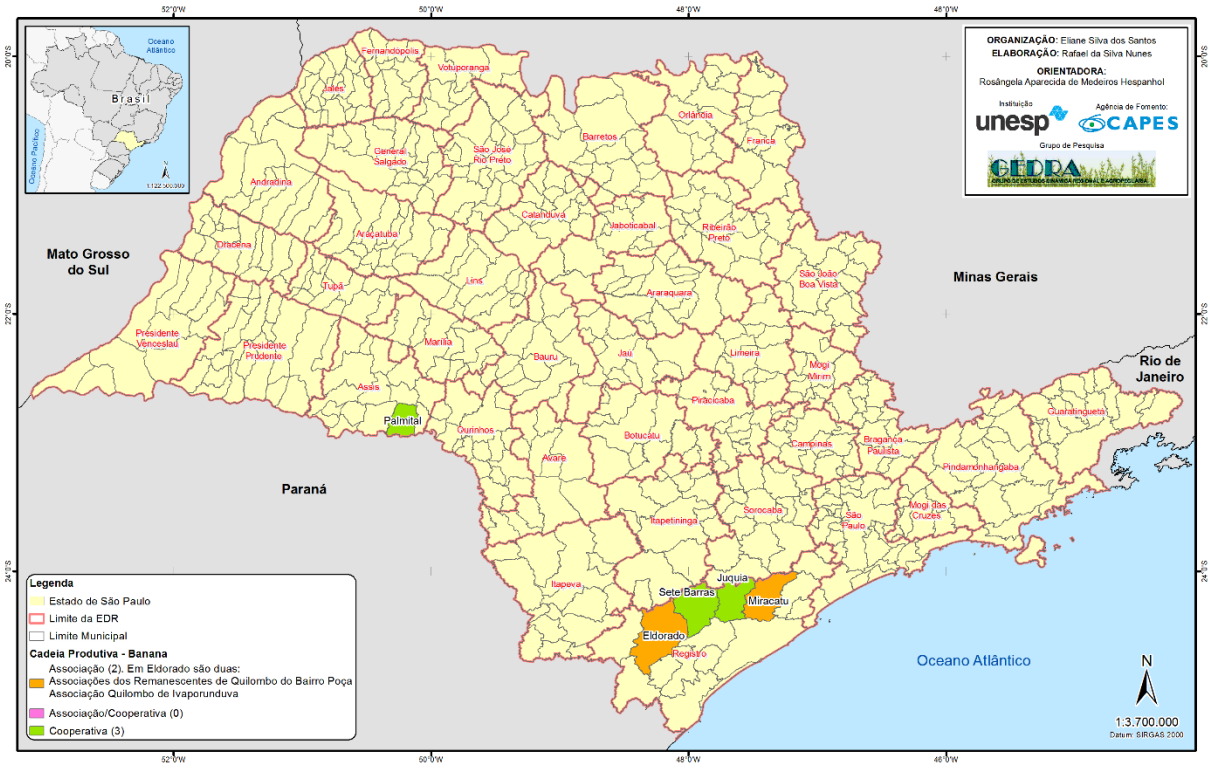
Mapa 21: Cadeia produtiva do café: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

Das cinco (5) organizações coletivas que foram contempladas com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo a cadeia produtiva de banana, duas (2) ou 40% delas eram associações e três (3) ou 60% eram cooperativas e as iniciativas de negócio foram: três (3) logísticas de transporte, uma (1) logística de transporte, produção e comercialização, uma (1) implantação de *packing house*, uma (1) implantação de uma agroindústria e uma (1) implantação de agroindústria e logística de transporte. Destaque para o fato de que alguns beneficiários compunham duas (2) associações de quilombolas (Mapa 22).

Mapa 22: Cadeia produtiva da banana: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

Uma organização coletiva (centro cultural) foi contemplada com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo a cadeia produtiva de mandioca e as iniciativas de negócio foram: 1º implantação de unidade de processamento de mandioca e 2º aquisição de equipamentos para processamento da mandioca. Destaque para o fato de que os beneficiários compunham a comunidade indígena Têrena localizado no município de Avaí (Mapa 23).

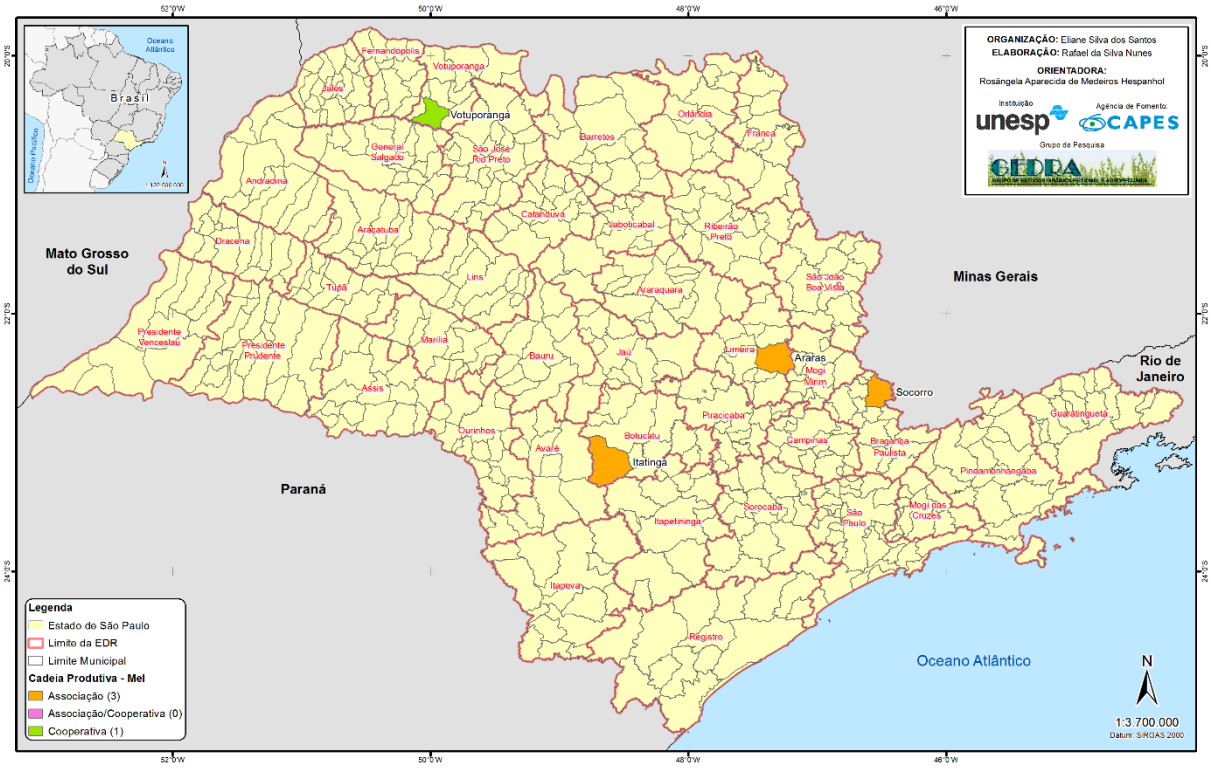
Mapa 23: Cadeia produtiva da mandioca: localização do município que teve organizações sociais (associação ou cooperativas) contemplada com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



*Organização Associativa ligada a cultura e a arte (comunidade indígena).
Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas- negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

Das quatro (4) organizações coletivas que foram contempladas com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo a cadeia produtiva do mel, três (3) ou 75% delas eram associações e uma (1) ou 25% era cooperativa e as iniciativas de negócio foram: três (3) beneficiamento e embalagem, duas (2) reformas da casa de mel e três (3) aquisições de equipamentos para produção de mel orgânico, uma (1) implantação de casa do mel e uma (1) aquisição de equipamentos para a produção do mel (Mapa 24).

Mapa 24: Cadeia produtiva do mel: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: < http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

Das duas (2) organizações coletivas (associações) que foram contempladas com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo a cadeia produtiva do turismo rural, uma (1) era formada por uma comunidade quilombola e outra por uma comunidade nipônica e as iniciativas de negócio foram, respectivamente, a construção de cozinha e sanitários e a adequação de infraestrutura para turismo rural receptivo (Mapa 25).

Mapa 25: Cadeia produtiva do turismo rural: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

Das três (3) organizações coletivas que foram contempladas com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo a cadeia produtiva da piscicultura, duas (2) eram associações e uma (1) era cooperativa e as iniciativas de negócio foram: 1º construção de entreposto de peixe, 2º construção de um abatedouro de peixes e infraestrutura de transporte e 3º aquisição de tanque rede e implantação de frigorífico (Mapa 26).

Mapa 26: Cadeia produtiva da piscicultura: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

As duas (2) organizações coletivas que foram contempladas com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo a cadeia produtiva da citricultura eram associações e as iniciativas de negócio foram: 1º sistema comunitário de irrigação e 2º implantação de *packing house* (Mapa 27).

Mapa 27: Cadeia produtiva da citricultura: localização dos municípios que tiveram organizações coletivas (associações ou cooperativas) contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

As duas (2) organizações coletivas que foram contempladas com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo a cadeia produtiva do urucum eram associações, sendo que uma (1) delas era formada por assentados rurais e as iniciativas de negócio foram: 1º redução de custos de colheita e melhoria da qualidade e a 2º colheita mecanizada (Mapa 28).

Mapa 28: Cadeia produtiva do urucum: localização dos municípios que tiveram associações contempladas com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

Uma organização coletiva (cooperativa) foi contemplada com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo a cadeia produtiva de avicultura de postura e a iniciativa de negócio foi a implantação de unidade de produção de ovo líquido pasteurizado (Mapa 29).

Mapa 29: Cadeia produtiva da avicultura de postura: localização do município que teve cooperativa contemplada com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: < http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio> acessado: 12/12/2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

Uma organização coletiva (cooperativa) foi contemplada com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo a cadeia produtiva de pupunha e as iniciativas de negócio foram: 1º logística de transporte e processamento e o 2º implantação de uma agroindústria (Mapa 30).

Mapa 30: Cadeia produtiva da pupunha: localização do município que teve cooperativa que foi contemplada pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

Uma (1) organização coletiva (cooperativa) foi contemplada com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo a cadeia produtiva da fungicultura e a iniciativa de negócio foi a instalação de equipamentos para produção de blocos (Mapa 31).

Mapa 31: Cadeia produtiva da fungicultura: localização do município que teve cooperativa contemplada com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

Uma organização coletiva (cooperativa) foi contemplada com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo as cadeias produtivas de pecuária de corte e leite e a iniciativa de negócio foi o armazenamento de matéria-prima e implantação de fábrica ração (Mapa 32).

Mapa 32: Cadeia produtiva da pecuária de corte e leite: localização do município que teve cooperativa que foi contemplada com recurso pelo Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

Uma (1) organização coletiva (associação) foi contemplada com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo as cadeias produtivas de ovos, olerícolas, fruticultura e pupunha e a iniciativa de negócio foi a diversificação de produção voltadas para segurança alimentar e melhoria da renda (Mapa 33).

Mapa 33: Cadeia produtiva de ovos, olericultura, fruticultura e pupunha: localização do município que teve associação contemplada com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: < http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

Uma organização coletiva (associação) foi contemplada com recursos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, envolvendo a cadeia produtiva da cana-de-açúcar e a iniciativa de negócio foi a logística de transporte (Mapa 34).

Mapa 34: Cadeia produtiva da cana-de-açúcar: localização do município que teve uma associação que foi contemplada com recursos do Microbacias II - Acesso ao Mercado no Estado de São Paulo da 1ª a 6ª chamada pública



Fonte: CATI (2017). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 12 dez. 2017 e atualizado e org. pela autora com dados da pesquisa de campo (2018).

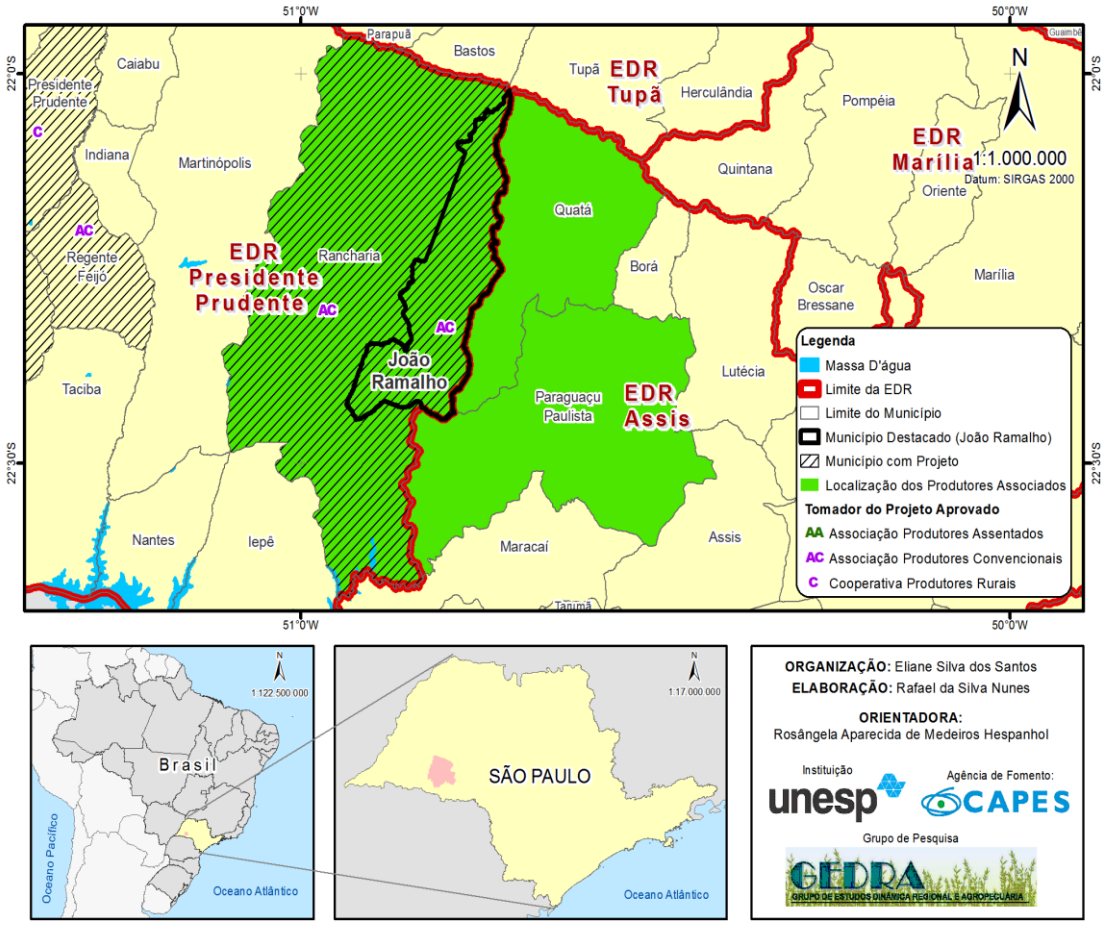
APÊNDICE J - Chamadas públicas nos EDR de Presidente Prudente e de Dracena

EDR de Presidente Prudente – Terceira chamada pública

João Ramalho (SP)

O município de João Ramalho, por meio da Associação dos Produtores Rurais do Município de João Ramalho, conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 20 e desses, 18 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva beneficiada com os recursos do Projeto foi a de grãos e a iniciativa de negócio foi a construção do silo de armazenamento de grãos e a aquisição de balança rodoviária. Embora a associação seja sediada no município de João Ramalho, ela conta com produtores associados dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores do município de João Ramalho (15), Paraguaçu Paulista (2), Quatá (1) e Rancharia (2) (Mapa 35). O valor total do projeto foi de R$ 1.113.393,08, sendo que o valor apoiado foi de R$ 761.753,01 (68,4%) e a contrapartida foi de R$ 351.640,07 (31,6%). Conforme entrevista realizada com técnico do EDR de Presidente Prudente, a Associação dos Produtores Rurais do Município de João Ramalho pediu um complemento do projeto para custear o alambrado e um portão para delimitar e proteger a área do silo.

Mapa 35: Associação sediada em João Ramalho com produtores associados nos municípios de João Ramalho, Paraguaçu Paulista, Quatá e Rancharia que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado



Fonte: EDR de Presidente Prudente (junho/2017) – Trabalho de campo – Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

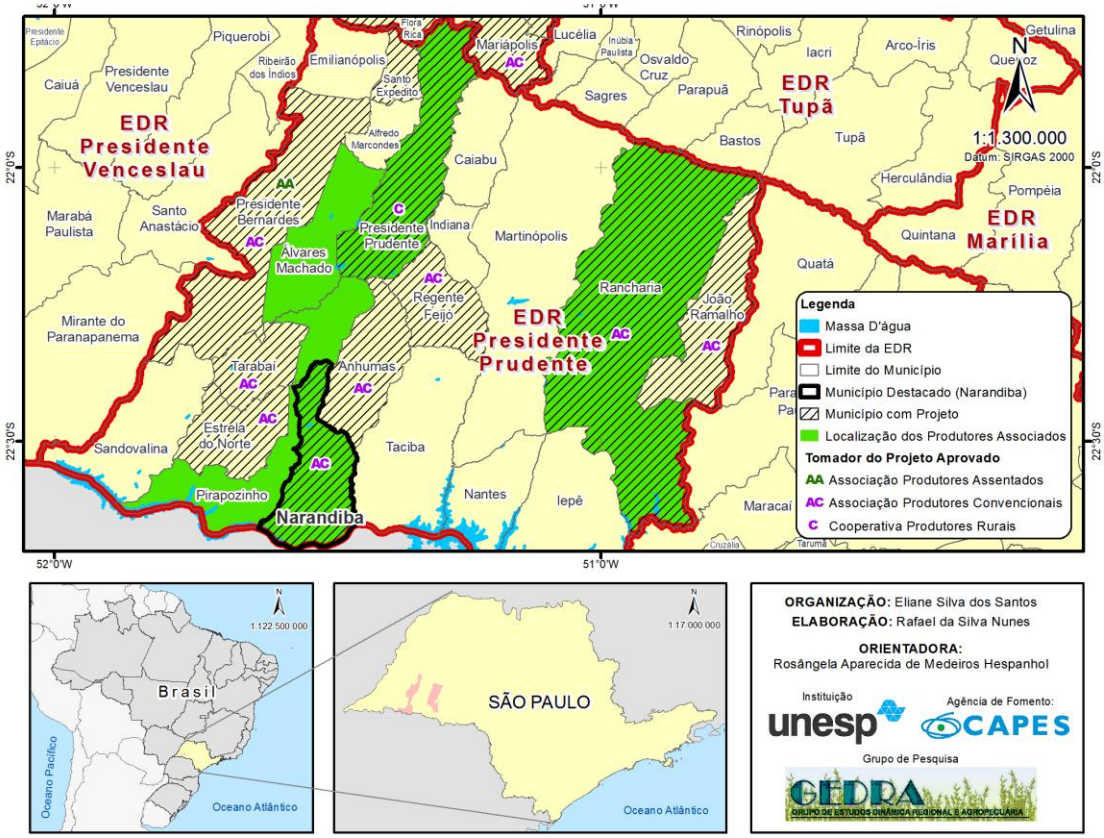
EDR de Presidente Prudente – Quarta chamada pública

Narandiba (SP)

O município de Narandiba, por meio da Associação de Fruticultores Associados do Oeste Paulista (FAOP), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 18 e todos são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de fruticultura e a iniciativa de negócio foi a implantação de despolpadora de frutas e câmaras frias. Embora a associação seja sediada no município de Narandiba, a associação conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Narandiba (6), Rancharia (1), Alvares Machado (5), Pirapozinho (1) e Presidente Prudente (5) como se verifica no Mapa 36. O valor total do projeto foi de R$ 412.100,00, sendo que o valor apoiado foi de R$ 279.070,00 (67,71%) e a contrapartida foi de R$ 133.030,00 (32,29%). Conforme entrevista realizada com o técnico do EDR de Presidente Prudente, a Associação de

Fruticultores Associados do Oeste Paulista (FAOP) pediu um complemento do projeto para custear a infraestrutura da despolpadora, cortina de ar, um ar condicionado, um veículo tipo picape, túnel de congelamento, um conjunto de higienização, equipamentos de proteção individual (EPI) e caixas plásticas para armazenamento dos produtos.

Mapa 36: Associação sediada em Narandiba com produtores associados nos municípios de Narandiba, Rancharia, Alvares Machado, Pirapozinho e Presidente Prudente que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado



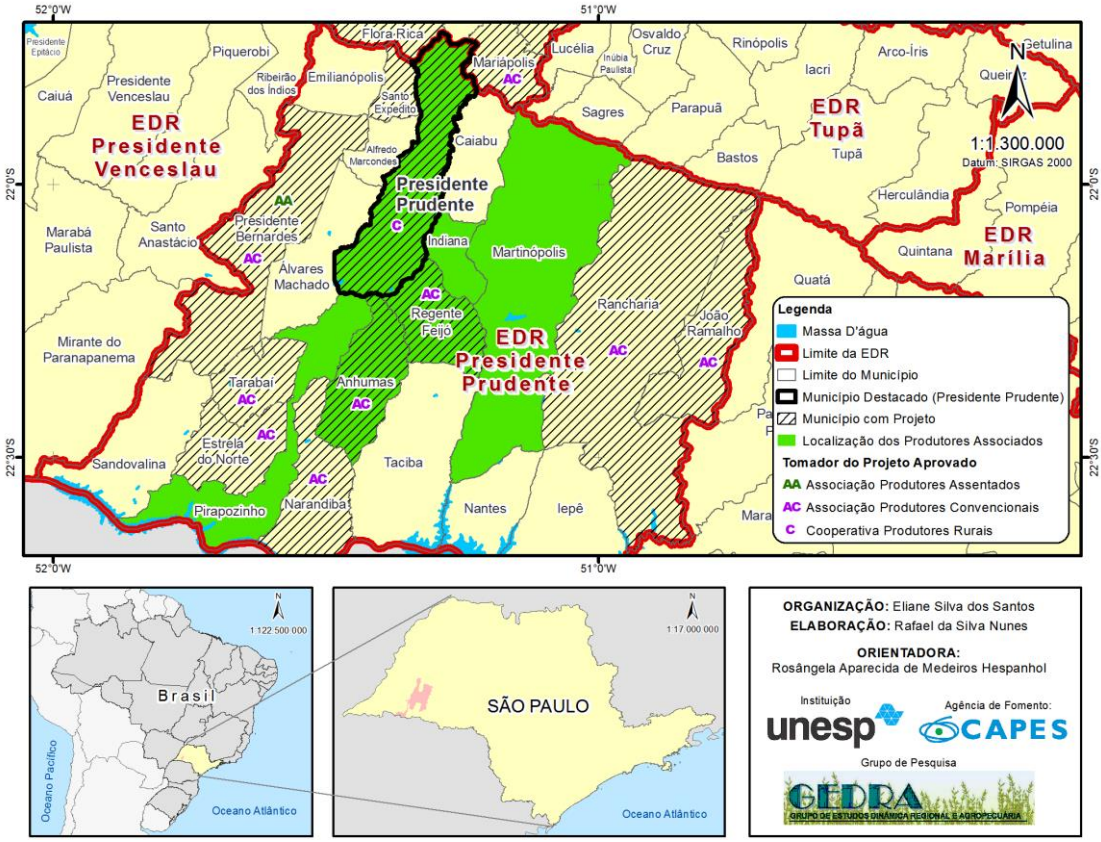
Fonte: EDR de Presidente Prudente (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Presidente Prudente (SP)

O município de Presidente Prudente, por meio da Cooperativa da Agricultura Familiar de Presidente Prudente (COAF), conseguiu a aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado. O número de produtores atendidos foi de 17 e todos são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva beneficiada com recursos foi de olericultura, especifico mandioca e batata doce, e a iniciativa de negócio foi a instalação de *packing house* e agroindústria (para produção de nhoque). Embora a cooperativa seja sediada no município de Presidente Prudente, ela conta com produtores dos municípios do seu entorno.

No projeto foram beneficiados produtores cooperados dos municípios de Presidente Prudente (1), Anhumas (9), Pirapozinho (4), Regente Feijó (1), Indiana (1) e Martinópolis (1) como se verifica no Mapa 37. O valor total do projeto foi de R$ 1.142.848,00, o valor apoiado foi de R$ 796.493,60 (69,69%) e a contrapartida foi de R$ 346.354,40 (30,31%).

Mapa 37: Cooperativa sediada em Presidente Prudente com cooperados nos municípios de Indiana, Regente Feijó, Anhumas, Martinópolis, Pirapozinho e Presidente Prudente que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado



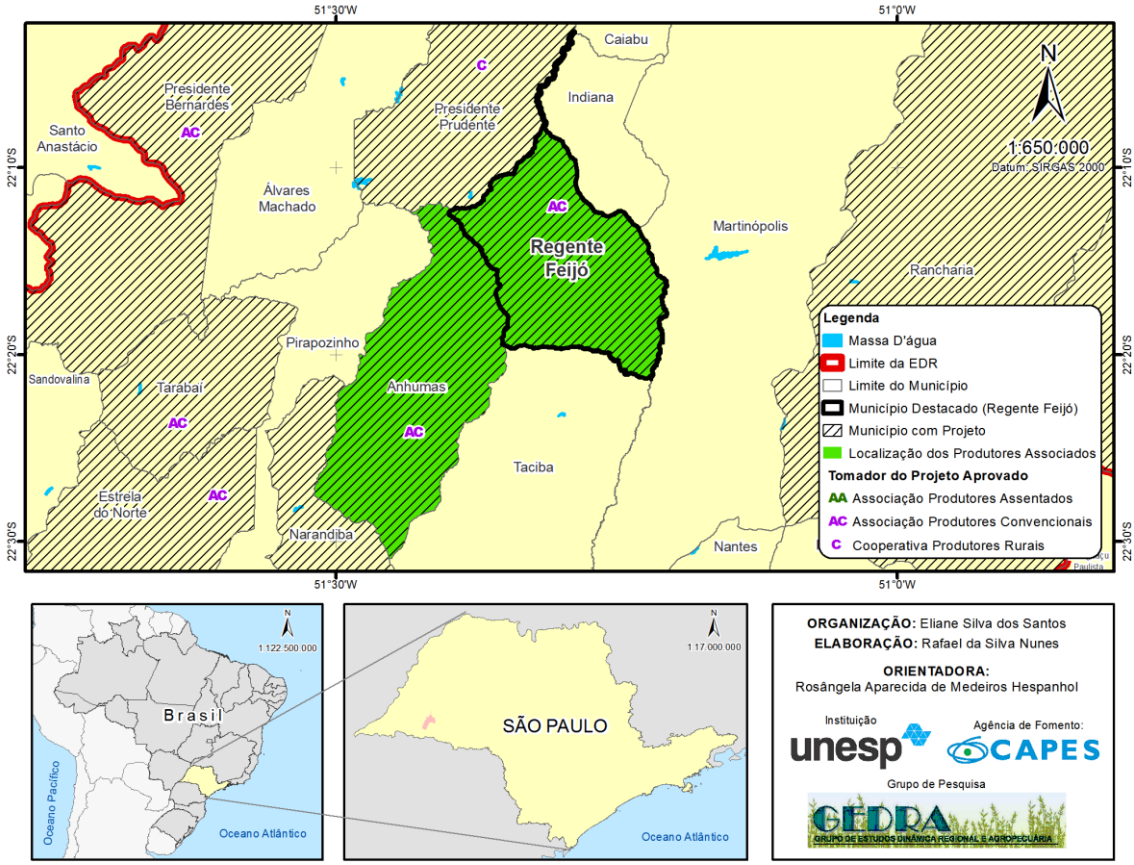
Fonte: EDR de Pres. Prudente (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Regente Feijó (SP)

O município de Regente Feijó, por meio da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro Palmitalzinho, conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 19 e desses, 18 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de café e a iniciativa de negócio foi a aquisição de colhedora mecanizada de café e implementos agrícolas. Embora a associação seja sediada no município de Regente Feijó, ela conta com produtores associados do município de Anhumas. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Regente Feijó (10) e Anhumas (9) como se verifica no Mapa 38. O valor total

do projeto foi de R$ 1.003.225,38, o valor apoiado foi de R$ 691.662,30 (68,94%) e a contrapartida foi de R$ 311.563,08 (31,06%). Conforme entrevista com técnico do EDR de Presidente Prudente, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro Palmitalzinho pediu um complemento do projeto para custear um (1) trator, um (1) arado, um (1) perfurador, uma (1) carreta e um (1) pulverizador.

Mapa 38: Associação sediada em Regente Feijó com produtores associados nos municípios de Regente Feijó e Anhumas que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado



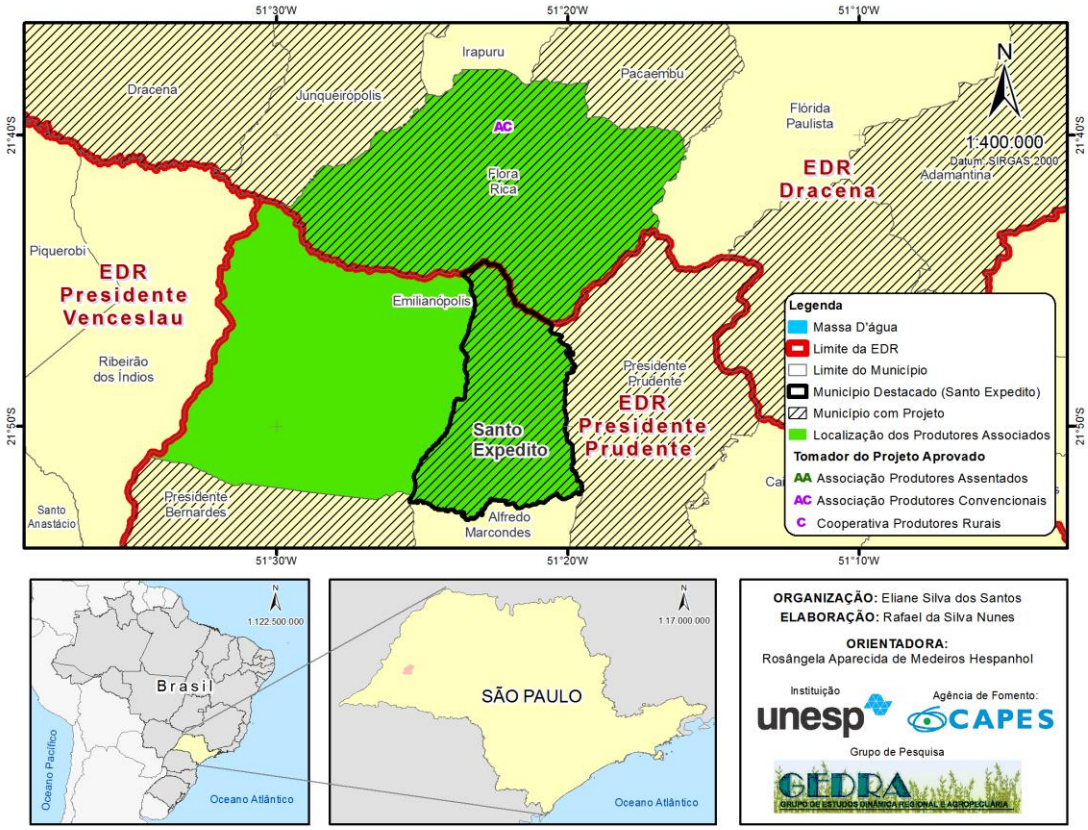
Fonte: EDR de Presidente Prudente (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Santo Expedito (SP)

O município de Santo Expedito, por meio da Associação Timbó Expeditense, conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 28 e desses, 24 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de leite e a iniciativa de negócio foi a aquisição de caminhão com tanque de leite isotérmico de 10.000 litros. Embora a associação seja sediada no município de Santo Expedito, a associação conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores associados dos municípios de Santo

Expedito (22), Emilianópolis (5) e Flora Rica (1) como se verifica no Mapa 39. O valor total do projeto foi de R$ 398.533,00, o valor apoiado foi de R$ 340.836,00 (85,52%) e a contrapartida foi de R$ 57.697,40 (14,48%).

Mapa 39: Associação sediada em Santo Expedito com produtores associados nos municípios de Santo Expedito, Emilianópolis e Flora Rica que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado



Fonte: EDR de Presidente Prudente (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

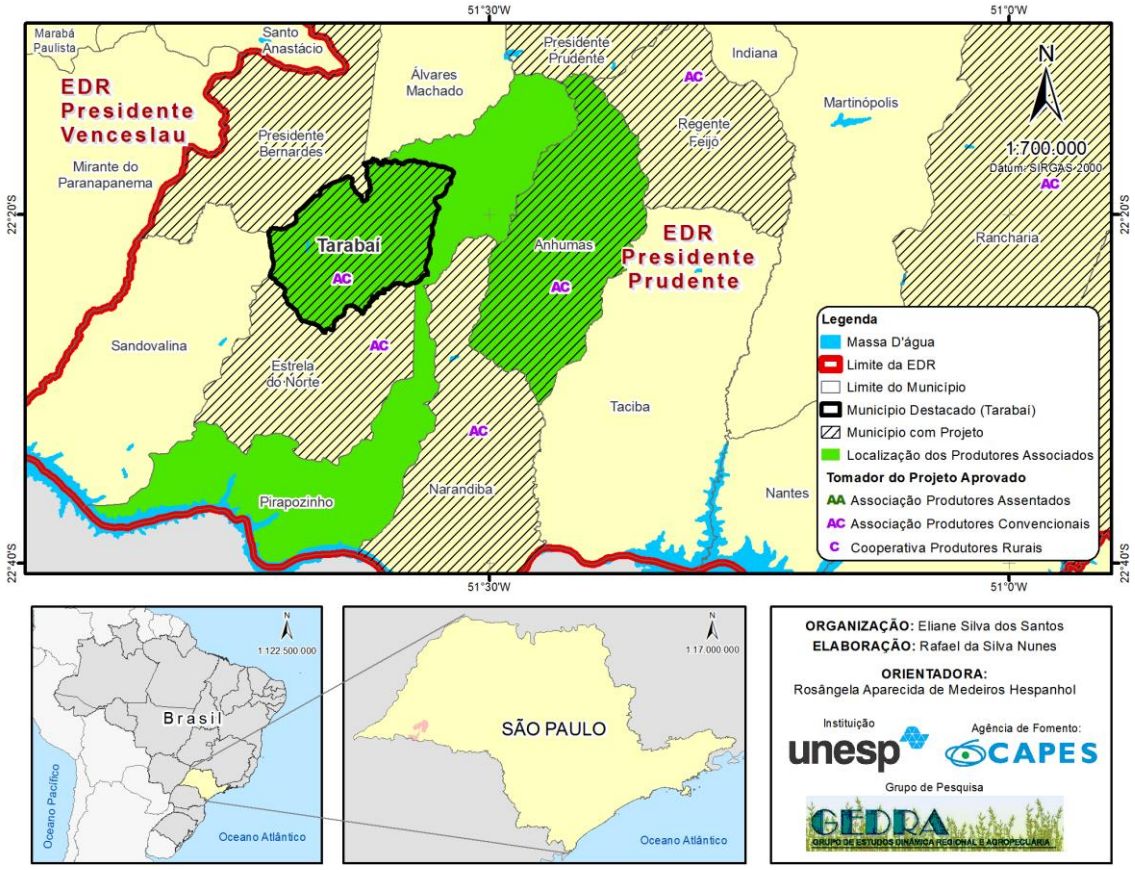
EDR de Presidente Prudente – Quinta chamada pública

Tarabai (SP)

O município de Tarabai, por meio da Associação dos Produtores Rurais de Tarabai, conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 17 e desses, 14 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de leite e a iniciativa de negócio foi a aquisição de um (1) caminhão com tanque de leite isotérmico de 10.000 litros. Embora a associação seja sediada no município de Tarabai, a associação conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores associados dos municípios de Tarabai (11), Anhumas (1) e Pirapozinho (5) como se verifica no Mapa 40. O

valor total do projeto foi de R$ 458.662,25, o valor apoiado foi de R$ 321.063,00 (70%) e a contrapartida, por sua vez, foi de R$ 137.599,25 (30%).

Mapa 40: Associação sediada em Tarabai com produtores associados nos municípios de Tarabai, Anhumas e Pirapozinho que fazem parte do Projeto Microbaciais II – Acesso ao Mercado



Fonte: EDR de Presidente Prudente (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

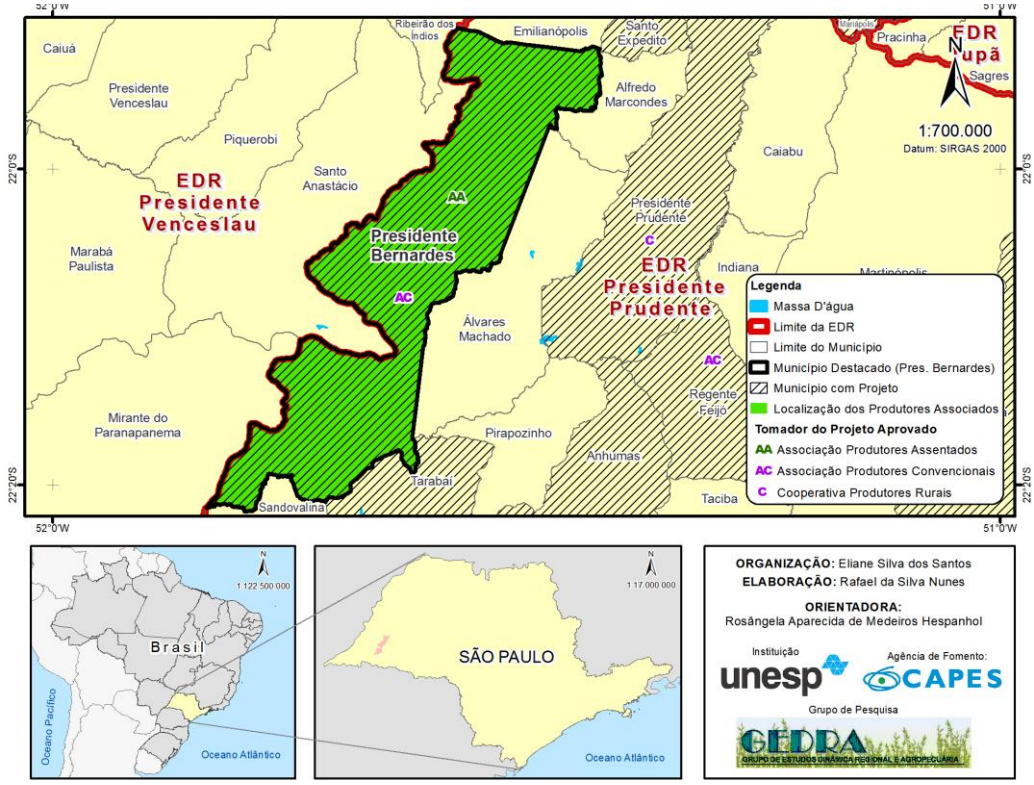
EDR de Presidente Prudente – Sexta chamada pública

Presidente Bernardes (SP)

O município de Presidente Bernardes, por meio da Associação dos Produtores Assentados da Rodeio - APAR, conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 33 e todos são agricultores familiares assentados envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de hortifrúti e a iniciativa de negócio foi a implantação de um *packing house*. No projeto foram beneficiados produtores do município de Presidente Bernardes (33) como se verifica no Mapa 41. O valor total do projeto foi de R$ 1.142.793,29, o valor apoiado R$ 799.955,30 (70%) e a contrapartida, por sua vez, foi de R$ 342.837,99 (30%). Importante

salientar que de todos os projetos do Microbacias II – Acesso ao Mercado, aprovados no EDR de Presidente Prudente, essa associação é de agricultores familiares assentados.

Mapa 41: Associação sediada em Presidente Bernardes com associados no município de Presidente Bernardes que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado

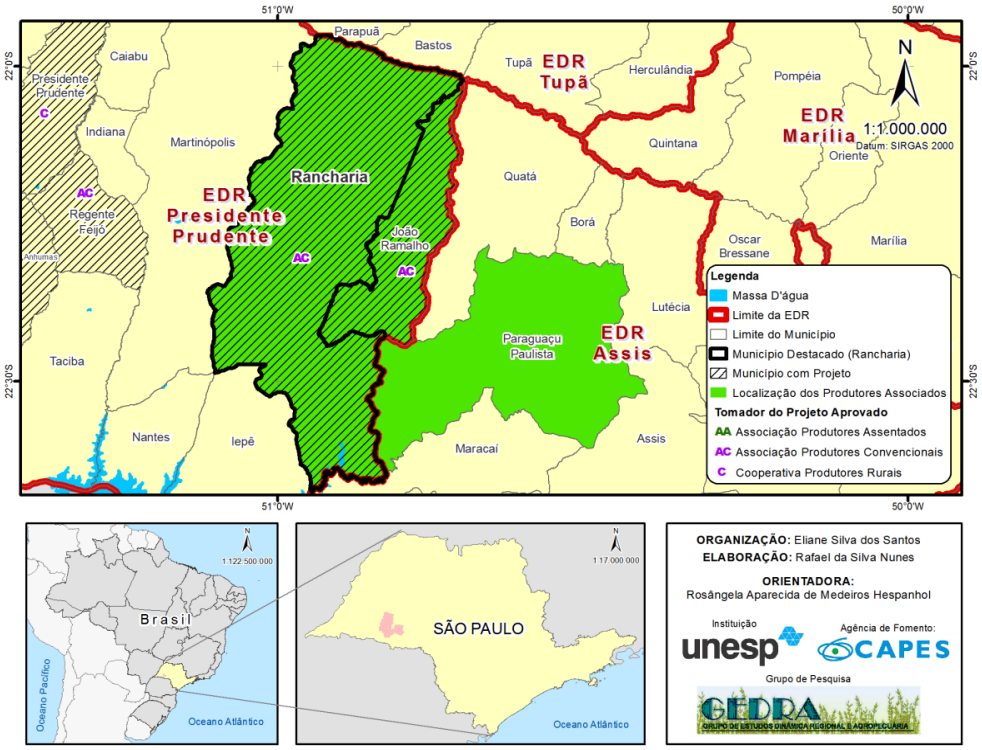


Fonte: EDR de Presidente Prudente (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Rancharia (SP)

O município de Rancharia, por meio da Associação dos Produtores Rurais de Agissê - APRA, conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi 39 e desses, 31 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de leite e a iniciativa de negócio foi a aquisição de caminhão com tanque de leite isotérmico de 10.000 litros. Embora a associação seja sediada no município de Rancharia, a associação conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Rancharia (34), Paraguaçu Paulista (4) e João Ramalho (1) como se verifica no Mapa 42. O valor total do projeto foi de R$ 553.783,50, o valor apoiado foi de R$ 376.631,00 (68%) e a contrapartida foi de R$ 177.152,50 (32%).

Mapa 42: Associação sediada em Rancharia com produtores associados nos municípios de Rancharia, João Ramalho e Paraguaçu Paulista que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado

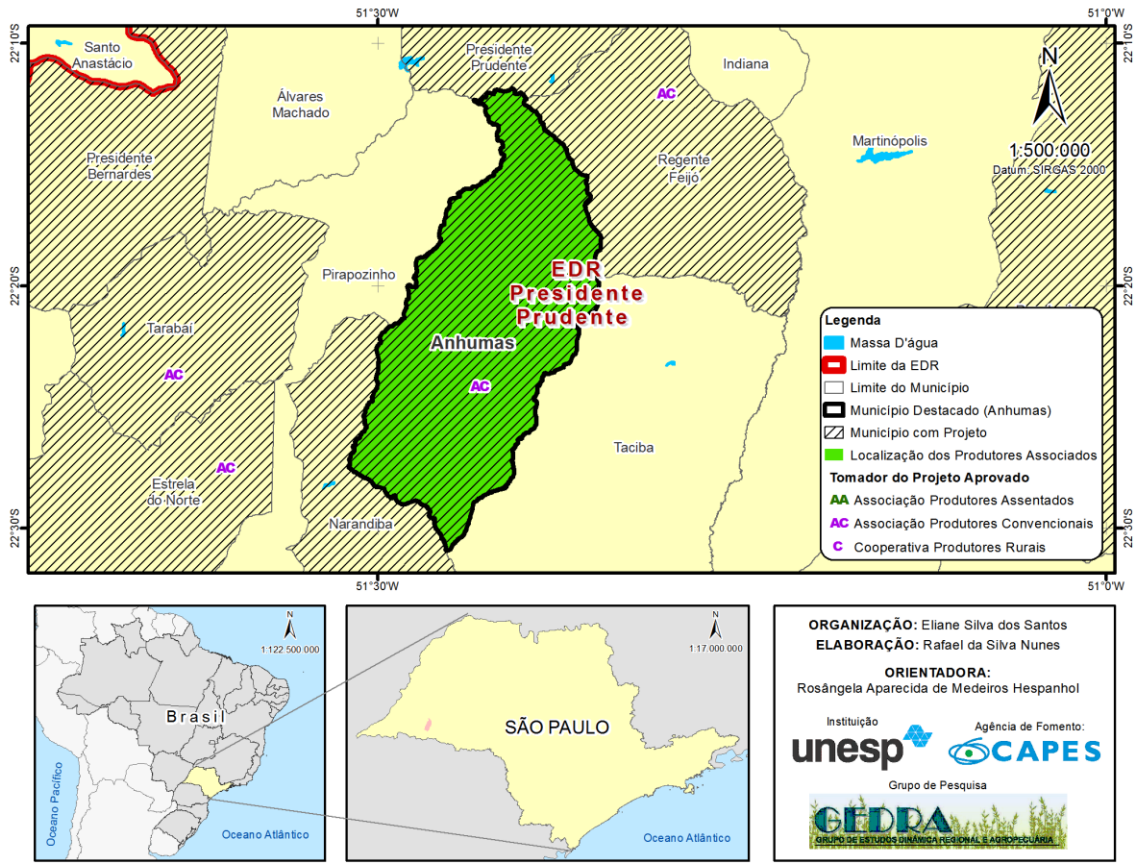


Fonte: EDR de Presidente Prudente (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Anhumas (SP)

O município de Anhumas, por meio da Associação dos Produtores Rurais de Anhumas, conseguiu a aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 20 e desses, 13 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi de grãos e a iniciativa de negócio foi para a instalação de uma fábrica de ração com silo armazenador e secador de grãos. No projeto foram beneficiados produtores do município de Anhumas (20) como se verifica no Mapa 43. O valor do projeto foi de R$ 1.221.032,50, o valor apoiado foi de R$ 800.000,00 (65,52%) e a contrapartida foi de R$ 421.032,50 (34,48%).

Mapa 43: Associação sediada em Anhumas com associados no município de Anhumas que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado

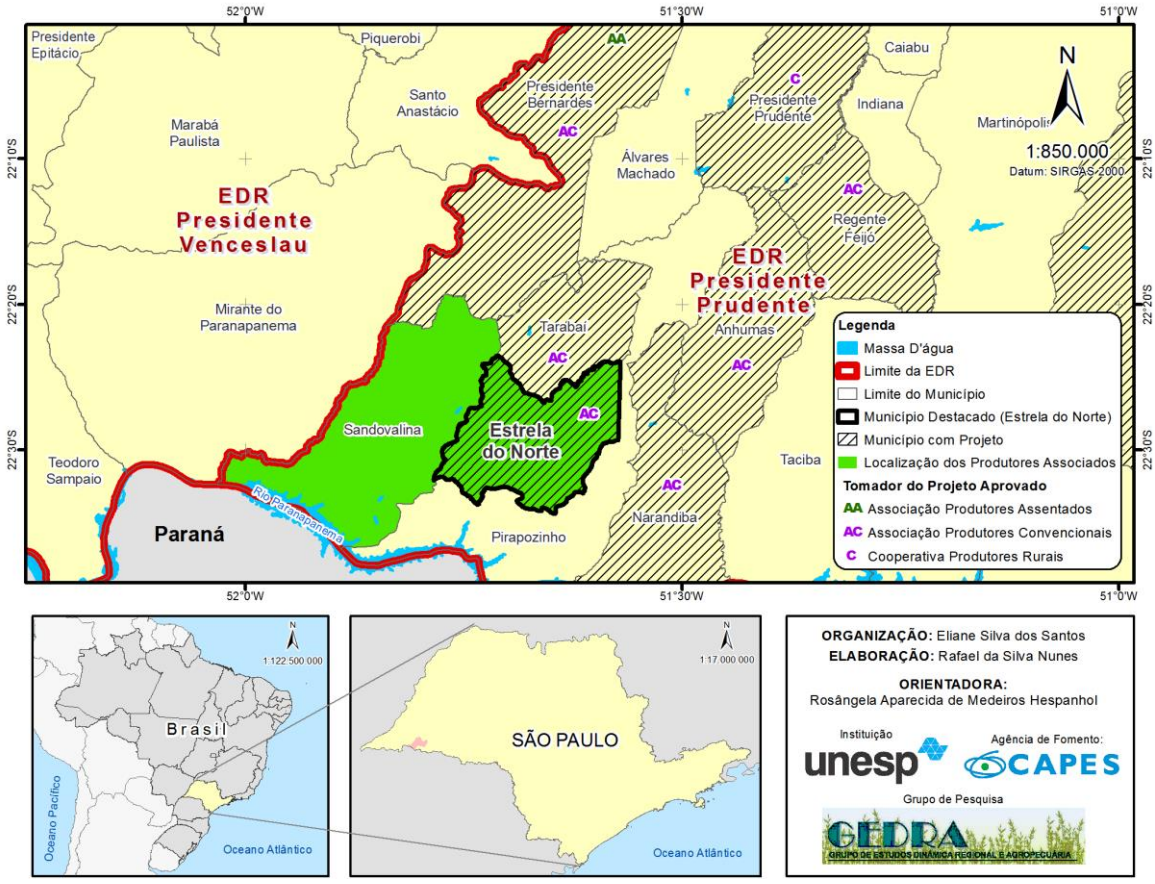


Fonte: EDR de Presidente Prudente (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Estrela do Norte (SP)

O município de Estrela do Norte, por meio da Associação Comunitária dos Amigos Produtores Rurais de Estrela do Norte, conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 20 e todos são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de grãos e a iniciativa de negócio foi para a implantação de uma fábrica de ração. Embora a associação seja sediada no município de Estrela do Norte, a associação conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Estrela do Norte (19) e Sandovalina (1) como se verifica no Mapa 44. O valor total do projeto foi de R$ 542.761,00, o valor apoiado foi de R$ 370.202,70 (68,20%) e a contrapartida, por sua vez, foi de R$ 172.558,30 (31,80%).

Mapa 44: Associação sediada em Estrela do Norte com associados nos municípios de Estrela do Norte e Sandovalina que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado



Fonte: EDR de Presidente Prudente (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

A partir desse momento apresentaremos como se deram as chamadas públicas no EDR de Dracena.

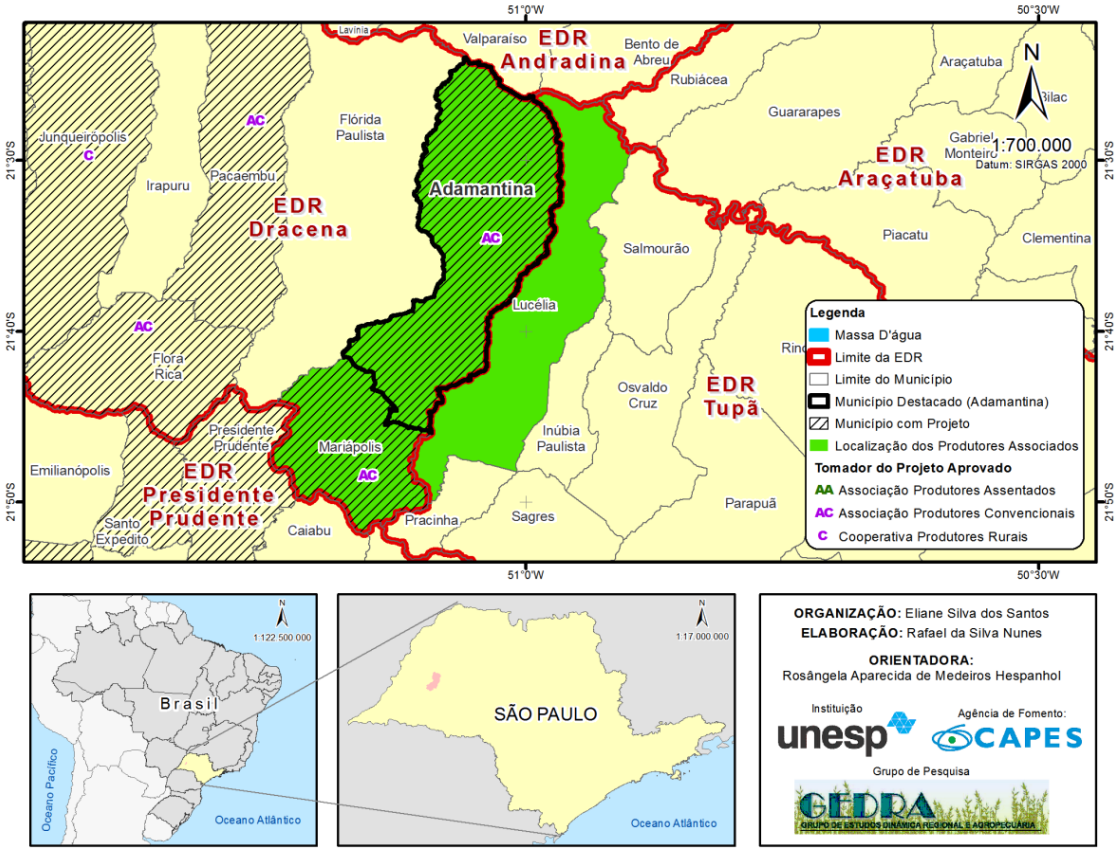
EDR de Dracena - Primeira chamada pública

Adamantina (SP)

O município de Adamantina por meio da Associação dos Produtores de Leite do Município de Adamantina e Região (APLEMAR), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 28 e desses, 27 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de leite e a iniciativa de negócio foi uma implantação de agroindústria. Embora a associação seja sediada no município de Adamantina, a associação conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Adamantina (13), Lucélia (1) e Mariápolis (14) como se verifica no Mapa 45. O valor total do

projeto foi de R$ 715.700,00, o valor apoiado foi de R$ 497.360,00 (69,50%) e a contrapartida foi de R$ 218.340,00 (30,50%).

Mapa 45: Associação sediada em Adamantina com associados nos municípios de Adamantina, Lucélia e Mariápolis que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado

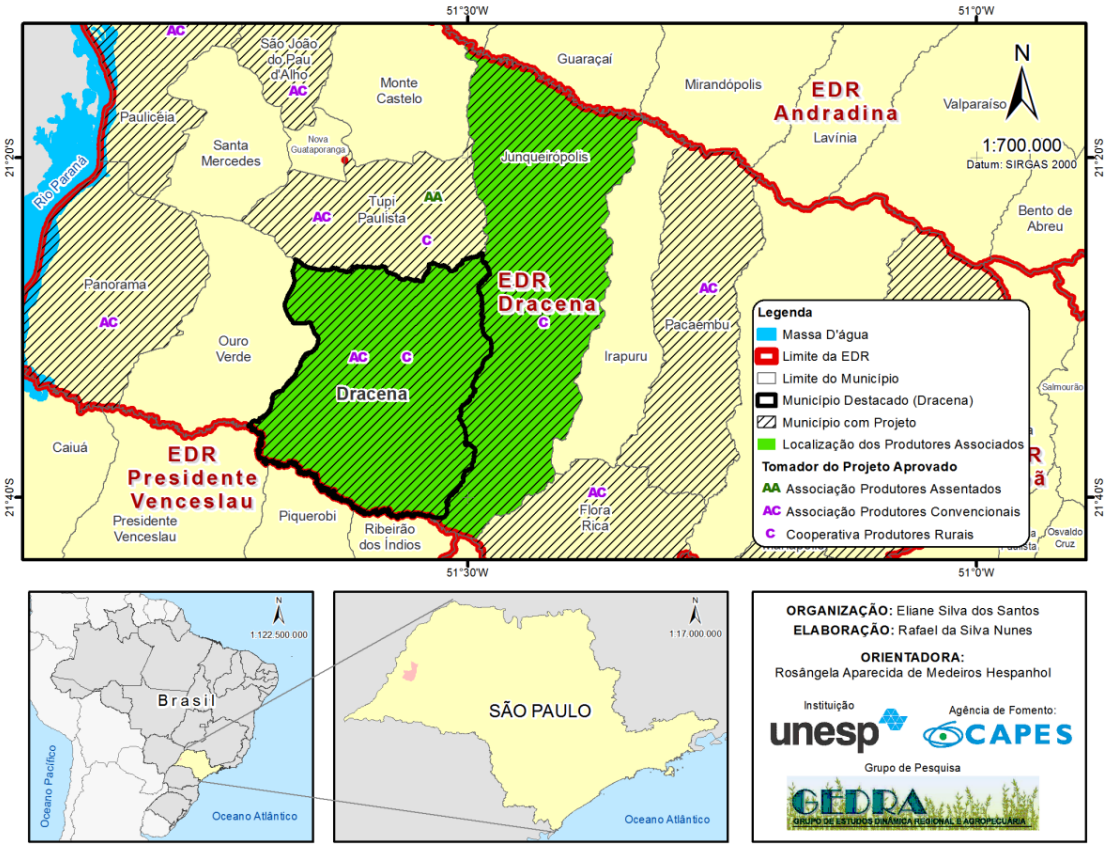


Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Dracena (SP)

O município de Dracena por meio da Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 27 e desses, 20 são agricultores familiares envolvidos no projeto A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de leite e a iniciativa de negócio foi a implantação de uma agroindústria. Embora a associação seja sediada no município de Dracena, a associação conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Dracena (26) e Junqueirópolis (1) como se verifica no Mapa 46. O valor do projeto foi de R$ 958.172,67, o valor apoiado foi de R$ 654.490, 87 (68,30%) e a contrapartida foi de R$ 303.681,80 (31,70%).

Mapa 46: Associação sediada em Dracena com associados nos municípios de Dracena e Junqueirópolis que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado

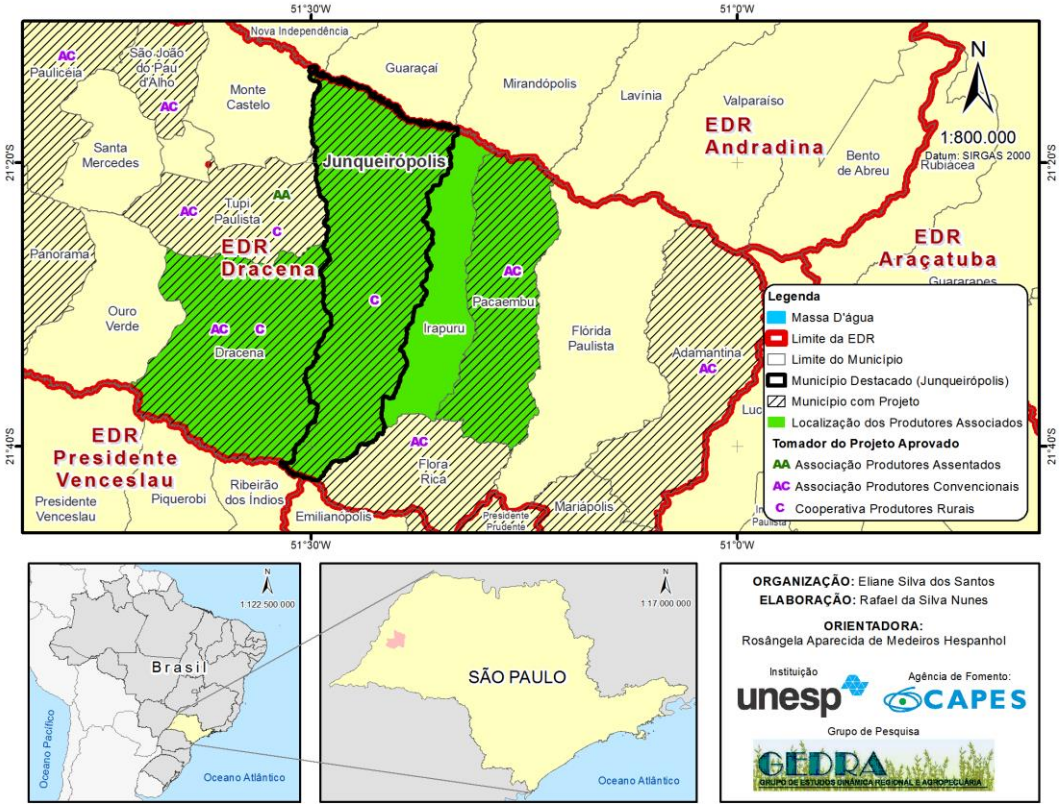


Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Junqueirópolis (SP)

O município de Junqueirópolis por meio da Cooperativa Agrícola de Junqueirópolis (COOPAJ), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 70 e desses, 62 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de fruticultura e a iniciativa de negócio foi uma logística de transporte e equipamentos para o processamento de polpa de fruta (acerola). Embora a cooperativa seja sediada no município de Dracena, a cooperativa conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Junqueirópolis (65), Dracena (1), Irapuru (3) e Pacaembu (1) como se verifica no Mapa 47. O valor do projeto foi de R$ 561.451,64, o valor apoiado foi de R$ 393.016,15 (70%) e a contrapartida foi de R$ 168.435,49 (30%).

Mapa 47: Associação sediada em Junqueirópolis com produtores associados nos municípios de Junqueirópolis, Dracena, Irapuru e Pacaembu que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado

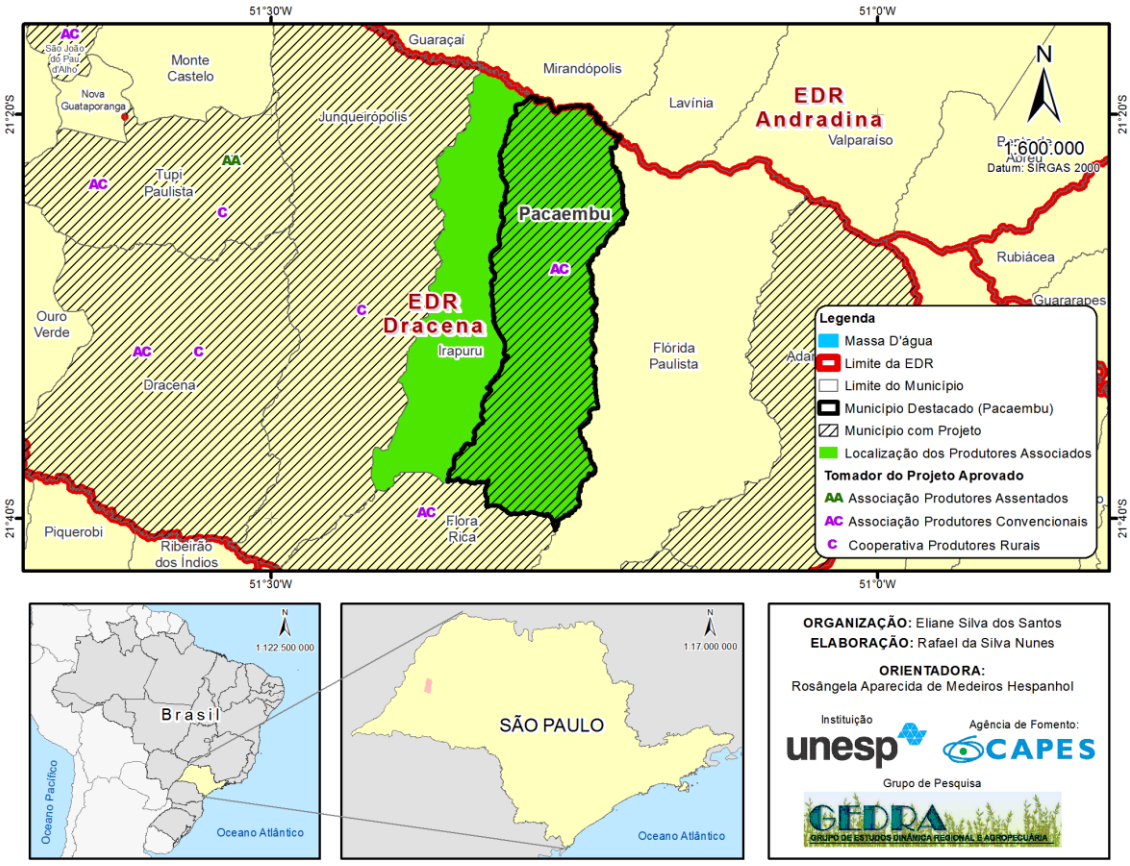


Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Pacaembu (SP)

O município de Pacaembu por meio da Associação de Produtores Rurais de Pacaembu (APRUP), conseguiu a aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi 17 e desses, 13 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de café e a iniciativa de negócio foi processamento, rebenefício, sala de prova e criação de marca própria. Embora a associação seja sediada no município de Pacaembu, a associação conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Pacaembu (16) e Irapuru (1) como se verifica no Mapa 48. O valor do projeto foi de R$ 398.405,05, o valor apoiado foi de R$ 275.908,54 (69,25%) e a contrapartida foi de R$ 122.496,51 (30,75%).

Mapa 48: Associação sediada em Pacaembu com produtores associados nos municípios de Pacaembu e Irapuru que fazem parte do Microbaciais II - Acesso ao Mercado

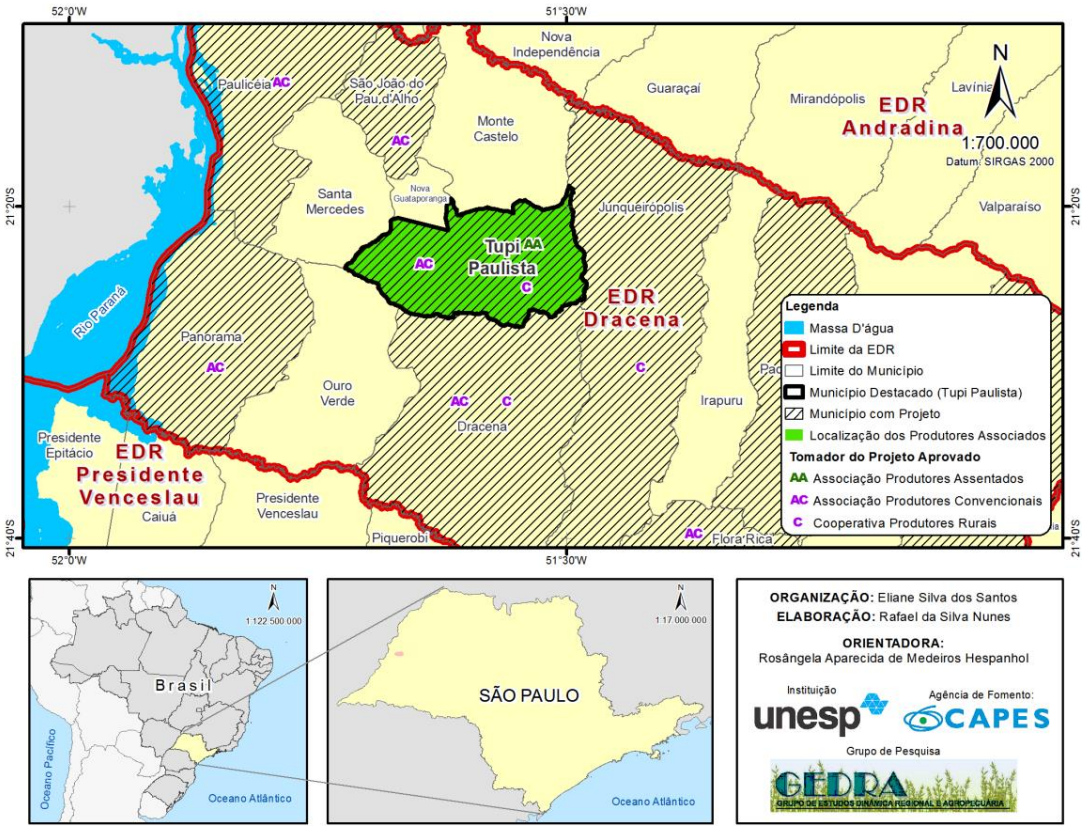


Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Tupi Paulista (SP)

O município de Tupi Paulista por meio da Cooperativa Agrária e de Cafeicultores da Região de Tupi Paulista (CACRETUPI), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 30 e desses, 24 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de leite e a iniciativa de negócio foi implantação de agroindústria para processamento de leite. No projeto foram beneficiados produtores do município de Tupi Paulista (30) como se verifica no Mapa 49. O valor do total do projeto foi de R$ 1.311.915,72, o valor apoiado, por sua vez, foi de R$ 800.000,00 (60,98%) e a contrapartida foi de 511.915,72 (39,02%).

Mapa 49: Associação sediada em Tupi Paulista com produtores associados no município de Tupi Paulista que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado



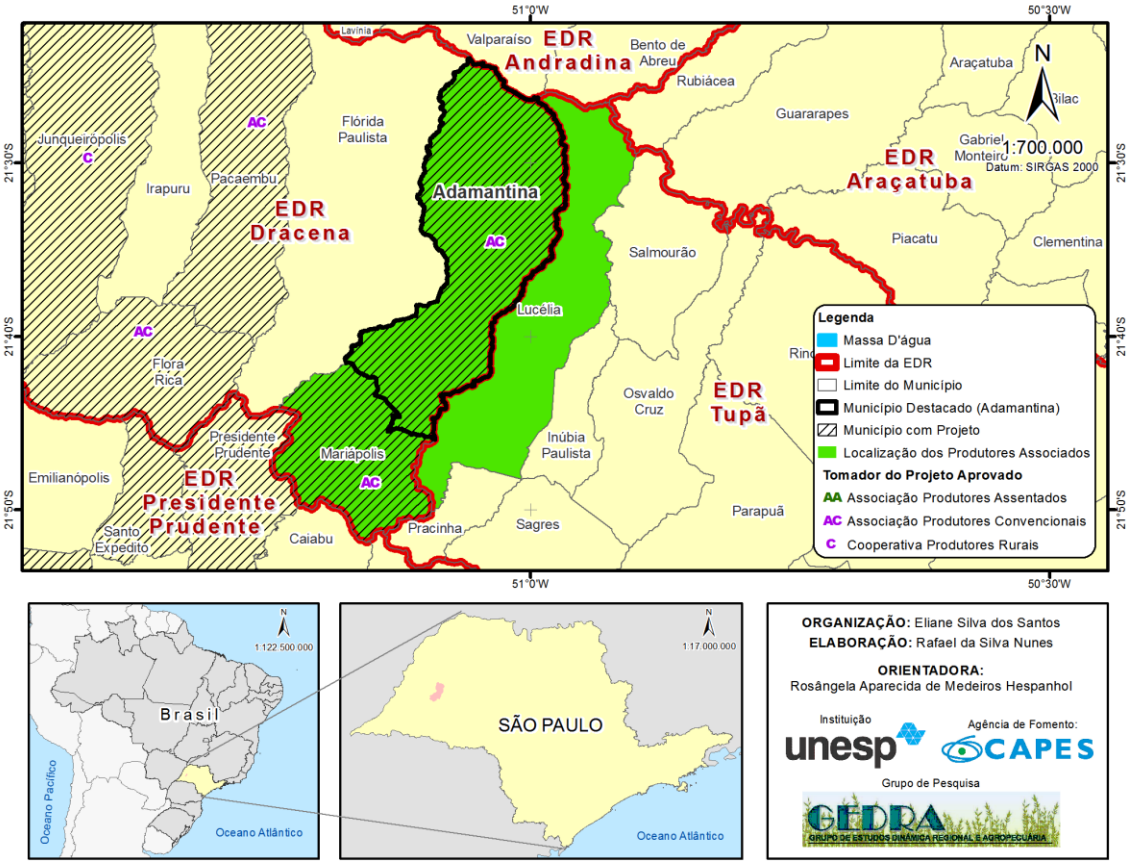
Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

EDR de Dracena - Segunda chamada pública

Adamantina (SP)

O município de Adamantina por meio da Associação Passiflora de Produtores Rurais de Adamantina e Região (APPRAR), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 28 e todos são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de olericultura e a iniciativa de negócio foi a implantação de *packing house*. Embora a associação seja sediada no município de Adamantina, a associação conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores associados dos municípios de Adamantina (24), Lucélia (1) e Mariápolis (3) como se verifica no Mapa 50. O valor total do projeto foi de R$ 1.165.610,70, o valor apoiado foi de R$ 800.000,00 (68,63%) e a contrapartida foi de R$ 365.610,70 (31,37%).

Mapa 50: Associação sediada em Adamantina com produtores associados nos municípios de Adamantina, Lucélia e Mariápolis que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado



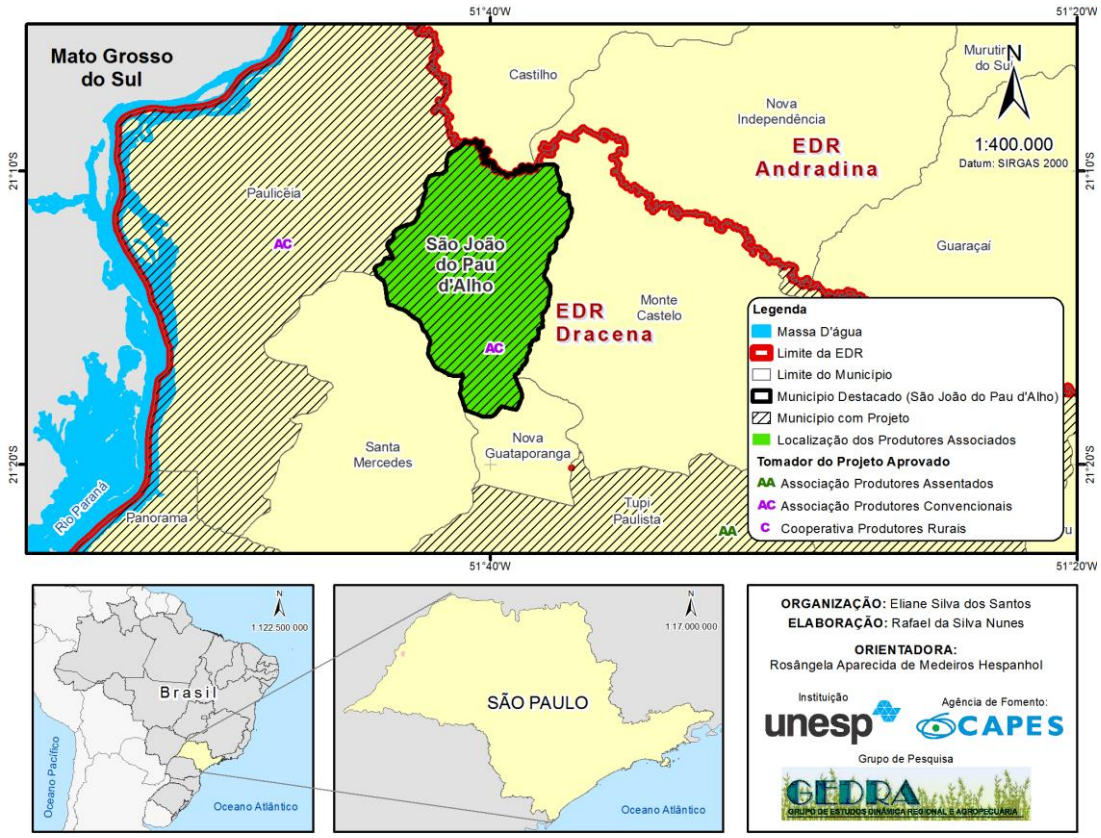
Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

EDR de Dracena - Terceira chamada pública

São João do Pau D'Alho (SP)

O município de São João do Pau d'Alho por meio da Associação dos Produtores rurais, Industriais e Moradores do município de São João do Pau d'Alho (APRIMOR), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 27 e todos são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de urucum e a iniciativa de negócio foi para a redução de custos de colheita e melhoria da qualidade. No projeto foram beneficiados produtores do município de São João do Pau d'Alho (27), como se verifica no Mapa 51. O valor total do projeto foi de R$ 364.000,00, o valor apoiado foi de R$ 254.800,00 (70%) e a contrapartida foi de R$ 109.200,00 (30%).

Mapa 51: Associação sediada em São João do Pau d'Alho com produtores associados no município de São João do Pau d'Alho que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado



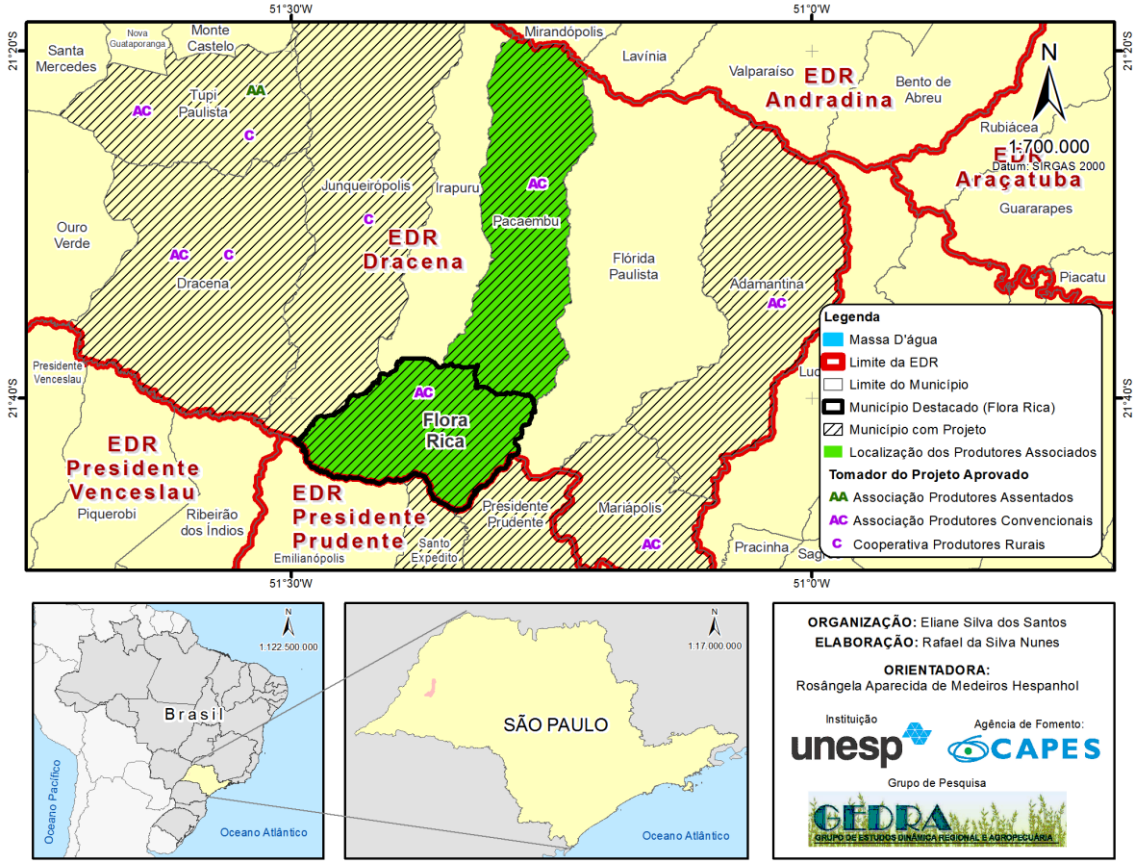
Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

EDR de Dracena - Quarta chamada pública

Flora Rica (SP)

O município de Flora Rica, por meio da Associação Agropecuária de Flora Rica (AAFRICA), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 39 e todos são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de leite e a iniciativa de negócio foi a implantação de infraestrutura (máquinas e equipamentos e um (1) Barracão) para melhoria da qualidade do leite. Embora a associação seja sediada no município de Flora Rica, ela conta com produtores associados dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Flora Rica (32) e Pacaembu (7) como se verifica no Mapa 52. O valor do projeto foi de R$ 859.746,30 o valor apoiado foi de R$ 601.822,41 e a contrapartida foi de R$ 257.923,89.

Mapa 52: Associação sediada em Flora Rica com associados no município de Flora Rica e Pacaembu que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado



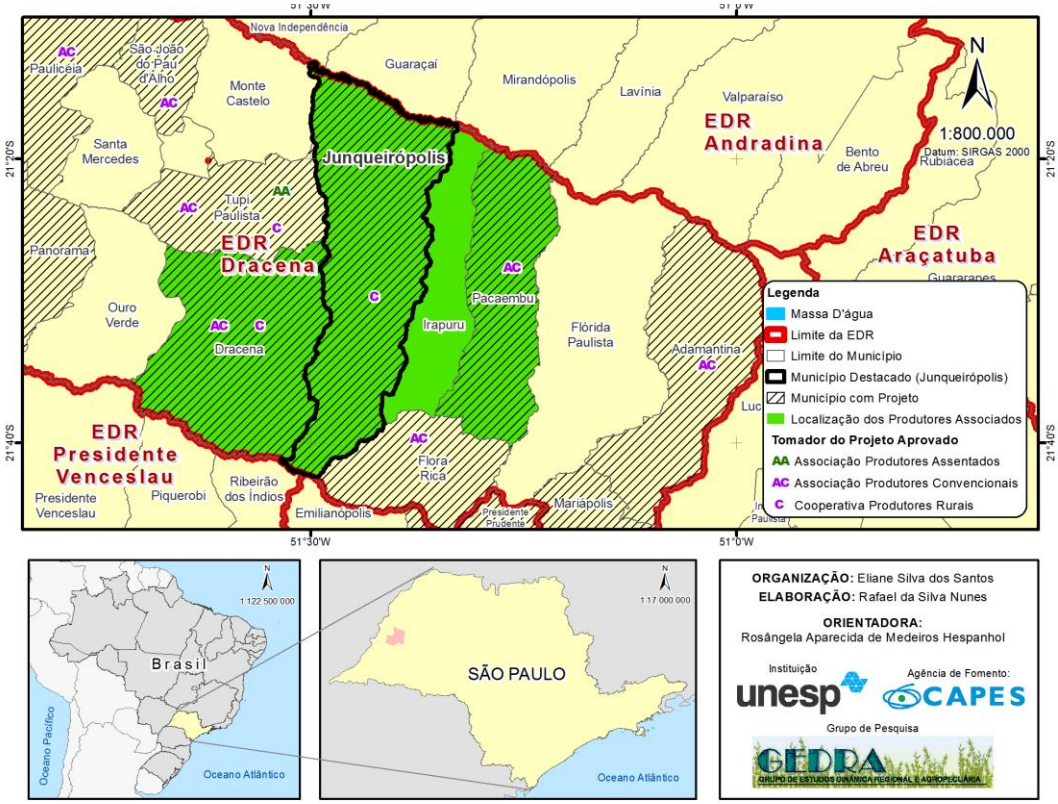
Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

EDR de Dracena - Quinta chamada pública

Junqueirópolis (SP)

O município de Junqueirópolis por meio da Cooperativa Agrícola de Junqueirópolis (COOPAJ), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 56 e desses, 52 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de fruticultura e a iniciativa de negócio foi a implantação de uma logística de transporte e armazenamento. Embora a cooperativa seja sediada no município de Junqueirópolis, a cooperativa conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores associados dos municípios de Junqueirópolis (51), Dracena (1), Irapuru (3) e Pacaembu (1) como se verifica no Mapa 53. O valor total do projeto foi de R$ 471.752,32, o valor apoiado foi de R$ 330.226,62 (70%) e a contrapartida foi de R$ 141.525,70 (30%).

Mapa 53: Associação sediada em Junqueirópolis com produtores associados no município de Junqueirópolis, Pacaembu, Irapuru e Dracena que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado

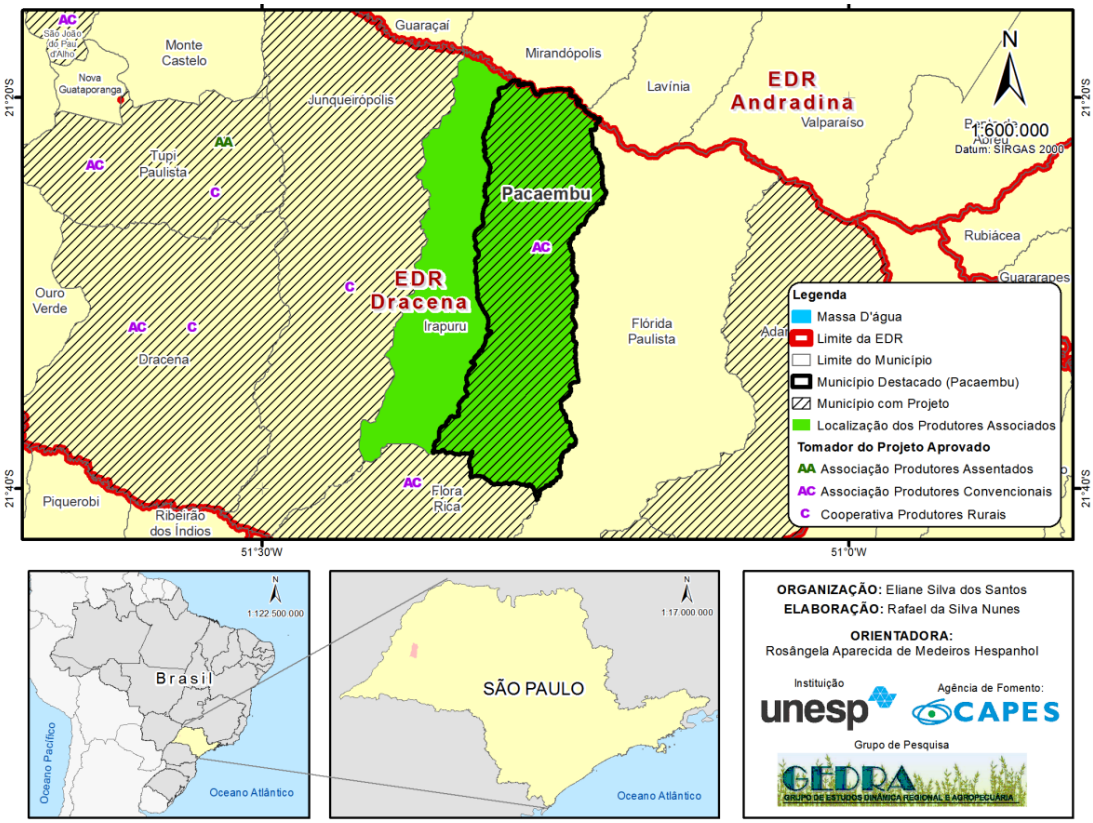


Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Pacambu (SP)

O município de Pacaembu por meio da Associação dos Produtores Rurais de Pacaembu (APRUP), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 34 e desses, 31 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a do café e a iniciativa de negócio foi a construção de uma unidade de beneficiamento do café e sala de provas. Embora a associação seja sediada no município de Pacaembu, a associação conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Pacaembu (33) e Irapuru (1) como se verifica no Mapa 54. O valor total do projeto foi de R$ 869.702,35, o valor apoiado foi de R$ 600.541,65 (69,05%) e a contrapartida foi de R$ 269.160,70 (30,95%).

Mapa 54: Associação sediada em Junqueirópolis com produtores associados no município de Junqueirópolis, Pacaembu, Irapuru e Dracena que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado



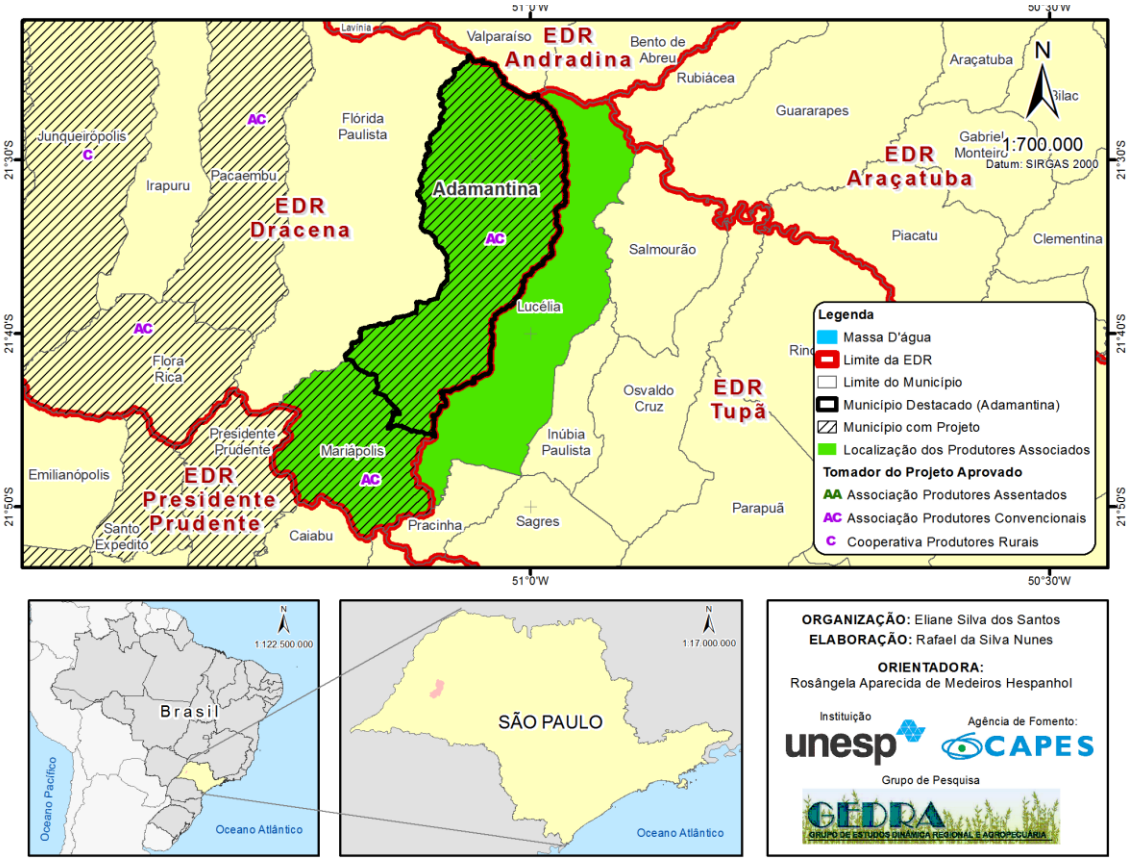
Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

EDR de Dracena - Sexta chamada pública

Adamantina (SP)

O município de Adamantina por meio da Associação dos Produtores de Leite do Município de Adamantina e Região (APLEMAR), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 23 e todos são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de leite e a iniciativa de negócio foi a implantação de agroindústria. Embora a associação seja sediada no município de Adamantina, a associação conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Adamantina (8), Mariápolis (14) e Lucélia (1) como se verifica no Mapa 55. O valor total do projeto foi de R$ 427.145,40, o valor apoiado foi de R$ 299.001,78 (70%) e a contrapartida foi de R$ 128.143,62 (30%).

Mapa 55: Associação sediada em Adamantina com produtores associados no município de Adamantina, Lucélia e Mariápolis que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado

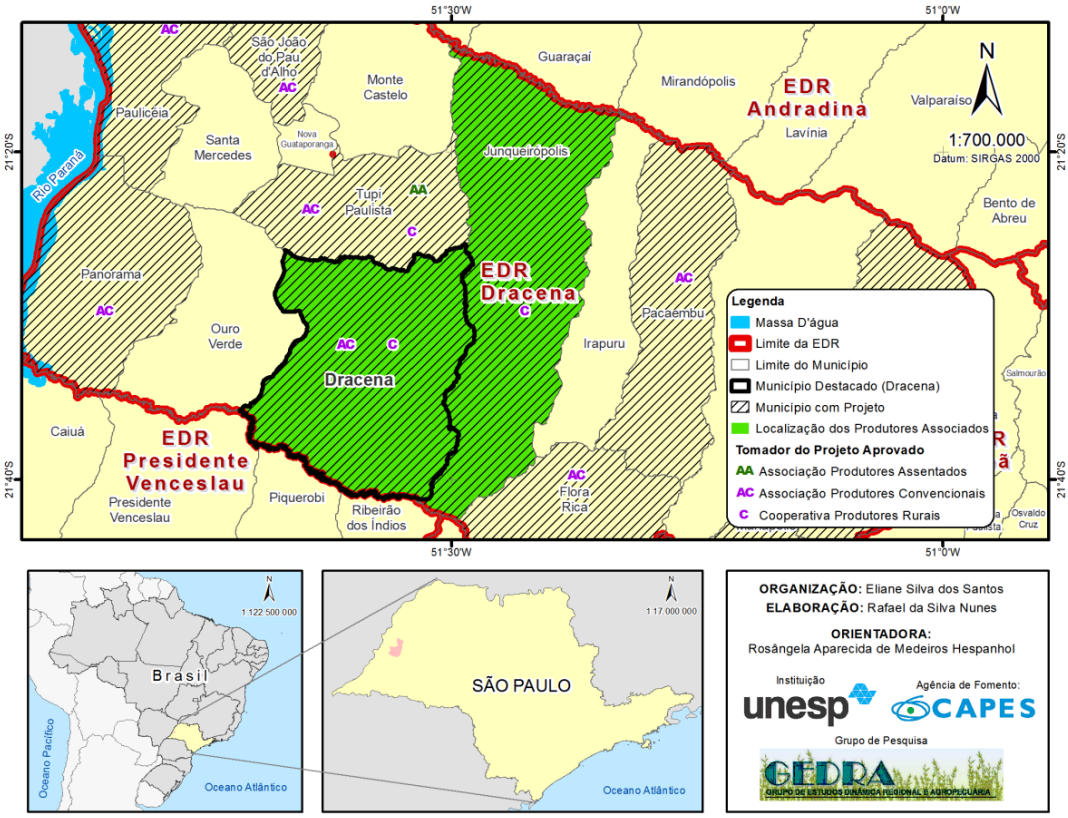


Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Dracena (SP)

O município de Dracena por meio da Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 19 e desses, 15 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de leite e a iniciativa de negócio foi para a aquisição e instalação de uma câmara frigorífica. Embora a associação seja sediada no município de Dracena, a associação conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Dracena (18) e Junqueirópolis (1) como se verifica no Mapa 56. O valor total do projeto foi de R$ 200.700,00, o valor apoiado foi de R$ 140.490,00 (70%) e a contrapartida foi de R$ 60.210,00 (30%).

Mapa 56: Associação sediada em Dracena com produtores associados nos municípios de Dracena e Junqueirópolis que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado

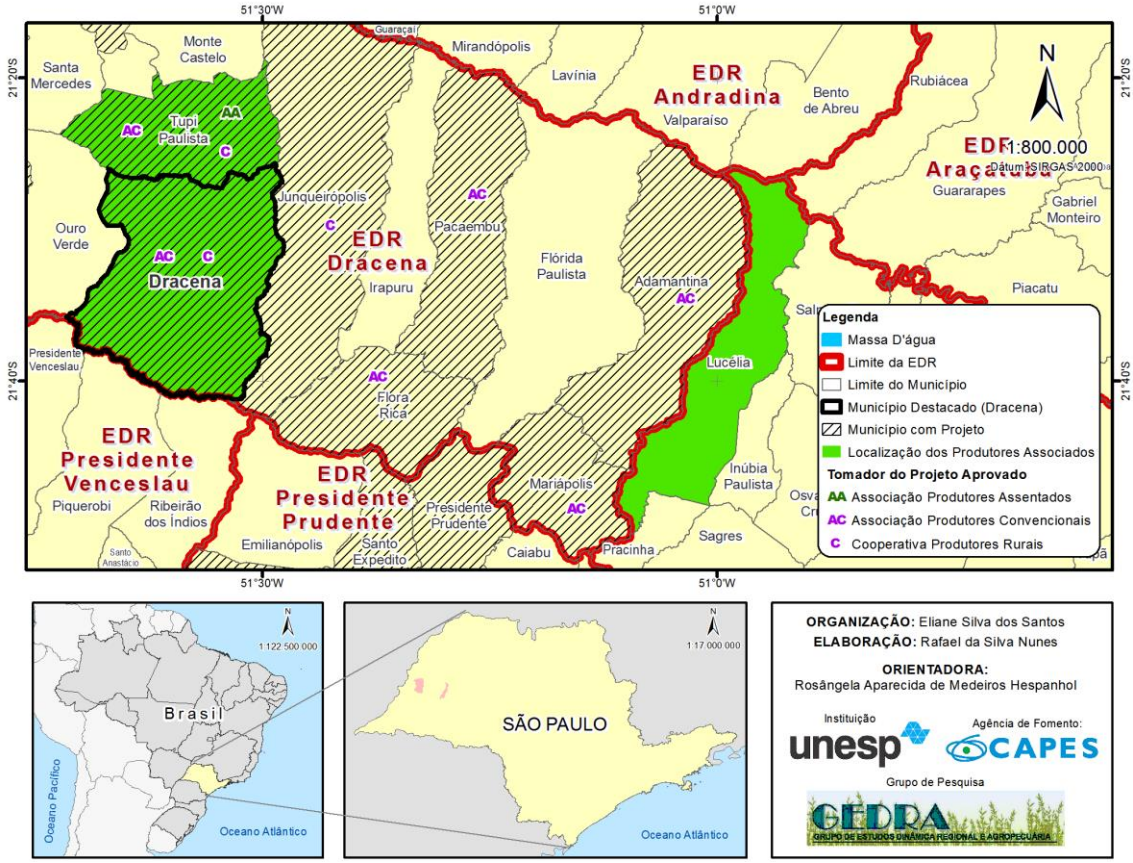


Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Dracena (SP)

O município de Dracena por meio da Cooperativa de Produtores Agropecuários de Dracena (COOPADRA), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 28 e todos são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de olericultura e fruticultura e a iniciativa de negócio foi a instalação de *packing house*. Embora a cooperativa seja sediada no município de Dracena, a cooperativa conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Dracena (26), Tupi Paulista (1) e Lucélia (1) como se verifica no Mapa 57. O valor total do projeto foi de R$ 1.143.097,07, o valor apoiado, por sua vez, foi de R$ 792.869,55 (69,36%) e a contrapartida foi de R$ 350.227,52 (30,64%).

Mapa 57: Associação sediada em Dracena com produtores associados nos municípios de Dracena, Tupi Paulista e Lucélia que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado

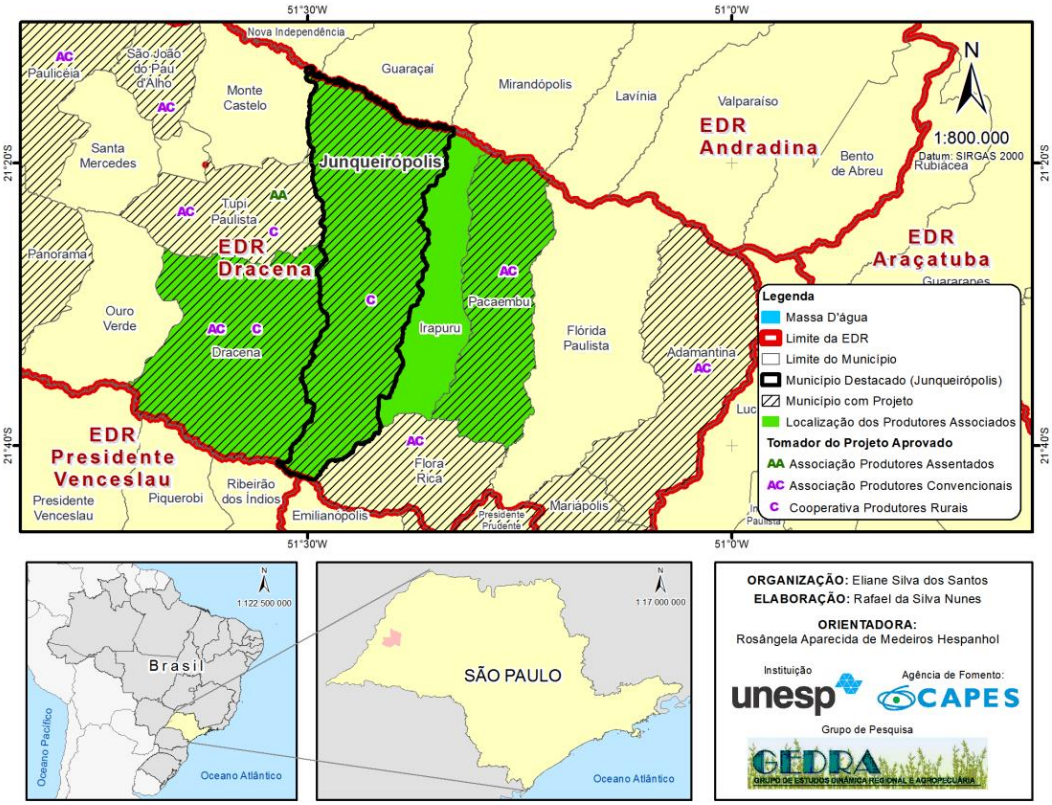


Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Junqueirópolis (SP)

O município de Junqueirópolis por meio da Cooperativa Agrícola de Junqueirópolis (COOPAJ), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 53 e desses, 52 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de fruticultura (acerola) e a iniciativa de negócio foi a adequação do *packing house* e logística de processamento e transporte. Embora a cooperativa seja sediada no município de Junqueirópolis, a associação conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Junqueirópolis (48), Irapuru (3), Dracena (1) e Pacaembu (1) como se verifica no Mapa 58. O valor total do projeto foi de R$ 214.000,00, o valor apoiado foi de R$ 149.800,00 (70%) e a contrapartida, por sua vez, foi de R$ 64.200,00 (30%).

Mapa 58: Associação sediada em Junqueirópolis com produtores associados nos municípios de Junqueirópolis, Dracena, Irapuru e Pacaembu que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado

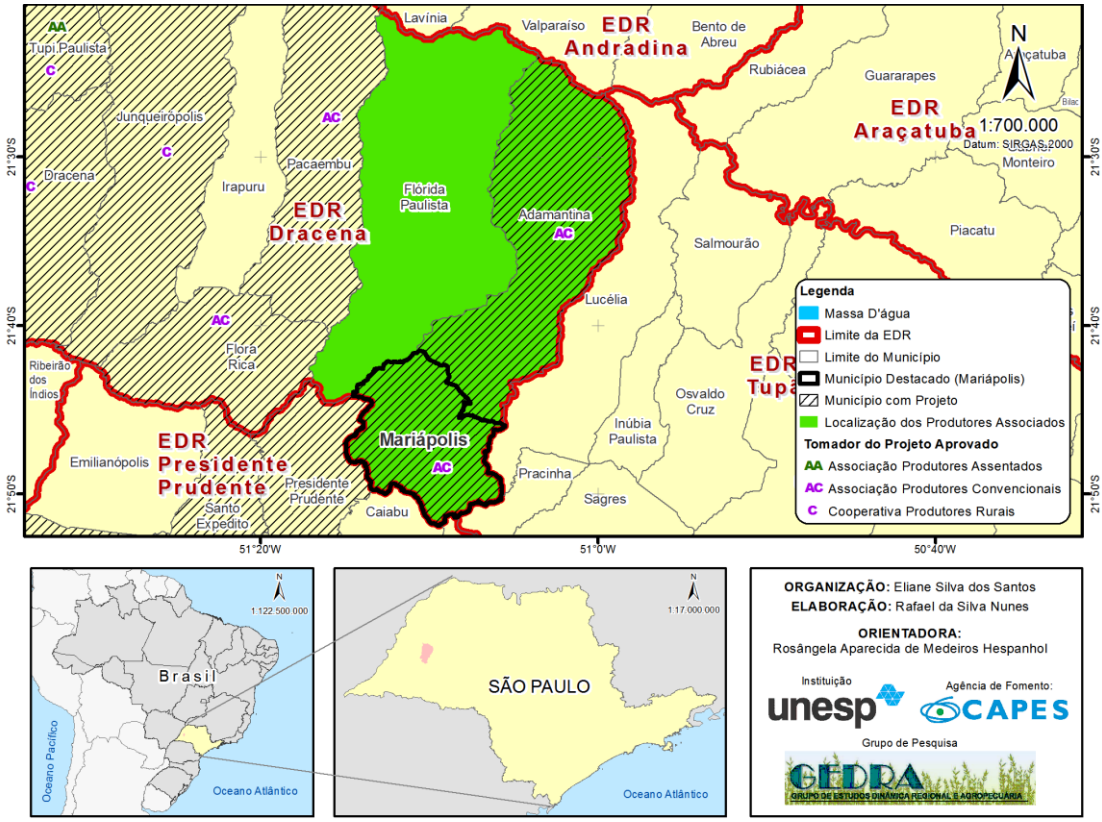


Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Mariápolis (SP)

O município de Mariápolis por meio da Associação de Produtores Rurais de Mariápolis (ASSOMAR), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 25 e todos são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de olericultura e fruticultura e a iniciativa de negócio foi a implantação de estrutura para mini processamento. Embora a associação seja sediada no município de Mariápolis, a associação conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Mariápolis (22), Adamantina (2) e Flórida Paulista (1) como se verifica no Mapa 59. O valor total do projeto foi de R$ 673.932,00, o valor apoiado foi de R$ 471.632,40 (69,98%) e a contrapartida foi de R$ 201.759,60 (29,93%).

Mapa 59: Associação sediada em Mariápolis com produtores associados nos municípios de Mariápolis, Adamantina e Flora Rica que fazem parte doMicrobaciais II – Acesso ao Mercado

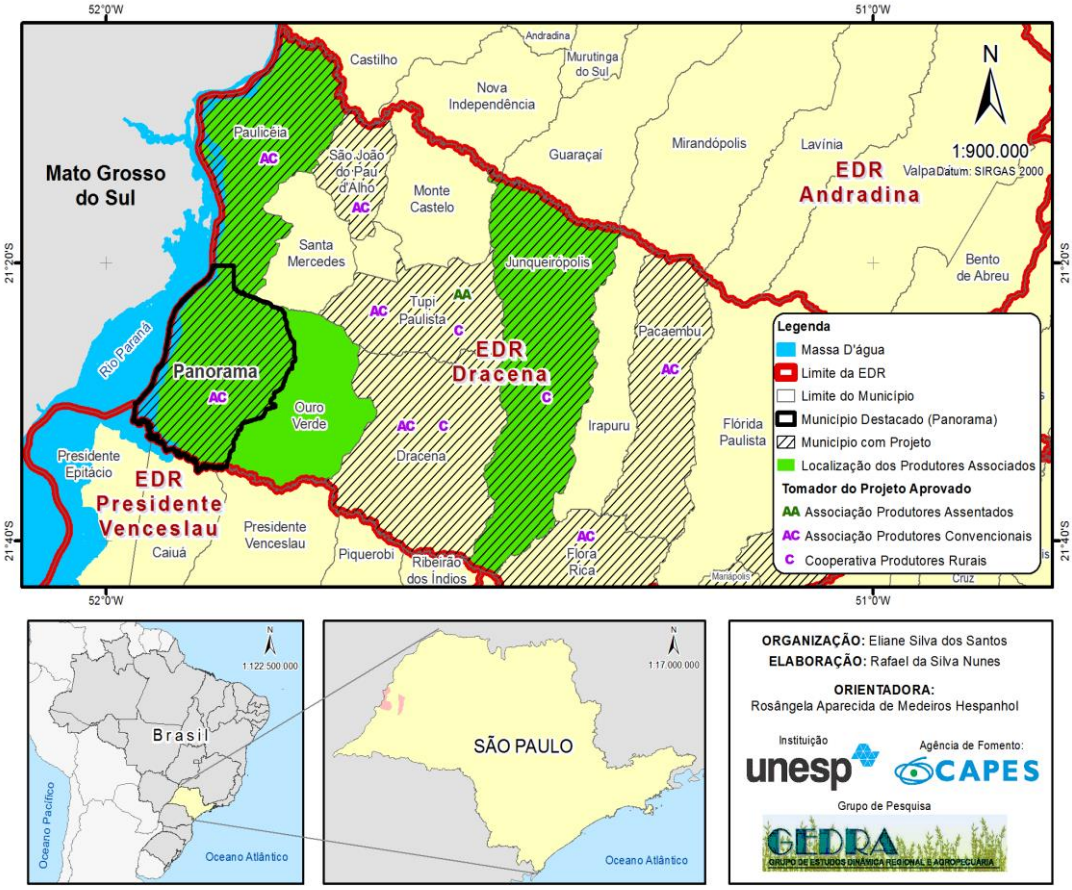


Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Panorama (SP)

O município de Panorama por meio da Associação Agropecuária do Bairro Monteiro Lobato (AGROMONTEIRO), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores foi de 21 e todos são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de leite e a iniciativa de negócio foi a implantação de logística de transporte. Embora a associação seja sediada no município de Panorama, a associação conta com produtores dos municípios do seu entorno. No projeto foram beneficiados produtores dos municípios de Panorama (18), Junqueirópolis (1), Ouro Verde (1) e Paulicéia (1) como se verifica no Mapa 60. O valor total do projeto foi de R$ 652.021,74, o valor apoiado foi de R$ 444.082,45 (68,10%) e a contrapartida foi de R$ 207.939,29 (31,90%).

Mapa 60: Associação sediada em Panorama com associados nos municípios de Panorama, Ouro Verde, Paulicéia e Junqueirópolis que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado

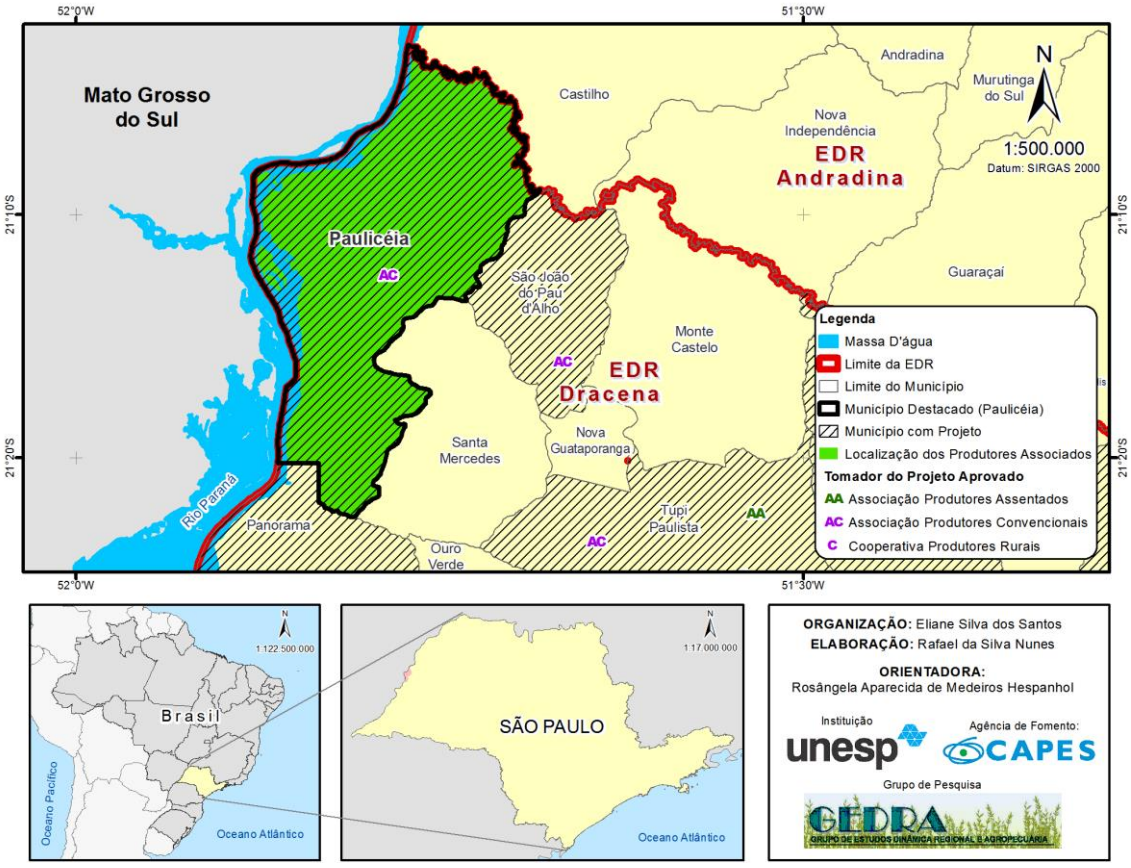


Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Paulicéia (SP)

O município de Paulicéia por meio da Associação de Pesca e Aquicultura Paulicéia (APAP), conseguiu aprovação de um (1) projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 19 e desses, 14 são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de piscicultura e a iniciativa de negócio foi a instalação de tanque rede e implantação de frigorífico. No projeto foram beneficiados produtores do município de Paulicéia (19), como se verifica no Mapa 61. O valor total do projeto foi de R$ 1.142.857,00, o valor apoiado foi de R$ 799.999,90 (70%) e a contrapartida foi de R$ 342.857,10 (30%).

Mapa 61: Associação sediada em Paulicéia com produtores associados no município de Paulicéia que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado

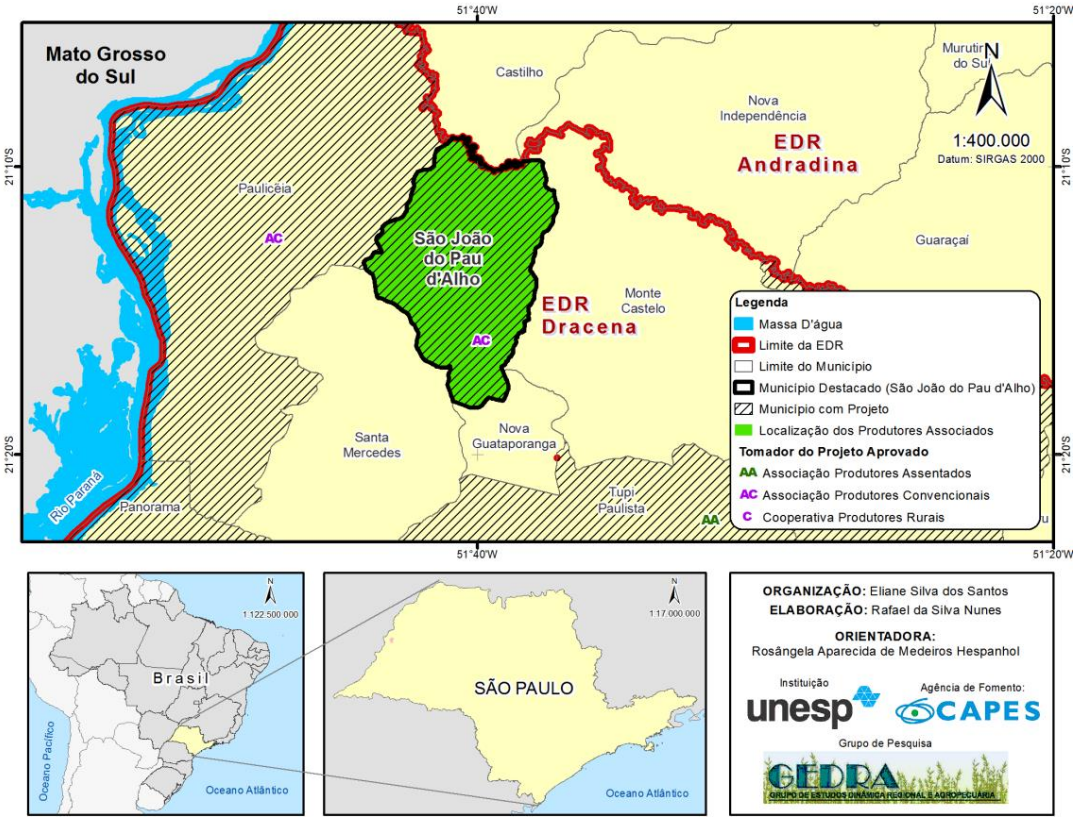


Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

São João do Pau D' Alho (SP)

O município de São João do Pau d'Alho, por meio da Associação dos Produtores Rurais, Industriais e Moradores do município de São João do Pau d' Alho (APRIMOR), conseguiu aprovação de um projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 35 e todos são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a do urucum e a iniciativa de negócio foi colheita mecanizada (aquisição da máquina que recolhe e separa as sementes de urucum). No projeto foram beneficiados produtores associados do município de São João do Pau d'Alho (35) como se verifica no Mapa 62. O valor total do projeto foi de R$ 387.127,00, o valor apoiado foi de R$ 268.059,00 (69,24%) e a contrapartida, por sua vez, foi de R$ 119.068,00 (30,76%).

Mapa 62: Associação sediada em São João do Pau d'Alho com produtores associados no município de São João do Pau d'Alho que fazem parte do Microbaciais II – Acesso ao Mercado

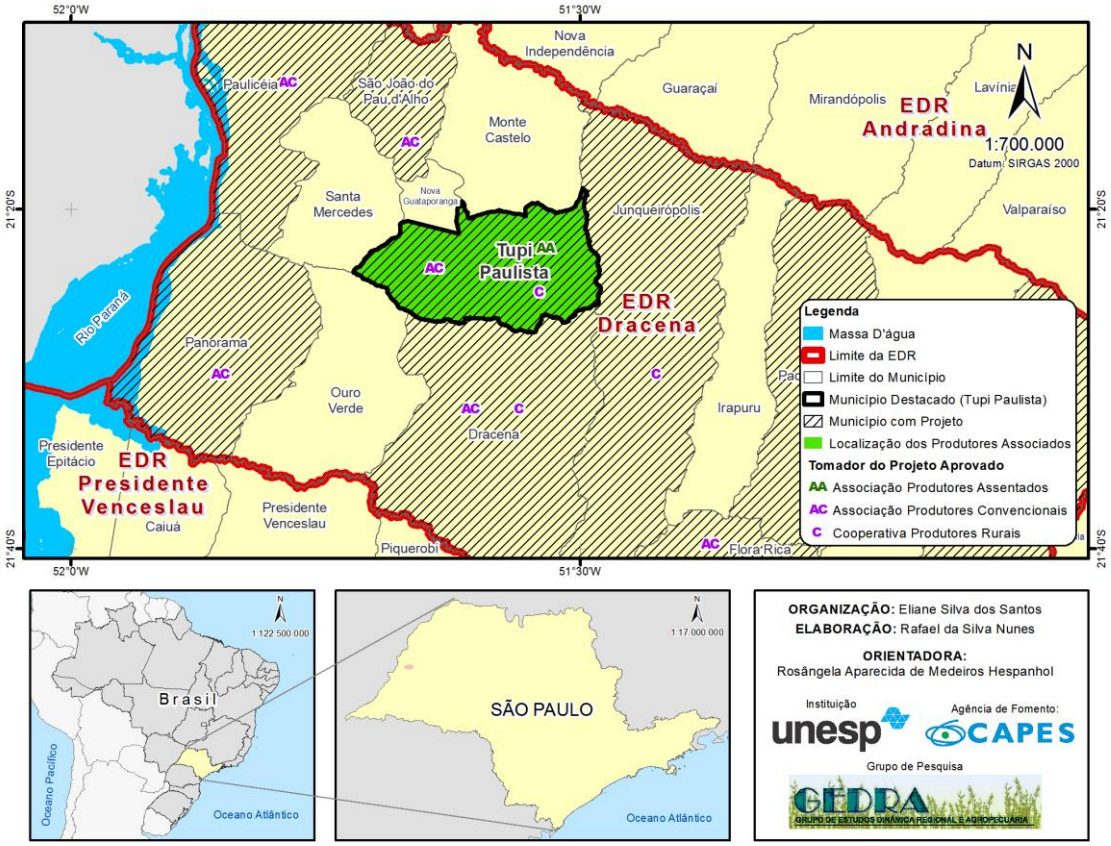


Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

Tupi Paulista (SP)

O município de Tupi Paulista, por meio da Associação dos Moradores do Assentamento Santa Rita I (ASMASSARI), conseguiu aprovação de um projeto apoiado pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, o número de produtores atendidos foi de 18 e todos são agricultores familiares envolvidos no projeto. A cadeia produtiva que recebeu recursos foi a de urucum e a iniciativa de negócio foi colheita mecanizada (aquisição da máquina que recolhe e separa as sementes de urucum). No projeto foram beneficiados produtores do município de Tupi Paulista (18) como se verifica no Mapa 63. O valor total do projeto foi de R$ 518.086,00, o valor apoiado foi de R$ 361.610,70 (69,80%) e a contrapartida foi de R$ 156.475,30 (30,20%).

Mapa 63: Associação sediada em Tupi Paulista com produtores associados no município que fazem parte do Projeto Microbaciais II – Acesso ao Mercado



Fonte: EDR de Dracena (Junho/2017) – Trabalho de campo - Organização: Eliane Silva dos Santos e elaboração Rafael da Silva Nunes (2018).

ANEXO A – Decreto nº 58.211 aprova o projeto de incentivo às iniciativas de negócio das organizações de produtores rurais – Microbacias II.

DECRETO Nº 58.211, DE 12 DE JULHO DE 2012 - *Aprova o Projeto de Incentivo às Iniciativas de Negócio das Organizações de Produtores Rurais - Microbacias II, previsto no Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II, de interesse para a economia estadual e dá providências correlatas.* GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 1º da Lei nº 7.964, de 16 de julho de 1992, modificada pelas Leis nº 9.510, de 20 de março de 1997, nº 10.521, de 29 de março de 2000, nº 11.244, de 21 de outubro de 2002, nº 11.247, de 4 de novembro de 2002, e nº 14.149, de 21 de junho de 2010, e considerando a indicação do Conselho de Orientação do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar (FEAP-BANAGRO), Decreta:

Artigo 1º - Fica aprovado o Projeto de Incentivo às Iniciativas de Negócio das Organizações de Produtores Rurais - Microbacias II, de interesse para a economia estadual, a ser implantado no território paulista, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, com recursos provenientes do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II, instituído pelo Decreto nº 56.449, de 29 de novembro de 2010, parcialmente financiado através do Acordo de Empréstimo nº 7908-BR, firmado entre o Estado de São Paulo e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), em 27 de setembro de 2010.

Parágrafo único - O Projeto de Incentivo às Iniciativas de Negócio das Organizações de Produtores Rurais - Microbacias II tem por objetivo a melhoria de renda dos produtores rurais e suas famílias e o desenvolvimento rural sustentável, através do apoio às iniciativas de negócio voltadas ao mercado aprovadas dentro do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II, que se dará na forma de concessão de subvenção econômica por intermédio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar (FEAP/BANAGRO).

Artigo 2º - Caberá ao Conselho de Orientação do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar (FEAP-BANAGRO), conforme dispõe o artigo 6º da Lei nº 7.964, de 16 de julho de 1992, e alterações, estabelecer critérios e fixar limites globais e individuais para concessão de subvenções econômicas, respeitados os critérios técnicos e as normas estabelecidas no Manual Operacional do Projeto, definido pelo artigo 3º, inciso III, do Decreto 56.449, de 29 de novembro de 2010, como instrumento básico do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II.

Artigo 3º - Para obtenção dos benefícios de que trata o artigo 2º deste decreto, deverão ser obedecidas as condições estabelecidas no Decreto nº 47.804, de 30 de abril de 2003, que dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar (FEAP-BANAGRO).

Artigo 4º - Fica o Secretário de Agricultura e Abastecimento autorizado a celebrar convênio com o Banco do Brasil S.A. visando à operacionalização do projeto de que trata este decreto pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar (FEAP-BANAGRO).

Artigo 5º - Caberá à Secretaria de Agricultura e Abastecimento estabelecer as normas complementares necessárias para a operacionalização do projeto de que trata este decreto.

Artigo 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 12 de julho de 2012

GERALDO ALCKMIN

Mônika Carneiro Meira Bergamaschi - Secretária de Agricultura e Abastecimento
Sidney Estanislau Beraldo - Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicado na Casa Civil, aos 12 de julho de 2012.
Dispõe em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58211-12.07.2012.html>. Acesso em: 12 out. 2017.

ANEXO B – Decreto nº 64.131, de 11 de março de 2019

DECRETO Nº 64.131, DE 11 DE MARÇO DE 2019

Altera a denominação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, dispõe sobre as transferências que especifica, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Decreta:

Artigo 1º - Passa a denominar-se Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável - CDRS, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Artigo 2º - Ficam transferidos, com seus bens móveis, equipamentos, cargos, funções-atividades, direitos, obrigações e acervo, para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, integrando a estrutura básica da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável - CDRS, previstos no artigo 8º do Decreto nº 57.933, de 2 de abril de 2012, de reorganização da Secretaria do Meio Ambiente, atualmente denominada Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente:

I - o Departamento de Biodiversidade;

II - o Departamento de Desenvolvimento Sustentável;

III - o Centro de Informações;

IV - o Centro Técnico de Programas e Projetos de Biodiversidade, exceto seus Núcleos Regionais de Programas e Projetos (de I a X);

V - o Centro de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos de Biodiversidade;

VI - o Núcleo Administrativo.

Parágrafo único - Os Secretários de Agricultura e Abastecimento e de Infraestrutura e Meio Ambiente editarão, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação deste decreto, resolução conjunta identificando os cargos e funções-atividades transferidos, com indicação de seus ocupantes ou motivo de vacância.

Artigo 3º - As competências previstas no artigo 103 do Decreto nº 57.933, de 2 de abril de 2012, ficam transferidas na seguinte conformidade:

I - do Coordenador da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais para o Coordenador de Desenvolvimento Rural Sustentável;

II - dos Diretores dos Núcleos Regionais de Programas e Projetos para o Diretor do Centro Técnico de Programas e Projetos de Biodiversidade.

Artigo 4º - A responsabilidade pelo Sistema de Cadastro Rural Ambiental do Estado de São Paulo - SICAR-SP, instituído pelo Decreto nº 59.261, de 5 de junho de 2013, passa a ser da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Artigo 5º - O Fundo Especial de Despesa da Administração da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável - CDRS passa a denominar-se Fundo Especial de Despesa para o Desenvolvimento Rural Sustentável - FDRS.

Artigo 6º - Os dispositivos adiante relacionados do Decreto nº 43.142, de 2 de junho de 1998, de reorganização da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - do artigo 2º, o inciso I:

"I - a execução da política do Governo do Estado nas áreas de agricultura e abastecimento, na proteção e recuperação dos recursos naturais, no uso sustentável e na conservação da biodiversidade;"; (NR)

II - do artigo 3º:

a) o inciso II:

"II - Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável-CDRS;"; (NR)

b) a alínea "b" do item 3 do parágrafo único:

"b) Fundo Especial de Despesa para o Desenvolvimento Rural Sustentável - FDRS;"; (NR)

III - o artigo 4º:

"Artigo 4º - A Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável- CDRS, anteriormente denominada Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, tem sua organização regida, provisoriamente, pelo Decreto nº 41.608, de 24 de fevereiro de 1997, e alterações posteriores.". (NR)

Artigo 7º - O "caput" do artigo 3º do Decreto nº 41.608, de 24 de fevereiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 3º - A Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável - CDRS tem a seguinte estrutura básica:". (NR)

Artigo 8º - Ficam acrescentados ao artigo 3º do Decreto nº 41.608, de 24 de fevereiro de 1997, os dispositivos adiante relacionados, com a seguinte redação:

I - os incisos VIII-A e VIII-B:

"VIII-A- Departamento de Biodiversidade;

VIII-B- Departamento de Desenvolvimento Sustentável;";

II - os incisos XII a XV:

"XII - Centro de Informações;

XIII - Centro Técnico de Programas e Projetos de Biodiversidade;

XIV - Centro de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos de Biodiversidade;

XV - Núcleo Administrativo.";

III - os §§ 1º e 2º:

"§ 1º - Até a edição de decreto organizando a CDRS, às unidades de que tratam os incisos VIII-A, VIII-B e XII a XV deste artigo, bem como aos seus dirigentes aplicam-se as disposições do Decreto nº 57.933, de 2 de abril de 2012, que lhes são pertinentes.

§ 2º- As atribuições e competências abrangidas pelo § 1º deste artigo poderão ser detalhadas mediante resolução do Secretário de Agricultura e Abastecimento.".

Artigo 9º - Os Secretários de Agricultura e Abastecimento e de Infraestrutura e Meio Ambiente deverão editar resoluções conjuntas a fim de detalhar medidas decorrentes das definições estabelecidas neste decreto.

Artigo 10 - A Secretaria da Fazenda e Planejamento providenciará, em seu âmbito de atuação, os atos necessários ao cumprimento deste decreto.

Artigo 11 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de março de 2019

JOÃO DORIA

Gustavo Diniz Junqueira
Secretário de Agricultura e Abastecimento
Marcos Rodrigues Penido
Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente
Henrique de Campos Meirelles
Secretário da Fazenda e Planejamento
Antonio Carlos Rizeque Malufe
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil
Rodrigo Garcia
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 11 de março de 2019.